

Dimensões

Revista de História da Ufes

35
2015

DOSSIÊ

América Latina
independente:
História, política,
cultura e territórios



NPIH



ISSN 2179-8869

ISSN 2318-9304

Dimensões

Revista de História da Ufes

Conselho editorial

Patrícia Merlo (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Antonio Carlos Amador Gil (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Maria Cristina Dadalto (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Sergio Alberto Feldman (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Conselho consultivo

Alexandre Avellar (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)

Angelo Carrara (Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil)

Angelo Priori (Universidade Estadual de Maringá, Brasil)

Antonio Carlos Amador Gil (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Dulce Amarante dos Santos (Universidade Federal de Goiás, Brasil)

Fabiana de Souza Fredrigo (Universidade Federal de Goiás, Brasil)

Fábio Vergara Cerqueira (Universidade Federal de Pelotas, Brasil)

Fernando Nicolazzi (Universidade Federal do Rio de Grande do Sul, Brasil)

Francisca Nogueira Azevedo (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Gizlene Neder (Universidade Federal Fluminense, Brasil)

Herbert S. Klein (Columbia University, United States of America)

Jorge Malheiros (Universidade de Lisboa, Portugal)

José Carlos Reis (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)

Luiz Fernando Saraiva (Universidade Federal Fluminense, Brasil)

Manolo Garcia Florentino (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Márcio Seligman-Silva (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)

Marco Antônio Lopes (Universidade Estadual de Londrina, Brasil)

Marcos Luiz Bretas (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Maria Beatriz Nader (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Maria Elisa Noronha de Sá (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil)

Miguel Suarez Bosa (Universidade de Las Palmas en Gran Canaria, España)

Miliandre Garcia (Universidade Estadual de Londrina, Brasil)

Norberto Luiz Guarinello (Universidade de São Paulo, Brasil)

Pedro Paulo Abreu Funari (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)

Quentin Skinner (University of Cambridge, England)

Renan Friguetto (Universidade Federal do Paraná, Brasil)

Ricardo de Oliveira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil)

Stefano Gasparri (Università Ca' Foscari Venezia, Italia)

Secretária

Janaína Oliveira Souza (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Editoração, revisão técnica e capa

João Carlos Furlani (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Revisão

Os autores

Realização

Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo

Contato

Av. Fernando Ferrari n. 514, 2º andar IC-3, CCHN - Campus de Goiabeiras, Vitória, ES, CEP: 29075-910. Tel.: 55 27 4009-2507. E-mail: revistadimensoes@gmail.com

Objetivo

Dimensões – Revista de História da Ufes é um periódico semestral voltado para a publicação de artigos inéditos e resenhas de autoria de mestres, doutorandos e doutores. Os artigos são agrupados em dossiês ou temas livres. Mantida pelo Programa de Pós-Graduação em História, a revista foi fundada em 1990 como *Revista de História*, tendo permanecido com esse nome até 2000, quando foi renomeada para *Dimensões – Revista de História da Ufes*, mas preservando o mesmo ISSN (1517-2120). Em 2010, com o propósito de facilitar a difusão do conhecimento científico, *Dimensões* passou a ser veiculada exclusivamente por meio eletrônico, com livre acesso por parte dos usuários. Em 2011, um novo ISSN foi atribuído à *Dimensões*: 2179-8869. Atualmente, a revista se encontra classificada como B1 no *Qualis* de periódicos elaborado pela Capes. A principal missão de *Dimensões* é divulgar a produção intelectual de pesquisadores vinculados ao sistema nacional de pós-graduação, além de promover o intercâmbio com profissionais do exterior. A revista apresenta ainda uma notável abertura transdisciplinar, acolhendo contribuições de diversas áreas das Ciências Humanas além da História.

Ficha catalográfica

Dimensões - Revista de História da Ufes. Vitória: Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica/ Programa de Pós-Graduação em História, 2015, número 35, dezembro, 2015, 579p.

Semestral
ISSN 2318-9304

1. História - Periódicos

CDU 93/99

Dossiê

América Latina independente: História, política, cultura e territórios

8

Apresentação

Antonio Carlos Amador Gil

Regina Crespo

10

“En honor de la patria y de la nación”: José Antonio Alzate e a construção da ciência na Nova Espanha

Maria Rachel Froes da Fonseca

38

Patria y libertad: el lenguaje político como estrategia de lucha esclava en la Buenos Aires revolucionaria (1806-1816)

Natalia Guevara Jaramillo

59

Instrumentos de la memoria: patrimonialización del pasado precolombino y construcción de una imagen de la nación en el siglo XIX

Sara Sánchez del Olmo

84

Bajo los poderosos auspicios de Rosas: Pedro de Angelis e sua “Colección” de documentos históricos

Deise Cristina Schell

110

O pampa argentino e a conquista do deserto: uma relação discursiva

Fábio Feltrin de Souza

128

La europeización de América

Hernán G. H. Taboada

147

Um conflito diplomático entre Argentina e Portugal em torno dos brasileiros asilados em 1894: um exercício de história cruzada

João Júlio Gomes dos Santos Júnior

175

Hispanidad e a fraternidade hispano-americana: debates raciais e guerra de 1898 na virada do século XIX para o XX

Regiane Gouveia

- 193 Hispanismo e indigenismo: visões sobre a nação peruana
Graziela Menezes de Jesus
- 213 A configuração dos campos de leitura e o desenvolvimento da imprensa na Argentina: o lugar da 'Revista de Derecho, Historia y Letras'
Camila Bueno Grejo
- 243 Ideias para a construção de uma ordem: o conceito de "cidade moderna" na Buenos Aires das primeiras décadas do século XX
Pedro Demenech
- 270 Repercussões do Congresso de Escritores pela Defesa da Cultura de Paris (1935) no Cone Sul: luta antifascista e debates culturais
Ângela Meirelles de Oliveira
- 295 Breves reflexões sobre a construção de imaginários sociais sobre o trabalhador no estado novo (1937-1945) e no primeiro peronismo (1946-1955)
Julio Manuel Pires
Mayra Coan Lago
- 321 História e deslocamentos dos Guarani Mbya do Paraguai ao Espírito Santo (1940-1973)
Kalna Mareto Teao
- 347 Política indigenista e identidade nacional no México: as políticas de mudança cultural e a preocupação com a integração nacional em meados do século XX
Antonio Carlos Amador Gil
- 366 Combate al sectarismo: dissidências e embates políticos ao longo da Revolução Cubana (1959-1964)
Ricardo Antonio Souza Mendes
Ana Paula Cecon Calegari
- 391 François Duvalier e o bonapartismo haitiano
Everaldo de Oliveira Andrade
- 416 É preciso escolher: o papel desempenhado pelas revistas 'Marcha' e 'Ercilla' no debate político do Uruguai e do Chile durante a primeira metade da década de 1970
Mateus Fávoro Reis

- 443 Como falam os indígenas? Produção de documentos e vozes discursivas no movimento social mexicano neozapatista
Marcela Araújo Vitali
- 470 El “nuevo MERCOSUR”: cambios y continuidades institucionales a nivel regional en el período 2003-2013
Hugo Daniel Ramos
- 494 ¿Hacia una segunda independencia? UNASUR y la construcción del consejo de defensa
Gerson Galo Ledezma Meneses
Milton Carlos Bragatti

Artigos

- 526 Comensalidade na ‘Regula Isidori’ (615-619): mesa comum, hierarquia e relações sociais no mosteiro
Bruno Uchoa Borgongino
- 545 As muitas faces de frei João de São José de Queirós, bispo do Grão-Pará e Maranhão
Sarah dos Santos Araújo
Vinícius Alves do Amaral
- 565 O magistério moral da história: aspectos do processo de declínio e ruína de uma tradição milenar
Marcos Antônio Lopes

Dossiê

*América Latina independente:
História, política, cultura e territórios*

Apresentação

Em setembro de 2014, a Universidade Federal do Espírito Santo e a Universidade Nacional Autónoma do México estabeleceram um convênio de colaboração. O primeiro fruto desse convênio é o Dossiê “América Latina independente: história, política, cultura e territórios” do número 35, referente ao segundo semestre de 2015, da Revista *Dimensões* que, com muita satisfação, apresentamos aos leitores.

A resposta obtida à convocatória para este dossiê foi muito além de nossas expectativas. Recebemos mais de trinta artigos, enviados por colegas de universidades de todo Brasil, além de latino-americanas e europeias. Esta ampla resposta denota também a internacionalização da Revista *Dimensões*, publicação do Programa de Pós-graduação em História da UFES, que se consolida como um espaço de prestígio entre as publicações acadêmicas latino-americanas. Para produzir o dossiê contamos com a colaboração de aproximadamente setenta e cinco pareceristas, brasileiros e hispano-americanos, que generosamente nos apoiaram na avaliação e seleção final do material para publicação.

Como os leitores poderão observar, ao percorrer o índice e consultar os resumos de seus 21 artigos, este dossiê contempla uma temporalidade abrangente, que vai do final do século XVIII à atualidade. Os artigos apresentam uma grande diversidade temática e constituem uma prova cabal do crescimento das pesquisas e dos trabalhos voltados para a História da América Latina no Brasil. Sua leitura confirma, de maneira estimulante, não apenas o incremento na circulação de informações sobre a história latino-americana entre os brasileiros, como o interesse da produção e das publicações nacionais entre os americanistas estrangeiros. A riqueza temática, o recurso a diferentes fontes e o diálogo constante com as novas tendências da historiografia e da pesquisa histórica, presentes nos artigos selecionados, demonstram o crescimento e o amadurecimento dos estudos sobre História da América Latina entre nós e comprovam, também, a qualidade da produção americanista estrangeira.

Um dossiê dedicado à História da América Latina sempre é muito bem-vindo entre a comunidade acadêmica, tendo em vista as reconhecidas dificuldades enfrentadas por pesquisadores e professores brasileiros para realizar suas pesquisas nessa área. No campo das publicações, apesar dos avanços consideráveis, continuamos carentes de traduções e trabalhos publicados sobre História das Américas. Nas estantes brasileiras, a história latino-americana é pouco presente. Apesar das dificuldades, reconhecemos diversas iniciativas nesta direção e este número da Revista *Dimensões* certamente ajudará a superar esse quadro de carência. Com a organização deste dossiê, esperamos somar esforços para que possamos, cada vez mais, vencer as barreiras para o desenvolvimento e divulgação de trabalhos relacionados à história da América Latina.

Desejamos a todos uma ótima leitura.
Antonio Carlos Amador Gil e Regina Crespo.
Os organizadores.

*“En honor de la patria y de la nación”: José Antonio Alzate e a construção da ciência na Nova Espanha**

MARIA RACHEL FROES DA FONSECA**

Universidade de São Paulo

Resumo: Nosso objetivo é analisar os diversos aspectos na formação da prática científica na Nova Espanha, como a questão da adoção dos modelos científicos europeus, as condições de implantação de uma organização própria à atividade científica e a relação entre esta atividade e as demais formas de prática social. Entendemos que é justamente a partir deste quadro intelectual que podemos propor a análise da significação das concepções e práticas científicas na totalidade social. Esse estudo se propõe a analisar a relação entre a afirmação de algumas ideias científicas e a construção da ideia de “pátria” no contexto do México colonial, por meio da análise da trajetória e da produção do ilustrado José Antonio Alzate (1737-1799), destacando em sua obra a caracterização dos elementos da ciência, o conceito de ciência e a forma de aplicação dos chamados “conhecimentos úteis”.

Palavras-chave: História das ciências; América Latina; Independência-América Espanhola; José Antonio Alzate.

Abstract: Our goal is analyse the various aspects in the formation of scientific practice in New Spain, as the question of the adoption of the european scientific models, the conditions for the implementation of an organization’s own scientific activity and the relationship between this activity and other forms of social practice. We believe that it is precisely from this intellectual framework that we can propose the analysis of the meaning of concepts and scientific practices in the social totality. This study aims to analyze the relationship between the assertion of some scientific ideas and the construction of the idea of “homeland” in the context of colonial Mexico, through the analysis of the trajectory and the production of illustrated José Antonio Alzate (1737-1799), highlighting in his work the characterization of the elements of science, the concept of science and the application of so-called “useful knowledge”.

Keywords: History of Sciences; Latin America; Independence-Spanish America; José Antonio Alzate.

* Recebido em 10 de julho de 2015 e aprovado para publicação em 04 de agosto de 2015.

** Doutora em História Social/USP, pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.
E-mail: rachelfroes2@gmail.com.

Introdução: Ciência e Independência

A historiografia, que por muito tempo abordou a questão da emancipação exclusivamente sob o prisma dos seus aspectos políticos, vem sugerindo a adoção de outros parâmetros de análise, como o estudo das formas do pensamento dos agentes deste processo (MOTA, 1979).

Destaca-se o fato de que o processo da separação política da metrópole, a Independência, não foi necessariamente marcado por um movimento propriamente nacionalista ou revolucionário (DIAS, 2005, p. 7). Manoel Salgado Guimarães (2011) destacou, ainda, que a historiografia tradicional, especialmente orientada pelo sentido nacional, tratou a Independência necessariamente como consequência de uma consciência nacional crescente.

Outras abordagens procuram dar atenção à ideia de especificidades da realidade colonial, e à superação da visão da recepção passiva, como ressaltou o historiador Francisco Falcon (1989).

Sandra Carreras e Katja Carrillo Zeiter destacaram que muitas historiografias nacionais, especialmente as produzidas no séc. XIX, identificavam o momento da independência com o nascimento da nação, mas entendem que devemos perceber a configuração desta identidade como “un proceso mucho más largo, entrelazado a las acciones y vicisitudes de los nuevos Estados e incluido él también en corrientes y transformaciones de carácter transnacional” (CARRERAS, 2014, p. 10).

Neste sentido, buscamos compreender este processo de construção da ideia de pátria, da ideia de nação no contexto da ilustração mexicana. E para tal, a ideia de uma “comunidade imaginada”, proposta por Benedict Anderson, em seu estudo sobre a origem e difusão do nacionalismo, nos conduz fortemente à reflexão desse processo de construção da ideia de “mexicanidade”, do sentimento de pertencimento a uma “pátria” ou “nação”. Melhor dizendo, de imaginar uma comunidade:

Es imaginada porque aun los miembros de la nación más pequeña no conocerán jamás a la mayoría de sus compatriotas, no los verán ni oirán siquiera hablar de

ellos, pero en la mente de cada uno vive la imagen de su comunión. [...]. Las comunidades no deben distinguirse por su falsedad o legitimidad, sino por el estilo con el que son imaginadas [...]. Por último, se imagina como comunidad porque, independientemente de la desigualdad y la explotación que en efecto puedan prevalecer en cada caso, la nación se concibe siempre como un compañerismo profundo, horizontal (ANDERSON, 1993, p. 23).

Por outro lado, presenciemos também um grande esforço de investigação no que se refere à relação entre o pensamento ilustrado e a ideia de revolução. Importa destacar que o contexto dos movimentos de independência é o mesmo de um momento de amadurecimento e renovação cultural e científica, especialmente, com os conteúdos e parâmetros da ciência moderna substituindo à escolástica, que até então marcava o ambiente das universidades na América Espanhola. A análise do sentido das expressões do pensamento científico no processo de tomada de consciência da “pátria” pode representar uma possibilidade de ampliar o enfoque.

Em termos de uma hipótese específica, acreditamos na ideia de um protagonismo social da ciência na América Latina no final do séc. XVIII. Pretendemos assinalar o processo através do qual a construção e a afirmação da prática científica (produção científica, trajetória dos cientistas, associações científicas e/ou literárias, periódicos) contribuíram claramente para a tomada de consciência do ser americano, do ser “mexicano”. Nesta medida, a ciência adquiriu uma conotação de amplitude social e política. Apropriando-me das brilhantes palavras de Ana Pizarro, diria que a emancipação do discurso científico antecedeu à emancipação política (PIZARRO, 1994, p. 23).

Neste estudo pretendemos desenvolver a análise desta emancipação do discurso científico por meio da trajetória do mexicano José Antonio Alzate (1737-1799), ilustrado, erudito, humanista e homem de ciência, com ampla formação (física, astronomia, química, matemáticas, astronomia e ciências naturais), polemista e editor de importantes periódicos. Buscamos destacar em sua obra a caracterização dos elementos da ciência, seu conceito de ciência e a forma de aplicação dos chamados “conhecimentos úteis”.

A construção do conhecimento da natureza novo-hispana

A prática científica na Nova Espanha configurou-se a partir da dinâmica intrínseca ao próprio conhecimento científico e, fundamentalmente, do contexto colonial, nas suas dimensões política, econômica e social.

Na segunda metade do século XVIII, a Nova Espanha entrou numa época de grandes mudanças, com o aumento de sua população e seu território, o crescimento econômico e a ilustração. O florescimento econômico, constatável pelo crescimento de suas rendas, decorreu fundamentalmente da exploração das minas (Guanajuato e Zacatecas), e do desenvolvimento da indústria têxtil (tecidos de algodão) em Tlaxcala e Puebla, e de outras indústrias (couro, móveis, sabão, calçados). Com a liberdade de comércio, decorrente das reformas do sistema comercial (1778) adotadas pela Metrópole para utilizar a potencialidade de consumo das colônias, o comércio exterior se incrementara significativamente. Estes bons resultados só não contemplaram a agricultura e a criação de gado.

Para Carlos III (1759-1788) o progresso da colônia derivava justamente da ação do despotismo ilustrado por ele gestado, o qual consistiu em uma série de práticas de caráter político e administrativo, de uma política de exploração mais racional dos recursos coloniais. Submeteu a Nova Espanha a uma exploração sistemática e diretamente vinculada ao poder metropolitano. Visava sanear a economia espanhola e torná-la mais eficaz por meio do incremento dos rendimentos coloniais, que se realizaria a partir destas medidas administrativas, do aumento de impostos, do fechamento da colônia aos comerciantes estrangeiros, e do desenvolvimento de determinadas atividades econômicas, como a mineração, através do impulso ao desenvolvimento de atividades e conhecimentos por meio da criação de instituições como o *Real Seminario de Minería*, o *Jardín Botánico* e a *Real Escuela de Cirugía*.

O desenvolvimento da ilustração na Nova Espanha, embora tenha sido, de certa forma, favorecido pelo despotismo ilustrado, por outro lado foi limitado pelos entraves decorrentes da censura imposta pela Inquisição. Censurava-se as idéias ditas inconvenientes em relação a questões religiosas e políticas, determinando-se o exame de todo livro que fosse despachado da Espanha para a Nova Espanha.

Estas transformações, a renovação cultural, os sinais de prosperidade e de reajuste político-administrativo, somente influíram, de forma positiva, em pequena parcela da sociedade. A estrutura social da Nova Espanha apresentava-se composta, segundo o sacerdote e humanista Francisco Javier Clavigero (1731-1787), por quatro “classes”:

1ª Los americanos propios, llamados vulgarmente indios, esto es, los que descienden de los antiguos pobladores del Nuevo Mundo y no han mezclado su sangre con la de los pueblos del Antiguo Continente. 2ª Los europeos, asiáticos y africanos establecidos en aquellos países. 3ª Los hijos o descendientes de éstos, llamados por los españoles criollos, aunque tal nombre se da principalmente a los hijos o descendientes de europeos, cuya sangre no se ha mezclado con la de los americanos, asiáticos o africanos. 4ª Las razas mezcladas, llamadas por los españoles castas, esto es, aquellos que nacen o descienden de europeo y americana, o de europeo y africana, o de africano y americana, etc. (CLAVIJERO, 1987, p. 503).

Estes segmentos ocupavam distintos espaços, numa sociedade bastante estratificada, onde em um de seus extremos encontrava-se uma elite branca, formada principalmente por europeus, concentradora de renda, de poder e de posição, e no outro viviam os indígenas (60% da população total), os mestiços (20%) e os negros. Intermediava-os os *criollos* (16%), segmento que era excluído pela administração colonial, dos principais postos, tanto na administração civil quanto eclesiástica. Esta falta de espaço no mundo real obrigou os *criollos*, afirmou Luís Villoro (1967), a buscarem abrigo no reino ideal das artes do saber, constituindo-se como um grupo de letrados, e entre estes, José Antonio Alzate, dedicados à advocacia, à leitura, e às ciências. A distinção não era fundamentada precisamente em termos legais, mas sim numa política de proteção dos interesses metropolitanos, como outra forma de exploração colonial.

As evidências das potencialidades dos recursos naturais e indústrias ali presentes, manifestadas claramente pelos sinais de prosperidade econômica, fez com que os novo-hispanos se deparassem e refletissem perante todo

um horizonte de possibilidades, não só materiais, como também políticas, no seu sentido mais amplo.

A Ilustração Novo-Hispana

A cultura colonial na América de colonização espanhola desenvolveu-se a partir dos parâmetros que fundamentaram o próprio processo de colonização, ou seja, seguindo os mecanismos que orientavam as relações metrópole/colônia. Neste sentido, objetivando a efetiva ocupação dos territórios conquistados, a administração colonial adotava, como uma das primeiras medidas ao conquistar ou fundar uma cidade, o estabelecimento de instituições europeias (políticas, religiosas e educativas).

As escolas eram, na sua maioria, conventuais, ou seja, funcionavam sob a direção de religiosos, em conventos. Posteriormente, muitos destes colégios foram transformados em universidades ao longo do século XVI, e apresentavam a estrutura das universidades medievais, compondo-se geralmente de quatro faculdades (artes, direito, teologia e medicina). As universidades da América Espanhola de maior importância foram a Real y Pontificia Universidad de México, no vice-reinado de Nova Espanha e a de San Marcos na cidade de Lima, criadas por decretos imperiais em 1551. Posteriormente foram criadas novas universidades reais, entre estas a Real Universidad de San Carlos de Guatemala, considerada a segunda universidade da Nova Espanha, que começou a funcionar em 1676. Na época das lutas pela independência, existiam de 20 a 25 instituições oferecendo instrução e títulos de bacharel.

A Real y Pontificia Universidad de México, marcada por sua vocação humanística, em sua fundação apresentava as cátedras de teologia, sagradas escrituras, cânones, leis, artes, retórica, gramática e decreto, e ainda no séc. XVI agregou outras, como medicina e teologia moral. Posteriormente a instituição ampliou seu currículo com outras cátedras como a de anatomia e cirurgia (1617), de astrologia e matemáticas, de filosofia, e nas primeiras décadas do séc. XIX incluiu também a cátedra de botânica, que anteriormente funcionava no Jardín Botánico da cidade do México. A principal corrente

do humanismo na Nova Espanha foi a escolástica, e sob sua influência a universidade mexicana durante longo período manteve estancadas suas principais cátedras, como a de cirurgia, de filosofia natural, de astronomia, de matemáticas e de física. Lentamente, o currículo escolástico foi cedendo espaço, a partir de meados do século XVII, para as ideias científicas modernas. Esse movimento de renovação cultural compôs-se das principais ideias iluministas: luta contra a tradição escolástica, ideia de progresso, utilidade da ciência, racionalismo, ecletismo, procedimentos experimentais, o enciclopedismo e seus divulgadores. As ciências passaram a receber uma orientação mais prática, principalmente em relação à veterinária, botânica e medicina. A renovação no campo dos estudos médicos se deu com a iatroquímica, na busca de remédios químicos farmacológicos e de medidas higiênicas preventivas, muitas destas adotadas pelos vice-reis. A astronomia e as matemáticas sofreram grandes progressos, evidenciando-se expressões como a de Carlos Sigüenza y Góngora (1645-1700).

Enrique González González (1994, p. 57-108), especialista em história das universidades hispânicas, destacou em seu estudo que a relação entre ilustração e universidade ainda merece uma pesquisa e análise mais aprofundadas, e que não devemos afirmar de forma categórica que ilustração e universidade tenham sido expressões excludentes no contexto da Nova Espanha. Desta forma, comenta que embora as ideias renovadoras não tenham recebido um grande apoio oficial e terem se apresentando de forma pouca duradoura ou incipiente no âmbito da universidade, também não seria adequado afirmar que o perfil ilustrado esteve somente presente fora do âmbito da Real y Pontificia Universidad de México, em outros espaços institucionais.

Roberto Moreno y de los Arcos apresenta uma periodização do movimento ilustrado na Nova Espanha de caráter mais conceitual, sugerindo três etapas, seus Antecedentes (1735 /1767), a Etapa *criolla* (1768/1788), e a Etapa oficial ou espanhola (1789 / 1802).

A chamada fase *criolla*, caracterizou-se fundamentalmente por um processo de emergência de uma autoconsciência cultural, onde a ciência desponta como um elemento de excelência. Os cientistas que participam deste momento são, na sua maioria, *criollos*, pertencentes, geralmente aos

estratos urbanos médios, que haviam obtido importantes conhecimentos relativos às diversas ciências, em voga na Europa, através das publicações periódicas, notadamente francesas, e da introdução de livros e textos de destaque nas diversas áreas. A ilustração dos *criollos* novo-hispanos derivava não somente do fato de serem leitores das obras “ilustradas”, mas sim da existência, a priori, de uma atitude mental e de uma ambiência cultural que os possibilitava para tal renovação cultural.

Embora tenha se caracterizado como uma fase dispersa, tendo em vista a inexistência de uma comunidade científica organizada, foi um momento de renovação, com destaques como José Antonio de Alzate y Ramírez (bacharel e enciclopédico), Antonio de León y Gama (astrônomo e historiador), José Ignacio Bartolache (médico), e Joaquín Velázquez de León (mineralogista, astrônomo e matemático).

Nesta mesma época presencia-se o aparecimento dos primeiros periódicos de divulgação científica, como *Asuntos varios sobre ciencia y artes* (1772), *Observaciones sobre la física, historia natural y artes útiles* (1787), ambos editados por Alzate.

O período oficial (1789-1802) notabilizou-se pela atuação do despotismo ilustrado, política empreendida pelo governo dos Bourbons, visando uma exploração mais racional da riqueza americana e uma modernização da vida cultural. Acreditava-se que mediante o melhoramento do ensino das diversas ciências, como a botânica e a mineração, aperfeiçoar-se-ia o conhecimento das produções naturais das colônias, aumentando, conseqüentemente, a produtividade econômica e o comércio colonial. Para tanto o governo espanhol propôs a criação de instituições de ensino superior e de pesquisa, como a Real Escuela de Cirugía, o Real Seminario de Minería e o Jardín Botánico. O desenvolvimento da ilustração na Nova Espanha, embora tenha sido, de certa forma, favorecido pelo despotismo ilustrado, por outro lado foi limitado pelos entraves decorrentes da censura imposta pela Inquisição.

A Ilustração difundia, assim, o produto da Revolução Científica, que se iniciara no século XVI, ou seja, a substituição da antiga concepção religiosa do mundo por uma nova concepção secular, onde a ciência é entendida como um poderoso agente de transformação social. As ideias da

Ilustração representaram a crítica das instituições e de valores da sociedade, então caracterizada por uma cultura imposta, e contribuíram para o processo de emancipação política e para a secularização da educação superior.

O modelo privilegiado era o das ciências naturais, gerando uma grande valorização do método de conhecimento destas ciências. Diversos campos científicos como a botânica, química e geografia, apresentaram significativos progressos, evidenciados pelos estudos publicados. Buscava-se, conseqüentemente, uma revisão do currículo científico, substituindo-se os temas escolásticos por temas mais adequados ao pensamento científico. Pautava-se fundamentalmente na aplicação dos conhecimentos, os chamados “conhecimentos úteis”, direcionados para uma melhor avaliação e utilização dos recursos naturais do país.

Aos formuladores e implantadores de toda esta renovação foi conferida uma imagem “revolucionária”, na medida em que representavam a ruptura com determinadas posturas existentes ainda naquela comunidade científica em formação. Este movimento de renovação da prática científica evidenciou não só a preocupação com a adoção de uma ciência moderna, como também a reivindicação e o reconhecimento de uma ciência distintamente americana. A busca deste reconhecimento era fundamentada pelo cenário das polêmicas travadas por pensadores europeus como Buffon (1707-1788) e Cornelius De Pauw (1739-1799), cujas abordagens sobre a natureza americana eram profundamente degradantes do clima, dos animais e do homem americanos,

Tal visão transcendia o campo das polêmicas científicas, assumindo representação no campo político e social, ao significar um instrumento legitimador para a subjugação das colônias. A estas abordagens, diversos cientistas e pensadores hispano-americanos reagiram de forma enfática, reafirmando por sua vez os aspectos positivos do ambiente americano.

O terceiro momento da ilustração na Nova Espanha, de 1803 a 1821, teve como marcos a visita de Alexandre de Humboldt, o estabelecimento da ciência “normal” e a guerra de Independência. Os fatos decorrentes das lutas pela independência política afetaram de forma importante o ambiente cultural e científico, seja pelo recrutamento de alunos para os batalhões patrióticos ou pelo falecimento de muitos de seus alunos, seja

pela interrupção das atividades da então Nacional e Pontificia Universidad de México para abrigar regimentos em seu prédio, e pelo fechamento da instituição segundo critérios dos governantes. O Seminario de Guadalajara, por exemplo, entre 1810 e 1816 foi transformado em quartel de insurgentes e depois de realistas.

Situado o contexto da ilustração novo-hispana, importa analisar os principais aspectos na formação da prática científica neste cenário: a questão da adoção dos modelos científicos europeus, as condições de implantação de uma organização própria à atividade científica e a relação entre esta atividade e as demais formas de prática social. É inserida nesta perspectiva que pretendemos perceber a relação entre a ciência e os anseios pela emancipação das colônias.

Rafael Feder nos remete à constituição de uma comunidade científica que antecedeu ao nascimento da “pátria” mexicana:

De otro modo fue: los letrados de los años coloniales eran inquietos hombres que colaboraron y participaron en las novedades del conocimiento moderno. Así que nuestros queridos Sigüenza y Góngora y Sor Juana no fueron estrellas novas que brillaron con luz propia en la oscuridad colonial. Por el contrario, la época virreinal tuvo claroscuros en los que participaron grupos de literatos, teólogos, técnicos, cirujanos, médicos botánicos, matemáticos, astrólogos, mineros, albéitares, ingenieros militares, exploradores, burócratas, letrados, editores, abogados, arquitectos, artistas, frailes, monjes, actores y universitarios. Todos estos personajes son los demiurgos de la incipiente comunidad científica y del espíritu humanista que había antes de que se expidiera el acta de nacimiento de este país: inician nuestra tradición científica-literaria, técnica y artística (FEDER, 2009, p. 276).

Na América Espanhola, José Antonio Alzate (1737-1799), na cidade do México, Hipólito Unánue (1755-1833), médico e naturalista no Vice-Reino do Peru, e o naturalista novo-granadino Francisco José de Caldas (1768-1816) foram os principais expoentes desta vocação, empregando

os procedimentos e os instrumentos científicos, estabelecendo novos conhecimentos e primordialmente, substituindo o conhecimento especulativo e marcadamente escolástico pelo pensamento científico, secular e verificável.

Os hispano-americanos estavam instrumentalizados por uma nova ciência que lhes permitia estudar a natureza americana, pela experiência concreta, sem a necessidade de intermediários. A ausência de mediação representava a possibilidade de desestabilização da ideia de autoridade, que até então fundamentara a ciência escolástica.

É justamente neste ambiente de renovação cultural que se prepara o terreno para a germinação da emancipação política, pois nesta transformação do mundo cultural estava implícita a afirmação da ideologia de uma prática científica independente, representando um verdadeiro desafio à autoridade na esfera intelectual.

O “patriota” José Antonio Alzate

José Antonio Félix Alzate y Ramírez de Cantillana (Ozumba, Provincia de Chalco, 1737- 1799), filho do espanhol Juan Felipe de Alzate e de Josefa María Ramírez Cantillana, *criolla* e descendente da poetisa mexicana Sor Juana Inés de la Cruz (1648-1695), que se distinguiu intelectualmente por seu apreço à observação e à análise científica. Formou-se no Colégio de San Ildefonso (1747), na cidade do México, adquirindo conhecimentos de física, astronomia, química, matemáticas, e de ciências naturais. Sua formação no campo das ciências naturais e da filosofia moderna se realizou, fundamentalmente, de forma autodidata, tendo se bacharelado em Artes pela Real y Pontificia Universidad de México (1753), e em Teologia (1756), tornando-se presbítero em 1758.

Apresentou ao governo local várias proposições e projetos para melhoria da cidade do México, em estudos como o “Proyecto para desaguar la laguna de Tezcuco” (1767), “Método fácil para mejorar las cañerías que sirven para la distribución de las aguas de que se abastece el público de esta capital de México” (1768). Apresentou, em 1791, ao

então vice-rei Juan Vicente de Güemes Pacheco y Padilla, 2º Conde de Revillagigedo, projetos para melhoria do recolhimento do lixo e para a limpeza da cidade do México. Por outro lado, a administração colonial encomendou a Alzate alguns serviços específicos, como a observação do trânsito de Vênus pelo disco do Sol (1769) e a elaboração de um ensaio sobre o inseto da cochinha (1774).

Como expressão da ilustração mexicana, Alzate participou de diversas associações e instituições científicas como a *Real Primitiva Sociedad Bascongada*, o *Real Jardín Botánico de Madrid*, e a *Real Academia de las Ciencias de Paris*. O seu círculo de relações incluía alguns intelectuais mexicanos de grande expressão na época, como José Mariano Mociño, Antonio León Gama e José Ignacio Bartolache, e estrangeiros como o botânico norte-americano Alexander Graden.

A busca pela afirmação de uma cultura *criolla* realizou-se plenamente com José Antonio Alzate. Alzate exemplifica um dos melhores exemplos de cientista *criollo*, aquele que teve limitações impostas pela própria situação colonial, e que não conseguiu galgar altos postos na administração colonial.

A concepção de ciência

A obra de Alzate caracterizou-se por seu espírito ilustrado, pela ênfase ao conhecimento científico, pela atitude racionalista, pela evidência aos métodos científicos, pela ideia de difusão e pelo caráter enciclopédico dos temas que abordou. Em sua concepção de ciência, o domínio sobre a natureza era compreendido como o caminho para se alcançar a felicidade da sociedade, através da utilização dos conhecimentos científicos, notadamente das disciplinas naturais. Como bem assinalou Alberto Saladino Garcia (1999, p. 227-229), Alzate “destacó el hecho de concebir a la ciencia como conocimiento que respalda el beneficio social”.

Como herdeiro do espírito moderno, defendia a observação direta da natureza, através da experiência. Como discípulo de Francis Bacon (1561-1626), atribuía à ciência a função de instrumento criador do bem estar humano, e destacava a importância do domínio da natureza para

atender as necessidades humanas. A relação entre a concepção de Alzate e o pensamento baconiano pautava-se justamente por estes aspectos fundamentais, qual sejam, a ênfase ao método experimental em oposição ao aristotélico e a função utilitária da ciência. Sua concepção filosófica centrava-se, fundamentalmente, no domínio humano sobre as forças naturais, através do descobrimento dos fatos, empiricamente, e da explicação racional.

Alzate propunha uma compreensão sobre a realidade mexicana, sob a perspectiva dos novos conhecimentos. O interesse científico estava presente, submetido ao desejo de mostrar os recursos das terras mexicanas e de buscar os meios adequados para aproveitá-los. Esta vocação científica foi assumida como uma missão, ou seja, levar a verdadeira ciência a todos para que a desenvolvessem em seu benefício. A observação e a experimentação conduziam os esforços dos cientistas *criollos*, como Alzate, em busca de uma ciência própria à terra americana.

O conhecimento útil era o realmente verdadeiro, pois a noção de utilidade é que definia a ciência na visão alzatiana. Sua definição, característica do movimento de Ilustração, baseava-se na negação do seu caráter meramente especulativo e abstrato, afirmando, em contrapartida, seu aspecto prático. Entendia por ciência útil o conjunto de matérias que solucionavam ou que encaminhavam soluções para os problemas econômicos e sociais do país, possibilitando a solução dos mesmos.

Nesta perspectiva, então, apontava a relevância do desenvolvimento e da divulgação dos conhecimentos científicos capazes de equacionar problemas como a pobreza, as doenças, etc. Ciências como a física, a química, a medicina, a botânica, a história natural e a geografia seriam as grandes promotoras das “artes úteis”. A concepção alzatiana apresentava desta forma uma dimensão social bem clara, na medida em que se relacionava diretamente às condições sociais e econômicas que imperavam na sociedade mexicana de então.

Dedicar-se à história natural significava observar as utilidades práticas que desta ciência poderiam derivar. A natureza novo-hispana, declarava Alzate, oferecia muitas maravilhas naturais que não poderiam ser ignoradas por aqueles que buscassem conhecer a natureza e seus recursos. Entre estas maravilhas apontava a variedade e quantidade de plantas das

quais poderiam extrair-se eficazes remédios para os males humanos, como a peste, a sífilis, e a febre amarela.

Alzate afirmava-se totalmente contrário aos sistemas preconcebidos, como o saber sistemático da botânica ou da química. A existência de regras, nomenclaturas, e axiomas restringiam o conhecimento da natureza. Ao observar-se a natureza, dizia, percebia-se que esta “rompe aquellas prisiones, reglas y axiomas a que los naturalistas quieren sujetarla”¹. A variedade e diversidade da natureza americana reforçavam sua oposição à ideia de conceitos genéricos, os quais não a captavam devidamente.

O conhecimento científico, motor de seu pensamento, deveria ser universalizado, popularizado, divulgado, em castelhano e não mais em latim, para que todos os segmentos sociais tivessem acesso. Neste sentido a criação de veículos de divulgação era fundamental, e para tal Alzate empenhou-se, como editor de periódicos especializados como o *Asuntos varios sobre ciencia y artes* (1772) e *Observaciones sobre la física, historia natural y artes utiles* (1787). Editou igualmente publicações não especializadas, *Gazetas de Literatura* (1788-1795) e *Diario Literario de México* (1768), onde da mesma forma dedicava significativos espaços à ciência.

Dedicou-se à elaboração de estudos sobre os diversos objetos de natureza científica, compreendidos na perspectiva utilitarista da ciência. Alguns de seus estudos foram reimpressos em 1831, em Puebla, e outros foram reproduzidos na publicação *La Naturaleza*, órgão da Sociedad de Historia Natural, e no periódico *El Estudio*, do Instituto Médico Nacional.

A abrangência temática de seus trabalhos conferia-lhe um perfil enciclopédico, abrangendo quase todas as ciências, como a botânica, a medicina, a astronomia, a história natural, a mineralogia, a zoologia, e a química. Apresentou estudos sobre animais (migração das golondrinas, criação da cochonilha), sobre observações astronômicas (incidência de eclipses) e meteorológicas, mineração, experimentos com a eletricidade, diversos cultivos (destaque para o algodão, anil e a cochonilha), suas características e suas técnicas.

¹ ALZATE Y RAMÍREZ, José Antonio. Historia Natural. *Observaciones sobre la física, historia natural y artes útiles*, México, tomo I, n. 6, may. 1787.

Para Alzate a produção do conhecimento científico realizava-se não só sob os condicionantes internos da dinâmica da ciência, na medida em que fatores sociais e políticos também tinham seu poder de ingerência. Desta forma, o ilustrado mexicano apontava a necessidade de um maior apoio dos dirigentes do país, para que fosse possível a viabilização das bases para o desenvolvimento científico.

O caráter utilitário da ciência não se restringia ao atendimento de necessidades imediatas da população, mas abrangia, na concepção alzatiana, a ampliação dos horizontes da própria existência. A ciência na concepção alzatiana estava impregnada pela ideia de “pátria”, ao compreender o potencial transformador da ciência e os benefícios advindos daí, especialmente a autossuficiência econômica. O conhecimento dos recursos da natureza americana e sua utilização racional, por meio de estudos, instrumentos e procedimentos científicos, proporcionariam a autossuficiência econômica, impactando necessariamente na situação política. E desta forma, se inseria num movimento social em favor da autonomia das colônias espanholas. A ciência por si só não faria surgir o país, mas permitiria capacitá-lo, através da descoberta de recursos, para seu crescimento futuro.

Suas palavras propunham o repúdio ao passado colonial, o poder da razão, a liberdade do pensar e o reconhecimento das potencialidades de sua terra. E nesta medida foram precursoras da autonomia do povo mexicano, como bem ressaltou Hernández Luna (1945, p. XXII), seu biógrafo.²

A ênfase na necessidade da exploração da natureza americana e do questionamento dos conhecimentos tradicionais conduziu a uma postura contestatória das condições sociais e políticas existentes, amparando os anseios de emancipação.

Por outro lado, o desenvolvimento das investigações científicas, pautadas em procedimentos da ciência moderna, sua divulgação entre os setores sociais e sua aplicação em benefício daquela sociedade, significariam etapas fundamentais para o engrandecimento da “pátria”. Desta forma, se visualizava a possibilidade de uma ciência própria, ou melhor, de um saber

² Cf.: ALZATE Y RAMÍREZ, José Antonio. *Gacetas de Literatura de México*, México, Tomo II, p. 247-248, ago. 1791.

científico construído segundo condições peculiares à realidade americana. Buscava, pela defesa da cultura, a construção da “nação”.

O “fazer ciência” em benefício social constituía componente primordial para o processo de conscientização da “nação” em formação.

Os “Conhecimentos úteis”

Na concepção alzatiana, os conhecimentos úteis eram aqueles que proporcionassem ou encaminhassem medidas que beneficiassem a sociedade. O caráter utilitarista da ciência orientou vários de seus estudos, onde procurou abordar aspectos importantes para o desenvolvimento da medicina, da agricultura, da mineração, da botânica, da física, da geografia, da astronomia:

- “Proyecto para desaguar la laguna de Tezcoco y por consiguiente las del Chalco y San Cristóbal”. 26/07/1767.

- “Memoria sobre el beneficio y cultivo del cacao”. 1768.

- “Método fácil para mejorar las cañerías que sirven para la distribución de las aguas de que se abastece el público de esta capital de México”. 1768.

- “Observación del paso de Mercurio por el disco del Sol.” 09/11/1769.

- “Eclipse de Luna del doce de diciembre de mil setecientos sesenta y nueve años”. 1769.

- “Plano geográfico de las inmediaciones de la imperial México”. 1776.

- “Memoria sobre la naturaleza y cultivo de la grana”. 1777.

- “Mapa del viaje hecho por el comisionado don José Antonio de Alzate y Ramírez para el reconocimiento de minas de azogue”. Dezembro, 1778.

- “La descripción de la aurora boreal”. México, 14/11/1779.

- “Advertencias sobre el mejor método para ensayar los metales de azogue”. 16/01/1780.

- “Preservativo contra la peste”. 1784.

- “Consejos útiles para socorrer a la necesidad en tiempo que escasean los comestibles”. 1786.

- “Sobre un específico para limpiar la dentadura y evitar el escorbuto.” 1787.

- “Memoria en que se trata del carbón mineral por lo respectivo a la Nueva España”. 1794.

- “Remedio contra el vómito prieto (fiebre amarilla)”. 1795.

Os conhecimentos “úteis” seriam instrumentos por excelência para o conhecimento da natureza hispano-americana, o que possibilitaria um melhor aproveitamento dos mesmos em benefício da população. Para alcançar este melhor aproveitamento, destacou Alzate, eram necessárias grandes investigações científicas:

El reconocer un fenómeno ignorado por los demás naturalistas: presentarlo con simplicidade y con la confianza de que no se pueda impugnar por nuevas observaciones: advertí las utilidades prácticas que puedan resultar a los hombres, con el móvil que debe dirigir a un aplicado a la historia natural, para presentar al mundo lo que ve, lo que registran sus ojos, dirigidos por la verdadera crítica, y por la ingenuidad. La naturaleza en Nueva España manifiesta muchos portentos naturales, que no deben ser ignorados por los que se dedican a saber lo que es la naturaleza y sus raras producciones [...] (ALZATE *apud* GARCÍA, 1990, p. 131).

A ciência médica, para Alzate era “la más interesante, porque por ella nos preservamos de los achaques que padece nuestra máquina, y proporciona medios para precaver las enfermedades que pueda padecer”³. Os temas e questões médicas ocuparam um espaço privilegiado em sua produção, com estudos sobre enfermidades, tratamentos médicos e propriedades medicamentosas de plantas mexicanas.

³ ALZATE Y RAMÍREZ, José Antonio. *Gaceta de Literatura de México*, México, p. 184-185, ago. 1793.

A discussão sobre as peculiaridades da natureza americana abrangia, igualmente, o quadro nosológico novo-hispano, ao procurar demonstrar que não existiam moléstias endêmicas próprias ao vale do México e questionar veementemente a atribuição de insalubridade conferida às condições físicas, como o clima e solo do México. Por outro lado, indicava a possibilidade de atenuação dos sintomas de algumas enfermidades altamente contagiosas na Europa, como o gálico, quando ocorria em terras mexicanas.

Analizou, também, a questão da causalidade das doenças, acompanhando as descobertas feitas após a descoberta do microscópio, e questionando a ideia do papel determinante de insetos ou pequenos animais na etiologia das enfermidades:

Luego que se descubrió el microscopio, y por su medio se registraron animales en las aguas, en las piedras y en las sustancias menos sospechosas de estar pobladas de vivientes que se ocultan a la simple vista, se presentó una legión de eruditos superficiales, que atribuían a los insectos invisibles todas las molestias a que estamos sujetos por nuestra miseria. Según su dictamen las fiebres eran causadas por insectos que se mezclaban a la sangre; la rábida dependía del cúmulo de ciertos animalillos perniciosos: en una palabra, estos parleros tenían al mundo en un continuado sobresalto con sus pretendidos insectos. Pero no se pudo decir a estos eruditos superficiales: los insectos no causan las enfermedades ni las epidemias; todo lo que les proporciona un alvergue acomodado a su subsistencia, es lo que los dirige a radicar su establecimiento: su abundancia no es causa de nuestros males, es un efecto [...] (ALZATE Y RAMÍREZ, 1791, p. 173).

Em seus estudos ocupou-se da varíola, da prevenção e cura da peste, do escorbuto, das cáries dentárias, da sífilis, da febre amarela, e de medidas e aparelhos para o tratamento de várias moléstias. O estudo das virtudes medicinais de produtos e plantas na cura de moléstias envolvia várias questões na abordagem alzatiana. Por um lado, analisava o potencial curativo de plantas e outros elementos e, por outro, apontava para o

desconhecimento ou o desprezo existente com relação às virtudes das espécies vegetais nativas e ao conhecimento médico indígena:

æpor qué en Nueva España casi se ha olvidado el uso de los medicamentos que la experiencia de tantos siglos tenía enseñados a los mexicanos? Las expediciones botánicas que en el tiempo por una sabia determinación de nuestros soberanos se ejecutan, contribuirán a renovar la práctica de la farmacia americana. Pero como ya en el día los indios tienen casi olvidadas sus costumbres, sus prácticas, me parece hago un grande servicio a la humanidad reimprimiendo la farmacia americana que publicó a principios del siglo pasado en esta ciudad un sabio médico, quien practicó aquí la medicina con mucho acierto según se percibe de la obra. [...]; pero en la frente de las páginas se dice Dr.Barrios, de la verdadera medicina, astrológica y cirugía. [...]. Si los españoles nos dedicásemos a registrar a nuestros autores de los siglos 15 y 16, æcuantas plumas quitaríamos a muchos estrangeros que nos venden como novedades conocimientos muy sabidos en la España? Permítaseme esta reflexión por amor a nuestra nación; porque yo, que no poseo más de una ligera aplicación, he verificado una multitud de plágios (ALZATE Y RAMÍREZ, 1790, p. 320).

Procurou, reiteradas vezes, citar a importância dos conhecimentos médicos dos índios, especialmente a utilização de inúmeros vegetais no tratamento médico, como os medicamentos tradicionais ao *çbautlí*, um vegetal nativo. A experiência e a observação eram, a seu ver, fundamentais para o conhecimento das virtudes dos vegetais, pois de acordo com o clima e o solo em que cresciam os vegetais não apresentavam grandes diferenças, mas distinguiam-se segundo variações de outra natureza (calor, operações químicas).

A mineração, “el nervio principal del reino”,⁴ necessitava também de novos conhecimentos que a incrementassem, para que “la mayor parte

⁴ ALZATE Y RAMÍREZ, José Antonio. *Asuntos varios sobre ciencias y artes*, México, n. 6, lunes, 30 nov. 1772.

de sus habitantes se liberten de la miséria”.⁵ Os conhecimentos da geografia da América, como se referiu Alzate, eram indispensáveis para a vida humana, para o manejo de questões da maior importância. Observações de fenômenos físicos (tremores) e astronômicos (eclipses) foram objetos de vários artigos, sempre imbuídos da ideia de utilidade destes conhecimentos.

As culturas de algodão e do anil, consideradas de grande necessidade e interesses econômicos tendo em vista suas diversas utilidades, eram descritas de forma detalhada, apresentando suas qualidades, potencialidades e formas de cultivo. A cultura da cochonilha, igualmente de interesse econômico (para tinturas) e com condições bastante favoráveis nas terras mexicanas, mereceu os esforços de Alzate “por el amor a mi patria y a mi nación”.⁶

Construção da ideia de “mexicanidade”

A construção de uma ideia de “mexicanidade” está sendo compreendida como o processo de elaboração e afirmação de valores direcionados para “imaginar” uma comunidade política. Neste sentido, vários fatores e espaços contribuíram para esta formação da “pátria”. A polêmica sobre a visão europeia imputada à América, a missão científica dos *criollos*, a renovação científica e cultural na Nova Espanha foram elementos configuradores dos valores para a “imaginação” da “mexicanidade”.

A ciência na visão de José Antonio Alzate estava impregnada pela ideia de “pátria”, tendo em vista o seu potencial de transformação, como a conformação de uma nova mentalidade, que proporcionaria grandes benefícios públicos. O conhecimento científico verdadeiro não faria

⁵ ALZATE Y RAMÍREZ, José Antonio. *Observaciones sobre la física, historia y artes útiles*, México, n. 2, 21 mar. 1787.

⁶ ALZATE Y RAMÍREZ, José Antonio. Memoria en que se trata del insecto grana o cochonilha, de su naturaleza y série de su vida, como también del método para propagarla y reducirla al estado en que forma uno de los rumos más útiles de comercio, escrita en 1777 por el autor de esta Gaceta. *Gaceta de Literatura de México*, México, P. 246-247, nov. 1793-ene. 1794.

surgir a “pátria”, mas a capacitária. Por outro lado, o desenvolvimento de investigações científicas, através dos procedimentos mais modernos e de sua divulgação, representava uma etapa fundamental para o surgimento de uma ciência própria, isto é, construída segundo os critérios e as condições peculiares à realidade americana.

Reconhecia a aptidão e capacidade dos mexicanos para a ciência, para a observação e experiência, recusando a visão de inferioridade imputada por pensadores europeus e a prática da imitação. A ciência era universal, e por tal não constituía patrimônio exclusivo de nenhum povo. O fundamento deste pensamento encontrava-se justamente no esforço pelo conhecimento científico da natureza mexicana.

Alzate, como outros ilustrados mexicanos, não ignorou os discursos de pensadores europeus e propôs-se a corrigir aquilo que considerava erros e equívocos cometidos por estes ao comentarem sobre o continente americano, especialmente as injúrias e incorreções, na concepção dos cientistas *criollos*, de Cornelius De Pauw e da *Encyclopédie*, de Diderot e D’Alembert. Denunciou o grau de impropriedade dos materiais da *Encyclopédie* no que se referia à natureza da Nova Espanha. Para Alzate os autores da *Encyclopédie* não só feriam a “pátria” mexicana com suas falsas suposições, como também despojavam sua história de todos os seus valores e méritos.

As críticas direcionavam-se, fundamentalmente, a De Pauw, “filósofo anti-americano, a tratar a la América de tierra infeliz porque predominan los mosquitos, cuando ya vemos que en Langüedoc, [...], aún se experimenta esta molesta plaga?”.⁷ Questionava, inclusive, a forma pela qual o filósofo arquitetou sua obra, ou seja, tratou das produções da América trancado em seu gabinete em Berlim, sem observar diretamente aquela natureza. Sugeria-lhe que contemplasse com vagar a natureza europeia, e assim poderia constatar, por exemplo, que as espécies vegetais do Velho continente não eram tão superiores em vigor e tamanho que as congêneres americanas. À máxima depauwniana da incapacidade intelectual dos novo-hispanos,

⁷ ALZATE Y RAMÍREZ, José Antonio. *Gaceta de Literatura de México*, México, p. 379, feb. 1792.

nosso cientista crioulo retrucava traçando alguns aspectos da vida cultural desenvolvida por estes:

[...] pero si vuestra merced no tuviese lagañas, si ... vería que México es una de las ciudades principales del orbe; vería que la literatura no se halla tan atrasada, porque tanto libro que se conduce, como consta en las Gacetas, diez o más librerías ¿a quiénes surten? ¿a los apaches o kalmucos? ¿Ha visto vuestra merced que alguna cátedra permanezca vacante en la Real Universidad y colegios de enseñanza por falta de sujetos? ¿Ignora vuestra merced que para un concurso u oposiciones a curatos se presentan a centenares? ¿No se cuentan en solo México más de 200 abogados? ¿El número de médicos no es el suficiente, sino es sobrado? [...]. ¿Pero pasará en silencio que se hallan muchos aplicados a las matemáticas, a la física experimental, etcétera, etcétera? [...]. ¿Y el que se dedica aquí a las ciencias naturales a qué puede aspirar? [...]. Ya no me hace fuerza que los extranjeros hablen tan indignamente de Nueva España, si un Regnicola renegado que viene con crédito de aprovechamiento a nuestra vista estampa tan injuriosa expresión! [...] (ALZATE Y RAMÍREZ *apud* MORENO Y DE LOS ARCOS, 1989. p. 112).

O reconhecimento das potencialidades naturais representava um dos caminhos para a criação e afirmação da consciência da nacionalidade. Importava, ainda, conferir àquela comunidade um passado que lhe fosse próprio. A defesa dos antigos mexicanos, do passado asteca, era de grande significação neste processo, pois a presença colonial, com suas prerrogativas, os havia privado de sua história.

A história antiga, como uma das manifestações na formulação desta consciência, foi defendida por Alzate, começando pela preocupação com os registros desta história. Consciente do pouco número de documentos conservados e da destruição de muitos, mostrava a necessidade de se conservar por escrito muitos destes registros, para que se indicasse e se

descobrisse o “genio, el carácter, las costumbres de la Nación Mexicana”⁸. A produção de uma literatura a respeito dos índios, suas características, seus costumes, suas inclinações tornavam-se, então, imprescindíveis para porem fim às ideias superficiais e distantes da verdade.

Provocava-o, particularmente, a ideia de que a botânica nunca se desenvolvera no solo mexicano, levando-o a invocar seus anseios patrióticos para refutá-la:

En honor de la patria y de la nación concluyo con esta refleja. Se dijo en una de las arengas que la botánica no se había cultivado en Nueva España; si esto se dice respecto al conocimiento de las virtudes de las plantas es proposición que desmiente la historia. El sabio Hernández poco después de conquistado México colectó mil y doscientas plantas medicinales; en Europa, en aquel tiempo, el número de las oficinales conocidas no llegaba a tal número. æSe había pues cultivado la botánica medicinal por los indios mexicanos? Los que a estos procuran vilipendiar con el título de bárbaros, idiotas, etcétera, no se hacen cargo de que disminuyen el honor debido a la nación española. Va mucha diferencia de conquistar a una nación civilizada a subyugar alguna bárbara (ALZATE Y RAMÍREZ, 1789, p. 68).

Na sua concepção de ciência, o conhecimento deveria ser elaborado e difundido de modo a que todos, doutos ou ignorantes, tivessem acesso a seus benefícios. E isto o encaminhava a mais uma crítica à obra de Lineu, na medida em que a forma em que esta havia se estruturado teria prejudicado o conhecimento do verdadeiro das plantas, por ter usado uma nomenclatura que não respeitava os nomes já batizados pelos seus habitantes, especialmente pelos indígenas.

Na sua perspectiva, a ciência útil encaminhava-se para um plano de transformação econômica do país, conduzindo-o para sua autonomia econômica e retirando o povo da miséria. O ensino e a divulgação de

⁸ ALZATE y Ramírez, José Antonio. Prólogo del autor. *Gaceta de Literatura*, México, 15, p. 1-4, ene. 1788.

conhecimentos úteis, novos cultivos, novas técnicas, novos tratamentos para as enfermidades e novas espécies indicariam ao novo-hispano a potencialidade de sua terra para produzir e para libertar-se dos produtos dos estrangeiros.

Alzate recorreu à experiência europeia para proclamar esta transformação econômica:

Luego que las naciones europeas reconocieron que la principal riqueza consiste en utilizar las producciones de cada país, para libertarse de la compra de géneros extranjeros, establecieron compañías, propusieron premios, fundaron academias para lograr por estos seguros caminos el acierto; el cultivo de las abejas ha sido de los ramos de comercio en que se ha puesto mucha atención.[...]. Si en Nueva España se hubiese de tratar de propósito de estos insectos, serían necesarias muchas plumas hábiles para efectuarlo porque es inmensa la variedad de abejas que crían cera y miel; [...], si este ramo de industria se fomentase,[...] la Nueva España lograría un sobrante de cera que podría remitir de mar en fuera (ALZATE Y RAMÍREZ, 1787).

Enfatizava que o estudo da natureza era extremamente útil quando cultivado apenas para a instrução das pessoas, e esta utilidade expandia-se quando se direcionava para o bem público. Inúmeros eram os exemplos, clamava, de recursos naturais da sua terra que poderiam converter-se em produtos de boa rentabilidade e representar a auto-suficiência econômica.

O desejo de ser útil à “pátria” expressava-se como uma missão, transcendendo os limites de sua trajetória científica e cultural.

Considerações finais

Estes pensadores, ilustrados e *criollos* como Alzate, começavam desta forma, ou seja, pela defesa da natureza americana, pelo conhecimento de seus recursos e pela utilização dos mesmos, a afirmar valores constitutivos para a formação de outra “pátria”, à qual se dedicavam. Era a conscientização

de outra “pátria”, que não era a Espanha, e nem aquele México colônia, mas sim algo distinto, que lhe era próprio.

A elaboração de uma cultura autóctona e independente era uma das missões alzatianas. Defendia os seus de seu tempo e os antigos, que lhe conferiam um passado, uma história e, portanto, sua existência. Forjava a cultura *criolla* e a nova “pátria”.

O debate em relação ao verdadeiro conhecedor da natureza das terras americanas representou um dos fatores desencadeadores da construção da consciência “nacional” na Nova Espanha. Este movimento adquiriu um rumo especial com a polêmica sobre a natureza americana, cujos desdobramentos conduziram a um questionamento do relacionamento da colônia com a metrópole, como apropriadamente ressaltou o historiador da ciência.

José Antonio de Alzate y Ramírez embora, em momento algum, tenha proposto a separação política da colônia em relação à metrópole, contribuiu efetivamente para a construção do orgulho *criollo*, fomentando uma consciência mexicana. Era a “mexicanidade” compreendida na exaltação da natureza e de seu homem, na afirmação de suas peculiaridades e no conhecimento de si e de sua terra: “Mi amor a la patria, amor que me obligaría a sacrificar mi vida, si fuese necesario, es el que me ha obligado y obliga aún a continuar en mi primer empeño.”(ALZATE Y RAMÍREZ, 1788-1790, p. 419).

Importa afirmar que aos termos “nação” e “pátria” eram conferidos vários sentidos, mudando seu conteúdo semântico conforme a época e o espaço no qual eram apropriados. Na América Espanhola, estes conceitos passaram por diferentes estágios, sendo, inicialmente, compreendidos a partir da afirmação de sua hispanidade, da pretensão de serem iguais aos espanhóis da Espanha. Com o impacto da Revolução Americana, a compreensão ampliou-se e a “nação” é configurada contemplando toda a América. Posteriormente, esboça-se o sentimento de pertencimento a um solo distinto, que não é mais o espanhol e nem o continente americano como um todo.

A inclusão destes conceitos no pensamento dos ilustrados *criollos*, neste momento de um “patriotismo arqueológico”, não representava, ainda, o desejo de integrar a população indígena naquele organismo social, mas, primordialmente, a necessidade de afirmar-se distintamente dos espanhóis.

A “pátria” compreendia alguns segmentos sociais, ou melhor, era a “nação” branca. Nesta mesma perspectiva inseria-se a substituição do termo *criollo* por americano, conotação esta que ampliava do sentido etnográfico para matizes políticos, culturais e econômicos, isto é, como um grupo com interesses, cultura e sentimentos definidos.

Nos escritos de ilustrados, como Alzate, eram frequentes as expressões “nuestra nación”, “nuestra América”, “patriotas americanos”, que esboçavam a configuração de um sentimento, de que aquela terra, a Nova Espanha, não era só um território em contraposição à Espanha, mas também uma comunidade que principiava os passos em direção a uma “pátria”. As questões, que eram tratadas por estes ilustrados originavam-se, segundo suas próprias palavras, no “honor que se debe a la Patria y a la Nación”.

O sentido de “pátria” é claramente distinto do significado que lhe foi efetivamente conferido posteriormente, entretanto representava a sua ligação àquele território no qual habitavam. Este sentimento de “pertencimento”, acreditamos que representava o embrião de uma conscientização do ser americano. E neste sentido pontuamos a correlação da prática científica e o processo de emancipação em construção, que, em um momento posterior, alcançará outro norte, a independência política propriamente dita. Buscavam o reconhecimento de sua existência diferenciada, de sua capacidade intelectual, de sua autonomia para usufruir seus recursos e forças. O processo de autonomia iniciava-se, então, no campo intelectual, cultural, para depois projetar-se politicamente.

As ideias, atitudes e os comportamentos destes ilustrados, expunham uma consciência, embora difusa, e um pressentimento da nova entidade social e política que era gestada. Expressavam uma nova mentalidade latino-americana.

Referências

- ALZATE Y RAMÍREZ, José Antonio. *Observaciones sobre la física, historia natural y artes útiles*, México, n. 6, 16 mayo, 1787.
- _____. Carta al autor de esta gaceta. *Gaceta de Literatura de México*, México, v. I, n. 16, p. 68, 7 de enero de 1789.

- _____. *Gaceta de Literatura de México*, México, p. 320-321, febrero, 1790.
- _____. *Gaceta de Literatura de México*, México, Tomo I, p. 419, 1788-1790.
- _____. *Gaceta de Literatura de México*, México, p. 172-173, abril, 1791.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- CÁMARA, Francisco López. *La génesis de la conciencia liberal en México*. México: UNAM, 1977.
- CARRERAS, Sandra; ZEITER, Katja Carrillo. Las ciencias en la formación de las naciones americanas. Una introducción. In: _____. *Las ciencias en la formación de las naciones americanas*. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2014, p. 9-23.
- CLAVIJERO, Francisco Javier. *Historia Antigua de Mexico*. México: Editorial Porrúa, 1987.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- FALCON, Francisco José Calazans. Da Ilustração à Revolução - percursos ao longo do espaço - tempo setecentista. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 87, jan.-jun. 1989.
- FEDER, Rafael Guevara. En busca de la tradición científica del México independiente: una cita, un cuento y un gráfico. In: GÓMEZ, Ambrosio Velasco (Coord.). *Humanismo novohispano, Independencia y liberalismo - continuidad y ruptura en la formación de la nación mexicana*. México: UNAM, Secretaría de Desarrollo Institucional: Programa Transdisciplinario em Investigación y Desarrollo para Facultades y Escuelas, 2009, p. 275-286.
- GARCÍA, Alberto Saladino. *Dos científicos de la Ilustración Hispanoamericana: J. A. Alzate y F. J. de Caldas*. México: UNAM: Universidad Autónoma del Estado de México, 1990.
- _____. Idea de la ciencia en José Antonio Alzate y Ramírez de Santillana. *Ciencia UANL. Revista de Divulgación Científica y Tecnológica de la Univ. Autónoma de Nuevo León*, México, v. II, n. 3, p. 227-229, jul.-sep. 1999.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- HERNÁNDEZ LUNA, Juan (Selec.). *José Antonio Alzate*. México: Secretaria de Educación Pública, 1945.

- MORENO Y DE LOS ARCOS, Roberto. *Linneo en México. Las controversias sobre el sistema binario sexual 1788-1798*. México: UNAM, 1989.
- _____. *Ciencia y conciencia en el siglo XVIII mexicano*. México: UNAM, 1994.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de Revolução no Brasil (1789-1801). Estudo das formas de pensamento*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- PIZARRO, Ana. *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo; Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994.
- SALDAÑA, Juan José (Coord.). *Historia Social de las Ciencias en América Latina*. México: Coordinación de Humanidades, Coordinación de la Investigación Científica/UNAM, 1996.
- VILLORO, Luís. *El proceso ideológico de la Revolución de la Independencia*. México: ONA, 1967.

*Patria y libertad: el lenguaje político como estrategia de lucha esclava en la Buenos Aires revolucionaria (1806-1816)**

NATALIA GUEVARA JARAMILLO
Universidad Nacional Autónoma de México

Resumen: Los cambios políticos que acompañaron a las independencias latinoamericanas dejaron su huella en el lenguaje de la época. En Buenos Aires, capital del virreinato del Río de la Plata, este lenguaje se popularizó de manera considerable. Un ejemplo de ello fueron las peticiones realizadas ante la justicia por hombres y mujeres esclavizados, con el fin de reclamar lo que consideraban como su derecho. Por medio de varios casos de esclavizados litigantes en Buenos Aires, pretendo ilustrar su uso de los conceptos *patria* y *libertad* como argumentos a su favor. Planteo que este lenguaje, que empezaba a describir una nueva experiencia política americana, fue asimilado a la situación de los esclavizados con el fin de respaldar sus solicitudes de manumisión o cambio de amo. En este sentido, ellos hicieron parte de las transformaciones políticas que vivió la sociedad rioplatense.

Palabras clave: Patria; Libertad; Lenguaje político.

Abstract: Political changes associated with Latin-American independences, left their mark in language. In Buenos Aires, capital of the Viceroyalty of Rio de la Plata, this language became popular in a significant way. Examples are the petitions made by enslaved man and women in the pursuit of what they considered their rights. Based in several cases of enslaved people in Buenos Aires, I intend to illustrate their use of the concepts *homeland* and *freedom*, as arguments supporting their petitions. I propose that this language, which was starting to describe a whole new political experience, was assimilated to the enslaved people's situation, with the purpose of supporting their demands for freedom or change of master. Thus, they took part of the significant political transformations of Rio de la Plata's society.

Keywords: Homeland; Freedom; Political language.

* Recebido em 05 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 24 de setembro de 2015.

Una patria con significados cambiantes

En 1806 y 1807, tropas inglesas invadieron el puerto de Buenos Aires. El ataque, que empezó en los confines de la América Hispánica, evidenció el poco dominio de la metrópolis y las grandes carencias militares de unas fuerzas que habían sido destinadas al control de la campaña y de la frontera indígena (HALPERIN, 2002, p. 136). Los miedos alimentados por la revolución haitiana y por un supuesto conato de rebelión esclava ocurrido en 1794, motivaron a las autoridades de la ciudad a tomar medidas inmediatas para impedir un levantamiento. En cuanto el general inglés William Carr Beresford tomó el gobierno de la ciudad, publicó un bando que establecía que los cautivos seguirían sujetos a sus amos, y advertía que quienes hicieran caso omiso a este decreto serían duramente castigados (DI MEGLIO, 2007, p. 78-79). El francés Santiago de Liniers, al servicio de la marina hispana, organizó un movimiento popular de voluntarios que defendieron la ciudad y la retornaron a control español. El movimiento de resistencia fue conducido desde Montevideo y conformado por tropas que venían de allí o que habían sido reclutadas en la campaña cercana y en la capital. Distintos sectores sociales hicieron parte de la defensa de la ciudad y, según los testimonios de la época hubo mujeres, adolescentes y esclavizados participando de manera activa en el episodio (DI MEGLIO, 2007, p. 80).

Cuando las tropas inglesas regresaron reforzadas en 1807, el cabildo y los oficiales de las milicias reclutaron fuerzas aún más grandes y volvieron a movilizar a los sectores populares de la ciudad en torno a su reconquista (JOHNSON, 2001, p. 3). Esta vez, un poderoso ejército al mando del general John Whitelocke invadió la ciudad, pero fue atacado desde los cuarteles y las casas y asediado por hombres y mujeres que, sin pertenecer a las milicias, se desplazaron de manera rápida y causaron unas 3000 bajas entre los ingleses. El mismo Whitelocke señalaba que desde sus viviendas, amos y esclavizados habían contribuido en la defensa que, según Di Meglio, se caracterizó por su falta de coordinación general y por la gran movilidad de sus participantes (DI MEGLIO, 2007, p. 83).

Aunque los invasores fueron expulsados de la ciudad, el episodio resultó devastador para la dominación hispana en la región, pues generó un

fuerte sentimiento de autonomía y de deslegitimación del poder real debido a la deslucida actuación del virrey Sobremonte, quien huyó de la ciudad llevando consigo el tesoro real (CRESPO, 2010, p. 219). A su vez, la defensa fue concebida como una tarea colectiva, en la cual toda la sociedad había intervenido (DI MEGLIO, 2007, p. 82). De esta manera, las invasiones inglesas promovieron la militarización de los miembros de la plebe de Buenos Aires, entre ellos los esclavizados, y generaron nuevas formas de identidad que serían fundamentales en la sociedad de la década siguiente.

En 1808, un esclavizado llamado Ylario Almando instauró ante la justicia una petición para obtener la libertad prometida por su amo tiempo atrás. Ylario había servido en el batallón de pardos libres de infantería de Buenos Aires. Como soldado, había prestado sus servicios a la ciudad

[...] Lleno del deseo de sacrificar primero la vida como aquellos muchos que hoy se ven mutilados con tanto honor y gloria antes que sobrevenir a la desgracia de ver entregada la Patria, a ajenada y enemiga dominación. Nunca se abra visto Excelentísimo Señor un hecho como el referido, ni que más pruebe lo que puede la lealtad de un fiel vasallo, y el amor de la patria que se defendía, pero no otro mas infortunado que yo pues no me cupo la suerte de lograr por este medio la libertad que otros gozaron ni tenido más ventaja que el poder dar de mí prest una suma muy corta que no alcanza a la mitad de mi valor.¹

La *patria* de la cual hablaba Ylario no puede ser entendida como la *nación* argentina en un sentido moderno. Más bien, es posible que Ylario hiciera referencia a una “gran comunidad panhispánica” (PEREZ VEJO, 2010, p. 70), amenazada por otras potencias europeas. En otras palabras, en un momento en el cual las naciones hispanoamericanas todavía eran inexistentes, la *patria* que Ylario había defendido no era la argentina, sino la

¹ “Ylario, esclavo de d. Martin Callera. Solicita alguna gracia para ayuda de libertad por sus servicios en la defensa de esta capital”, 1808, Archivo General de la Nación, Buenos Aires, en adelante AGN-BA, Sala IX 13 1 5.

española. Di Meglio explica que la *patria*, en aquel entonces, era entendida como el lugar de origen, en una referencia amplia a donde se vivía; es decir, la *patria* era más un principio que un territorio (DI MEGLIO, 2009, p. 37-38). Con la revolución de Mayo, ocurrida en 1810, este concepto continuaría difundándose con rapidez y adquiriría nuevas connotaciones.

El caso de Ylario Almando no fue inusual en la Buenos Aires de la época. Allí, los archivos de peticiones militares aún conservan distintas solicitudes de otros esclavizados que se amparaban en su participación en la reconquista y defensa de la capital para demandar su libertad. Sus testimonios, aunque breves, nos hablan acerca de cómo allí, en los años previos a la revolución, el servicio militar se había convertido en una alternativa de libertad y de reclamo de derechos en la esfera judicial.

La defensa de la *patria*, noción de amplia difusión en la sociedad de Buenos Aires, se convirtió en un argumento para que hombres como Ylario Almando reclamaran su libertad. Aunque estas peticiones no siempre fueron resueltas a favor de los esclavizados, el uso de este concepto empezó a hacer parte de las herramientas legales a las cuales recurrían para hacer reclamos ante la justicia. Estos discursos, producidos en la esfera legal con la ayuda de funcionarios como abogados, procuradores y defensores de pobres, ejemplifican la *democratización* del lenguaje político de la época, es decir, su masificación, popularización y amplia difusión entre actores sociales muy diversos (FERNÁNDEZ TORRES, 2009, p. 94-95; ZERMEÑO, 2014, p. 18).

En 1810, una fuerte oligarquía mercantil, surgida del auge comercial y económico de la provincia de Buenos Aires durante las décadas anteriores, promovió la creación de una junta de gobierno encabezada por el virrey Cisneros. Sin embargo, unos días después, fue conformada una Junta Provisionaria que lo excluyó, pero ganó el apoyo de las fuerzas militares e incluyó al comandante del cuerpo de patricios, Cornelio Saavedra, como su presidente (DI MEGLIO, 2007, p. 90). El cabildo y las milicias se convirtieron en centros del poder político local y sus líderes buscaron el apoyo de la plebe, definida en los discursos de la época como el *pueblo*. En los relatos históricos de finales del siglo XIX y en la enseñanza, los acontecimientos revolucionarios fueron representados como “una empresa

colectiva en la que participaron todos los porteños” (DI MEGLIO, 2007, p. 91; HALPERIN, 2002, p. 168). De acuerdo con Di Meglio, los sectores populares estuvieron presentes en la coyuntura mediante distintos mecanismos: las milicias, cuyo apoyo a la Junta Provisoria fue fundamental para excluir de ella al virrey; las redes municipales, conformadas por los alcaldes de barrio, quienes usaban su influencia para asegurar el apoyo al nuevo régimen; la difusión de noticias revolucionarias leídas en las iglesias; la celebración de fiestas patrias y el fomento a las delaciones de los opositores. Estas estrategias generaban la impresión de que la revolución era un asunto de todos los habitantes de Buenos Aires (DI MEGLIO, 2007, p. 93-96).

A partir de 1810, la *patria* a la que habían servido los esclavizados se transformó y, después de ser una *gran comunidad panhispánica*, empezó a identificarse con el proyecto revolucionario que asumió el poder el mismo año. Además de estar al tanto de este cambio conceptual, que entrañaba profundas transformaciones políticas, los esclavizados contribuyeron con él en la medida en que se valieron de esta noción para reclamar su libertad o el pago de asignaciones ganadas con su vinculación a los ejércitos. Para Koselleck el término *patria*, que había empezado a hacer su aparición en la vida política europea a comienzos del siglo XVIII, estaba ligado con la Ilustración y con la modernidad, e implicaba la “auto habilitación del ciudadano adulto”, es decir, la consideración de la voluntad general en vez de la discrecionalidad del monarca. Así, el *patriotismo* empezaba a ser vinculado con el Estado republicano y la *patria* se emancipaba del padre para convertirse ella misma en sujeto (KOSELLECK, 2012, p. 145-147).

La dimensión sentimental era clave en el *patriotismo*; a la *patria* se le dedicaban servicios y bienes y era necesario defenderla, servirle, salvarla y liberarla. Dicha *patria* se convirtió, en palabras de Di Meglio (2009, p. 40), en el “principal principio identitario colectivo después de la Revolución”, por lo cual no resulta extraño que fuera invocada en las peticiones realizadas ante la justicia. En el marco de los cambios políticos del periodo revolucionario, el *servicio a la patria* fue utilizado de manera recurrente como un argumento para el reclamo de lo que los esclavizados consideraban como justo. Así, aunque el concepto de *patria* se transformó, continuó siendo un referente clave para los esclavizados en sus solicitudes legales.

Servir a la patria durante los años revolucionarios

A partir de las invasiones inglesas, la sociedad de Buenos Aires vivió un proceso constante de militarización, en el cual los esclavizados participaron de manera activa. En esta época de guerra, las levas de “vagos” y “ociosos” en la campaña y los decretos de *rescate* en la ciudad fueron formas de reclutamiento forzoso de los esclavizados. El *rescate* establecía que los amos debían vender una parte de sus cautivos, quienes debían prestar servicio en calidad de libertos durante cinco años, después de los cuales serían manumitidos. No obstante, la vinculación a los ejércitos y milicias no siempre se produjo en contra de su voluntad. Este fue el caso de Cruz Aguilera, un mulato fugado que se refugió en el ejército. El esposo de su propietaria acudió a la justicia en 1812 para reclamarlo y relató que, luego de haberse fugado por ser reprendido en varias ocasiones, había aparecido incorporado en el cuartel del Regimiento n. 2 de la capital. El demandante decía que, para apartarse de sus amos, Cruz “buscó el valerse del lustroso servicio de las Armas” diciendo que era libre.² En la misma época Antonio Lima, esclavizado de doña Maria Mercedes Pont, se fugó de la fábrica de sombreros de sus propietarios para incorporarse a los libertos que estaban marchando hacia la Banda Oriental con el Regimiento no. 10.³ En 1815, Francisco Zorrilla, quien había pertenecido a doña Maria Saturnina Sierra, instauró una petición para que con los sueldos devengados en la Marina se le permitiera comprar su libertad. Su ama, además de quejarse de su “genio espirituoso, atrevido e insolente”, contó que al quedar viuda envió a Francisco a trabajar como marinero en un lanchón, de donde se fugó transbordando a una embarcación militar. Después de huir, Francisco había participado en una de las acciones militares contra los ejércitos realistas que defendían Montevideo en 1814, “preparando a las armas libertadoras

² “Expediente promovido por don Diego Rodriguez reclamando un mulato esclavo de su muger doña Nicolasa Aguilera nombrado Cruz Aguilera, que habiendo se le profugado, ha comparecido incorporado entre varios reclutas en el Quartel de Regimiento n. 2”, 1812, AGN-BA, Sala IX, 2382, Exp. 928.

³ “Buenos Aires, enero 12 de 1815. Doña Maria Mercedes Pont”, 1815, AGN-BA, Sala X 8 7 5.

su mayor timbre y a la Patria el mayor triunfo”. Francisco continuó en el servicio hasta que su comandante lo envió a Buenos Aires por petición de su ama.⁴

Otro caso de reclutamiento voluntario fue el de tres bozales de nación mina quienes, en marzo de 1811, solicitaron que se les permitiera pertenecer a las milicias:

Vicente Escalada

Juan Alagón

Vicente Vivar

Exponen sus deseos de sacrificarse por *este pays que reputan su patria*, como lo hicieron quando la Invasion de los ingleses: suplican se les permita la formacion de un cuerpo de milicias urbanas *de los esclavos de su misma nacion*: que se les nombre de comandante al oficial que elijan, y que sea del Superior agrado; y que para que a sus amos no les resulte perjuicio alguno, se sujetara dicho cuerpo a su instruccion o disciplina en solos los dias de fiesta, debiendo estar siempre prontos a desempeñar en qualquiera caso las ordenes superiores. Que no quieren sueldo ni gratificacion alguna.⁵

Aunque el documento no profundiza en la petición, ni habla con detalle sobre los solicitantes, es posible pensar que su demanda tenía que ver con la creación de un espacio de articulación étnica, a la usanza de las *sociedades africanas* existentes en Buenos Aires durante el periodo revolucionario. Estas agrupaciones eran espacios de creación de redes sociales, los cuales reunían a integrantes de una misma región africana. Las *sociedades* diferían de las cofradías virreinales en que eran organizaciones más informales e independientes del clero, aunque también tenían

⁴ “Expediente promovido por el moreno nombrado Francisco, esclavo de doña Maria Saturnina Sierra, sobre que con sus sueldos devengados en la Marina, apreciada su persona, se le de la libertad”, 1814, AGN-BA, Catálogo Trata de Esclavos, Registro 494, 1814-1815; Originalmente en Guerra y Marina Sala IX 24-5-6, Leg. 47 Exp. 18.

⁵ “Los esclavos minas de nacion Vicente Escalada – Juan Alagon – Vicente Vivar”, 1811, AGN-BA, Sala X, 325, n. 354.

finalidades espirituales (ROSAL, 2009, p. 152-156).⁶ En la petición citada, llama la atención cómo los solicitantes incorporaron el lenguaje político de la época al hablar de este “pays” como su “patria” pese a ser bozales; sin embargo, también es presumible la intervención de algún funcionario en la elaboración del documento.

La vida militar llegó a ser percibida por algunos esclavizados como una opción ante situaciones domésticas conflictivas, cambios indeseados de amo o promesas incumplidas de libertad. En 1813 Miguel, un bozal de propiedad de don Fernando de Castro, pedía a las autoridades que le permitieran enrolarse al ejército “siendo mi ánimo *servir a la soberanía patria*”. Castro, posiblemente originario de la península, le había prometido la libertad a Miguel después de 10 años de servicio, pero antes de consolidar su ofrecimiento, se había ido de viaje a Europa; en su ausencia, su esposa envió a Miguel con otro amo, quien murió. Su viuda contrajo matrimonio, y el nuevo esposo pretendía vender a Miguel quien, en un intento por evitar pasar a otro amo, decía que “parece justo que en ausencia de los amos legítimos siguiese el servicio de las Armas en el cuerpo de esclavos o donde disponga el supremo Gobierno interin no vengan mis amos”.⁷

En una sociedad tan militarizada como la de Buenos Aires, el ejército y sus emblemas ocupaban un importante lugar simbólico en la reafirmación de los bandos en disputa. El 24 de julio de 1812, después de descubierta una conspiración contrarrevolucionaria liderada por el español europeo Martín de Álzaga,⁸ la Gaceta de Buenos Aires publicó el “Oficio para la libertad del negro denunciante” del episodio, el cual señalaba que:

⁶ Sin embargo, el mismo autor señala que otros estudios han refutado que el criterio predominante de organización de las sociedades africanas fuera el étnico, pues en ocasiones los miembros del mismo grupo se escindían en distintas sociedades. Este fue el caso de los *congos*.

⁷ “El moreno Miguel esclavo de don Jose Fernandez de Castro, sobre su libertad”, 1813, AGN-BA, Sala IX, 23 8 4, 1813-1814, Exp. 1040, fol. 1r.

⁸ Álzaga, junto con otros europeos, promovió un motín que fue descubierto y duramente reprimido. El episodio agudizó las medidas contra los peninsulares (HALPERIN, 2002, p. 184).

Queriendo el gobierno dar una prueba de su gratitud y estimación a la persona del negro Ventura esclavo de D^a Valentina Jeijo que fue el primer denunciante de *la horrible conspiración contra la patria*, que acaba de descubrirse, ha venido en concederle la libertad, y el uso del uniforme del regimiento número 2 con un escudo en el brazo izquierdo, que tenga la siguiente inscripción: por fiel a la patria: que se le den cincuenta pesos fuertes por vía de gratificación y *un sable para custodia de su benemérita persona*, declarándosela con obcional (sic) sueldo de soldado de la patria siendo de cuenta del estado suministrarle el uniforme cuando lo necesite por todo el tiempo de su vida: y (a fin de) que se satisfaga a la dicha S^a trescientos pesos en que se regula el valor del esclavo [...].⁹

Parte del importante valor simbólico de la recompensa ofrecida a Ventura era el hecho de que se le otorgara un sable, arma de gran valor militar, cuyo uso había permanecido prohibido para los negros y mulatos durante el periodo virreinal. Armar a la población de ascendencia africana era considerado peligroso, debido a su supuesta proclividad a la rebelión y a la incertidumbre sobre sus lealtades. Por ello, los soldados pardos, morenos y negros apenas estaban dotados de lanzas y machetes, instrumentos menos amenazadores que las armas de fuego (VINSON, 2003, p. 14-15).

Estos discursos vinculaban el *servicio a la patria* con su defensa de los enemigos por medio de las armas. El concepto de *patria* adquiría un significado emocional, al ser asociado con valores como el honor, la lealtad, la valentía y el amor al lugar de origen. Ventura no fue el único esclavizado que se valió de la noción de *traición a la patria* como argumento en un litigio. Un caso similar fue el de *Juana de la Patria*, quien explicaba que

como profesase un verdadero amor al actual sistema, compadecida acaso del trastorno que podía causar la correspondencia que mantenía mi señora Doña Juana a N (¿) desde Potosí, a Oruro, en que le significaba al

⁹ *Gaceta de Buenos Aires*, v. 3, Viernes 24 de julio de 1812, p. 64. Las cursivas son mías.

européo Juan Urta el estado de nuestras tropas con otras cosas de gravedad; tuve por conveniente, hacer presente esta perfidia al Alcalde de primer voto de aquella villa, quien impuesto de la verdad procedio a hacer la pesquiça, la que justificada por los autos que se formaron se procedio al Embargo, y secuestro de todos los bienes a los citados Antipatriotas cuyo producto, despues de verificado el Remate, con las pocas cosas que podían haber quedado hacendería a mas de doce mil pesos... Suplico a VS se digne ordenar certifique sobre el contenido de lo que llevo expuesto, como asi mismo; si amerito de aquel servicio, en que no solo se evitaron males de gravedad, sino el beneficio que lograron las tropas con aquel auxilio a mas de doce mil pesos; en circunstancias que se hallaba el Estado demaciado escaso, me ofrecieron ambos S. S. Generales en su presencia la Livertad por el hecho, con cuyo motivo y por no ser victima de los tiranos, he tenido que emigrar padeciendo inmensas necesidades.¹⁰

En 1817, Juana fue declarada libre. Sin embargo, en su expediente aparece un documento fechado en febrero de 1818, en el cual ella relata que ha llegado a la capital y pide socorro por hallarse en tierra extraña. La respuesta del fiscal fue “que Juana de la Patria ha sido recompensada con el inestimable don de la libertad... sin que ella hubiese pedido mas, ni dado sele de menos”, por lo cual se le negó otro tipo de ayuda. Juana insistió diciendo que, ya que el gobierno le negaba dicho socorro, pedía que se le otorgara “una casita o cuarto por cuenta del Estado pues yo me veo rodeada de mil necesidades sin tener modos para buscar mi subsistencia que es gracia que esperare de la justificacion de VS atendiendo al servicio echo por mi hamada patria”.¹¹ En febrero de 1819, Juana recibió otra respuesta negativa a su solicitud, con el argumento de que la ayuda que había prestado con su delación estaba recompensada con su libertad.

¹⁰ “Expediente promovido por Juana de la Patria, emigrante de Potosí, sobre su libertad”, 1817, AGN-BA, Sala IX, 23-8-6, Exp. 1113, ff. 1r-1v.

¹¹ *Ibid.*, f. 10 r.

La noción de la *traición a la patria* parece haberse convertido en un poderoso referente, el cual justificaba realizar exigencias al gobierno. Para Juana, la libertad no era suficiente y el gobierno revolucionario debía reconocer su lealtad otorgándole ayuda para su subsistencia. La misma designación de la demandante como *Juana de la Patria*, presente desde el inicio de su expediente, habla acerca de la apropiación de este concepto en todos los niveles de la sociedad de la época, así como de su vinculación con elementos emocionales.

Los ejércitos y milicias se convirtieron en un importante espacio de participación política plebeya. Asimismo, funcionaron como *zonas de contacto legal*, es decir, como espacios que permitieron la circulación de conocimientos sobre la ley y, en los cuales, “las reglas del juego eran enseñadas a los grupos subordinados” (JOSEPH, 2001, p. x-xi). Asimismo, la vida militar también permitió la difusión y utilización de conceptos políticos. Sin embargo, como en el caso de Juana, la defensa de la *patria* no sólo requería tomar las armas. Al decir de Bragoni, en las peticiones esclavas se enfrentaba el derecho de gentes vigente, a un sistema en el cual el *patriotismo* pasaba a jugar un papel central (BRAGONI, 2010, p. 127); éste empezaba a convertirse en un “eje moral del sistema” y la *patria*, más que designar a un lugar de origen, se convirtió en una causa. Como lo muestran los casos citados, además de ser un referente en la solicitud de derechos, este concepto tuvo una gran capacidad de aglutinar a distintos sectores sociales en contraposición a los europeos (DI MEGLIO, 2009, p. 41). Así, los esclavizados hicieron parte de la masificación del concepto *depatriotismo*. Esta noción venía acompañada por nuevas expectativas en torno al futuro y, durante los años revolucionarios, su uso se multiplicó. De esta manera, la *patria* amplió sus alcances y sirvió para interpelar y movilizar a diversos actores sociales. En este sentido, el lenguaje de las peticiones de los esclavizados se enmarca en la transición política e ideológica del periodo revolucionario y refleja las transformaciones en la experiencia política de la época.

Reclamos esclavos en el “tiempo de la libertad”

En 1817, una esclavizada tucumana llamada Marta Zelaya acudió a las autoridades para hacer una petición usual en la época: ser tasada y

venta a un nuevo propietario. En su solicitud, Marta señalaba que la “inviolabilidad del dominio del amo” era opuesta a los “principios del sistema de igualdad que se ha proclamado”. Marta se refería a la esclavitud como un “ultraje, que se hace a la misma naturaleza” y luego decía que hacía su petición al gobierno “que se presta benigno a la protección del infeliz esclavo, que con dinero quiere rescatar su libertad”.¹² El “sistema de igualdad”, del cual hablaban Marta y su defensor, hacía referencia al gobierno revolucionario que, a partir de 1813, había decretado la libertad de los hijos de las mujeres esclavizadas. Marta explicaba que había sido depositada en un domicilio distinto al de su amo debido a los fuertes castigos que él le daba y argumentaba que este era “un motivo suficiente para reclamar por el respectivo papel de venta”.¹³ Ella le pedía a las autoridades que la avaluaran para así poder cambiar de amo pues, según afirmó, había encontrado a alguien que proveería el dinero de su compra. Años atrás, ella había sido adquirida por 409 pesos, suma que su amo exigía para aceptar la transacción. Con el ánimo de negociar su precio, Marta hizo énfasis en su quebrantado estado de salud pues, según decía, padecía una calentura que debió ser tratada con varios remedios.

El caso de Marta dio lugar a una interesante discusión sobre la coherencia de la esclavitud con los nuevos principios políticos de la sociedad revolucionaria. En este sentido, el representante de Marta en Buenos Aires, Antonio Moreno, cuestionaba la renuencia de don Cornelio Zelaya a recibir sólo 200 pesos por Marta y se preguntaba:

¿Está esto en el orden? ¿Es compatible con las ideas liberales de nuestro Systema, cuyo obgeto Xefe es sostener, y hacer valer los derechos del hombre, haciendo correr por todas partes torrentes de sangre, y otros sacrificios los mas costosos? Ciertamente que no, y es un escandalo el solo imaginarlo.¹⁴

¹² “El Coronel Dn. Cornelio Zelaya, con su esclava Marta, por la libertad de esta”, 1817, AGN-BA, Sala IX, 23-8-6, Exp. 1097, f. 2r. Las cursivas son mías.

¹³ *Ibid.*

¹⁴ *Ibid.*, f. 47r.

Más adelante, en el mismo texto, Moreno traía a la discusión la Ley de Libertad de Vientres aprobada por la Asamblea del año 1813, así como los planteamientos liberales que ésta defendía. En su discurso, el gobierno revolucionario era identificado con la *civilización*, mientras el español era asociado a la *barbarie*:

Son bien conocidos los principios sobre que la buena filosofía ha demostrado desde tiempos bien distantes, que la esclavitud, o servidumbre in perpetuum es opuesta a razon, y justicia, que es inhumana, y que es el vergonzoso testimonio de la barbarie de las edades, que le dieron cuna. Nuestro pais, [...] señoreado mas de tres siglos por *los Españoles, patrones obsecados de la esclavitud*, parecia imposible moralmente que hubiese podido sobreponerse al contagio de los errores de sus señores, dio *una prueba incontestable de su civilizacion*, sancionando en la primera Asamblea Constituyente que en adelante para siempre eran libres, quantos naciesen en territorios de las Provincias Unidas.¹⁵

Por su parte, el auditor de guerra también intervino en defensa de Marta y señaló que

[...] es consideracion propria de la natural perspicacia de VE advertir que la causa se ha promovido en la epoca de la creacion de una nueva Republica donde se conoce el pri (vilegio?) de la livertad, y en la qual, contra ese sistema funesto a la humanidad se ha establecido la ley de que en la edad ya citada por libres los partos de las esclavas.¹⁶

Las fuentes judiciales nos presentan testimonios fragmentados y mediados por el poder. En la producción de estos documentos, hubo un desequilibrio en el papel jugado por los diversos actores sociales que

¹⁵ *Ibíd.*, f. 57v. Las cursivas son mías.

¹⁶ “El Coronel Dn. Cornelio Zelaya...”, AGN-BA, Sala IX, 23-8-6, Exp. 1097, 29v.

intervinieron. Al ser discursos surgidos dentro de una dinámica de poder, estos juicios no permiten establecer con certeza cuáles fueron los aportes de los esclavizados y cuáles los de los funcionarios judiciales, quienes también contribuyeron de forma decisiva en la difusión de conocimientos legales y lenguajes políticos (HERZOG, 1995, p. 903-912; GONZÁLEZ, 2012a). De acuerdo con González (2012b, p. 84-87), los funcionarios encargados de la defensa de los esclavizados litigantes tuvieron un importante papel en la mediación entre los *saberes letrados* del mundo jurídico y los *profanos* de los litigantes. El conocimiento letrado había sido producido en universidades o en cortes reales y circulaba en textos manuscritos o impresos. Sin embargo, trascendía lo formal y llegaba al mundo de lo profano, es decir, de la cotidianidad de los hombres y mujeres que acudían a la justicia.

Al parecer Marta sabía leer pues firmaba sus peticiones. El expediente le fue remitido en varias ocasiones a las dos partes en disputa, por lo cual es posible que ella hubiera tenido conocimiento de los argumentos a su favor y en su contra. De esta manera, los pleitos dirimidos en la esfera legal fueron espacios de transmisión de conocimientos jurídicos y lenguajes políticos.

Es posible que los esclavizados que recurrían a la justicia divulgaran sus experiencias en torno a la aplicación de la ley. De esta manera, los litigios se convirtieron en *zonas de contacto legal*, las cuales permitieron la difusión de conocimientos y lenguajes políticos. Hay que destacar que esta situación no fue exclusiva del siglo XIX y que desde el periodo virreinal, los esclavizados habían conocido y utilizado la legislación a su favor. Al respecto, Bernand (2001, p. 79-82) afirma que, ya desde finales del siglo XVIII, las peticiones de los esclavizados de Buenos Aires hacían referencia a la “ideología del progreso”, gracias a la contribución de los funcionarios letrados. La autora plantea la hipótesis de que, en Buenos Aires, su influencia pudo haber sido más temprana que en otras regiones de la América Hispánica, debido a la expansión de la ciudad y a su apertura a ideas ilustradas.

El discurso y la defensa de Marta no buscaban garantizarle la libertad, sino negociar su precio para que ella pudiera cambiar de amo. En otras palabras, la *libertad* a la cual ella y su defensor hacían referencia no implicaba salir de su condición, sino negociar los términos de su esclavitud. Como este, otros juicios por tasaciones son una fuente importante para hallar

discursos sobre la libertad y su significado en la sociedad revolucionaria. Uno de ellos es el de Juana Gil, quien había estado esclavizada pero logró liberarse. Sin embargo, sus hijas quedaron en poder de doña Isabel Gil. En 1813, Juana promovió un juicio para solicitar que se le otorgara el papel de venta a una de ellas llamada Rita, de 17 años. Juana contaba que aunque se liberó, buscaba “facilitarme medios con que conseguir igual beneficio para dos hijas mías que quedaron sufriendo aquel duro yugo que tanto degrada a la humanidad, como que esta en contradicción con las primeras leyes de la naturaleza”.¹⁷ Por ello, le solicitó a doña Isabel que le permitiera comprar la libertad de Rita, pero obtuvo una respuesta negativa, por lo cual su hija continuaba “gimiendo en la esclavitud”. Y añadía:

*En la época en que felizmente nos hallamos parecerá increíble que sea preciso ocurrir ante las autoridades publicas en demanda de un derecho que no se ha desconocido jamas, aun en medio del mayor despotismo... La sra Doña Isabel Gil deniega a mi hija su esclava aun este desahogo pasajero de mudar solamente de Señor quien lo creyera? Al mismo tiempo en que la representación nacional esta sancionando decretos para hacer que desaparezca de entre nosotros y para siempre esa condición ultimo resavio de la barbarie de nuestros antiguos opresores, se ve reusarse a una facultad de libertarla, engañando su dureza.*¹⁸

Juana solicitaba a doña Isabel que le diera a su hija el papel de venta para que “tenga siquiera el devil consuelo de elegir amo a quien servir”.¹⁹ Ella concebía su petición como el “único alivio concedido al violento y duro estado de la esclavitud”.²⁰ La propietaria logró que Rita fuera tasada en el alto valor de 400 pesos, por lo cual no era posible encontrar con facilidad un comprador. Sin embargo, Juana aseguraba estar dispuesta a pagar máximo

¹⁷ “Expediente promovido por Juana Gil sobre que doña Isabel Gil Campana otorgue papel de venta a una esclava suya nombrada Rita hija de la dicha Juana”, 1813, AGN-BA, Sala IX, 23-8-4, Exp. 1050, f. 2r.

¹⁸ *Ibid.*, f. 2v-3r. Las cursivas son mías.

¹⁹ *Ibid.*, f. 3r.

²⁰ *Ibid.*, f. 7r.

350 pesos por la carta de libertad de su hija. Al final, terminó entregando los 400 pesos a doña Isabel, quien a su vez otorgó a Rita su escritura de libertad. Aunque en este discurso Juana habla en primera persona, es muy probable que para ello haya tenido la asesoría de un funcionario. En todo caso, su defensa llama la atención porque recurre al *despotismo*, concepto utilizado en el lenguaje político de la época para referirse al gobierno hispano, como argumento para reforzar su petición.

En un litigio que tenía que ver con su manumisión, la parda Justa Molina se enfrentó a don Fernando Saenz de la Gandara. La antigua ama de Justa había recibido el dinero de la tasación por parte don Fernando. Ella decía que había quedado muy agradecida con don Fernando por este gesto y que por ello, de manera *voluntaria*, se comprometió a lavarle y plancharle durante varios años, hasta que se enfermó de un reumatismo. Sin embargo, el alcalde de primer voto y su asesor determinaron que, para obtener su libertad, debía entregar cien pesos o fiador conocido, quedando responsable de lavar por el término de un año, a lo que ella respondía: “Y será posible señor que *en el tiempo de la libertad* se ataquen así sus mas sagrados derechos”.²¹

Los discursos registrados en los juicios de Marta, Juana y Justa identificaban la opresión con el pasado de dominación hispánica y proyectaban expectativas positivas hacia el presente y el futuro. El proyecto revolucionario, con su apertura a un proceso de abolición gradual, marcaba un importante movimiento histórico, que las litigantes y los funcionarios judiciales que las asistieron utilizaron como justificación para sustentar sus demandas.

Los casos citados se referían a peticiones de tasación que hacían los esclavizados o sus parientes para poder comprar su libertad o cambiar de amo. Varios elementos se reiteraron en estos discursos, los cuales contrapusieron el tiempo de la revolución al de la dominación española, definida como *despotismo*; asimismo, destacaron la diferencia de esta época con respecto a la anterior y plantearon que era inadmisibile la negación de las solicitudes de manumisión o cambio de amo en ese momento de la historia. En estos

²¹ “Autos seguidos por la parda Justa Molina...”, 1814, AGN-BA, Sala IX, 23-8-5, Expediente 1079, fol. 4r. Las cursivas son mías.

litigios, la esclavitud fue concebida como algo inhumano y contrario a la naturaleza. Si bien, tales discursos alababan la libertad y definían la esclavitud como algo negativo, los litigantes no buscaban una manumisión graciosa. Sabían que debían pagar por ella y usaban los conceptos de *igualdad* y *libertad* para justificar sus peticiones, aunque en realidad pretendían obtener un beneficio sin salir de la esclavitud. Para los litigantes, la *libertad* tenía un sentido relativo, pues parecía ser una herramienta para negociar derechos por medio del sistema legal, más que un concepto que debía aplicarse de manera literal a su condición. En otras palabras, sus solicitudes no siempre tenían como objetivo lograr una ruptura con la esclavitud.

Los discursos de los esclavizados litigantes se enmarcaban en una serie de transformaciones del lenguaje y la experiencia política americana. En esta época, se difundió un nuevo uso de los términos *esclavitud* y *libertad*. Estas dos palabras ya no sólo hacían referencia a la situación de hombres y mujeres cautivos, sino que también empezaron a formar parte de los discursos de los sectores insurgentes, que reclamaban la necesidad de liberarse del despotismo y la tiranía española. En ese momento, según Koselleck (2012, p. 119), la noción de *emancipación* ya no sólo hacía referencia a la madurez y la libertad personal, sino que denominaba a un movimiento histórico que reivindicaba la eliminación de las desigualdades jurídicas, sociales, económicas o políticas. El concepto se vinculó, entonces, con un proyecto a favor de la soberanía popular; no obstante, al volverse polivalente, adquirió sentidos políticos muy distintos entre sí que, no por ello, dejaron de ser plausibles, y que tampoco se tradujeron en realidades de forma inmediata. De esta manera y por más contradictorio que parezca desde el presente, en aquella época el reclamo de *libertad* para los americanos, no traía implícito un cuestionamiento serio de la esclavitud de los africanos y sus descendientes.

Con la crisis de la monarquía hispana, la *libertad* adquirió nuevos sentidos en el mundo hispanoamericano y empezó a ser identificada con “la independencia de la tiranía francesa y el restablecimiento de las monarquías”. De esta manera, después de 1808, la *libertad* empezaría a utilizarse como término para indicar fidelidad al rey Fernando VII. Esta era una *libertad* opuesta a la *esclavitud* ocasionada por los franceses. No obstante, en el transcurso de las revoluciones americanas, la libertad política empezó a ser interpretada como *libertad nacional*,

es decir, como el derecho de toda nación de no ser servil a ningún tirano. Así empezó la creación de un “discurso americanista de la libertad como sinónimo de la independencia de la patria o república contra la dominación española”. Sin embargo, la *libertad* entraba en tensión con la *igualdad* en sociedades como las hispanoamericanas, poseedoras de una larga tradición de división en un sistema de castas (ENTIN Y RIPOLL, 2014, p. 29-37).

De todas maneras, el sentido de esta *libertad política* no parece haber generado una contradicción con la *propiedad*. En el contexto revolucionario, élites y esclavizados parecen haber articulado y utilizado significados divergentes de la *libertad*. Este concepto adquirió gran relevancia durante el periodo estudiado, por representar “un horizonte de expectativa” en el marco de los proyectos revolucionarios; sin embargo, esta *libertad* tenía que ver con la ruptura con los dominadores europeos y se convertía en una justificación para las revoluciones americanas. De esta manera, la libertad política no resultaba incompatible con la esclavitud de los africanos y sus descendientes (ENTIN, 2014, p. 53). En otras palabras, el significado que el concepto revestía en el lenguaje político de la época, no implicaba la destrucción del sistema esclavista. Por tanto, la aparente contradicción entre ambos conceptos radicaría en su polisemia.

Conclusión

Las peticiones estudiadas reflejan algunas de las transformaciones propias del lenguaje político en la época de tránsito entre el Antiguo Régimen y la modernidad. Al respecto, Koselleck ha identificado cuatro tendencias, las cuales se reiteran en los reclamos de los esclavizados litigantes: la *democratización*, la *temporalización*, la *ideologización* y la *politimización* (FERNÁNDEZ TORRES, 2009, p. 94-95).

En primer lugar, la *democratización* indica una masificación de dichos conceptos, es decir, su diseminación fuera de estamentos concretos de la sociedad, tales como corporaciones religiosas, políticas o jurídicas. Esta situación, aunada a una mayor circulación de publicaciones impresas, marcó la entrada de los miembros de los sectores populares al “espacio político lingüístico”

(FERNÁNDEZ TORRES, 2009, p. 96). En cuanto a la *temporalización*, Koselleck explica que los conceptos políticos adquirieron *emocionalidad*, se dotaron de expectativas que antes no tenían y se convirtieron en “promotores o indicadores de un proceso”. De esta manera, surgieron expresiones que “articulan el tiempo histórico (FERNÁNDEZ TORRES, 2009, p. 96-97). Como lo he mostrado según los casos estudiados, entre los esclavizados estas expectativas parecen haber sido predominantemente positivas.

Con respecto a la *ideologización*, el autor habla de un aumento del grado de abstracción de los conceptos políticos y su transformación en *singulares colectivos*, es decir, en términos socio-políticos utilizados de forma singular y que, debido a su amplitud y generalidad, permitieron gran variedad de usos e interpretaciones. Por ejemplo, las *libertades* dejaron de ser percibidas en torno a los privilegios estamentales y se transformaron en una *libertad*; las *opiniones* se transformaron en la *opinión* pública y los *progresos* en distintos ámbitos empezaron a ser vistos como un *progreso* en general (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2009 p. 30). Estos *singulares colectivos* hacían parte de fórmulas “vacías” que podían ser utilizadas de distintas formas, de acuerdo con los intereses y la perspectiva de los involucrados (FERNÁNDEZ TORRES, 2009, p. 97). Por último, en cuanto a la *politimización*, el autor plantea que el ámbito de uso del vocabulario político se multiplicó, con lo cual más personas fueron “interpeladas, implicadas, movilizadas”. Esto supuso el surgimiento de conceptos con gran alcance y efecto, así como el uso recurrente de términos contrarios, tales como revolución/reacción o revolucionario/contrarrevolucionario, entre otros (FERNÁNDEZ TORRES, 2009, p. 97; ZERMEÑO, 2014, p. 19).

Los casos relatados muestran que los conceptos políticos, así como sus nuevos significados, se convirtieron en herramientas prácticas y lugares de legitimación de lo que los esclavizados litigantes consideraban como justo. Los conceptos, entonces, no están disociados de la experiencia, pues guían la acción y pueden ser apropiados como argumentos y estrategias de lucha. En otras palabras, tales discursos aparecen “entretejidos” con las acciones de los involucrados. Así, de acuerdo con Fernández Sebastián (2009, p. 27, 29), a la par con el uso de nuevos conceptos en un periodo de revoluciones, es posible identificar grandes cambios en las identidades y el “surgimiento de nuevos sujetos sociales” que se construyeron a sí mismos por medio del lenguaje.

Referencias

- BERNAND, C. *Negros esclavos y libres en las ciudades hispanoamericanas*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2001,
- BRAGONI, B. Esclavos insurrectos en tiempos de revolución (Cuyo, 1812). In: MALLO, S. ; TELESKA, I. (Ed.). *Negros de la patria. Los afrodescendientes en las luchas por la independencia en el antiguo virreinato del Río de la Plata*. Buenos Aires: Editorial SB, 2010, p. 113-130.
- CRESPO, H. Proceso de independencia de Argentina en el marco del Virreinato del Río de la Plata. In: GALEANA, P. (Coord.). *Historia comparada de las Américas, sus procesos independentistas*. México: Siglo XXI, 2010.
- DI MEGLIO, G. *¡Viva el bajo pueblo!*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.
- _____. Patria-Argentina/Río de la Plata. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2009. Tomo I.
- ENTIN, G.; GONZÁLEZ-RIPOLL, L. La acción por la palabra: usos y sentidos de la libertad en Iberoamérica (1770-1870). In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870*, Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales – Universidad del País Vasco, 2014. Tomo II, v. 5.
- ENTIN, G. Libertad-Argentina/Río de la Plata. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales – Universidad del País Vasco, 2014. Tomo II, v. 5.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. Hacia una historia atlántica de los conceptos políticos. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. (Dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2009. Tomo I.

- FERNÁNDEZ TORRES, L. Un texto fundacional de Reinhart Koselleck. Introducción al Diccionario histórico de conceptos político-sociales básicos en lengua alemana. *Revista Anthropos - Huellas del Conocimiento*, n. 223, p. 92-105, 2009.
- GONZÁLEZ UNDURRAGA, C. Lo verbal en lo letrado. Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne], Colloques, mis en ligne le 02 juillet 2012a. _____ . El abogado y el procurador de pobres: la representación de esclavos y esclavas a fines de la Colonia y principios de la República. *SudHistoria - Revista digital en estudios desde el sur*, n. 5, p. 81-98, 2012b.
- HALPERIN DONGHI, T. *Revolución y guerra, formación de una élite dirigente en la Argentina criolla*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2002 [1972].
- HERZOG, T. Sobre la cultura jurídica de la América colonial (siglos XVI-XVIII). *Anuario de historia del derecho español*, n. 65, p. 903-912, 1995.
- JOHNSON, L. *Workshop of Revolution: Plebeian Buenos Aires and the Atlantic World, 1776–1810*. Durham: Duke University Press, 2011.
- JOSEPH, G. Preface. In: SALVATORE, R. ; AGUIRRE, C. ; JOSEPH, G. (Ed.). *Crime and punishment in Latin America: law and society since late colonial times*. Duke University Press, p. i-xxiv, 2001.
- KOSELLECK, R. *Historias de conceptos. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Madrid: Editorial Trotta, 2012.
- PÉREZ VEJO, T. *Elegía Criolla, una reinterpretación de las guerras de independencia hispanoamericanas*, México: Tusquets Editores, 2010.
- ROSAL, M. A. *Africanos y afrodescendientes en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Editorial Dunken, 2009.
- VINSON III, B. *Bearing arms for his majesty: The free-colored militia in colonial Mexico*. California: Stanford University Press, 2003.
- ZERMEÑO, G. Revolución en Iberoamérica (1780-1870). Análisis y síntesis de un concepto. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales – Universidad del País Vasco, 2014. Tomo II, v. 9.

*Instrumentos de la Memoria: Patrimonialización del pasado precolombino y construcción de una imagen de la nación en el siglo XIX**

SARA SÁNCHEZ DEL OLMO**

Universidad de Lausana

Resumo: Este artículo examina el uso de los objetos precolombinos en el proceso de construcción de las identidades nacionales iberoamericanas a lo largo del siglo XIX. Se busca mostrar cómo, con el fin de dotar a la nación de un discurso de autenticidad cultural y profundidad histórica, las élites iniciaron un proceso de patrimonialización del pasado indígena. Determinados objetos quedaron entonces convertidos en símbolo y patrimonio de la patria y fueron utilizados por las jóvenes repúblicas como un privilegiado instrumento para la conformación de un “espíritu nacional”. A través de esos objetos escogidos, el Estado controló y encauzó el pasado. Dado su valor (no sólo simbólico), se erigió en su custodia e ideó para ellos espacios apropiados. El Museo se convirtió así en una de las instituciones privilegiadas para la creación, organización, unificación y transmisión de un imaginario colectivo sustentado, precisamente, en los objetos.

Palabras clave: Objetos precolombinos; Patrimonialización; Identidad.

Abstract: This article examines the use of pre-Columbian objects in the process of construction of the national identities in Latin-America along the nineteenth century. The aim is to show how elites began a process of heritagization of the Indian past, in order to provide the national discourse of cultural authenticity and historical depth. This way some objects were converted into symbol and heritage of the nation and they were used as a privileged instrument for the formation of a “national spirit” by the recent created republics. Through these chosen objects, the State controlled and channeled the past. Given its value (not only symbolic), it was erected in its custodian and it was devised appropriate spaces for them. Then the Museum became one of the privileged institutions for creating, organizing, unifying and transmitting of a collective imaginary.

Keywords: Pre-Columbian objects; Heritagization; Identity.

* Recebido em 01 de julho de 2015 e aprovado para publicação em 21 de agosto de 2015.

¹ Doctora en Historia de América por la Universidad de Valladolid, Master en Estudios Amerindios por la Universidad Complutense de Madrid, y Licenciada en Filosofía y Letras por la Universidad de Valladolid. Actualmente trabaja como colaboradora científica del Museo de Etnografía de Neuchâtel (Suiza) y como investigadora asociada en el Instituto Religiones, Culturas, Modernidad (IRCM) de la Universidad de Lausana (Suiza).

Introducción

A lo largo de la historia el pasado ha jugado un papel decisivo en la legitimación del poder por parte de las élites políticas. En el caso iberoamericano esto es especialmente evidente en el siglo XIX, momento en el que los estados nacionales se embarcaron en un complejo proceso de invención, reconstrucción y celebración de los tiempos pretéritos con el fin de dotarse de una nueva identidad nacional. Aunque el proceso de construcción de dicha identidad no fue ni unidireccional ni homogéneo, es posible atisbar una práctica compartida: el uso político de determinadas nociones que, convertidas en hilos conductores, acabarían por constituir elementos nodales de la imagen de la nación. Los jóvenes estados comprendieron pronto que para su consolidación y reafirmación necesitaban de una nueva y sólida tradición de ahí que, una vez superadas las dificultades inherentes a las guerras de independencia y a las luchas civiles intestinas que las sucedieron, *se lanzaran* a la recreación de un tiempo pretérito en el que encontrar la definición del nuevo ser republicano. Aunque en un primer momento esa aprehensión de lo pretérito se centró en el pasado más próximo, para el decenio de 1830 la emancipación era un hecho aceptado y se había convertido en una herencia y como tal, debía de entrar en una serie genealógica (ANDERSON, 1993, p. 273). Por esa razón, la segunda mitad del siglo vería afianzarse otro pasado más remoto, el precolombino, iniciándose *sures catey*, sobre todo, su patrimonialización.¹

Como bien ha señalado Hobsbawm, uno de los tres criterios que permitían en esa época que un pueblo fuera clasificado firmemente como nación era pertenecer a un estadio histórico, poseer un pasado relativamente largo (HOBSBAWM, 1998, p. 46). Pero ese pasado debía ser, obviamente,

¹ En palabras de Poulot, el patrimonio es la “institucionalización de los objetos del pasado en el presente”. Obviamente, en ese proceso no todos los objetos del pasado son institucionalizados. Al señalar aquellos vestigios susceptibles de ser conservados y protegidos, el poder hegemónico –a través de diferentes mecanismos e instituciones– pone en marcha un proceso de patrimonialización. Se produce entonces una operación de selección (y de descarte) por la que determinados objetos pasan a constituir parte inherente de la identidad de la nación.

digno y satisfactorio. Las élites iberoamericanas comenzaron entonces a gestar y afianzar la imagen de un tiempo remoto anterior a la conquista libre de todo mal y de toda mancha que se contraponía a la *despótica herencia* dejada por los colonizadores. En numerosas naciones iberoamericanas se estableció entonces una suerte de ligazón mística entre el pasado precolombino y el nuevo presente, y los indígenas –o de forma más precisa los indios muertos- se convirtieron en los “verdaderos” antepasados, en los dadores de una tradición propia y legítima.²

Esto fue especialmente evidente en aquellos lugares en los que habían florecido las denominadas “altas culturas” pero lo cierto es que pocos países iberoamericanos renunciaron al uso, creación y recreación de un imaginario histórico colectivo ordenado en torno al pasado precolombino.³ Las diferentes civilizaciones prehispánicas comenzaron así a ser percibidas en muchas de las nuevas naciones como ejemplos de organización sociopolítica y, frente a los conquistadores españoles configurados ahora como el “otro”, el mundo precolombino se erigió como el “nosotros escogido”. Si la colonia había inventado al indio el Estado nación lo reinventaba.⁴

² Sobre las formas en que la elite incorporó a los ‘indios’ en su idea de la nación véase Rebecca (2007). La autora muestra cómo los criollos que encabezaron los movimientos de independencia a principios del siglo XIX se vincularon metafóricamente “con los héroes indígenas de la conquista y la pre-conquista”. Earle enfatiza cómo la época prehispánica fue concebida por parte de las élites como parte de la historia nacional.

³ Así, por ejemplo, en México, “el mito prehispánico-indigenista se convierte en la piedra angular de la construcción nacional mejicana, en el origen sagrado en el que la nación se reconoce y al que tiene que ser fiel..., en el fundamento de su esencia nacional”. Ver PÉREZ VEJO (2003). Algo similar puede decirse de Guatemala donde ya en 1825, el intelectual José Cecilio Del Valle no dudaba en identificar la patria republicana con la *Guatemala india* ahondando en la idea de que los antiguos indígenas eran los “padres” de los actuales guatemaltecos y estaban en condiciones de dar lecciones a sus hijos ya que se habían caracterizado por ser socialmente justos y democráticos, racionales y organizados, e independientes. La alusión a la independencia de los indios es particularmente relevante ya que cuando Del Valle escribe su obra hacía poco tiempo que la Federación Centroamericana se había declarado independiente de México tras un período breve de anexión al imperio de Agustín de Iturbide. Ver CHINCHILLA MAZARIEGOS (1994).

⁴ En realidad, la reinención del indio había comenzado en un tiempo anterior: ya desde finales del siglo XVII las élites criollas habían comenzado a articular un nuevo discurso en relación a las poblaciones indígenas. Este discurso, que se amplificaría y estructuraría claramente en la segunda mitad del siglo XVIII, llegaría a convertirse en numerosos lugares

Es cierto que esta visión no fue compartida por todos los miembros de las élites (RODRÍGUEZ PRAMPOLINI, 1997, p. 26) y que hubo incluso quien negó ese pasado indígena como fuente de inspiración.⁵ Incluso en aquellos países más “apegados” al pasado precolombino hubo disensiones en torno al lugar que ese pasado debía ocupar.⁶ La producción simbólica

en uno de los pilares ideológicos del movimiento de Independencia. Este “indigenismo ilustrado” auspiciado por los criollos encontró en el pasado prehispánico una de las bases de su diferencia y su autodefinición como “americanos”. Se proclamaron entonces herederos de las civilizaciones nativas y, en lugares como México o Perú, no dudaron en equiparar este pasado con el de Grecia y Roma. No obstante, la identificación con el mundo indígena se estableció siempre con el pasado, nunca con los indios del presente.

⁵ Uno de los mejores ejemplos de la *negación del indígena* lo constituye Argentina. A partir de la segunda mitad del siglo XIX las élites del país comenzaron a gestar un discurso basado en la “excepcionalidad de la nación” destinado a conformar un tipo particular de ciudadanía, alejada del mestizaje y marcada por el blanqueamiento. Este discurso, que presentaba al país como único en Iberoamérica, conllevaba el alejamiento del mundo indígena y su asimilación o incluso su eliminación. Como bien ha señalado Zapata, los indios fueron vistos como una “alteridad prehistórica”, inexistente o “desaparecida”. ZAPATA, Horacio Miguel Hernán. Pensar el bicentenario argentino desde y con los pueblos indígenas: descolonizando memorias, identidades y narrativas. *Revista Mosaico*, Goiás, número 2, volumen 3, (2010), p. 209-220.

⁶ Un buen ejemplo de ello es un episodio ocurrido en México a finales de siglo. En 1889, el gobierno de Porfirio Díaz encomendó al escultor Alejandro Casarín la construcción de un monumento destinado a custodiar la entrada del Paseo de la Reforma, la principal arteria de la capital. Se trataba de las efigies de dos *tlatoanis* o gobernantes aztecas, Izcóatl y Ahuizotl, popularmente conocidos como “Indios Verdes” (las esculturas fueron recubiertas con una fórmula química hecha con sales de cobre lo que les proporcionó una pátina verdosa). En 1891, las dos esculturas, de casi cuatro metros de altura, fueron ubicadas en el popular Paseo. Desde el primer momento el grupo escultórico fue objeto de fuertes críticas y rechazo. Apeladas por la prensa “momias aztecas” o “adefesios”, las figuras habían sido instaladas en la zona más prominente de la ciudad, lugar de residencia de los burgueses adinerados. Su aspecto contrastaba radicalmente con la imagen neoclásica y afrancesada del Paseo rompiendo la “armonía”. Ver GARCÍA BARRAGÁN (1983, p. 449-458). Las imágenes habían irrumpido en un orden que no les pertenecía. El rechazo a su presencia estaba vinculado precisamente al lugar que se había otorgado a esos indios: el espacio público habitado por las élites. Por otro lado, las críticas hacían alusión a su “falsa” condición precolombina: no se trataba de una “verdadera obra” de *los primitivos pobladores del Anáhuac*, de “verdaderas” *reliquias arqueológicas* sino de obras contemporáneas. Ver *El Monitor Republicano*. México, 2 de abril de 1893. El episodio es un buen ejemplo de las pugnas alrededor del pasado pero sobre todo, pone en evidencia los ejercicios por controlar el lugar que este debe ocupar (espacios delimitados como el Museo) y el valor social que se le otorga (“verdadera reliquia” *versus* “adefesio indígena”). Un debate similar se

no fue homogénea y en las jóvenes repúblicas coexistieron diferentes proyectos de nación en ocasiones claramente contrapuestos. Cada facción pujó por *imponer* su propio altar de héroes y episodios significativos. Pese a todo, en líneas generales, puede afirmarse que en la mayor parte de los países iberoamericanos el lejano mundo precolombino fue aprehendido como medio privilegiado para la construcción de la nueva identidad.⁷ Esta precisaba de un discurso de autenticidad cultural y, sobre todo, de profundidad histórica, un discurso que se remontase al período anterior a la dominación colonial. No es extraño pues que las élites fijaran sus ojos en el universo cultural pre colonial e identificaran la patria con el mundo indígena, eso sí, con el pretérito. Y así, en el proceso de creación y recreación del imaginario nacional, desde México a Perú, pasando por Guatemala o Colombia, el indio prehispánico pasó a convertirse en uno de los elementos simbólicos privilegiados.⁸

Sin embargo, el advenimiento de la emancipación obligó a las jóvenes repúblicas a *enfrentarse* a otros indígenas, los del presente.⁹ En

produciría en la ciudad de Lima años después (1925) respecto a la ubicación de una estatua dedicada al inca Manco Capac. Véase RAMÓN JOFFRÉ (2014, p. 84-88).

⁷ A pesar de esa *negación del indígena* ni siquiera la Argentina “renunció” por completo al pasado precolombino. Como ha puesto de manifiesto Rípodas, en los primeros años de la Revolución de Mayo (1810-1821) en el territorio del hasta entonces Virreinato del Río de la Plata se produjo un brote de incaísmo que trascendió de manera parcial en la praxis política. Numerosos dirigentes criollos se sintieron fascinados por el mundo incaico y sus indígenas (RÍPODAS ARDANAZ, 1993, p. 227-258). Este “conato precolombino” tendría, sin embargo, fecha de caducidad y como bien ha señalado Quijada, aunque en la Argentina del siglo XIX no faltaron elaboraciones que situaran el origen de la comunidad nacional en el mundo anterior a la conquista, la ligazón entre el grupo primigenio y la nación actual se construyó sobre la base de un vínculo territorial; es decir, fue el territorio y no la sangre, el fundamento último de la continuidad (QUIJADA, 2003, p. 469-510).

⁸ Es interesante observar cómo incluso se produjo una “competencia” entre las naciones por ensalzar la grandeza de cada una de las civilizaciones prehispánicas existentes en su territorio en relación a otras del continente. Así, por ejemplo, el político e intelectual guatemalteco Antonio Batres (1847-1929) llegaría a afirmar en su obra que “la escritura fonética de los mayas era más perfecta que la de pinturas o nudos usados por los demás pueblos”. Ver BATRES JAÚREGUI (1893, p. III).

⁹ En el siglo XIX imperó la visión de un indio sumiso, conformista e inepto para el trabajo, especialmente para el trabajo “moderno”. Su apego a la tradición y a las costumbres les impedían, según las élites, entrar en el camino del progreso y la civilización por lo que

función de las respectivas coyunturas políticas y de las relaciones establecidas entre el Estado y las diversas poblaciones que lo habitaban, los indígenas serían excluidos o incluidos en el nuevo proyecto de nación. Así, los habitantes de los espacios periféricos, aquellos a los que el Estado-nación no pudo someter, fueron vistos como bárbaros. Y dado que en la nación civilizada no había cabida para la barbarie, el indio fue excluido cuando no eliminado.¹⁰ Los ya incorporados a los procesos de dominación y aculturación fueron concebidos como ciudadanos, pero su inclusión se realizó siempre desde la perspectiva de la ignorancia y la inferioridad. *Cera blanda* y nuevamente menor ahora tutelados por el Estado.¹¹ Desde la perspectiva de la época, era necesario que *el espíritu realmente liberal y humanitario* penetrase en el indígena *instruyéndole y sacándole de su apatía* para, en la medida de lo posible, *hacerle desaparecer gradualmente en la masa de la civilización*. Esa era *la gloriosa misión encomendada al apoyo paternal de los gobiernos liberales e ilustrados*.¹²

suponían una rémora para las naciones que los albergaban. Se insistía en sus diferencias sociales y culturales, pero, en un contexto marcado por el positivismo y el darwinismo social, las diferencias biológicas y raciales cobraron cada vez más fuerza. De hecho, el *racismo de Estado* se convirtió en uno de los mecanismos básicos del ejercicio del poder.

¹⁰ Como ha señalado Mónica Quijada, el que un grupo compartiese el territorio del Estado no conducía necesariamente a una perspectiva de inclusión. Un buen ejemplo es Argentina donde las élites pusieron en marcha una Conquista del Desierto basada en la ofensiva militar y la ocupación territorial. Los propios términos «conquista» y «desierto» no fueron casuales ya que este último fue utilizado como antónimo de la civilización. Pensar en el «desierto» implicaba aceptar que esa región era un *no man's land*, una «tierra de nadie», y que sus pobladores tradicionales no contaban para la civilización ya que habían quedado evolutivamente marginados de ella (QUIJADA, 1999, p. 675-704).

¹¹ A este respecto véanse por ejemplo los comentarios vertidos por Lorenzo Montúfar (1823-1898) en sus *Memorias*. Figura emblemática del liberalismo centroamericano decimonónico, al referir su elección como diputado y los problemas vinculados al proceso, Montúfar afirma que "...los liberales nos salvaron haciendo votar a los indios de Chinautla...". Continúa señalando cómo el padre Iturriós, cura de Chinautla en 1848 -fecha de las elecciones-, "...cuando vio que nuestra elección peligraba, trajo a todos los indios de aquel pueblo a votar por nosotros" (MONTÚFAR, 1898, p. 157-158). Se trata de una muestra significativa de la visión de ese nuevo ciudadano, quien es incluido en los nuevos rituales cívicos del Estado (como las elecciones) pero siempre "conducido".

¹² Así se expresaba a finales del siglo David Joaquín Guzmán (1843-1927), político, médico y escritor salvadoreño fundador del Museo Nacional de El Salvador. Véase GUZMÁN (1883, p. 507).

A pesar de las indudables diferencias nacionales es posible atisbar una postura común compartida por las élites de las jóvenes naciones: la negación de lazos entre los indios del pasado y los del presente.¹³ Las glorias indígenas pretéritas no hacían sino subrayar la degradación de los indígenas contemporáneos, alejados –según sus criterios- de todo orden e incapaces de incorporarse al progreso. *De descenso en descenso, bajando hasta el último peldaño*,¹⁴ los indios del presente fueron vistos como una rémora para el adelanto del país.¹⁵ Se fraguó así la idea de que los vestigios precolombinos correspondían a civilizaciones perdidas y desaparecidas de las que no quedaba rastro alguno. Las “masas humanas” que aún pervivían en el continente eran, en opinión de las élites de la época, *anacronismos vivientes* (BATRES JÁUREGUI, 1893, p. 197). América había sido “emporio de soberbias ciudades y poderosos imperios” (BATRES JÁUREGUI, 1893, p. 4) y esa era la única raíz indígena que las nuevas naciones deseaban conservar y proyectar.

El rescate del pasado: arqueología y nación

El rechazo del presente indígena fue acompañado así de una apropiación física y simbólica de su pasado, apropiación en la que los objetos¹⁶ jugarían un papel determinante.¹⁷ Concebidos por muchos de los jóvenes

¹³ Esa negación de vínculos entre los indios del pasado y del presente sería también utilizada por los Estados como medio para deslegitimizar las reivindicaciones de los grupos indígenas, fundamentalmente las relacionadas con la propiedad de la tierra.

¹⁴ Diario de Centroamérica, 16 de noviembre de 1869 (*apud* BARILLAS (1997, p. 47)).

¹⁵ El abismo entre los discursos sobre los indígenas del presente y los del pasado prehispánico ha sido tratado por numerosos autores. Para el caso peruano ver MÉNDEZ (1996).

¹⁶ El término “objeto” se utiliza en este texto para hacer referencia al conjunto del legado material de la época referida.

¹⁷ Earle señaló ya el uso que las élites iberoamericanas hicieron de la cultura material para llevar a cabo este nuevo proyecto de nación. La autora apuntaba que si bien las “ruinas venerables y misteriosas” fueron incorporadas a la retórica nacionalista, las élites se esforzaron por enfatizar las discontinuidades que separaban ese pasado prehispánico de la población indígena contemporánea. De este modo, afirma Earle, los indígenas del pasado fueron considerados buenos para ser tomados en cuenta en la construcción de naciones, pero los indígenas contemporáneos no. Ver EARLY (2007).

Estados como un medio para la conformación de un “espíritu nacional”, los objetos constituyeron un privilegiado instrumento de propaganda y ejercicio del poder. Ellos referían la gloria y la grandeza pretéritas y corroboraban el alto grado de civilización alcanzado. Las “reliquias” precolombinas pasaron entonces a constituirse en símbolo y patrimonio de la patria y, consecuentemente, el “rescate” de ese pasado se convirtió en un *asunto de Estado*. La operación habría de materializarse a través de la búsqueda, el acopio y el traslado de los mismos desde sus lugares de origen hasta los “centros de la civilización”, las capitales de las jóvenes naciones. La arqueología se convirtió entonces en un mecanismo privilegiado para la construcción nacional.¹⁸ En la aprehensión de la grandeza del pasado se hallaba el sustento de la nación contemporánea.

El proceso se extendió por todo el continente. Un buen ejemplo es Guatemala: poco después de su independencia las élites políticas comenzaron a promover el estudio de las antigüedades prehispánicas. Un decreto del 19 de enero de 1834 ordenaba realizar diversas exploraciones arqueológicas bajo la premisa del ennoblecimiento del Estado. Obviamente, no se trataba de una mera curiosidad científica o de una simple incorporación a la “moda arqueológica” dominante, sino que desde el poder se era absolutamente consciente del papel que el descubrimiento de “gloriosas ruinas y artefactos” podían jugar para la imagen de la nación.¹⁹

En Costa Rica, el interés por las “antigüedades de la patria” comenzó a partir de la segunda mitad del siglo XIX. El afán de las élites por *desenterrar el pasado* condujo a la apertura de innumerables necrópolis indígenas y los objetos extraídos se convirtieron en artículos cotizados y pasaron a formar parte de un activo mercado internacional. Al mismo tiempo para las élites del país su posesión supuso un signo de prestigio y de manifestación de su riqueza (SOLÓRZANO FONSECA, 2001, p. 83-100). Pero, sobre

¹⁸ Como bien ha señalado Kristiansen, el auge del nacionalismo fue un factor determinante en el nacimiento de las más tempranas tradiciones de arqueología científica. Véase KRISTIANSEN (1981).

¹⁹ No obstante, en opinión de algunos autores, esta reivindicación de lo prehispánico nacida en 1834 fue un hecho aislado y pasajero. Véase CHINCHILLA MAZARIEGOS, “Nacionalismo y arqueología”.

todo, esos objetos habrían de constituir instrumentos privilegiados en la construcción de la imagen exterior de la nación.²⁰

Brasil tampoco escapó a esta corriente.²¹ A partir de los años 40 las élites se esforzarían por reforzar los símbolos unificadores de la nación. La búsqueda del “antepasado” brasileño²² y en particular de sus objetos cobró entonces un valor determinante. En numerosas ocasiones ese antepasado se desvincularía del continente americano para encontrar sus parientes próximos en el otro lado del Atlántico e, incluso, en misteriosas civilizaciones desaparecidas (LANGER, 2000). A partir del último tercio del siglo se produjo en Brasil una institucionalización de la práctica arqueológica. Se trató, como ha señalado Ferreira, de un verdadero proyecto político destinado a ennoblecer el pasado, lo que el autor denomina una “Arqueología Nobiliárquica”. Uno de los mejores ejemplos de ese proceso son los trabajos de Barbosa Rodrigues: a través de numerosas excavaciones, Barbosa constituiría una colección arqueológica de la “civilización amazónica”. Los objetos recogidos se convirtieron en las pruebas veraces de su existencia (MENEZES FERREIRA, 2010, p. 4-45)

²⁰ En opinión de diversos autores, a partir de 1851 comenzó a gestarse por parte de la cultura oficial costarricense el mito de un país blanco. Las Exposiciones Universales contribuyeron de manera decisiva a amplificarlo y consolidarlo ya que en ellas los indios fueron *desaparecidos de la nación*. Pese a todo, el país no renunció completamente a sus “otros indígenas”, los pretéritos y así, en la Exposición Histórico-americana celebrada en Madrid en 1892 con motivo del IV Centenario, Costa Rica envió a España una nutrida representación de objetos indígenas entre los que destacaban más de 400 piezas precolombinas procedentes de la región de Nicoya. Gran parte de esos objetos procedían de las excavaciones impulsadas en el último tercio del siglo XIX por el Estado costarricense y realizadas bajo la dirección de Anastasio Alfaro –futuro director del Museo Nacional. Sobre la imagen de los indígenas en esta república centroamericana véase DÍAZ ARIAS (2007, p. 58-72).

²¹ Habitualmente, Brasil es presentado como un caso excepcional dentro del mundo iberoamericano pues gran parte de su historia decimonónica se desarrolló bajo el imperialismo monárquico. Sin embargo, a pesar de las diferencias estructurales entre el régimen político de Brasil y el resto de Hispanoamérica, es posible encontrar espacios ideológicos compartidos. La cuestión de la profundidad histórica, el uso de mitos fundadores, los esfuerzos por construir una identidad unificadora, la constitución de un cuerpo legal y de instituciones que sustentaran dicha identidad...fueron elementos compartidos. También, por supuesto, el uso del pasado y de los objetos.

²² El origen de los indios brasileños constituyó uno de los ejes –polémicos– de las discusiones entre los intelectuales. Figuras de renombre como Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, Varnhagen y von Martius formaron parte de ese arduo debate.

y sirvieron además –a través de un método comparativo- para reforzar la idea del vínculo de esta “civilización” con el mundo asiático. También Emilio Goeldi –pese a discrepar con el discurso y las conclusiones de Barbosa en torno a esa “civilización amazónica”- compartió la idea de que estos objetos podían hablar y narrar el pasado y, en consecuencia, establecer discursos sobre el presente.

En el caso colombiano, desde mediados del siglo XIX el país fue testigo de numerosas prospecciones arqueológicas.²³ En 1854 vería la luz una obra determinante, la *Memoria sobre las antigüedades neogranadinas* de Ezequiel Uricoechea. La intención del investigador era estimular el estudio de los objetos del pasado como medio para conocer el grado de civilización conseguido por los diferentes pueblos que habían ocupado el ahora territorio colombiano. A los trabajos de Uricoechea les seguirían los de Liborio Zerda²⁴ quien tuvo bien presente el valor y la importancia de los objetos prehispánicos en la construcción de la nación.²⁵

En Venezuela, el final de siglo estaría marcado por un arduo debate sobre el proceso de construcción de la historia nacional. Intelectuales como Rafael Villavicencio y Adolfo Ernst rechazaban que la historia venezolana se basara únicamente en las descripciones contenidas en los textos de Indias, la base esencial del discurso hasta ese momento. La nueva visión, revolucionaria para la época, otorgaba un valor sustancial a las evidencias empíricas que pudieran sustentar los hechos históricos. A partir de ese momento la práctica arqueológica cobraría un papel fundamental. Como

²³ Botero (2006) ha mostrado cómo, entre 1820 y 1845, se produjo en el país la creación y el surgimiento de una conciencia sobre el pasado prehispánico que, según la autora, responde a la confluencia de tres elementos fundamentales: el coleccionismo, la curiosidad y la actividad científica, y la búsqueda por parte de científicos, intelectuales y políticos colombianos por mostrar al mundo que Colombia era una nación civilizada.

²⁴ Zerda era miembro de la Sociedad de Naturalistas Neogranadinos. En 1873 iniciaría una recopilación de datos históricos sobre las poblaciones que habían habitado Colombia, particularmente la zona central. A partir de 1883 sus estudios serían difundidos a través del *Papel Periódico Ilustrado* y en 1885 sus trabajos serían compilados en el libro *El Dorado y la conquista de los muzos*. Véase VANEGAS CARRASCO (2010).

²⁵ No hay que olvidar que llegaría a desempeñarse como Ministro de Instrucción Pública de la República colombiana entre 1892 y 1895.

el resto de las élites iberoamericanas del momento, también la oligarquía criolla venezolana encontró en el pasado indígena uno de los ejes del discurso legitimador de la nación.²⁶

En el Perú habría que esperar hasta finales del siglo XIX para ver en este propósito un planteamiento institucionalizado.²⁷ En ese momento ciertos individuos de la burguesía limeña, o relacionados estrechamente con ella, comenzaron a interesarse seriamente por la antigüedad del “hombre peruano”. Sin embargo, ya desde fechas anteriores es posible advertir un interés dentro del país por rescatar ese pasado prehispánico a través de la arqueología. Destaca así, durante la primera mitad del siglo XIX, la figura de Mariano Eduardo de Rivero y Ustáriz. En su condición de gobernador e ingeniero de minas, Rivero realizó -a partir de la década de 1820- exploraciones arqueológicas en diferentes partes del país y él fue el primero en publicar una obra sobre el tema (1841). En 1851 apareció *Antigüedades peruanas*, escrita en colaboración con el científico suizo J. J. von Tschudi. En el preámbulo de esta obra, dedicada a la “Soberanía Nacional”, el propio Rivero afirmaba que “estos testigos mudos pero elocuentes, revelan la historia de sucesos pasados y nos muestran la inteligencia, poder y grandeza de la nación que rigieron nuestros Incas” (RIVERO, 1851, p. 14).

Estas excavaciones decimonónicas, que presentaban modelos de científicidad eclécticos, contribuyeron a generar y legitimar un discurso sobre el pasado de las jóvenes naciones. Estas precisaban de narraciones cargadas de profundidad histórica que hundieran sus raíces en los tiempos remotos y que mostraran al mundo la *antigüedad del hombre americano* y, muy especialmente, sus logros materiales. Y los vestigios proporcionaban una

²⁶ Así, a partir de 1887 se realizaron diversas prospecciones arqueológicas en el Valle de Caracas, en la cuenca del Lago de Valencia, en la región del Alto Orinoco, y en la Cordillera Andina. De ellos se extrajeron numerosos objetos con el fin de conocer los *orígenes de la república*. Ver MENESES PACHECO (2010, p. 21-53).

²⁷ Algunos autores vinculan ese interés por conocer la “realidad peruana” a la debacle en la guerra con Chile (1879 - 1883). El fin de los esfuerzos académicos sería, por un lado, explicarse las causas del desastre y, por otro, conseguirla “regeneración” del país. El fuerte sentimiento nacionalista del momento “provocaría” el deseo de resaltar los valores más importantes de la cultura patria: la lengua, las tradiciones, el paisaje. Ver HAMPE MARTÍNEZ (1998, p. 139-165).

referencia innegable de la antigüedad de la patria. La arqueología *hacia visible lo pretérito*, permitía encontrar el sostén y fijar las “fronteras” de la nación. *Las sagradas ruinas* –reservorio material y simbólico– contribuyeron así a cimentar la nacionalidad y, al tiempo, generaron arqueo-espacios²⁸ delimitando nuevos mapas del territorio. La arqueología devino así no sólo una fuente de conocimiento sino sobre todo un preciado instrumento en la construcción de los discursos fundacionales. Profundamente vinculada a la conformación de un proyecto (político) de nación,²⁹ la práctica arqueológica fue una potente herramienta para la colonización del pasado y para la patrimonialización del mundo precolombino.

Sagradas reliquias en nuevos templos: museos y conformación de la identidad nacional

Paralelamente a ese proceso de definición y selección de los objetos *auténticos* que representaban y simbolizaban a la nación, el Estado se convirtió en su verdadero y único custodio y depositario, en el encargado de proteger, conservar y transmitir ese legado a las generaciones

²⁸ Sobre el concepto de arqueo-espacio y la importancia de la arqueología en los procesos de construcción de los discursos nacionales véase CASTRO-KLAREN (2005. p. 161-184).

²⁹ Las implicaciones políticas de la arqueología son incuestionables. Uno de los ejemplos más significativos para este momento es Julio Tello (1880-1947). Personaje central en el desarrollo de la Arqueología peruana de finales del XIX y primera mitad del siglo XX, Tello es comúnmente considerado el re-descubridor del pasado indígena. Son bien conocidas sus polémicas académicas con Max Uhle (1856-1944), especialmente su oposición antagónica respecto al origen de los peruanos (autoctonismo de Tello frente a aloctonismo de Uhle). En un contexto político cargado de reivindicaciones nacionalistas la tesis autoctonista constituía sólo una propuesta académica sino un asunto profundamente vinculado a la cuestión de la identidad nacional. Sobre la polémica Tello-Uhle véase RAMOS (2013, p. 197-214). Tello, arqueólogo y parlamentario, representa no sólo una tradición arqueológica sino un verdadero proyecto político. Hasta el día de hoy, numerosos arqueólogos del país andino lo identifican como el descubridor del *ancestro étnico* fundamental para el desarrollo de la nacionalidad. Por otro lado, la oposición entre ambos se inscribe en la lógica nacional-extranjero: Tello representaría la producción nacional, esa que contribuye a “construir la patria”.

futuras.³⁰ Como bien ha señalado Anderson, los museos y la imaginación museística son profundamente políticos (ANDERSON, 1993, p. 249). Receptáculos del tesoro espiritual de la patria, los museos nacionales iberoamericanos fueron concebidos como espacios “sagrados” que permitieran a los visitantes el ejercicio de esa tarea ritual consistente en revivir las glorias pretéritas de una comunidad imaginada. A través de ellos las élites buscaron trasladar al conjunto de la sociedad sus valores e ideología y, dentro de ese proceso de construcción nacional, se revelaron como espacios esenciales para la creación, organización, unificación y materialización de un imaginario colectivo.³¹

Uno de los más claros ejemplos de este proceso lo constituye México. En 1825 Lucas Alamán dictó una orden cuyo fin era que con las antigüedades que existían en la capital se formase un Museo Nacional, dedicando para ello uno de los salones de la Universidad. Un decreto de 1831, también promulgado por él, daría existencia legal definitiva a la institución (MORALES MORENO, 1994, p. 36-37). Su desarrollo parece haber sido poco dinámico hasta 1865.³² En realidad, los avatares históricos hicieron

³⁰ Conscientes del valor de estos objetos muchas de estas naciones dictarían normas destinadas a reafirmar el dominio del Estado sobre ellos y a limitar –o prohibir– la salida de los mismos de sus territorios. Esas legislaciones protectoras, que no pudieron impedir sin embargo la partida de muchos de estos objetos del espacio americano, estipulaban –en la mayor parte de los casos– que una vez descubiertos o encontrados debían ser entregados al “museo nacional”. Así, en 1896 se promulgó en México la *Ley sobre exploraciones arqueológicas* –cuyo objetivo fundamental era establecer un control sobre las excavaciones realizadas por particulares imponiendo la necesidad de una concesión administrativa otorgada por el Estado para poder llevarlas a cabo. Un año después, en 1897, se promulgó la *Ley relativa a los monumentos arqueológicos* que declaró esta propiedad de la nación. Véase EARLE (2006, p. 30-33).

³¹ En este sentido resulta sumamente elocuente la frase de David J. Guzman, primer director del Museo Nacional de El Salvador (inaugurado el 9 de octubre de 1883 durante la presidencia de Manuel Zaldívar). Para él, “el Museo Nacional no es una vana palabra, un establecimiento destinado a coleccionar, simplemente, objetos curiosos o destinados a estudios teóricos sobre ciencias naturales o biológicas, sino un centro destinado a dar las más grandes amplitudes a la riqueza nacional, hoy cubierta por nuestra apatía e ignorancia, y por los pocos estímulos que se dan para que lleguemos a ser un país inteligente, productor, rico, y cordial con todas las naciones que tienen su mirada fija en estas ricas comarcas del nuevo mundo” (GUZMÁN, 2000).

³² En esas fechas el emperador Maximiliano –influido probablemente por las actividades y

que la institución sufriera un cierto letargo hasta la llegada de Porfirio Díaz (1876-1880 y 1884-1911), su verdadero impulsor. El 16 de septiembre de 1887, fecha profundamente significativa,³³ se abrió al público una sala de arqueología totalmente remodelada que, bajo el nombre de “Galería de Monolitos”, presentaba una colección de monumentales esculturas aztecas. Un pasado precolombino escogido se convertía en referente de la nación. Como ha señalado Bustamante, a partir de este momento el Museo entraba en su mayoría de edad y asumía la pedagogía patriótica como uno de sus objetivos prioritarios. El apoyo y la protección gubernamentales fueron evidentes hasta el punto que la institución constituyó una pieza clave en la definición de las políticas arqueológicas y en la protección del patrimonio nacional (BUSTAMANTE GARCÍA, 2005, p. 303-318). De esta manera, el Museo Nacional se convertía definitivamente en una institución no sólo creadora sino sobre todo legitimadora de la historia oficial.

En el caso peruano, una noticia publicada en la *Gaceta del Gobierno* del 16 de marzo de 1822 anunciaba la intención por parte de los próceres de la patria de establecer un Museo Nacional (AYLLÓN DULANTO, 2010, p. 24). La nota resulta especialmente interesante pues vincula civismo y coleccionismo al apuntar la conveniencia de que todos aquellos ciudadanos, *amantes de la honra de su país*, contribuirían a enriquecerlo donando al Estado cuantos objetos poseyesen, de modo que pudiese conformarse en el Perú una colección singular que mostrase las ventajas que esta nación poseía y que *no son comunes a las otras partes del mundo*. Entre los objetos mencionados se hacía expresa mención a los *venerables restos* del antiguo Imperio de los Incas. Se expresaba la necesidad de custodiarlos y protegerlos para evitar la salida del país *como lo han sido hasta aquí, porque era un interés de la España el borrar todos los vestigios de la antigua civilización y grandeza* (AYLLÓN DULANTO, 2010, p. 24). Pocos días después, el 2 de abril de 1822, se publicaba un decreto

los resultados obtenidos por la Comisión Científica Franco-Mexicana- decidió trasladarlo a una nueva sede ubicada a un costado del propio Palacio de Gobierno (en la antigua Casa de la Moneda), donde se mantendría a lo largo de los siguientes cien años.

³³ La mañana del 16 de septiembre de 1812 dio inicio la guerra de Independencia de México. En 1825 esa fecha quedó convertida en festividad nacional.

que prohibía la extracción de objetos de las huacas y disponía que los que se confiscaran fueran entregados al Museo Nacional, que por entonces era tan sólo un proyecto. El Museo no sería creado hasta algunos años después.³⁴ Su gran impulsor fue el ya mencionado Rivero y Ustáriz³⁵ quien además sería su primer director. De hecho, la institución se sustentaría en gran medida, al menos en un primer momento, sobre la base de los objetos encontrados en sus propias excavaciones. En 1859, Karl Scherzer, un prestigioso naturalista alemán,³⁶ lo visitó y señaló que lo más importante que contenía eran, precisamente, *las antigüedades peruanas, armas, momias y los llamados huacos o vasijas cerámicas, ollas y otros artículos de antiguas tumbas indias* (AYLLÓN DULANTO, 2010, p. 38). A finales de siglo el Museo contaba con una colección compuesta por más de 5000 objetos de los que formaban parte importante las denominadas antigüedades peruanas.³⁷

El Museo Nacional de Costa Rica, creado en 1887 bajo la presidencia de Bernardo Soto, se ubica en el marco de un “nacionalismo oficial” (VIALES HURTADO, 1995, p. 99-123). A través de esta institución el Estado buscó dotar al país de un establecimiento público que acogiera sus “riquezas”, entre ellas, los objetos precolombinos, parte esencial de su discurso sobre la nación.³⁸ Algo similar puede decirse del

³⁴ El 2 de diciembre de 1825 a través de un decreto firmado por Hipólito Unanue.

³⁵ Antes de organizar el Museo Nacional del Perú, Rivero había hecho lo propio en Colombia, donde el 28 de julio de 1823 –coincidiendo con el segundo aniversario de la declaración de la independencia del Perú– se había creado el Museo Nacional del mencionado país, del cual fue su primer director.

³⁶ Scherzer formaba parte de la expedición científica organizada por Alexander von Humboldt.

³⁷ El conflicto sostenido con Chile marcaría el fin de esta institución a la que habría de suceder, en 1905, un nuevo Museo de Historia Nacional fundado durante el primer mandato del presidente José Pardo y Barreda (1904-1908) y en el que se eligió como el encargado de la sección prehistórica (“Sección de Arqueología y de las Tribus Salvajes”) al investigador alemán Max Uhle. Ver TANTALEÁN (2010, p. 143).

³⁸ En 1888 el Museo recibió la donación de la colección prehispánica de José Ramón Rojas Troyo. El “Legado Troyo” estaba constituido por una importante cantidad de piezas prehispánicas procedentes de Agua caliente de Cartago entre las que destacaban las denominadas “piedras de sacrificios” y las “piedras verdes” (muy valoradas también desde el punto de vista económico). Posteriormente, el Museo completaría sus colecciones con la compra de la colección precolombina de J. J. Matarrita. El gobierno, previo pago de 2000 pesos, se hizo con un importante conjunto de Nicoya. Comenzaba a vislumbrarse ya

Museo Nacional de Colombia: nacido poco después de la independencia (en 1823), su nacimiento está ligado a las reformas emprendidas por el presidente Francisco de Paula Santander. La institución formaba parte de un ambicioso programa destinado a “modernizar” el país. En esa búsqueda por incorporarse al futuro el pasado se hizo bien presente. Así, en 1826, se señalaba -entre sus bienes más preciados- una capa que supuestamente había portado la esposa del Inca Atahualpa. En palabras de Antonio José de Sucre³⁹—donante de la obra- este “monumento de la antigüedad” resultaba de vital importancia una vez que *las tropas de nuestra patria han vengado la sangre de los inocentes incas y libertado su antiguo imperio* (ACOSTA y PLAZAS, 2011). Un sutil hilo permitía armar la trama que daba forma al relato de la nación.

Brasil resulta un caso sumamente interesante. Aquí, el Museo Nacional nació en 1818 —bajo el nombre de Museo Real- de la mano de Juan VI, rey de Portugal. No obstante, su consolidación se produciría bajo el mandato del Pedro II. Durante su largo reinado (1831-1889) la institución se convertiría en uno de los museos iberoamericanos de referencia. Espacio para la divulgación científica, el Museo participó también de manera activa en la organización de la representación brasileña en las exposiciones internacionales (RODRIGUES-CARVALHO; ARAÚJO CARVALHO; MARTINS, 2012, p. 223-228). Entre sus fondos “privilegiados” se hallaban precisamente los vestigios arqueológicos de la Amazonía. Su importancia —y su valor- quedan de manifiesto en los debates que se sucedieron en la comunidad científica brasileña en torno al acceso a los lugares arqueológicos y a la propiedad misma de los objetos. Ladislau Netto, director de la institución desde 1870, concebía el Museo Nacional como el único espacio “legítimo” para albergarlos. Sin embargo, esta no fue una idea compartida por la totalidad del mundo científico. Así, en el último tercio del siglo XIX, se produjo un “enfrentamiento” entre el Museo Nacional y otros museos

la importancia otorgada a esta cultura dentro de la construcción de la imagen del país. Ver VIALES HURTADO (1995, p. 99-123).

³⁹ Conocido como el Gran Mariscal de Ayacucho, Antonio José de Sucre (1795-1830) es considerado uno de los próceres de la independencia americana. En 1825 remitió una carta a Jerónimo Torres Tenorio, el entonces director del Museo, anunciándole la donación del “manto o acso de la reina mujer de Atahualpa”.

regionales, fundamentalmente el Museo Paraense, en torno a estos y otros objetos. Tras las luchas culturales se escondía en realidad una lucha política en la que entraban en juego identidades periféricas alternativas al modelo hegemónico de nación (SANJAD, 2011, p. 133-164).

Por otro lado, en un contexto en el que se imponía el paradigma de la ciencia moderna como única vía legítima para la producción de conocimientos, el museo se convirtió no sólo en el depositario y custodio del pasado sino sobre todo en uno de los propietarios monopolistas de su análisis.⁴⁰ De este modo, el pasado se hizo gradualmente hegemónico y encontró aquí el escenario perfecto para ser representado. Gracias a su “supremacía” intelectual, el museo nacional poseyó la potestad no sólo de coleccionar, clasificar y sistematizar los objetos sino de seleccionar aquellos que habrían de custodiarse en sus almacenes o exhibirse en sus vitrinas organizando todos ellos en base a determinados criterios, métodos y mitos. A través de objetos escogidos fue educada y fijada la mirada sobre el mundo precolombino. Y así, finalmente, los museos terminarían por construir imágenes y discursos sobre la nación en los que hubo indígenas presentes y ausentes, valiosos e inapreciables.

Pasado si, pero escogido...

Toda biografía de la nación contiene señaladas ausencias narrativas. El discurso canónico creado en los museos nacionales silenció fragmentos considerados no aptos para ser incorporados al discurso nacional. Por esa razón, aunque el mundo precolombino fue visto por las naciones iberoamericanas como el tiempo sagrado con el que dotarse de profundidad histórica, el proceso de recuperación y reinención del pasado indígena fue selectivo y en él hubo indios escogidos e indios rechazados.

⁴⁰ Aunque en contadas ocasiones las *leyendas y cuentos* de los indígenas sobre el pasado se incorporaron a los trabajos arqueológicos, la mayor parte de las veces éstas quedaron relegadas al ámbito de lo fantástico y lo irracional lo que no hizo sino socavar aún más el saber que los indígenas del presente podían poseer sobre ese mundo prehispánico.

Guarín ha mostrado cómo, por ejemplo, en el caso de Colombia el discurso sobre los tiempos pretéritos tuvo como eje exclusivo a los Muisca quienes en el transcurso del siglo XIX acabarían siendo elevados al rango de “civilización”.⁴¹ En un contexto en el que el desprecio por los indígenas vivos crecía cada día y se manifestaba políticamente en la legislación y en su absoluta marginación política, empezó a cobrar fuerza la idea de un Estado prehispánico muisca. Al mismo tiempo, se fue gestando una “historia oficial republicana” que repudiaba a los “bárbaros de tierra caliente” y convertía a los indios del altiplano en la “civilización” por excelencia en esta parte de América. Intelectuales como Uricoechea⁴² y, fundamentalmente, Zerda se esforzarían por demostrar el alto grado de civilización alcanzado por esta población indígena, “la tercera más importante de América después de aztecas e incas”. Junto a la arqueología y la historia, la literatura hizo el resto: la construcción de la identidad y de la imagen de la nación se fraguó también sobre la base de la novela histórica. Ficción y pasado confluyeron y apareció un mundo precolombino fantástico. En un contexto marcado por el romanticismo y el exotismo, el indio prehispánico devino un privilegiado sujeto protagonista. De este modo, los Muisca, indios valiosos, se convirtieron en los ancestros de la nación colombiana (GUARÍN MARTÍNEZ, 2005, p. 228-246).

Algo similar puede decirse de México donde los aztecas vinieron a asumir la representación de toda la cultura prehispánica de la nación:

⁴¹ Ya en 1793 había aparecido un artículo escrito por Manuel del Socorro Rodríguez y publicado en el *Papel Periódico* de Santa Fe de Bogotá referido a estos antiguos habitantes del altiplano en los que se mencionaban algunos de sus rasgos positivos y se ensalzaba la figura de Sogamoso, un “Sumo sacerdote” que destacaba por sus valores morales. El fin de este tipo de trabajos era rebatir las opiniones negativas de europeos como de Pauw y el conde de Buffon quienes en sus escritos negaban la existencia en el Nuevo mundo de condiciones para la civilización. A partir de ese momento, otras publicaciones destacarían los rasgos humanos y civilizatorios de esta cultura. Lo interesante es que, hacia la mitad del siglo XIX, mientras en Colombia el desprecio por los indígenas vivos iba en aumento y se manifestaba políticamente en la legislación y en su absoluta marginación política, empezó a cobrar fuerza la idea de un Estado prehispánico muisca.

⁴² En 1858 Ezequiel Uricoechea publicó en París su texto *Memoria sobre las antigüedades neogranadinas*, donde tomaba al pie de la letra lo fundamental sobre los muisca escrito por autores precedentes como Acosta. Lo interesante es que intentó dar cuerpo a la hipótesis sobre el origen japonés de esta cultura.

la piedra, el nopal, el águila y la serpiente -tetralogía fundamental de la cosmovisión y de los mitos aztecas- fueron la base para la elaboración de los símbolos patrios, la bandera y el escudo nacionales. En el proceso de construcción de la identidad nacional el altiplano mexicano se constituyó en el centro político y simbólico. De esta manera, el Septentrión y los espacios ubicados al sur del istmo de Tehuantepec quedaron al margen de la representación simbólica del “verdadero territorio patrio”, aquel que coincidía con el área central mesoamericana.⁴³

El caso de Perú resulta particularmente significativo. Durante el siglo XVIII la sociedad colonial del virreinato había experimentado un fenómeno cultural -denominado por John Rowe “el movimiento nacional inca”- que implicó el resurgimiento y la reelaboración de diversas tradiciones de esta cultura indígena y que quedó reflejado en el teatro, la pintura e incluso la vestimenta.⁴⁴ Esta apelación recurrente al simbolismo incaico y la exaltación de su pasado imperial por parte de los criollos se hizo aún más evidente en la época de la Independencia. A partir de ese momento, la retórica oficial convertiría al pasado incaico en el pasado glorioso del país y los incas se transformarían en el arquetipo nacional.⁴⁵

⁴³ Ya Lorenzo Boturini en su *Historia general de la América septentrional* (publicada en 1746) en la que recopila testimonios sobre la Nueva España prehispánica, se limitaba al altiplano mexicano de habla náhuatl. Pero serán autores como Clavijero quienes en su búsqueda por conformar la nueva identidad criolla emprendan el rescate de un mundo indígena escogido, el pasado azteca, para afianzarla. Su finalidad será la construcción de una identidad propia a partir de una gloriosa historia supuestamente común. De esta manera, en el siglo XIX se había consolidado ya dentro de las élites una imagen de la nación vinculada a un pasado prehispánico selectivo: la antigua Tenochtitlán, convertida ahora en capital de la nación, Moctezuma y especialmente Cuauhtémoc, y el Anáhuac –el territorio dominado por los aztecas-, se convertirían en los referentes físicos y simbólicos de la patria.

⁴⁴ Se trató de un movimiento dirigido por la nobleza inca que tenía móviles concretos y, por supuesto, expresiones políticas y que culminaría en el gran levantamiento de 1780. La represión que siguió a la rebelión implicó, entre otras medidas, la supresión de los cacicazgos rebeldes y la prohibición explícita, para las poblaciones indígenas, de todo tipo de manifestaciones que pudiesen revivir la tradición inca. Pero esas prohibiciones tuvieron como efecto que, a partir de ese momento, los criollos se “apropiasen” y asumiesen como propia la reproducción de las tradiciones y la simbología incas. Ver MÉNDEZ (1996).

⁴⁵ Como ha señalado Ramón Joffré, a lo largo de todo el siglo XIX los restos materiales “incas” eran ubicuos ya que casi todo lo precolonial era automáticamente identificado

Conclusiones

El patrimonio –y el uso de éste- se hallan íntimamente ligados al surgimiento y la consolidación de la nación durante el siglo XIX ya que junto a los proyectos territoriales, políticos y socio-económicos los Estados construyeron también proyectos culturales que sirvieron para fijar las identidades. Esto es especialmente evidente en el mundo iberoamericano donde los vestigios materiales precolombinos contribuirían de forma esencial a la legitimación de la nueva historia nacional. El proceso de patrimonialización del mundo prehispánico iniciado desde el poder buscó extender la idea de un pasado material único, compartido y, sobre todo, indisputable. Definidos los objetos *auténticos* que representaban y simbolizaban a la nación, el Estado se convirtió en su verdadero y único custodio y depositario, en el encargado de proteger, conservar y transmitir ese legado a las generaciones futuras. Y dado su valor, ideó para ellos lugares apropiados. Los museos se convirtieron así en espacios preferentes para la difusión de la identidad colectiva.

Obviamente, este metarrelato sobre el pasado presentó fisuras, vaivenes y contradicciones. Pese a todo, en líneas generales, logró imponerse generando en el imaginario colectivo un vínculo “sagrado” entre el territorio nacional y la cultura material que este albergaba.

Como ha señalado Zermeño Padilla “el nacionalismo sólo se entiende si se observan los usos que la modernidad ha hecho del pasado” (ZERMEÑO PADILLA, 2002, p. 67). Los jóvenes Estados iberoamericanos comprendieron pronto que la construcción y reafirmación de su identidad precisaba de una nueva y sólida tradición. Y el pasado precolombino fue visto como el tiempo sagrado dador de profundidad histórica. Los objetos reflejaban, precisamente, la grandeza y profundidad de ese pasado y contribuían además a establecer una suerte de ligazón mística entre las antiguas civilizaciones y el presente.

Esas naciones embrionarias precisaban de un espacio territorial definido cuyos miembros estuvieran vinculados por un conjunto de

como tal. Durante la segunda mitad del siglo XIX e inicios del XX, los incas poblaron el imaginario oficial patrio. RAMÓN JOFFRÉ (2014, p. 25; 74).

creencias, valores y tradiciones compartidos. Pero la heterogeneidad de estas sociedades hacía difícil la cohesión. Por eso, junto a los diferentes mecanismos de homogeneización iniciados desde el poder, las élites se esforzaron por encontrar un nexo de unión, y el glorioso pasado prehispánico –y especialmente sus objetos, reflejo evidente del mismo– constituyeron un eje central de este proceso. De este modo, *las reliquias sagradas de los indios muertos* constituyeron auténticos instrumentos para configurar una memoria oficial colectiva y construir una imagen de la nación.

Referencias

- ACOSTA LUNA, Olga Isabel; PLAZAS GARCÍA, María Catalina. El manto o acso de la reina mujer de Atahualpa. ¿Una prenda de la última reina del Perú? *Cuadernos de Curaduría*, Museo Nacional de Colombia, n. 12, 2011.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ALEGRÍA LICUIME, Luis. Museos y Campo Cultural: Patrimonio indígena en el Museo de Etnología y Antropología de Chile. *Conserva*, Chile, n. 8, 2004.
- AYLLÓN DULANTO, Fernando. *El Museo del Perú. Historia del Museo del Congreso y de la Inquisición*. Congreso de la República. 1a edición 2003; 2a edición 2005; 3a edición 2006; 4a edición 2009; quinta edición actualizada al 31 de diciembre de 2010. Disponible en: <<http://www.congreso.gob.pe/museo/historia-museo-1.pdf>>. Consultado el: 06 mar. 2011.
- BARILLAS, E. *El problema del indio durante la época liberal*. Guatemala: Universidad de San Carlos de Guatemala, Escuela de Historia, Instituto de Investigaciones Históricas, Antropológicas y Arqueológicas, 1997.
- BARNES, Barry. *La naturaleza del poder*. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1990.

- BATRES JAÚREGUI, A. *Los indios, su historia y su civilización*. Guatemala: Establecimiento Tipográfico La Unión, 1893.
- BOTERO, Clara Isabel. *El redescubrimiento del pasado prehispánico de Colombia: viajeros, arqueólogos y coleccionistas, 1820-1945*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia - Universidad de los Andes, 2006.
- BUSTAMANTE GARCÍA, Jesús. La conformación de la antropología como disciplina científica, el Museo Nacional de México y los Congresos Internacionales de Americanistas. *Revista de Indias*, Madrid, v. LXV, n. 234, 2005.
- CASAÚS ARZÚ, Marta. Museo Nacional y museos privados en Guatemala: patrimonio y patrimonialización. Un siglo de intentos y frustraciones. *Revista de Indias*, Madrid, v. LXXII, n. 254, 2012.
- CASTRO-KLAREN, Sara. The Nation in Ruins: Archeology and the Rise of the Nation. En: CASTRO-KLAREN, Sara; CHASTEEN, John Charles (Ed.). *Imagined Communities: Reading and Writing the Nation in Nineteenth-Century Latin America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005.
- CHÁVEZ, Jorge. *Los indios en la formación de la identidad nacional*. México: Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, 2003.
- CHINCHILLA MAZARIEGOS, Oswaldo. Nacionalismo y arqueología en la Guatemala de la Independencia. En LAPORTE, J. P.; ESCOBEDO, H. (Ed.). *VII Simposio de Investigaciones Arqueológicas en Guatemala*. Guatemala: Museo Nacional de Arqueología y Etnología, 1994.
- DÍAZ ARIAS, David. Entre la guerra de castas y la ladinización. La imagen del indígena en la Centroamérica liberal, 1870-1944. *Revista de Estudios Sociales*, Colombia, n. 26, 2007.
- DÍAZ CABALLERO, Jesús. El incaísmo como primera ficción orientadora en la formación de la nación criolla en las Provincias Unidas del Río de la Plata. *A Contracorriente - Revista de Historia Social y Literatura en América Latina*, North Carolina State University, v. 3, n. 1, 2005.
- EARLE, Rebecca. Monumentos y museos: la nacionalización del pasado precolombino durante el siglo XIX. En: VITERBO, B (Ed.).

- Galerías del progreso. Museos, exposiciones y cultura visual en América Latina.* Rosario: Estudios Culturales, 2006.
- _____. *The Return of the Native: Indians and Myth-Making in Spanish America, 1810-1930.* Durham and London: Duke University Press, 2007.
- FERREIRA, Lúzio Menezes. *Territorio primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917).* Porto Alegre: Editora Universitaria de PUCRS, 2010.
- GÄNGER, Stefanie. ¿La mirada imperialista? Los alemanes y la arqueología peruana. *Histórica*, Perú, v. XXX, n. 2, 2006.
- GARCÍA BARRAGÁN, Elisa. La arquitectura *neo-indigenista* mexicana del siglo XIX. *Jahrbuchfür Geschichte von Staat, Wirtschaftund Gesellschaft Lateinamerikas*, Alemania, v. 20, 1983.
- GUARÍN MARTÍNEZ, Óscar. De bárbaros a civilizados: la invención de los muisca en el siglo XIX. En: GÓMEZ LONDOÑO, A. M. (Ed.) *Muisca: Representaciones, cartografías y etnopolíticas de la memoria.* Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.
- GUZMÁN, David J. *Apuntamientos sobre la topografía física de la República de El Salvador.* San Salvador: Tipografía El Cometa, 1883.
- _____. El Museo y sus propósitos. *Anales*, n. 3 (1903). En: CASTRO, Carlos (Comp.). *Obras Escogidas David J. Guzmán.* El Salvador: Dirección de Publicaciones e Impresos, 2000.
- HAMPE MARTÍNEZ, Teodoro. Max Uhle y los orígenes del Museo de Historia Nacional (Lima, 1906 - 1911). En: KAULICKE, Peter (Ed.). *Max Uhle y el Perú antiguo.* Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 1998.
- HOBBSAWM, Eric J. *Naciones y Nacionalismos desde 1780.* Barcelona: Editorial Crítica, 1998.
- KOHL, P. L y FAWCETT, C. (Ed.). *Nationalism, politics, and the practice of archaeology.* Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- KRISTIANSEN, Kristian. A Social History of Danish Archaeology (1805-1975). In GLYN, D. (Ed.) *Towards a History of Archaeology.* London: Thames and Hudson, 1981.
- LANGER, Johnny. *Ruínas e mito: a arqueologia no Brasil Império.* Tese de Doutorado em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2000.

- MÉNDEZ, C. *Incas Sí, Indios No*: Apuntes para el estudio del nacionalismo criollo en el Perú. Lima: IEP. Documentos de trabajo n. 56, 1996.
- MENESES PACHECO, Lino. La arqueología venezolana de fines del siglo XIX y comienzos del siglo XX. En: NASTRI, J.; MENEZES FERREIRA, L. (Ed.) *Historias de Arqueología Sudamericana*. Buenos Aires, Argentina: Fundación de Historia Natural Félix de Azara, 2010.
- MONTÚFAR, Lorenzo Montúfar. *Memorias autobiográficas*. Guatemala: Tipografía Nacional, 1898.
- MORALES MORENO, Luis Gerardo. *Orígenes de la museología mexicana. Fuentes para el estudio histórico del Museo Nacional, 1780-1940*. México: Universidad Iberoamericana, 1994.
- PÉREZ VEJO, Tomás. Los hijos de Cuauhtémoc: el paraíso prehispánico en el imaginario mexicano decimonónico. *Araucaria - Revista de Filosofía, Política y Humanidades*, Buenos Aires, año 5, n. 9, 2003.
- POULOT, Dominique. *De l'héritage monumental à l'entreprise de patrimoine: pour une histoire de la transmission culturelle en France, XVIIIe-XXe*. Florence: European University Institute, 1991.
- QUIJADA, Mónica. La ciudadanización del «indio bárbaro». Políticas oficiales y oficiosas hacia la población indígena de La Pampa y La Patagonia, 1870-1920. *Revista de Indias*, Madrid, v. LIX, n. 217, (1999).
- _____. ¿Hijos de los barcos o diversidad invisibilizada? La articulación de la población indígena en la construcción nacional argentina (siglo XIX). *Historia Mexicana*, México D. F., v. 53, n. 2, p. 469-510. 2003.
- RAMÓN JOFFRÉ, Gabriel. *El Neoperuano. Arqueología, estilo nacional y paisaje urbano en Lima. 1910-1940*. Lima: Sequilao Editores, 2014.
- RAMOS, Alejandra. Max Uhle-Julio Tello: Una polémica académico-política en la conformación de la arqueología peruana. *Runa*, v. 34, n. 2, 2013.
- RÍPODAS ARDANAZ, Daisy. Pasado incaico y pensamiento político rioplatense. *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, Alemania, v. 30, 1993.
- RIVERO USTÁRIZ, M.; TSCHUDI, Juan Diego. *Antigüedades peruanas*. Viena: Imprenta Imperial de la Corte y el Estado, 1851.
- RODRIGUES-CARVALHO, Claudia; CARVALHO, Marcelo; ARAUJO Y

- MARTINS, Wagner. Del Museo Real al Museo Nacional. *Revista del Museo Argentino de Ciencias Naturales*, Buenos Aires, v. 14, n. 2, 2012.
- RODRÍGUEZ PRAMPOLINI, Ida. *La crítica de arte en México en el siglo XIX. Estudio y documentos, 1810-1858*. México: Universidad Nacional Autónoma de México. Instituto de Investigaciones Históricas, 1997.
- SANJAD, Nelson. “Ciência de potes quebrados”: nação e região e arqueologia brasileira do século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 19, n. 1, 2011.
- SOLÓRZANO FONSECA, J. C. Reflexiones en torno a la historiografía y la arqueología en Costa Rica durante el siglo XIX. *Anuario de Estudios Centroamericanos*, Universidad de Costa Rica, v. 27, n. 1, 2001.
- SOTO QUIRÓS, Ronald. Desaparecidos de la nación”: los indígenas en la construcción de la identidad nacional costarricense 1851-1942. *Revista de Ciencias Sociales*, Costa Rica, n. 82, 1998.
- TANTALEÁN, Henry. El pasado tras el espejo: arqueología y nacionalismo en el Perú. En: NASTRI, J.; MENEZES FERREIRA, L. (Ed.) *Historias de Arqueología Sudamericana*. Buenos Aires, Argentina: Fundación de Historia Natural Félix de Azara, 2010.
- VANEGAS CARRASCO, Carolina. La imagen arqueológica en la construcción de la imagen de la nación en Colombia a partir del álbum Antigüedades neogranadinas de Liborio Zerda. En: GUZMÁN, F.; MARTÍNEZ, J. M. (Ed.) *Arte americano e Independencia. Nuevas Iconografías*. Santiago de Chile: DIBAI, UAI, CREA, Museo Histórico Nacional, 2010.
- VIALES HURTADO, Ronny. El Museo Nacional de Costa Rica y los albores del discurso nacional costarricense (1887-1900). *Vínculos*, San José, v. 21, 1995.
- ZAPATA, Horacio Miguel Hernán. Pensar el bicentenario argentino desde y con los pueblos indígenas: descolonizando memorias, identidades y narrativas. *Revista Mosaico*, Goiás, n. 2, v. 3, 2010.
- ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. *La cultura moderna de la historia. Una aproximación teórica e historiográfica*. México: El Colegio de México, 2002.

*Bajo los poderosos auspicios de Rosas: Pedro de Angelis e sua “Colección” de documentos históricos**

DEISE CRISTINA SCHELL**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Durante o governo de Juan Manuel de Rosas alguns letrados tiveram o encargo de publicizar o seu regime através de periódicos que circulavam a partir de Buenos Aires. O erudito napolitano Pedro de Angelis foi um deles. Além de ser um dos principais jornalistas do rosismo, De Angelis era arrendatário da *Imprenta del Estado* e um aficionado em colecionar documentos históricos. Entre 1835 e 1839, ele publicou uma compilação documental intitulada “Colección de Obras y Documentos relativos a la historia antigua y moderna de las Provincias del Rio de la Plata”. Apesar de ser um projeto pessoal, a obra de De Angelis foi dedicada a Rosas. Neste artigo demonstraremos que havia na seleção, na reunião e na publicação de documentos sobre a história do Prata e nos escritos realizados por Pedro de Angelis na “Colección” um objetivo pragmático: sustentar e divulgar o poder e o discurso rosistas.

Palavras-chave: Pedro de Angelis; Juan Manuel de Rosas; Coleção.

Abstract: Juan Manuel de Rosas commissioned scholars to propagate his regimen through the periodicals that circulated from Buenos Aires during his administration. Neapolitan erudite Pedro de Angelis was one of them. Besides being one of the main journalists to support *rosismo*, De Angelis was the tenant of the *Imprenta del Estado* – the government printing house – and an aficionado of historical documents. He published a documental compilation named “Colección de Obras y Documentos relativos a la historia antigua y moderna de las Provincias del Rio de la Plata” between 1835 and 1839. De Angelis’ work was dedicated to Rosas, despite it being a personal project. In this paper, we will demonstrate that what is on the selection, assembling and publication of such documents related to the history of the Rio de la Plata region and on Pedro de Angelis’ writings in the “Colección” had a pragmatic goal: to sustain and disclose Rosas’ power and discourse.

Keywords: Pedro de Angelis; Juan Manuel de Rosas; Collection.

* Recebido em 10 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 04 de outubro de 2015.

** Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Este artigo é parte da investigação da tese de doutorado que está em andamento, intitulada, provisoriamente, “Colecionando documentos, escrevendo história, imaginando uma nação: Pedro de Angelis e sua operação historiográfica (1835-1852)”. E-mail: deisecris@gmail.com.

Pedro de Angelis e sua “Colección”

As páginas do periódico bonaerense *La Gaceta Mercantil* traziam impresso, em sua edição de 23 de outubro de 1835, um prospecto elaborado por Pedro de Angelis. Nele, o erudito anunciava o lançamento de uma coleção de documentos históricos relacionados ao Prata, que então editava. Ciente de que os manuscritos e as obras que abordavam o passado da região estavam guardadas em bibliotecas privadas como a que possuía e aquelas que costumava visitar, alertava ao público que os documentos corriam o risco de desaparecer daqueles domínios e ressaltava o papel que ele e sua coleção tinham para a conservação da “nuestra historia” contida naqueles papéis. Nos dizeres do prospecto, De Angelis afirmava:

Muy raras son las bibliotecas y los museos que sobreviven a sus fundadores; y más raros los documentos que se perpetúan en el país a que pertenecen y a quién más interesa conservarlos. Estas consideraciones nos han impulsado a emprender una colección de obras y papeles relativos a nuestra historia y en su mayor parte inéditos, empezando por la ARGENTINA de Rui Díaz de Guzmán, cuya obra, según el señor Azara, juez competente en la materia, nadie ha eclipsado hasta ahora, a pesar de haber servido de tema y de modelo a todos nuestros historiadores (DE ANGELIS, 1836a, p. II).

Logo depois, ele convidava àqueles que desejassem a subscrever o recebimento da publicação, já que “una obra como la que emprendemos, necesita proteccion y auxilios; y no dudamos que encuentre una generosa acogida en el Gobierno y el público” (DE ANGELIS, 1836a, p. III). A coleção estava sendo pensada por Pedro de Angelis há alguns anos – segundo Josefa Sabor, provavelmente desde finais de 1830 (1995, p. 47) – e era um projeto pessoal do autor, que o preparava paralelamente aos trabalhos que realizava para o governo de Juan Manuel de Rosas. Apesar de a obra ser editada e impressa na *Imprenta del Estado*, na qual De Angelis era o

responsável pelas tarefas litográficas oficiais,¹ não se pode dizer que era uma publicação institucional rosista. Por esta razão, o sucesso e a continuidade da empreitada que o erudito iniciava dependia inteiramente do número de assinantes conquistados e do auxílio por parte do governador da Província de Buenos Aires; apoio sobre o qual, como observaremos adiante, Pedro de Angelis mantinha expectativa.

Os leitores que assinassem a coleção a receberiam em fascículos separados. Cada documento, acompanhado de estudos elaborados pelo autor – como prefácios, proêmios, notícias biográficas, notas de rodapé e índices –, comporia um destes fascículos. Publicados de tempos em tempos até 1839, eles acabaram por formar os seis tomos da obra² e somaram pouco mais de setenta documentos, dos quais cinquenta e sete eram, até aquele momento, inéditos. No material de divulgação, no entanto, De Angelis não prometia a regularidade das publicações, tampouco quais – ou quantos – seriam os documentos editados, com exceção dos dois primeiros: o escrito do conquistador espanhol Ruy Díaz de Guzmán – que o editor chama somente de “ARGENTINA”, grafado assim, em letras maiúsculas, em seu material de divulgação –, e a “Viage a su costa, del Alcalde provincial del muy ilustre Cabildo de Concepcion de Chile, D. Luis de la Cruz, desde el Fuerte de Ballenar, frontera de dicha Concepcion, por tierras desconocidas

¹ Em 1834, Pedro de Angelis firmou contrato direto com o governo da Província de Buenos Aires para seguir à frente da *Imprenta del Estado*, a qual já administrava informalmente, através de um acordo com a família que, em realidade, correspondia à exploração da *Imprenta* (SABOR, 1995, p. 44).

² Por ter sido lançada em fascículos a ser encadernada pelos próprios assinantes, é possível encontrar diferentes versões da edição da *Colección* publicada por Pedro de Angelis através da *Imprenta del Estado*. Em bibliotecas públicas de Buenos Aires nos deparamos com materiais que não continham todos os fascículos, por exemplo. Já em sebos da mesma cidade, encontramos fascículos avulsos para venda. Para esta pesquisa estamos utilizando duas versões: uma que está depositada na Biblioteca Pública de Lyon e que foi digitalizada pelo Google, estando disponível online. A outra, também disponibilizada gratuitamente na internet, pertence à *Librerly of Congress* do *Smithsonian Institution* e é possível acessá-la através do Portal Periódicos Capes. Além da primeira edição da *Colección*, há outras duas: uma publicada em 1910 pela editora J. Lajouane & Cía, de Buenos Aires, e outra lançada na mesma cidade através da editora Plus Ultra entre 1969 e 1972, com organização e prólogos de Andrés M. Carretero.

y habitadas de índios Barbaros, hasta la ciudad de Buenos Aires [...]”. Pelo fato de não divulgar com antecipação quais materiais fariam parte de sua “Colección” e pela falta de um ordenamento, seja cronológico ou temático, do lançamento dos documentos, imaginamos que Pedro de Angelis não soubesse se teria em mãos, no momento da divulgação do prospecto e mesmo durante o período que passou editando a obra, a documentação que formaria parte de sua coletânea e que levaria ao público, como voltaremos a discutir adiante. Por esta razão, ele assegurava

á los Señores que se dignen proteger nuestra empresa que no perdonaremos gasto ni trabajos para que corresponda al objeto que nos demos propuesto, y á los sufragios à que aspiramos. Y para que merezcan mas crédito nuestras promesas, nos cabe la satisfaccion de anunciar desde luego, que hemos solicitado y conseguido de la liberalidad del Sr. Canónigo Dr. D. Saturnino Segurola, tan docto como generoso, que nos franquee algunos manuscritos que tiene acopiados en su selecta biblioteca (DE ANGELIS, 1836a, p. III).

A “Colección de obras y documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las Provincias del Rio de la Plata” começou a ser distribuída ao público ainda em 1835, quando os quatro fascículos iniciais foram editados. A lista de subscritores figurava no primeiro deles, e não era curta: totalizava 488 nomes, entre pessoas das Províncias de Buenos Aires e Córdoba e do Estado Oriental (DE ANGELIS, 1836a, p. I-VII). Nos meses finais daquele ano, De Angelis demonstrava satisfação com o retorno recebido de seus leitores. Em uma carta enviada ao seu amigo Florentino Castellanos, dizia que, apesar do tempo que os trabalhos de edição e impressão da obra lhe tomavam, ia adiante, animado que estava “con la proteccion del público, que esta vez ha se mostrado generoso conmigo” (Carta de don Pedro de Angelis a Don Floro Castellano. In: BECÚ; TORRE REVELLO, 1941, p. XLIV).

Entre tantos assinantes, encontramos personagens como Florencio Varela, Juan María Gutiérrez e Esteban Echeverría, que em breve fariam parte do Salão Literário de Marcos Sastre (que também era assinante da “Colección”) e ficariam conhecidos como membros da Geração de 1837,

ativo grupo de escritores românticos e opositores do Governo de Rosas.³ Em uma carta escrita em 31 de outubro de 1835, Varela contava a Gutiérrez que a divulgação da coleção de Pedro de Angelis havia chegado em suas mãos. Dizia:

Ese de Ángelis, dotado de tanta capacidad cuanta es la perversidad de su carácter, ha hecho llegar a mis manos no sé por mano de quién el Prospecto de la Colección de obras y documentos inéditos relativos à la Historia antigua y moderna de las Provincias del Rio de la Plata. El Editor puede, en mi sentir, hacer una publicación importantísima porque tiene abundantes materiales, de los que algunos deben a mi necia condescendencia y a mi fácil credulidad. (*apud* MOGLIA; GARCÍA, 1979-1981, p. 190.)

Florencio Varela, como vimos em sua correspondência, mesmo reconhecendo a potencialidade e a importância da “Colección”, não via com bons olhos o seu editor e lançava desconfianças sobre a forma como ele havia alcançado os documentos que publicaria, afirmando que alguns teriam sido conseguidos, inclusive, graças à sua própria ingenuidade e condescendência.⁴ O mesmo ocorria com Esteban Echeverría: ele apoiava e adquiria a coleção, como vimos, mas seria um dos principais antagonistas de Pedro de Angelis, especialmente em razão de sua atuação como defensor e publicista dos atos e das ideias de Juan Manuel de Rosas.

Na já famosa e discutida polêmica protagonizada entre os dois, que teve como estopim uma crítica de De Angelis à obra “Dogma Socialista”

³ Por suas posições políticas, Pedro de Angelis travou uma série de querelas com os intelectuais da Geração de 1837, um grupo de escritores e pensadores argentinos alinhados com ideias liberais e opositores de Rosas. De Angelis nunca chegou a compartilhar das mesmas ideias políticas e do prestígio que acabaram recebendo, posteriormente, os homens deste círculo letrado, como Sarmiento, Echeverría, Rivera Indarte e Alberdi.

⁴ A partir da década de 1840, Pedro de Angelis passou a ser acusado de ter roubado as obras e o conjunto de documentos que possuía dos arquivos e bibliotecas públicas de Buenos Aires. Sua coleção pessoal, então, passou a ser vista com desconfiança e as penas de Florencio Varela e de José Riveira Indarte atribuíram-lhe epítetos como “bribón”, “mal napolitano” e “ladrón” (DÍAZ MOLANO, 1968, p. 303).

publicada por Echeverría em 1846,⁵ o intelectual argentino fez duros julgamentos sobre a “Colección”. Em uma série de textos produzidos em 1847 e intitulados “Cartas a don Pedro de Angelis”, Esteban Echeverría dizia, dirigindo-se ao napolitano, que, quando aquela obra foi anunciada, todos “los que habian visto con dolor malgastar desde el año 26 [sic] su inmenso talento en las efímeras ojas de la prensa periódica, exclamaron; – ya lo verán lo que es ese napolitano, ya tiene cancha para su ingenio; nada menos que historiador [...]” (ECHEVERRÍA, 1873, p. 247). No entanto, apesar da expectativa dos leitores sobre a “Colección”, prosseguia o argentino, “¡cual fué el asombro, al ojear con avidéz los Documentos!... No había allí luz alguna, sino fárrago, fárrago en infólios” (ECHEVERRÍA, 1873, p. 248). Para Echeverría, teria sido “más útil al país” que De Angelis “guardase archivados todos esos Documentos” até que outro estudioso “los clasificase y examinase á luz de alta y filosófica critica, los ilustrase con anotaciones concienzudas y mejor escritas que las suyas, y los regalase impresos á su pátria y á la ciencia histórica” (ECHEVERRÍA, 1873, p. 250).

Segundo Adriana Amante, as queixas de Florencio Varela e de Esteban Echeverría têm maior relevância quando se imagina que os dois amigos compartilhavam com De Angelis o afã colecionista (2010, p. 231), o interesse pelo passado do Prata e, como ele, possuíam grandes bibliotecas, mas, no entanto, se encontravam em campos ideológicos distintos. Os dois românticos opositores de Rosas postulavam-se “como custodios de su patrimonio” e estavam “abocados en la tarea de darle forma y sustancia a la memoria de la pátria” (AMANTE, 2010, p. 231), mas assistiam ao napolitano “lacayo del Restaurador” (ECHEVERRÍA, 1873, p. 240) promover e concluir uma “Colección de obras y documentos” sobre a história platina

⁵ O debate entre De Angelis e Echeverría é bastante citado na historiografia. Em janeiro de 1847, alguns meses após a publicação do “Dogma Socialista” por Esteban Echeverría, Pedro de Angelis escreveu para o *Archivo Americano* o artigo “Dogma Socialista: juicios sobre este libelo”. Nele, o napolitano classificou a obra como escrita por ‘traidores’, ‘submetidos a influências estrangeiras’, ‘inimigos dos defensores da lei’ e dos ‘protetores dos direitos do povo’” (SCHEIDT, 2008, p. 100). Echeverría respondeu utilizando o mesmo tom, “acusando De Angelis de ser o principal representante da ‘imprensa mazorqueira’, além de ser ‘estrangeiro mercenário’ e ‘difamador’” (*Idem*).

que iniciava com uma dedicatória endereçada ao combatido governador da Província de Buenos Aires.

Uma “Colección” dedicada a Juan Manuel de Rosas

Na lista de subscritores da “Colección”, um deles se destacava: encabeçando a nominata e em letras garrafais estava não só o governo da Província de Buenos Aires, acompanhado do governo francês, mas também o “Exmo. Señor BRIGADIER GENERAL D. JUAN MANUEL DE ROSAS, RESTAURADOR DE LAS LEYES, GOBERNADOR Y CAPITAN GENERAL” (DE ANGELIS, 1836a, p. I). Esse não era o único lugar ocupado por Rosas na obra de Pedro de Angelis. Era ao governador que o erudito dedicava a sua coletânea de documentos. A dedicatória estava expressa e impressa na forma de um texto, através do qual o editor laureava o governante, e de um retrato seu, encomendado especialmente para a ocasião (BECÚ; TORRE REVELLO, 1941, p. 15). Ambas homenagens deveriam integrar as primeiras laudas do volume inaugural, conforme as recomendações que De Angelis dava aos seus leitores quanto à disposição dos fascículos no conjunto final da obra.⁶

Dedicar a “Colección” a Juan Manuel de Rosas e colocá-la “bajo sus poderosos auspicios” (DE ANGELIS, 1836a, s/n) significava, para Pedro de Angelis, que a obra merecia o auxílio do governo para manter-se através do tempo e dos tomos pretendidos; apoio que ia além do uso da *Imprenta del Estado* para sua publicação e da aquisição dos seus números. Editar e imprimir uma coleção de documentos históricos do porte daquela imaginada por De Angelis demandaria não só um longo tempo de trabalho

⁶ Segundo Becú e Torre Revello, diferentemente dos textos da coletânea, o retrato de Juan Manuel de Rosas era vendido avulso e deveria ser adquirido diretamente na *Imprenta del Estado* para aqueles que quisessem “adornar” o primeiro tomo, como sugeria Pedro de Angelis (BECÚ; TORRE REVELLO, 1941, p. 15). Imaginamos que somente os apoiadores do governo rosista seguiram essa instrução e adicionaram às suas coletâneas a imagem do general. Os dois exemplares da *Colección* consultados para esta investigação não continham tal figura.

de seu autor, entre buscas e cópias de documentos – para cuja tarefa, muitas vezes, contratava copistas – estudos, investigações, traduções e escrita,⁷ mas despenderia recursos em materiais para a tarefa editorial, como papeis. Em troca da proteção recebida, De Angelis projetava fazer de sua obra um instrumento de defesa de Rosas e das suas ideias federalistas, construindo uma imagem positiva do governante e de seu projeto. Não é por acaso que ele escrevia ao general que: “Si la obra que tengo el honor de presentarle logra merecer sus sufragios, y hacerse digna de su ilustrada protección, habré conseguido en gran parte el objeto que me propuse al emprenderla” (DE ANGELIS, 1836a, s/n).

Por esta razão, apesar de, como dissemos inicialmente, a “Colección” não ter sido encomendada por Juan Manuel de Rosas a Pedro de Angelis, de não ter sido publicada em nome da Confederação Argentina ou ter sido amparada por uma instituição de saber estatal, não há como não pensar que o lugar de produção a partir do qual o autor selecionou, reuniu, editou e criticou os seus documentos históricos foi o governo rosista. De Angelis foi o mais importante jornalista oficial dos dois períodos em que Rosas esteve no poder, entre 1829 e 1852 (MYERS, 1995, p. 37). Sua atuação como editor e articulista nos periódicos *El Lucero* (1829-1833), *Restaurador de las Leyes* (1833) e *El Monitor* (1833) durante os primeiros governos do Partido Federalista na Província de Buenos Aires em que se sucederam Juan José Viamonte, Juan Manuel de Rosas, Juan Ramon Balcarce e novamente Viamonte, e no *Archivo Americano y Espíritu de la Prensa del Mundo* (1843-1851), publicado no decorrer da segunda gestão de Rosas como governador, foram fundamentais para o comprometimento do

⁷ No início de nosso escrito, citamos uma carta escrita por Pedro de Angelis ao seu amigo Florentino Castellanos. Na mesma epístola, o napolitano comentava o seu trabalho na *Colección* dizendo que “La obra que he emprendido, me tiene ocupado incesantemente, porque, a más de mi intervencion como editor, o impresor, tengo que decir algo de mi cuenta, y hacer mis reches, para acertar lo que tengo que decir. Agregue U. la escasez de obra spara consultar, de hombres versados en esta clase de disquisiciones; y por fin la brega que tengo con los amanuenses, los impresores, los lenguaraces, los vocabularios imperfectísimos de idiomas indios, y decida Ud. Si sobran motivos para eloquecer a un viviente” (Carta de don Pedro de Angelis a Don Floro Castellano. In: BECÚ; TORRE REVELLO, 1941, p. XLIV).

erudito com o federalismo rosista. Eduardo Scheidt (2008), em sua tese de doutorado em que analisa a trajetória de três napolitanos no Rio da Prata e sua importância para a circulação de ideias naquele território, entre os quais Pedro de Angelis, demonstra como os seus textos jornalísticos foram explicitando, progressivamente, não só a sua adesão pessoal ao projeto dos federalistas partidários de Rosas, mas a tarefa que assumia na sustentação política do governo do general. De Angelis (1995, p. 38) acabou por ser tornar, nas palavras de Jorge Myers, “el propagandista culto más eficaz con que podía contar el régimen”.

O ano em que o erudito publicava os primeiros fascículos da “Colección” coincide com o início da segunda e mais duradoura gestão do rosismo. Em 1835, Juan Manuel de Rosas voltava ao comando da Província de Buenos Aires após dois anos afastado, tempo durante o qual havia realizado, como comandante general, a Campanha do Deserto – uma expedição contra os indígenas que habitavam o território ao norte do rio Negro, com o intuito de avançar a fronteira e incorporar aquele espaço à esfera produtiva, sobre a qual trataremos mais adiante. Ele havia sido eleito novamente pela Sala de Representantes no dia 7 de março, agora investido da “suma del poder público” da Província durante “todo el tiempo que a juicio del gobernador electo fuese necesario” (SÁBATO; LETIERRI, 2003, p. 335), com o propósito de “defender y sostener la causa nacional de la Federación que han proclamado todos los pueblos de la República” (TERVANASIO, 2009, p. 199). Àquele momento, fazia pouco menos de um ano que Pedro de Angelis havia firmado contrato para arrendar a *Imprenta del Estado*, tornando-se tipógrafo do governo. De outro lado, as suas tarefas como jornalista eram quase nulas e estavam reduzidas à escrita esporádica de artigos para *La Gaceta Mercantil*, que tomava, então, uma posição abertamente rosista (SABOR, 1995, p. 47).

O cenário se mostrava ideal para que De Angelis se dedicasse a publicar a sua “Colección”: como não estava comprometido com a edição de nenhum periódico, tinha tempo disponível para buscar os documentos e escrever os textos que fariam parte da obra. Além disso, a imprensa pública estava à sua disposição e a conjuntura política permitia que ele vinculasse seu acalentado projeto pessoal ao de Juan Manuel de Rosas, que, como

vimos, regressava ao poder com faculdades extraordinárias e que garantia ao napolitano, desde 1829, ofício, certa estabilidade financeira e a possibilidade de ser lido (e, portanto, de circular) na sociedade letrada bonaerense. A “Colección”, publicada com a proteção rosista, garantiria à Pedro de Angelis um ofício além do trabalho na tipografia; melhor do que a última, o trabalho realizado na obra era uma ocupação intelectual que lhe permitiria manter, e até mesmo reforçar, o seu prestígio de sábio, ser reconhecido no círculo letrado e aumentar o seu vínculo com homens de letras e sociedades científicas para além do território americano.

Pedro de Angelis explicitava, logo no início da dedicatória da “Colección” a Rosas, a sua adesão positiva ao governo, imprimindo no alto da página os dizeres “¡VIVA LA FEDERACIÓN!”, marca de identificação rosista que, bem como “Viva la Confederación, Mueran los Salvajes Unitários!”, seria utilizada em periódicos, documentos, textos e correspondências de partidários de Rosas até o final do regime (MYERS, 1995, p. 32). O uso destas divisas se tornou frequente desde 1835, quando o governo rosista iniciou, gradualmente, a construção de uma nova ordem, marcada pela elaboração de representações simbólicas e de um discurso que se dava em torno da construção de um apoio incondicional à Federação como causa nacional, de um pertencimento a uma comunidade – a Confederação Argentina – e, mais do que tudo, de uma unanimidade política personificada e centralizada na figura de Juan Manuel de Rosas (MYERS, 1995, p. 32; SCHEIDT, 2008, p. 94; BERNALDO DE QUIRÓS, 2008, p. 233). De Angelis foi um dos maiores artífices deste discurso especialmente a partir de 1843, através da escrita de artigos no *Archivo Americano*, periódico institucional da gestão de Rosas do qual o napolitano seria editor. No entanto, como veremos, na escrita da “Colección” alguns elementos do discurso que forjam a ordem rosista já apareciam em diversos momentos.

Segundo Eduardo Scheidt, em seus artigos publicados em *El Monitor* no período em que Rosas esteve afastado do poder, em 1833 e 1834, o erudito reivindicava o retorno do general ao governo da província de Buenos Aires, apontando-o como o único sujeito capaz de “salvar a pátria” das persistentes ameaças à ordem e às instituições de que eram responsáveis tanto pelas facções federalistas rivais ao grupo rosista quanto

pelos governos das províncias do interior (SCHEIDT, 2008, p. 94). Na dedicatória da “Colección”, há um parágrafo em tom laudatório no qual De Angelis se dirigia ao general justamente para afirmar que:

Los importantes servicios que V.E. ha prestado á la Patria, le han colocado justamente en el número de los Génios Tutelares, que aparecen de tiempo en tiempo para reparar los males que agobian á los pueblos y cimentar en leyes benéficas su futura prosperidad y engrandecimiento (DE ANGELIS, 1836a, s/n).

Juan Manuel de Rosas era, pois, segundo a concepção formulada por ele mesmo e seu grupo, o *Restaurador de las Leyes*: o governador surgia como um “gênio tutelar” capaz de “reparar os males” e de garantir a ordem e a estabilidade do “pueblo” argentino. As “leis benéficas” que garantiriam a “futura prosperidade e engrandecimento” da Argentina não eram somente alusões ao corpo de disposições jurídicas promulgado naquele espaço desde a revolução de independência e que as alterações efetuadas nos dois governos rosistas em uma porção importante da legislação rivadaviana pretendiam reparar.⁸ Jorge Myers assinala que, na retórica do regime, as “leis” eram também a expressão de uma “orden moral transcendente, que el rosismo consideraba había sido contestado y violado por los rivadavianos” (MYERS, 1995, p. 75-76) e que, encarnada em Rosas, era recuperada para combater a instabilidade e a anarquia.⁹ O “espírito de ordem” do general

⁸ Um exemplo é a questão da imprensa. Enquanto o projeto reformista de Bernadino Rivadavia tinha a pretensão de promover uma nova cultura literária “a partir de la introducción de la Ley de Prensa sancionada por el gobierno, que permitiría la emergencia de un mayor numero de diarios considerados indispensables a la [...] difusión de las nuevas ideas ligadas a corrientes europeas” (GALLO, 2008, p. 185), em seu primeiro mandato como governador, Juan Manuel de Rosas utilizou suas facultades extraordinárias para realizar medidas que foram restringindo a liberdade de imprensa. Segundo Wasserman, “entre éstas se destaca el Decreto sancionado en febrero de 1832 que sometía a la prensa a un mayor control del gobierno, el cual se incrementó durante su segundo gobierno (1835-1852) al contar también con la suma del poder público” (WASSERMAN, 2009, p. 134).

⁹ Um componente importante do imaginário construído pelos rosistas foi a imagem de uma república ameaçada por um grupo conspirador, os unitários: eles seriam um “grupo irreformable de alienados mentales, perversos morales y e herejes, siempre dispuesto a

era exaltado por Pedro de Angelis logo no quarto fascículo publicado para a “Colección”. No “discurso preliminar” produzido para a “Descripcion de Patagonia y las partes adyacentes de la America Meridional” do padre jesuíta Tomas Falkner, o erudito napolitano tentava convencer o seu público da importância e do crédito que tinha aquela fonte, já que havia servido para a produção do “gran mapa de América Meridional, del que se ha valido el Sr. Arrowsmith, y que publicó en Madrid en 1775, D. Juan de la Cruz Cano y Omedilla” (DE ANGELIS 1836a, p. VII). Logo em seguida, no entanto, De Angelis afirmava que o diário da expedição ao Colorado e ao Rio Negro realizada “al mando del Ilustrado General ROSAS” estava destinado a “eclipsar” aqueles documentos anteriores, inclusive o próprio relato de Falkner” (DE ANGELIS 1836a, p. VII). Isso porque

El espíritu de orden, que no es la menor prenda de este benemérito Magistrado, ha presidido á todas las operaciones de su memorable campaña, y no dudamos que cuando las demas atenciones que le rodean le dejen el tiempo necesario para coordinar los materiales preciosos que tiene acopiados, se derramará una gran luz sobre el territorio y las tribus que ha conquistado. Lo que se ha impreso ya, aunque en trozos asilados, dá una idea sumamente ventajosa de estos trabajos, que, á mas de las operaciones militares, abrazan la topografía, los cálculos astronómicos y los reconocimientos hidrográficos. Solo entonces podrán rectificarse las imperfecciones de los demas viages existentes; porque esta nueva descripcion de un país poco conocido, la hace el que lo ha examinado, y hecho examinar bajo los auspicios de la victoria (DE ANGELIS 1836a, p. VII-VIII).

De Angelis utilizava a sua narrativa sobre a “Descripcion” de Thomas Falkner para demonstrar aos leitores que Juan Manuel de Rosas havia sido bem-sucedido em sua “memorável” Campanha do Deserto justamente pela sua capacidade de impor a ordem nos espaços de fronteira

subvertir el orden institucional. Ellos constituían la principal amenaza a la continuidad de la república” (SALVATORE, 1998, p. 335).

indígena ao sul de Buenos Aires. Mais do que isso: graças ao comando do general naquela expedição, também havia sido possível elaborar uma série de trabalhos topográficos, astronômicos e hidrográficos que, no futuro, derramariam “uma grande luz sobre o território e as tribos” conquistadas. A nova descrição “de um país pouco conhecido” elaborada por Rosas ajudaria, segundo o erudito, a retificar as imperfeições de outros relatos de viagens já produzidos, como aqueles que estavam sendo publicados na “Colección”. Enquanto o general argentino não publicava os seus “materiais preciosos” que abordavam a Pampa e a Patagônia, Pedro de Angelis buscava, selecionava e criticava outros documentos sobre aquela e outras regiões do Prata para reuni-las na em sua compilação e possibilitar que, através delas, se pensasse o passado e o presente da Confederação Argentina.

A “Colección” como arquivo da Confederação rosista

A Colección, como já afirmamos, foi publicada em diversos fascículos que os leitores que a assinaram receberam entre os anos de 1835 e 1839. O “Índice General de la Colección” foi um dos últimos materiais lançados pelo erudito e onde, pela primeira vez, Pedro de Angelis divulgou ao público a ordem exata que os fascículos deveriam receber para formar a obra completa, a ser organizada em seis tomos. Logo abaixo do índice, ele avisava: “en la colocación de los vários documentos de que se componen la presente Colección, se tomará por guia el índice general que antecede” (ANGELIS, 1837, s/n). A ordem sugerida pelo napolitano acabou sendo a de publicação dos fascículos, talvez para evitar confusão entre seus assinantes que poderiam já haver encadernado alguns de seus exemplares.¹⁰ Assim, como pode ser verificado no “Índice General”¹¹ e conforme afirma

¹⁰ Desde o início da publicação, De Angelis sugeria um encadernador para que “se coloquen los pliegos” nos fascículos dos leitores que o quisessem fazer: “Pueden, se lo prefieren, enviar con confianza sus ejemplares al encuadernador D. Silvestre de Marchi, en la calle Florida núm. 62 que está tambien al cabo del modo, en que deben ordenarse las varias partes de este volumen” (BECÚ; TORRE REVELLO, 1941, p. 11).

¹¹ Falta-nos espaço, aqui, para reproduzir o “Índice General de la Colección” na íntegra.

Fabio Wasserman, a obra de De Angelis acabou por não obedecer “un critério ordenador ya sea cronológico o temático” (2008, p. 65).

Como sugerimos no início do artigo, é bastante provável que os fascículos fossem publicados conforme os documentos iam sendo encontrados, selecionados e trabalhados pelo autor. São três os indícios que nos levam a associar a ausência de uma organização sistemática do material da *Colección* ao fato de Pedro de Angelis ainda estar coletando os manuscritos ao tempo em que os levava impressos ao público. O primeiro deles é que, como já dissemos, De Angelis nunca divulgou previamente qual seria o conteúdo de sua obra, seja na propaganda que a antecedeu ou na própria coletânea. O segundo, é uma nota do editor que aparece ao final do quarto fascículo, na qual ele anuncia aos seus leitores ter obtido, através da “Señora Bárbara Barquín, viuda del señor D. Pedro Cerviño, [...] vários papeles que conserbaba de su docto esposo”, entre os quais “dos viages científicos e inéditos á la frontera de Brasil, y algunos apuntes importantes, de puño y letra del ilustre viagero español D. Félix Azara” (BECÚ; TORRE REVELLO, 1941, p. 77). De Angelis encerrava a nota afirmando que ditos documentos estavam destinados “á hacer parte de la presente colección” (BECÚ; TORRE REVELLO, 1941, p. 77). De fato, alguns fascículos depois, o “Diario de la navegación y reconocimiento del río Tebicuari” de Azara

Para se ter ideia da organização da obra, segue o conteúdo do seu terceiro volume: “TOMO 3: 14. Descripción geográfica y estadística de la provincia de Santa Cruz de la Sierra, por D. Francisco de Viedma. Discurso preliminar del editor / 15. Fundación de la ciudad de Buenos Aires, por D. Juan de Garay, con otros documentos de aquella época. Discurso preliminar del editor / 16. Actas capitulares, desde el 21 hasta el 25 de Mayo de 1810, en Buenos Aires. Prólogo del editor / 17. Memorias sobre la navegación del Tercero, y otros ríos que confluyen al Paraná, por D. Pedro Andrés García. Introducción del editor / 18.-Fundación de la ciudad de Montevideo, por el Teniente General D. Bruno Mauricio Zavala, con otros documentos relativos al Estado Oriental. Discurso preliminar del editor / 19. Memoria histórica, geográfica, política y económica sobre la Provincia de Misiones de Indios Guaranis, por D. Gonzalo de Doblaz. Discurso preliminar del editor / 20. Diario de un viaje á Salinas Grandes, en los campos del sud de Buenos Aires, por Coronel D. Pedro Andrés García. Informe al Gobierno. Discurso preliminar del editor / 21. Descripción de la Provincia de Tarija, por D. Juan del Pino Manrique. Prólogo del editor / 22. Viage al Rio de la Plata, por Ulderico Schmidel. Noticias biográficas del autor” (DE ANGELIS, 1837, s/n).

foi publicado, material que, segundo De Angelis apontava novamente, estava antes em posse de Bárbara Barquin Cerviño (ANGELIS, 1836b, p. IV). Por fim, outro indício que consideramos é o prospecto de uma segunda edição da *Colección* que o napolitano planejou produzir na década de 1840. Desta vez, aparentemente, Pedro de Angelis já tinha seus documentos em mãos e, em consequência, maior clareza quanto ao seu ordenamento: neste material de divulgação ele afirmava que “En esta segunda série hemos procurado dar una colocación más adecuada á los documentos”. Em seguida, demonstrava quais seriam os temas da documentação publicada em cada um dos tomos e quantos eles seriam: “Tomo 1º - Misiones de Chiquitos; 2º y 3º - Demarcacion de límites de las antiguas posesiones españolas y portuguesas en America; 4º y 5º - Misiones del Paraguay; 6º - topografia e historia de la region Magallanica; 7º y 8º - Documentos oficiales y de gobierno” (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Coleção Instituto Histórico*. Lata 180. Doc. 75. Circular de Pedro de Angelis pedindo a assinatura para uma obra que pretende publicar sobre as Províncias do Rio da Prata. Buenos Aires, março de 1841). Esta nova coleção planejada por De Angelis, no entanto, nunca chegou a ser publicada.

Apesar da ausência de uma ordem cronológica ou temática, é possível observar que entre as fontes históricas reunidas pelo erudito na *Colección* estavam incluídas aquelas que referiam-se aos fatos históricos cujo conhecimento poderia constituir um aporte na construção de um passado relevante e glorioso (WASSERMAN, 2008, p. 67), abordando desde as primeiras expedições de conquista protagonizadas por espanhóis na região platina e o encontro com os nativos, a fundação de Buenos Aires, até chegar às atas capitulares de 1810. Já que “los pueblos modernos no tienen que buscar su origen en los poetas y mitólogos: los historiadores son sus genealogistas, y del primer día de su existencia puede hablarse con tanto acierto como de un acontecimiento contemporáneo” (ANGELIS, 1836d, p. I), as experiências passadas poderiam ser resgatadas e a biografia da Confederação Argentina poderia ser perfeitamente narrada a partir da documentação por ele estabelecida, tendo como ponto de partida as populações indígenas estabelecidas no sul do continente americano antes da chegada dos conquistadores hispânicos.

Os documentos – coloniais ou do período pós-independência – eram considerados relatos objetivos pelo erudito, sendo possível hierarquizá-los a partir de critérios de legitimação, preferindo uns aos outros. Assim, Pedro de Angelis somente publicava fontes produzidas por autores que considerava “confiáveis”.¹² Cuidado com o estilo e a qualidade da escrita, o fato de a narração ter sido produzida por uma pessoa que testemunhou ou viveu os acontecimentos descritos, a riqueza de detalhes e a precisão das informações fornecidas¹³ eram critérios que, para De Angelis, tornavam um documento mais verdadeiro, fiável e, portanto, válido para a escrita da história. Assim, para que ela pudesse ser produzida no futuro, o napolitano não só buscava exaustivamente documentos, mas selecionava e criticava suas fontes históricas, acompanhando-as de escritos e estudos – entre notícias biográficas, proêmios, prólogos, índices geográficos e notas de rodapé.¹⁴ Começava-se a compreender naquele momento, afinal, que “la

¹² No texto que introduzia a “Viaje al Río de la Plata”, crônica sobre a viagem do conquistador bávaro Ulrich Schmidl ao Sul da América realizada entre 1536 e 1553, o italiano desqualificou todos os outros relatos coetâneos e afirmou que o texto de Schmidl era “la única fuente en que deben beber lo que se proponen seguir los primeros pasos de los europeos en estas remotas regiones” (DE ANGELIS, 1836c, p. IV). De Angelis exaltava a qualidade da escrita do bávaro e, por se mostrar tão “cuerdo en sus demás detalles” (DE ANGELIS, 1836c, p. III), questionava os seus leitores: “¿Quien no preferirá la ingenua relación del que concurrió á la fundación de Buenos Aires y la Asumpcion, á las páginas más elocuentes de los modernos historiadores?” (DE ANGELIS, 1836, p. III). Para não deixar dúvidas quanto à veracidade do escrito de Ulrich Schmidl, Pedro de Angelis ainda inseriu uma grande quantidade de notas de rodapé em sua edição da crônica, apontando passagens de outras obras – principalmente “La Argentina” de Martín del Barco Centenera e os “Comentários” de Cabeza de Vaca – que coincidiriam e, dessa forma, confirmariam o conteúdo da “Viaje al Río de la Plata”

¹³ Assim, por exemplo, os “Anales del descubrimiento, población y conquista de las provincias del Río de la Plata” produzidos em 1612 pelo conquistador espanhol Ruy Díaz de Guzmán, o “primer historiador de estas provincias” vão entrar para o rol dos materiais insuspeitos por terem sido escritos por um “un testigo, y actor á veces de estas hazañas”, que descreveu “los principales detalles” da conquista espanhola no sul da América (DE ANGELIS, 1836a, p. II).

¹⁴ Anthony Grafton afirma que a utilização das notas de rodapé como elemento de prova tornaria o texto histórico um produto passível de verificação e, assim, ele alcançaria o estatuto de cientificidade. Para o pesquisador norte-americano, a utilização das notas foi um dos passos mais decisivos para a emergência de uma concepção moderna de historiografia (GRAFTON, 1998, p. 30-31).

historia, si quería constituirse en una forma de conocimiento válida, tenía que basarse en el análisis crítico de documentos” (WASSERMAN, 2010, p. 28). Selecionar, transcrever, instituir os documentos, estabelecê-los como prova documental e transformá-los em um conjunto – “coleção”, para De Certeau (2002, p. 81), “arquivo”, segundo Ricoeur (2007, p. 146) – é o passo primordial para escrever a história, como hoje bem sabemos: “Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira” (CERTEAU, 2002, p. 81).

Através da formatação de um arquivo - a *Colección* - De Angelis acabou por produzir representações do passado da Confederação, exaltar o projeto de Rosas, divulgar o seu discurso e, ainda, delinear os seus domínios e orientar suas ações futuras, dotando seu *corpus* documental de um sentido político e utilitário. Conforme o próprio De Angelis afirmara, naquele momento “lo que más importa es reunir hechos para rectificar conjeturas, sacar el país de la oscuridad en que yace, y delinear su fisionomía actual” (DE ANGELIS, 1837, p. II). Por isso, no conjunto de documentos reunido por ele estavam selecionados aqueles que servissem de evidência para que se reivindicasse e defendessem os direitos da Confederação Argentina em possíveis disputas territoriais, afinal, o regime de Juan Manuel de Rosas tinha “la pretensión de unificar políticamente el territorio rioplatense tomando como modelo la traza del antiguo virreinato” (WASSERMAN, 2008, p. 139). Assim, Pedro de Angelis editou os tratados de limites entre as Coroas Espanhola e Portuguesa, além de relatos de expedições demarcatórias do período colonial relativos ao interior do Vice-Reinado do Rio da Prata, sob o argumento de que “los nuevos gobiernos, que han heredados los derechos de sus respectivas metrópolis, tendrán que emprender grandes trabajos para fijarlos” (DE ANGELIS, 1836d, p. II). Desta feita, “se sentirá la utilidad de estas publicaciones, que aunque incompletas, ministran datos importantes para hacer cumplir los tratados” (DE ANGELIS, 1836d, p. II).

Notamos ainda um interesse de De Angelis por incorporar à sua “Colección” aquela documentação que tratasse das áreas da Argentina que, à época da publicação, ainda eram pouco conhecidas ou exploradas: não somente os escritos históricos sobre as províncias do interior, mas

também aqueles que descreviam a Pampa, a Patagônia, o Chaco e o norte da Argentina foram privilegiados, pois importantes na delimitação do espaço governado por Juan Manuel de Rosas e úteis para orientar e efetivar a exploração econômica e a ocupação dos lugares com potencial econômico e/ou considerados “vazios”. Nos documentos da “Colección”, estavam as chaves e as rotas através dos rios para adentrar no interior argentino.

Vemos, pois, que na “Colección” de Pedro de Angelis, os limites do poder de Rosas avançavam desde Buenos Aires às províncias do interior e às zonas de fronteira. A Campanha do Deserto é citada sempre que possível na obra para, além de lembrar dos feitos do “restaurador de las leyes”, afirmar que em 1833, “el Señor General ROSAS” já havia levado “las fronteras de Buenos Aires hasta la línea del Rio Negro”, modificando as “vanguardias de nuestro territorio” que antes eram as “Sierras del Volcan, del Tandil y del Tapaquen” e que “solo por el lado de la costa se extendia hasta el establecimiento de los Patagones en las barras del Rio Negro” (DE ANGELIS, 1836a, p. I). Se De Angelis escrevia no “Discurso Preliminar a la Memoria de Viedma sobre Patagonia” que naquele documento dirigido à administração colonial Francisco Viedma ponderava sobre “la utilidad de ocupar la isla de Choelechel”, era para logo a seguir afirmar que estes “sábios pensamientos fueron desatendidos” pela Coroa Espanhola, mas que “al cabo de un medio siglo, el Señor General ROSAS ha tenido la gloria de realizarlos” (DE ANGELIS, 1836a, p. III). O mesmo ocorre na curta “Advertencia del editor” na qual o letrado napolitano apresentava o “Proyecto de las fronteras de Buenos Aires al Rio Negro y Colorado”, produzido por Sebastian Undiano y Gastelú após uma inspeção nas guardas e nos fortins realizada em 1796 e que versava “sobre la extension de que es susceptible nuestra frontera” (DE ANGELIS, 1836a, s/n). Ali, De Angelis escrevia que:

La idea de ocupar la isla de Choelechel es la que domina este proyecto; y todas las ventajas que pueden sacarse de esta ocupacion estan tan claramente indicadas, que el que prescindiese de la fecha, creeria que esta memoria fuese un comentario apologetico de la última campaña del Señor General ROSAS (DE ANGELIS, 1836a, s/n).

Pedro de Angelis argumentava que, apesar de a Coroa Espanhola ter realizado viagens de exploração em diversas regiões do interior e da fronteira argentina, como ficaria claro nos documentos publicados, muitas vezes não dava ouvidos às recomendações feitas pelos seus funcionários para que se ocupasse, desenvolvesse e estudasse com profundidade os espaços de “vasto deserto” (DE ANGELIS 1836a, p. V). O napolitano afirmava que “antes de los ultimos acontecimientos practicados por órden del Sr. General Rosas, poco o nada se sabía del Rio Colorado y del Negro, sin embargo de haber sido explorados repetidas veces en tiempos del gobierno peninsular” (DE ANGELIS, 1837, p. XIII). A parte mais austral do continente americano, segundo De Angelis estivera “sometida nominalmente á la dominación española”, mas “se había mantenido en un estado absoluto de separación y indepedencia” (DE ANGELIS, 1836a, p. I):

Sea que se le mirase con indiferencia; o más bien que se le considerase como una conquista árdua y superior á los exíguos recursos de que podían disponer, cierto es que muy pocas fueron las tentativas que se hicieron, en el curso de más de dos siglos, para estender hácia el sud los límites del vireinato de Buenos Aires (DE ANGELIS, 1836a, p. I).

Na leitura que De Angelis fez dos documentos que tratam dos anos subsequentes à colonização do espaço sul da América, sobravam motivos para criticar a administração hispânica e os rumos que a monarquia de além-mar destinara aos territórios e povos aqui submetidos. O desinteresse em relação às informações coletadas pelos funcionários reais sobre os lugares inexplorados e o esquecimento relegado aos documentos que continham esses dados eram, para nosso personagem, sintomas do descaso da Coroa em relação ao desenvolvimento da região platina e seu interior. Este descaso – ou indolência, apatia – dificultava o progresso e a manutenção da ordem no território da Confederação ou, nas palavras de De Angelis, “han contribuído principalmente á este atraso, que ha trabado los progresos de la ciencia y el desarrollo de la población en estas partes del globo” (DE ANGELIS, 1836a, p. I). Assim, por exemplo, para o napolitano, “la *indolencia*

del gobierno español en hacer explorar los pasos de los Andes” dificultava “la única comunicación que las provincias Argentinas mantenían con las Chilenas, por uno de los puntos más escabrosas de la gran Cordillera” (DE ANGELIS, 1837, p. I, grifo nosso). A relação estabelecida pelo Vice-Reinado com os indígenas, especialmente os do Sul, também foi um aspecto negativo do passado colonial verificado por De Angelis. Para ele, “un gobierno que hubiese sido menos *apático* que el de España, hubiera empleado una parte de los caudales que sacaba de America en examinar un país que le pertenecía, y en arrancar de la barbárie á las tribus que ocupaban” (DE ANGELIS, 1836a, p. I, grifo nosso). Em seu juízo, a Coroa Espanhola “mantuvo el país en la vergonzosa dependencia de los índios, cuando pudo haberlos anonadado” (DE ANGELIS, 1836c, p. III). Desta maneira, os indígenas que ainda viviam no espaço da Confederação eram bárbaros e ferozes que precisavam ser combatidos e enfrentados.

Por esta razão, a campanha militar comandada por Juan Manuel de Rosas àquela região, entre 1833 e 1834, merecia tantas referências na “Colección”. Contrastando com a representação que De Angelis fazia da Coroa Espanhola, o “Sr. General Rosas” tinha um “gênio empreendedor y perseverante” e, por isso, “desplegó el estandarte de la Pátria en los desiertos del sud” e “en una sola campaña anonadó para siempre el poder selvage de los bárbaros” (DE ANGELIS, 1836d, p. VI):

¡Cuán distinta es su suerte atual! – Rechazados por todas partes, tienen que dispersarse en el desierto, ò buscar un abrigo en las fragosidades de la Cordillera, abandonando para siempre esos campos que no podían transitarse sin peligro, y donde las poblaciones se establecen ahora à la sombra del pavellon argentino que flamea triunfante en las márgenes del Rio Negro y del Colorado (DE ANGELIS, 1836c, p. III).

A partir desse momento, o governo de Buenos Aires passou a ter os indígenas da Pampa e da Patagônia sob controle e a fronteira mostrou sinais de estabilidade durante vários anos mais; no entanto aqueles grupos ainda seriam

motivo de preocupação para o governo argentino nos tempos vindouros.¹⁵ Naquela campanha, apesar de não ter havido um avanço da fronteira tradicional, conseguiu-se alcançar a ilha Choele-Choel, no Rio Negro, e o Rio Colorado passou a ser explorado, incrementando as comunicações com Bahía Blanca e Patagones (TERVANASIO, 2009, p. 192). Mas, para Pedro de Angelis, os “ensayos de colonizacion en Patagonia” (DE ANGELIS, 1836a, p. XII) deveriam continuar. Por isso, ele afirmava que “la Republica Argentina debe empeñarse en repetirlos, porque solo en aquellas costas hallará puertos y astilleros para desplegar su poder marítimo” (DE ANGELIS, 1836a, p. XII). Mais do que isso, conforme o napolitano também faltava povoar e estabelecer a ordem em todo o âmbito da Confederação, além de modernizar os longos caminhos que interligavam as diferentes regiões e províncias, incentivando o comércio e garantindo a unificação do território.

No “Índice Geográfico e Histórico” que fez para o relato produzido por Ruy Díaz de Guzmán, De Angelis assinalava a necessidade de navegar o rio Bermejo para ocupar e desenvolver a região do Chaco:

Bermejo – Rio caudaloso del Chaco, y destinado por la naturaleza a ser una de las aortas principales de la navegación interior de esta parte del globo. El que primero lo miró bajo este aspecto fue el coronel Don Francisco Arias [...]. Arias, Cornejo y Soria son los

¹⁵ Juan Manuel de Rosas estabeleceu com os indígenas daquela região um acordo baseado em uma política de paz, que ficou popularizada como “Negocio Pacifico de Indios”. Segundo María Laura Cutrera, “era una elaborada y compleja manera de hacer política, que buscaba establecer y sostener una conveniente relación de amistad con algunas parcialidades indígenas y que se basaba en la negociación permanente. Este sistema tuvo expresiones materiales que variaron según la especificidad de las coyunturas atravesadas – prolongados parlamentos e intercambios verbales de amistad; regalos para los caciques; envíos mensuales de ganado, bienes de consumo y ‘vicios’ (raciones), por ejemplo – pero no debe ser confundido con ellas. También poseyó variantes menos tangibles, que le dieron unidad y los sostuvieron como alternativa viable. Fueron sobre todo los vínculos que ligaron a las partes” (CUTRERA, 2003, p. 20). Os vínculos relativamente harmônicos que sustentavam a relação entre os indígenas “amigos” e o governo de Buenos Aires se romperam logo após a queda de Juan Manuel de Rosas e o avanço indígena se converteu em uma verdadeira ameaça, que culminaria na célebre Campanha do Deserto de Julio A. Roca em fins do século XIX.

únicos que han intentado demostrar la posibilidad de la navegación de este río [...]. La realización de este plan depende de la importancia que le den los que deben patrocinarlo (DE ANGELIS, 1836a, p. VIII).

Esta sugestão vai ser sustentada pelo letrado durante vários momentos da “Colección”, nos quais o editor publicou as descrições das viagens citadas – de Arias, Cornejo e Soria –, explicitando os motivos pelos quais o governo deveria investir naquele caminho. No “Proemio al Diario de la Primera Expedicion de Cornejo al Chaco”, texto no qual introduzia o relato de D. Adrian Fernandez Cornejo sobre sua expedição ao Chaco realizada em 1780, Pedro de Angelis afirmava que “colocado en el centro de de un vasto territorio,¹⁶ con un caudal de aguas suficientes, el Bermejo se presenta como el mas indicado para sacar de su nulidad el Chaco, y de su asilamento á las provincias interiores del Río de la Plata”, cujos “ricos productos reclaman imperiosamente comunicaciones mas faciles con los demás estados” (DE ANGELIS, 1837, p. XI).

Considerações finais

Na já citada correspondência remetida em fins de 1835 por Pedro de Angelis ao uruguaio Florentino Castellanos, o letrado esclarecia a intenção que tinha ao reunir e configurar a sua *Colección* documental. O italiano

¹⁶ Vasto território cuidadosamente descrito por Pedro de Angelis: “Dos grandes caminos cruzan el territorio argentino: el uno sirve á las comunicaciones mercantiles de Buenos Aires con las provincias de San Luis, Mendoza, y la república de Chile; el otro, para las que la misma ciudad mantiene con Córdoba, Santiago, Tucuman, Salta y Jujuy, cuya prolongacion conduce a las provincias del Alto Perú, ó Bolívia. El primero cuenta 3194 leguas de extension hasta Mendoza, ademas de otras 104 para pasar de esta ciudad á la de Santiago de Chile por el desastroso paso de Uspallata en la Cordillera: y el segundo, abraza una extension de 528 leguas, hasta Laquiaca, que en esta direccion marca el punto de contacto de la República Argentina con la Boliviana. [...] Ventinueve leguas antes de llegar á Laquiaca, saliendo de Jujuy para el Perú, se halla Humahuaca, que según Cornejo, dista 22 leguas de las juntas del rio de Jujuy con el de Tarija, donde ambos rios, con el nombre de Bermejo, empiezan á ser navegables” (DE ANGELIS, 1837, p. VI).

escrevia que com aquela publicação, levaria ao público “uma porção de documentos importantes que jaziam sepultados”, os quais objetivava “tirar do esquecimento, e preservar da destruição”, derramando, assim, “uma grande luz sobre a história do país”:

Es verdad que, sin atribuirme otro merito, puedo creerme con el sacar del olvido, y preservar de la destrucción á una porción de documentos importantes que yacían sepultados, hace siglos, en los rincones más retirados del mundo. Su publicación derramará una gran luz sobre la historia del país, y los que quieran ocuparse de ella no sentirán la falta de materiales y noticiais, como ha sucedido hasta ahora (*apud* BECÚ; TORRE REVELLO, 1941, p. XLIV-XLV).

A frase que encerra a citação acima afiança a ideia defendida por Fábio Wasserman, para quem homens como Pedro de Angelis contentavam-se em “recopilar materiales para que éstos pudieran ser examinados en el futuro” (2008, p. 80). No entanto, como vimos, os documentos da “Colección” formavam um arquivo da Confederação rosista, servindo, também, para produzir representações do seu passado, exaltar e divulgar o projeto de Juan Manuel de Rosas, além de traçar os seus domínios e aconselhar as ações do governo. É impossível, pois, não tomar o conjunto de fontes históricas reunido por De Angelis como “monumento” (LE GOFF, 1990): ele é resultado de escolhas – e portanto, de seleção e exclusão – impostas pelo momento histórico em que foi conformado e pelos interesses e critérios do próprio sujeito que o produziu. Pensamos, assim, que a *Colección* deve ser vista como “parte do próprio processo de construção de discurso sobre o passado” (HEYMANN, 2012, p. 23).

Casualmente, a *Colección de documentos y obras* acabou sendo lembrada, mais tarde, por Domingo Faustino Sarmiento exatamente como “monumento”: “La colección de Angelis es [...] el monumento nacional más glorioso que pueda honrar a un Estado americano, y a De Angelis, que emprendió la publicación, le debe la República lo bastante como para perdonarle sus flaquezas” (1944, p. 384). Para Wasserman, a obra de De Angelis importa por “su propia existencia y su carácter secuencial que

evidenciaban tanto el pasado valioso y digno de recuerdo que tenían los pueblos del Plata como los avances producidos en el presente para lograr su conocimiento” (2010, p. 31). Quando realizou sua obra, Pedro de Angelis acreditava que em suas mãos estavam a memória e o esquecimento da história argentina e foi por isso que ele não poupou esforços para reunir documentos e divulgá-los em uma edição impressa. Seu trabalho, mesmo que sustentasse e divulgasse o governo de Juan Manuel de Rosas e delineasse a sua Confederação, acabou orientando muitos estudos que, após a *Colección* e, especialmente, o fim daquele governo, seriam realizados sobre passado argentino: até hoje, o seu conjunto de fontes é referência para os investigadores que pesquisam e escrevem a história daquele país.

Referências

Documentação primária

- CARTA DE DON PEDRO DE ANGELIS A DON FLORO CASTELLANOS, sobre sus tareas editoriales, la publicación de documentos históricos y envío de algunos impresos. In: BECÚ, T.; TORRE REVELLO, J. *La Colección de Documentos de Pedro de Angelis y el Diario de Diego de Alvear*. Buenos Aires: Talleres S.A. Casa Jacobo Peuser Ltda., 1941, p. XLIV.
- DE ANGELIS, P. *Colección de obras y documentos relativos a la historia moderna y antigua de las Provincias del Río de la Plata*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836a. Tomo I.
- _____. *Colección de obras y documentos relativos a la historia moderna y antigua de las Provincias del Río de la Plata*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836b. Tomo II.
- _____. *Colección de obras y documentos relativos a la historia moderna y antigua de las Provincias del Río de la Plata*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836c. Tomo III.
- _____. *Colección de obras y documentos relativos a la historia moderna y antigua de las Provincias del Río de la Plata*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836d. Tomo IV.

- _____. *Colección de obras y documentos relativos a la historia moderna y antigua de las Provincias del Rio de la Plata*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1837. Tomo VI.
- ECHEVERRÍA, E. *Obras completas*. Compilación y biografía por Juan María Gutiérrez. Buenos Aires: Imprenta y Librería de Mayo, 1873. Tomo IV.
- FLORENCIO VARELA A JUAN MARÍA GUTIÉRREZ, carta del 31 de octubre de 1835, desde Montevideo. In: MOGLIA, R.; GARCÍA, M. (Ed.). *Archivo Del Doctor Juan María Gutiérrez*. Epistolario, Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, 1979-1981. (Tomo I).
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Coleção Instituto Histórico*. Lata 180. Doc. 75. Circular de Pedro de Angelis pedindo a assinatura para uma obra que pretende publicar sobre as Províncias do Rio da Prata. Buenos Aires, março de 1841.
- SARMIENTO, D. F. *Obras selectas*. Edición ordenada, revisada y precedida por un estudio preliminar por Enrique de Gandía. Buenos Aires: Editorial La Facultad, 1944.

Obras de apoio

- AMANTE, A. *Poéticas y políticas del destierro*. Argentinos en Brasil en la época de Rosas. Buenos Aires: FCE, 2010.
- BECÚ, T.; TORRE REVELLO, J. *La Colección de Documentos de Pedro de Angelis y el Diario de Diego de Alvear*. Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser Ltda., 1941.
- BERNALDO DE QUIRÓS, P. *Civilidad y política en los orígenes de la nación argentina*. Las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- BOUZA, F. *Imagen y propaganda*. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II. Madrid: Akal, 1998.
- CUTRERA, M. *Subordinarlos, someterlos y sujetarlos al orden*: Rosas y los indios amigos entre 1829 y 1852. Buenos Aires: Teseu, 2003.
- DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.
- DÍAZ MOLANO, E. *Vida y obra de Pedro de Angelis*. Buenos Aires: Librería y Editorial Colmegna, 1968.

- GALLO, K. A la altura de las luces del siglo: el surgimiento de un clima intelectual en la Buenos Aires posrevolucionaria. In: ALTAMIRANO, Carlos; MYERS, Jorge (Org.). *Historia de los intelectuales en America Latina*. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz Editores, 2008, p. 184-204.
- GRAFTON, Anthony. *As origens clássicas da erudição*: pequeno tratado sobre as notas de rodapé. São Paulo: Papyrus, 1998.
- LE GOFF. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- MYERS, J. *Orden y virtud*. El discurso republicano en el regimen rosista. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.
- RICOEUR, P. *A memória, o esquecimento, o silêncio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- SÁBATO, H.; LETIERRI, A. *La vida política en la Argentina del siglo XIX*: armas, votos y voces. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- SABOR, J. *Pedro de Angelis y los orígenes de la bibliografía argentina*: ensayo bibliográfico. Buenos Aires: Solar, 1995.
- SALVATORE, R. Consolidación del Régimen Rosista (1835-1852). In: GOLDMAN, N. (Dir.). *Nueva Historia Argentina*. Tomo III: Revolución, República, Confederación (1808-1852). Buenos Aires: Editorial Sudamérica, 1998, p. 323-380.
- SCHEIDT, E. *Carbonários do Rio da Prata*: jornalistas napolitanos e a circulação de ideias na Região Platina, 1827-1860. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- TERVANASIO, M. *Historia de Argentina*. 1806-1852. Buenos Aires: Siglo Ventiuno Editores, 2009.
- WASSERMAN, F. *Entre Clio y La Polis*: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860). Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.
- _____. Libertad de imprenta y sus limites: prensa y poder político en el Estado de Buenos Aires durante la década de 1850. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 10, p. 130-146, nov. 2009.
- _____. La historia como concepto y practica: conocimiento histórico en el Río de la Plata (1780-1840). *História da Historiografia*, n. 4, p. 15-36, 2010.
- WEINMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo*: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.

*O pampa argentino e a conquista do deserto: uma relação discursiva**

FÁBIO FELTRIN DE SOUZA**

Universidade Federal Fronteira do Sul

Resumo: Este artigo tem por objetivo problematizar a construção discursiva do pampa Argentino como deserto durante o século XIX. Isso foi possível a partir de um investimento discursivo-visual da literatura e principalmente das artes plásticas que condicionaram a instauração de uma ordem visual. Nesse sentido entende-se o conceito de deserto mediante uma chave espacial de análise engendrada a partir de uma construção cultural. Ademais, busca-se compreender como tal fato criou as condições simbólicas para a chamada “conquista do deserto”, uma série de expedições militares que visavam “civilizar” a Argentina a partir a dizimação das populações indígenas.

Palavras-chave: Pampa argentino; Conceito de deserto; Ordem visual.

Abstract: This article aims to problematize the discursive construction of the Argentine pampa as desert throughout the nineteenth century. It was possible from a literature’s discourse-visual investment and especially the visual arts which conditioned the establishment of a visual order. This way the Desert concept is understood by a space key engendered analysis from a cultural construction. Moreover, we seek to understand how that fact created the symbolic conditions for the called “conquest of the desert”, a series of military expeditions which aimed to “civilizing” Argentina by the decimation of the indigenous peoples.

Keywords: Argentine pampa; Desert concept; Visual order.

* Recebido em 05 de julho de 2015 e aprovado para publicação em 10 de agosto de 2015.

** Possui doutorado. Atua no curso de Licenciatura em História e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: fabio.feltrin81@gmail.com.

A construção do espaço

Manuel Prado, um combatente da campanha de conquista do deserto comandada pelo general e presidente Julio Argentino Roca, disse em suas memórias que

Cuando ingresé al Ejército, allá por mayo de 1877, el tren que debía llevarme hasta Chivilcoy, cabecera entonces del Ferrocarril del Oeste, salía de la estación del Parque y del mismo lugar en donde ahora se levanta, soberbio e imponente, el teatro Colón. Y no debe sorprender que el tren tuviese su punto de partida en el centro de la ciudad, si se considera que el desierto empezaba ahí nomás, a cuarenta leguas de la casa de gobierno. Entonces los indios, señores soberanos de la pampa, se daban el lujo de traer sus invasiones hasta las puertas de Buenos Aires, no siendo extraño que el malón quemase las mejores poblaciones de Olavarría, Sauce Corto, la Blanca Grande, 25 de Mayo, Junín, Pergamino, etc. (COMANDANTE PRADO, 1963).

Para os argentinos das elites intelectuais de 1837 e 1880, a palavra “deserto” carregava um conjunto de significados e verdades; instaurava uma ordem de valores e práticas que são antes representações. Dito isso, o objetivo deste artigo é examinar como o conceito de “deserto” foi inventado no século de XIX a partir de um investimento discursivo-visual da literatura e das artes plásticas, tornando-se a encarnação da ausência, da barbárie, do vazio e, como resultado, servindo de subsídio argumentativo para o projeto estatal de dizimação dos indígenas. O “deserto” será compreendido como um conceito, visto que, além de sintoma do que circulava na sociedade argentina, ele é indício de determinadas experiências humanas, daquilo que confere sentido e condição ao mundo, às práticas políticas e sociais (JASMIN, 2006, p. 12). Compreendemos esse conceito a partir de uma chave espacial, já que estamos abordando uma paisagem geográfica específica, que ganhou múltiplos significados ao longo do século XIX. Por isso é importante constatar que sua produção discursiva pode ganhar duas dimensões: primeira, compreende o espaço como uma variável

determinada, algo semelhante ao que boa parte do pensamento histórico e geográfico do século XIX, preocupado em classificar os meios físicos e em produzir tipos específicos, construiu. Segunda, o tema do espaço é atravessado por metáforas e analogias e é resultado da produção de imagens e comparações (MAIA, 2008). Assim, noções como deserto, por exemplo, não significam exatamente um lugar específico, natural, passível de ser delimitado geograficamente, mas antes, uma imagem associada a um tipo de experiência social, cultural e econômica. É nesse sentido que podemos afirmar que há uma construção cultural da paisagem, na medida em que ela foi imaginada. Quando essa imaginação ganha concretude, ela mistura categorias e torna-se mais real que seu referente (SCHAMA, 1996).

Nesta mesma esteira argumentativa, Michel Foucault já afirmava na década de 1960 que as utopias e heterotopias se combinariam na caracterização de espaços. Se as primeiras se refeririam a posicionamentos sem lugares materiais, como projeções de ausências, as heterotopias encarnariam lugares concretos, combinando potências sociais, discursos, concebidos sob a égide do Estado e articulando diferentes referências, além de refletir o repertório de imagens à disposição de uma dada sociedade. Os espaços, portanto, são construídos e fabricados por relações de poder, por práticas, estratégias, positivities engendrando conteúdos e imagens numa ordem discursiva e geradora de verdade social (FOUCAULT, 2001). Nesse sentido, o espaço é pensado como analogia a uma obra de arte, como uma atividade humana que, através do fechamento e da ruptura introduzida entre objeto e o mundo exterior, produz uma forma definitiva.

O deserto como problema

Desde os tempos do presidente Bernardino Rivadavia, as elites letradas buscavam alternativas para o chamado vazio de civilização e de população que tomava conta da Argentina, como demonstrou Freitas Neto (2008). Esse vazio deveria ser preenchido, eliminando, assim, aquilo que consideravam ser as mazelas da nascente nação. A imigração de europeus era entendida como a melhor das soluções para a “población maldita”, para

a tradição espanhola (entendida como um antigo regime aos moldes do que ocorrera na França) e para inadequação da raça. Intelectuais como Juan Bautista Alberdi e Domingos Faustino Sarmiento parecem ter radicalizado essa proposição em seus estudos.

Foi durante seu exílio chileno que Alberdi produziu o que talvez sejam suas obras mais significativas deste contexto: *Acción de la Europa en América*, de 1842, e *Bases y puntos de partida para la organización de la República Argentina*. Imagina em ambas uma *arché* fundante capaz de introduzir o país na corrente da modernidade. Para efetivação desse projeto era preciso não só criar hábitos civilizados, como também instituir o poder em todo território. Nesses textos, Alberdi desacredita a capacidade da população autóctone em desenvolver esses hábitos e apresenta a Argentina como vazia de civilização. Para suprir essa cartografia indomável seria preciso mais que importar hábitos europeus. Era preciso incentivar a imigração e eliminar todos os indígenas. Para Alberdi,

povoar é civilizar quando se faz com gente civilizada, isto é, com populações da Europa civilizada. Por isso disse na constituição que o governo deve fomentar a imigração européia. Povoar, porém, não é civilizar, senão embrutecer, quando se povoa com chinos e com índios da Ásia e com negros da África. Povoar é emprestar, corromper, degenerar, envenenar um país, quando, em vez de servir-se da flor da população trabalhadora da Europa (ALBERDI, 1941, p. 37).

Para o argentino, cada imigrante desejado traria mais civilização inscrita nos corpos e nos hábitos, do que a maioria dos livros e manuais. Ao privilegiar os hábitos em detrimento de um projeto educacional, nos moldes daquele defendido por Sarmiento, Alberdi mostra uma característica que jamais perderia nos anos de vida pública: sua marca anti-intelectualista. Para ele, os costumes não eram modificados através da instituição letrada formal, mas sim a partir do contato com outros hábitos realmente existentes, tal qual a lógica pensada por Rousseau (TERAN, 2008, p. 95). Alberdi confiava na pedagogia das coisas, nos civilizados hábitos dos estrangeiros europeus para fundar um novo *ethos*, uma nova configuração dos sujeitos e, assim, regenerar e salvar a nação das garras da barbárie.

A necessidade de instaurar uma lógica ordenadora antecipa o sonho modernizador das elites *criollas* do final do século XIX e cria o ambiente cultural favorável para a conquista do deserto e o genocídio dos indígenas. A chamada “geração” de 1837 anunciou o sintoma da razão instrumental do Estado mediante o monopólio da violência e propôs uma maquinaria disciplinar do outro e do espaço. Por isso toda a preocupação com o pampa, a antítese da cidade, o significante do vazio. O pampa, o nome próprio do deserto para as elites letradas, era a nação dos indígenas, como afirmou um viajante que passou pela América do Sul, o marinheiro inglês Emeric Essex Vidal. Na obra publicada em Londres no ano de 1820, o inglês definiu assim suas impressões sobre a Argentina:

The Pampas are an indian nation, thus named by Spaniards because they rove about in the immense plains called Pampas, between the 36th and 39th degrees of the south latitude. [...] The savage Indians of those parts, seeing this cattle come to their country, began kill then for food, and have abundance of them, sold to surplus to the Araucanos and other Indians. Several Indian nations from the east side of the great Cordilleras, and others from Patagonia, went in consequence and settled in the districts where there was plenty of cattle: they contracted of a friendship with the Pampas, who had already great number of horses (VIDAL, 1820, p. 56).

Durante o século XIX a paisagem do pampa constituiu uma unidade dramática para os intelectuais argentinos. Alvo de todo um conjunto de discursividades, o deserto foi uma das principais preocupações do romantismo literário (FREITAS NETO, 2008). No poema *La cautiva*, Esteban Echeverría constrói as imagens da barbárie, da falta, do grande oceano em terra a ser domado, da violência, do pampa, do indígena, do nomadismo a ser combatido. Trata-se da épica história dos raptos de Maria e Brián. A dicotomia civilização e barbárie estava presente na condição de heroína construída para Maria, na mesma medida em que os indígenas foram construídos como o oposto da humanidade. O drama apresentado pelo poeta deveria, necessariamente, ser superado pelo curso da história.

Para os românticos do Prata, o pampa era um grande vazio geográfico e cultural. Um problema a ser enfrentado pelos condutores da barca-nação em direção ao futuro. Os primeiros versos do poema épico de Echeverría desenham os contornos desse deserto:

Era la tarde, y la hora
En que el sol la cresta dora
De los Andes. El desierto
Inconmensurable, abierto
Y misterioso a sus pies
Se extiende, triste el semblante,
Solitário y taciturno
Como el mar, cuando un instante
El crepúsculo nocturno
Pone rienda a su altivez.

[...] a veces la tribu erante,
Sobre el potro rozagante
Cuyas crines altaneras
Flotan al viento ligeras,
Lo cruza cual torbellino,
Y pasa, o su toldería
Sobre la grama frondosa
Asienta, esperando el día
Duerme tranquila reposa
Sigue veloz su camino [...]
(ECHEVERRÍA, 2005).

As imagens lapidadas pela pluma do poeta ganharam potência visual na série de quadros de Johann Moritz Rugendas. O viajante alemão ficou particularmente seduzido pela obra de Echeverría, como confessou em inúmeras cartas trocadas com a chilena Carmen Ariagada (DINNER; COSTA, 1999, p. 23). Quando Rugendas chegou a Montevideu em princípios de 1845, já havia entrado em contato com a obra do poeta. Provavelmente isso tenha se dado através de Sarmiento, que havia recebido um esboço do poema quando estava no Chile. Na capital do Uruguai, sitiada pelas tropas do general Oribe, aliado do argentino Juan Manuel de Rosas, governante da Argentina, o viajante logo entraria em contato

com os exilados argentinos, tornando-se amigo da influente Mariquita Sánchez, de quem, aliás, pintou um retrato.

Rugendas finalmente iria conversar com Echeverría no mês de julho daquele ano, quando regressou a Montevideu, já em viagem para o Rio de Janeiro (seu destino final na América antes de regressar em definitivo para Europa). Na capital do Império o viajante promoveu uma exposição na Academia de Belas Artes e, sob a mediação de Nicolas-Antoine Taunay, o viajante bávaro conheceu o imperador, a quem presenteou com uma das versões do *Rapto de la cautiva*, já sob o impacto de Echeverría. *Rimas* provocou um deslocamento na composição de Rugendas, pois passou a conceber a paisagem, para depois inserir os personagens que dariam o suporte a ela. Seja como for, as versões de 1845, em especial a selecionada aqui, deram contornos muito bem-acabados à construção visual do pampa. Construção esta celebrada por Sarmiento:

La pampa infinita y los celajes del cielo por fondo, confundidos en parte por las nubes del polvo que levantan los caballos medios domados que monta el salvaje; la melena desgreñada flotando al aire, y sus cobrizos brazos asiendo la blanca y pálida víctima, que prepara para su lascívia. Ropajes flotantes que se prestan a todas las exigencias del arte; grupos de jinetes y caballos; cuerpos desnudos; pasiones violentas, contrastes de caracteres en las razas, de trajes en la civilización de la víctima y la barbarie de raptor, todo ha encontrado en Rugendas, en este asunto de su animoso pincel (SARMIENTO, 1977, p. 74).

A fuga ganha a centralidade da cena. Céu e terra perdem-se no infinito, o tom avermelhado e a face do cavalo, que mal toca o solo por conta de sua ferocidade, dão contornos infernais para ação a desenrolar-se num espaço marcado pelos tons avermelhados. Passiva, a raptada mira o céu e suplica a intervenção divina. Sua concepção de movimento muda drasticamente, se compararmos com outras versões do rapto (SOUZA, 2014), dando mais força e dramaticidade à imagem.

Imagem 1 - Johann Moritz Rugendas. El rapto de la cautiva. 1845, óleo sobre tela, 44,5 x 53,5 cm.



Fonte: DEL CARRIL (1966).

A imagem é ao mesmo tempo a instrumentalização da força e sua fundação em poder. Esse ato de poder caracteriza a representação não apenas como presentificação de uma ausência, mas, antes, como a exibição da própria presença da imagem como acontecimento, construindo uma teia de verdade entre o que olha e o que é visto (CHARTIER, 2002, p. 165). Nesse sentido, o conhecimento do mundo e a instauração de uma memória, nesse caso de uma memória espacial, ocorrem mediante a pintura de um objeto (CHARTIER, 2002, p. 168). Esta imagem carrega um investimento promovido por sujeitos que, regrados por um determinado regime de verdade, dispenderam energia ao criar uma modalidade de afirmação de um enunciado considerado verdadeiro. As condições que possibilitam a crença nessa afirmação foram operadas mediante um discurso visual e estão ligadas às condições de emergência que transformaram o pampa num deserto, no significante do vazio.

O espaço da barbárie

Na sua radiografia do pampa, ou no que poderíamos chamar de biografia da barbárie, Sarmiento apresenta o cenário geográfico-cultural, uma cartografia do vazio, não apenas manifestado na ausência de habitantes, mas principalmente na ausência de sentido, de civilização (URIARTE, 2010). Este argumento, aliás, já havia aparecido em *La Cautiva* de Echeverría, como demonstramos anteriormente (FREITAS NETO, 2008). O que chama atenção nestas composições é a nítida referência às elaborações de Montesquieu acerca da relação entre a barbárie e o deserto árabe (ALTAMIRANDO; SARLO, 1997, p. 89). Assim, suspeitamos que esse conjunto de marcas abra uma espécie de arquivo orientalista em *Facundo* (SOUZA, 2012). O meio inóspito, o oceano em terra, é desenhado da seguinte forma por Sarmiento:

Imagina una extensión de dos mil léguas cuadradas, cubierta toda de población pero colocadas las habitaciones a cuatro leguas de distancia unas de otras [...] la sociedad ha desaparecido completamente; queda sólo la familia feudal aislada, reconcentrada, y no habiendo sociedad reunida, toda clase de gobierno se hace imposible. Ignoro se el mundo moderno presenta un género de asociación tan monstruoso como éste (SARMIENTO, 1845 [1977], p. 61).

Para Sarmiento, esse meio geográfico, social e cultural seria o responsável pela criação do *gaucho*, que, para o argentino, se diferenciaria em quatro sub-tipos: o cantor, o rastreador, o guia e o *gaucho* mau. De todos, apenas um apresenta características negativas, o que desmontaria a tese de que todo *gaucho*, em *Facundo*, é necessariamente mau. Rugendas, que também leu *Facundo* e o transformou em base ideológica para sua pintura do deserto, pintou uma série de pranchas em que cavalos e *gauchos* desfilam pela paisagem inóspita do pampa. O rudimentar conjunto de gestualidades e hábitos condizem e dizem o viver no deserto argentino. Esse *ser-gaucho* é o ser que não se desejava para a Argentina do porvir. Nos problemas visuais engendrados pelo viajante, o *gaucho* sempre

aparece num ambiente hostil, agreste, sem edificações, em que céu e terra confundem-se num horizonte não muito bem definido. Ele viveria sozinho e exilado no horizonte. Não teria família, futuro, nem laços comunitários. Sua fisionomia seria a marca de um país mergulhado no latifúndio, no resto colonial a contaminar a alma do argentino. Tal tipologia parece ter ganhado contornos visuais na imagem de Blanes. Nela, o gaúcho é o senhor da vastidão infinita do pampa. A solidão e o nomadismo são traços constitutivos dessa composição visual.

Imagem 2 - Juan Manuel Blanes, *La Pampa*, 1860



Fonte: FERNANDEZ SALDAÑA (1931).

O deserto seria a impossibilidade de qualquer ordenamento e a origem da barbárie. É contra essa caracterização, contra essa cena, que Sarmiento investiu toda sua violência argumentativa. O país de paisagem inóspita só poderia gerar seres como os indígenas e os gaúchos. Este problema é discutido visualmente por Olascoaga em sua litogravura de 1909. Além da paisagem alongada e horizontal, criando a sensação de vastidão e vazio, a imagem é composta por um grupo de indígenas em movimento e um conjunto de ossadas no primeiro plano. De maneira

enfática, o que acaba por ser salientado na imagem é uma característica precisa da percepção do espaço como “vazio” absoluto e como uma guerra que se prolonga no tempo.

Imagem 3 - Manuel Olascoaga, *La pampa antes de 1879*, 1909. Litogravura



Fonte: MARTINEZ ESTRADA (1974).

As ossadas eram utilizadas como fundamento na construção do pampa como deserto e, por conseguinte, como espaço da barbárie, da morte e da guerra. A terra dos indígenas, desconhecedores do conjunto de regramentos e limites típicos de uma sociedade civilizada, era, na ótica dos europeus e membros das elites portenhas, o espaço próprio do horror. Cuidadosamente nominada de *La pampa antes de 1879*, a imagem faz referência ao período anterior à conquista empreendida pelo general Julio Argentino Roca e, conseqüentemente, aponta para a convicção de que a Argentina estava em marcha para um futuro redentor, moderno e civilizado, já que o pampa deixava de ser o território do inimigo. A construção dessas tipologias ganhou condição de verdade no ordenamento visual da Argentina do século XIX. A instauração desse enredo discursivo foi fundamental para que a matabilidade dos corpos indígenas não se configurasse um crime, mas, ao contrário, uma positividade. Importa recordar, portanto, como esse genocídio foi legitimado através de um certo conjunto de imagens e levado a cabo pela máquina de guerra

da modernidade em seu afã classificador, ordenador, normatizador e biopolítico, como demonstrou Giorgio Agamben.

Para o filósofo italiano, o campo funcionaria como paradigma e dispositivo, uma vez que ilustra o Estado de exceção na sua relação originária com o soberano, na medida em que a vida nua está na ordem jurídica e permite diagnosticar como toda política funciona a partir das mesmas premissas que o tornaram possível. A partir desse ponto, ele argumenta que o espaço político contemporâneo não é mais a cidade idealizada, a polis erguida pela racionalidade da lei e da norma, mas o campo de concentração, cuja marca é a ausência de lei, a anomia. No lugar do cidadão, *o homo sacer*, pois os habitantes foram despojados de todo estatuto político e reduzidos à vida nua. Por isso, seguindo Agamben, não seria forçoso sugerir que, levando ao limite o conceito de exceção como regra da política e que o fora da lei está dentro desse discurso por sua necessária exclusão fundante, os discursos nacionais comungariam desses mesmos pressupostos. Tanto os indígenas, como os gaúchos, estariam, para as elites argentinas, sob o mesmo estatuto jurídico-discursivo de exclusão e matabildiade autorizadas. E é justamente aí que reside o paradoxo: ao mesmo tempo em que eles estão fora da nação, por não serem desejados, são partícipes de uma internalidade ficcional, visto que o “nós” só é possível de ser dito quando o “outro” tem uma fisionomia muito bem definida. A posição que um ocupa nesse discurso é alicerçada pelo outro (AGAMBEN, 2007, p. 226).

Uma das últimas imagens do pampa em guerra foi cunhada pelo pintor argentino Benjamin Franklin em 1860. Diferente de grande parte das representações anteriores, esta traz uma família de brancos afastando-se em grande velocidade de um botim ao longe, colocado em segundo plano. Os tipos engendrados na imagem reforçam, portanto, o caráter infernal do deserto, tornando impossível a vida organizada, estruturada e condizente com os valores conhecidos pela civilização. A fuga desta família branca desenha ares de espectralidade, pois simula seu inverso: a não possibilidade de habitar aquele espaço o constrói como inóspito, justificando assim uma ação interventora.

Imagem 4 - Benjamin Franklin Rawson. *La huida del Malón*, 1860

Fonte: MARTINEZ ESTRADA (1974).

A ordem visual

A memória parece organizar-se de uma maneira predominantemente visual (DIDI-HUBERMAN, 2006). Uma história das/por imagens apresenta-se como o aporte necessário para pensar as produções de verdade e o ordenamento do discurso engendrado na invenção da Argentina. O trabalho com imagens, nesse caso, não se restringe ao domínio dos imaginários, pois desvenda alguns mecanismos que regem determinadas atividades e crenças fundamentais. Isso porque as imagens são mediação e cristalização das formas de verdade e, em sua materialidade prática, ancoram um conjunto de relações sociais mediada por essas imagens (DEBORD, 1997). **É desse modo que** a partir de 1870 abriu-se uma nova etapa na guerra contra o índio, uma vez que o Estado argentino decidiu investir em sua eliminação física (VIÑAS, 1982). Essa opção não foi resultado apenas das novas possibilidades tecnológicas, oferecidas pelas modernas tecnologias militares, mas fundamentalmente foi construída no âmbito discursivo através de numerosas estratégias cunhadas por uma vontade de verdade.

Curiosamente, a chamada conquista do deserto, levada a cabo por Julio Argentino Roca, foi acompanhada não apenas pelo exército argentino, mas também por religiosos, cientistas, artistas e fotógrafos. Em 1879, as colunas do exército avançaram da extensa linha de fronteira com os índios até o Rio Negro, transformando-se no gesto mais espetacular de um conflito armado que continuaria até 1885. Tal evento, nos confirma Viñas (1982), foi o desfecho de uma história de barbárie contra os habitantes nativos do Pampa. Como forma de celebrar esse triunfo, o pintor uruguaio Juan Manuel Blanes recebeu a incumbência de pintar a glória do general Roca. Pintada em grandes proporções e fortemente embasada nos documentos disponíveis sobre a conquista do deserto, Blanes repete o sentido horizontal ao criar a sensação de vastidão. Entretanto, o conteúdo principal não é mais o drama da barbárie indígena ou do deserto indomável, é, ao contrário, preenchido em primeiro plano pelos oficiais de Roca, postados de maneira vitoriosa e apresentando uma sutil particularidade: o ponto de vista para a composição é próximo e alto, como uma célebre fotografia de Antonio Pozzo, de modo que apenas as cabeças dos oficiais fiquem acima da linha do horizonte.

Imagem 5 - Juan Manuel Blanes, *La Revista del Río Negro*, 1894



Fonte: FERNANDEZ SALDAÑA (1931).

Diante de tudo que enfatizamos, não seria forçoso afirmar que a imagem criada por Blanes em 1894 celebra o triunfo da racionalidade, simbolizada pelas

cabeças, que haviam finalmente domado aquela terra infinita. Tal argumento parece ganhar corpo se observamos que à direita do quadro estão marinheiros, cientistas e fotógrafos e à esquerda, religiosos acompanham indígenas catequizados e “domesticados” (MALOSETTI COSTA & PENHOS, 1991). Esta composição parece pertencer a um típico sistema de exclusão baseado numa vontade de verdade e apoiada sobre o suporte não apenas do Estado, mas de toda institucionalidade legitimada na e pela sociedade. Da mesma maneira que a nação se traduz num verdadeiro projeto de Estado a mobilizar recursos políticos, militares, econômicos, culturais e simbólicos em sua criação. Nesse enredo, a imagem funciona como estratégia discursiva cuja característica é a disseminação de traços reconhecíveis e constituintes de uma identidade em formação. Imagens como esta fornecem uma autêntica experiência histórica que ultrapassa o terreno epistemológico e passa a condicionar, de maneira enfática, as formas de elaboração do passado (KOSELLECK, 2014).

Marcas do triunfo: o espaço e a expectativa

Percebemos ao londo deste artigo uma intensa mobilização de imagens geográficas na produção de uma narrativa nacional cuja intencionalidade era produzir uma interpretação acerca dos dilemas enfrentados pelas elites argentinas no século XIX. Nesse projeto pampa *gaucho* transformou-se em recurso discursivo e sua comparação com o deserto árabe permitiu um refinamento na construção do argumento e da imagem de vazio como dilema civilizacional (MAIA, 2008). Imagem que se transfigura por completo na criação de Alfredo Paris. Ela parece antecipar a proposta de Blanes, uma vez que o indígena não figura na composição, nem como problema. Ao contrário, uma marcha uniforme atravessa o pampa deixando o conflito no passado, anunciando uma nova era para a nação argentina. Ao eliminar as fronteiras e os inimigos internos, o deserto perde sua carga simbólica e deixa de ser o espaço do outro (MALOSETTI COSTA; PENHOS, 1991, p. 202). A imagem de Paris é a materialização do triunfo e a consolidação de uma ordem visual a anunciar que o país austral estaria pronto para ingressar nos rumos da civilização ocidental.

Imagem 6 - Alfredo Paris, *A través de la pampa*, 1889

Fonte: Catálogo Paisaje en la Argentina a través de sus pintores em el siglo XIX (1980).

Durante o século XIX a paisagem do pampa, na verdade as camadas de sentido construídas pelo enredo e pela trama discursivo-visual, transformou-se num drama para a nacionalidade argentina. Tomando as imagens como projetos complexos, com existências específicas (COLI, 2005), constatamos que o pampa argentino foi transformado em lugar do vazio, da ausência de civilização. Da mesma forma, sustentamos a hipótese de que a transformação do pampa em deserto ocupou um lugar privilegiado na ordem da verdade, tornando possível e autorizado o processo de dizimação dos indígenas.

A nação tornou-se uma privilegiada categoria de reflexão para o projeto romântico (GUIMARÃES, 2011) argentino e sua investigação, já consolidada no ambiente acadêmico brasileiro, busca interrogar os nexos entre esse discurso nacional, a historiografia e a produção de imagens. Esse tear relacional nos sugere uma série de articulações e acomodações conceituais ocorridas tanto nos países americanos, quanto nos europeus. Este momento, marcado por uma crescente assimetria entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, deixou marcas incontornáveis na sociedade argentina até hoje.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e à vida nua I*. Belo Horizonte: Humanitas, 2007.
- ALBERDI, Juan Bautista. *Bases e pontos de partida para a organização política da República Argentina*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- ALTAMIRANO, Carlos; SARLO, Beatriz. *Ensayos Argentinos: de Sarmiento a la vanguardia*. Buenos Aires: Ariel, 1997.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a História entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- COLI, Jorge. *Como estudar história da arte no XIX*. São Paulo: Senac, 2005.
- CATALOGO *Paisaje en la Argentina a través de sus pintores em siglo XIX*. Buenos Aires: MCBA, 1980.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DIDI-HUBERMAN, Geroge. *O vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DIENER, Pablo & COSTA, Maria de Fátima. *A América de Rugendas: obras e documentos*. São Paulo: Livraria Kosmos Editora, 1999.
- ECHEVERRÍA, Esteban. *La cautiva*. Buenos Aires: Bureau Editor, 2005.
- FERNANDEZ SALDAÑA, Jose Maria. *Juan Manuel Blanes, su vida y sus cuadros*. Montevideo: Imprensa Uruguaya, 1931.
- FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: _____. *Ditos e Escritos - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro, Forense Universária, 2001. v. 3.
- FREITAS NETO, José Alves de. A formação da nação e o vazio na narrativa argentina: ficção e civilização no século XIX. *Esboços*, Florianópolis, v. 15, p. 189-204, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.
- MALOSSETI COSTA, Laura; PENHOS, Marta. Imágenes para el desierto argentino: apuntes para una iconografía de la pampa. In: *Ciudad/campo en las artes en latinoamerica y Argentina*. Buenos Aires: Coedigraf, 1991.

- MALOSETTI COSTA, Laura. *Pintura argentina: precursores I*. Buenos Aires: Edições del Banco Velox, 1994.
- MARTINEZ ESTRADA, Ezequiel. *Radiografía de la pampa*. Buenos Aires: Losada, 1974.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilizacion y barbarie*. Venezuela: Ayacucho, 1977.
- _____. *Viajes por Europa, Africa y América, 1845-1847 y Diario de gastos*. Ed. Javier Fernández. Nanterre: ALLCA XX & Université Prais X; Buenos Aires: FCEA, 1993.
- SOUZA, Fábio Feltrin de. Espectrografias da Nação: o ‘eu’ e o ‘outro’ no discurso fundacional da Argentina. In: FLORES, Maria Bernadete Ramos; PETERLE, Patrícia (Org.). *História e Arte: Imagem e Memória*. Campinas: Mercado das Letras, 2012, p. 125-138.
- _____. Uma Argentina imaginada: A imagem do rapto e discurso nacional do século XIX. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, v. 11, n. 6, 2014.
- TERAN, Oscar. *Historia de las ideas en la Argentina: Diez lecciones iniciales, 1810-1980*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2008.
- URIARTE, Javier. Viagem, guerra e consolidação nacional: as reminiscências do “perito” Moreno. *Floema*, ano VI, n. 6, p. 106-130, 2010.
- VIDAL, Emeric Essex. *Picturesque illustration of Buenos Aires and Monte Video*. London: Published by R. Ackermann, 1820.
- VINÑAS, David. *Indios, ejercito y frontera*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1982.

*La europeización de América**

HERNÁN G. H. TABOADA**

Universidad Nacional Autónoma de México

Resumo: Exame dos processos latino-americanos do século XIX que levaram a uma estreita relação entre os nossos países com a Europa e ao reforço do eurocentrismo crioulo. Essa relação foi então imaginada como muito mais velha e íntima, mas na verdade pertence, da mesma forma que os procesos em outras regiões à época da hegemonia europeia no mundo. Esta hegemonia já mudou, dando assim oportunidade à superação do eurocentrismo crioulo.

Palavras-chave: Eurocentrismo; Migrações internacionais América Latina; Mentalidade crioula.

Abstract: Examination of the processes of Latin American 19th century history that led to a close relationship between our countries with Europe and to the strengthening of Creole Eurocentrism. Such link was imagined as much older and intimate, but actually belongs, in the same way that in other parts of the world, to the European hegemonic period in history. In our days the change towards a new world system is giving the opportunity for overcoming Creole Eurocentrism.

Keywords: Eurocentrism; International migrations Latin America; Creole mentality.

* Recebido em 02 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 06 de setembro de 2015.

** Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe (CIALC), Universidad Nacional Autónoma de México. E-mail: haroldo@unam.mx.

Empiezo con la referencia, para no repetir innecesariamente, a trabajos míos anteriores donde toqué temas emparentados con el que aquí me encorva sobre el teclado. Eran intentos por desbaratar el esquema eurocéntrico de explicación de la historia latinoamericana que nos domina, el esquema eurocriollo, para retomar el término que con Carlos Tur inventamos en cierta ocasión (TUR; TABOADA, 2008). Se me podrá recordar que se ha convertido en empresa de moda clamar contra el eurocentrismo, pero una cosa es hacerlo tras las trincheras de las teorías posmodernas y otra salir al combate y mezclarse en la refriega contra las categorías, cronologías, juicios de valor y elaborados discursos que durante siglos fueron tejiendo dicho esquema.

En esa refriega me ensarcé entonces, y es verdad que me mostré temerario en exceso, porque pretendí rastrear la historia de la formación del esquema eurocriollo, trazar un esquema alternativo, discutir varios temas anexos y describir con algún detalle el comienzo de una de sus etapas decisivas, entre otros (TABOADA, 2012). Cada una de estas empresas llevaría una vida, pero agrego en mi disculpa que la estrategia detrás de ello era publicar para no seguir corrigiendo, como aconsejaban algunos sabios, y a lo mismo van enderezadas las páginas que va a leer quien desde aquí se decida a seguir hasta el punto final.

Las mismas van a tratar de aclarar un aspecto de aquella discusión, implícita a veces más que explícita, a veces muy abiertamente ideológica y en todo caso siempre ahistórica, en torno a la pertenencia o no de América Latina a la civilización occidental. Ya el tema por sí mismo amerita una investigación de historia de las ideas: cuándo empezó la propuesta, cuándo la duda, quiénes dijeron que sí, quiénes que no y quiénes oscilaron, y de éstos quiénes con orgullo, con lástima, con alivio. No me cuento entre ninguno de los anteriores porque, ya lo expresé con frecuencia, la categoría básica que rige la discusión aludida, la de Occidente, y el esquema civilizatorio que está en su base, me parecen muy poco útiles para el análisis histórico y porque me parece discutible el relato histórico habitual, que es el que fundamenta las distintas formas de afirmación y negación.

Discutiendo dicho relato, en el pasado traté de sustituir sus lineamientos por los de una historia americana entendida a partir de las dinámicas propias y no de las externas. Resumo aquí lo dicho entonces, aunque habrá alguna ligera variante porque mi perspectiva se va moviendo. Todo empezaba mucho antes del “descubrimiento”, ese marcador por excelencia eurocéntrico, cuya importancia reducía: señalaba que las relaciones de lo que después se llamó América se dieron privilegiadamente, durante milenios, con el Asia, y que dichas relaciones continuaron durante los siglos coloniales y los republicanos; que la llamada conquista fue un proceso de hondas consecuencias demográficas, económicas, sociales y culturales, pero que el periodo que le siguió, los tres siglos coloniales, fueron bastante módicos en los resultados que se suelen citar para probarnos que hubo desde entonces una conversión de América a la civilización cristiana, o europea, u occidental.

O a las variantes de la misma, cuando se habla de una América Hispana, una Portuguesa, otra Francesa, Inglesa, y podríamos seguir mentando la Holandesa, Rusa, Danesa, Sueca, Maltesa, Curlandesa. De alguna me olvido seguramente. Definir de esta manera es privilegiar uno de los elementos de ciertas sociedades americanas posteriores a la conquista, y a veces dicho elemento es el menos importante: el origen, en ocasiones lejano, de los dominadores. Por supuesto que ya no se relata la historia de América sólo como la historia de sus conquistadores, de los repartos imperiales del siglo XVIII, de la lucha entre “latinos” y “sajones”, pero el nombre mismo de América Latina y muchos supuestos que todavía se reproducen están apoyados en estas concepciones.

Mi esquema histórico alternativo proseguía hasta alcanzarnos en este siglo XXI, pero interrumpo aquí su exposición porque es en este punto, el del final de la colonia, donde quiero retomarlo con mayor detalle para enfatizar algunos aspectos relativos al desarrollo de América independiente y a la cuestión que en mi tercer párrafo de arriba planteaba, centrándome en esta sección que precisamente en el siglo XIX fue llamada América Latina. Todo en aras de aclarar la discusión de marras en torno al Occidente, aunque parezca irme por otro lado.

Nuestra Ilustración

Si recapitulamos la historia que nos ha sido contada innumerables veces, las ideas francesas, la Enciclopedia, Rousseau, Voltaire, el liberalismo inglés hicieron dudar a los habitantes de los imperios ibéricos de las verdades recibidas y los lanzaron a conquistar sus derechos y lograr su independencia. A esta interpretación se ha opuesto, muy fuertemente en ocasión del bicentenario de la independencia, otra que privilegia el papel no de las ideas transpirenaicas, sino de viejas concepciones hispanas y católicas en torno al buen gobierno, a la representación popular y al derecho a la insurrección. En tal depósito habrían abrevado los insurgentes.

Detrás de la postura revisionista hay viejas reivindicaciones de todo tipo, incluyendo las de sectores conservadores, católicos e hispanistas, hay un sesgo que fue favorecido por el Estado español actual, que financió gran parte de las actividades ligadas a los centenarios de la independencia, y hay elementos dudosos. Rescato sin embargo lo siguiente: el carácter endógeno de las ideas independentistas casa con una reciente lectura de la Ilustración como fenómeno ecuménico y no eurocéntrico. Partiendo de estudios sobre su heterogeneidad y de las relecturas sobre los orígenes del mundo moderno, Sebastian Conrad ha propuesto ver la Ilustración no como una categoría analítica abstracta sino como un concepto para estudiar reclamos concretos, menciona su constante reinención en los más diversos lugares (imperio otomano, Bengala, Japón, Siam, Filipinas), y en periodos muy posteriores al siglo XVIII, las simbiosis con el pensamiento local y la fusión con idearios posteriores (CONRAD, 2012).

A partir de esta útil reconceptualización, lo que tenemos es una constelación de Ilustraciones locales, y entre ellas adopta nuestra Ilustración americana características muy especiales, dada su muy temprana aparición y las relaciones más cercanas con los centros europeos. Sin negar en éstos el origen de muchas ideas y del espíritu general que expresaba, es provechoso privilegiar la matriz local donde fueron volcados y la forma especial que para nuestro medio asumieron la Ilustración americana y su secuela que fue la independencia. Dejan así de ser ambas el primer capítulo del nuevo orden inaugurado en el siglo XIX y se convierten en el

último episodio de una evolución propia que pudo haber comenzado al día siguiente de la conquista.

La misma está constituida por los esfuerzos de algunos conquistadores por cortar los lazos de dependencia con el monarca español y formar en tierras americanas reinos independientes, en alianza con fuerzas locales. Fracasaron pero posteriormente grupos criollos o mestizos protagonizaron a lo largo de los tres siglos coloniales distintos alzamientos, motines, revueltas. Las autoridades españolas eran conscientes de este peligro permanente. No hay acuerdo en caracterizar a estos movimientos: en un primer momento se los ensalzó como precursores de la emancipación pero posteriormente se dio en subrayar su carácter local e inconexo, por lo que las más recientes lecturas de la independencia los descalifican.

Cobran distinto sentido si se los relaciona con el paralelo desarrollo de un discurso que tiene como hitos a Garcilaso de la Vega (1539-1616), a Carlos de Sigüenza y Góngora (1645-1700), a nuestros ilustrados y culmina con los patriotas insurgentes. Desde un presente esperanzado, dicho discurso se apropiaba de las culturas amerindias y de la naturaleza americana como de elementos diferenciadores y llegó a proponer por primera vez una reflexión en que el europeo ya no es el centro, sino que hay otras culturas aparte de los esquemas grecolatinos (FLORESCANO, 2002, p. 267-287). Su última etapa agregaba el tema de un futuro de abundancia, libertad y fraternidad, en la que las patrias americanas brillarían como un faro para la feudal Europa, la despótica Asia y la bárbara África.

Ya es moneda corriente ver tales discursos como la expresión cada vez más coherente de un grupo peculiar, el de los criollos, crecientemente ricos, conscientes de sus diferencias con los peninsulares y dotados de elementos culturales cada vez más sofisticados. También se ha dicho que en realidad dichos criollos, que pretendían hablar por todos los americanos, eran en realidad una minoría muy pequeña y opresora, que alegaba falsamente la hermandad de todos los sujetos del orden colonial. Ya los realistas señalaban esta incoherencia, como lo hicieron los autores conservadores en época republicana. Consideremos sin embargo que esos primeros discursos nacionales de tono americanista fueron, tras muchas mutaciones, los mismos que se mantienen hasta hoy y son esgrimidos por

las más distintas reivindicaciones, nacidas de los mundos diversos y en ebullición y cambio que originaron esa primera versión.

Desde esta perspectiva, entonces, la Ilustración americana deja de ser apéndice del movimiento nacido en Europa y se conforma como instrumento de discursos de aquellas sociedades que habían tenido tres siglos para crecer entre distintas combinaciones de aportes étnicos, situación geográfica, geopolítica y posibilidades económicas, conformando las más diversas gradaciones de mezcla entre elementos amerindios, afroamericanos, euroamericanos y asiáticos, dando en las culturas mestizas y criollas que han ocupado la curiosidad primero y la investigación después. Fue el mundo que definió Bolívar en el Discurso de Angostura (1819): “Tengamos presente que nuestro pueblo no es el europeo, ni el americano del norte, que más bien es un compuesto de África y de América, que una emanación de Europa”. Unos brindaron las ideas básicas, otros tema y color a todas las gamas de la literatura regional, satírica, costumbrista o de denuncia, a la novela de la tierra, a la novela del boom, a la nueva novela histórica, al cine latinoamericano, a las telenovelas, a idearios de liberación, indigenistas y revolucionarios.

Para reforzar esta idea quiero resaltar otros matices que se captan desde una perspectiva que no se suele asumir en los estudios latinoamericanos, por lo menos en relación con esta época, el de la comparación con otras formaciones políticas de la ecúmene de entonces. Durante algunas décadas, antes que se asentara sin discusión el dominio económico, político y cultural europeo a fines del siglo XIX, distintos Estados de tipo agrario-burocrático en el Viejo Mundo intentaron modernizar sus estructuras militares, administrativas y económicas contratando a expertos europeos, difundiendo ideas modernas y hasta desarrollando sistemas industriales propios. El ejemplo más antiguo puede ser la Rusia de Pedro el Grande, el más exitoso el Japón Meiji, y a su lado los muy variados casos del imperio otomano, el Egipto de Muhammad Ali, Siam, China, Persia etc, que se emparentan con los movimientos de la Ilustración ecuménica antes aludidos. Los nacionalismos modernos, que dieron en los varios movimientos de emancipación del siglo XX, se inspiraron y extrajeron elementos de tales antecedentes.

Tal fue la gran familia de los ilustrados de Nuestra América. Las sociedades que bajo su égida se independizaban y que veían tan rosado su futuro fracasaron en el diagnóstico de sus males y en las soluciones propuestas. En ello se parece su suerte a la de distintos reformismos en Asia y África. Las generaciones siguientes se lo señalaron repetidamente: fuera de la independencia poco y nada se había logrado. En ello nuestra culpa es inexcusable, pero hay otro factor que acentuó las dificultades, el mismo que a corto o largo plazo hizo fracasar la mayoría de los proyectos modernizadores a lo largo del mundo. Dicho factor fue el ascenso del mundo no atlántico a la hegemonía mundial. Con él se dio la europeización de América Latina que los proyectos de los ilustrados criollos no habrían podido prever a partir de las muy tenues señales a su alrededor.

Hegemonía europea y migraciones

El problema de la hegemonía mundial europea, sus causas, aspectos y comienzos son cada vez más debatidos en la historiografía. Las posiciones han llegado a ser muy variadas: se apunta al origen de dicha hegemonía ya en el Neolítico, en la Antigüedad, en la Edad Media o en la temprana modernidad. Otros la ven como producto de una coyuntura a fines del siglo XVIII, cuando Europa pudo superar a los Estados asiáticos hasta entonces dominantes en el sistema mundo. Sus causas se las ha visto en virtudes intrínsecas a Europa (racionalidad, capitalismo, revolución industrial etc.) o en la dialéctica de las civilizaciones, en la cual la conquista europea de América habría tenido papel principal como fuente de recursos, permitiendo la victoria sobre las sociedades asiáticas hasta entonces dominantes.¹

¹ La problematización apareció con cierta coherencia, si bien más bien implícitamente, en *The rise of the West* (1963) de William McNeill; explícitamente en *The modern world-system* (1979-) de Immanuel Wallerstein y *The European miracle* (1982) de Eric Jones. A partir de ahí, las tres vertientes – historia mundial o global, comparación explícita e historia del sistema mundial – han arrojado y siguen arrojando cantidad de volúmenes de valor desigual. De los últimos que conozco cito como bueno *Why the West rules, for now* (2010) de Ian Morris y como malo *Civilization, the West and the Rest* (2012), de Niall Ferguson.

De esta amplia discusión creo que puede rescatarse el carácter tardío de la hegemonía europea, independientemente de que sus orígenes fueran más remotos: sólo se mostró a fines del siglo XVIII y en el siguiente fue adquiriendo creciente solidez. Sus dimensiones fueron primeramente comercial y más tarde industrial, financiera, militar, política y cultural. Su disgregación ocurrió paulatinamente a lo largo del siglo XX. El núcleo de esta hegemonía que llamamos europea fue en realidad el Atlántico norte (Holanda, Inglaterra, Francia, Escocia, Estados Unidos) y sus centros se fueron diversificando con el tiempo, notándose la paulatina incorporación de nuevas regiones, hacia el sur (Italia septentrional, Cataluña), el norte (Báltico) y el este (Alemania, Rusia occidental). Más allá se conformaron una semiperiferia y una periferia, pero en estas últimas se erigieron determinados puntos geográficos como centros regionales de donde irradiaba la dicha hegemonía y grandes cambios culturales estuvieron asociados con la conformación de tales puntos.

Todos habrán reconocido en el vocabulario usado las concepciones de Immanuel Wallerstein. Este autor, como antes que él los exponentes de la teoría de la dependencia, se esforzaron en señalar los mecanismos por los cuales América Latina había entrado a formar parte precisamente de la periferia del sistema mundial. Sus esquemas tienen distinto valor, pero en general les falta el elemento cultural, que por varias razones es poco funcional en dichas teorías. Sostengo que si lo recuperamos, asociándolo a los factores económicos y sociales que habitualmente se presentan, podemos dar en varias claves útiles para la comprensión de lo que nos trae.

El sistema mundial eurocentrado en la época de su funcionamiento óptimo, antes de la “gran transformación” de principios del siglo XX, requería de abundante personal de todo tipo ubicado en las distintas zonas geográficas que lo conformaban: personal directivo y técnico, mano de obra obrera y de servicios, fuerza militar y policial, intelectuales. En los centros de poder se reciclaron de forma relativamente fácil los recursos humanos a disposición: los grupos dirigentes, nobleza y burguesía, el personal del aparato estatal, la academia y las clases populares (grupos artesanos, campesinos, plebe urbana, marginales) fueron puestos al servicio de las nuevas finalidades. Las resistencias fueron vencidas, aumentó la población y

cambiaron la articulación entre clases, la organización familiar y los valores. Es lo que tantos describieron minuciosamente bajo los rubros del triunfo de la sociedad burguesa, de la revolución industrial, del capitalismo.

Más difícil fue encontrar el personal necesario en la semiperiferia y la periferia. Es cierto que se hallaron aliados entre las clases dominantes y que muchos grupos comerciantes, terratenientes, eclesiásticos se pusieron al servicio de los centros de poder noratlánticos. Pero muchos otros se negaron a cambiar sus funciones tradicionales, la ética laboral a veces estaba muy alejada de la que se requería, hubo fracasos y decepciones, resistencia pasiva y cultural, todo tipo de revueltas tradicionalistas y milenaristas. La solución fue el traslado masivo del personal necesario. La hegemonía de Europa tuvo también una dimensión demográfica: entre 1750 y 1850 su población aumentó de 120 a 210 millones de habitantes. Seguían siendo menos que los del Asia en conjunto, pero las cifras se aproximaban, como nunca en la historia, a las de China (260 millones en 1812) y la India (125 millones hacia la misma época). El crecimiento fue función de procesos internos en Europa y la distribución demográfica por obra de las migraciones fue obra del sistema mundial, que regula continuamente los flujos poblacionales, despuebla y repuebla, desplaza personal y termina influyendo sobre la frontera civilizacional.

La literatura de época de la hegemonía europea, ensayos, ciencia política y económica y novelas, está llena de referencias a esa gama de nuevos instrumentos del imperio que se esparcieron por todos los rincones. El administrador y el militar inglés o francés, o el misionero y banquero, acompañados andando el tiempo de su esposa e hijos, tratando de recrear en tierras lejanas su lugar natal y dando así origen a casas, iglesias, escuelas, clubs en el más riguroso estilo de la madrepatria. A ella volvían tras su servicio, a veces con un idioma aprendido y un libro escrito, y al final de sus días gozaban de un apacible retiro en su lugar natal, no sin dar lugar a retratos caricaturescos de sus modalidades mezcladas.

Por debajo de ellos se movían otros personajes, más pintorescos y variados. Desde los más remotos rincones acudía gente que era enganchada en la administración de los imperios. Podían también pertenecer a la nación conquistadora, pero de sus franjas marginales, escoceses y corsos

abundaban, o judíos: la vida de Lawrence Durrell nos muestra la facilidad con que un espíritu aventurero o inadaptado en su país lograba encontrar un puesto burocrático menor en Chipre o en Alejandría. Podían igualmente pertenecer a otros países europeos, los del este y el sur, polacos, húngaros, italianos, griegos. Las novelas de Joseph Conrad o la biografía de Constantino Kavafis también nos ilustran sobre estos sectores.

Localmente había una población heterogénea a su servicio. Estaba formada por las tradicionales castas dedicadas al comercio o a la banca: judíos, armenios, parsis, banianos, mzabíes encontraron una situación privilegiada bajo el régimen extranjero, que los independizaba de la discriminación, violencia e incertidumbre a la que estaban acostumbrados en los Estados agrario burocráticos. Los grupos citados se convirtieron en fieles sostenedores del sistema colonial, estuvieron entre los primeros en ir a estudiar a las universidades de las metrópolis, a asentarse en ellas, a adoptar sus costumbres y lengua. Todavía hoy se distinguen sus sucesores en las capitales europeas. Una variante fue la del pretendiente ha asimilado que a un cierto punto se daba cuenta que ninguna metamorfosis obraría el milagro de que los dominadores lo aceptaran como un igual. De ellos surgieron muchos de los primeros dirigentes nacionalistas.

Junto a estos movimientos minoritarios hubo grandes migraciones masivas producidas por la gran extensión de las actividades capitalistas y de la libertad casi absoluta de movimientos. A diferencia de la de nuestros días, la globalización anterior a la primera Guerra Mundial permitía el libre desplazamiento de las personas; si había alguna restricción era por parte de los Estados tradicionales, temerosos del despoblamiento. Los imperios coloniales daban la bienvenida a pobladores que se les asemejaban en cuanto a la ética del trabajo: ello explica la diáspora de chinos, indios y javaneses en las costas africanas y del Caribe; nuevamente nos sirve acudir a una biografía, esta vez la de Mahatma Gandhi, y su actuación en Sudáfrica.

Y hubo por fin, protagonista de infinita narrativa, un movimiento multitudinario de europeos. Cuando hablamos de este fenómeno en el siglo XIX pensamos en los destinos principales: Estados Unidos, Australia, el Río de la Plata. Conviene ir más allá, hacia las otras muchas regiones que abarcó la migración europea. La costa mediterránea meridional fue una de ellas. El

episodio más saliente es por supuesto la colonización sionista de Palestina, que debe notarse estuvo acompañada por una migración de colonos alemanes que después de la primera Guerra Mundial fueron desalojados. Pero también hubo desplazamientos parecidos hacia otras partes, hubo ciudades y aun zonas rurales que se convirtieron en centros de población y cultura europea. Fue Alejandría una, llena de griegos e italianos, junto con la más variada gama de nacionalidades, así como El Cairo, Argel y Orán: la narrativa de Naguib Mahfuz, como antes la de Albert Camus, y sus póstumas memorias *El primer hombre* nos ilustran sobre esta realidad, que también existía en ciudades de Marruecos y Libia.

Podemos extender la mirada al resto del mundo y ver fenómenos parecidos, núcleos de población europea en África, en la India, en China y en el Pacífico, que se adentraban hasta rincones escondidos o se asentaban en las regiones de más compacta población nativa, como Cantón, Beijing, Estambul. Se dedicaron a la agricultura, al comercio y a los servicios, incluyendo extensas redes de actividades ilegales. Mucha narrativa y películas originaron estas sociedades, con sus costumbres, su mentalidad, sus miedos, y las reacciones que suscitaban en el entorno. A diferencia de los administradores y militares, que cumplían un servicio por un tiempo determinado, los colonos permanecían de por vida y dejaban hijos en las nuevas tierras. A un cierto punto las circunstancias los empezaron a expulsar, proceso que duró mucho tiempo y dejó rastros en la historia social, económica y cultural de distintas latitudes, así como en la historia personal de muchos individuos.

Migraciones latinoamericanas

En mayor medida que las otras regiones que se expusieron, aunque menos que los Estados Unidos, nuestros países recibieron abundante migración desde Europa (así como desde otros lugares). Mucho se ha escrito sobre ella, tanto desde la perspectiva de los países emisores como de los receptores y no voy a referir una vez más sus números, las zonas involucradas, las huellas culturales, el agotamiento de la migración y su

reversión. Sí en cambio haré algunos señalamientos desde la perspectiva del sistema mundial, lo cual da pie a una instructiva serie de comparaciones, analogías y contrastes con los resultados en América Latina y en otras partes del Viejo Mundo.

La despoblación era un mal principal que nuestros primeros teóricos temieron: demasiado territorio vacío, o simplemente poblado por indios o por humanidades que, en la mirada de los dichos teóricos, no servían para sus proyectos de modernización rápida. No entendieron el consejo de Simón Rodríguez “colonícese el territorio con sus propios habitantes”, se la pasaron denunciando la mentalidad arcaica, pereza, afición a actividades poco útiles, empleomanía de sus sociedades y también debieron enfrentarse a resistencia pasiva y a todo tipo de revueltas tradicionalistas y milenaristas. La solución fueron los planes de inmigración, la cual fue un tema permanente de propaganda y debate, que encontraba un medio internacional favorable, con grandes contingentes dispuestos a emigrar, los mismos que habían llenado los otros espacios de Asia, África y Oceanía.

Aquí es cuando son de anotar las singularidades de nuestros países: la cantidad de migrantes y su concentración fueron superiores a las de los ejemplos vistos anteriormente en el Viejo Mundo. La densidad no fue en todos los casos la misma pero el asentamiento de extranjeros fue un fenómeno general, que afectó hasta a los países más aislados. En todo caso su visibilidad fue mucho mayor entre la relativamente despoblada América que entre las muchedumbres del Viejo Mundo y su significación también fue mayor. Provocaron uno de los súbitos cambios de dirección que su historia demográfica ha sufrido (siendo otros el descenso de población posterior a la conquista y la gran expulsión que tiene lugar en nuestros días).

Los inmigrantes fueron llamados con insistencia, no llevados por la potencia colonizadora, a veces con la oposición de la población existente, como en el Viejo Mundo. Se cuentan escasamente los movimientos nativos contra ellos en nuestros países, como el de *Tata Dios* en Argentina (1872), en el que murieron 36 inmigrantes, cifra lejana a los miles entre extranjeros y chinos cristianos que costó el levantamiento de los Boxers (1900). Pero a diferencia de los otros grandes receptores migratorios, que fueron los Estados Unidos y las posesiones inglesas de Australia, Canadá y Sudáfrica,

disponíamos de mínima influencia en el sistema mundial. Por otro lado el desorden político, la incuria administrativa, la corrupción, la ignorancia y otros factores impidieron un control efectivo de las migraciones, que parecen haber sido tan libres como en ningún otro sitio.

En estas condiciones llegaron especímenes análogos, pero no iguales a los que se asentaron en las regiones coloniales: no había administradores o militares, como mucho cónsules, ministros o asesores militares. Tampoco se habían desarrollado las castas comerciantes del Viejo Mundo – que la legislación colonial había mantenido apartadas de nuestras playas. Existían grupos indígenas conocedores de caminos y mercados, así como una actitud comerciante muy generalizada entre los criollos, pero la nueva situación requería mucho más en términos de ética comerciante, refinamiento de los mecanismos económicos y amplitud de los contactos, y llamó a nuevos actores. Lo notable es que estos últimos fueran en parte creación de la necesidad: si bien algunos pertenecieron a los grupos que tenían tales funciones, como judíos y armenios y se habló y se sigue hablando sobre su labor de control de la economía y los circuitos comerciales, en el pequeño comercio minorista fueron aventajados por otras etnias que complementaron su papel comercial-financiero-industrial: libaneses, chinos, barcelonnettes. La fama es que traían de sus tierras una antiquísima tradición mercante, la verdad parece ser que las bases verdaderas de su crecimiento económico, sus redes de solidaridad, crédito e información, se crearon aquí en América.

Menos notados en las historias de la migración son otras etnias que vinieron a desempeñar trabajos más rudos y serviles. La literatura política preocupada por la falta de mano tras la abolición de la esclavitud propuso buscarla en los más alejados rincones. Ya dije que chinos, indios y javaneses alcanzaron las islas del Caribe con las que compartían un amo colonial; allí se los encuentra todavía y de allí saltaron a las repúblicas latinoamericanas circundantes. Los acompañaron negros caribeños y negros africanos llegados después de la abolición de la esclavitud empleados para grandes obras como la construcción de ferrocarriles y la apertura del Canal de Panamá. No faltaron japoneses ni polinesios, traídos en distintas condiciones.

La principal característica diferenciadora de nuestras corrientes migratorias fue su permanencia posterior. No se empezaron a ir masivamente,

víctimas del reflujo nativo, una vez finalizado el momento eurocéntrico de la historia. No sufrieron la expulsión violenta de los colonos franceses en Argelia, de los ingleses en la que fuera Rhodesia, de los italianos en Libia, ni se fueron yendo de a poco como los ingleses a los que constitucionalmente se otorgó un lugar en India, o los griegos de Egipto. Los hijos de la gran migración hacia Nuestra América se quedaron, por lo menos la mayor parte, no sobrevivieron como una comunidad reclusa física y culturalmente: se integraron a las sociedades locales y formaron un sector significativo de sus clases dominantes.

Los cambios culturales a los que dieron lugar fueron abundantes. No es que éstos fueran desconocidos en las otras áreas. Por doquier se ha notado, en ese momento eurocéntrico tantas veces aludido, la penetración de hábitos europeos muy personales y cotidianos en la indumentaria, la comida, el cálculo de la hora, las costumbres femeninas, el uso del espacio y del tiempo libre, en los nuevos estilos arquitectónicos, musicales y literarios. Sólo que la separación física y simbólica fue mayor: generaciones tradicionalistas y modernas, kasbah y ciudad europea, clérigos e *intelligentzia* formaban oposiciones que no se reprodujeron en Nuestra América, donde la cultura europea y aun la china o árabe fue mucho más omnipresente. Quizás porque las mayores divisiones, fruto de nuestro pecado original, la desigualdad, se daban no con los recién llegados de Europa sino al interior de la sociedad colonial, entre las clases inferiores y las elites criollas, que realizaron una simbiosis cultural con los nuevos arribos.

Tanto que a esta altura nos debemos esforzar para entender que los aspectos materiales y espirituales de las culturas indígenas, mestizas y hasta criollas de principios del siglo XIX eran bastante distintos a los europeos y que existía una diversidad, por empezar lingüística, que después se fue reduciendo. “Se daba por parte de los más un insospechado apego por las antiguas formas de vida, que no tenía ni buscaba justificación racional alguna y parecía apoyarse tan sólo en que esas formas eran las viejas y queridas, en que era inimaginable desenvolverse fuera de ellas; en suma, en que eran las tradicionales”, escribía de la Argentina todavía visible Esteban Echeverría. Se pueden allegar otras numerosas observaciones de la literatura costumbrista

sobre las novedades introducidas, las quejas de sectores conservadores y múltiples pequeñas anotaciones sobre hechos de la vida cotidiana o de la sensibilidad existente, que se enfrentaban a la abrumadora presencia de objetos, instituciones, ideas y gente provenientes de Europa.

Pensemos que en la América del norte también se había dado un proceso análogo de reanudamiento de lazos con Gran Bretaña que conformaron una “sociedad atlántica” desde fines del siglo XVIII. Las Trece Colonias, que habían crecido un poco abandonadas por la madre patria, empezaron a tener comunicaciones más frecuentes con ella, hubo migraciones crecientes, influencia científica, literaria y artística mutua y mayor espacio dedicado a América en la prensa periódica y en los libros británicos. Personalidades como Noah Webster y Ralph W. Emerson, partidarios de una lengua y un espíritu americano propios, fueron desplazados por dirigentes e intelectuales más propensos a ver los rasgos comunes con la Gran Bretaña y a estudiar su pasado, incluyendo el antiguo y el medieval (KRAUS 1996; FERNÁNDEZ-ARMESTO, 1995).

La asimilación criolla

La Ilustración americana se basaba en una visión complaciente y optimista de las propias sociedades y en una visión crítica de Europa, “prostituta vieja, podrida, intrigante y menesterosa”, como repitiendo a Bonaparte la llamaba Servando Teresa de Mier. Las décadas posteriores revirtieron los juicios y los críticos de la segunda generación empezaron a señalar, mucho trabajo no les costaba, los enormes obstáculos puestos para la implementación de las reformas legales y civilizatorias que sus padres habían pretendido. Posiblemente en nuestra historia alternen lo movimientos de optimismo con los de pesimismo, y a estos últimos pertenece este periodo.

El pesimismo de este lado embonaba con la producción del otro lado del océano de los relatos triunfantes de la hegemonía europea. Éstos no faltaban antes, y los criollos ya habían podido leer una interpretación eurocéntrica de la historia y del estado actual del mundo en Montesquieu y

hasta en Bossuet, pero los nuevos relatos fueron mucho más abundantes, detallados y convincentes, empezando por el fundacional de Hegel. Además llegaban en mayores cantidades, impulsados en el interés en la historia y la ciencia política que se estaba despertando y que ya no conocía los diques de la censura imperial o inquisitorial. Un “enorme alud de impresos”, que encontraba extasiado al chileno Mariano Egaña en Europa hacia 1828, colecciones de obras clásicas, de nuevos autores, que crecientemente se podían leer en sus idiomas originales.

La conversión de nuestras elites al nuevo relato de la modernidad fue rápida y completa. Los diarios, que habían pululado y eran la lectura más habitual, nos ofrecen la mejor indicación: junto a los asuntos locales, el texto y las imágenes se refieren privilegiadamente a la cultura europea. El teatro, que fue también ganando terreno en el gusto de las clases criollas urbanas y que era concebido como una herramienta principal de adoctrinamiento, también tenía esta referencia en las escenas y personajes, que a menudo eran representados por actores europeos. Los colaboradores extranjeros a la prensa latinoamericana aumentaban a la par que las riquezas y sus emolumentos. Muchos de nuestros primeros esfuerzos literarios copiaban no sólo el estilo sino también los temas y escenario de Europa. Cuando hacia allí viajábamos, y lo hacíamos con multiplicada frecuencia, nos mimetizábamos mayormente, porque empezamos a ser objeto de una curiosidad exotizante que nos molestaba.

Para quienes no leían ni viajaban, el glamour de Europa se hacía presente cotidianamente en los más diversos objetos que las industrias inglesa, francesa, belga y alemana nos arrojaban: ropa, muebles, herramientas, bebidas, perfumes, juguetes, jabones, embutidos; todos los refinamientos, los placeres, los vicios, las modas que los que podían empezaron a consumir ávidamente. Para el caso de Brasil, quien ha estudiado con esmero el cambio fue Gilberto Freyre, quien en sus varios libros retrató el paso de la sociedad patriarcal – ligada a Portugal, a África, al Asia y al mundo indígena – por aquella otra dominada por Europa (especialmente FREYRE, 1977).

No nos extraña entonces encontrar la expresión de dicha conversión en términos rotundos entre los círculos más expuestos a estas influencias y más deseosas de ampliarlos. “Nosotros no tenemos

nada que nos sea propio, nada original, nada nacional; civilización, atraso, preocupaciones, carácter, y aun los vicios mismos, son europeos, son españoles”, escribía Domingo Faustino Sarmiento; o su coterráneo Juan Bautista Alberdi en su escrito “Acción de Europa en América” (1845), donde consideraba positiva dicha acción, incluyendo la española, y que “los que nos llamamos americanos no somos sino europeos nacidos en América” (SARMIENTO 2001, p. 114; ALBERDI 1945, p. 120). No era ésta, por supuesto, la opinión de los europeos nacidos en Europa que nos visitaban, ni la de los estadounidenses, que más bien nos comparaban con tártaros u hotentotes. Lo del origen europeo es uno de los temas de la apologética criolla, que a veces nos repiten de afuera cuando quieren halagarnos o conviene a otros intereses.

Eran tales criollos convencidos del parentesco los que terminaron por formar las clases dirigentes de sus países y fueron los que consolidaron el Estado etnocrático desde el cual se modeló la idea de nación que todavía nos rige: legislación, instituciones y sistemas educativos elaboraron mapas, historias nacionales, símbolos, cuadros históricos y estatuaría para decirnos que nuestras naciones formaban parte de un orden mundial cuyo centro eran los países europeos, cristianos, civilizados, occidentales, con los cuales teníamos lazos históricos que se ensanchaban cada vez más. Los elementos americanos en la imagen de nación fueron reducidos a adornos, rezagos o símbolos, así como las ideas ilustradas de una excepcionalidad y una centralidad de nuestros países acabaron sustituidas por el relato eurocéntrico, con su coda eurocriolla acerca de la exclusividad europea en la conformación de nuestros países.

Junto a los próceres criollos hay que contar entre los actores de esta conversión a los numerosos intelectuales que también fueron llegando. Cada país puede enlistar a su lista de aventureros que por distintos motivos se asentaron, escribiendo, enseñando, relatando el país, fundando instituciones en un medio en el que todo faltaba. Personajes meritorios la mayoría de las veces, pero que tendían a retomar el relato eurocéntrico en el que se habían formado. En ocasiones los intelectuales llegaban por parvadas, como a fines del siglo XIX muchos periodistas, académicos, conferencistas, maestros, y en el periodo de entreguerras los refugiados políticos de la Guerra Civil

española, del nazismo y después del comunismo. La más funesta influencia parece haber sido la de conferencistas que acudían para toda ocasión, y se ha documentado el desprecio con que accedían a tales giras, y a los cuales se le preguntaban ya en el momento de desembarcar qué pensaban de sus países huéspedes. Lo peor es que a veces abrían juicio y escribían interpretaciones sobre lo que no conocían.

No faltaron propuestas americanistas en el tiempo, especialmente cuando la admirada Europa mostraba los dientes. La serie de agresiones hacia mediados del siglo XIX, que culminaron en la conquista francesa de México (1862-1867) provocaron reacciones, entre las cuales destacan la del aparato de propaganda del dictador rioplatense Juan Manuel de Rosas (1829-1852), sostenedora del americanismo frente al bloqueo naval impuesto por Francia e Inglaterra, y la del chileno Francisco Bilbao (1823-1865), vigoroso cantor de la resistencia de América pero también de Asia y África frente al colonialismo de los países de Europa. Nuevamente a fines del siglo XIX el venezolano César Zumeta se alarmaba ante el avance colonial en Asia y África: “De los pueblos débiles de la tierra, los únicos que falta por sojuzgar son las repúblicas hispano-americanas” (ZUMETA, 1899, p. 24). Pocos años después se vio que otro pueblo criollo, los boers de Sudáfrica, eran atacados y sometidos por Gran Bretaña, independientemente de su origen.

Aun así, las herramientas intelectuales a nuestra disposición no nos permitían pensar en una alternativa al eurocriollismo ni la duda sobre lo que parecía un hecho completamente evidente, nuestra pertenencia a un gran cuerpo civilizacional cuyo epicentro era Europa. Ni siquiera los marxismos, las filosofías de la liberación como la de Leopoldo Zea (1912-2004) pudieron desbaratar los constructos. Debieron pasar muchas cosas, muchos libros, mucha reflexión pero sobre todo debió cambiar el estado del mundo para poder levantar esa cortina. El momento eurocéntrico de la historia mundial terminó hace muchas décadas en el plano económico y político; se arrastró mucho más en lo cultural: todavía hasta los años setenta siguió siendo París una capital para los latinoamericanos y el relato eurocriollo sigue dominando las narrativas académicas.

No creo que por mucho tiempo: los mecanismos que rigieron durante el siglo XIX han dejado de operar y hay otros que se han puesto en marcha. Las

migraciones han cambiado sentido: grandes masas pertenecientes a las viejas culturas campesinas amerindias y mestizas se han volcado sobre las ciudades criollas, y en el plano internacional la nueva hegemonía asiática es la que arroja sobre nuestros países objetos, modas, espectáculos y también inmigrantes. Son la nueva fuente de prestigio, imitación y ansiedad. Una nueva etapa para el mundo y también para Nuestra América. Un momento propicio para recapitular sobre nuestro pasado, para entender que la europeización de Nuestra América fue una coyuntura, no la marca decisiva sobre nuestro destino.

Referencias

- ALBERDI, Juan Bautista. La acción de Europa en América. En: _____. *Autobiografía: la evolución de su pensamiento*. Pról. de Jean Jaurès. Buenos Aires: Jackson, 1945, p. 116-135 [1845].
- CONRAD, Sebastian. Enlightenment in global history: a historiographical critique. *The American Historical Review*, v. 117, p. 999-1027, 2012.
- FERNÁNDEZ-ARRESTO, Felipe. *Millennium*. Barcelona: Planeta, 1995.
- FLORESCANO, Enrique. *Historia de las historias de la nación mexicana*. México: Taurus, 2002.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 5. ed. Rio de Janeiro; Brasília: J. Olympio; INL, 1977 [1936].
- KRAUS, Michael. *The Atlantic civilization: 18th century origins*. Ithaca NJ: Cornell University Press, 1996 [1949].
- SARMIENTO, Domingo Faustino. *Obras completas II: Artículos críticos y literarios (1842-1853)*. Buenos Aires: Universidad Nacional de La Matanza, 2001.
- TABOADA, Hernán G. H. Para 'reorientar' la historia de América: en busca de sus relaciones con la ecúmene euroafroasiática. *Astrolabio - Nueva Época*, n. 9, p. 118-150, 2012.
- TUR, Carlos; TABOADA, Hernán G. H. *Eurocriollismo, globalización e historiografía en América Latina*. México: CIALC/UNAM, 2008.
- ZUMETA, César. *El continente enfermo*. Nueva York: s.e., 1899.

*Um conflito diplomático entre Argentina e Portugal em torno dos brasileiros asilados em 1894: um exercício de história cruzada**

JOÃO JÚLIO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR**

Universidade Federal de Pelotas

Resumo: No início de abril de 1894, as chancelarias da Argentina e Portugal estiveram envolvidas em uma disputa diplomática que girou em torno de uma embarcação denominada *Pepito Donato*. O conflito se estabeleceu quando alguns brasileiros, que estavam asilados a bordo da corveta portuguesa *Affonso d'Albuquerque*, decidiram tentar escapar desta embarcação depois que seu pedido de desembarque em Buenos Aires foi negado pelo comandante e por demais autoridades diplomáticas portuguesas. Este grupo de brasileiros fazia parte dos 518 combatentes da Revolta da Armada que solicitaram asilo nas corvetas portuguesas *Mindello* e *Affonso d'Albuquerque* em 13 de março de 1894. A proposta deste artigo é chamar atenção para um episódio pouco conhecido na historiografia, mas que possui cruzamentos com o asilo que culminou com o rompimento diplomático entre Brasil e Portugal.

Palavras-chave: Asilo diplomático; Argentina e Portugal; História cruzada.

Abstract: In the beginning of April 1894, both chancelleries of Argentina and Portugal has been involved in a diplomatic contest around a vessel called *Pepito Donato*. The conflict started when a group of Brazilians refugees inside the Portuguese corvette *Affonso d'Albuquerque* decided to escape from inside it, after them disembark has been denied by the commander and the Portuguese diplomatic authorities. That group of Brazilians was part of 518 fighters from the Brazilian Naval Revolt that had sought diplomatic asylum inside the Portuguese corvettes *Mindello* and *Affonso d'Albuquerque* in March 13th of 1894. The propose of this article is to call attention to an episode almost unknown in the historiography which is entangled with the asylum that led to the break of the diplomatic relations between Brazil and Portugal.

Keywords: Diplomatic asylum; Argentina and Portugal; Entangled history.

* Recebido em 17 de julho de 2015 e aprovado para publicação em 24 de agosto de 2015.

** Bolsista de pós-doutorado CAPES/PNPD junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), onde desenvolve pesquisa sobre asilos diplomáticos na América Latina. Doutor em História pela PUCRS com período *sandwich* na *Frei Universität Berlin*. Mestre em História pela PUCRS. Licenciado e Bacharel em História pela UFSM. E-mail: jjhst@gmail.com.

Nos primeiros dias do mês de abril de 1894, um incidente diplomático marcou as relações políticas entre a Argentina e Portugal. Uma embarcação portenha, denominada *Pepito Donato*, estava encostada a bombordo – à esquerda – da corveta portuguesa *Affonso d’Albuquerque* realizando o serviço de descarga de carvão. Toda operação acontecia dentro do ancoradouro do porto de Buenos Aires a algumas milhas náuticas da terra, porém ainda dentro de águas territoriais argentinas.

O serviço era realizado por marinheiros portugueses que foram surpreendidos quando um grupo de brasileiros, que estavam asilados dentro da *Affonso d’Albuquerque*, lançaram-se para bordo da goleta¹ iniciando uma briga generalizada entre brasileiros e portugueses. Enquanto a refrega acontecia, as amarras que ligavam o palhabote à corveta foram cortadas, o que deixou a *Pepito Donato* à deriva. Em seguida, um grupo de marinheiros portugueses armados se dirigiu até a lancha por meio de um escaler.² Eles acabaram com a desordem e conduziram os “fugidos” de volta a corveta.

Os brasileiros que tentaram escapar da *Affonso d’Albuquerque* integravam os 518 combatentes da Revolta da Armada que solicitaram asilo diplomático para as corvetas portuguesas em 13 de março de 1894, no Rio de Janeiro. Naquela oportunidade, a *Affonso d’Albuquerque* recebeu 251 pessoas enquanto a *Mindello* abrigou outros 267 indivíduos. A revolta teve início na baía de Guanabara em 6 de setembro de 1893 e foi um movimento de parte da Marinha brasileira contra o governo do marechal Floriano Peixoto, o vice-presidente da República que exercia o cargo máximo do Executivo. A solicitação de asilo delimita o fim da insurreição e o início da jornada que os asilados fizeram a bordo das corvetas portuguesas.

¹ A *Pepito Donato* foi classificada de diversas formas, tais como “lancha”, “palhabote” e “goleta”. Infelizmente, não encontramos nenhuma imagem ou ilustração desta embarcação. Portanto, temos dificuldade em afirmar qual é a melhor palavra para se referir a esta embarcação. Se analisarmos as definições de “palhabote” e de “goleta”, chegaremos à conclusão que se tratava de um barco a vela. Mas não temos a certeza de quantas velas havia naquela embarcação (tanto o palhabote quanto a goleta podem ter duas ou três velas). Ao longo do texto, utilizaremos estas palavras alternadamente como sinônimos para se referir a essa embarcação.

² Escaler é uma das pequenas embarcações que ficavam a serviço da corveta.

O objetivo deste artigo é tratar de um conflito diplomático ocorrido entre a Argentina e Portugal em função da *Pepito Donato*. Entretanto, esse intento só se torna possível quando explicitamos as conexões existentes entre esse episódio e o asilo diplomático da Revolta da Armada, uma vez que desvelar as intenções dos brasileiros que tentaram escapar é uma etapa fundamental para compreender o que estava em jogo naquele momento. Se nossa preocupação incidisse apenas na análise das relações entre-Estados, um importante eixo de análise ficaria de fora. Abordar as próprias motivações e justificativas dos indivíduos que se lançaram nessa tentativa de fuga é um dos vértices fundamentais para compreender como se estabeleceu aquela relação triangular composta entre os governos da Argentina, de Portugal e os próprios asilados.³

Ao optar por essa estratégia metodológica de salientar os cruzamentos entre os dois eventos (o asilo da Revolta da Armada e o conflito na *Pepito Donato*), nossa intenção é escapar das análises centradas apenas nos Estados-Nação e trazer à tona outros personagens, contextos e relacioná-los com os acontecimentos em questão. Dessa forma, consideramos esse texto um exercício de história cruzada no sentido proposto por Michel Werner e Bénédicte Zimmermann (2003).

Para dar conta desta proposta vamos dividir o artigo em quatro partes e uma conclusão. A primeira é um trabalho de contextualização e panorama historiográfico sobre o fim da Revolta da Armada o início do asilo diplomático dos combatentes brasileiros nas embarcações portuguesas. A segunda parte procura narrar o momento de concessão do asilo e saída das corvetas do Rio de Janeiro. A terceira seção busca apresentar as questões políticas institucionais que se estabeleceram quando as corvetas chegaram

³ Nossa metodologia de análise se inspira no trabalho de Roniger e Sznajder (2009), que em sua pesquisa sobre as políticas de exílio na América Latina analisam as relações triangulares que se estabelecem entre o país que persegue, o país de abrigo e os próprios exilados. Essa metodologia, de acordo com os autores, é válida para o século XIX. Para o século XX, os autores avaliam o surgimento de um quarto eixo de análise representado pelo aparecimento de uma arena global preocupada com os direitos humanos. Em nossa pesquisa sobre asilos diplomáticos na América Latina mantivemos a ideia da relação triangular, porém os vértices são compostos pelo país de asilo, país que persegue e os próprios asilados.

em águas argentinas. Em seguida é analisado o conflito diplomático entre Portugal e Argentina em função da *Pepito Donato*. Por fim, à guisa de conclusão, apresentamos o desfecho do caso e apontamos algumas considerações finais.

O que levou os brasileiros a solicitarem asilo diplomático nas corvetas portuguesas?

A Revolta da Armada iniciou em 6 de setembro de 1893 e estava em seus últimos momentos quando os combatentes solicitaram asilo diplomático às corvetas portuguesas no início de março de 1894. A insurreição começou na cidade do Rio de Janeiro com a intenção de derrubar o governo do marechal Floriano Peixoto, mas perdeu força com o passar do tempo. O plano do almirante Custódio de Mello, de repetir o golpe bem-sucedido de 23 de novembro de 1891 – quando a incipiente ditadura do marechal Deodoro da Fonseca foi derrubada – não se concretizou. Naquela oportunidade, o almirante contou com o auxílio do vice-presidente marechal Floriano Peixoto, que mobilizou o Exército enquanto Custódio de Mello movimentou a Marinha. Desta vez, entretanto, a colaboração do Exército não se efetivou. Para piorar a situação, o levante da Marinha não teve adesão completa da instituição, o que deixou a insurreição um tanto fragilizada e incapaz de repetir o feito de 1891.

A origem da Revolta da Armada foi apontada pela historiografia como uma contestação de uma parte do oficialato da Marinha pela preponderância do Exército no cenário político desde a Proclamação da República (HARNER, 1975; CARVALHO, 2005; MARTINS, 1997). Entretanto, alguns autores sustentaram que o motivo que levou o almirante Custódio de Mello a iniciar a revolta foi não ter sido escolhido para concorrer a Presidência da República (JANOTTI, 1986; QUEIROZ, 1986; SCHULZ, 1994).

Se as razões para explicar o início da revolta são controversas, as explicações para sua derrocada são igualmente múltiplas. Um intenso debate se instaurou na historiografia para apontar o porquê do seu fracasso.

Por um lado, há aqueles que seguem a linha argumentativa de Joaquim Nabuco (1896). O político e diplomata apontou que a intromissão de outros países na revolta, em especial os Estados Unidos, foi benéfica para o governo federal e extremamente prejudicial aos interesses dos revoltosos. A reclamação incidia, sobretudo, em relação a dois pontos: a intervenção das potências estrangeiras que impediram o bombardeio da cidade com canhões de grosso calibre; e a ação do almirante estadunidense Benham, que rompeu à força o bloqueio dos combatentes liberando o porto do Rio de Janeiro ao comércio internacional.

De acordo com Nabuco, o primeiro fato concedeu tempo para que o governo de Floriano Peixoto armasse os morros da baía de Guanabara, assim como outros pontos estratégicos, com canhões capazes de atingir as embarcações revoltosas. Além disso, também possibilitou que o governo organizasse uma nova esquadra naval, que foi adquirida junto aos Estados Unidos para combater os navios que cercavam a capital da República. A ação do almirante Benham, de acordo com Nabuco, foi crucial para acabar com o último argumento dos combatentes, de que eles controlavam o porto do Rio de Janeiro. Em função da atitude do almirante, o comércio internacional teve que ser liberado não apenas para os navios dos Estados Unidos, mas a toda comunidade internacional que possuía negócios na cidade.

Por outro lado, há também a interpretação de Felisbello Freire (1982), que se contrapõe as explicações de Joaquim Nabuco. O ex-ministro de Floriano Peixoto considerou que a intromissão de outros países no desenrolar da revolta foi um insulto ao governo federal, pois tratava os “rebeldes” como “beligerantes” e desrespeitava a autoridade governamental. O livro de Freire, que se apresentou como uma resposta à Nabuco, inaugurou uma importante divisão historiográfica a respeito da Revolta da Armada entre aqueles defensores de Nabuco e aqueles que sustentavam a versão de Freire (BUENO, 1995; ARIAS NETO, 2000; 2006; ALVES, 2002; SANTOS JR., 2012).

Entretanto, o debate não ficou restrito apenas a historiografia brasileira. Outros países também produziram interpretações sobre

as causas do fracasso da revolta.⁴ Para alguns brasilianistas os Estados Unidos obedeceram a mais estrita neutralidade até mesmo no episódio do almirante Benham (CALHOUN, 1981; VIVIAN, 1981). Há quem defenda que foi muito mais a firmeza de Floriano Peixoto combinada com sua habilidade diplomática que decretou o fim da revolta, e não a intervenção estrangeira (SMITH, 2000). Outra importante contribuição interpretativa apontou para as relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos no contexto da Revolta da Armada, e destacou a importância da atitude de Benham para consolidar a supremacia comercial estadunidense na América Latina, sobretudo com a ajuda para constituir a “Esquadra de Papelão” comprada nos Estados Unidos para combater a revolta no Rio de Janeiro (TOPIK, 2009).

Por mais que as explicações para o fracasso da revolta sejam múltiplas, uma análise do quadro material e militar daquele momento é uma excelente estratégia para compreender o que levou os brasileiros a depor armas e solicitar asilo nas corvetas portuguesas. Não há dúvidas, por exemplo, que a capacidade de defesa do Rio de Janeiro aumentou muito no decorrer da revolta com a instalação dos canhões no alto dos morros. Havia algumas fortalezas da baía de Guanabara que permaneceram fiéis

⁴ A historiografia portuguesa também foi prolixa em relação a Revolta da Armada. Contudo, a maioria das publicações vieram a público logo após os acontecimentos que marcaram o rompimento diplomático entre Brasil e Portugal em 13 de maio de 1894. De uma maneira geral, os livros são tentativas de elucidar o procedimento da chancelaria portuguesa naqueles acontecimentos. Por isso, essas obras contêm um valioso acervo documental que foi transcrito para corroborar o posicionamento diplomático português. Ver, por exemplo: FORJAZ, 1894; SÁ, 1894; PARATY, 1895; FARIA, 1897. Alguns anos depois dos acontecimentos, os familiares do Conde de Paço d’Arcos, que foi o primeiro diplomata português junto à República brasileira, publicaram uma compilação de documentos sobre seu período à frente da embaixada portuguesa no Rio de Janeiro. Esse diplomata permaneceu no Brasil até novembro de 1893, assistiu ao início da Revolta da Armada e foi protagonista em algumas reuniões do Corpo Diplomático. Na sequência ele foi substituído pelo Conde de Paraty. Ver: SILVA, 1974; SANTOS JR, 2011. Por último, a única obra acadêmica produzida em Portugal que vale ser mencionada é a dissertação de mestrado de Eduardo Cândido Cordeiro Gonçalves, que estudou as ressonâncias em Portugal da Proclamação da República brasileira. A obra de Gonçalves (1995) possui seus méritos, sobretudo quando destaca as repercussões do rompimento diplomático na imprensa portuguesa.

ao governo federal. Além disso, a esquadra governista, comprada às pressas dos Estados Unidos, estava bloqueando a entrada e saída da baía, o que deixava poucas opções para os adversários.

Do ponto de vista dos combatentes, a situação material dos navios havia piorado muito desde o início do movimento em setembro de 1893. Havia diversos problemas como abastecimento, falta de munições e inúmeros casos de marinheiros feridos ou doentes pelas privações da guerra. A divisão das forças em duas frotas navais, a divisão Sul comandada pelo almirante Custódio de Mello, e a divisão Norte comandada pelo almirante Saldanha da Gama, tinha por objetivo criar duas frentes de combate e enfraquecer o governo federal, porém isso colaborou para o enfraquecimento dos próprios revoltosos. Por fim, a moral das tropas estava abalada desde a derrota na batalha de Niterói, em 9 de fevereiro de 1894, onde o próprio almirante Saldanha da Gama foi ferido no ombro.

A disparidade de força foi bem avaliada pelo governo federal que publicou um Boletim Oficial, no dia 11 de março, estabelecendo prazo de 48 horas para o início das hostilidades contra os combatentes. O documento veio a público em um domingo e instituiu o meio dia da terça-feira, dia 13 de março, como o prazo final para o rendimento incondicional dos revoltosos ou o confronto militar (SÁ, 1894. v. I, p. 259; VILLALBA, 1894. p. 199-201). O limite ainda foi prorrogado por mais três horas depois de uma solicitação conjunta do Corpo Diplomático, deixando o *deadline* para às 15 horas do dia 13 de março de 1894 (PARATY, 1895).

As opções do almirante Saldanha da Gama e seus comandados eram apenas três. A primeira era a rendição total e irrestrita ao governo. A segunda era extremamente perigosa e quase suicida em função das condições materiais das embarcações revoltosas. A ideia seria forçar a saída através do canal da barra para se unir com a Frota Sul, no meio do fogo cruzado das fortalezas governistas – Fortaleza da Lage e Fortaleza de Santa Cruz – e talvez combater a frota legalista comprada nos Estados Unidos, que provavelmente iria persegui-los. A terceira alternativa era depor armas e solicitar asilo diplomático para algum dos países estrangeiros que mantinham navios de guerra na baía de Guanabara.

Naquele momento, apenas a Inglaterra, Portugal e Estados Unidos conservavam navios de guerra no Rio de Janeiro.⁵ Os portugueses contavam com as corvetas *Mindello* e *Affonso d'Albuquerque*. Os ingleses demonstravam sua força com a presença da canhoneira *Beagle* e do cruzador *Sirius*. Os Estados Unidos, por sua vez, também contavam algumas embarcações de guerra, porém, por receio de uma contaminação por febre amarela, seus navios permaneciam fundeadas longe do porto e incomunicáveis (SÁ, 1894, v. 1).⁶

A ideia de buscar refúgio junto as embarcações estadunidenses não agradava aos combatentes, sobretudo depois do episódio do almirante Benham. Os ingleses, por sua vez, possuíam navios mais modernos e melhor armados do que os brasileiros rebelados, o que os deixava em uma posição de desconforto frente ao poderio inglês. As corvetas portuguesas, por outro lado, eram uma força naval comparável a dos brasileiros. Além disso, os laços históricos e linguísticos tornavam aquela opção a mais evidente entre as disponíveis.⁷

⁵ Ao longo dos sete meses que durou a revolta, outros navios de guerra estrangeiros também acompanharam o desenrolar da contenda de perto, tais como a França, a Itália e o império Austro-Húngaro. Ver: SÁ, 1894.

⁶ Naquela época a febre amarela ainda era objeto de debates científicos para determinar sua etiologia e profilaxia. O mosquito ainda não havia sido descoberto como vetor da doença. De um lado, havia aqueles que acreditavam que a febre amarela era contraída por infecção, por meio de miasmas que se propagavam no ar onde havia condições sanitárias adversas. Por outro lado, muitos acreditavam que a doença se manifestava por contágio, por meio de pessoas infectadas ou até mesmo objetos. Ambos argumentos colaboraram para adoção de procedimentos de higienização pública de determinadas regiões consideradas “perigosas”, tais como cortiços onde trabalhadores, ex-escravos e imigrantes conviviam, assim como a implementação de medidas para controlar a chegada de navios nos portos, uma vez que a doença poderia viajar dentro das embarcações. Os procedimentos mais habituais em relação aos barcos eram a quarentena de observação, a quarentena de rigor, a internação em hospitais flutuantes ou lazaretos construídos em locais isolados, tais como ilhas naturais, o estabelecimento de cordões sanitários e a prática de desinfecção por fumigação e estufas. Ver: BENCHIMOL, 1999; CHALHOUB, 1996; CAPONI, 2000; ALVAREZ, 2004; REBELO, 2010.

⁷ O Conde de Paraty, diplomata português creditado junto ao governo brasileiro no Rio de Janeiro, apontou que havia ainda uma canhoneira francesa na baía da Guanabara. Ver: PARATY, 1895. p. 43. Não conseguimos elementos para comprovar essa afirmação.

A concessão do asilo e o conflito diplomático entre Brasil e Portugal

O pedido de asilo foi formalizado pelo primeiro tenente Retumba – a pedido do almirante Saldanha da Gama – que foi a bordo da corveta *Mindello* para conferenciar com o comandante das forças navais portuguesas no Rio de Janeiro, o capitão de fragata Augusto de Castilho. A princípio, o asilo foi requisitado para o almirante e cerca de setenta oficiais combatentes. O comandante português concordou com a solicitação e, em seguida, lhe foram entregues dois documentos, a declaração de cessação das hostilidades e proposta de capitulação (ABRANCHES, 1914).

O comandante Augusto de Castilho tomou a decisão de conceder o asilo sem antes ter conversado sobre o assunto com o diplomata português no Rio de Janeiro, o Conde de Paraty. Isso gerou um mal-estar entre o capitão e o diplomata, que se sentiu desautorizado pela atitude do comandante de concordar com o asilo e de iniciar as negociações pessoalmente com o marechal Floriano Peixoto. Aos olhos do diplomata, o comandante estava ultrapassando suas atribuições e estava entrando em uma área que não lhe competia atuar. Entretanto, em termos de direito internacional, o comandante de um navio de guerra tem todo o direito de tomar essa decisão sozinho e empreender quaisquer negociações referentes ao asilo (FREITAS, 1884; MOORE, 1892; FERRÃO, 1894).

De qualquer maneira, o desacordo entre o comandante e o diplomata chegou ao conhecimento do Ministro da Marinha de Portugal, Neves Ferreira, e também do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hintze Ribeiro, que ainda acumulava o cargo de Presidente do Conselho de Ministros de Portugal. Esses quatro indivíduos estabeleceram uma intensa troca de telegramas para debater o assunto. Contudo, devidos as próprias dificuldades inerentes desse tipo de comunicação – tais como atrasos no recebimento, dificuldades na redação e transcrição do código diplomático e a diferença de horário entre o Rio de Janeiro e Lisboa – o governo de Portugal acreditava que o asilo havia sido combinado com as demais potências estrangeiras que tinham navios de guerra na região. Porém, na prática, os demais países se recusaram a compartilhar a responsabilidade que Portugal havia contraído sozinho (SANTOS JR, 2014).

A situação se agravou ainda mais quando o *deadline* estabelecido pelo governo brasileiro se aproximou e, na manhã do dia 13 de março, centenas de combatentes se dirigiram para bordo das duas corvetas portuguesas ultrapassando, em muito, o número de asilados combinados inicialmente. No total, 518 indivíduos embarcaram às pressas para escapar daquela que prometia ser a última batalha da Revolta da Armada. A *Mindello* recebeu 267 pessoas e a *Afonso d'Albuquerque* outros 251 indivíduos.

Aquela situação pegou todos de surpresa. O comandante português mostrava ao almirante Saldanha da Gama o excesso de pessoas que haviam embarcado. Esse, por sua vez, se sentia impotente para exigir que aquelas pessoas desembarcassem daqueles espaços de refúgio.⁸ Quando o Conde de Paraty soube que apenas as embarcações de Portugal haviam recebido asilados, o diplomata ainda tentou fazer com que outros países concordassem em receber alguns asilados para aliviar a superlotação dos navios, porém, sem sucesso.

A posição do governo brasileiro foi exigir a devolução daqueles “insurgentes” para que fossem julgados pela lei nacional, uma vez que aquelas pessoas eram consideradas “criminosos” (no sentido de crime comum), o que as excluiriam do benefício do asilo diplomático (AHI-RJ /prat.288/Est.04/maço 08; AHDMNEP 3 Piso. A. 16-A [doc. 231]). A requisição brasileira formalizou um conflito diplomático entre Brasil e Portugal em torno daqueles 518 combatentes asilados nos navios de guerra portugueses.

⁸ Ao longo do século XIX ainda não havia sido criada uma diferenciação jurídica entre os conceitos de asilo e refúgio. Naquela época esses termos eram compreendidos como sinônimos. Já havia, porém, uma diferenciação entre o asilo diplomático e o asilo territorial, que é o mesmo até os dias de hoje. O asilo territorial é baseado na diferença de soberania que um país explora ao cruzar a fronteira de um estado para outro. O asilo diplomático baseia-se na noção jurídica de extraterritorialidade que as embaixadas, consulados e navios de guerra possuem, o que isenta esses espaços da jurisdição local. Os consulados, porém, só foram amplamente reconhecidos como espaços extraterritoriais ao longo do século XX. A diferenciação entre asilo e refúgio se estabeleceu ao longo do século XX em função do tamanho dos conflitos modernos que provocaram o deslocamento de grande número de migrações humanas em busca de abrigo. Ver: ZARATE, 1958; GIGENA, 1960; VIADEMONTE, 1961; SAN JUAN; MANLY, 2003.

Assim que o Conde de Paraty ficou ciente da reclamação diplomática, ele prometeu ao governo brasileiro que os asilados não desembarcariam em território estrangeiro até que a questão fosse solucionada. Em seguida, o diplomata esclareceu ao seu governo que havia uma disputa em jogo e que apenas os barcos portugueses haviam recebido asilados. O ministro Hintze Ribeiro ficou muito surpreso com essas notícias, sobretudo depois das orientações enviadas para combinar com os demais países uma atitude conjunta em caso de asilo.

De qualquer forma, a proteção diplomática estava formalizada e efetivada. Depois de uma breve hesitação do governo português, que até pensou em devolver os asilados ao governo brasileiro para não criar maiores problemas, as orientações de Hintze Ribeiro passaram a ser de defender a legalidade da atitude do seu comandante naval, pois os navios de guerras eram espaços isentos da jurisdição local e os refugiados eram “criminosos políticos”, portanto, aptos ao benefício jurídico do asilo.⁹ A partir dessa argumentação, o ministro português passou a enviar diversas comunicações telegráficas para os representantes de Portugal junto aos governos da Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Espanha e Estados Unidos. As orientações eram para que esses diplomatas buscassem apoio para determinação portuguesa de fazer valer o direito de asilo e poder transportá-los para um lugar seguro (AHDMNEP. 3 Piso. A. 16-A [doc. 240]).

⁹ Ao longo da História houve uma importante alteração na compreensão de quem poderia ser beneficiado com o asilo. Durante muito tempo apenas os criminosos comuns eram considerados aptos para usufruir dessa proteção. Os criminosos políticos, ao contrário, deveriam ser entregues para serem julgados pelos países que os perseguiram, pois, esses criminosos atentavam contra a figura e a segurança do próprio Estado. Essa compreensão sofreu uma importante mudança com a Revolução Francesa, em 1789. Influenciada pelos ideais Iluministas, pela crescente noção de direito humanos e pela defesa da liberdade, igualdade e fraternidade, a França passou a abrigar os refugiados políticos de outros países que lutavam para imitar o exemplo francês. A partir de então, a ideia de asilo sempre foi associada como um benefício exclusivo aos criminosos políticos, até porque a consolidação do direito internacional ao longo do século XIX ganhou a ferramenta jurídica da extradição – uma maneira de evitar a impunidade de réus de crimes comuns por meio de tratados bilaterais que preveem a devolução do criminoso para ser julgado em seu país de origem e não usar as fronteiras como instrumento de transgressão. Ver: ZARATE, 1958; GIGENA, 1960; VIADEMONTTE, 1961; BURGESS, 2008.

Enquanto a diplomacia internacional era acionada em busca de uma solução para o caso, a situação dos asilados nos dois navios portugueses piorava diariamente. A *Mindello* e a *Affonso d'Albuquerque* eram embarcações relativamente pequenas, com condições materiais precárias e que, desde a chegada dos brasileiros, apresentava uma superlotação que ultrapassavam em duzentas pessoas o limite máximo recomendado. Todas as atividades básicas de um navio estavam comprometidas, tais como limpeza, alimentação e manobras. As pessoas amontoavam-se no convés e dormiam ao relento, expostas as todas condições climáticas que encontrassem. Havia a bordo diversas pessoas feridas e outras tantas doentes, o que aumentava o receio de uma epidemia de febre amarela que poderia, de acordo com o conhecimento científico da época, dizimar todo mundo (THOMPSON, 1934; SILVA, 1940; COSTA, 1944; CAPONI, 2000).

Em função dessas condições, o comandante Augusto de Castilho sabia da impossibilidade de realizar uma viagem transatlântica diretamente para Lisboa, ou qualquer outro território português. Em sua opinião, a melhor solução seria transportar os asilados até Buenos Aires. Esse destino contava com a anuência dos próprios refugiados, que viam nessa cidade uma excelente oportunidade para retornar ao teatro de guerra com a ajuda dos federalistas do Rio Grande do Sul, que estavam combatendo o governo estadual de Júlio de Castilhos e já tinham invadido os Estados de Santa Catarina e Paraná. A ideia era unificar a Revolta da Armada com a Revolução Federalista e derrubar governo do marechal Floriano Peixoto.

Todavia, ainda era necessário encontrar uma maneira de sair da baía de Guanabara com as duas corvetas superlotadas sem que houvesse incidentes com as tropas legalistas que estavam de prontidão. Como o diplomata português havia prometido ao governo brasileiro que ninguém desembarcaria antes solucionar aquela questão diplomática, o Conde de Paraty autorizou a saída das embarcações da baía de Guanabara por “motivos higiênicos” e prometeu que elas retornariam em breve. A saída da *Mindello* e da *Affonso d'Albuquerque* da baía de Guanabara aconteceu na tarde do dia 18 de março, e foi acompanhada à distância pelas fortalezas e navios governistas que não esboçaram reação alguma. Quando o governo brasileiro percebeu que as corvetas não mais retornariam ao Rio de Janeiro, as duas embarcações já

estavam navegando em direção a Buenos Aires, onde a situação dos asilados brasileiros ganharia novos contornos (COSTA, 1945).

A chegada das corvetas em Buenos Aires e as negociações sanitárias e diplomáticas

Assim que o governo de Portugal ficou ciente de que as corvetas haviam saído do Rio de Janeiro e rumavam para Argentina, o ministro Hintze Ribeiro se apressou em informar seu diplomata sobre a iminente chegada das embarcações e as ordens de não deixar ninguém desembarcar em Buenos Aires. O representante português na região do Prata era o Visconde de Faria, que estava creditado para representar Portugal junto aos governos da Argentina e do Uruguai.

Por uma diferença de marcha, a *Affonso d'Albuquerque* chegou primeiro, em 25 de março. A *Mindello* chegou no dia seguinte. O diplomata Visconde de Faria repassou para os dois comandantes, respectivamente, Francisco de Paula Teves e Augusto de Castilho, as terminantes ordens de Hintze Ribeiro de não deixar nenhum dos asilados desembarcar em território estrangeiro. As preocupações do governo português eram duas: primeiro, honrar o compromisso assumido pelo Conde de Paraty junto ao governo brasileiro de não deixar ninguém desembarcar até solucionar a questão diplomática; em segundo, respeitar as noções do direito internacional marítimo da época, que dizia que em caso de asilo diplomático era responsabilidade do Estado de asilo não proporcionar meios aos criminosos de retornar ao teatro de guerra em situação favorável (FREITAS, 1884; BELLO, 1886; MOORE, 1892).

Ora, não há dúvidas que tanto o Uruguai quanto a Argentina poderiam se enquadrar, facilmente, em espaços considerados “favoráveis” para que os asilados retornassem ao teatro de guerra. A Revolução Federalista estava a todo vapor no Rio Grande do Sul e era comum encontrar tropas federalistas usando a fronteira de forma intencional para escapar das tropas governistas, e até mesmo para comprar novos armamentos para seguir combatendo contra o governo estadual (RECKZIEGEL, 1999). Dessa forma, a diretriz de não deixar nenhum dos asilados desembarcar cumpria

uma dupla função: honrar o compromisso com o Brasil e não infringir o direito internacional da época.

Entretanto, assim que as corvetas chegaram em Buenos Aires, o Departamento Nacional de Higiene da Argentina entrou em ação. Essa repartição pública era responsável pela fiscalização da entrada e saída de navios da cidade para evitar, sobretudo, a chegada de doenças como a febre amarela, cólera e malária. Para tanto, o Departamento contava com uma estrutura de um lazareto localizado na ilha de Martín Garcia, usado para desinfecções e observações; um navio hospital flutuante, denominado *Rodolfo del Viso*, usado em casos de quarentena de rigor; havia médicos e fiscais sanitários; embarcações de pequeno porte para comunicação entre os navios em quarentena; e a presença constante de navios de guerra argentinos para garantir o cumprimento das normas de saúde, sobretudo o isolamento dos navios recém chegados (ALVAREZ, 2004; REBELO, 2010).

O Presidente do Departamento Nacional de Higiene da Argentina era J. M. Ramos Mejía. Tão logo as corvetas chegaram em Buenos Aires, J. M. Ramos Mejía designou um médico e um fiscal para cada corveta, com o propósito de verificar as condições higiênicas e de saúde de todas as pessoas a bordo da *Mindello* e da *Affonso d'Albuquerque*. Geralmente, as vistorias de saúde tinham por objetivo colocar em prática algumas normas de saneamento a bordo dos navios para evitar a proliferação de doenças. Contudo, a superlotação das embarcações portuguesas se apresentava como barreira intransponível para realização daquelas tarefas mais essenciais das diretrizes sanitárias da época.

De posse dessas informações, o Presidente do Departamento Nacional de Higiene enviou uma comunicação ao Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Eduardo Costa. O documento chamava a atenção para necessidade de desembarcar todas as pessoas dos dois navios para que se evitasse um surto epidêmico de febre amarela. Na opinião de J. M. Ramos Mejía, o ideal era que todos desembarcassem no lazareto de Martín Garcia para que fossem realizadas todas as medidas profiláticas necessárias com aqueles indivíduos (AHC/Caja 562/ Carpeta 1/Legacion y Consulado de Portugal-1894).

Essas instruções contrastavam com as normativas do governo de Portugal de não deixar ninguém desembarcar. Dessa forma, aos poucos

configurou-se um problema difícil de ser resolvido. A situação não passou despercebida pela imprensa local, que cobria com curiosidade aquela situação inusitada de centenas de asilados brasileiros a bordo de navios de guerra português impossibilitados de desembarcar em Buenos Aires. Alguns repórteres do *La Prensa*, por exemplo, conseguiram permissões para se aproximar das corvetas e realizar entrevistas à distância com os brasileiros, que descreveram as dificuldades materiais que enfrentavam a bordo, assim como também declaravam o seu desejo de desembarcar naquela cidade e contar com a hospitalidade do governo argentino (BNA - Buenos Aires. *La Prensa*. 27.03.1894).

Havia também um grupo de emigrados brasileiros residentes em Buenos Aires que acompanhavam com atenção os desdobramentos daquele asilo diplomático. Esse grupo era composto por líderes políticos contrários ao governo de Floriano Peixoto, tais como Demétrio Ribeiro, Barros Cassal, Aníbal Falcão e outros. Esse grupo fazia *lobby* para que o governo argentino permitisse o desembarque dos “refugiados”, que não eram “prisioneiros”, mas sim “emigrados políticos” que haviam encontrado asilo nas corvetas. Os argumentos desse grupo também defendiam que os brasileiros refugiados estavam em águas argentinas, por isso, vinham na qualidade de “passageiros” submetidos e amparados pelas leis argentinas (BNA - Buenos Aires. *La Prensa*. 30.03.1894).

Havia uma pluralidade de opiniões e recomendações diplomáticas, médicas e políticas que estavam em jogo.¹⁰ Enquanto isso, a situação material e sanitária dos indivíduos piorava todos os dias. Já haviam acontecido alguns óbitos entre os asilados e alguns marinheiros portugueses já apresentavam evidentes sinais clínicos de febre amarela. O medo de uma epidemia crescia e a insatisfação pela proibição do desembarque aumentava entre os asilados.

O governo de Portugal mantinha sua determinação de proibir o desembarque e exigia que seus comandantes seguissem viagem, assim que

¹⁰ O governo argentino, por exemplo, recebia constantes reclamações da estrutura diplomática brasileira para aumentar a fiscalização e a repressão ao tráfico de armas e insurgentes federalistas na fronteira entre Brasil e Argentina. Esse assunto, contudo, foi pouco explorado pela historiografia e merece ser aprofundado no futuro. Não temos como tratar da complexidade desse tema dentro do espaço deste artigo.

possível, para algum território ultramarino português. Os comandantes, por sua vez, se recusavam a realizar uma longa travessia oceânica naquelas circunstâncias. A ideia foi fretar um navio em Buenos Aires que tivesse condições de transportar os asilados até Lisboa. Entretanto, havia uma série de questões para resolver nesse fretamento, tais como tamanho da embarcação, preço, condições de abastecimento, alimentação, tripulação, embandeiramento etc., que fizeram com que o tempo de espera se aproximasse ao período de quarentena que o Departamento Nacional de Higiene havia estipulado para as corvetas.

A demora em encontrar uma solução fez com que o governo argentino tomasse medidas extremas: ou o governo de Portugal autorizava o desembarque dos asilados no lazareto para desinfecção, ou as corvetas deveriam sair das águas argentinas se responsabilizando pelas consequências daquele ato. Portugal optou pela segunda opção e começou os preparativos para que as embarcações saíssem das águas argentinas. A preparação requeria o abastecimento de carvão, alimentos e outros itens.

Foi nessas condições que aconteceu o incidente com a *Pepito Donato*. O palhaborde argentino carregado de carvão foi palco de um confronto físico entre brasileiros asilados e marinheiros portugueses. A confusão chegou ao conhecimento do governo argentino e inaugurou um conflito diplomático entre a Argentina e Portugal.

O conflito argentino-português em torno da embarcação Pepito Donato

A recusa do governo português em permitir o desembarque dos asilados em Buenos Aires provocou uma dupla reação. Por um lado, os próprios asilados começaram a buscar meios de se aproveitar das circunstâncias para escapar dos navios. Por outro lado, um grupo de influentes brasileiros residentes na capital portenha planejava estratégias que possibilitassem a fuga do maior número possível de indivíduos. O almirante Saldanha da Gama, que estava refugiado na *Mindello*, percebeu que seus subordinados haviam chegado ao limite da paciência e que a perspectiva de uma viagem transoceânica em um navio fretado os deixava ainda mais

irrequietos. Nesse sentido, o almirante enviou um ofício ao comandante Augusto de Castilho dizendo que não mais se responsabilizaria pelas atitudes que os seus subordinados tomassem a partir daquele momento (LAFAYETTE, 1959; MONTEIRO, 1978).

O documento escrito por Saldanha da Gama, em 8 de abril de 1894, funcionou como um sinal verde para que as tentativas de fuga começassem a acontecer tanto na *Mindello* quanto na *Affonso d'Albuquerque*. Neste mesmo dia, um grupo de 32 asilados da *Mindello* conseguiu pular para dentro da chata que fazia o abastecimento de carvão e, depois de uma briga com alguns marinheiros portugueses, conseguiram escapar. O mesmo aconteceu na *Affonso d'Albuquerque*, porém naquele navio apenas três pessoas conseguiram escapar a nado até que fossem recolhidas por outra embarcação. À noite, foi a vez de uma lancha enviada pelos brasileiros residentes em Buenos Aires se aproximar da *Mindello* e outras 70 e tantas pessoas fugirem. Ou seja, em apenas um dia escaparam 110 dos 518 asilados.

Assim que ficou ciente dos meandros da fuga desse grande número de pessoas, o Visconde de Faria solicitou ao Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Eduardo Costa, a devolução dos fugitivos. O ofício manifestava a intenção de restituir aquelas pessoas ao “asilo primitivo” sob a bandeira portuguesa, para respeitar um acordo firmado com outra nação – o Brasil – de não os deixar desembarcar em outro porto que não fosse português. A ideia, dizia o Visconde de Faria, não era castigá-los, mas sim respeitar um “compromisso de honra”. A recusa de Eduardo Costa foi imediata. O ministro lembrou que a conduta argentina tinha sido, até então, de respeitar a postura dos navios de guerra de Portugal em se recusar a deixar os asilados desembarcar. Porém, em função de questões de saúde pública, o governo argentino sentiu-se obrigado a exigir o desembarque no lazareto ou a saída das corvetas de suas águas territoriais. Como Portugal optou pela segunda opção, um grupo de brasileiros asilados encontrou meios de escapar dos navios, demonstrando sua insatisfação ao buscarem em território argentino a mesma proteção que haviam buscado inicialmente nas corvetas portuguesas (AHC/Caja 562/Carpeta 2/Legacion y Consulado de Portugal-1894).

Esse grupo de asilados passou por um período de quarentena no lazareto de Martín Garcia e depois foram bem recebidos em Buenos Aires

pelos líderes federalistas que residiam na cidade e que haviam ajudado em sua fuga. O sucesso de sua empreitada inspirou outros movimentos de evasão nas corvetas portuguesas. Porém, os oficiais portugueses agora estavam decididos a não deixar aqueles episódios se repetirem. Foi assim que se configurou, apenas um dia depois da primeira fuga dos 110 indivíduos, o conflito em torno da *Pepito Donato*.

Esta embarcação realizava a descarga de carvão na *Affonso d'Albuquerque* quando, às 9h40 min da manhã, um grupo de asilados saltou para bordo do palhabote e iniciou uma briga generalizada entre brasileiros e portugueses. Em meio ao conflito as amarras que ligavam a *Pepito Donato* à corveta foram cortadas e a embarcação ficou à deriva. O oficial imediato da *Affonso d'Albuquerque* organizou um escaler com alguns marinheiros armados e se dirigiu até a goleta para terminar com a confusão e reconduzir os asilados de volta para o navio português.

O conflito deixou feridos de ambos lados, porém nenhum com gravidade. Os brasileiros estavam armados com algumas facas e navalhas e os portugueses utilizaram pedaços de paus, pás e outros objetos para se defender até a chegada do reforço armado vindo pelo escaler. Assim que todos retornaram a corveta, foi instaurado um exame de corpo de delito para apurar as lesões de todos envolvidos e reconstituir em detalhes as circunstâncias da fuga. Entre os depoimentos colhidos, um marinheiro português afirmou que não havia nenhuma bandeira arvorada no palhabote. Um brasileiro ouvido teve um posicionamento um pouco distinto, disse não ter visto se havia ou não bandeira hasteada (SÁ, 1894, v. III).

A questão se existia ou não uma bandeira na *Pepito Donato* é secundária. O interessante é analisar os discursos que formam a partir da bandeira. A doutrina do direito internacional da época aponta para extraterritorialidade dos navios de guerra, que ficam isentos da jurisdição local (FREITAS, 1884; BELLO, 1886; MOORE, 1892). Nesse sentido, essas embarcações são consideradas “fortalezas flutuantes” e fazem parte do território ao qual pertencem (FIORI *apud* FERRÃO, 1894). Entretanto, em relação aos navios mercantes, nenhum jurista da época negaria o direito de um país exercer sua soberania no seu próprio porto em relação aos navios mercantes de todas nacionalidades, sobretudo aqueles com a sua própria bandeira nacional hasteada.

Os próprios asilados que foram reconduzidos a *Affonso d'Albuquerque* manifestaram seu entendimento sobre a questão em dois manifestos. O primeiro foi dirigido ao Presidente da Argentina e dizia ter acontecido cenas de horror dentro da corveta portuguesa e continuadas no “convés de uma pequena galheta que arvorava a gloriosa bandeira da Argentina!”. O manifesto seguia descrevendo as violências sofridas mesmo quando os brasileiros “já em aguas e território argentinos [...] quando em altas vozes se declaravam sob a proteção do brioso e hospitaleiro povo argentino!”. O segundo manifesto, muito parecido em relação ao primeiro, foi enviado ao editor do jornal *La Prensa* para sensibilizar a população local em relação àquela situação. O manifesto frisava que tudo acontecera “em aguas territoriais argentinas, onde mesmo com sacrificio de suas vidas, vinham procurar abrigo e proteção” (AHC/Caja 558 Bis/Legaciones y Consulados de America – Brasil, Bolivia e Colombia – 1894/Carpeta 8).

Assim que as notícias sobre esse episódio chegaram ao conhecimento de Eduardo Costa, o ministro enviou ao diplomata português, o Visconde de Faria, um pedido de devolução dos brasileiros envolvidos no episódio da *Pepito Donato*:

Como Sua Senhoria facilmente compreenderá este caso reveste transcendental importância, porque se trata de um atropelo inusitado e de uma violação a soberania territorial e, o governo argentino, não pode de nenhuma maneira aceitar em silêncio esse proceder, agravado ainda mais, por haver se produzido em águas nacionais e contra um navio que arvorava a bandeira argentina (FARIA, 1897, p. 3-4).

A partir desse ofício encaminhado no dia 11 de abril, o conflito diplomático entre a Argentina e Portugal estava estabelecido. A princípio, o Visconde de Faria procurou ganhar tempo e demorou em responder a Eduardo Costa. O ministro argentino chegou a reclamar da demora e já desconfiava que as corvetas portuguesas estivessem com a intensão de deixar as águas argentina levando consigo os “trinta” indivíduos objetos da reclamação sem que antes houvesse uma solução diplomática para o caso (FARIA, 1897, p. 4, data 17.04.94). O diplomata acalmou os ânimos

e disse que estava procedendo uma ampla investigação para ter elementos suficientes para responder ao ministro argentino. Além disso, ele já havia expedido ordens para que os asilados que haviam tentado escapar fossem mantidos na *Mindello*, a qual permaneceria em águas argentinas (FARIA, 1897, p. 5, data 18.04.94).

Somente no dia 21 de abril que o Visconde de Faria respondeu a Eduardo Costa. O documento recuperava grande parte das informações contidas no corpo de delito e salientava a inexistência da bandeira argentina no palhaborde. O diplomata também corrigiu o número de envolvidos no incidente, que seriam apenas oito pessoas e não trinta como o governo argentino havia equivocadamente manifestado. Na opinião do representante de Portugal tudo havia acontecido sob o legítimo domínio português, pois os asilados estavam sob essa jurisdição e os marinheiros haviam reagido as agressões que receberam dos brasileiros apenas para manter a ordem e autoridade até então vigente (FARIA, 1897, p. 6-8. data 21.04.94).

A resposta do Visconde de Faria fez com que o governo argentino decidisse realizar uma ampla investigação sobre o caso para apurar aquelas informações que até então eles desconheciam. Porém, Eduardo Costa resolveu reforçar o pedido para que os indivíduos reclamados permanecessem no Rio da Prata, pois caso contrário não seria possível dar-lhes a liberdade que teriam direito (FARIA, 1897, p. 8. data 24.04.94). O Visconde de Faria não perdeu a oportunidade para lembrar o ministro argentino que ele já havia dado aquela ordem espontaneamente, e que os asilados não iriam a lugar nenhum sem a resolução da questão diplomática (FARIA, 1897, p. 10. data 26.04.94).

A investigação argentina ficou pronta no dia 26 de abril e apontou uma série de coincidências fatuais com a apuração portuguesa. Por exemplo, os dois governos concordavam que o número correto de asilados envolvidos naquele caso foram oito e não trinta, como havia sido cogitado em um primeiro momento. Também concordavam em relação ao uso de violência que foram cometidas tanto por brasileiros quanto por portugueses na tentativa de fuga na *Pepito Donato*. Contudo, os pareceres divergiam em um ponto. No inquérito argentino, depois que as amarras do palhaborde foram cortadas, essa embarcação teria se distanciado um quilômetro da corveta.

Segundo Eduardo Costa, isso demonstrava que a atuação do escaler armado de Portugal teria ocorrido dentro do território argentino, configurando-se numa violação do mesmo. Dessa forma, pouco importava o número de indivíduos envolvidos, oito ou trinta, a violação era a mesma e deveria ser reparada com a devolução dos brasileiros. Outro ponto que incomodava o ministro argentino era o fato de que os indivíduos objetos da reclamação estavam dentro do navio que o governo português fretara, prontos para viajar para longe do Rio da Prata (FARIA, 1897, p. 8-9).

O diplomata português respondeu que já havia dado ordens para o grupo permanecer a bordo da *Mindello* e que o ministro não tinha razões para se preocupar com a possibilidade de que fossem enviadas para longe. Porém, por deferência, o Visconde de Faria explicou o porquê daqueles indivíduos estarem a bordo do navio fretado e não na corveta. De acordo com o diplomata, tudo foi uma questão de logística, pois foi definido que a *Affonso d'Albuquerque* acompanharia o *Pedro III* (o navio fretado) até Lisboa. Dessa forma, era necessário que a corveta recebesse carvão e mantimentos. Para que não se repetissem as cenas de violências entre brasileiros e portugueses, todos os asilados das duas corvetas passaram para o *Pedro III*. Apenas depois que a *Affonso d'Albuquerque* estivesse pronta que aquelas pessoas, objeto da reclamação, passariam de volta para a *Mindello*, a qual permaneceria no Rio da Prata.

Entretanto, a questão mais delicada era a reclamação argentina de violação territorial. Para responder essa questão, o Visconde de Faria argumentou que:

se por ventura estavam dentro do palhabote com os refugiados, o sentinela, o oficial da marinha portuguesa e seus marinheiros, os que se encontravam ali em serviço e exercendo a autoridade, a situação era a mesma de que quando o palhabote estava atracado à corveta, pois somente se separou dela por ordem do oficial superior que estava a bordo antes de terminado o serviço que obrigava o pessoal da armada portuguesa a conservar-se dentro do palhabote. Somente depois de terminado o serviço e retirada a autoridade portuguesa de bordo, é que a embarcação distante, tivesse ou não tivesse

bandeira, poderia considerar-se território argentino; antes, era, em vista de todos os direitos do mundo, território português, pois nele estavam exercendo sua ação autoridades portuguesas, seja que estivesse em águas argentinas, seja que não, pois também as corvetas portuguesas estavam em águas argentinas e a ninguém ocorreu disputar o direito de reter a seu bordo os asilados que estavam sob sua guarda.

Pois V. E., que reconhece nossa autoridade enquanto o navio está atracado à corveta *Affonso d'Albuquerque*, pode por acaso desconhece-la quando este larga as amarras, se dentro desta mesma embarcação se mantém inalterável a mesma situação e a mesma autoridade exercida sem nenhuma interrupção?

Ao recorrer a noção da continuidade da autoridade portuguesa dentro da *Pepito Donato*, o Visconde de Faria sofisticou sua argumentação para além da questão da existência, ou não, da bandeira hasteada. O argumento português era tão irrepreensível que até mesmo o Procurador Geral da Nação Argentina, Sabiniano Kier, se posicionou da mesma forma. Para ele, a situação de autoridade a bordo do palhabote não se alterou em nenhum momento, nem mesmo quando a embarcação se distanciou da corveta por algum tempo. O procurador apoiava-se em alguns manuais de direito internacional da época e afirmava que não havia ocorrido nenhuma ofensa ao território argentino naquela questão.

O desfecho – à guisa de conclusão

O conflito diplomático entre a Argentina e Portugal sofreu uma grande inflexão na noite do dia 26 para 27 de abril. O vapor *Pedro III* foi alvo de uma ação conjunta de um comitê composto por brasileiros residentes em Buenos Aires, chefes federalistas, mercenários e alguns dos próprios asilados que escaparam no dia 8 de abril. O grupo organizou uma arriscada empreitada para libertar o maior numero possível de brasileiros do navio fretado enquanto o mesmo ainda estava nas águas uruguaias. Naquela oportunidade, os oito indivíduos alvo da reclamação diplomática argentina

escaparam junto com muitos outros asilados, totalizando 238 fugidos que desembarcaram em Montevideú.

O governo argentino sustentou a reclamação sobre a ofensa ao seu território, porém os indivíduos já haviam obtido a liberdade por meios próprios. A questão entre os dois países só foi solucionada quando o diplomata português declarou “lamentar sinceramente” o ocorrido (já que os indivíduos objetos da questão já estavam em liberdade e não havia nada a ser feito a respeito) encerrando, assim, o conflito diplomático.

A fuga em massa ocorrida no Uruguai desagradou profundamente o governo brasileiro, que viu a maior parte dos combatentes da Revolta da Armada asilados nas corvetas portuguesas escaparem ou na Argentina ou no Uruguai. A promessa portuguesa de não deixar nenhum asilado desembarcar não foi cumprida na plenitude. Em função desses fatos, o Brasil decidiu romper as relações diplomáticas com Portugal em 13 de maio de 1894. As relações entre os dois países só foram normalizadas no ano seguinte, após intermédio inglês.

Durante muito tempo, o alcance político desse rompimento obliterou a possibilidade de compreender e narrar outras dimensões históricas derivadas daquele asilo diplomático. O propósito deste artigo foi chamar a atenção para um conflito entre Portugal e Argentina pouco conhecido, mas derivado daquele primeiro entre Brasil e Portugal.

Em nossa opinião, há uma dimensão de cruzamento entre os episódios tanto na sua origem quanto no seu desfecho. O conflito entre Portugal e Argentina tem sua origem quando os asilados brasileiros nas corvetas portuguesas alcançam as águas do Rio da Prata e começam a reivindicar o seu desembarque. A partir desse momento, as histórias tomam rumos distintos e voltam a se encontrar quando acontece a última fuga em Montevideú. Uma história como essa só faz sentido quando é contextualizada de forma adequada para ressaltar os elementos constitutivos desse cruzamento histórico. Nesse sentido, esse artigo buscou realizar um exercício de história cruzada que fosse capaz de conectar essas histórias e, ao mesmo tempo, evitasse uma abordagem única e exclusivamente baseada nos Estados-Nações, destacando a ação dos próprios indivíduos asilados que fizeram parte desse intrincado episódio diplomático.

Referências

Arquivos

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Lisboa.

Arquivo Histórico Itamaraty, Rio de Janeiro.

Archivo Histórico de Cancillería, Buenos Aires.

Biblioteca Nacional de Argentina, Buenos Aires.

Obras de apoio

ABRANCHES, Dunshee. *A Revolta da Armada e a Revolução Rio Grandense: Correspondência entre Saldanha da Gama e Silveira Martins*. Rio de Janeiro: Editor M. Abrances, 1914. v. I e II.

ALVAREZ, Adriana. El rol de los lazaretos en el control de el cólera e la fiebre amarilla. Buenos Aires 1870-1915. *Historia Revista*. v. 9. n. 2, p. 287-317, jul.-dez. 2004.

ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Federalista: história & historiografia*. Rio Grande: Editora da Furg, 2002.

ARIAS NETO, José Miguel. A Revolta da Armada de 1893: um ‘fato’ construído. In: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho (Org.). *A história na política, e a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 133-177.

ARIAS NETO, José Miguel. Intervenção estrangeira na Revolta da Armada?. *Rev. Eletr. Hist. do Brasil*, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2000.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Editora UFRJ, 1999.

BUENO, Clodoaldo. *A República e sua Política Exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Unesp; Brasília: Alexandre de Gusmão, 1995.

BURGESS, Greg. *Refuge in the land of liberty: France and its Refugees, from the Revolution to the End of Asylum (1787-1939)*. Great Britain - Eastbourne: Palgrave Macmillan, 2008.

- CALHOUN, Charles W. American Policy Toward the Brazilian Naval Revolt of 1893-94: A Reexamination. *Diplomatic History*, v. 4, p. 39-56, 1981.
- CAPONI, Sandra. “El veneno y el mosquito: aspectos epistemológicos de la etilogía y la profilaxis de la fiebre amarilla”. *História, Ciência, Saúde - Manguinhos*, v. VII, n. 2, p. 249-80, jul.-out. 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador. In: _____. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 13-61.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COSTA, Dídio. *Saldanha*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1944.
- COSTA, Sérgio Corrêa da. *A diplomacia do Marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1945.
- FARIA, Visconde de. *Portugal e a Republica Argentina: Questão diplomatica satisfactoriamente resolvida pelo Visconde de Faria*. Leorne: Typographia de Raphael Giusti, 1897.
- FERRÃO, J. B. de Martens. *La question entre le Portugal et le Brésil considérée au point de vue du droit international*. Rome: Forzani et Cie Imprimeurs-éditeurs, 1894.
- FORJAZ, Augusto. *Portugal e Brazil: Apontamentos para a historia do nosso conflicto com a republica dos Estados Unidos do Brazil*. Lisboa: Typographia Castro Irmão, 1894.
- FREIRE, Felisbelo. *História da Revolta de 6 de Setembro de 1893*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. [1896].
- FREITAS, Carlos Vidal de Oliveira. *Elementos de Direito Internacional Maritimo*. Rio de Janeiro: Lombaerts & Comp, 1884.
- GIGENA, Carlos Torres. *Asilo Diplomático: su práctica y su teoría*. Buenos Aires: La Ley S. A. Editora e Impresora, 1960.
- GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro. *Ressonâncias em Portugal da implantação da República no Brasil (1889-1895)*. Porto: Editora da Universidade do Porto, 1995.
- HAHNER, June E. *Relações entre civis e militares no Brasil (1889-1898)*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- LAFAYETTE, Pedro. *Saldanha da Gama*. Rio de Janeiro: Editora Souza, 1959. 2 v.
- MARTINS, Hélio Leôncio. *A Revolta da Armada*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.
- MONTEIRO, Rolando. Saldanha da Gama e os asilados. In: _____. *Ensaio e sátiras*. Rio de Janeiro: OCD, 1978, p. 211-271.
- MOORE, John Bassett. Asylum in Legations and Consulates and in Vessels I, II, II. *Political Science Quarterly*, v. VII, n. 1, p. 1-37, mar. 1892; v. VII, n. 2, p. 197-231, jun.1892; v. VII. n 3, p. 397-418, sep. 1892.
- NABUCO, Joaquim. *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta de 1893*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1896.
- PARATY, Conde de. *Conflicto diplomático: breves explicações*. Lisboa: M. Gomes - Editor, 1895.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- REBELO, Fernanda. *A travessia: imigração, saúde e profilaxia internacional (1890-1926)*. Tese (Doutorado) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *A Diplomacia Marginal: Vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF, 1999.
- SÁ, Eduardo Alves de (Org.). *Portugal e Brazil: Conflicto Diplomático*. Lisboa: M. Gomes Editor, 1894. 4 v.
- SAN JUAN, César Walter; MANLY, Mark. El asilo y la protección internacional de los refugiados en América Latina: análisis crítico del dualismo “asilo-refugio” a la luz de Derecho Internacional de los Derechos Humanos. In: FRANCO, Leonardo (Coord.). *El asilo y la protección internacional de los refugiados em América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003, p. 18-71.
- SANTOS JR, João Júlio Gomes dos. A intervenção estrangeira na Revolta da Armada: a polêmica entre Joaquim Nabuco e Felisbello Freire. In: SILVA, Giselda Brito; MATOS, Júlia Silveira; SCHURSTER, Karl. *Campos da Política: Discursos e Práticas*. São Paulo: LP-Books, 2012.

- _____. Um diplomata na Revolta da Armada: As impressões políticas e atuação do Conde de Paço d'Arcos. *Tempo e Argumento*, v. 3, n. 2, p. 141-163, jul.-dez. 2011.
- SANTOS JR., João Júlio Gomes dos. “O mais esquisito dos espetáculos”: A crise do asilo diplomático entre Brasil e Portugal em 1894. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- SCHULZ, John. *O exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: Edusp, 1994.
- SILVA, Augusto Carlos de Souza e. *O Almirante Saldanha e a Revolta da Armada: Reminiscências de um revoltoso*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1936. v. 1.
- _____. *O Almirante Saldanha: Comandante em Chefe na Revolta da Armada: Reminiscências de um revoltoso*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1940. v. 2.
- SILVA, Henrique Corrêa da Silva (Org.). *Missão Diplomática do Conde de Paço D'Arcos no Brasil (1891-1893)*. Lisboa, 1974.
- SIMITH, Joseph. Brazilian Diplomacy and Foreign Intervention in the Brazilian Naval Revolt, 1893-94. *Revista Complutense de Historia de América*, v. 26, p. 117-134, 2000.
- SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *The politics of exile in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- THOMPSON, Arthur. *Guerra Civil do Brasil de 1893-1895: Vida e Morte do Almirante Saldanha*. Rio de Janeiro: Editora Ravaro, 1934.
- TOPIK, Steven C. *Comércio e canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97)*. Tradução de Ângela Pessoa. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- VIADEMONTTE, José Agustín Martínez. *El Derecho de Asilo y el Régimen Internacional de Refugiados*. México: Ediciones Botas, 1961.
- VILLALBA, Epaminondas. *A Revolta da Armada de 6 de setembro de 1893*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1894.
- VIVIAN, James F. United States Policy during the Brazilian Naval Revolt, 1893-94: The Case for American Neutrality. *American Neptune*, v. 41, p. 245-261, 1981.

ZARATE, Luis Carlos. *El asilo en el Derecho Internacional Americano*. Bogota: Editorial Iqueima, 1958.

ZIMMERMANN, Bénédicte; WERNER, Michael. Penser l'histoire Croisée: entre empirie et réflexivité. *Annales HSS*, n. 1, p. 7-37, jan.-fev. 2003.

*Hispanidad e a fraternidade hispano-americana: debates raciais e guerra de 1898 na virada do século XIX para o XX**

REGIANE GOUVEIA**

Fundação Oswaldo Cruz

Resumo: Em fins do século XIX e início do XX proliferaram intensos debates raciais, na Europa e na América, entre os defensores da raça anglo-saxônica e os da raça latina. Esses debates, aliados ao resultado da guerra hispano-americana, em 1898, colaboraram para o surgimento da *hispanidad*, comunidade espiritual imaginada entre Espanha e América Hispânica. O objetivo desse artigo é analisar como a derrota espanhola para os Estados Unidos contribuiu para o processo de retomada das relações entre a antiga metrópole e as ex-colônias, promovendo um intenso intercâmbio entre intelectuais de ambos os lados do Atlântico, através da valorização da tradição hispânica. Mostraremos como o resultado da guerra hispano-americana, potencializou esse debate e colaborou para, posteriormente, o surgimento da *hispanidad*, entendida aqui como uma expressão das ideias raciais.

Palavras-chave: *Hispanidad*; Debates raciais; Guerra hispano-americana.

Abstract: In the late-nineteenth and early-twentieth centuries, intense racial debates between defenders of the Anglo-Saxon race and supporters of its Latin counterpart proliferated in both Europe and the Americas. These debates, linked to the outcome of the 1898 Spanish-American War, contributed to the rise of the concept of *hispanidad*, an imagined spiritual community between Spain and Hispanic Latin America. This article analyzes how the Spanish defeat to the United States contributed to the process the renewal of relations between the old metropolis (Spain) and its ex-colonies in the Americas. These newfound alliances promoted an intense exchange between intellectuals from both sides of the Atlantic through the valorization of the Hispanic tradition. This article demonstrates how the outcome of the Spanish-American War gave rise to this debate and contributed to the ascendance of *hispanidad*, understood here as an expression of racial ideas.

Keywords: *Hispanidad*; Racial debates; Spanish-American War.

* Recebido em 16 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 26 de setembro de 2015.

** Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Desenvolve a pesquisa “América Latina Enferma: racismo, positivismo e *hispanidad* no pensamento político latino-americano em fins do século XIX e início do XX”. Bolsista do PDSE/CAPES. E-mail: regiane_gouveia@yahoo.com.br.

Em meados do século XIX, o desenvolvimento das ciências, nos mais variados âmbitos,¹ proporcionou grande entusiasmo entre a intelectualidade europeia e americana. As descobertas que surgiam, sobretudo na biologia, na química e na medicina, não apenas propiciaram significativos êxitos nessas áreas, como também passaram a ser aplicadas para explicar o homem e a sociedade. O discurso científico foi utilizado para respaldar velhas teorias e justificar preconceitos que vinham de longa data. A partir disso, o racismo ganhou uma justificação biológica, que impunha a determinados grupos humanos uma inferioridade inata e que, de acordo com algumas dessas ideias, jamais seria redimida (GOULD, 1999, p. 18).

Nesse contexto, o desenvolvimento científico tornou-se sedutor, principalmente para a *intelligentsia* latino-americana, em função de representarem oportunas formas racionais de tratar o mundo social e natural, sem os inconvenientes das considerações religiosas tradicionais (STEPAN, 2005, p. 50). Os intelectuais estudaram entusiasmados os trabalhos de importantes teóricos europeus, como Herbert Spencer, Ludwig Gumplowicz, Gustave Le Bon, entre outros, e adotaram a ciência como uma forma de conhecimento progressista.

Em 1857 Spencer publicou a obra *Do Progresso: Sua lei e sua causa*, na qual procurava explicar a evolução do universo, partindo da ideia de que haveria uma causa comum do progresso que se daria em todas as instâncias, tanto astronômica, geológica, orgânica, social e econômica. Spencer inspirou-se nos estudos do naturalista russo² Karl Ernst Von Baer (1792-1876) e sua formulação sobre a evolução orgânica – pensada exclusivamente para o plano da biologia animal e vegetal – que propunha que todo organismo consistiria em uma mudança do homogêneo para o heterogêneo e do simples para o composto e esta constante transformação é que constituía uma lei. Spencer

¹ No século XIX houve uma proliferação de inventos com os desenvolvimentos na química, na física e na biologia. Nesse momento, surgiu o motor de explosão, o telefone, o microfone, a radiotelegrafia, a lâmpada elétrica, o transporte público mecanizado, a máquina de escrever, uma intensa circulação de notícias impressas a baixo custo, as primeiras fibras sintéticas, a seda artificial, o plástico sintético. E muitas dessas novidades surgiram em um transcurso de quinze anos, entre 1867 e 1881 (BARRACLOUGH, 1964, p. 45).

² Karl Ernst von Baer nasceu na atual Estônia que na época fazia parte do Império Russo.

se apropriaria dessa formulação para aplicá-la na compreensão de outros fenômenos (não biológicos), denominados por ele de “super orgânicos”, como os fenômenos culturais, sociais e humanos. Da mesma forma que o progresso ficava evidenciado na história biológica, para Spencer (2002, p. 9-10) ele também se apresentaria no desenvolvimento do ser “mais moderno” e “mais heterogêneo” de todos: o homem.

Em 1883, o austríaco Ludwig Gumplowicz (1838-1909) publicou *A Luta de Raças: estudos sociológicos*. Nessa obra, a raça foi tomada como categoria explicativa primordial de todos os processos humanos. Esse autor percebia que o destino da humanidade era conduzido por um constante combate entre as raças, cujo resultado seguia uma regra clara, o elemento étnico mais poderoso sobressaía e logo impunha o seu domínio sobre as demais (GUMFLOWICZ, 1939, p. 362).

Uma década depois de *A luta de raças*, Gustave Le Bon (1841-1931) publicou a obra *Leis psicológicas da evolução dos povos* (1894), que exerceu uma grande influência no pensamento europeu e latino-americano. Neste livro o escritor francês defendia que os caracteres psicológicos seriam determinantes nas raças e que, portanto, a história de um povo e sua civilização derivaria desses critérios (LE BON, 1910, p. 8). O autor estabeleceu hierarquias entre os grupos sociais, que em sua opinião poderiam ser divididos em quatro raças, de acordo com as suas características psicológicas gerais: primitivas, inferiores, médias e superiores. Entre as raças primitivas estariam as que não possuíam cultura, como os habitantes da Terra do Fogo, no extremo sul da América, e os australianos. Logo após, as raças inferiores estariam representadas pelos negros, que embora capazes de noções de civilização, nunca teriam abandonado o estado de barbárie. Entre as raças médias se encontrariam os chineses, os mongóis e os semíticos, que teriam sido superados pelos indo-europeus, principais representantes das raças superiores, construtores de civilizações capazes de desenvolver as artes, as ciências e as indústrias (LE BON, 1910, p. 32).

Essas concepções acabaram contribuindo para que tanto a história da Europa como as suas tensões políticas fossem aos poucos sendo identificadas como decorrentes das lutas entre diferentes raças europeias (QUIJADA, 1997, p. 597). Essa situação se refletia de forma geral no

pensamento europeu ocidental e encontrou terreno fértil nos países que passavam por crises decorrentes de políticas desastrosas, como por exemplo, a França, que após a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), e a consequente perda dos territórios de Alsácia e Lorena, mergulhou em uma grave crise nacional (MARROYO, 2000, p. 133).

As doutrinas raciais que surgiram no século XVIII baseavam-se em três pressupostos fundamentais: o primeiro partia da ideia de que os homens pertenciam a diferentes grupos denominados de “raças”. Cada raça seria composta por homens que possuíam alguma unidade física, que determinariam características psicológicas e culturais; o segundo se refere à ideia de que o indivíduo era determinado pelo grupo que pertencia, por último, a defesa de uma hierarquia entre as raças. Essa hierarquia foi estabelecida a partir dos estudos da história das sociedades europeias, que, de acordo com os teóricos raciais, revelavam uma inferioridade de outros povos, pertencentes a outras raças em relação aos europeus (RAMOS; MAIO, 2010, p. 29).

Não à toa, no final do século XIX, milhares de ocidentais, influenciados por ideólogos do período, acreditavam que o progresso e o poder estavam estritamente relacionados com as características raciais. Eram essas que determinariam os triunfos e fracassos dos povos (BIAGINI, 2000, p. 44). Diversas obras publicadas nesse período, dialogando com essas ideias, procuraram assinalar a superioridade anglo-saxônica frente aos latinos. Em *À quoi tient le supériorité des Anglo-Saxons?* (1897), por exemplo, o francês Edmond Demolins (1852-1907) afirmou a inferioridade e a decadência da raça latina e mestiça, em contraposição ao desenvolvimento material dos anglo-saxões (MARROYO, 2000, p. 133).

Seguindo uma abordagem próxima à de Demolins, outro francês, Léon Bazalgette (1873-1928) publicou, em 1903, *Le problème de l'avenir latin*, no qual fazia reflexões por um viés organicista e procurava demonstrar a necessidade de se regenerar a essência latina. Esta teria sido, segundo ele, corrompida pela mistura de raças e impedida de alcançar a modernização. Para Bazalgette, a situação na qual os povos latinos se encontravam só poderia ser resolvida a partir de um drástico processo de deslatinização. Tal processo começaria pela reconstituição corporal de uma “raça caída

e degenerada”, essa se daria por meio da educação das crianças, a mesma utilizada na criação de cavalos (BIAGINI, 2000, p. 47).

Após essas medidas, uma leva de eugênicos³ seria enviada aos países mais adiantados de modo a ser integrados a sociedade, para “lavar o cérebro latino”. Por fim, juntamente com a reforma física e mental, ocorreria a purificação religiosa, para acabar com os resquícios do catolicismo. Seguindo esse programa, segundo Balzagette, o processo de deslatinização reverteria o estado de degeneração em que os latinos se encontravam, visto que a lei da sobrevivência exigia que os inúteis fossem eliminados, bem como as nações “anacrônicas” submeter-se-iam as mais adiantadas (BIAGINI, 2001, p. 15).

No âmbito desses debates, as teorias sobre a inferioridade e a decadência da raça latina não ficaram sem respostas. Diversos intelectuais, adeptos do latinismo, se empenharam em demonstrar o contrário do que era afirmado a respeito da raça latina, destacando suas virtudes. O uruguaio Victor Arreguine (1863-1924), por exemplo, publicou, em 1900, a obra *En qué consiste la superioridad de los latinos sobre los anglosajones*, na qual fazia um juízo depreciativo dos ingleses e exaltava a raça latina.

Dentro do ramo latino abriu-se espaço para a exaltação da raça ibérica, associada à nobreza, à honradez e à generosidade. O chileno Alberto del Solar (1860-1920), por ocasião da guerra hispano-americana, em 1898, se levantou contra a doutrina Monroe, que designava como um simples instrumento do destino manifesto ianque. Solar estabeleceu diferenças entre a Espanha e os Estados Unidos, caracterizando o país ibérico como descobridor de mundos e civilizador de raças. A Espanha, por sua generosidade, de acordo com o autor, foi capaz de oferecer seu sangue, sua religião, sua astúcia e suas leis e ao transmitir tudo isso, acabou transferindo “parte de su propia vida”, debilitando suas forças e consumindo a si mesmo. Em contraposição, os Estados Unidos são caracterizados como um país soberbo e ingrato, que olharia os vizinhos do Sul, como semisselvagens, “después de recibir de aquella a quien hiera hoy, el beneficio de la existencia

³ “Higiene Racial” e “Ciência do aperfeiçoamento humano” foram algumas formas utilizadas para se referir à eugenia, movimento científico e social que se desenvolveu na Europa em fins do século XIX e início do XX, e que logo ganharia ampla adesão na América.

en el suelo donde mora, viven allí destinados a desarrollarse a expensas de todo lo que le circunda” (SOLAR *apud* BIAGINI, 2000, p. 52).

Muitas obras publicadas nesse período procuraram explicar a difícil situação em que os países de origem latina se encontravam, devido as derrotas sofridas frente a países anglo-saxões, como: a Guerra Franco-Prussiana (1871); a guerra da Itália na Etiópia (1896);⁴ o *ultimatum* inglês de 1890 que colocou fim ao projeto português de um grande império na África austral, da costa atlântica à costa do Índico (MATOS, 2001, p. 150) e; em 1898 a derrota espanhola para os Estados Unidos. Tais acontecimentos foram percebidos como evidências da inferioridade latina. Em um momento em que a dicotomia entre as raças era corrente, fazer parte de uma ou outra raça trazia implicações significativas. Esse debate não ficou limitado às fronteiras europeias, logo ganhou espaço em terras americanas. Por um lado, contava com um grande representante da raça anglo-saxônica, que vinha despontando como potência imperialista, e por outro, com outras dezenas de representantes da raça latina, que naquele período, de acordo com algumas interpretações, parecia confirmar a decadência dessa raça.

Apresentado, em linhas gerais, o debate intelectual que perpassou o século XIX e início do XX, examinaremos adiante as implicações da guerra hispano-americana no desenrolar dessa discussão. Mostraremos também como a vitória norte-americana sobre a Espanha contribuiu para a retomada das relações entre os países hispano-americanos e a ex-metrópole, o que levaria posteriormente, ao surgimento da *hispanidad*, vista como uma expressão das ideias raciais.

A “hispanidad”

Os avanços científicos no século XIX permitiram que temas envolvendo a disputa de raças ganhassem amplo espaço nas esferas política e intelectual, tanto na Europa quanto na América. O debate travado entre

⁴ A derrota da Itália na Batalha de Adwa, em 1896, pela Etiópia, também fortaleceu a ideia da decadência da raça latina.

os defensores da raça latina e os da raça anglo-saxônica teve uma influência significativa na produção de vários intelectuais da época. Naquele momento em que alguns países da Europa se encontravam em crise, em meio à luta pela emancipação do Caribe e ao receio da política expansionista norte-americana, intensificaram-se as conjecturas acerca da superioridade ou inferioridade dos povos latinos frente aos anglo-saxões.

Na América, em fins do século XIX, a Espanha ainda conservava como colônias Cuba e Porto Rico, que embora houvesse décadas lutassem pela independência, ainda permaneciam sobre o domínio espanhol.⁵ Em 1895 explodiu mais uma revolta em Cuba, liderada por José Martí (1853-1895), que pereceu nos primeiros meses de luta. A guerra se estenderia por mais três anos, até que os Estados Unidos intervissem. Logo da entrada do “gigante do norte”, a Espanha foi facilmente vencida. Além de perder as últimas possessões na América, o país ibérico, no tratado de Paris, assinado em dezembro de 1898, teve que renunciar também a Ilha de Guam e as Filipinas no Pacífico. Após essa derrota, surgiu na Espanha um grupo de intelectuais que ficaram conhecidos como a “Geração de 98” ou regeneracionistas.⁶

Essa geração foi marcada pelo pessimismo e surgia em um momento em que a palavra intelectual ganhava novos significados, principalmente na Espanha e na França, onde homens de ciência e cultura começavam a intervir no debate público por meio de manifestos e da imprensa.⁷ A geração de 98, diante do *desastre*, maneira como se referiam à derrota espanhola, procurou analisar as causas da catástrofe que se abatera sobre o antigo império, isto é, o que teria levado a Espanha à situação de decadência que se encontrava.

⁵ A respeito da guerra hispano-cubano-norte-americana ver o trabalho de Manuel Moreno Fraginals que aponta importantes antecedentes das relações de Cuba com a Espanha, antes de 1895. Esse autor chama a atenção para que a guerra de 1898 não foi apenas um conflito entre Espana e Estados Unidos, mas uma guerra que ocorreu em meio a outra guerra (MORENO FRAGINALS, 2004, p. 15).

⁶ Cabe ressaltar que muitos intelectuais que foram associados a esta geração negavam a existência da mesma.

⁷ Essa mudança na palavra intelectual guarda relação com o conhecido caso Dreyfus, que levou intelectuais a se manifestarem publicamente, a partir da carta de Emile Zola, *J'accuse* dirigida ao então presidente da França, Félix Faure, em 13 de janeiro de 1898, no jornal *L'Aurore* (MARROYO, 2000, p. 134).

Nessa perspectiva, os intelectuais espanhóis, diante da crise na qual a Espanha se viu envolvida, se uniram tendo em vista a regeneração de seu país. Essa regeneração viria, segundo eles, através da modernização, sem, contudo, negar a identidade. Além das condições materiais, tais intelectuais propunham uma regeneração espiritual da raça hispânica, entendida em um viés cultural, daí a defesa da *hispanidad*.⁸ Dentre os nomes associados a esta geração estão: Miguel de Unamuno (1864-1936), Ramiro de Maeztu (1875-1836), José Martínez Ruiz (1873-1967) (conhecido como Azorín), Angél Ganivet (1865-1898), Antonio Machado (1875-1939) e José Ortega y Gasset (1883-1955) (CAPELATO, 2003, p. 39-40).

A guerra hispano-americana acabou tendo efeitos paradoxais na América Latina. Se por um lado a derrota espanhola fazia com que se intensificassem as propostas de adoção do modelo de desenvolvimento norte-americano, por outro, também contribuiu para a criação de uma imagem negativa dos Estados Unidos, e levou a uma aproximação entre os países hispano-americanos e a Espanha. Desde as guerras de independência as relações entre os dois lados do Atlântico estavam estremecidas. Segundo Eduardo Devés (2001, p. 33), a definição de um inimigo comum propiciou o surgimento de uma rede de solidariedade que criava laços de identidade mediante sensibilidades comuns.

Dessa forma, a guerra hispano-americana, em 1898, de acordo com Mónica Quijada, acentuou ainda mais a polaridade entre latinos e anglo-saxões, o que revelou uma grande capacidade convocatória. Diversos atos públicos e levantamentos populares foram realizados em “defesa da latinidade”. O centro das discussões na época não era a independência cubana, mas a oposição Espanha/Estados Unidos, latinos/anglo-saxões (QUIJADA, 1997, p. 596). O jornal colombiano *El Vigía*, em abril de 1898, afirmara em apoio à Espanha que:

el hecho de que la barbarie, la corrupción y la anarquía se hayan colocado del lado de España, no [les] impide rendir homenaje a la heroica nación y desear su victoria.

⁸ Sobre a *hispanidad* e a geração de 1898 ver: CAÑELLAS (2011).

Que Cuba sea libre, pero que España nunca perezca (*El Vigía apud QUIJADA*, 1997, p. 602).

Para Antonio Mitre (2010, p. 219), a derrota espanhola teria levado a geração de 1898 a um “ato de introspecção e reflexão circunstanciada sobre as causas da catástrofe”. E, a partir disso, surgiram correntes hispano-americanistas que tinham em vista a valorização da antiga metrópole, o que contribuiu para um intercâmbio de ideias entre as ex-colônias e a ex-metrópole. Formava-se assim uma rede que estimulava o contato entre os intelectuais hispano-americanos e espanhóis permitindo um intenso diálogo. O proeminente poeta nicaraguense Ruben Darío (1867-1916), correspondente do jornal argentino *La Nación*, em 1898 viajara à Espanha e, no caminho, exaltou a antiga metrópole em uma crônica:

De nuevo en marcha, y hacia el país maternal que el alma americana – americano-española – ha de saludar siempre con respeto, ha de querer con cariño hondo. Porque si ya no es la antigua poderosa, la dominadora imperial, amarla el doble; y si está herida, tender a ella mucho más (*DARÍO apud DEVÉS*, 2001, p. 23).

Lá, entrou em contato com Miguel de Unamuno, que foi um dos regeneracionistas que mais contribuíram para a rede de intelectuais que se formara. Esse escritor, na primeira década do século XX, se correspondia com vários hispano-americanos, comentava suas obras e estimulava a circulação dessas e de pessoas interessadas pelo tema ibérico e americano (*DEVÉS*, 2001, p. 24). Ele também contribuiu para a divulgação de obras americanas na Espanha, que na época eram vistas com desconfiança e desprezo por muitos dos seus conterrâneos. Pío Baroja, associado à geração de 1898, escrevera de modo desrespeitoso sobre o Novo Mundo. Este autor deixou claro a falta de simpatia que sentia tanto pelos hispano-americanos, quanto por sua produção intelectual. Fez críticas à Sarmiento, Manuel Ugarte, José Ingenieros e Ricardo Rojas, declarando: “*¿Qué oleada de vulgaridad, snobismo, chabacanería nos há venido de América?*” (*BAROJA apud ALAZRAKI*, 1996, p. 756).

Unamuno não compartilhava dessa opinião, incentivou a unidade do “mundo hispânico” e defendeu a existência de laços sanguíneos entre a Espanha e a América Hispânica, ressaltando a importância de que se conhecessem mutuamente e os benefícios que poderiam sobrevir com a aproximação espiritual entre as duas margens do Atlântico. Rafael Altamira (1866-1951) também estimulou a aproximação e o desenvolvimento de políticas culturais, com o intuito de recuperar o prestígio espanhol nas antigas colônias, persuadindo-as da “possibilidade de conviver espiritualmente” (DEVÉS, 2001, p. 31).

Por quase um ano, entre 1909 e 1910, Rafael Altamira proferiu conferências na Argentina, Uruguai, Chile, Peru, México e Cuba, entrevistou-se com personalidades da cultura e da política, entrevistou especialistas americanos sobre metodologia da história, aspectos jurídicos, organização universitária, reforma social e temas variados de história da Espanha. Também transmitiu todas as reflexões e realizações reformistas levadas a cabo na Universidade de Oviedo, de onde procedia, com o desejo de mostrar uma Espanha moderna e insistindo no interesse isento de quaisquer resquícios de colonialismo da Espanha pela América (CALLE VELASCO, 2004, p. 157).

Essa insistência em deixar claro uma amizade desinteressada por parte da Espanha, pode estar ligada ao fato de que ainda, em 1864, esse país não reconhecia o Peru como nação independente.⁹ Nesse momento ocorreu um conflito entre o país andino e a ex-metrópole quando uma esquadra militar espanhola capturou as ilhas guaneras de Chincha, sob o argumento de que a justiça peruana teria sido negligente em relação a um incidente, ocorrido, no ano anterior, na fazenda de Talambo. Nesse episódio, um trabalhador espanhol foi assassinado e outros quatro ficaram feridos em uma agressão que, segundo a Espanha, teria sido promovida pelo fazendeiro. Além disso, esse país reivindicava dívidas não pagadas pelo Peru à Real Hacienda espanhola, antes da independência. As negociações desse conflito foram longas e tensas (CONTRERAS; CUETO, 2013, p. 153).

⁹ Apesar de a trégua na guerra ter ocorrido em 1826.

O Peru acabou cedendo a muitas das exigências espanholas, inclusive o reconhecimento da dívida de décadas antes, através do Tratado Vivanco-Pareja. Em função disso, houve uma revolta armada liderada pelo coronel Mariano Ignacio Prado Ochoa (1826-1901). O novo governo não reconheceu o Tratado firmado com a Espanha e em aliança com o Chile, que também fora ameaçado pela esquadra espanhola, declararam guerra à antiga metrópole, em 1866. Não demorou e Equador e Bolívia também se uniram ao Peru e ao Chile. Poucos meses depois, a Espanha se retirou do conflito, mas antes bombardeou os portos de Valparaíso, no Chile e de Callao, no Peru (CONTRERAS; CUETO, 2013, p. 155).

Tal conflito fez com que reacendessem as desconfianças das ex-colônias espanholas em relação a ex-metrópole. Em um momento em que o imperialismo europeu, principalmente na África e Ásia, deixava os países latino-americanos alertas em relação aos perigos que também poderiam sobrevir para esse continente.¹⁰ Não por acaso, em alguns momentos a *hispanidad* foi percebida com desconfiança por parte de intelectuais latino-americanos, o cubano Fernando Ortiz (1881-1969), por exemplo, criticou a Rafael Altamira e outros intelectuais comprometidos com o hispano-americanismo. Para ele, a Espanha tinha um projeto “neoimperialista”, embora ressaltasse que se tratava de um “neoimperialismo manso” por ser apenas intelectual e econômico (CALLE VELASCO, 2004, p. 158).

Contudo, após a derrota espanhola, segundo Devés, a imagem que a Espanha passou a ser vista pelos hispano-americanos estava associada a um país humilhado, enfermo e decadente. O que teria levado a uma mudança na percepção da antiga metrópole, tornando-a mais acessível e mesmo sensível. Com efeito, por ocasião da guerra, a Argentina, o Chile e o Uruguai, em solidariedade à Espanha, ofereceram homens e dinheiro para auxiliar no conflito, apesar dos governos dos respectivos países terem procurado se manterem neutros. A opinião pública, contrariando essa neutralidade, fez atos e buscou levantar fundos para ajudar o país ibérico (DEVÉS, 2001, p. 23).

¹⁰ Muitos escritores do período chamaram a atenção para isso desde o final do século XIX, entre eles o cubano José Martí e o venezuelano César Zumeta e, no século XX, o brasileiro Manoel Bomfim e o peruano Francisco García Calderón.

No dia 2 de maio de 1898, ocorreu um ato no Teatro Victoria de Buenos Aires, que tinha em vista tanto repudiar a intervenção estadunidense na guerra, quanto levantar fundos de ajuda à Espanha. Esse ato iniciou com o hino nacional argentino, foi seguido pela Marselhesa, as Marchas Reais da Itália e da Espanha, o prelúdio de “La Dolores” e a Marcha de Cádiz. Roque Sáenz Peña e Paul Groussac se pronunciaram e escreveram versos que foram lidos pelo Cônsul italiano, intitulado “Per la Spagna, canzone di guerra” proclamando a Espanha como herdeira da grandeza de Roma (QUIJADA, 1997, p. 596).

Júlio Sánchez Gómez analisou, por meio dos jornais da época, como a imprensa na América Latina percebeu a guerra hispano-americana. Em jornais da Colômbia, do Uruguai e da Argentina, entre os anos de 1898 e 1906, houve muitas demonstrações de apoio à Espanha e rechaço aos Estados Unidos.¹¹ Diferente do que aconteceu no Brasil, onde a imprensa foi majoritariamente favorável aos Estados Unidos (SÁNCHEZ GÓMEZ, 2004, p. 174).

À medida que o sentimento de solidariedade para com a Espanha surgia, a imagem negativa dos Estados Unidos era reforçada, juntamente com a percepção de que eles representariam uma ameaça à soberania das nações latino-americanas. Nesse período, houve um intenso intercâmbio entre os escritores, muitos vieram para a América Latina como os espanhóis Unamuno, Valle Inclán, Maeztu, Rafael Altamira e Ortega y Gasset, ao mesmo tempo em que os hispano-americanos Manuel Ugarte, Ricardo Rojas, Rufino Blanco Fombona, Alcides Arguedas, Manuel Gálvez e Alfonso Reyes, viajaram ou se instalaram na Espanha.

Surgiram obras de ambos os continentes que destacavam o espiritualismo da América Latina em relação ao materialismo norte-americano. O já citado poeta modernista Rubén Darío na obra *Cantos de Vida y Esperanza* (1905) exaltou em alguns poemas a antiga metrópole e relegou aos Estados Unidos o papel de antagonista. Nesse sentido, Darío abria espaço para uma nova atitude americana frente às ameaças históricas do “Colosso do Norte”.

¹¹ Sánchez Gómez analisou principalmente os jornais *La Nación*, *La Democracia*, *El Día* do Uruguai; *La Nación* da Argentina; *El Espectador*, *El Porvenir* da Colômbia; *La Opinión Nacional* do Peru; *Jornal do Comércio* do Brasil.

A obra de José Enrique Rodó, *Ariel* (1900), uma das mais famosas, trouxe novamente a polaridade entre as raças. No entanto, em um viés diferenciado no qual as raízes ibéricas eram valorizadas e tomadas como elemento importante constitutivo da identidade latino-americana (GOUVEIA, 2012).

Ao mesmo tempo que em alguns intelectuais propunham a valorização da tradição ibérica, incentivavam uma mudança no comportamento dos latino-americanos, de modo a acabar com o sentimento de inferioridade e pessimismo em relação aos Estados Unidos. Essa frustração refletia as emoções de uma época em que proliferavam análises acerca da condição patológica do continente (AINSA, 2001, p. 103).

É importante ressaltar que Monica Quijada se opõe as análises que atribuem ao *desastre* a dissolução da última barreira que impedia o contato entre Espanha e América Hispânica,¹² e as proposições que defendem 1898 como um divisor de águas nas relações entre elas. De acordo com a autora, essa aproximação já vinha ocorrendo desde os anos de 1870. Em sua opinião, o que teria caracterizado o discurso que se produziu em torno da guerra foi exatamente a racialização extrema das dicotomias, tanto na América como na Europa. Para a autora o conflito entre o país ibérico e os Estados Unidos passou a ser visto como um combate entre duas raças, consideradas antitéticas (QUIJADA, 1997, p. 596).

Para essa autora, sem uma visão racializada da guerra, dificilmente ter-se-ia dado a aproximação afetiva de boa parte da América com a Espanha, até mesmo com os setores liberais daquela primeira, os quais eram, tradicionalmente, anti-hispânicos. Tal aproximação substituiu os termos do debate. O eixo da discussão passou a versar sobre as possibilidades de cada uma das duas raças, não só elevar-se com a vitória na guerra, mas também prosseguir e/ou liderar o caminho da civilização (QUIJADA, 1997, p. 596).

De toda maneira, se o *desastre* não foi determinante para a retomada das relações entre essa intelectualidade, ele seguramente as intensificou e fortaleceu. Expressão disso é a vinda de espanhóis, ligados à geração

¹² Juan García Pérez afirma que a vitória norte-americana sobre a Espanha fez desaparecer os últimos obstáculos que existiam para a aproximação da antiga metrópole com as ex-colônias (PÉREZ, 2000, p. 104).

de 1898, para a América e a maior divulgação da produção cultural dos hispano-americanos na Espanha.

O *desastre*, na concepção de Maria Helena Capelato (2003, p. 36), produziu uma mudança nos olhares recíprocos, que levaria, mais tarde, à construção do conceito de *hispanidad*, fortemente carregado de significado ideológico. Tal mudança e a aproximação entre os intelectuais, contudo, também tinha seu lado questionável. Interesses políticos e ideológicos resultaram na produção de um discurso de exaltação nacionalista que, em 1918, pela primeira vez, apresentou a *hispanidad* como comunidade espiritual imaginada entre a Espanha e a América. Tal ideia acabou servindo de justificativa para projetos antidemocráticos, orientando a formação de grupos nacionalistas de extrema direita dos dois lados do Atlântico (CAPELATO, 2003, p. 45).

No século XX a *hispanidad* foi conquistando um importante lugar nas discussões. Para Miguel Rojas Mix (2000, p. 42) a *hispanidad* se constituiu como uma tradição paradoxal oriunda da frustração e da crise de identidade que se seguiu ao *desastre*. Esta crise acabou por incumbir a geração de 98 da reconstrução do *homo hispanicus*. Unamuno definiu como traços representativos do povo espanhol a moderação, a acuidade, o sentido de honra, a lealdade e o estoicismo. Outros intelectuais, empenhados nessa missão de reconstruir a identidade hispânica, acrescentaram a eles o anti-materialismo e o individualismo, como traços distintivos. No conjunto, tais características serviriam para corroborar a “comunidade de raça” entre espanhóis e hispano-americanos.

A obra *Me duele España* de Unamuno, segundo Rojas Mix (2000, p. 42) “reflejaba el deseo de terminar con la constante decadencia en que se había vivido” e também “afrentar el desafío de la modernidad”. Diante disso, se a *hispanidad* era tomada como a essência do hispânico sua conservação representaria, conforme foi posteriormente destacado por Ramiro de Maeztu, a reestruturação do Império Espanhol, abarcando, por conseguinte, a Espanha e sua descendência (ROJAS MIX, 2000, p. 42).

A guerra de independência cubana, longe de apartar os hispano-americanos da Espanha, promoveu a aproximação entre eles. A intervenção norte-americana, nessa perspectiva, foi percebida como agressão não só à Espanha, mas a todas as nações que compartilhavam dessa mesma língua e tradição. Foi neste cenário que muitos intelectuais latino-americanos

consideraram as agressões à Espanha pelos Estados Unidos como sendo direcionada a toda América Hispânica, nas palavras de Leopoldo Zea (2000, p. 8) “cuya sangre y cultura enraizaba en la nación agredida”. A partir de então, os Estados Unidos foram apresentados como o verdadeiro perigo para a América, e tentou-se substituir a presença política da Espanha – já inviável nesse período – pela sua presença espiritual.

Miguel de Unamuno, em artigo publicado em 1917, intitulado *La Hermandad Hispánica*, censurara a prática recorrente em perceber os países hispano-americanos como afiliados à Espanha. O filósofo espanhol assinalou a necessidade de tratar os países da América Espanhola como nações “hermanas” uma vez que, para ele, o patrimônio espiritual não era legado e sim algo que todas as nações ligadas à Espanha desfrutariam de igual maneira (UNAMUNO, 2001, p. 20).

Maeztu foi um dos principais divulgadores da ideia de *hispanidad*. Em 1927 mudou-se para a Argentina, onde atuou como embaixador. Participou da fundação do jornal *Nueva República*, ligado a extrema direita.¹³ Em 1934, publicou *En defensa de la Hispanidad* obra que trazia uma reflexão sobre a história espanhola e destacava a importância desta nação no mundo. Os partidários na América da *hispanidad* acabaram por privilegiar o termo hispano-americano em detrimento do latino-americano, pois, para eles, o último era demasiado revolucionário e remetia também à influência francesa. Portanto, para os defensores da *hispanidad* o vocábulo “hispano-americano” expressaria melhor a identidade dos povos desta parte do continente.

Assim, o ideário hispanista partiu em defesa de uma identidade comum entre a Espanha e suas ex-colônias na América, de maneira que os traços existentes entre elas configurariam uma civilização hispânica diferente de outras civilizações, como por exemplo, da anglo-saxônica (BEIRED, 2006, p. 1). Logo, a *hispanidad*, surgida no momento em que os debates raciais tornavam-se mais polarizados, em decorrência do resultado da guerra hispano-americana, acabaria atuando como um elemento identificador e integrador entre Espanha e América Hispânica.

¹³ Em 1930, os editores deste jornal chegaram ao poder com o golpe militar de José Félix Uriburu que governou a Argentina de 1930 a 1932 (ROJAS MIX, 2000, p. 45).

Referências

- AINSA, Fernando. Ariel, uma leitura para o ano 2000. *Cuadernos Hispanoamericanos*, n. 613-614, 2001.
- ALAZRAKI, Jaime. Unamuno Crítico de la Literatura Hispanoamericana. *Hispania*, v. 49, n. 4, 1966.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- BEIRED, José Luis Bendicho. Hispanismo: um ideário em circulação entre a Península Ibérica e as Américas. *Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Campinas, 2006.
- BIAGINI, Hugo. *Lucha de ideas en nuestra América*. Buenos Aires; Leviatan, 2000.
- _____. Finales de siglo: contexto ideológico. In: ZEA, Leopoldo; SANTANA, Adalberto (Comp.). *El 98 y su impacto en Latinoamérica*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- CALLE VELASCO, María Dolores de la. Hispanoamericanismo. De la fraternidad cultural a la defensa de la Hispanidad. In: VEGA, Mariano de; MARTÍN, Francisco; MORALES MOYA, Antonio. *Jirones de Hispanidad: España, Cuba, Puerto Rico y Filipinas en la perspectiva de dos cambios de siglo*. España: Ediciones Universidad de Salamanca, 2004, p. 150-172.
- CAÑELLAS, Antonio (Coord.). *América y la Hispanidad: historia de un fenómeno cultural*. España: Ediciones Universidad de Navarra, S.A. Pamplona, 2011.
- CAPELATO, Maria Helena. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. *História*, São Paulo, v. 22, p. 35-58, 2003.
- CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. *Historia del Perú Contemporáneo: desde las luchas por la independencia hasta el presente*. 5. ed. Lima: IEP; PUCP; Universidad del Pacifico. CIUP, 2013.
- DEVÉS, Eduardo. El pensamiento latinoamericano entre la última orilla del siglo XIX y la primera del siglo XXI. In: ZEA, Leopoldo; SANTANA, Adalberto (Comp.). *El 98 y su impacto en Latinoamérica*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

- GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GOUVEIA, Regiane. *O Enigma Latino-Americano: formação de identidades e polarizações entre América Latina e Estados Unidos nos escritos de Martí e Rodó*. Dissertação (Mestrado em História) - Pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012.
- GUMFLOWICZ, Ludwig. *La Lucha de las Razas*. Madrid: La España Moderna, 1939.
- LE BON, Gustave. *Leis psicológicas da evolução dos povos*. Lisboa: Edição da Typografia de Francisco Luiz Gonçalves, 1910.
- MARROYO, Fernando Sánchez. 1898: guerra colonial, crisis nacional y tensiones sociales”. In: ZEA, Leopoldo; MAGALLÓN, Mario (Comp). *1898 ¿Desastre o reconciliación?* México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- MATOS, Sergio Campos. A guerra hispano-americana (1898): repercussões em Portugal”. *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, v. II, p. 149-161, 2001.
- MITRE, Antonio F. Estado, Nação e Território na Bolívia Oligárquica, 1850-1914. In: PAMPLONA, Marco Antônio; MÄDER, Maria Elisa (Org.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Peru e Bolívia*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- MIX, Miguel Rojas. La Generación del 98 y la idea de América. In: ZEA, Leopoldo; MAGALLÓN, Mario (Comp). *1898 ¿Desastre o reconciliación?* México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- MORENO FRAGINALS, Manuel. España, Cuba y guerra hispano-cubana-norteamericana. In: VEGA, Mariano de; MARTÍN, Francisco; MORALES MOYA, Antonio. *Jirones de Hispanidad: España, Cuba, Puerto Rico y Filipinas en la perspectiva de dos cambios de siglo*. España: Ediciones Universidad de Salamanca, 2004.
- PÉREZ. Entre el ‘imperialismo pacífico’ y la Idea de “fraternidad hispanoamericana”: algunas reflexiones sobre la imagen de América Latina en la España de fines del siglo XIX. In: ZEA, Leopoldo; MAGALLÓN, Mario (Comp). *1898 ¿Desastre o reconciliación?* México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

- QUIJADA, Mónica. Latinos y anglosajones. El 98 en el fin de siglo sudamericano. *Hispania*, 1997, v. LVII/2, n. 196, 1997.
- RAMOS, Jair de Souza; MAIO, Marcos Chor. Entre a riqueza natural, a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça como Questão: História, Ciência e Identidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.
- SÁNCHEZ GÓMEZ, Julio. Hermana mayor o enemiga: Latinoamérica frente a Estados Unidos en el cambio de siglo (1898-1906). In: VEGA, Mariano de; MARTÍN, Francisco; MORALES MOYA, Antonio. *Jirones de Hispanidad: España, Cuba, Puerto Rico y Filipinas en la perspectiva de dos cambios de siglo*. España: Ediciones Universidad de Salamanca, 2004. p. 173-215.
- SPENCER, Herbert. *Do Progresso: sua lei e sua causa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1939.
- STEPAN, Nancy. “*A hora da eugenia*”: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- UNAMUNO, Miguel de. *Miguel de Unamuno: Americanidad*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 2001.
- WEINBERG, Liliana. Intelectualidad e inteligencia. In: GALEANA, Patricia (Comp.). *Latinoamérica en la consciencia europea. Europa en la consciencia latinoamericana*. México, FCE, 1999.
- ZEA, Leopoldo. 1898, Latinoamérica y la reconciliación iberoamericana. In: ZEA, Leopoldo; MAGALLÓN, Mario (Comp.). *1898 ¿Desastre o reconciliación?* México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

*Hispanismo e Indigenismo: visões sobre a nação peruana**

GRAZIELA MENEZES DE JESUS**

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: O Indigenismo e o Hispanismo foram movimentos políticos e intelectuais da América Latina no século XX que, atingiram seu auge no contexto de formação das identidades nacionais latino-americanas. Neste artigo temos como objetivo apresentar uma breve consideração sobre o indigenismo e o hispanismo peruano, destacando como esses movimentos atuaram no debate sobre a formação da identidade nacional no Peru.

Palavras-chave: Indigenismo; Hispanismo; Peru.

Abstract: The Indigenism and Hispanism were political and intellectual movements in Latin America during the twentieth century, reached its peak in the context of constitution of Latin American national identities. In this article we attempt to present a brief consideration of the Peruvian indigenous and hispanism, highlighting how these movements acted in the debate on the formation of national identity in Peru.

Keywords: Indigenism; Hispanism; Peru.

* Recebido em 27 de julho de 2015 e aprovado para publicação em 04 de setembro de 2015.

** Doutora em História Social das Relações Políticas na Universidade Federal do Espírito Santo. Título da pesquisa: “No soy un aculturado”: Identidade Nacional e Indigenismo nas obras de José María Arguedas. Bolsista da CAPES. E-mail: grazimenezes17@gmail.com.

Quando pensamos em identidades nacionais, nos referimos a um sistema de representação cultural, construído historicamente e, principalmente, pautado por um conjunto de significados que inclui outros tipos de identidade. Concordamos com Stuart Hall (2005, p. 49), e partimos do pressuposto de que a nação “não é apenas uma entidade nacional política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural”.

As identidades nacionais também são as representações que construímos sobre as mesmas, nesse sentido, nosso breve artigo tem como objetivo apresentar as considerações que o Hispanismo e o Indigenismo fizeram sobre a identidade nacional peruana entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Para Karen Sanders a construção da nação peruana é algo complexo uma vez que, assim como no México, o Peru tinha a tarefa de articular a memória e sobrevivência do passado indígena com a herança colonial (1997, p. 163). Os primeiros debates a respeito de uma identidade nacional peruana surgiram no final do século XVIII, a partir da *Sociedad Economica de Amigos de Lima* e de periódicos como o *Mercurio Peruano* (SANDERS, 1997, p. 163). Os membros desse grupo estavam inseridos numa tradição, chamada por David Brading de “patriotismo *criollo*”, na qual a identidade patriótica surge a partir do ressentimento em relação aos espanhóis.

Assim como Benedict Anderson (1989), Brading acredita que a identidade foi fomentada pela viagem dos funcionários *criollos*, circunscritos a um mundo americano, no qual o fato de terem nascido na América os condenava a uma diferença em relação aos peninsulares (1991, p. 420). Nesse contexto os primeiros indícios de uma identidade nacional estavam mais relacionados a uma dissociação da Espanha, do que com um debate interno, em cada um dos novos estados que foram formados.

Sanders afirma que o sentido da nação peruana foi moldado pelos *criollos* a partir das heranças coloniais. A autora argumenta que por mais que alguns grupos estivessem preocupados com uma nacionalidade independente a maioria considerava importante manter os laços imperiais, uma vez que a concepção de pátria como terra dos pais, foi um importante componente nesse primeiro debate (1997, p. 165).

É bem provável que o momento mais crítico do debate sobre o papel dos indígenas no Peru ocorreu no início do século XX, no contexto posterior à Guerra do Pacífico (1879-1883).

A Guerra do Pacífico também conhecida como Guerra do Salitre ocorreu quando o Chile ocupou parte do litoral boliviano, para explorar salitre, sem pagar os impostos à Bolívia. Em função do Tratado de Alianza Defensiva, firmado em 1873, o Peru entra na Guerra para apoiar o governo boliviano e, sai derrotado (CONTRERAS; CUETO, 2007, p. 162).

Como destaca Ugarte Díaz (2014, p. 160) a Guerra do Pacífico colocou em evidência os problemas da fronteira entre Chile e Bolívia, bem como as questões referentes a exploração de sal e minérios.

Com a queda de riquezas geradas pela exploração do guano, o salitre converteu-se na principal opção de substituto econômico no Peru. O conflito terminou com a vitória chilena, que anexou os territórios em disputa, ocupou Lima e o Peru por três anos e manteve sob sua soberania os territórios de Tacna e Arica até 1929. A Bolívia perdeu Antofagasta e sua saída para o mar, enquanto que o Peru perdeu Tarapacá, provocando um aprofundamento da crise social, econômica e política (BURGA, 2005, p. 164).

A derrota para o Chile possibilitou a emergência do discurso de Gonzáles Prada no cenário político peruano, afirmando que a falta de integração das populações indígenas era a principal razão do fracasso na guerra (URIARTE, 2010).

A derrota peruana na chamada “Guerra del Pacífico” (1879-1883) serviu para que Manuel Gonzáles Prada se perguntasse sobre o porquê da pátria não ter sido defendida. Respondeu-se: “Si del indio hicimos un siervo, ¿qué patria defenderá?”. Assim, a derrota foi explicada pela situação servil do índio, pela fragmentação, divisão e oposição das duas partes que compunham o Peru: índios (ou dominados) e brancos (ou dominantes). O dualismo, desde 1888, erigiu-se como ponto de partida para definir o Peru e seus problemas, e o índio tornou-se o “verdadeiro” peruano (URIARTE, 2010).

Para Manuel Burga (2005, p. 164), o discurso de Gonzáles Prada denuncia não só o fracasso da *Nación Criolla*, como também a ausência de um projeto nacional no Peru. Inaugura-se nessa época uma série de debates nacionalistas.

A guerra contra o Chile impulsionou o patriotismo peruano e demonstrou a necessidade de consolidar o Estado centralizado e principalmente a nação. Nesse contexto, o governo de Cáceres (1886-1890), foi considerado o iniciador do período nacional, ou seja, a construção de um projeto nacional que ultrapassou o patriotismo *criollo* (BURGA, 2005, p. 164).

A chegada de Augusto Leguía ao poder não significou, à primeira vista, uma mudança do projeto político uma vez que Leguía se manteve no poder por onze anos (1919-1930), atuando como representante dos antigos interesses oligárquicos e oscilando entre políticas populistas e autoritárias. Entretanto o impacto da derrota para o Chile obrigou-o a reformular vários aspectos da política peruana, principalmente no sentido de abrir possibilidades para a ascensão social e enriquecimento de novos setores médios e burgueses (TUR DONATI, 1993, p. 159). Se a mudança não estava consolidada, sem sombra de dúvidas, iniciava-se uma nova fase na história política peruana.

Leguía anunciava seu segundo governo¹ como uma nova fase de modernização no Peru: a *Patria Nueva*. O que isso significou? Em termos de políticas públicas a *Patria Nueva* foi o início de políticas orientadas para o desenvolvimento/integração das comunidades camponesas e indígenas, ou seja, foi o início do processo de modernização do mundo andino.

O desafio não era fácil, uma vez que de acordo com Flores Galindo e Manuel Burga (1981, p. 133), o mundo andino nunca foi um espaço monolítico e homogêneo, pelo contrário, era heterogêneo e composto por vários grupos de poder que, muitas vezes, disputavam entre si.

Deste modo, as políticas públicas deveriam ser acompanhadas por investigações sobre o mundo andino e suas contradições, papel assumido pelos intelectuais hispanistas e indigenistas.

¹ Antes do oncenário, Leguía havia sido presidente do Peru de 1908 a 1912.

En efecto, el oncenio Leguía se caracterizó por la aprobación de una nueva Constitución, por la realización de grandes obras públicas, la reorganización del sistema bancario y fiscal, el desarrollo de los organismos de seguridad estatal, un sistema de instrucción pública más extendida y – para financiar todo este desarrollo – por la entrada masiva del capital extranjero y, sobre todo, norteamericano (SANDERS, 1997, p. 177).

O governo Leguía iniciou um processo de mudanças que, em médio prazo, proporcionou o crescimento do mundo urbano limenho, principalmente no que diz respeito a uma cultura letrada, uma vez que o crescimento do sistema educacional favoreceu também o aumento da produção escrita (DESTUA e RÉNIQUE, s/d, p. 2).

O debate iniciado durante essa época foi fundamental para a construção da identidade nacional peruana e para a consolidação da ideia de que um projeto nacional homogêneo era inviável porque o Peru estava dividido em dois: Lima, que representava a costa e a cultura herdada pelos espanhóis e; Cuzco, região serrana e base da cultura indígena. Urpi Montoya Uriarte afirma que esse esquema dualista estava assentado em sete pressupostos:

- 1) O Peru como um país dividido em duas culturas: a indígena e a ocidental;
- 2) A crença de que cada um desses universos era homogêneo, uniforme e imutável de modo que as suas fronteiras seriam intocáveis e intransformáveis;
- 3) A oposição, a cisão, o enfrentamento e a violência seriam as principais formas de comunicação entre esses dois universos;
- 4) Os indivíduos seriam culturalmente unívocos: ou ocidentais, ou indígenas;
- 5) Crença no determinismo racial e geográfico;
- 6) Os sujeitos do presente eram considerados monolíticos, ou seja, incapazes de mudar ou pertencer a diversos grupos culturais simultaneamente;
- 7) A crença de que a distância entre essas culturas era uma distância temporal, deste modo, os indígenas seriam os atrasados e os ocidentais os modernos (URIARTE, 1997, p. 18-19).

O dualismo cultural deu a tônica aos debates. O despertar desse novo estado pode ser mapeado em diversos campos. Interessa-nos as representações que foram elaboradas nos meios intelectuais, principalmente a polêmica entre Hispanistas e Indigenistas.

Os Hispanistas e a regeneração do índio

O pensamento de Gonzáles Prada foi rebatido pela chamada Geração dos 900, também conhecida como Hispanistas pelo elogio à herança hispânica. A Geração dos 900 era formada por um grupo de intelectuais provenientes da elite limenha que tratava a questão indígena como um problema nacional.

Para esses intelectuais o termo chave para resolver a questão indígena era o progresso, tratava-se de conduzir os indígenas à modernização. Eles não negavam a importância dos indígenas, entretanto o reconhecimento da contribuição cultural estava centralizado no período pré-inca e incaico. Para os índios vivos restava a opção de aceitar o modelo do progresso ou, em outras palavras, a assimilação cultural.

As mudanças iniciadas pelo governo Leguía deram novos ares à cidade de Lima. O novo ciclo cultural foi profundamente influenciado pelas relações econômicas com os Estados Unidos, provocando inúmeras consequências. No plano urbano, muitos dos traços coloniais foram substituídos por grandes avenidas e novos bairros residenciais (TUR DONATI, 1993, p. 173), foi um período de irrupção da arquitetura moderna.

Devemos considerar que a arquitetura moderna em Lima combinou as formas geométricas com traços advindos da herança barroca e hispânica, com o intuito de criar um estilo genuinamente peruano. Segundo Tur Donati (1993, p. 175) essa tendência foi contraditoriamente estimulada pelo nacionalismo hispanista que, pretendia “redesenhar as cores e os costumes do país para, no caminho traçado pelo progresso, chegar à imagem e semelhança dos países avançados” (URIARTE, 1997, p. 23).

Para Beired (2006, p. 1) o ideário hispanista colaborou em diversos debates, tais como: “construção das identidades nacionais às

polêmicas políticos-culturais, da formação das culturas políticas às relações internacionais, passando pela historiografia e a construção da memória social”. Ele concorda com a noção de que o hispanismo pautou-se por uma “defesa de uma identidade comum à Espanha e às suas ex-colônias americanas, cujos traços configurariam uma “civilização hispânica” distinta de outras, em especial, do mundo anglo-saxão” (BEIRED, 2006, p. 1).

Beired (2006, p. 6) também nos recorda que o hispanismo repercutiu nos meios intelectuais na América Latina em diferentes países, tais como Argentina, México, Peru, Chile e Colômbia. Nesses distintos lugares, a leitura hispanista da realidade serviu de base para elaborar propostas de identidades nacionais.

No Peru, diante da afirmação de Gonzáles Prada de que os indígenas eram os verdadeiros peruanos, essa geração de intelectuais posicionou-se afirmando que os índios faziam parte da nação, entretanto precisavam se modernizar e apresentaram-se como sujeitos adaptados ao novo processo histórico peruano. Começam a surgir perguntas: Como integrar os indígenas? Se a maioria da população peruana era de índios e os mesmos representavam o atraso, como definir a nação peruana?

Há uma abordagem dos intelectuais hispanistas como membros de uma tradição arielista. Em referência direta a obra *Ariel* de José Enrique Rodó, Karen Sanders e Carlos Tur Donati compartilham a ideia de que os projetos de nação construídos pelos hispanistas estavam pautados em um sentimento de nostalgia, uma vez que o rompimento político com a Espanha não veio acompanhado de um rompimento efetivo com as estruturas e tradições coloniais.

Tur Donati (1993, p. 177) cita, por exemplo, José Antonio Primo de Rivera, fundador da *Falange Española* que, ao se pronunciar em um congresso de história em Barcelona, na condição de representante do Peru, afirma que Lima era uma cópia fiel da cidade de Andaluzia. Ou seja, um espanhol reconhecia na capital peruana o mimetismo das cidades espanholas.

Para Sanders (1997, p. 249) os hispanistas adotam uma concepção arielista porque a mensagem de Rodó era muito mais positiva e propositiva do que a denúncia de Gonzáles Prada. Ela cita que Belaunde assume Rodó como seu verdadeiro mestre espiritual e, estamos de acordo com a visão

de que a adoção de Ariel parte do fato de que a obra não dá atenção aos indígenas, tornando-se uma referência atrativa para os hispanistas. “La indiferencia y el desprecio de la tradición autóctona, junto con la imitación del pensamiento europeo eran no sólo característicos del arielismo sino también del positivismo, de donde el arielismo en parte se había derivado” (SANDERS, 1997, p. 251).

Os diferentes artífices da nacionalidade latino-americana podem ser analisados numa linha teórica que caminha entre o culturalismo de Smith e o modernismo de Gellner, uma vez que buscam nas tradições e no passado histórico, os elementos que serão difundidos pelo Estado sob a forma de cultura nacional. Os hispanistas não fugiram dessa lógica e, concordamos com Beired quando afirma que a função do hispanismo na história política e cultural da América Latina, foi a de promover a construção de uma identidade comum, baseada em uma herança histórica, linguística e cultural ancorada no legado espanhol (BEIRED, 2006, p. 7). A questão que nos parece fundamental, nesse primeiro esforço para compreender os projetos de nação que se apresentaram no Peru é, como esse debate foi conduzido pelo ideário hispanista peruano e qual função ele assumiu no conjunto de ideias que circulava na transição do século XIX para o século XX?

Um dos principais expoentes da corrente hispanista foi José Riva-Agüero. O pensamento de Riva-Agüero passou por algumas fases, nas quais é possível perceber a mudança de seu pensamento na questão racial. Em sua obra *Carácter de la literatura del Perú Independiente*, ele afirma:

La influencia debilitante del tibio y húmedo clima de la costa, núcleo de la cultura criolla; el prolongado cruzamiento y hasta la simple convivencia con razas inferiores, india y negra; y el régimen colonial que apartando de la vida activa, del pensamiento, de la guerra y del trabajo y favoreciendo el servilismo y la molicie, produjo hombres indolentes y blandos [...]. (RIVA-AGÜERO *apud* WARD, 2009, p. 99)

É fato que a primeira versão do texto é de 1905 e antecede a viagem que Riva-Agüero fez para conhecer o mundo andino, entretanto reflete o racismo tão corrente na época. No caso dos hispanistas, a presença do

racismo logo foi se dissipando e dando mais espaço para o racismo.² A presença indígena continuava sendo um problema, entretanto a assimilação cultural era uma possibilidade.

Nas edições posteriores Riva-Agüero reduz os termos racistas, entretanto manteve uma concepção colonialista da cultura peruana ao interpretar a literatura do seu país como exclusivamente resultante da influência espanhola (WARD, 2009, p. 100) e apresentar uma defesa do espanhol como o idioma nacional, desconsiderando a enorme quantidade de indígenas falantes de quéchua.

La conclusión que Riva-Agüero ofrece es que la expresión peruana, como no puede basarse en rasgos únicos, tiene que ser española. Aunque verifica el mestizaje en todas partes, no llega a ver que el perfil más sobresaliente de la creación peruana yace en el propio proceso de hibridación. A pesar suyo, Riva-Agüero prueba por sus argumentos que el clima, las etnias, las influencias extranjeras, el hispanismo y la diversidad cultural forjan una literatura innovadora muy digna de leer e interpretar (WARD, 2009, p. 107).

A defesa da influência espanhola como a mais importante para a cultura peruana é a marca mais acentuada do hispanismo de Riva-Agüero. No seu esforço para definir o que seria a literatura peruana, o intelectual limenho, que também era historiador, estudou a narrativa peruana dos cronistas coloniais até os historiadores do século XIX. A síntese desse estudo é apresentada na obra *La historia en el Perú*, de 1910, na qual faz um esforço para apresentar a história do Peru como uma história mestiça.

Ainda nesse esforço de compreender o Peru como uma nação mestiça, Riva-Agüero viaja em 1911 para conhecer a região andina e, conclui que os indígenas estavam paralisados no tempo e que incorporá-los à nação era uma tarefa urgente (BURGA, 2005, 166). Anos depois, ele

² Entendemos o racismo como um conjunto explicativo formulado desde uma consciência racial que pode ser, ou não, racista. Para ser racistas é necessário manifestar uma hierarquia racial.

pronuncia o discurso *Elogio del Inca Garcilaso de la Vega*, no qual apresenta o cronista como o paradigma do Peru moderno: mestiço cultural e biológico (BURGA, 2005, 166). Em sua conclusão ele diz:

Por todo esto os decía, señores, desde las primeras palabras de mi largo discurso, que el Inca Garcilaso es el más perfecto representante y la más palmaria demostración del tipo literario peruano. Un mestizo cusqueño, nacido al siguiente día de la Conquista, primero y superior ejemplar de la aleación de espíritus que constituye el peruanismo, nos descubre ya en sí, adultas y predominantes, las mismas cualidades de finura y templanza, sensibilidad vivaz y tierna pero discreta, elegante parquedad, blanda ironía, y dicción llana, limpia y donosa, que reaparecen en nuestros literatos más neta y significativamente nacionales, en Felipe Pardo y Ricardo Palma, para no mencionar sino a los de mayor crédito[...]. Aquel armónico tipo literario que reconocemos en Garcilaso, es efectivamente peruano, y no sólo limeño, como lo imaginan o quieren darlo a entender algunos, a causa de haberse ido concentrando durante el periodo republicano la actividad intelectual del país, tal vez con exceso. Es la adecuada síntesis y el producto necesario de la coexistencia y el concurso de influencias mentales, hereditarias y físicas que determinan la peculiar fisonomía del Perú (RIVA-AGÜERO, 2005, p. 126).

Riva-Agüero também construiu um modelo de literatura pautado na valorização da cultura espanhola, ou seja, no elogio à herança deixada pela colonização. Para Tomas Ward (2009, p. 101) o antecedente direto de Riva-Agüero foi Fuentes Castro que, em 1874, afirmava: “la literatura de un pueblo está constituida, en primer lugar, por el idioma, las costumbres, la religion y aun podemos decir, por la raza”. Ou seja, a literatura incorporava critérios que também eram fundamentais para definir o que era uma nação no século XIX.

Riva-Agüero incorpora essa concepção e não considerava a herança indígena nacional, porque para ele a literatura peruana originara-se no processo de emancipação política que, como já sabemos, foi conduzido pelos *criollos*. Isto é, o marco histórico adotado por Riva-Agüero para

definir nação e literatura foi o processo em que os criollos e os mestiços se rebelaram contra “la patria madre, inspirándose en los principios de la Revolución Francesa y en el exemplo de la Revolución anglo-americana” (WARD, 2009, p. 102).

Deste modo Riva-Agüero considerava os índios, os negros e qualquer outro povo diferente dos *criollos*, povos estrangeiros. Seus textos projetavam uma concepção de literatura ancorada em um projeto nacional baseado no elogio da colonização e do monolinguismo

O cenário intelectual do início do século XX foi fortemente marcado pelas tentativas de construção de um futuro positivo para a América Latina e, nesse contexto, filiar-se a um ideal europeu, parecia uma boa saída. Numa linha de pensamento semelhante, encontramos Victor Andrés Belaunde, considerado o intelectual hispanista mais proeminente (TUR DONATI, 1993, p. 175).

Belaunde formula um projeto nacional sob influência do ideal modernizador e defendia os estudos históricos como um campo fundamental para oferecer os elementos necessários para forjar a nação. Parte da força do pensamento de Belaunde vem do debate aberto que o intelectual vai promover com os indigenistas, principalmente as críticas que faz a Gonzáles Prada e a Mariátegui.

No período em que esteve exilado nos Estados Unidos,³ foi publicado os *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Em resposta, Belaunde lançou em 1931, *La Realidad Nacional*. A primeira parte era uma refutação direta a cada um dos ensaios de Mariátegui e a segunda era uma crítica ao governo Leguía (SANDERS, 1997, p. 354). Sobre a resposta de Belaunde a Mariátegui, Tur Donati diz: “Con esta obra Belaunde se muestra como el mayor intelectual orgánico de la orientación hispanista y católica, que ha ido impregnando el pensamiento de la generación arielista y buena parte de la cultura dominante” (SANDERS, 1997, p. 181).

O ponto central da análise de Belaunde era afirmar que o caráter nacional peruano não residia no índio e que as teses indigenistas eram

³ Victor Andrés Belaunde foi exilado por Leguía de 1921 a 1930. O governo Leguía tinha uma face autoritária e vários críticos do governo foram exilados durante o oncenio.

românticas por propagarem tal ideia. Nesse sentido, o intelectual defendia a ideia de que o indígena estava fadado a ser absorvido ou desaparecer. Embora reconhecesse o índio como parte da nação, para ele, o verdadeiro caráter nacional peruano residia na mescla entre a herança incaica e a herança colonial (SANDERS, 1997, p. 356). Urpi Montoya Uriarte (1997, p. 26) nos lembra que para Belaunde essa participação dos indígenas na nação estava subordinada à influência hispânica, deste modo, em sua tese, a autora defende que a concepção de Belaunde não era de uma nação mestiça, mas sim de uma nação branco-mestiça.

Se ao longo do século XIX o teor do nacionalismo peruano esteve subordinado à necessidade de consolidar o Estado, o início do século XX pôs em evidência os debates que buscavam definir os elementos de peruanidade, quer dizer, os critérios que iam definir as tradições, as características comuns do passado, as principais heranças culturais e, principalmente, os homens e mulheres que compunham o Peru e deveriam se comprometer com o destino nacional.

Consideramos que o hispanismo peruano adota a vertente liberal, definida por Beired como uma corrente de pensamento voltada para conduzir a América Latina à sua condição ocidental, isso significava adotar os valores modernos e remar rumo à modernização (BEIRED, 2006, p. 7). Partindo desse pressuposto, no campo de batalha entre os projetos de nação peruana, os hispanistas assumiram não só a defesa da herança espanhola, como primordialmente defenderam as bases da nacionalidade sob uma ótica liberal homogeneizadora, sintetizada no ideal da conciliação cultural a partir da mestiçagem.

Indigenismo e os novos projetos nacionais

Os hispanistas tiveram como principais adversários de debate os indigenistas que apresentaram discursos pautados pela vontade de valorizar e realizar uma defesa da cultura indígena. Segundo Henri Favre (1999, p. 38) o indigenismo foi um projeto das “elites” *criollas* para conciliar as concepções de nacionalidade e indianidade, conferindo-lhes o lugar de fundadores da

pátria. Na tentativa de superar os discursos de racismo, as elites constroem projetos de integração e assimilação dos indígenas.

O Indigenismo emerge e marca profundamente a intelectualidade, as artes e os movimentos sociais latino americanos do século XX. De acordo com Michel Baud o indigenismo surge como um fenômeno intelectual originalmente latino americano, associado ao contexto de formação das identidades nacionais e também como uma resposta às teorias raciais. O indigenismo, em sua concepção, serviu para imaginar o futuro latino americano (BAUD, 2003, p. 41).

Baud (2003, p. 65) afirma que o indigenismo foi um movimento político e literário que tinha como objetivo a revalorização da cultura indígena e também a assimilação dos índios. Ele também destaca que as ações indigenistas se manifestaram de diversas formas, abarcando o campo da política e das artes, com tendências distintas, marcadas tanto pelo radicalismo de esquerda, quanto pelo conservadorismo.

Partindo de uma premissa semelhante, José Bengoa (2000, p. 204) considera o indigenismo o movimento cultural e político latino americano mais importante do século XX, uma vez que atingiu os romances, a pintura, o teatro, a música e a política. Para ele o indigenismo possui três elementos centrais:

[...] la denuncia de la opresión del indio, la búsqueda de políticas de superación de la situación indígena por el camino de su integración al conjunto de la sociedad y la manifestación, como consecuencia de lo anterior, del carácter mestizo, indoamericano, del continente (BENGOA, 2000, p. 205).

De modo geral, o indigenismo teve muita força nos países andinos e no México. Acreditamos que tal fato se deu em função da forte presença da população indígena nessas regiões e, nesse sentido, pretendemos, apresentar algumas considerações teóricas sobre o indigenismo no México e no Peru.

Embora o nosso objetivo seja tratar do indigenismo como um movimento político e cultural do século XX, não podemos negligenciar que para alguns estudiosos a presença/manifestação do indigenismo se deu desde o início da colonização. O antropólogo francês Henri Favre (1999, p.

19) em seu livro *El Indigenismo* estuda o movimento desde a célebre defesa de Bartolomé de Las Casas, apontando os antecedentes coloniais dessa corrente, uma vez que foram criadas as Leis de Índias responsáveis pela conversão dos índios em súditos da coroa espanhola.

Favre desenvolve seus argumentos partindo da ideia de que a essência do indigenismo é a presença de uma opinião favorável ao índio. O autor destaca a mudança do papel social dos indígenas no após a colonização e, indubitavelmente problematiza o racismo científico como ponto de partida para o apogeu da corrente. Favre afirma que, nesse sentido, as ideias indigenistas surgem como uma proposta de miscigenação biológica em que, diferente do que o darwinismo social afirmava, a mistura seria positiva: “ El mestizo es el hombre nuevo en que el país tiende a proyectar su concepción totalizante del destino colectivo y a quien confía el estandarte de la nacionalidad” (FAVRE, 1999, p. 40).

A abordagem de Favre é interessante porque converge para a afirmação de que a corrente indigenista é um dos principais elementos utilizados pelos estados latino-americanos para forjar as nacionalidades, conferindo aos indígenas um espaço de mestiço, não de índio. Mesmo inserindo o indigenismo numa perspectiva de longa duração, Favre (1999, p. 148) não desconsidera a relevância das teorias racistas e do processo de formação das identidades nacionais, apontando assim, um ponto de convergência para o entendimento do indigenismo.

Se buscarmos uma compreensão entre as diferentes possibilidades de entendimento do indigenismo, podemos, talvez, fazer duas afirmações: em primeiro lugar, ao estudar o movimento indigenista, devemos lembrar que tal termo refere-se a uma multiplicidade de ações, pensamentos e áreas de atuação, tornando possível compreender que não tratamos do indigenismo, mas sim, dos indigenismos; em segundo lugar, é ponto comum que o indigenismo, enquanto movimento político e cultural, refere-se à formação das identidades nacionais latino-americanas, sendo assim é importante estudá-lo como um fenômeno oriundo da relação entre Estado-nação e as identidades indígenas que o compõem.

É importante destacar que o indigenismo também foi uma resposta às teorias racistas e aparece no contexto de formação da identidade nacional

peruana, matizado, obviamente, por suas questões internas. Carlos Iván Degregori afirma que o indigenismo peruano serviu para questionar a visão excludente que deixava os povos indígenas fora da comunidade nacional imaginada (DEGREGORI, 2008, p. 28).

Ele entende que o indigenismo foi essencial para conferir aos indígenas seu lugar na nação peruana. Devemos levar em consideração que o caráter reivindicativo assinalado por Degregori não elimina o paternalismo, nem tampouco a construção de uma identidade homogênea, uma vez que, como no caso mexicano, também estamos lidando com políticas estatais de desenvolvimento e com um discurso intelectual produzido para os índios e, não por índios.

Como já afirmamos anteriormente, é provável afirmar que o primeiro ícone do indigenismo peruano foi Manuel González Prada. Suas ideias se destacam no contexto pós-Guerra do Pacífico, quando afirmou que o Peru perdeu a guerra porque não tinha um projeto de integração das comunidades indígenas e, conseqüentemente, era uma nação dividida na qual os índios não eram cidadãos, mas sim servos (URIARTE, 2010). Devemos lembrar que embora González Prada seja considerado o grande precursor do indigenismo peruano, não podemos desconsiderar que, entre 1909 e 1916, minoritária e isoladamente, Dora Mayer, Pedro Zulen e Joaquín Capelo tentaram apoiar as reivindicações e denúncias indígenas através da *Asociación Pro-Indígena*.

É importante destacar que Leguía, de forma incipiente, tentou iniciar um indigenismo oficial dentro do programa *Patria Nueva*. Suas medidas foram basicamente o estabelecimento do *Día del Índio* e o *Patronato de la Raza*, uma instituição filantrópica que só atuou em termos discursivos (FUNES, 2000, p. 148).⁴

A denúncia de González Prada é absorvida por uma parte da intelectualidade peruana que, nas primeiras décadas do século XX, contou

⁴ O *Día del Índio* foi instituído através de um decreto em 24 de maio de 1930. Leguía estabeleceu que 24 de junho seria uma data oficial para as comemorações. Em 1969, durante o governo do General Juan Velasco Alvarado, foi aprovada a lei de Reforma Agrária 17716. Nela o dia do índio deixaria de existir e 24 de junho passaria a ser a data de comemoração do *Día del Campesino* (MENDOZA, 2002, p. 18).

com Valcárcel e Mariátegui para levar adiante a denúncia da condição do índio. Em 1927, Valcárcel lança a obra *Tempestad en los Andes*, marcada por um discurso claro de defesa do indígena e da cultura andina. Para ele os espanhóis foram responsáveis pela interrupção do desenvolvimento dos povos andinos, uma vez que os índios foram submetidos a uma lógica de poder desigual que residia na propriedade de terras (BAUD, 2003, p. 44). Em sua defesa intelectual chegou a afirmar que a verdadeira essência da nacionalidade peruana residia no índio e também defendia a ideia de Cusco como capital do Peru (URIARTE, 2010).

Embora, no plano das ideias, Valcárcel tenha sido um defensor radical da cultura indígena, no que se refere a sua atuação profissional, ele foi um típico funcionário do estado. Em 1945 ele foi nomeado Ministro da Educação e em sua gestão foi criado o *Instituto de Etnología y Arqueología de la Universidad de San Marcos*. O instituto produziu inúmeras pesquisas sobre as comunidades indígenas e realizou diversos projetos voltados para o desenvolvimento técnico e cultural nos Andes (DEGREGORI, 2008, p. 32). Ao longo de seu envolvimento com as políticas públicas, Valcárcel dedicou-se à investigação do passado pré-colombiano e a tarefa de desenvolver a antropologia no Peru.

É interessante lembrar que Valcárcel aparece no cenário intelectual como um defensor radical dos indígenas e, aos poucos, vai abandonando os ideais de *Tempestad en los Andes*, para assumir a defesa do passado pré-colombiano. Sua produção intelectual foi contemporânea a de Mariátegui e, em várias ocasiões, os dois trabalharam juntos. Entretanto Mariátegui nunca saiu da condição de intelectual de esquerda, nem tampouco atuou junto ao Estado.

Patricia Funes afirma que no que diz respeito a obra de Mariátegui, a proposta nacional estava focada em uma definição de nação e nacionalismo que tratava de expoliar das elites o controle dos símbolos e significados da nação (FUNES, 2006, p. 131), nesse sentido sua tarefa era transformar o nacional em algo revolucionário.

Mariátegui é lembrado como um dos primeiros marxistas latino-americanos. No decorrer de sua trajetória atuou como membro e fundador do Partido Comunista Peruano, foi jornalista, crítico literário e criador da

revista *Amauta*. Em sua obra mais importante *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, analisou a questão indígena peruana como uma questão econômica a partir de conceitos centrais do marxismo como modo de produção e alienação.

Mariátegui utilizou o termo indigenista numa perspectiva marxista e não abordou a questão indígena como um problema racial, mas sim como um problema econômico. Para ele a causa da opressão do índio residia na concentração de terras gerada pela colonização. Ele defendia a sociedade incaica e entendia que, entre os incas, vigorava um modo de produção socialista que foi abortado pela colonização. Ele acreditava que era fundamental incorporar o índio ao projeto de nação, uma vez que o Estado peruano privilegiou a herança hispânica (FIGUEIREDO, 2010, p. 78). Nesse sentido, recusava o indigenismo que fazia apologia ao passado incaico e, em suas obras, buscava defender o índio do presente. Dizia Mariátegui:

Os indigenistas revolucionários, em lugar de um platônico amor ao passado incaico, manifestam uma ativa e concreta solidariedade com o índio de hoje. Este indigenismo não sonha com utópicas restaurações. Sente o passado como uma raiz, mas não como um programa. A sua concepção da história e de seus fenômenos é realista e moderna. Não ignora nem esquece nenhum dos fatos históricos que, nestes quatro séculos, modificaram, junto com a realidade do Peru, a realidade do mundo (MARIÁTEGUI, 1982, p. 106).

Urpi Uriarte (1997, p. 34) afirma que mais do que propor um projeto político claro, os indigenistas peruanos tiveram um papel importante na legitimação da imagem do índio como verdadeiro elemento nacional. O indigenismo peruano (pelo menos em sua maioria), ao contrário do mexicano não buscou converter os índios em mestiços para compor a identidade nacional homogênea.

De modo inverso, propôs manter o índio, suas instituições (comunidades indígenas) e suas tradições culturais, para reafirmar a “verdadeira nacionalidade” que excluía e deslegitimava a hispânica e ocidental. Enquanto

os hispanistas criaram a ideia de peruanidade cristã-ocidental, os indigenistas propuseram a peruanidade indígena andina, que reconhecia e valorizava tanto o índio histórico (aquele do Império Inca), quanto o índio do presente (URIARTE, 1997, p. 34).

Devemos destacar que o indigenismo enquanto pensamento social tem como base os eventos históricos ocorridos entre as décadas de 20 e 30, incluindo a Revolução Mexicana, a Revolução Russa, a revista *Amauta* entre outros.

Hispanismo e Indigenismo colocaram em evidência as relações étnico-raciais entre brancos e indígenas e, diante da dificuldade do Estado de articular uma “peruanidade” os intelectuais do início desse período criaram um sistema de representação pautado nas diferenças entre os dois principais grupos étnicos que compunham a sociedade peruana.

Segundo Stuart Hall: “As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a ‘nação’, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem essas identidades” (HALL, 2005, p. 51). O indigenismo e o hispanismo enquanto correntes de pensamento foram ferramentas através da qual os sentidos sobre a nação peruana foram construídos e colaboraram com o debate nacional, construindo representações da sociedade peruana a partir desse universo de relações conflituosas entre as identidades étnicas pertencentes à identidade nacional.

Referências

- ANDERSON, Benedict R. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BAUD, Micheil. *Intelectuales y sus utopías: indigenismo y imaginación de América Latina*. Amsterdam: CEDLA, 2003.
- BEIRED, José Luis Bendicho. Hispanismo: um ideário em circulação entre a Península Ibérica e as Américas. In: VII Encontro Internacional da ANPHLAC. *Anais...* Campinas, 2013. Disponível em: <http://anphlac.ffch.usp.br/sites/anphlac.ffch.usp.br/files/jose_beired.pdf>. Acesso em: 15 out. 2013.

- BENGOA, José. *La emergencia indígena en América Latina*. México: FCE, 2000.
- BRADING, David. *The first America. The spanish monarchy. Creole patriots, and the liberal state 1492-1867*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- BURGA, Manuel. *La historia y los historiadores em el Peru*. Lima: Fondo Editorial de la UNMSM, 2005.
- BURGA, Manuel; FLORES GALINDO, Alberto. *Apogeo y crisis de la República Aristocrática*. Lima Rikchay, 1981.
- CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos. *História del Perú contemporáneo*. Lima: IEP, 2007.
- DEGREGORI, Carlos Iván. Dilemas y tendencias en la antropología peruana: del paradigma indigenista al paradigma intercultural. In: DEGREGORI, Carlos Iván; LÓPEZ, Pablo Sandoval. *Saberes periféricos: Ensayos sobre la antropología en América Latina*. Lima: IEP, 2008.
- DESTUA, José; RÉNIQUE, José Luis. *Intelectuales, indigenismo y descentralismo en Perú. 1897-1931*. Cusco: Centro de Estudios rurales andinos Bartolomé de las Casas, s/d.
- FAVRE, Henri. *El indigenismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- FIGUEIREDO, Eurídice. *Representações de etnicidade: perspectivas interamericanas de literatura e cultura*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- FUNES, Patricia. *Salvar la nación. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Política*. São Paulo: Ática, 1982.
- MENDONZA, Roman Roblés. *Legislación peruana sobre comunidades campesinas*. Lima: UNMSM, 2002. p. 18.
- RIVA-AGÜERO, José. *Elogio del Inca Garcilaso de la Vega*. Lima: CEPLAN, 2005, p. 126. Disponível em: <<http://http://www.ceplan.gob.pe/documents/10157/b967fe68-d941-4b31-8267-5332a2338850>>. Acesso em 22 de jul de 2011.
- SANDERS, Karen. *Nación y tradición: discursos em torno a la nación peruana (1885-1930)*. Lima: Fondo de Cultura Económica, 1997.

- TUR DONATI, Carlos. El despertar de los nacionalismos em la cultura peruana, 1919-1930. In: BOSQUE LATRA, María Teresa; MELGAR BAO, Ricardo (Comp.). *Perú contemporáneo. El espejo de las identidades*. México: UNAM, 1993.
- UGARTE DÍAZ, Emilio José. La Guerra del Pacífico como referente nacional y punto condicionante de las relaciones chileno-peruanas. *Revista Estudios Transfronterizos*, v. 15, n. 2, p. 159-185, 2014.
- URIARTE, Urpi Montoya. *Convivência multicultural: conciliar, separar, opor. Lima no século XX*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- _____. Hispanismo e indigenismo: o dualismo cultural no pensamento social peruano (1900-1930). Uma revisão necessária. *Revista de Antropologia*. São Paulo: v. 41, n. 1, 1998.
- WARD, Thomas. *Buscando la nación peruana*. Lima: Horizonte, 2009.

A configuração dos campos de leitura e o desenvolvimento da imprensa na Argentina: o lugar da 'Revista de Derecho, Historia y Letras' *

CAMILA BUENO GREJO**
Universidade Estadual de São Paulo

Resumo: Desde meados do século XIX as revistas expressavam a vida intelectual dos países latino-americanos. Utilizadas como um instrumento menos efêmero que o jornal, as revistas de caráter político e intelectual transformaram-se no local onde os intelectuais construam sua notoriedade. Este trabalho visa demonstrar a importância da *Revista de Derecho, Historia y Letras* na produção editorial argentina do início do século XX, uma vez que esta se constituiu num importante espaço aberto por Estanislao Zeballos para discutir as inquietudes e propósitos daqueles que queriam construir a nação movidos pelo impulso intelectual.

Palavras-chave: Argentina; Zeballos; *Revista de Derecho, Historia y Letras*.

Abstract: Since the mid-nineteenth century magazines expressed the intellectual life of Latin American countries. Used as a less ephemeral instrument to the newspaper, the magazines of political character and intellectual became the place where intellectuals built their notoriety. This work aims to demonstrate the importance of *Derecho* magazine, *Letras y Historia* in the Argentine publishing production of the early twentieth century, since this was an important open space by Estanislao Zeballos to discuss the concerns and purposes of those who wanted to build the nation moved the intellectual impulse.

Keywords: Argentina; Zeballos; *Revista de Derecho, Historia y Letras*.

* Recebido em 09 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 21 de setembro de 2015.

** Camila Bueno Grejo, doutoranda em História pela UNESP/Assis sob orientação do Prof. Dr. José Luiz Bendicho Beired e docente da Universidade Estadual de Londrina. Este artigo é fruto da tese de doutorado intitulada *Sobrever est agere: intelectuais e nação na Revista de Derecho, Historia y Letras (1898-1923)*, financiada pela Capes. E-mail: camila_grejo@hotmail.com.

O presente artigo busca analisar a configuração dos campos de leitura e o desenvolvimento da imprensa argentina com o intuito de definir o lugar ocupado e a função desempenhada pela *Revista de Derecho, Historia y Letras*,¹ uma publicação dirigida e idealizada por Estanislao Severo Zeballos entre 1898 e 1923, em meio às demais produções que surgiam no início do século XX.

A RDHL foi fundada por Estanislao Zeballos em 1898, num momento em que a elite dirigente buscava integrar o país nos quadros da modernidade, o que implicava no desenvolvimento econômico explorando, principalmente, a mão de obra imigrante e a implantação do ensino público voltado à construção da nação argentina.

Os intelectuais, autores e intérpretes da política e da cultura, contribuíram para que os periódicos se tornassem espaços privilegiados de discussões e debates em diferentes épocas. Seguindo a perspectiva aberta por Jorge Schwartz e Roxana Patiño (2004), as revistas podem ser pensadas e estudadas como um espaço dinâmico de circulação e interseção de discursos altamente significativos não apenas para o estudo da literatura, mas para a análise de aspectos importantes para a história e a sociologia cultural, a história das ideias e a história intelectual, entre outros campos de interesse. Consideramos que as revistas devem ser compreendidas como componentes chave para o estudo da conformação de projetos intelectuais e literários, tanto individuais como de grupos. Projetos derivados menos de uma programática unívoca, não contaminada e unidirecional, que do resultado de uma “negociação” entre “linhas” que convivem em permanente estado de tensão, modificação e re colocação.

De acordo com Oscar Terán (2009), as correntes estéticas encontradas na Argentina do final do século XIX não estavam soltas no ar, pois tinham os intelectuais como seus portadores e estes, por sua vez, pertenciam a determinadas classes sociais, instalavam-se em uma certa institucionalidade (revistas, periódicos, universidades, academias) e participavam de uma certa sociabilidade intelectual (grupos de discussão, clubes, ateneus, redações

¹ Daqui em diante, poderemos nos referir à *Revista de Derecho, Historia y Letras* como RDHL.

de jornais, cafés). Nesse sentido, tomamos a criação da *RDHL* como um exemplo do empenho de Zeballos em manter um fórum de discussões e circulação de ideias entre seus pares, contribuindo para a organização do campo político e intelectual argentino.

A historiadora Gabriela Pellegrino Soares aponta que os intelectuais argentinos do final do século XIX viam nas letras a chave para a transformação social, o que se apresentava como condição cultural e política para enfrentar os desafios históricos que se projetavam diante da nação que se pretendia construir (2007, p.31). O crescimento demográfico e urbano impulsionado pelo estímulo à imigração transformaram Buenos Aires em um centro cosmopolita e as presidências de Mitre (1862-68), Sarmiento (1868-1874) e Avellaneda (1874-1880), buscaram modelar e fortalecer a presença de instituições públicas em diferentes níveis da via nacional.

A Lei 1420 de educação comum, gratuita, laica e obrigatória, promulgada em 1883, abriu espaços para que o Estado argentino transformasse a escola primária num meio de instrução e controle das massas.² Este sistema educacional expressava estruturas e atitudes sociopolíticas vigentes na Argentina da passagem do século XIX para o XX, momento em que se confirmava uma era de prosperidade e privilégios para as oligarquias nacionais, as quais assumiam ares patricios diante da multidão estrangeira que inundava o país. Em contrapartida, os trabalhadores, muitos deles com experiência sindical trazida de seu país de origem, penalizados pela inflação e submetidos a condições de trabalho insalubres e exaustivas, iniciaram os primeiros focos de mobilização.

A política educacional gestada pelo Estado teve, como desdobramento, o aumento do número de leitores que, associado aos avanços do capitalismo, à introdução de novas técnicas e ao aparecimento de novos valores nos ajudam a compreender o crescimento e a difusão da imprensa na Argentina. Pelosi (1996) sustenta que, durante o século XIX, os jornais se colocavam na vanguarda da leitura, numa sociedade que passava a se delinear a partir das massas. Antes confeccionados em tipografias de pequeno porte, passaram a

² As elites, entretanto, cursavam o ensino médio nos *Colegios Nacionales*, onde recebiam a educação enciclopédica que os tornaria aptos aos cargos públicos que viriam a assumir.

demandar equipamentos e métodos de produção específicos que permitiam caracterizá-los como atividade industrial. Seus proprietários, subordinados à lógica do capital, passaram a administrá-los de forma racional e capaz de otimizar lucros, investindo na atualização constante da maquinaria e das técnicas. De acordo com Tania de Luca, “tratava-se de atender os imperativos da produtividade e de oferecer ao público uma mercadoria visualmente aprimorada, que incorporasse os rápidos avanços registrados nos processos de impressão” (LUCA, 1998, p. 36).

Prieto (1988) caracteriza o ideal de leitura preconizado pela elite liberal como “dirigista”, o que não implicava somente em uma atitude moralizante, mas, também, na construção, a partir da circulação de textos e de sua leitura, de um instrumento de diferenciação entre aqueles que se encontravam em uma posição de domínio e os que deveriam obedecê-los. Nesse sentido, escritura e leitura naturalizavam a forma dominante evidenciada na política argentina do fim do século.

Podemos entender o “dirigismo” proposto por Prieto como uma forma de especificar os diferentes espaços de cultura existentes na Argentina de final do XIX. Tanto a cultura massiva e popular quanto a cultura da elite liberal, possuíam a linguagem escrita como instrumento simbólico, resultando em zonas de fricção, de contato e pontos de rechaço em torno de duas formas precisas: o livro e o folhetim, que se multiplicou no panfleto ou no periódico sindical.

O modelo tradicional da cultura letrada continuou a desempenhar um papel predominante, porém não mais exclusivo e excludente como outrora, pois o leitor proveniente das campanhas de alfabetização promovidas pelo governo buscou delimitar seu espaço de cultura específico. Esse novo espaço, popular e massivo, foi introduzido, em grande medida, pelo folhetim e pela imprensa periódica, o que foi interpretado, por muitos membros da elite como um gesto de insubordinação:

Alfabeto o semianalfabeto, disperso en un indefinible espectro de relaciones con el instrumento recién adquirido, el nuevo lector, en todo caso, es incorporó con considerable entusiasmo al gusto y al ejercicio de su flamante capacitación. Sorprende el valor normativo

que la lectura adquirió en esos años y entre los sectores que acababan de incorporarla a sus hábitos. Sorprende el modo casi mítico con que la capacidad de leer, pieza maestra del proyecto del liberalismo, fue aceptada tanto por los que buscaban asimilarse a esse proyecto como por los que abiertamente querían subvertirlo desde una perspectiva ideológica contraria (PRIETO, 1988, p. 14).

Na obra *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*, Adolfo Prieto faz uma vasta revisão da cultura do fim do século XIX. Inicia sua análise colocando no centro daquele universo o fenômeno do caráter massivo da imprensa periódica, sobretudo quando esta é confrontada com o esgotamento, tanto no âmbito simbólico quanto material, do formato livro. No que diz respeito aos livros, Prieto destaca que se houve um tempo em que os *best-sellers* da elite, como *Juvenilia*, tiveram tiragens espetaculares de 1200 exemplares vendidos, nas últimas décadas do século XIX foram ofuscados por outros títulos consumidos fundamentalmente pelos setores populares. Esse é o caso, por exemplo, de *Martin Fierro*, de José Hernandez, com 40.000 cópias vendidas ao longo de seis anos, mas, principalmente, de *Juan Moreira*, escrito por Eduardo Gutiérrez, que chegou a 100.000 cópias vendidas antes do final daquele século.

Adolfo Prieto argumenta que em 1877 a Argentina possuía 2.347.000 habitantes e 148 periódicos de “índole e ritmos de aparição diversos” (PRIETO, 1988, p. 34). Cinco anos depois, em 1882, os habitantes superaram os 3 milhões e os periódicos já chegavam a 224 títulos, colocando a Argentina em terceiro lugar mundial na relação periódicos/habitantes, com a média de 1 periódico para cada 13.509 habitantes. Ainda afirma que a tiragem de periódicos editados diariamente na década de 1880 atingia 322.500 exemplares (PRIETO, 1988, p. 40). Se considerarmos as modalidades de leitura praticadas no período, sobretudo entre os setores populares, das quais fazem parte os empréstimos, troca e leitura compartilhada, notamos que a quantidade de leitores potenciais para cada texto publicado ao menos duplicava sua tiragem efetiva. Ainda segundo ele, em 1898, a inauguração do soberbo edifício que abrigava as instalações do diário *La Prensa* pode ser considerada um grande exemplo dessa onda expansiva. Com a impressão

de 100.000 exemplares e um serviço de correspondentes, *La Prensa* transformou-se no epíteto da representação do periodismo moderno (PRIETO, 1988, p. 35).

O interior do país também contava com a instalação de periódicos, principalmente nas províncias de Córdoba, Tucumán, Rosario e Mendoza, os quais representavam e satisfaziam uma complexa rede de interesses regionais. No entanto, foi em Buenos Aires que a imprensa prosperou e se multiplicou.

A imprensa massiva era composta, também, por uma profusão de títulos e variedade de conteúdos. Seguindo a perspectiva de Legras (2006, p. 21), constatamos que se tratava de uma imprensa irregular e, às vezes, de vida efêmera que representava diversos grupos étnicos, sociais e linguísticos, uma vez que, de acordo com Legras, por volta de meados da década de 1880 havia em Buenos Aires, Rosário e Córdoba, publicações periódicas em 11 línguas distintas, a maioria delas em italiano.

Merece destaque o desenvolvimento da imprensa anarquista e socialista que destinava uma grande quantidade de periódicos para um grupo específico: os trabalhadores. *La prensa obrera*, obra de Mirta Lobato (2009, p. 10), discute o desenvolvimento desse nicho editorial em um estudo de história comparada abarcando os casos argentino e uruguaio desde 1890 até 1958, com o intuito de explicitar seu surgimento atrelado aos interesses dos operários inseridos na metrópole cosmopolita. De acordo com a autora, constituía-se numa vasta literatura que competia entre si, estava separada por diferentes concepções políticas e ideológicas, mas unificadas sob a consigna “saber é poder”. Conhecer era a base da capacitação do proletariado para a prática política que o libertaria da opressão e do domínio burguês. Por isso, aponta, que os periódicos sindicais tinham um sentido pedagógico e buscavam erradicar os males introduzidos nas mentes e na cultura operária pelo pensamento burguês através dos grandes diários

A imprensa sindical pode ter seu surgimento atrelado ao desenvolvimento do movimento operário, passando a circular de forma mais intensa no final do século XIX quando os trabalhadores se organizaram em sociedades de resistência e grêmios buscando melhores condições de trabalho e de vida, além do reconhecimento de seus direitos, como os de liberdade de expressão e reunião, mas, também, outros, como o reconhecimento das

ações gremiais, o direito de greve e, sobretudo, o direito a uma vida digna. Os diários e periódicos consistiram-se nas vozes das organizações sindicais argentinas, pois, como sustenta Lobato, na primeira metade do século XX, a imprensa operária converteu-se em uma ferramenta fundamental para a construção das identidades dos trabalhadores na região do Rio da Prata (LOBATO, 2009, p. 11). A leitura era um meio de acesso ao conhecimento considerada crucial para as organizações operárias que a estimulavam, a partir de suas publicações³ e da criação de bibliotecas.

Neste panorama apareceram, segundo Legras, as primeiras empresas comerciais que se voltaram a editar revistas de interesse geral:

Serán esas nuevas publicaciones, como Don Quijote, que en 1890 superó todo record imaginable de venta para la época, agotando una tirada de 61.000 ejemplares, las que serán más exitosas en conformar un nuevo público lector extraído de la masa babélica, cosmopolita y multilingüe que habita las ciudades argentinas de la cuenca del Plata. En esta línea editorial el título sin duda más importante es Caras y Caretas, que aparece hacia el final del siglo, en 1898. La revista fundada por el español eustaquio pellicer estará llamada a constituir por muchas décadas la publicación más importante de la historia gráfica argentina: en 1910, con motivo del centenario de la independencia, caras y caretas edita 201.150 ejemplares de un número especial de 400 páginas generosamente ilustrado. Tendrán que transcurrir más de dos décadas antes que otro semanario, la revista femenina Para Ti, rompa, duplicándolo, el record de venta de Caras y Caretas. Finalmente, periódicos y revistas no agotan el campo de las publicaciones masivas del fin de siglo. A partir de los últimos años de la década del noventa el teatro pasa a constituirse en el fenómeno de masas más importante de su tiempo (LEGRAS, 2006, p. 9).

³ Dentre os vários periódicos desse gênero publicados no final do século XIX, podemos citar: La questione sociale, el perseguido, La unión gremial, El oprimido, La expansion industrial, La revolución social, La lucha, El libertario, La autonomía, etc.

Os intelectuais, por sua vez, representados por escritores, artistas e ensaístas, buscavam expressar-se por meio das revistas, instrumento que lhes permitia construir suas reputações e adquirir notoriedade (PELOSI, 1996, p.119-120).

Acerca do surgimento e atuação dos intelectuais a partir das revistas, Sarlo (1992) argumenta que o impulso de se publicar uma revista surge de dois ideais afins: a necessidade e o vazio. Portanto, publicar uma revista significa que uma revista se faz necessária, por razões diferentes às necessidades que os intelectuais descobrem nos livros. A revista torna possíveis intervenções exigidas pela conjuntura, enquanto os livros discutem questões que se apresentam a longo prazo, pois, segundo a autora, o ato de se publicar uma revista possui o significado de uma realização política cultural (SARLO, 1992, p. 9).

As revistas, enquanto práticas de produção e circulação, abordam o tempo presente e não são idealizadas para alcançar o reconhecimento futuro – apesar de, muitas vezes, ocorrer -, mas para ser compreendida em meio às questões contemporâneas. Entretanto, ainda segundo Sarlo, se as revistas perdem sua aura quando o presente se converte em passado, conservam as provas de como se pensava o futuro a partir do presente, à medida em que um juízo crítico coloca a literatura em uma relação de temporalidade dupla: ranking sincrônico e hipóteses de ordenamento futuro (SARLO, 1992, p. 11).

A partir da década de 1860 começaram a tomar corpo, na Argentina, várias iniciativas culturais das quais a produção de revistas representa um exemplo, embora tenha sido no final do século XIX que tenha se dado sua multiplicação, seguindo a lógica capitalista de ampliação da imprensa. Nos anos de 1880 consolidou-se o liberalismo sustentado pela defesa do progresso em meio à prosperidade material e espiritual do período. O país caminha para a consolidação de uma posição singular no continente americano e no mundo, marcada pelo conservadorismo político e pelo laicismo.

As revistas históricas argentinas enquadram-se neste panorama sociocultural, pois afirmaram-se na segunda metade do século XIX e ingressaram no século XX, atuando como avais da confiabilidade da república nascente, balizando-se tanto nas origens da nacionalidade como no processo que configurava o país Hebe Pelosi (SARLO, 1992, p. 122)

destaca o fato de que a maioria daqueles que dirigiam as revistas históricas e culturais desse período exerciam cargos políticos de primeiro escalão. Esse é o caso de Vicente Gregório Quesada, quem, de acordo com a autora, pode ter sua biografia entrelaçada à própria vida da república, uma vez que desempenhou tanto tarefas no governo quanto atividades diplomáticas, ao mesmo tempo em que se dedicava ao trabalho cultural no campo das letras e da história. Seguindo esta perspectiva, podemos citar também os casos de Juan Maria Gutierrez, Vicente Fidel López e André Lamas, diretores da *Revista del Rio de la Plata*. Os três atuaram como jornalistas, ocuparam cargos públicos e desempenharam funções em universidades.

Havia revistas cujo objetivo era publicar documentos inéditos que pudessem servir ao conhecimento da história argentina, porém, sem submetê-los à análise, tal como era realizado por três projetos dirigidos por Manoel Ricardo Trelles: *Revista del Archivo General de Buenos Aires* (1868-1872), *Revista de la Biblioteca Pública de Buenos Aires* (1879-1882) e *Revista Patriótica del Pasado Argentino* (1888-1892). Outras refletiam o desejo de modernizar a fisionomia do país, herdada do modelo espanhol a fim de adequá-la aos critérios enunciados pelos Estados Unidos e pela Europa. Essa função foi buscada por publicações como: *Revista de Buenos Aires* (1863-1871) e *Nueva Revista de Buenos Aires* (1881-1885), ambas dirigidas por Vicente Gregório Quesada, sendo a última em colaboração com seu filho que logo assumiu a direção; *Revista Argentina* (1868-1872) e (1880-1881), dirigida por José Manuel Estrada nos dois períodos de sua existência; *Revista del Rio de la Plata* (1871-1876), que teve Juan Maria Gutierrez, Vicente Fidel López e André Lamas como seus diretores e *La Biblioteca* (1896-1898), encabeçada pelo francês Paul Groussac.

Já a *RDHL* constituiu-se num intento maior, dado o período de sua existência contínua e as repercussões suscitadas na América Latina e na Europa. Nesse sentido, seu surgimento, em 1898, deve ser analisado levando em consideração as inquietudes e propósitos de Estanislao Severo Zeballos, - seu idealizador e, na maior parte do tempo, também diretor – em meio aos ardores da luta e da posição política em que se encontrava, buscando contribuir para a construção da nação argentina a partir do impulso cultural. Identificamos, em suas páginas, o desejo

de inserir o passado argentino na história americana, o que nos aponta à hipótese de que o espaço aberto por Zeballos a artigos, cartas e comentários de intelectuais estrangeiros estivesse ligado à necessidade de destacar os feitos, heróis e grandes homens argentinos diante dos demais países americanos.

Por se constituírem numa expressão privilegiada da vida intelectual, as revistas adotavam uma dinâmica que refletia os problemas e questionamentos de sua época, tal como evidenciado a partir da análise da Revista de Derecho, Historia y Letras, a qual deve ser compreendida como o esforço de um intelectual em intervir nos assuntos pertinentes à afirmação da nacionalidade argentina desde fins do século XIX, encerrando suas atividades em 1923, quando da morte de seu idealizador e fundador.

Estanislao S. Zeballos era natural da cidade de Rosário, província de Santa Fe, nascido em um núcleo familiar ligado ao urquicismo. O falecimento prematuro de seu pai fez com que sua mãe passasse a suprir as necessidades materiais da família com vistas a proporcionar a formação intelectual de seus filhos para além do que era oferecido pela escola primária da província. Nessa ocasião, a proximidade da família ao governador de Rosário, Nicasio Oroño contribuiu para que fosse oferecida a Estanislao, em 1866, uma bolsa que lhe permitiria completar seus estudos no *Colegio Nacional de Buenos Aires*,⁴ local que se configurou como responsável pela irradiação do sentimento nacional, onde estudou a maior parte dos políticos e intelectuais argentinos do final do século XIX.

Naquela instituição estreitou vínculos com a juventude portenha, especialmente com Emílio Mitre, filho de Bartolomé Mitre, que se tornou

⁴ Em 1870, quando chegou ao poder o governador Mariano Cabral – cujas vinculações políticas se opunham às de Zeballos –, foi cancelada sua bolsa, o que levou o jovem a tecer duras críticas a Cabral, acusando-o de ser um gaucho ignorante e ambicioso que dizimava ao povo com suas exigências e crimes absurdos. Tais críticas, entretanto, superaram o espaço privado e atingiram periódicos como *La Prensa* e *La Reforma*, convertendo-se num eco de denúncia ao interpelar a opinião pública acerca da atitude do governador de Santa Fe, acusando-o de destruir a educação da juventude.

seu amigo desde os tempos da juventude, apesar das divergências políticas⁵ que enfrentariam com o passar dos anos.

Ao término de sua bolsa, para sustentar-se em Buenos Aires e ingressar nos estudos universitários, Zeballos passou a trabalhar como cronista associado à redação do diário *La Prensa* – do qual chegou a tornar-se diretor –, sob as ordens de José C. Paz. Essa experiência permitiu a ele compreender a tensão estabelecida entre os grupos de poder, instituições e organizações políticas, mas mostrou-se, também, como um espaço de oportunidades, pois chegou ao cargo de redator-chefe e começou a competir discursivamente com intelectuais, publicitários e políticos, intervindo em alguns debates de caráter nacional e provincial, uma vez que se encontrava imerso na dinâmica social a partir de dois lugares afins: os de ator e testemunha das mudanças que se operavam no país.

Enquanto completava seus estudos em Direito na Universidade de Buenos Aires, Zeballos envolveu-se num episódio caracterizado por Etchepareborda (1982, p. 12) como “uma das primeiras rebeldias juvenis produzidas em nossa universidade”. O estudante Roberto A. Sánchez suicidou-se, em dezembro de 1871, supostamente por ter sido injustamente reprovado, fato que gerou uma mobilização de estudantes que foi acompanhada pela opinião pública, repercutindo num amplo movimento de reforma. Segundo Etchepareborda, a crise teve como resultado o afastamento de suas cátedras dos dois professores que haviam reprovado Sánchez e a fundação de um centro denominado “13 de dezembro”, em homenagem à memória do jovem (ETCHEPAREBORDA, 1982, p. 13). Em torno à fundação deste centro Zeballos participou da criação de um periódico de mesma denominação, que fora dirigido por José Maria Cantilo, chegando a alcançar quinze números publicados a partir da colaboração da juventude da época, dentre os quais podemos citar: Lucio

⁵ Os desentendimentos entre Emilio Mitre e Estanislao Zeballos se deram por ocasião da questão suscitada pelo último ao desempenhar a função de Ministro das Relações Exteriores durante o governo de Figueroa Alcorta, envolvendo a compra de armamentos que despertou reação contrária na própria Argentina e, também dos vizinhos sul-americanos, especialmente do Brasil, conforme discutiremos no decorrer do trabalho.

V. López, Francisco Ramos Mejía, José María Ramos Mejía, Juan Carlos Belgrano, além do próprio Zeballos.

O centro promovia assembleias que inicialmente exigiam mudanças no sistema de provas, mas que conduziram à formação da “Junta Revolucionaria pro Reforma Universitaria”, cujo secretário era Zeballos e que contou com a adesão paulatina de intelectuais, políticos e autoridades da própria universidade. Gestava-se, então, o projeto da Reforma Universitaria,⁶ elaborado por Juan María Gutierrez, Pedro Goyena e Juan Manoel Moreno, baseado nos princípios de autonomia, gratuidade e liberdade de ensino, além de incluí-lo numa reforma total do sistema de instrução pública, o que foi realizado a partir da reforma constitucional de Buenos Aires em 1873 e, em 1874, foi imposta por decreto governamental. Criou-se o sistema de Faculdades, entretanto, não foram atingidos os objetivos previstos de autonomia do poder político e de liberdade de ensino.

A fundação da *Sociedad de Estímulo Científico*, mais tarde conhecida como *Sociedad Científica Argentina*, onde construiu uma frutífera rede de relações com amplo espectro de jovens argentinos envolvidos com a atividade científica, intelectual e política, como Francisco Moreno, com quem realizou viagens de exploração nas regiões dos rios Negro e Limay, chegando até Nahuel Huapi (FERNANDÉZ; NAVARRO, 2011).

Na década de 1870, com pouco mais de vinte anos, Zeballos já havia iniciado uma carreira política e burocrática ascendente e multifacética, que resume boa parte das aspirações hegemônicas do setor que representava. De acordo com a perspectiva de Fernández e Miller (2011), sua intervenção nas distintas estruturas político-partidárias dentro do marco da democracia liberal conservadora, lhe permitiram desenvolver um núcleo de redes ao redor do jogo político provincial e nacional, assim como construir um leque plural de relações sociais que o incluíam no mundo político, intelectual, científico, econômico e profissional.

Participou do cenário político argentino como deputado – provincial em 1879, nacional em 1880 e presidente da Câmara dos deputados em

⁶ A Reforma Universitaria foi tema de destaque em uma série de artigos assinados pelo próprio Zeballos e publicados na *RDHL* entre os anos de 1898 e 1900.

1889 -, foi Ministro das Relações Exteriores durante os governos de Juárez Celman⁷ - ao mesmo tempo que presidiu a Sociedade Rural Argentina -, Carlos Pellegrini⁸ - momento em que representou a Argentina diante do presidente Cleaveland dos EUA no litígio de limites com o Brasil pela fronteira da região de Missões – e de José Figueroa Alcorta.⁹ Assumiu, também, a função de Ministro Plenipotenciário no México e nos Estados Unidos, foi membro permanente do Tribunal Internacional de Haia em 1912, ano em que também se elegeu deputado nacional pela última vez, Decano da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires e participou das conferências pan-americanas.

Conforme assinalado por Fernández e Müller (2011), o ano do nascimento de Zeballos (1854) foi marcado por uma conjuntura significativa na Argentina do século XIX: os primeiros anos da Confederação Argentina davam início ao processo de construção do Estado nacional. A província de Buenos Aires representava uma alternativa ao governo de Urquiza no intuito de fazer valer seu projeto de governo. O contexto convulsionado e inflexivo em que começa a vida de Zeballos se contrasta com seus últimos anos no início da década de 1920, quando já estava consagrado o programa de conformação do Estado nacional introduzido cinquenta anos antes, no qual nosso personagem teve um relevante protagonismo.

⁷ Durante o governo de Celman, Zeballos atuou na elaboração do Código de Procedimentos e de Comércio, da lei de criação de colônias agrícolas e da produção de agroindústrias e das normas que regulavam a atividade ferroviária. Participou da busca de soluções para os litígios limítrofes com o Chile. Além disso, correspondências datadas de 1890, trocadas entre os dois políticos e posteriormente publicadas na Revista de Derecho, Historia y Letras, evidenciam a sugestão de Zeballos acerca de uma possível renúncia total do gabinete, com vistas a oxigenar a tensa situação política, o que, de fato, ocorreu.

⁸ Nomeado por Pellegrini como Diretor de Correios e Telégrafos, passou a desempenhar um papel-chave em relação ao PAN e à burocracia estatal, uma vez que aperfeiçoou o sistema de informações e utilizou os Correios para apoiar e sustentar as clientelas do PAN. Em junho de 1892 voltou à função de Ministro das Relações Exteriores até o término do mandato, em outubro daquele mesmo ano.

⁹ Zeballos destacou-se, neste período, sobretudo com relação à polêmica gerada por seu envolvimento na questão dos armamentos, fato que levou sua política exterior a ser interpretada como agressiva pelos países vizinhos, especialmente pelo Brasil, acarretando sua saída da chancelaria.

Em 1880 Zeballos aproximou-se do roquismo, assim como ocorreu com o periódico *La Prensa*, sob sua direção, voltando a estreitar seus laços com políticos como Héctor Varela e Carlos Pellegrini. Passou a integrar o Partido Autonomista Nacional – PAN –, o que se constituiu numa experiência de articulação de dimensões nacionais dentro da elite e para o benefício dela. É importante destacarmos que o vínculo entre Zeballos e Roca havia se formado devido à inserção de ambos em uma complexa rede de relações, o qual foi estimulado pelo apoio que o primeiro deu à Campanha do Deserto, liderada pelo segundo. Zeballos deu seu aval diante da solução encontrada pelo governo para resolver, em caráter definitivo, a “questão indígena”, o que levou à incorporação de vastos territórios ao controle do Estado e garantiu a manutenção das fronteiras ocidentais da república. *A conquista de quince mil leguas: estudio sobre la traslación de la frontera sud de la república al Rio Negro dedicado à los jefes y oficiales del ejército expedicionario*, obra escrita por Zeballos, foi utilizada por Roca a fim de justificar e conscientizar até mesmo os oficiais que estavam envolvidos na campanha.

Rivarola (1923), um destacado intelectual argentino contemporâneo a Zeballos, descreveu sua atuação política como forma de lhe dedicar uma homenagem póstuma:

Aqui también fue extraordinaria la variedad de asuntos e los que se ocupó, ya como autor, ya interviniendo en los debates; dará idea decir que fueron proyectos de reforma a los códigos de Procedimiento y de Comercio, proyectos, informes o discursos sobre fomento de los territorios, tierras y colonias, sobre agricultura, irrigación, ferrocarriles, investigaciones económicas, restricción monetaria, redescuentos, convenciones sanitarias, embajadas, comercio de carnes, topográfico, geología, hidrología de la Rioja, Universidad Federal del Rosario, Ley de vinos, prenda agraria, derogación de la ley de depósito de oro en las Legaciones, construcción de caminos, fomento de la navegación marítima con pabellón nacional, expropiación de los frutos y productos exportables de la ganadería y la agricultura; fiscalización de los trusts, sobre reglamentaciones militares [...] ley del matrimonio civil, en cuyo debate habló con elocuencia y ciencia precedido por Goyena

y seguido por Estrada, adversarios ambos de la Legislación Civil (RIVAROLA, 1923).

Estanislao Zeballos também demonstrou grande interesse em escrever sobre a história de seu país. Dentre suas preocupações temáticas, podemos destacar escritos que contemplam os índios, a conquista e a colonização da Argentina; estudos de caráter antropológico; sobre a formação da nação; além de vasta produção com relação à história das relações internacionais da Argentina. Há escritos relativos ao período histórico em que vivia, os quais são descritos por meio de crônicas e recordações pessoais e, ainda, anotações biográficas e resenhas bibliográficas.¹⁰

Apesar de não ter sido produzida uma biografia¹¹ completa a seu respeito, Etchepareborda aponta uma série de historiadores que destacaram passagens da trajetória política e intelectual de Zeballos. Esse é o caso de Carlos R. Melo e Emilio A. Coni. Raúl A. Molina recordou sua gestão como ministro das relações exteriores de Pellegrini; Enrique M. Barba e Andrés Allende voltaram-se aos aspectos substanciais de obras dedicadas ao reconhecimento do território nacional como *La Conquista de Quince mil leguas* e *Viaje al país de los Araucanos*; Julio Irazusta recordou as críticas tecidas por Zeballos à Argentina de seu tempo; e Roberto F. Giusti exaltou as páginas referentes à *Conquista do deserto*, afirmando ter se tratado de uma guerra entre dois mundos que não poderiam coexistir (ETCHEPAREBORDA, 1982, p. 8). Este autor destaca, ainda, a monografia de Gregoria Celada Domínguez que, baseada numa documentação inédita pertencente ao Arquivo de Relações Exteriores, analisou a gestão de Zeballos ante o presidente Cleveland, árbitro norte-americano no litígio entre Brasil e Argentina pela região de Misiones; e o empenho de Gustavo Ferrari (Ibidem, p. 10) que reuniu alguns

¹⁰ A mais importante resenha bibliográfica elaborada por Zeballos consiste na seção *Analecta* que integrou a RDHL durante toda sua existência.

¹¹ Etchepareborda (1982) destaca que o próprio Zeballos, por ter consciência da importância de sua trajetória, fez anotações e organizou documentos que poderiam servir a um biógrafo, como o artigo “En la niñez y en la muerte, 1866-1909”, escrito por ele e publicado na RDHL, entendido a partir da tentativa de traçar uma autobiografia política, o que nos mostra a preocupação com a forma com que ele seria lembrado pela história argentina.

dos textos publicados na *RDHL* sob o título *Diplomacia Desarmada* e os transformou em um livro que contém, também, uma explanação acerca da importância de Estanislao Zeballos no campo da política exterior argentina, bem como a análise da situação das forças armadas e da posição ocupada internacionalmente pela Argentina no início do século XX, além de um capítulo que privilegia a compreensão de Rio Branco, chanceler brasileiro que travou várias disputas com Zeballos no campo da política exterior envolvendo Brasil e Argentina. Além destes, devemos ressaltar os trabalhos do próprio Roberto Etchepareborda com vistas às relações exteriores argentinas, especialmente seu enfrentamento com o Brasil.

Por tudo isso, consideramos que a trajetória intelectual e política percorrida por Zeballos foi de fundamental importância para a fundação da *Revista de Derecho, Historia y Letras*, uma vez que nas páginas deste periódico estariam, de forma direta ou indireta, expressas as concepções histórica, econômica, políticas, sociais e jurídicas deste importante intelectual argentino.

A ‘Revista de Derecho, Historia y Letras’: o grande projeto intelectual de Zeballos

Em 1898, momento do surgimento da *Revista de Derecho, Historia y Letras*, os intelectuais argentinos chamavam a atenção para os problemas que afligiam a sociedade e destacavam a necessidade de se forjar uma consciência nacional. Na obra *Restauración Nacionalista*, Ricardo Rojas referia-se a uma sociedade que parecia se dissolver diante não apenas do grande contingente imigratório, mas, também, da corrupção administrativa, da especulação financeira, da fraude eleitoral, do materialismo e da exagerada opulência dos costumes sociais que eram identificados como sintomas de um declínio generalizado da moral, conforme assinalado por Zimmermann (1992, p. 546). Nesse ínterim, a *Revista de Derecho, Historia y Letras* surgiu como um instrumento que buscava, por meio da ação intelectual, transformar as instituições e hábitos políticos do país introduzindo uma política de princípios.

Em *Breve História da Argentina*, Romero (1965, p. 61-63) sustenta que a oligarquia argentina adquiria ares patricios frente a massa heterogênea que se formava a seu redor, pois os imigrantes se organizavam em coletividades que davam mostras de não se integrar ao país, mantinham sua língua e seus costumes com escolas e associações, mostrando-se alheios aos problemas argentinos. Segundo o autor, isso justificava o comportamento da oligarquia, que se preocupava apenas consigo mesma e cada um de seus membros apenas com sua própria existência que se desenvolvia no âmbito dos clubes aristocráticos.

Mc Gann (1965, p. 245-247) caracterizou esse período como “a década não tão alegre dos 90”. A aparente solução da crise econômica fez com que as pessoas esquecessem as lições aprendidas, retomando seus negócios sem atentar para uma questão mais ampla: não se tratou apenas de uma simples crise com reflexos econômicos, mas, sim, do questionamento de toda a estrutura política, social e econômica argentina.

De acordo com Zeballos, a publicação seria inicialmente intitulada como *La Revista*, o que foi modificado por ter ficado sabendo da existência de outra publicação de caráter moral e religioso que levava o mesmo título. Ressaltou, ainda, que *Revista de Derecho, Historia y Letras* parecia-lhe uma denominação que abarcava os assuntos e interesses cuja discussão fazia-se fundamental para o momento vivido pelo país.

Em seu primeiro número, Zeballos redigiu um prospecto no qual assinalava:

Las instituciones pierden terreno aunque lo ganen los progresos materiales. Los héroes del desgobierno y de la licencia social alimentan el egoísmo generado por la abundancia o por las facilidades económicas. El carácter de los hombres se debilita y aparece la indiferencia cívica, cediendo a los elementos inferiores y parasitarios la suerte y el gobierno común... Lo han demostrado escritores notables y lo advierten los grupos dirigentes de la República Argentina y el Nuevo Mundo; pero sus fuerzas están desalojadas o dispersas. Es necesario contribuir a la disciplina y a la resistencia. La Revista nace de estos anhelos sociales, especialmente sentidos en la República Argentina.

Nos la han aconsejado patricios notables, venciendo nuestra vacilaciones para fundarla sostenerla. Hela aquí, pues, elemento incorporado a la reacción jurídica y a la defensa social empeñada ya por diarios y revistas (ZEBALLOS, 1898, p. 5-7).

De forma bastante explícita, Zeballos apontava, ainda no prospecto, os problemas encontrados na Argentina no final do século. Atribui ao país a característica do “desgoverno”, partindo da perspectiva de que se vivia um período de progresso material acompanhado pela decadência de suas instituições e pela ineficácia das leis, além disso, atentava à pequena quantidade de homens conscientes, capazes de direcionar a lenta cultura das massas por meio do estímulo à educação. A Revista nascia, portanto, dos anseios sociais vislumbrados por uma elite intelectual que buscava na tradição histórica os meios para decidir os novos rumos do país juntando-se à reação jurídica e à defesa social que já vinha sendo realizada por outros jornais e revistas.

Devido à atuação profissional de Zeballos, o Direito e a jurisprudência tiveram grande espaço na publicação, abarcando todo os ramos, desde o processual até o de mineração, incluindo artigos a respeito de sua forma de ensino, reformas de programas e exemplos de como o Direito era tratado por países como Chile, Estados Unidos e Rússia. Com relação à jurisprudência, foram integralmente reproduzidas as decisões da Suprema Corte Federal – não apenas argentina, bem como de outros países americanos e europeus – em distintas épocas, acompanhadas de seus atos de dissidência, alegações e comentários.

O interesse pelo aspecto legal inclui, ainda, artigos que tratam da ética da profissão e dos problemas envolvidos em seu exercício. O Tomo LXXIII, por exemplo, voltou-se a críticas e comentários a respeito da 31^a Conferência da Associação de Direito Internacional (International Law Association), da qual Zeballos foi fundador e presidente da seção argentina. Dentre os colaboradores mais frequentes desta área temos o próprio Zeballos, Rodolfo Rivarola, Alejandro Gancedo, José Nicolás Matienzo, Víctor Pesenti, Eleodoro Lobos, Mariano Molla Vilanueva, Alberto Palemoque, dentre vários outros que se destacavam nesse campo.

A contribuição história concentrou-se nas questões nacionais. Partindo do propósito de defender a indiferença cívica, fazia-se necessário despertar o sentimento de pertencimento à Pátria, o que era estimulado a partir da publicação de fatos que remetiam ao passado histórico da Argentina. Todos os números da *RDHL* continham artigos de importância histórica, ainda que tenham se apresentado de forma desigual quanto à sua importância; contudo, não existia um propósito que os ligasse ao longo dos tomos, pois, em sua maioria, representava a intenção de intervir em acontecimentos do momento como questões eleitorais, econômicas ou disputas no âmbito das relações internacionais. Outrossim, muitos eram os artigos históricos que surgiam por ocasião de se comemorar algum fato importante do passado argentino.

Devemos assinalar que a publicação apresentou um enfoque importante às histórias provinciais e à recompilação de documentos como cartas e memórias transcritas em suas páginas. Merecem destaque, igualmente, os artigos sobre acontecimentos da época como a Guerra russo-japonesa, a Primeira Guerra Mundial, os problemas decorrentes da imigração e do anarquismo e, ao mesmo tempo, a omissão a respeito do socialismo, que podem ser interpretados como testemunhos de uma realidade histórica imediata, constituindo-se em uma importante fonte para os historiadores. Seus colaboradores não se restringiam aos intelectuais argentinos, uma vez que podemos detectar a presença de chilenos, brasileiros, franceses e norte-americanos, o que nos leva a sustentar a hipótese de que a presença de estrangeiros atuando como colaboradores deste periódico foi uma maneira encontrada por seu diretor para reafirmar o passado argentino na história americana.

As letras foram abordadas a partir de artigos sobre temas literários e na busca de difusão de poetas, especialmente sul-americanos, dentre os quais podemos destacar Leopoldo Díaz, José Santos Chocano, Máx Chaves, além de outros. Ainda que não seja o foco principal deste trabalho, a forma como a revista enfocou as letras contribui para que possamos elaborar uma análise da fonte de forma integral e, por isso, não devem ser rechaçadas.

Nesse sentido, segue a proposta de Estanislao Zeballos ao definir a função de sua revista:

En sus páginas no hallarán hospitalidad las disertaciones frías, sin ideales y sin forma, que invaden, en oleaje diario los tribunales americanos, para contribuir solamente al retardo de la justicia y al aumento de las rentas públicas. La acción de la Revista será, en materia de Derecho, crítica y científica. Contribuirá á vigorizar las nociones del Derecho y de Deber en el hogar, en la educación, en las asambleas legisladoras, en la administración de justicia, en el funcionamiento administrativo y en el ejercicio de las libertades políticas y civiles en las naciones latino-americanas, y de una manera directa y especial en la República Argentina.

Los estudios históricos están incorporados á las grandes escuelas jurídicas. Su enseñanza es virtud fundadora. La Revista, se ocupará, pues, de los hechos pasados en su relación com el desenvolvimiento orgánico de la sociedad. La crónica tiene para sus páginas un interés secundario, pero felizmente empieza para la literatura histórica en la República y en América el período de la crítica y de la filosofía.

No será extraño á este plan el estímulo de la cultura literaria. Los países nuevos, formados por la combinación de los elementos propios con las tendencias, con el capital y com los brazos extranjeros, no pueden abandonar sus orígenes, ni su marcha á influencias eventuales. Es necesario encauzarlos y defenderse de la vulgaridad utilitaria persiguiendo un ideal en el Arte. Consideramos por eso un deber y un honor ofrecer estas páginas á todos los espíritus selectos que contribuyen á la civilización argentina y americana con una brillante y severa devoción á las letras (ZEBALLOS, 1898).

Esta publicação promoveu, contudo, várias contribuições à cultura de seu tempo que não se encontram assinaladas nas áreas que lhe dão nome. Em seu primeiro número, em 1898, iniciou-se o *Cancionero Popular de la Revista de Derecho, Historia y Letras*,¹² uma seção que reunia canções populares que,

¹² Em 1905, o *Cancionero Popular de la Revista de Derecho, Historia y Letras* foi compilado e reimpresso por Estanislao Zeballos.

de acordo com Zeballos, estavam conservados em coleções de impressos raros¹³ de épocas passadas ou na memória popular e revelavam os anseios, paixões, alegrias, angústias e triunfos do povo argentino. Dessa forma, as composições eram escolhidas pela direção da revista e agrupadas em seis períodos: as invasões inglesas, a pátria, a guerra com o Brasil, a tirania, a confederação e a república, de forma a percorrer o caminho trilhado pelos argentinos até a concretização do Estado nacional.

Conforme argumentou Zeballos, o *Cancionero* era dedicado à juventude e às novas famílias argentinas, pois representava a fibra patriótica, a alma nacional que deveria se impor ao mercantilismo e à imigração. Por “novas famílias argentinas”, compreendemos se tratar das famílias constituídas pelos imigrantes europeus, os quais deveriam, de acordo com essa perspectiva, identificar-se com a alma da república com vistas a se naturalizar para celebrar, junto aos criollos, a grande potência do sul.

Analecta foi uma seção que acompanhou a *RDHL* até seu último número. Como o próprio nome sugere, correspondia a uma coletânea de escritos curtos nos quais Zeballos manifestava, de forma direta, sua opinião e impressões a respeito de acontecimentos na Argentina e no mundo. Entretanto, nos momentos em que desempenhou funções públicas junto ao governo e se afastou da direção da revista, esta seção passou a ser assinada por Carlos F. Mello e, com o afastamento deste, apenas sob os cuidados da “direção”; nos últimos dois tomos (LXXV e LXXVI), devido a uma viagem e posterior morte de Zeballos, esteve a cargo de Ovidio Decoud. Já *Bibliografía* se iniciou no Tomo VII, em 1904 e, a partir do Tomo IX, incorporou o subtítulo “Catalogo razonado de mi biblioteca”, compreendendo uma listagem de livros enviados à *RDHL* ou mesmo ao próprio Zeballos que não ficavam restritos a obras argentinas, mas, estendia-se, também, a americana e europeia.

Circunstâncias de âmbito nacional adquiriram, em determinados momentos, lugar de destaque em alguns números. O ano de 1910, dedicado à comemoração do centenário da independência foi lembrado

¹³ Os documentos referentes às invasões inglesas, por exemplo, foram cedidos por Bartolomé Mitre.

pela *RDHL* que dedicou suas páginas a reproduzir de forma integral os discursos proferidos em todo o país, os quais continuaram aparecendo esporadicamente nos anos seguintes, misturando-se aos que recordavam o centenário da batalha de Maipú, da declaração de independência, de Belgrano e daí por diante.

Também em 1900, devido à visita à Argentina do imperador do Brasil, de D. Pedro II, foram dedicados praticamente dois tomos compostos de artigos que tinham o Brasil como temática principal, abarcando seu comércio, sua literatura, sua economia e seus homens ilustres. Da mesma forma, houve números dessa publicação que se preocuparam em prestar homenagens a figuras da época, a dor pela perda de personalidades importantes - como Mitre, Avellaneda e Pellegrini – as conferências e congressos internacionais, a reforma universitária, o agitado clima armamentista de 1908 com a intervenção de Zeballos, as condições sociais dos operários e o surgimento de novos grupos políticos.

A revista fora pensada como um local de debate político contra o regime governante de Roca-Uriburu (1898-1904).¹⁴ Zeballos criticava toda a política exterior do regime, rechaçava os pactos feitos com o Chile, porém, sua crítica central era contra o paternalismo presidencial e a imperiosa reforma política que o sistema demandava. Outro propósito importante da publicação era a estratégia de Zeballos de fazer-se presente no cenário político e intelectual argentino (FERNANDÉZ, 2011, p. 32).

Dentre os colaboradores do periódico podemos identificar reformistas ilustrados ligados ao roquismo como Joaquín V. González, Rodolfo Rivarola, Nicolás Matienzo, Roque Saenz Peña, que buscavam marcar tendências renovadoras nas práticas políticas, questionadas tanto a partir da ética quanto da perspectiva jurídica. Enquanto editor, Zeballos defendia um programa de moralização administrativa, reorganização dos partidos políticos e fortalecimento das autonomias provinciais,

¹⁴ É importante destacarmos que a *RDHL* não apenas dividia seu espaço de circulação, mas também mantinha relações com outras iniciativas editoriais da época, tais como *La Biblioteca*, de Paul Groussac, a qual mantinha claras semelhanças com a francesa *Revue de Deux Mondes*, e a *Revista Argentina de Ciencia Política*, de Rodolfo Rivarola.

confrontando os mecanismos de participação, representação e exercício do sistema republicano considerado amplamente fraudulento.

Segundo a perspectiva aberta por Gisela Galassi e Julieta López (2011), pelo seu volume e variedade de temáticas trabalhadas, bem como pelo conteúdo de seus textos, a RDHL se apresentou como uma das revistas mais paradigmáticas do período por ter reunido colaboradores vinculados diretamente aos principais debates e temas da atualidade política, científica e social da época.

As características materiais da *RDHL* apontam aos objetivos assumidos no momento de sua publicação. Editada, ininterruptamente, entre os anos de 1898 e 1923, a RDHL apresentou-se como uma publicação mensal, com exemplares que continham em média 150 páginas.¹⁵ A cada quadrimestre os exemplares eram integrados em um único tomo, surgindo 3 deles a cada ano, totalizando 75 tomos ao longo de 25 anos de existência; suas medidas, entretanto, mantiveram-se as mesmas ao longo de todo o período: 26 centímetros de comprimento e 16 de largura, apresentando um formato que se assemelhava ao de um livro¹⁶ e artigos de maior extensão, muitos dos quais se prolongavam por alguns números.

Não foi abundante em matéria de ilustrações, contudo, em artigos que abordavam questões de limites territoriais apresentou mapas, algumas fotografias, especialmente à época do Centenário e material ilustrativo em artigos que traziam a arqueologia dos indígenas americanos como temática. A título de curiosidade, devemos destacar que quando publicadas cartas que Sarmiento havia endereçado a Aurelia Vélez Sarsfield, foram reproduzidos desenhos feitos por ele.

¹⁵ A quantidade de páginas apresentou uma variação sendo que os anos iniciais chegaram a contar com mais de 180 páginas e, o último, com 125.

¹⁶ A revista em formato livro apresenta características diferentes do formato periódico. Se esta pode ser marcada ou dobrada, levada embaixo do braço e não obriga o leitor a buscar um lugar adequado para lê-la, aquela, apresenta características que pressupõem sua permanência no tempo e preveem outro trato do leitor com o objeto. O formato livro, por sua vez, propõe a utilização de outros sentidos que vão além dos visuais, como do tato que faz referência ao caráter material exemplificado pela escolha de um papel especial. Ver: ARTUNDO (2010, p. 9).

Os anúncios publicitários também não encontraram espaço abundante em suas páginas. A partir de 1902 começaram a ser incluídos, ao final de cada tomo, anúncios de instituições e publicações que nos remetem ao público leitor dessa revista, como o Instituto Geográfico Argentino – não por acaso, fundado por Estanislao Zeballos –, cujo anúncio traz uma apresentação do mesmo com vistas a ressaltar sua importância e os custos para que as pessoas se associem a ele, recebendo, assim, seu boletim informativo e adquirindo o direito de frequentar sua biblioteca. Neste mesmo número há, ainda, a propaganda de uma revista intelectual francesa intitulada *La Revue* – que se apresentava de uma forma bastante semelhante à *RDHL* –, da publicação das obras completas de José Manuel Estrada a partir da iniciativa do governo federal e da *Librería del Colegio de Cabaut y Cia*, que chamava a atenção por atender pedidos vindos da Argentina ou de outros países. Entretanto, a partir de 1912, a partir do Tomo LXIII podem ser notados anúncios publicitários com o intuito de promover a venda de cigarros a partir de ilustrações que ocupavam uma página e se apresentavam no início do exemplar, continuando as páginas finais dedicadas à promoção de revistas, editoras e do escritório de outros intelectuais que também atuavam na área do direito.

A inclusão de publicidade, independente de sua natureza deve ser interpretada, como propôs Tania de Luca (2011, p. 138), a partir das relações que o impresso buscou manter com o público leitor o que, neste contexto, pode ser interpretado como uma forma de promover outros projetos ligados à direção da *RDHL* e ao governo argentino – dada a participação de Zeballos nas discussões e decisões políticas da época – mas, ainda, como um sinal da necessidade de arrecadar fundos para o projeto, o que se tornou evidente, especialmente a partir da introdução dos anúncios de cigarros. Zeballos não foi apenas seu fundador, mas, também, o responsável pela manutenção financeira do empreendimento, como esclareceu Ovídio Decoud em um artigo publicado no tomo LXXV, em 1923, em comemoração aos 25 anos da *RDHL*:

El enorme esfuerzo del doctor Zeballos para sostener la Revista de Derecho, Historia y Letras, que se debió exclusivamente a su devoción patriótica, en aras de la cual tuvo que sacrificar (en el lapso de tiempo de 20 años desde su fundación), la pérdida de la suma de

ciento cuarenta mil pesos, cuyos comprobantes están debidamente documentados en el archivo de la misma.. El doctor Estanislao S. Zeballos, como se ve, libre de los intereses mezquinos, con su cerebro privilegiado, carácter, de temple de acero, y más que todo, mediante su acrisolado y gran patriotismo, ha conseguido, pues, felizmente, que la Revista de Derecho, Historia y Letras pudiera cumplir 25 años de existencia dentro de su credo inicial (DECÓUD, 1923, p. 505).

A partir de 1900, em seu sétimo tomo, a capa do periódico incorporou o subtítulo *Scribere est agere*. Em um artigo publicado no jornal La Prensa (RIVAROLA, 1923, p. 9), em 1923, por ocasião da morte de Zeballos, Rodolfo Rivarola interpretou o lema da RDHL como “escrever é ação”, nós, entretanto, consideramos mais apropriado traduzi-lo como “escrever é guiar”, o que nos permite considerar tal publicação como uma tribuna a partir da qual homens importantes da vida pública argentina e americana expressaram suas opiniões e propósitos.

Nesse sentido, defendemos a hipótese de que se tratou de um periódico voltado para um público seletivo, não pretendia ser lido e compreendido pelas massas, mas sim pelos pares intelectuais empenhados em discutir as questões nacionais servindo de guias para a construção da nacionalidade argentina. Estes tomavam os conteúdos discutidos na revista, como instrumentos que contribuiriam para sua ação junto às massas, por isso, entendemos que a RDHL não tinha as massas imigrantes e operárias como leitores, mas, sim, como destinatários dos referenciais por ela apontados.

As revistas atuam em um contexto histórico-social específico, todavia possuem uma identidade própria, por isso, devemos nos indagar a respeito de como ela a adquire e como esta se configura; devemos, também, atentar para o fato de que uma revista é sempre resultado de decisões conjuntas. Outrossim, a *Revista de Derecho, Historia y Letras* nasceu, possivelmente, de uma ideia pessoal de Zeballos,¹⁷ ideia esta que deve ter sido comentada e

¹⁷ A fundação da RDHL fez com que a vida de Zeballos adotasse um ritmo frenético: sua jornada de trabalho iniciava-se com as aulas de Direito Internacional Privado na Faculdade de Direito e Ciências Sociais, às tardes atendia em seu escritório de advocacia e, às noites,

discutida em reuniões de amigos, na redação do jornal *La Prensa* ou em seu escritório de advocacia, portanto, é fruto de um projeto coletivo, mas que leva a marca pessoal de seu idealizador, como evidenciou Carlo F. Melo, em 1907, ao assumir a direção interina da revista:

La Revista de Derecho, Historia y Letras, nacida en 1898, no fué una creación accidental de objetivo egoísta; fué el fruto de un pensamiento madurado en el estudio de nuestra sociedad, y tuvo un fin corporativo. Su fundador tem dedicado desde entonces á ella la mejor parte de su espíritu, y ha logrado que viva con un vigor extraño á las obras individuales (MELO, 1907, p. 4).

Durante a maior parte dos vinte e cinco anos de sua existência, a RDHL foi dirigida pelo próprio Estanislao Zeballos.¹⁸ Todavia, em 1907, deixou essa função para aceitar o convite do presidente Figueroa Alcorta que lhe ofereceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores e, para substituí-lo, nomeou Carlos F. Melo como diretor interino. A partir deste momento podem ser notadas algumas alterações na publicação, mais voltadas à forma que ao conteúdo propriamente dito: a capa passou a trazer o nome de Zeballos na condição de proprietário e diretor fundador – apesar de ter continuado a apresentar textos e a assinar a seção *Bibliografía – catálogo razonado de mi biblioteca* –, enquanto Melo era apresentado como diretor *ad interim*, além disso, os títulos dos artigos passaram a ser escritos com um tipo de fonte diferente da utilizada até então, o que lhes conferia maior destaque. São modificações simples, mas que exprimem a incorporação da personalidade do novo diretor ao periódico. Além disso, no texto explicativo que inaugurou o referido número da revista, Carlos F. Melo deu um novo impulso ao empreendimento:

participava da redação de *La Prensa*, de onde dirigia sua revista e escrevia os numerosos artigos nela publicados.

¹⁸ Desde 1898 até 1907, apenas o nome de Zeballos compunha a capa da revista, isto é, não havia especificação a respeito de editores ou diretores que, possivelmente, existiam e o auxiliavam na organização da RDHL.

Esa dirección interina invita á los argentinos que hacen vida pública, á pensar en que los miles de hombres de las clases inferiores que trabajan obscuramente para crear el poder y la riqueza nacional, tienen el derecho de exigir, como compensación, de los que forman las clases superiores, que se ocupen especialmente de los problemas que la sociedad presenta, demostrando en sus escritos y en sus actos que son capaces de orientar inteligentemente la actividad social (MELO, 1907, p. 4-5).

Portanto, analisamos a *Revista de Derecho, Historia y Letras* como produto de sua realidade, revelando o afã expresso pela personalidade de Zeballos em captá-la e modificá-la de acordo com sua própria concepção. Em nosso entendimento, o desaparecimento da revista, em 1923, está diretamente ligado à morte de Zeballos, ela dependia de seu esforço pessoal, pois, apesar dos interinatos que foram necessários devido à sua atuação política e suas viagens, eram a presença e atividade de Estanislao Zeballos que infundiam vida própria à publicação. Seu filho, Estanislao M. Zeballos, ao decidir encerrar a publicação declarou, em seu último número:

Con el presente número cesa la publicación de esa revista que fundara y dirigiera mi señor padre, con grandes pérdidas cuyo origen no creo oportuno mencionar. Me veo en la necesidad de tomar esta resolución por las dificultades que se han suscitado. Pero si es posible “la Comisión de homenaje a su memoria” la reeditará en segunda época transformándola en órgano oficial de ella bajo la dirección de su presidente (MELO, 1907, p. 612).

Não podemos afirmar de forma concreta quais foram as “dificuldades suscitadas” mencionadas acima, mas, supomos que sejam decorrentes da impossibilidade de suprir a erudição pessoal de Zeballos que se empenhou para que a Revista fosse mantida dentro de sua proposta inicial ao longo dos 25 anos de sua existência.

Referências

- ALTAMIRANO, Carlos (Org.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Madrid: Katz, 2010.
- ARTUNDO, Patrícia M. Reflexiones em torno a un nuevo objeto de estudio: las revistas. In: *IX Congreso argentino de hispanistas: el hispanismo ante el bicentenario*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2010.
- BARBERO, Maria Inés; DEVOTO, Fernando. *Los Nacionalistas*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983.
- BERTONI, Lilia A. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas*. La construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX. Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 2001.
- BRUNO, Paula. *Pioneros culturales de la Argentina. Biografías de una época (1860-1910)*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.
- CAMPANELLA, Hebe N. *La generación del 80. Su influencia en la vida cultural argentina*. Buenos Aires: Tekné, 1983.
- CONI, Emilio A. Dos aspectos de E. S. Zeballos. El historiador y el economista. *Boletín de La Academia Nacional de La Historia*, v. IV, p. 201-211, 1927.
- CORNBLIT, O.; GALLO, E.; A. O'CONNELL. La generación del 80 y su proyecto: antecedente y consecuencias. *Desarrollo Económico*, v. 1, n. 4, 1962, p. 28.
- DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- DEVOTO, Fernando J. Acerca de la construcción de la identidad nacional en un país de inmigrantes. El caso argentino (1852-1930). In: *VVAA – Historia y presente en América Latina*. Valencia Fundació, Bancaixa, 1996, p. 95-126.
- DOMÍNGUEZ, Gregoria C., GIACALONE, Rita. *Revista de Derecho, historia y Letras (1898-1923)*. Estudio e índice general. *IUSHISTORIA*, Buenos Aires, n. 4, 2007.
- ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Zeballos y la política exterior argentina*. Buenos Aires: Pleamar, 1982.

- FERNANDÉZ, Sandra; NAVARRO, Fernando (Org.). *Scribere est agere. Estanislao Zeballos en la vorágine de la modernidad argentina*. Rosário: La Quinta Pata, 2011.
- FERNANDÉZ, Sandra; Müller, Martín. Vitae plena. Breve recorrido por una vida multifacética. In: FERNANDÉZ, Sandra; NAVARRO, Fernando (Org.). *Scribere est agere. Estanislao Zeballos en la vorágine de la modernidad argentina*. Rosário: La Quinta Pata, 2011, p. 55-68.
- FRANCO, Stella M. S. Luzes e sombras na construção da nação argentina: os manuais de História Nacional (1868-1912). Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- FUNES, Patricia. *Salvar la nación. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo, 2006.
- GREJO, Camila Bueno. *Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros: entre o científico e o político. Pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880-1920)*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- LEGRAS, Horacio. Lectura y pasagen em el fin de siglo. *Revista Iberoamericana*, v. LXXII, n. 214, jan.-mar., 2006.
- LOBATO, Mirta Z. *La prensa obrera. Buenos Aires y Montevideo (1890-1958)*. Buenos Aires: Edhasa, 2009.
- LUCA, Tania R. de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MC GANN, Thomas F. *Argentina, Estados Unidos y el sistema interamericano (1880-1914)*. Buenos Aires: Eudeba, 1965.
- MELO, Carlos F. De la dirección interina. *RDHL*, Buenos Aires, ano IX, t. XXVI, 1907.
- NAVARRO, Fernando. En busca de Zeballos. In: FERNANDÉZ, Sandra; NAVARRO, Fernando (Org.). *Scribere est agere. Estanislao Zeballos en la vorágine de la modernidad argentina*. Rosário: La Quinta Pata, 2011, p. 11-38.
- PELOSI, Hebe C. A perspectiva americana nas revistas históricas argentinas da segunda metade do século XIX”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 16, n. 31-32, 1996.

- PRIETO, Adolfo. *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*. Buenos Aires: Sulamericana, 1988.
- RIVAROLA, Rodolfo. Discurso. *La Prensa*, p. 19, 07 nov. 1923.
- ROMERO, José Luis. *Breve historia de la Argentina*. Buenos Aires: Eudeba, 1965.
- _____. El pensamiento conservador latinoamericano em el siglo XIX. In: ROMERO, José L.; ROMERO, Luis A. (Org.). *Pensamiento conservador (1815-1898)*. Caracas: Ayacucho, 1978.
- SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una practica. *América. Cahiers du CRICCAL. Les discours culturel dans les revues latino-américaines de 1940 à 1970*, Paris, n. 9-10, p. 9-16, 1992.
- SCHWARTZ, Jorge; PATIÑO, Roxana. Introducción. *Revista Iberoamericana*, Pittsburgh, v. 1, n. 208-209, p. 647-650, jul.-dez. 2004.
- SHUMWAY, Nicolas. *La invención de la Argentina. Historia de una idea*. Buenos Aires: Emecé, 2000.
- SOARES, Gabriela P. *Semear Horizontes. Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SVAMPA, Maristella. *El dilema argentino: civilización o barbarie*. De Sarmiento al revisionismo peronista. Buenos Aires: Imago Mundi, 1994.
- TERÁN, Oscar. *Vida intelectual em el Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910). Derivas de la "cultura científica"*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- _____. *Historia de las ideas em la Argentina. Diez lecciones iniciales, 1810-1980*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.
- ZEBALLOS, Estanislao S. *Revista de Derecho, Historia y Letras*. Buenos Aire: Imprensa, litografía y catalogación de Jacobo Peuser, s/p, 1898, p. 5-7.
- ZIMMERMANN, Eduardo A. Racial ideas and social reform: Argentina, 1890-1916. *Hispanic American Historical Review*, p. 23-46, 1992.
- _____. Los intelectuales, las ciencias sociales y el reformismo liberal: Argentina, 1890-1916. *Desarrollo Económico*, v. 31, n. 124, jan.-mar. 1992.

*Ideias para a construção de uma ordem: o conceito de “cidade moderna” na Buenos Aires das primeiras décadas do século XX**

PEDRO DEMENECH

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Resumo: Com o *status* de “metrópole moderna” nos anos iniciais do século XX, Buenos Aires havia sofrido diversas transformações que a colocaram no patamar de uma grande cidade. Os diversos problemas a serem sanados, desde o final do século XIX, levaram a administração pública portenha a procurar soluções a fim de reorganizar o espaço da urbe. A imigração, a formação de um campo cultural (onde se debatia o que era e para quem era a “cidade”) e a sistematização de um projeto urbano que contemplasse a cidade como um “todo” fizeram com que a população enfrentasse, além do remodelamento espacial, os vários fenômenos de uma “cidade moderna”. Dessa forma, os mapas e o *Proyecto orgánico* de 1925, ajudam a discutir as ideias que influenciaram e organizaram o crescimento urbano de Buenos Aires.

Palavras-chave: Buenos Aires; Modernização; Proyecto orgánico; Modernidade.

Abstract: With the status of a “modern metropolis” at the beginning of the 20th century, Buenos Aires was undergoing several transformations that eventually enhanced it to the level of big city. The many problems to be solved since the end of the 19th century in Buenos Aires made the city hall reorganize the urban space. The immigration, the formation of a cultural field (where it was discussed what was and for whom was the “city”), as well as the systemizing of an urban project comprehending the city as a “whole” made its population face, besides the spatial remodeling, the various phenomena of a “modern city”. That way, the maps, along with the *Proyecto orgánico* from 1925, help discussing the ideas that have influenced and organized Buenos Aires’ urban growth.

Keywords: Buenos Aires; Modernization; Proyecto orgánico; Modernity.

* Recebido em 10 de abril de 2015 e aprovado para publicação em 04 de maio de 2015.

Introdução

Em meados do século XIX, na Argentina recém-independente, o escritor assumia a função de criar uma unidade, num país onde a fragmentação era a imagem mais presente na sociedade. Como alegou Julio Ramos, “Escrever, nesse mundo, era dar forma ao sonho modernizador; era civilizar, ordenar o sem sentido da barbárie americana” (RAMOS 2008, p. 27). Nesse período, onde as bases de atuação dos letrados (intelectuais, escritores, poetas, etc.) são construídas, política e literatura caminham conjuntamente para formularem projeto racionalizador para uma sociedade que se modernizava. Esse ato representa, fundamentalmente, a necessidade de homogeneizar a sociedade mediante as dificuldades e obstáculos encontrados para se consolidar os projetos políticos. Portanto, as bases do campo de atuação do “escritor” argentino se constroem num cenário permeado pela conturbação e guerras internas.

Naquele momento, a imigração foi dos principais acontecimentos que influenciaria a realidade argentina. Fruto de projeto político executado pelo Estado no século XIX, para povoar as zonas desérticas e limpar a Argentina da “barbárie rural”; no início do século XX, esse empreendimento começou a preocupar os “velhos *criollos*”. Pois a presença dos imigrantes acirrou ainda mais uma imagem de fragmentação e diluição da sociedade, tornando-a heterogênea.

Ao contrário do que o Estado projetava, a massa de imigrantes que entrou na Argentina concentrou-se, principalmente, nas cidades e nas zonas litorâneas, relegando outras regiões, como a zona rural. As tabelas abaixo ilustram o crescimento populacional e urbano da Argentina, em finais do século XIX e início do XX.¹

¹ Esses dados foram retirados do livro *Buenos Aires: historia urbana del area metropolitana*. Essa obra é uma ótima ferramenta de pesquisa para a História de Buenos Aires e de seu crescimento urbano. Contém dados relevantes para produzir interpretações, ilustrar e complementar dados de outros autores. As respectivas tabelas se encontram na p. 271 e p. 265.

Tabela 1 - Argentina. População total, urbana e rural – 1869-1914. Valores absolutos e porcentagens

N.º		1869		1895		1914	
		%	N.º	%	N.º	%	
Argentina	Total	1.737.076	100	3.954.911	100	7.995.237	100
	Urbana	600.680	34,58	1.690.966	42,76	4.525.500	57,39
	Rural	1.136.396	65,42	2.263.945	57,24	3.339.737	42,61

Tabela 2 - Número total de imigrantes chegados à Argentina entre 1857 e 1887

Homens %	Mulheres %	Crianças %	Total %
561.577 (65,31)	186.737 (21,72)	111.605 (12,97)	859.919 (100)

Em 1887, a população de estrangeiros superava em números a população de argentinos. A imigração havia, de fato, dado os contornos importantes na configuração da sociedade argentina, principalmente na capital federal. Com a economia em crescimento, a Argentina inseria-se no mercado mundial. Concomitantemente aos investimentos que entravam (grande parte estrangeiros), o país desenvolveu sua infraestrutura e investiu em obras públicas. Assim, no período do Centenário da Revolução de Maio (1910), celebraram-se todos os triunfos que o país conquistara e, ao mesmo tempo, surgiam questões referentes às novas configurações sociais como, por exemplo, a abertura de espaços de participação política e cultural para os grupos que surgiam na população argentina (ALTAMIRANO e SARLO 1997, p. 166).

Nesse momento, a atividade dos letrados apresenta um foco pragmático: escrever (praticar as letras) é atividade “polidora” da sociedade, de tal modo que se pode regular e interferir na sociedade – a escrita assume conotação pública. Outro aspecto, a respeito dessa condição do intelectual

desse período, é seu envolvimento com as ideias sobre cientificismo, argumentou Oscar Terán: na transição do século XIX para o XX, esse sistema fora questionado, pois começava a dividir o espaço com novas perspectivas de pensamento que se instauravam na sociedade (2008, p. 10).

Buenos Aires em início do século XX

Os novos fenômenos sociais, no início do XX, abriam os caminhos para o surgimento das vanguardas onde as artes, não somente as ciências, poderiam captar e explicar as alterações do desenvolvimento da sociedade portenha. No mundo onde a vida mudava aceleradamente, os intelectuais e a sociedade portenha passaram a vivenciar novas experiências. Beatriz Sarlo, sobre aquele período, alegou que a “arte define um sistema de fundamentos: ‘o novo’ como valor hegemônico, ou ‘a revolução’ que se converte em garantia do futuro e reordenadora simbólica das relações presentes” (SARLO 2010, p. 56).

Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) na Europa, a ideia de que o *progresso* fosse infinito e servisse ao bem começou a ser questionada – os sistemas de pensamentos influentes no XIX (o positivismo e o cientificismo, por exemplo) sofreriam enorme abalo em suas matrizes filosóficas, pois a ideia de uma evolução linear (da humanidade) não mais servia numa sociedade que experimentara os percalços da guerra de trincheiras.

Patrícia Funes afirma que esse evento serviu, entre outras questões, para expor a debilidade de um sistema que em finais da década de 1910 dava seus primeiros sinais de fraqueza. Com isso, a *velha* Europa que servia de exemplo para o *jovem* continente americano passou a inspirar desconfiança. A partir do esgotamento imposto pela guerra, produzia-se relação tensionada entre os intelectuais latino-americanos e europeus, na medida em que o “velho mundo” passou a pensar e criticar as próprias imagens que criara e das quais queria se desvincular (FUNES 2006, p. 26).

Influenciados por novas correntes como o Decadentismo (inspirado pelas ideias de Oswald Spengler) ou o Relativismo (inspirado por Einstein), os latino-americanos repensaram com grande esforço a

conjuntura do continente no período, marcado por várias incertezas. “O que era ‘obscuridade’ e tédio para a Europa, se voltava como luz para os pensadores da região”, explicou a historiadora Patricia Funes (2006, p. 35).

Recebidas com grande entusiasmo na Europa, as obras de Spengler e Einstein produziram na América Latina uma reviravolta na maneira como os intelectuais pensavam o continente. Do plano da política ao da física, as ideias advindas do contexto imposto pelo pós-guerra realocaram os problemas sociais a partir de novas dimensões filosóficas, problematizando explicações deterministas ou eurocêntricas sobre o “novo continente”. Os novos movimentos políticos e culturais que surgiam na América Latina inspiravam-se nessas ideias, explicando os problemas e as sociedades a partir das perspectivas abertas, surgidas em consonância com as transformações em curso. A própria palavra *novo*, naquele momento, significava o aparecimento de outras possibilidades ainda não demarcadas.

Segundo Patricia Funes, nos anos de 1920 os intelectuais latino-americanos se autorreferenciavam como a “nova geração” que portava por diferentes meios (políticos, sociais, estéticos, culturais) “novas sensibilidades”. Tanto que, nesses anos:

Um território intelectual crítico se abria a partir do pós-guerra. Arena bastante movediça, agitada por fluídos heterodoxos sobre o território ermo do positivismo que já não dava conta destas sociedades. As referências eram ecléticas, e os ensaios de uma “rara musicalidade ideológica” (como dizia Alfonso Reyes) (FUNES 2006, p. 49).

É nesse entroncamento de novas pressões e imposições por parte da sociedade e da conjuntura histórica do entreguerras, e com a ampliação das correntes de pensamento, que os intelectuais de Buenos Aires repensaram o desenvolvimento de sua atividade profissional – escrever não significava, somente, a realização de um projeto racionalizador, era uma profissão ligada a um mercado, com regras e trâmites próprios, nos quais os intelectuais e escritores teriam, forçosamente, que se inserir. Como pontuou Beatriz Sarlo, ao se constituir em “cidade moderna”, Buenos Aires tinha as condições

necessárias para que sua população consumisse os produtos que o mercado editorial produzia (2010, p. 37).

Desde o final do século XIX, a relação literatura-política transformava-se pelo abalo nas formas de autorização dos discursos – agora não eram, somente, os Estados que poderiam institucionalizar (e amparar) os letrados (RAMA 1985).² Isso significou a inserção desses escritores no mercado, fazendo-os alterar a relação com público ao qual se dirigiam. Vai-se abrindo um campo *onde* o território dos *letrados* autonomiza-se em relação ao Estado. Esse já não mais homologa e define os termos da atividade intelectual. Sobre esse assunto, Julio Ramos faz o seguinte apontamento:

Por mais certo que seja afirmar que a incorporação de bens culturais se sistematiza no final do século, é importante saber que desde começos do século 19, com o desenvolvimento do jornalismo, já existiam regiões de trabalho intelectual atravessadas pelas leis do intercambio econômico. É bom lembrar que o capitalismo latino-americano não nasce no final do século, assim como o mundo das “letras” não pode ser representado mediante a metáfora do mecenato cortesão, ou mediante a analogia entre o nosso 19 e o feudalismo europeu (RAMOS 2008, p. 78).

Diferentemente dos escritores modernistas³ do século XIX, os

² Belíssimo estudo sobre as transformações ocorridas nas relações entre os letrados e o poder, na América Latina. Devido ao tipo de abordagem feita, Rama abriu um novo campo de estudos onde fosse possível estudar a maneira pela qual os intelectuais se relacionavam com a sociedade a partir das mediações culturais e, não somente, privilegiando as formas preexistentes, onde a figura do intelectual é vista apartada da sociedade.

³ É necessário aqui pontuar que o modernismo nos países hispano-americanos no século XIX não tem relação com o modernismo brasileiro, surgido no século XX. A figura com mais destaque do modernismo hispano-americano foi o poeta nicaraguense Rubén Darío. Com seus escritos, foi um dos poetas de maior influência na língua espanhola. É importante compreender a relação entre a poesia modernista e o surgimento dos movimentos de vanguarda, que ocorrerão no continente no início do século XX, pois os vanguardistas opõem-se ferozmente aos padrões artísticos dos modernistas. Bella Jozef, ao estudar o modernismo na América hispânica, assim o definiu: “É a forma literária de um mundo em transformação, síntese das inquietações e ideais de uma classe que atingiu seu apogeu no

escritores dos anos de 1920 buscavam respostas às transformações em sua sociedade não a partir de binarismos, mas com olhares complexos e capazes de consolidar essa “nova sensibilidade” – esse era um dos desejos da vanguarda argentina. Esse “novo profissional”, que começava a desenvolver a atividade das letras, relacionava-se com os jornais de grande circulação, buscando integrar-se com o público que os lia.

Em Buenos Aires, os escritores do início do século XX refletiram diretamente sobre a função de sua profissão, partindo do momento em que se situavam. Não somente como forma de sobrevivência (através da atividade jornalística), mas como uma atitude. As ideias dos escritores, naquele momento, buscavam vincular-se à sociedade por duas formas: 1) a inquietude na criação de uma tradição cultural, que se via ameaçada pela presença dos imigrantes; 2) pelo consumo de ideias, específicas do mercado que se formava.

O segundo ponto liga-se diretamente ao primeiro. Os escritores daquele período assumiram uma missão: tornar visível, para a sociedade, essa “nova sensibilidade” que estava se desenvolvendo. Isso implicava, também, a participação dos letrados em um mercado cada vez mais especializado requerendo, muitas vezes, a formação de profissionais capacitados para atender as demandas do público leitor.

Nesse aspecto, segundo Rama, os escritores assumiam o papel de conduzir a sociedade por meio de uma *função ideologizante*: “lhes cabia a condução espiritual da sociedade, mediante uma superpolítica educativa que se desenhou contra a política cotidiana, cujas ‘misérias’ se evitariam mediante vastos princípios normativos” (RAMA 1985, p. 106-107).

século XIX e começa a declinar no século XX. Segundo a tradição sincrética da literatura hispano-americana, combinou o mundo antigo ao moderno, constituindo, no domínio das artes, a repercussão de um estado de espírito peculiar a uma época, como tomada de consciência de seu tempo” (2005, p. 90). No cenário onde os países que iniciaram sua independência buscavam consolidar-se, o modernismo foi a resposta das artes a esse mundo novo, estilizando os acontecimentos sem renunciar a elementos que exaltassem o passado aristocrático.

Criollose imigrantes na formação do campo cultural portenho

Na Argentina, de acordo com Sarlo e Altamirano, através dos meios de comunicações⁴ e das instituições, os intelectuais pensaram a sociedade através da dicotomia entre o projeto *criollo* e a ameaça da imigração. Se no século XIX, a imagem do imigrante representava a concretização da ideia de progresso atrelada ao desenvolvimento que ela traria, as imagens dos *criollose gauchos* assumiam significados pejorativos como os de vícios na política, atraso e barbárie; no século XX, a lógica se inverte: o imigrante passou a ser visto, principalmente no período posterior ao Centenário, como aquele que colocaria em perigo o equilíbrio da sociedade argentina. Em outro aspecto, as imagens do *criollo* do *gaucho* que, no século XIX, tinham significado pejorativo, assumem contorno positivo no XX. Isso ocorre porque uma certa vertente da tradição nacional estava ameaçada pela ideia de progresso desenfreado (ALTAMIRANO e SARLO 1997, p. 184).

As Universidades, nesse período, assumiram importante papel na consolidação de um ambiente intelectual, por meio da formação de uma tradição literária (a criação da cátedra de literatura argentina na Universidade de Buenos Aires, por exemplo). Outro papel importante por elas desempenhado foi na formação dos escritores profissionais. No final do século XIX e início do XX, a Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires assumiu a função, contribuindo para o desenvolvimento das formas de sociabilidade intelectual. Nesse contexto, os antigos letrados (muitos deles formados em Direito e Medicina) passaram a dividir espaço com a “nova” geração (ROMERO 2009).

Destarte, nesse momento de formação de novos valores na sociedade argentina, principalmente em sua capital, Beatriz Sarlo afirmou que:

O que escandalizava ou apavorava muitos dos nacionalistas do Centenário influenciou a visão dos intelectuais nos anos 20 e 30. [...] A imagem de uma

⁴ Nos anos finais do século XIX, o jornal *La Nación* era um dos principais periódicos, com diversos intelectuais que trabalhavam na condição de jornalistas em sua redação.

cidade homogênea já se rompera em 1890, mas trinta anos é pouco para assimilar, na dimensão subjetiva, as diferenças radicais trazidas pelo crescimento urbano, pela imigração e pelos filhos da imigração. Uma cidade que duplica sua população em pouco menos de um quarto de século sofre mudanças que seus habitantes, velhos e novos, tiveram de processar (2010, p. 37-38).

Nesse ambiente, Buenos Aires constituiu-se em cidade cosmopolita e moderna, e nesse transcurso a sociedade portenha sofreu prodigiosas mudanças. O processamento desses eventos, como afirmou Luis Alberto Romero, ocorreu, muitas vezes, de maneira violenta (2006, p. 40).

O desenvolvimento da sociedade portenha significou o rompimento com o poder da velha ordem oligárquica, que passou, também, a disputá-lo com grupos que emergiam no ambiente portenho. É nesse período que a UCR (União Cívica Radical), partido político que ganhava expressão entre os portenhos, conseguiu eleger para a presidência Hipólito Yrigoyen.

A vitória de Yrigoyen significou, em certos aspectos, constrangimento para a velha elite. Como afirmou Carmen Bernand, no dia seguinte à posse presidencial, os *criollos* estranharam os sobrenomes dos ministros escolhidos por Yrigoyen, de maioria estrangeira (BERNAND 1999, p. 233). As antigas gerações, que lutaram para unificar o país e que participaram da conquista do deserto, conservavam, nesses eventos, a memória de um passado evanescente.

O desenvolvimento da sociedade argentina e o crescimento da área urbana portenha relacionam-se diretamente à consolidação da democracia. Entre 1912 (ano da reforma eleitoral que pretendia aumentar os direitos à cidadania) e 1930 (quando a breve experiência democrática argentina acabou interrompida) a representação da União Cívica Radical enquanto partido político foi singular: a UCR tornara-se o primeiro partido político a obter dimensão nacional. Porém, tal como a sociedade portenha, a UCR vivia – paradoxalmente – a mistura de modernização e tradição. Luis Alberto Romero supôs que a UCR fosse capaz de forjar elementos necessários para a formação de uma identidade na política nacional (ROMERO 2006, p. 54). Nesse aspecto,

A cidade, o centro das decisões anônimas, convertia-se em um monstro cada vez mais odiado e cada vez mais inacessível: quem se rebelava contra ela estava destinado a lutar com uma sombra. [...] *A política variou a partir de então*. Deixou de ser patrimônio de umas camarilhas que resolviam os seus problemas nos salões e nas ante-salas e transformou-se em algo tumultuado que tinha como cenários as ruas e as praças (ROMERO, 2009, p. 334-338 passim).

O trecho ilustra bem a situação na qual o desenvolvimento político acompanhou a ampliação da sociedade. Na medida em que a UCR era um partido que representava a “nova” sociedade argentina, tornava-se, ao mesmo tempo, o instrumento pelo qual esta disputaria espaços nos ambientes políticos com os “viejos criollos”.

Na Argentina, logo depois da recessão decorrente da Primeira Guerra (1914-1918), retomou-se o crescimento urbano e econômico com vigor (GUTMAN; ENRIQUE HARDOY 1992, p. 163).

Romero pontuou que não havia, naquele período, por parte da sociedade, compreensão das transformações em curso. Nas cidades, sobretudo, as mudanças foram observadas com precisão, porquanto ali ocorreram acentuadamente. Assim, “Tudo o que se opunha ao desenvolvimento linear e acelerado do mundo urbano e europeizado era condenável, constituía uma rêmora e merecia ser eliminado” (ROMERO 2009, p. 344).

Genealogia de uma cultura urbana portenha nos anos de 1920

O desejo de reconfigurar a cidade conjugava-se com o de remodelar o passado. No plano político esse ato referia-se aos longos debates sobre Buenos Aires tornar-se ou não a capital do Estado argentino; enquanto fenômeno urbano delimitou-se, pela necessidade de demarcar um território estritamente urbano, pautado pela necessidade de modernização do espaço.

Com esses atos, surgia a necessidade de consolidar um poder municipal que modernizasse o município, passando a imagem de cidade

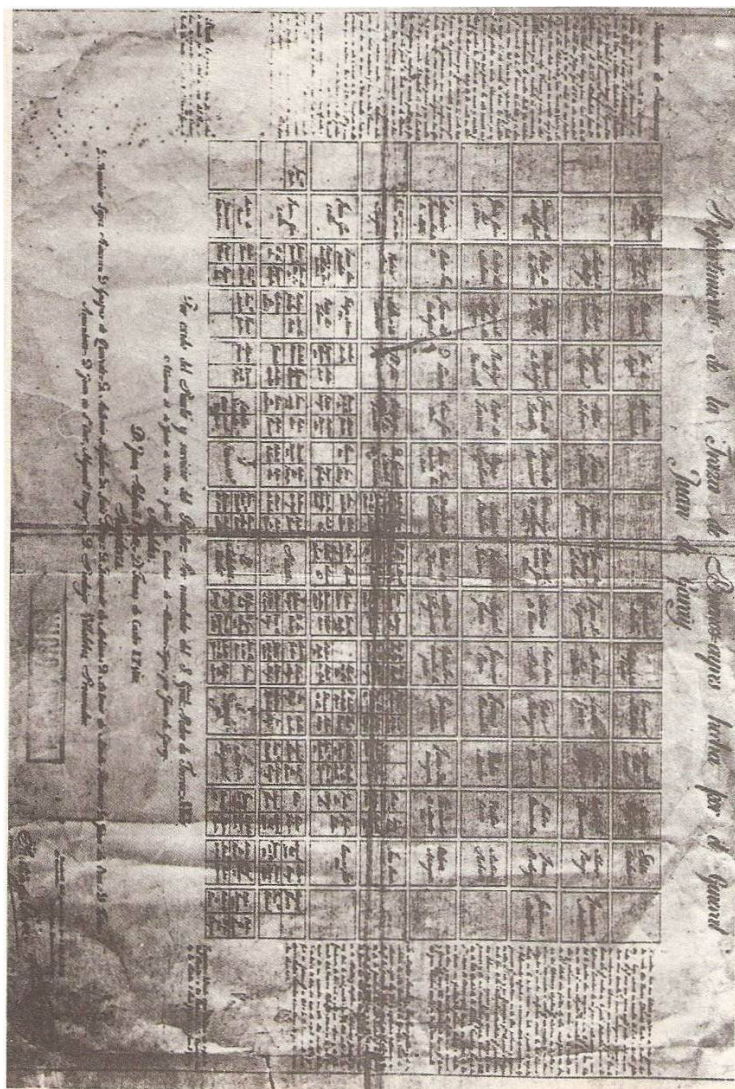
moderna como sinônimo de país moderno. Buenos Aires, ao tornar-se autônoma, consolidava o desejo de diversos grupos e adquiria a independência para realizar as transformações necessárias a essa empreitada. Ao adquirir autonomia política, Buenos Aires deu os primeiros passos para se consolidar como metrópole moderna.

Em 1880, Buenos Aires se tornou a capital federal da República Argentina, conservando, ainda, o desenho urbano do período colonial, onde os espaços eram divididos e traçados na forma de *damero*, como descreveram Margarita Gutman e Jorge Enrique Hardoy. Esse antigo traçado em forma de “tabuleiro de damas” fora adotado na maioria das cidades da América Hispânica, pois permitia maior controle sobre o território. Ocorreu que, junto à ampliação e ao desenvolvimento da cidade de Buenos Aires, tal divisão e tal planejamento deixaram de atender às demandas da administração municipal portenha; por isso, tiveram que ser repensados (GUTMAN; ENRIQUE HARDOY 1992, p. 90).

A Buenos Aires do meado do século XIX, em termos de desenho urbano, era pacata; o *damero* confundia-se com o pampa devido à retidão do terreno – o traçado urbano se adequava quase “naturalmente” à paisagem, pois se tinha a impressão de que a cidade fazia parte dela. A recém-criada cidade-capital enfrentaria grandes transformações, que se condensariam principalmente em seu centro. Era necessário dar ares de grandeza para a capital de um país que se desenvolvia. Construir uma cidade limpa e higiênica, pensada como “obra de arte”,⁵ exigia afastar do ambiente urbano os abatedouros, os indigentes e as insalubridades que poderiam atingir a qualidade de vida. Até então, não havia plano ou projeto regulando o desenvolvimento e o crescimento da cidade.

⁵ Tal concepção de “cidade como obra de arte” vigorou apenas no distrito central, enquanto nos bairros a ideia era de “cidade como negócio”. Isso se deveu, em grande parte, à especulação imobiliária acompanhando o desenvolvimento da cidade.

Figura 1 - Plano fundacional de Buenos Aires de Juan de Garay, de 1583⁶



⁶ Esse mapa é cópia de autor anônimo, retirado do livro *Buenos Aires: historia urbana del área metropolitana*, de Margarita Gudman e Jorge E. Hardoy. A fonte original, indicada pelos autores, é: DIFRIERI, Horacio (Dir.). *Atlas de Buenos Aires*. Buenos Aires: Municipalidad de Buenos Aires, 1981.

Foi durante a intendência de Torcuato de Alvear (1822-1890), de 1880 a 1887, que ocorreram as significantes transformações dos modelos e aparatos urbanos. A pacata “*Gran Aldea*” começaria a dar os primeiros passos em direção ao processo que desencadearia sua transformação na primeira metrópole da América Latina. Interessante, ainda, apontar nesse período a ação intensa para formar quadros de mão de obra especializada em Buenos Aires, capazes de lidar com as transformações e os novos projetos para a cidade. Margarita Gutman e Jorge Enrique Hardoy (1992, p. 102-103) colocam que:

a modernização encarada pela gestão Alvear não só transformou fisicamente a cidade, mas também melhorou, seguindo o modelo europeu, a administração municipal. Enquadrada nas funções que o pensamento liberal definia para os órgãos do governo e dentro da concepção higienista vigente, o município assumiu o poder de controle, regulamentação e vigilância da vida urbana, aumentando, complexando e fundamentalmente profissionalizando seu quadro de pessoal

A complexidade que a cidade adquire é marcada pela vontade de transformar Buenos Aires em local de referência para as funções que adquiriria, tanto como capital da Argentina, quanto como centro do poder econômico e político, que queria se firmar sobre as outras regiões. A necessidade de profissionalização dos quadros de administração municipal reflete o fenômeno urbano que se manifestava. Enquanto Buenos Aires mudava a partir das novas transformações, surgiu a necessidade de que as pessoas circulassem de modo mais rápido e eficiente pela cidade – as velhas formas de transporte (carroças, bonde puxados por cavalos) deveriam ser substituídas, da mesma forma que ruas estreitas ou com características coloniais dariam lugar às avenidas e bulevares abertos. Devido ao desenvolvimento e ampliação do espaço urbano era preciso criar possibilidades de acessibilidade, porque à medida que o centro da cidade se transformou, as áreas de subúrbio que começaram a se desenvolver ao

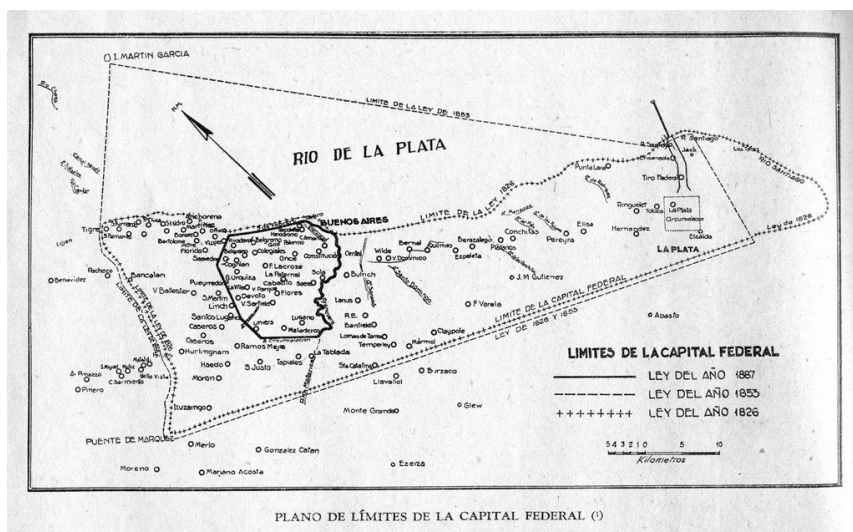
redor não poderiam ficar isoladas do ambiente urbano – era necessário conectá-las com a cidade (SENNETT 2008, p. 261).⁷

A Buenos Aires de 1580⁸ como se vê na planta de Juan de Garay, fora planejada a partir da concepção de que as pessoas pudessem circular sem perder de vista o controle do espaço – o objetivo era maximizar o controle sobre o território ocupado. A planta de Buenos Aires de 1583 mostra a concretização da vontade humana em criar o espaço perfeito, com proporções representando a harmonia espaço-homem, ou seja, o triunfo da vontade humana de controlar a natureza.

Da década de 1880 em diante, houve a preocupação do poder público – em Buenos Aires – de afastar os problemas urbanos do centro da cidade (GUTMAN; ENRIQUE HARDOY 1992, p. 97). Assim, a vontade era tornar a capital da Argentina lugar em que a pobreza e a miséria estivessem afastadas dos olhos do espectador que presenciava o “espetáculo urbano”. Nesse aspecto, o ano de 1887 foi decisivo, pois, a partir de então, seria delimitado o contorno atual da Capital Federal.

⁷ A cidade, desde o final do século XVII, com as descobertas sobre a função do sistema circulatório no corpo humano, passou a ser planejada em consonância com as transformações das ciências do corpo. Essas mudanças foram relevantes no modo de planejar as cidades, tornando a circulação efetiva, pois ao período correspondia a necessidade de limpas, livres de mazelas ou obstáculos (físicos ou sociais) que impedissem o desenvolvimento urbano. A partir dessas modificações, o importante foi planejar as cidades mantendo o controle da circulação sem perder o controle sobre o movimento dos indivíduos e habitantes da cidade.

⁸ É interessante ressaltar o fato de que a cidade de Buenos Aires foi fundada duas vezes. No primeiro momento, em 1536, havia sido fundada como povoado, porém devido às dificuldades encontradas no território e a falta de estrutura, no ano de 1541 foi ordenado o despoamento da pequena vila. A empreitada realizada por Juan de Garay, em 1580, foi diferente. Havia mais recursos e a cidade foi planejada como um *damero*, usando a *plaza Mayor* como referência para a expansão do espaço. Entre a primeira e a segunda fundação, reside a diferença na ocupação e a transformação do espaço. O primeiro momento representava a necessidade de fazer presente nos territórios desocupados e sem a presença do colonizador, enquanto que a segunda data significou a necessidade de se fixar no espaço e habitá-lo. Isso se evidencia, mais ainda, pelo projeto urbanístico utilizado na construção da cidade (GUTMAN e ENRIQUE HARDOY 1992, p. 60).

Figura 2 - Plano de limites da Capital Federal⁹

Como podemos ver, o traçado da lei de 1887 (acima) que delimitou a forma da atual Capital Federal, foi cedido pelo governo provincial ao federal. Esse ato constituiu na modelação da cidade moderna e coincide, justamente, com a concretização de importantes obras, que integrariam o espaço visual da cidade.

Nesse ano, também, a prefeitura começou a implementar – de modo mais efetivo – os serviços de controle e regulação da população e do espaço urbano. Com os censos de registro populacional, regulamentação do tamanho dos edifícios e burocratização do serviço público, a cidade entrou no ritmo para acompanhar o desenvolvimento e a inserção do país no mercado mundial. Além disso, a própria sociedade se transformava à medida que o poder tentava controlar e regulamentar todas as instâncias da vida cotidiana. Essa relação entre transformação do ambiente urbano, aumento da burocracia municipal (através dos serviços e planos que visavam regular o crescimento da cidade) e a modificação das relações sociais aconteciam em concomitância e consonância com o aumento da individualidade na

⁹ CÁTEDRA Lombardi. *Plano de límites de la Capital Federal*.

sociedade portenha. Eis por que, além de significarem transformações do espaço físico, essas mudanças influenciaram também os aspectos culturais e sociais da cidade.

Ao ter trabalhado com as histórias das cidades, no mundo ocidental, Richard Sennett (2008, p. 25) afirmou:

A cidade tem sido um *locus* de poder, cujos espaços tornaram-se coerentes e completos à imagem do próprio homem. Mas também foi nelas que essas imagens se estilhaçaram, no contexto de agrupamentos de pessoas diferentes – fator de intensificação da complexidade social – e que se apresentam umas às outras como estranhas. Todos esses aspectos da experiência urbana – diferença, complexidade, estranheza – sustentam a resistência à dominação.

Ao se comparar a história de Buenos Aires com as de outras cidades que se urbanizaram rapidamente, percebe-se que o planejamento urbano desejado para a cidade começou a contrastar com hábitos e modos de vida – todos os grupos que iam se instalando em Buenos Aires naqueles anos traziam formação cultural e social que contrastava, muitas vezes, com o desejo da prefeitura de racionalizar o espaço. Seguindo a proposição de Sennett, percebe-se que cada grupo social enfrenta as dificuldades em lidar com as experiências advindas do espaço urbano – a cidade racionalizada como *locus* do poder e, ao mesmo tempo, objeto de crítica sobre ela mesma.

É o caso, discutido por Gorelik, das críticas aos traçados urbanos estabelecidos para Buenos Aires, nos anos iniciais do século XX, pois seguiam as mesmas diretrizes do traçado de 1583 – quando a cidade havia sido fundada. Ao estudar os traçados de Buenos Aires, Gorelik afirmou que:

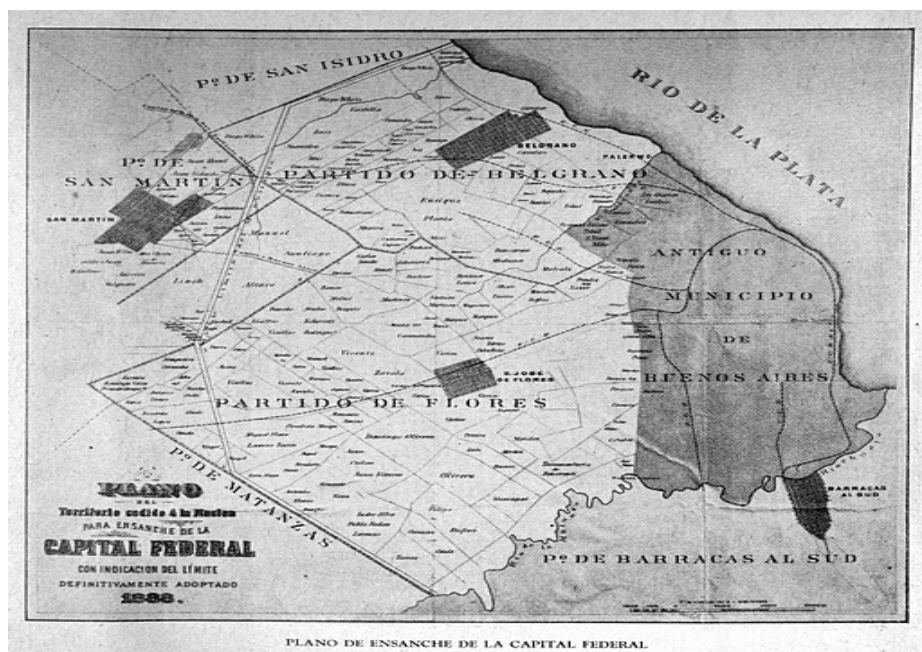
Um dos efeitos paradoxais de repúdio à quadrícula e a expansão suburbana foi sua completa naturalização: como se o tabuleiro fundacional das Leis das Índias houvesse trazido ordens genéticas para seu desenvolvimento vindouro. Esta é uma das razões

pelas quais não tenham tido visibilidade nem o traçado do limite da nova cidade federalizada, nem o da quadrícula do plano de 1898-1904: acaso não estavam inscritos em um destino tão natural quanto iniludível? Na linha de interpretação cultural da cidade (quer dizer, a linha de interpretação que vincula deterministicamente forma urbana e cultura, a de mais longa duração em nosso país), se trata de um destino oprobrioso imposto pela dupla barbárie da tradição espanhola e da natureza pampiana. O curioso é que esse repúdio cultural, de enorme produtividade inicial, reuniu, uma série de diagnósticos e os cristalizou, como sentido comum que subsistiu muito depois de que mudaram as condições e os paradigmas dos quais se formularam (2010, p. 29).

Essa naturalização do espaço confundia-se com a paisagem natural, acreditando-se que a regulação do espaço urbano fluía de acordo com as características do terreno. A partir disso, o pampa tornou-se elemento-chave para a cidade: ao se inspirarem nesse terreno, diversos autores vislumbraram as visões sobre Buenos Aires. O espaço urbano, mesclado ao terreno original, servia como forma de pensar a urbe, fosse para criticar ou exaltar o desenvolvimento em curso. Nesse cenário, é interessante notar que o traçado colonial persistiu, pois à medida que intentavam dar novas formas para a cidade não era vantajoso perder o controle sobre a formulação do espaço.

Por exemplo, em 1888, um ano após a limitação do traçado de 1887, foi construído um bulevar que serviu para regularizar o limite do distrito federal e para conter o avanço da expansão urbana. De tal situação decorreu que a imagem planejada pela prefeitura, em Buenos Aires, deixou de coincidir com a realidade. Pois, na medida em que os esforços em organizar a cidade miravam o centro, outros espaços da cidade começaram a se organizar política e espacialmente sem controle da Intendência Municipal.

Figura 3 - Plano de ampliação da Capital Federal¹⁰



Quando, em 1888, os limites da cidade foram efetivamente delimitados e o poder público decidiu continuar traçando o espaço urbano na forma de “tabuleiro de damas”, duras críticas foram realizadas, pois isso implicava a manutenção da imagem monótona da cidade. O *damero*, que dava a forma de grade à cidade, regia-se pelo princípio de homogeneidade – essa vontade de homogeneizar o espaço se relacionava com o desejo de identificar o que era e o que não era cidade.

Adrián Gorelik, ao ressaltar esse acontecimento, apontou que a “vontade pública” de pôr ordem no espaço ocorreu de maneira lenta e truncada, e não ocorreu de maneira “vazia” (sem projeto ou planejamento), daí as tentativas do poder público de criar administração municipal eficiente e o calor dos debates políticos e intelectuais (2010, p. 28).

¹⁰ CÁTEDRA Lombardi. *Plano de ensanche de la Capital Federal* (1888).

Com a criação do limite definitivo da cidade em 1887, a linha traçada não respeitou a fronteira geográfica. Ela impunha uma forma regular e artificial, criando uma cidade que deveria ficar contida nela mesma – a expansão urbana era vista com maus olhos, pois o crescimento massificado e sem controle poderia destruir os valores instituídos a partir do espaço urbano. A criação de limites para a cidade de Buenos Aires significou que a formulação de projetos deveria ser restringida àquele espaço, a cidade, nesse caso aparece como *espaço público*¹¹ onde as ideias são discutidas e passam a formar a imagem de uma sociedade.

O Proyecto orgánico de 1925 e a organização do espaço urbano

Vários foram os planos e modelos que se seguiram à demarcação dos limites.¹² Porém, foi o *Proyecto orgánico para urbanización del municipio* (1925) que exerceu grande influência nos debates sobre as ideias e o modo de projetar a cidade. Na sua apresentação, o documento declara a importância de se formular o projeto para a cidade de Buenos Aires, que se desenvolvia a passos largos. Nele, podemos ler:

Buenos Aires, apesar de ser a Capital de um país eminentemente rural, constitui seu atrativo mais importante, absorvendo o maior interesse de sua população, chegando a produzir idêntico fenômeno a que se registra na Europa, a partir do século XIX, para

¹¹ Neste artigo, o “*espaço público* será compreendido como um *horizonte*, em duplo sentido. Um horizonte conceitual, que permita enfocar os contatos entre as dimensões tão diferentes que supõe, a política e a urbana; que permite introduzir uma cunha na interseção da política e da forma, para tratar de entender como se produz uma e outra, para ver o que há de uma em outra. É um horizonte político, da política democrática e do *direito à cidade*, que implica a tensão permanente para a construção de uma arena pública inclusiva tanto de grupos sociais e culturais como temas que ampliem o espectro do que é estabelecido como ‘bem comum’” (GORELIK2010, p. 22-23, grifo do autor).

¹² Entre 1898 e 1909, foram criados dois planos para a cidade, porém o *Proyecto Orgánico* (1925) foi o primeiro que tomou a cidade como totalidade, abarcando todos os aspectos de espaços que a cidade possuiá.

não citar os mais semelhantes e conclusivos exemplos dos Estados Unidos. A emigração que se detém nela, suas condições de “confort” determinaram um desenvolvimento precipitado e imprevisto.

A influência de grande desenvolvimento que se apontava, o aumento constante de sua população, a extensão imensa de seu perímetro, a atividade de tráfico e rapidez das comunicações, e acima de tudo isso, os progressos profiláticos da higiene moderna, anunciam a complexidade do problema, pois exigiria importantes melhoras ainda dentro do mais restringido critério dos critérios. E este problema positivista, se se queira, e que parece caracterizar o nosso século eminentemente industrial, é que em um momento de otimismo há contribuído para DESFIGURAR as cidades modernas, fazendo esquecer o conceito de beleza tão respeitado nos séculos passados, como fonte indispensável do ideal de ação humana. Parece existir, por outra parte, em nosso país, a ideia de que toda coisa de valor prático e positivo, tem de estar desprovida de todo o sentido de beleza; seria, pois, mister destruir tão pernicioso erro para divulgar o conceito contrário [...]. Tal sentimento nos ajudara, pois, a aperfeiçoar nossa cidade fazendo dela a verdadeira imagem do ideal nacional dentro um justo e nobre desejo de engrandecimento e prosperidade social (INTENDENCIA MUNICIPAL 1925, p. 7-8).¹³

¹³ Tradução minha, no original lê-se: “[...] Buenos Aires, a pesar de ser la Capital de un país eminentemente rural, constituye su atractivo más importante, absorbiendo el mayor interés de su población, llegando a producir idéntico fenómeno a que se registra en Europa, a partir del siglo XIX, por no citar los más semejantes y concluyentes ejemplos de Estados Unidos. La emigración que se detiene en ella, sus condiciones de “confort” han determinado un desarrollo precipitado e imprevisto. La influencia de gran desenvolvimiento industrial que se apuntaba, el aumento constante de su población, la extensión inmensa de su perímetro, la actividad de tráfico y rapidez de las comunicaciones, y por encima de todo ello, los progresos profiláticos de la higiene moderna, anuncian la complejidad del problema, pues exigiría importantes mejoras aún dentro del más restringido criterio de los criterios. Y este problema positivista, si se quiere, y que parece caracterizar a nuestro siglo eminentemente industrial, es el que en un momento de optimismo ha contribuído a AFEAR a las ciudades modernas, haciendo olvidar el concepto de belleza tan respetado en los pasados siglos, como fuente indispensable de ideal en la acción humana. Parece existir, por otra parte, en nuestro país, la idea de que toda cosa de valor practico o positivo, ha de estar desprovista de

Longe de estar afastada (ou isolada) do restante do mundo, Buenos Aires conectava-se com as ideias sobre o urbanismo daquele período.¹⁴ Os autores do documento reconhecem que o desenvolvimento portenho não deixava de se assemelhar aos fenômenos ocorridos fora do continente latino-americano. O trecho “Buenos Aires, apesar de ser a Capital de um país eminentemente rural, constitui seu atrativo mais importante” nos mostra a importância da capital no cenário nacional argentino. Adiante, quando comparam o surgimento dos fenômenos e reconhecem que os problemas advindos da ampliação e do crescimento urbano portenho eram idênticos ao dos países europeus e dos Estados Unidos, pode-se alegar que tinham uma grande percepção sobre a conjuntura dos acontecimentos relacionados ao fenômeno urbano.

Mesmo sendo país com economia agrícola, a Argentina já tinha a maior parte da população urbana desde o início do século XX. Isso, naquele período, significou importante mudança nos planos políticos para o país. A ideia de usar a imigração como alavanca para povoar o país estilhaçou-se no final do século XIX. Entre 1900 e 1920, sujeita a reformulações conjunturais, a capital portenha foi adquirindo outras funções afora a de ser centro político do país que se desenvolvia.

O desenvolvimento portenho tomou rumos imprevistos, como se pode ler na primeira parte do documento citado. Ao reconhecerem que a soma de fatores como o desenvolvimento industrial, o aumento da população, a imensa extensão territorial (advinda do traçado de 1888) e a circulação de pessoas e veículos influenciavam na complexidade dos problemas da cidade, os relatores do *Proyecto Orgánico* buscaram alternativas e novas formas de resolver as questões que se apresentavam.

todo sentido de belleza; sería, pues, menester destruir tan pernicioso error para divulgar el concepto contrario [...]. Tal sentimiento nos ayudaría, pues, a perfeccionar nuestra ciudad haciendo de ella la verdadera imagen del ideal nacional dentro de un justo y noble anhelo de engrandecimiento y prosperidad social”.

¹⁴ Pode-se perceber isso quando comparamos a bibliografia utilizada no *Proyecto orgánico para la urbanización del municipio* (1925), pois demonstra que os autores do estudo sobre a situação urbana de Buenos Aires, nos anos de 1920, conheciam as diversas teorias sobre o planejamento urbano do período. Vejamos a quantidade de livros e revistas sobre urbanismo: 9 livro alemães; 1 revista alemã; 18 livros franceses e belgas; 6 revistas francesas e belgas; 11 livros ingleses e norte-americanos; 2 livros italianos; 1 livro espanhol.

Uma das questões levantadas pelo *Proyecto Orgánico* era a de lidar com o crescimento urbano – reconhecendo as cidades modernas como fruto do desenvolvimento industrial – sem perder de vista o desenvolvimento da beleza urbana. Nesse aspecto, o desenvolvimento associado com a questão do embelezamento reflete diretamente a vontade do poder municipal de tornar Buenos Aires atrativo monumental. No *Proyecto Orgánico*, essa noção assim se exemplifica:

Insistimos que: “O plano de uma cidade é a expressão de uma vida coletiva” e a cidade, pois, não só deve preencher uma finalidade material de bem-estar comum, como convidar seus habitantes a realizar um alto propósito [...]. O ideal de um programa superior é o que devolverá às cidades modernas a beleza perdida. “Somente certos estados sociais provocaram a criação dos belos exemplos do passado” (INTENDENCIA MUNICIPAL, 1925, p. 362).¹⁵

Isso reflete, em linhas gerais, a vontade de transformar a capital num ambiente inspirador, onde o progresso alcançado servisse de exemplo para os habitantes. A cidade deveria restaurar a beleza perdida, não somente por uma questão visual, mas pela necessidade de fazer seus habitantes aprenderem com o exemplo que ela ofereceria ao ser projetada. Logo que se intensificou o ritmo de construções no centro da cidade, as classes portenhas mais abastadas optaram por eleger, em consonância com o poder municipal, o centro como lugar privilegiado da cidade.

A ideia de inspirar-se em exemplos de organização social ensinados pelo passado justificaria embelezar a capital para que a população aprendesse sentimentos como civilidade e pertencimento. Porém, ao projetar as formas de uma cidade que servisse de modelo para a expressão

¹⁵ Tradução minha, no original lê-se: “Insistimos en que: ‘El plano de una ciudad es la expresión de una vida colectiva’ y la ciudad, pues, no sólo debe llenar una finalidad material de bienestar común, sino invitar sus habitantes a realizar un alto propósito. [...] El ideal de un programa superior es el que devolverá a las ciudades modernas la belleza perdida. ‘Sólo ciertos estados sociales provocaron la creación de los hermosos ejemplos del pasado’”.

de uma vida coletiva, o *Proyecto Orgánico* acabou por não privilegiar os problemas sociais da forma devida, pois acabou concentrando-se mais nas questões de ordem física da cidade.

Para restaurar a beleza da cidade, o *Proyecto Orgánico* não privilegiou os grupos que surgiam em meio às formulações sociais novas. Logo, eles encontraram diversos obstáculos restringindo o acesso à cidadania, ao suposto bem-estar comum identificado no trecho citado. Assim, visando produzir um programa superior, ensinando cidadania à população, o projeto acabou criando mais entraves do que soluções aos problemas sociais. Nos diversos casos do período, a ampliação do espaço urbano mais serviu para demonstrar as precariedades e problemas desse desenvolvimento do que para exaltar a força da modernização portenha.

Assim, grande parte da população ficava à mercê dos projetos do poder municipal. A política municipal, então, colocava uma série de empecilhos para a população que buscava o acesso à cidadania. As multidões urbanas geraram lacuna no espaço de poder no decorrer do século XX. Porém, o que não se esperava era que os grupos (TERÁN 2000, p. 332-333) marginalizados, ou, excluídos da sociedade (por não serem reconhecidos no discurso político oficial) se tornassem vozes ativas na urbanização.

Nesse cenário, o bairro surge como elemento importantíssimo na reivindicação dos grupos, pois se apresenta como lugar fundamental para as organizações sociais que começaram a se constituir. Ocorre que o poder municipal optou, a princípio, por não reconhecer esses espaços, que cresciam acompanhando o desenvolvimento da cidade. Adrián Gorelik alegou que o bairro portenho dos anos de 1920 foi produto da modernização urbana. Logo, esse espaço acabou utilizado, também, para chamar a atenção dos que governavam a cidade – fosse por meio das associações, fosse por meio da literatura e imagens que produziam sobre ele (2005, p. 67).

Na “*Breve síntesis histórica*” do *Proyecto Orgánico*, que discute a origem da cidade, os planos urbanos anteriores e as novas propostas de desenvolvimento urbano, há o reconhecimento da existência desses bairros. Porém, eles aparecem não como lugares políticos, mas como regiões habitadas que merecem ser anexadas à cidade devido a sua importância econômica e habitacional. Outro aspecto é a geografia da cidade, rodeada

pelo pampa, ressaltando a característica plana do terreno (INTENDENCIA MUNICIPAL 1925, p. 21-52).

Organizando-se a partir do traçado de 1887 a divisão da cidade em *manzanas*,¹⁶ como se apresenta no *Projecto Orgánico* não entrou em conflito com o *damero* já existente. Daquele traçado que objetivou normatizar o espaço subjugando os bairros ao centro da cidade, surgiram formas de resistência que não se identificariam com o modelo adotado pelo poder público municipal para a organização da cidade. Adrián Gorelik viu no bairro um lugar de formação e diferenciação política (2005, p. 68). Se o *Projecto Orgánico* tratava o bairro como local puramente funcional não contemplando seus aspectos culturais e políticos, causou o problema de perceber superficialmente as dimensões sociais de uma cidade que virara metrópole.

Considerações finais

A divisão da cidade em pequenas quadrículas visou apagar as diferenças no espaço público portenho. Longe de se afastar das tendências urbanísticas da época, o *Projecto Orgánico* foi formulado sobre a concepção de uma racionalidade que queria dominar o espaço. Ou seja, a cidade era o lugar onde o homem moderno poderia se diferenciar da natureza, como afirmou Renato Cordeiro Gomes (2008, p. 23-24). Esse desejo que se materializava na concretude caótica da urbe não apagou as diferenças, nem mesmo as diminuiu.

Os bairros, com seus habitantes, eram fundamentais para novas formas de sociabilidade, além de terem sido, também, o lugar das primeiras imagens de uma Buenos Aires pitoresca (GORELIK 2010, p. 345) em relação às imagens otimizadas sobre a metrópole. Portanto, eles seriam importantes, pois num

¹⁶ *Manzana*, quarteirão em português, é o espaço cercado por ruas e com construções edilícias. O *damero* foi um tipo de divisão utilizada, pela Espanha, para construir as cidades. Ocorre que pela facilidade de controle do espaço, proporcionada por essa divisão, muitas cidades independentes optaram por manter tal forma. Buenos Aires não foi exceção. É a junção de *manzanas* que da forma ao *damero*.

ambiente permeado de rupturas (como é a cidade moderna), mesclaram-se aos outros elementos do espaço urbano, dando novas perspectivas ao ritmo frenético da cidade moderna que Buenos Aires se tornava.

Nesse cenário, onde a modernidade despontava como um dos elementos suscitados pela nova cultura, a busca por identidades se tornou crucial para a diferenciação da homogeneidade imposta às pessoas pelo monótono traçado urbano. Diversos grupos buscaram compor suas características se diferenciando dos projetos que a prefeitura desejou impor para Buenos Aires.

Para entender a cidade daquele período, deve-se considerar a ideia de quem pertence a cidade, ou seja, os grupos que definiam ou determinavam as decisões políticas. Com isso, pode-se inferir a percepção dos habitantes. Renato Cordeiro Gomes nos dá a seguinte indicação, para as questões postas:

A metrópole capitalista com a vida angustiante, os intermináveis atentados aos seus habitantes, converte-se em constantes estímulos para a modernidade e as vanguardas que encontram aí o lugar ideal para produzir e confrontar suas propostas. A grande cidade se converte em depositária de todas as paixões. As diversas linguagens e aspirações artísticas e ideológicas medem-se por sua relação com o metropolitano. A cidade aparece como o lugar por excelência onde se sentem, de forma mais agudizada, as consequências do desenvolvimento do sistema capitalista e da Revolução Industrial (2008, p. 37).

A cidade se apresenta como lugar de paixões e produtora de significados. Daí Buenos Aires ter sido, na Argentina, o centro de captação das forças, sociais e econômicas, que inspiraram o(s) movimento(s) vanguardista(s) nos anos de 1920. Utilizando a cidade como elemento fundamental de toda sua luta, estética e política, a(s) vanguarda(s) portenhas vislumbraram o mundo diante de si como novo – ora experimentando deslumbre, ora queixume.

Ao interpretar a cidade, muitos vanguardistas tentaram captar ou reinterpretar as mudanças radicais no cenário da urbe. Ler a cidade, nesses

instantes de câmbios radicais, era transformar cada nova forma, cada esquina, cada prédio, em matéria poética, jornalística ou até em acirrados debates sobre o significado da cidade como centro definidor e irradiador de uma cultura cosmopolita.¹⁷ Ao lidar com a cidade, eles entram num jogo de mão dupla onde a regra consiste em decifrar os elementos que surgiam no lugar daqueles que desapareciam.¹⁸

Referências

- ALTAMIRANO, Carlos; SARLO, Beatriz. *Ensayos argentinos: de Sarmiento a lavanguardia*. Buenos Aires: Ariel, 1997.
- BERNAND, Carmen. *Historia de Buenos Aires*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- FUNES, Patricia. *Salvar la nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometo Libros, 2006.
- GIL, Antonio Carlos Amador. *Tecendo os fios da nação: soberania e identidade nacional no processo de construção do Estado*. Vitória: IHGES, 2001.
- GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
- GORELIK, Adrián. *Das Vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Trad. de Maria Antonieta Pereira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- _____. *La grilla y el parque: espacio público y cultura urbana en Buenos Aires (1887-1936)*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2010.

¹⁷ Na Argentina dos anos de 1920, muitos dos escritores que participavam dos movimentos de renovação estética também trabalhavam para os jornais. É o caso do escritor portenho Roberto Arlt (SARLO, 2007).

¹⁸ Renato Cordeiro Gomes afirmou que “Ler a escrita da cidade e a cidade como escrita é buscar o legível num jogo aberto e sem solução” (2008, p. 18). Com isso, pode-se dizer que a cidade inspira significados, elementos reordenadores do caos que a grande cidade carrega. Igualmente, os textos sobre a cidade acabam influenciando as diversas perspectivas que trabalham a cidade – basta olhar para as imagens sobre as cidades em intensa modernização, nos anos de 1920.

- GUTMAN, Margarita; ENRIQUE HARDOY, Jorge. *Buenos Aires: historia urbana del area metropolitana*. Madrid: Ed. MAPFRE, 1992
- INTENDENCIA MUNICIPAL. Comisión de Estética Edilicia. *Proyecto orgánico para la urbanización del municipio: el plan regulador y de reforma de la Capital Federal*. Buenos Aires: TalleresPeuser, 1925.
- JOZEF, Bella. *História da Literatura hispano-americana*. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. Trad. Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século XIX*. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as ideias*. Trad. BellaJozef. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Trad. de Edmundo Barreiros. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.
- SARLO, Beatriz. *Borges, un escritor en las orillas*. 2. ed. Buenos Aires: Seix Barral, 2007.
- _____. *Modernidade periférica: Buenos Aires 1920 e 1930*. Trad. Júlio Pinto Pimentel. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Trad. Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.
- TERÁN, Oscar. El pensamiento finisecular (1880-1916). In: ZAIDA LOBATO, Mitra (Dir.). *Nueva historia argentina: el progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000.
- _____. *Vida intelectual en Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910): derivas de la cultura científica*. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- ZAIDA LOBATO, Mitra (Dir.). *Nueva historia argentina: el progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000.

*Repercussões do Congresso de Escritores pela Defesa da Cultura de Paris (1935) no Cone Sul: luta antifascista e debates culturais**

ÂNGELA MEIRELLES DE OLIVEIRA**

Universidade de São Paulo

Resumo: O artigo aborda as repercussões na Argentina, Brasil e Uruguai do *Congresso de Escritores pela Defesa da Cultura*, realizado em Paris em 1935. O evento foi central para o engajamento dos intelectuais na luta antifascista, por alçar a cultura para o centro dos debates políticos da época por meio, principalmente, da disseminação do lema “em defesa da cultura”. Na perspectiva da circulação de ideias, o artigo analisa os debates culturais que movimentaram a intelectualidade dos países em foco e compreende que a repercussão do movimento europeu foi maior quanto menor foi a organização interna dos intelectuais.

Palavras-chave: Antifascismo; Intelectuais; Defesa da cultura

Abstract: This article analyses the impact in Argentina, Brazil and Uruguay of the *Writer's Congress for the Defense of Culture*, held in Paris in 1935. The event was central for the engagement of intellectuals in the antifascist fight, for raising culture to the center of political debates in that moment, and specially, for the dissemination of the slogan “defense of culture”. On the perspective of circulation of ideas, this article approaches the cultural debates that moved the intellectuals from Southern Cone and understands that the bigger the repercussion of the European movement was the smaller the intellectuals' internal organization was.

Keywords: Antifascism; Intellectuals; Defense of culture.

* Recebido em 29 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 04 de outubro de 2015.

** É doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e pesquisadora do Laboratório de Estudo de História das Américas (LEHA), na mesma universidade.
E-mail: angelamo@usp.br.

No entre guerras, a luta contra o fascismo ganhou dimensão transnacional, sobretudo pela força da prédica “defesa da cultura”. Esse mote foi disseminado pelo mundo a partir da realização do *Congresso de Escritores pela Defesa da Cultura*, ocorrido entre 21 e 25 de junho de 1935, na Sala da Mutualité em Paris. A partir daí, o ideal de “defesa da cultura” obteve profunda significação para os intelectuais que neste contexto engrossavam as fileiras da luta antifascista, e circulou por vários países, ganhando diferentes sentidos e promovendo prolíficos debates culturais.

Neste artigo, a abordagem das repercussões no Cone Sul do *Congresso de Escritores pela Defesa da Cultura de Paris*, pela perspectiva da circulação de ideias, nos permitiu compreender o fenômeno em sua especificidade, desconsiderando polos determinantes e subordinados característicos por muito tempo dos estudos sobre a cultura e a política do continente latino-americano. (PRADO, 2005, p. 27). A partir dessa premissa, o enfoque estará nos intercâmbios entre a intelectualidade do Cone Sul (Argentina, Brasil e Uruguai) e a europeia, com ênfase na França. O trabalho procurou ainda analisar o papel dos comunistas e da Internacional Comunista (IC) na realização dos eventos e as formas pelas quais esses personagens atuaram nas lutas contra o fascismo.

É necessário, inicialmente, pontuar que a mais recente historiografia sobre o *Congresso de Escritores pela Defesa da Cultura* de Paris comprova a complexidade das forças políticas envolvidas na preparação do encontro, e permite refutar a “lenda” da promoção e financiamento do evento pela Internacional Comunista (IC), tese defendida por Lottman (1985) e Winock (2000).

Segundo Wolfgang Klein, a exaustiva pesquisa sobre as correspondências entre escritores comunistas (especialmente Jean Richard-Bloch, Henri Barbusse e Johannes R. Becher) com dirigentes soviéticos e com o próprio Stalin¹ mostrou que havia dois projetos para a realização

¹ As correspondências mostram que Henri Barbusse possuía uma relação bem próxima de Stalin; ao escritor francês eram concedidas seguidas entrevistas, as quais subsidiariam a biografia do ditador intitulada “Staline: Un monde nouveau vu à travers homme”, publicado em 1936 após a morte do escritor.

do Congresso, e o que foi realizado partiu da iniciativa dos escritores comunistas franceses e exilados alemães, e não de Barbusse que, naquele momento, era encarregado diretamente por Stalin de coordenar a ação.

A ideia de Stalin,² via Barbusse, era promover um encontro de escritores “em estreita colaboração com o movimento Amsterdam-Pleyel”.³ No entanto, o manifesto elaborado por Henri Barbusse e enviado aos escritores não foi bem recebido, tendo sido criticado por sua radicalidade e sectarismo. Foi o caso de Henrich Mann e Romain Rolland, que foram fundamentais para a mobilização de seus pares (KLEIN, 2005, p. 44-46).

A correspondência enviada por um intelectual português a Henri Barbusse evidencia a recepção negativa do documento. Neste sentido, o missivista alertou:

Se você tem a intenção de sistematizar a ação de amigos e simpatizantes, na órbita bolchevista, é necessário circulá-lo como está. Mas, se você pensa mobilizar a adesão fora desta esfera, eu peço a permissão de te dizer que é infinitamente mais prático dourar a pílula. Se a peça fosse de minha composição, eu falaria da indigna conspiração contra a URSS, da necessidade de os deixarem fazer livremente seu vasto ensaio político-social já que nós não somos tão seguros de nossas verdades sociológicas e já que todo o mundo compreende que as reformas sociais se impõem a cada dia mais. Mas, eu não me arriscaria a desenvolver uma franca apologia.⁴

Em paralelo, houve a atuação de Johannes Becher e Ilya Ehreburg e alguns membros ativos da Associação de Escritores e Artistas

² A ideia era a eliminação da União Internacional dos Escritores Revolucionários (UIER ou MOPR, em russo) e a criação de uma nova organização, que seria chamada possivelmente de União Internacional de Escritores.

³ O Movimento Amsterdam-Pleyel (1932-1933) foi uma ação da Internacional Comunista para mobilizar a intelectualidade mundial em torno, inicialmente, das ameaças militares à URSS. Posteriormente passou a combater a expansão do fascismo no mundo.

⁴ VARELA, A. [Carta] 3 jan. 1935, Lisbonne [para] BARBUSSE, HENRI, s.l., 1f. Recomenda a Barbusse alterações no tom do manifesto para a criação da União Internacional de Escritores. – Les archives du Parti Communiste Français (PCF), Paris.

Revolucionários (AEAR), como André Malraux, André Gide, Jean Richard-Bloch e Louis Aragon, que acabaram por formular um apelo ao qual a maior parte dos escritores aderiu. Desta forma, a iniciativa deste grupo de escritores comunistas acabou se tornando mais forte do que a de Stalin. Esta constatação leva Klein (2005, p. 47) a concluir que o Congresso foi uma iniciativa dos comunistas, mas não da IC.

Barbusse, a contragosto, aderiu aos preparativos do evento, que acabou por congregiar escritores de diversas tendências políticas e de diferentes nacionalidades. (TERONI, 2005, p. 18). O evento mobilizou uma heterogeneidade de vozes não prevista pela IC: alguns escritores se posicionaram firmemente contra a falta de liberdade na URSS e pela libertação de Victor Serge.⁵ Apesar de todas as controvérsias nos bastidores, Henri Barbusse ainda desempenhou um papel relevante na mobilização internacional; o relato do argentino Raúl González Tuñón, um dos poucos latino-americanos a dar testemunho sobre o Congresso de 1935, coloca Barbusse no centro da narrativa. Em seu texto publicado no *Unidad*, revista da *Agrupación de Intelectuales, Artistas, Periodistas y Escritores* (AIAPE), ele relatou o seguinte:

Paris. Palais de la Mutualité. Barbusse tiene aún un cigarrillo entre los labios pero su sonrisa es nueva. No está solo. Lo más brillante de la intelectualidad del mundo lo acompaña. Está a su lado Gide, entre el humo y la ceniza, ceño fruncido, mano nerviosa. Está el saludo de Gorki. Está Heinrich Mann, el desterrado. Está Tristan Tzara, leader del arte purismo que va a reclamar una poesía revolucionaria. Está Michael Gold y detrás de él las tres Américas. Está el mensaje de Romain Rolland, sobre la mesa, al lado de las adhesiones calurosas de Valle Inclán, Machado...⁶

⁵ Victor Serge foi um escritor de tendências anarquistas que colaborou na Revolução Russa. Profundamente anti-estalinista, Serge é preso na URSS em 1933 acusado de ser trotskista. As pressões pela libertação de Serge, oriundas do Congresso de Escritores pela Defesa da cultura, em Paris, foram cruciais para a libertação do militante, que se exilou primeiro na França e depois no México.

⁶ GONZÁLEZ TUÑÓN, Raúl. Los escritores católicos en el Frente Popular. *Unidad*, por

A presença do argentino no evento foi responsável por uma relação específica que passou a ocorrer entre grupos de intelectuais deste país com a intelectualidade francesa reunida no Congresso. A situação política argentina encontrou espaço nos debates do evento: foi enviada uma moção de repúdio dos franceses à situação política na Argentina, publicada na revista *Izquierda*.

Nos países onde não houve este contato direto, foi amplamente difundido na imprensa o plano de trabalho do Congresso, com a pauta de temas que seriam discutidos, bem como as resoluções finais, fato que não ocorreu na Argentina. As notícias do evento relatadas por Tuñón demonstram que, mais uma vez, o escritor foi o mediador dos diálogos entre os intelectuais franceses e os de seu país.

Já no Uruguai, concomitantemente às primeiras notícias da realização do Congresso em Paris, foi iniciada a articulação para que fosse organizado um congresso nacional de escritores. Este fato passou a obter maior destaque na imprensa do que o próprio evento francês; ele foi realizado em setembro de 1935 e acabou dando origem à AIAPE uruguiaia.

No Brasil, o Congresso de Escritores de Paris recebeu alguma atenção na imprensa antifascista, como em *Marcha e Movimento*, revistas vinculadas à Aliança Nacional Libertadora (ANL). Ressalte-se que as primeiras edições dos dois periódicos divulgaram a atuação dos intelectuais franceses nesse evento, o que demonstra o interesse em estabelecer um paralelo entre a atuação dos intelectuais no âmbito nacional e internacional. O Club de Cultura Moderna (CCM) também se interessou pela realização de um encontro nestes moldes, projeto que foi interrompido pela repressão. No editorial de setembro de 1935, *Movimento* reafirmou que a ideia do encontro de escritores foi inspirada na iniciativa francesa:

Os escritores devem responder a essa ameaça [do fascismo] com uma atitude ativa e desassombrada. O Congresso de Escritores de Paris mostrou o caminho que deverá ser por nós trilhado. Um congresso de escritores da América Latina deve concretizar, no nosso continente, as diretrizes e o papel do escritor na luta

pela liberdade de cultura, por sua ampliação e contra o fascismo e a guerra.⁷

O Congresso de Escritores pela Defesa da Cultura de Paris inspirou ainda uma interessante reflexão sobre o papel do escritor e do intelectual no Brasil, feita por Aníbal Machado. Como os escritores brasileiros não foram convidados para o encontro de Paris, Machado argumentou que a explicação estava no fato de que ainda não existia uma literatura revolucionária consolidada no país:

A indiferença e cegueira social dos nossos escritores mais conhecidos em face dos problemas que estão se agitando diante do nosso nariz, não nos dá ainda direito de reclamar um convite para esse congresso de tão culta significação.⁸

Esta interpretação de Machado deriva de um entendimento do Congresso de Paris como uma plataforma exclusiva do escritor revolucionário e não como um debate entre diferentes vozes em torno de questões urgentes daquele momento. No entanto, a heterogeneidade de vozes presentes no evento francês mostra o contrário. A variedade pode ser confirmada pela leitura dos discursos de diferentes autores que foram publicados na imprensa antifascista do Cone Sul, como será demonstrado a seguir.

As publicações selecionaram, entre a variedade de discursos, aqueles que melhor reproduziam sua compreensão do papel do escritor e da cultura na transformação da sociedade. Este foi o caso da notória revista *Sur*,⁹ que traduziu a fala do inglês Aldous Huxley, claramente crítica e dissonante em

⁷ O CLUB de Cultura... *Movimento, revista do Club de Cultura Moderna*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 3, mai. 1935.

⁸ MACHADO, Aníbal. Um Congresso internacional de escritores. *A Manhã*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 38, p. 3, 8 jun. 1935.

⁹ A revista literária argentina *Sur*, dirigida por Victória Ocampo, circulou regularmente entre 1933 e 1971. Nela contribuíram muitos escritores e intelectuais latino-americanos, estadunidenses e europeus, tendo promovido um vastíssimo debate cultural e político no país. Foi marcada pela defesa dos ideais liberais e católicos.

relação aos que defendiam a literatura engajada, que ele definia como “peças de propaganda”. Tal opinião era compartilhada pelos representantes da revista argentina que militavam contra o fascismo a partir da chave liberal.

Além da fala de Huxley, o discurso de abertura de André Gide e as colocações de Paul Vaillant-Couturier foram os textos mais reproduzidos na imprensa do Cone Sul. Gide iniciou sua locução afirmando que “a literatura nunca esteve tão viva. [...] De onde vem, então, o que escutamos dizer que a cultura está em perigo?”; neste caso, não era preciso dizer que se referia aos países vizinhos. (GIDE *apud* TERONI; KLEIN, 2005, p. 73).

O discurso de Vaillant-Couturier também se iniciou com um postulado de impacto: “O socialismo não faz correr perigo algum à cultura”. A frase fora feita em resposta à fala de Julien Benda que pregava o não envolvimento dos “clercs” com as questões políticas. A questão gerou polêmica no congresso e suscitou um debate do qual participaram Jean Ghéhen, Paul Nizan e Henri Barbusse, os três em defesa da ideia de que o socialismo não levava a uma ruptura com a tradição humanista como sugeria Benda. (TERONI; KLEIN, 2005, p. 20).¹⁰

No boletim da AIAPE uruguaia, o discurso de Paul Vaillant-Couturier foi reproduzido, utilizando possivelmente a revista francesa *Commune*, da Associação de Escritores e Artistas Revolucionários (AEAR), como fonte.¹¹ As questões que pautavam o debate entre Benda-Vaillant-Couturier eram muito semelhantes àquelas debatidas entre os intelectuais do Cone Sul, como veremos mais adiante na contenda entre os uruguaios Rodiney Arismendi e Roberto Ibañez em torno das relações entre o marxismo e a arte, mostrando que este choque entre as duas concepções de cultura estava na base da luta antifascista naquele momento.

¹⁰ O discurso de Julien Benda afirmou haver a necessidade de verificar, antes do início dos debates, se havia consenso em torno do tema a ser debatido para se definir “qual cultura haveria de ser defendida”. Assim, ela pontua as duas concepções em jogo: « uma baseada na autonomia do espiritual, outra na continuidade entre os domínios econômicos e literários; e, portanto, a existência de dois humanismos”.

¹¹ VAILLANT-COUTURIER, Paul. La defensa de la cultura. *AIAPE, por la defensa de la cultura*, Montevideo, año 1, n. 9, p. 1, oct. nov. 1937; Idem, La défense de la culture, *Commune*, Paris, an 3, n. 23, juil. 1935.

A criação da Associação Internacional em Defesa da Cultura (AIDC), com sede em Paris, foi uma das ações derivadas do Congresso. É a partir dela que muitos dos diálogos entre a intelectualidade francesa e as agrupações do Cone Sul, que se entendiam como parte deste movimento, eram estabelecidos.

Os primeiros meses de atuação da AIDC foram conturbados devido a problemas como as tentativas de interferência da IC nas resoluções do Congresso, a falta de dinheiro e a ausência de uma direção que coordenasse as atividades. Johannes Becher, responsável por toda a articulação do Congresso foi chamado de volta a Moscou. Henri Barbusse estava descontente e se pronunciou contra as resoluções finais do Congresso por considerá-las “tímidas e mesmo medíocres”. (TERONI; KLEIN, 2005, p. 573). A direção acabou ficando a cargo de André Malraux, Luis Aragon e René Etiemble.

No final do ano de 1935 a União Internacional de Escritores Revolucionários (UIER/MOPR) foi finalmente extinta, com a perspectiva de que a AIDC ocupasse seu lugar. Contudo, uma organização da IC sediada em Paris que tinha pouca influência soviética não inspirava a confiança de Stalin, que, por isso liberava pouco ou nenhum recurso para sua existência. (TERONI; KLEIN, 2005, p. 579).

Enquanto organização internacional, a AIDC não obteve uma atuação destacada, possivelmente por conta destas dificuldades apontadas acima. No entanto, percebe-se na atuação dos intelectuais do Cone Sul algumas ações comuns à associação parisiense, como as celebrações do aniversário de 70 anos de Romain Rolland, com um ato em Paris e um número especial da *Revista Acadêmica* no Brasil¹² - no qual muitos artigos franceses foram traduzidos e reproduzidos, entre outras ações.

No Cone Sul, o encontro de escritores de Paris foi amplamente saudado na imprensa antifascista e acabou por motivar alguns debates culturais que serão recuperados a seguir.

¹² A edição n. 22, de setembro de 1936, da *Revista Acadêmica* foi toda dedicada a Romain Rolland, a partir de depoimentos de intelectuais franceses e brasileiros.

A defesa da cultura nos países do Cone Sul

A ideia do fascismo como oposição à inteligência e ao pensamento explica a relevância que o lema da “defesa da cultura” adquiriu nas ações da militância antifascista, sobretudo entre os intelectuais. Visto como uma batalha contra a barbárie, o ideal de “defesa da cultura” despertou como um novo mote na luta intelectual ao imprimir à cultura um valor central na luta política travada naquele momento.

Com relação ao que era entendido pelos intelectuais do Cone Sul como ameaça à cultura, eram considerados “... atentados contra los instrumentos naturales de la cultura: libros, periodicos, revistas, folletos, cuadros, afiches, obras teatrales, etc”.¹³

No caso do Brasil houve seguidas denúncias sobre a fascistização¹⁴ do rádio pelo governo Vargas, tanto devido ao controle estatal exercido sobre o meio, quanto pelos projetos políticos de veiculação de uma propaganda nos moldes dos regimes fascistas (CAPELATO, 2009, p. 84-90).

Na Argentina, o manifesto fundacional da *Agrupación de Intelectuales, Artistas, Periodistas y Escritores* (AIAPE) enumerou o que era considerado como “ataques à cultura” pelas medidas fascistas ou fascistizantes em curso no país, incluindo, *grosso modo*, ameaças às universidades (ponto sensível na cultura argentina pós-reforma de 1918), falta de espaço profissional para jornalistas, escritores e artistas de esquerda, etc.¹⁵

De maneira geral, a ideia de cultura presente nestes debates era entendida como algo externo à existência humana e de certa maneira absolutizada, ou seja, uma concepção de cultura como ligada à produção de bens simbólicos com inerente valor universal, também chamada de “alta” cultura. Tal entendimento se observa por meio do uso de expressões

¹³ MANIFIESTO del nuevo comité ejecutivo de la AIAPE. *ALAPE, por la defensa de la cultura*, Montevideo, año 1, n. 9, p. 12, oct. nov. 1937.

¹⁴ Por exemplo: J. B. A fascistização do rádio no Brasil. *Marcha*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 7, 16 out. 1935 ou SCHIMIDT, Affonso. Imprensa, rádio, cinema e fascismo. *Cultura, mensário democrático*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 3, nov. 1938.

¹⁵ AUNQUE los manifestos... *Unidad, por la defensa de la cultura*, Buenos Aires, año 1, n.1, p. 1, enero 1936.

como: “contribuir para o levantamento (sic) do nível cultural de nossa população”,¹⁶ ter acesso às “fontes de cultura”¹⁷ ou “suministrar a lasclases populares ese mínimo de cultura ‘standard’”.¹⁸ Some-se a isto o fato de, em alguns momentos, aparecer a concepção de que o Brasil¹⁹ ou a Argentina ainda não possuíam “cultura”, como afirma Ernesto Giudice:

En todos los países donde existe una verdadera cultura nacional, la simple defensa de la cultura es, no obstante, una bandera suficiente. Entre nosotros no basta, porque nos falta unidad y desarrollo cultural.²⁰

Preservar ou transformar: por que a cultura deveria ser defendida?

Os debates sobre a “defesa da cultura” tratavam de lidar com a aparente oposição entre a manutenção da herança cultural, vista nos textos como oriunda da ordem burguesa, e a elaboração de uma “nova cultura”, na qual o proletariado encontraria sua verdadeira expressão. No limite, estes dois polos oscilavam entre uma expectativa de manutenção e outra de transformação, ligados a uma concepção de cultura como produção simbólica da humanidade, portanto, universal e outra como fruto de determinada classe social. De acordo com Ricardo Pasolini, a ideia de “defender a cultura” dizia respeito à preservação da cultura universal, advinda de um relativo consenso quanto a “conservar la matriz ideológica liberal que posibilitara más tarde otros cambios sociales” (PASOLINI, 2005, p. 407). Entretanto, a presença daquela oposição apontada acima

¹⁶ PÁGINA do Club de Cultura Moderna. *Movimento, revista do Club de Cultura Moderna*, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p. 22, mai. 1935.

¹⁷ CARPIO, Campio. En defensa de la cultura. *Claridad*, Buenos Aires, n. 315, jul.1937.

¹⁸ LUISI, Paulina. Las universidades populares y la educación cívica. *ALAPE, por la defensa de la cultura*, Montevideo, año 1, n. 1, p. 9, nov. 1936.

¹⁹ A LITERATURA nunca esteve... *Movimento, revista do Club de Cultura Moderna*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 3, set. 1935.

²⁰ GIUDICE, Ernesto. Hacia el congreso de la cultura nacional. *Unidad, por la defensa de la cultura*, Buenos Aires, año 2, n. 3 e 4, p. 8-9, oct. nov. 1937.

mostra que os debates ocorridos no Cone Sul estavam longe de chegar a um consenso a este respeito, pois havia muitas nuances e variações.

Na primeira edição do Boletim AIAPE, de Montevídeu, o discurso de André Malraux, pronunciado em reunião da Associação Internacional de Escritores pela Defesa da Cultura, em Londres, ocupou a primeira página. Nele, o autor abordou o tema da “defesa da cultura” com sentido de proteção ao patrimônio cultural contra a ameaça fascista. Tal defesa da herança cultural ressoou, com especial intensidade, na associação uruguaia, na qual mesmo os integrantes comunistas, como Arturo Prunell, se atribuíam a missão de salvaguardar as tradições culturais. Neste sentido, Prunell argumentou:

Asignaremos la responsabilidad de impedir la degradación de la cultura, cuidar el acervo educacional y artístico, legado por pretéritas generaciones de intelectuales, asegurar el desarrollo de las creaciones liberando al pueblo laborioso de las cadenas espirituales de la ignorancia y el engaño es una noble tarea, al par de una saludable gestación de felicidad humana.²¹

O artigo do jornalista comunista argentino Córdova Iturburu a respeito do Primeiro Salão de Artes Plásticas promovido pela AIAPE argentina justificava a defesa do patrimônio cultural, citando como exemplo as tradições artísticas que possibilitariam o aprendizado de técnicas, o que considerava importante já que: “No es posible exigir desde luego a los artistas, a todos los artistas que están hoy por la defensa de la cultura y de la civilización frente a la amenaza fascista, que realicen inmediata y artificialmente un arte revolucionario”²²

Estas preocupações estavam entrecruzadas com as discussões sobre o realismo socialista provenientes do I Congresso de Escritores, de 1934, na URSS, evento no qual estiveram presentes intelectuais como

²¹ PRUNELL, Arturo. Defendamos la cultura. *AIAPE, por la defensa de la cultura*, Montevideo, año 1, n.1, p. 10, nov. 1936.

²² ITURBURU, Córdova. Hacia una plástica revolucionaria. *Unidad, por la defensa de la cultura*, Buenos Aires, año 1, n. 1, p. 13, enero 1936.

André Malraux e outros. Ali foram estruturados os novos parâmetros para o desenvolvimento de uma cultura revolucionária, que diferiam dos vigentes até 1932, quando as orientações tratavam de uma cultura proletária (ROBIN, 1986); neste último caso, existia um categórico desprezo pela cultura burguesa.²³ Nesta nova concepção, portanto, a herança cultural era bem vista pelos comunistas; de uma maneira geral, assumiam a “assimilação crítica” do patrimônio cultural.

Nos textos do comunista brasileiro Carlos Lacerda,²⁴ no entanto, persistia a ênfase na proletarização da cultura: Lacerda delegava ao proletariado o papel de transformá-la para acabar com a esterilidade do estado atual da cultura burguesa. Considerava que o fascismo não era a grande ameaça à cultura, mas sim o capitalismo, que pretendia refreá-la para que assim não fosse destruído. Neste sentido, afirmou:

A verdade sobre a cultura burguesa, por exemplo, resulta da juxtaposição de duas noções: uma a de que a cultura não é um fenômeno abstrato, fora das cogitações da luta de classes, e sim um reflexo de superestrutura. Outra a de que essa cultura, assim situada na luta de classes, constitui um instrumento nas mãos da classe dominante, até o momento em que o desenvolvimento da Cultura, feito dialeticamente de contradições, leva à situação presente, em que a cultura se rebela nas mãos da burguesia e queima, com o calor das suas verificações, a pele delicada dos intelectuais que servem à burguesia.²⁵

²³ Segundo Rubim (1989, p. 553), o debate em torno da herança cultural estava vinculado à forma de entender a cultura em relação à ideologia. A maior parte dos marxistas entendia a cultura a partir de uma relativa autonomia frente à ideologia burguesa; outra parte, nas quais se incluíam Stalin e Zdanov, a entendia como sobre determinada e identificada integralmente com a ideologia dominante.

²⁴ Carlos Lacerda foi militante do PCB até 1939; tornou-se posteriormente um opositor ferrenho do comunismo.

²⁵ LACERDA, Carlos. Grandeza e miséria do espírito todo poderoso. *Revista Acadêmica*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 10, abr. 1935.

Na mesma linha, José Portogalo, integrante da AIAPE argentina, demonstrava uma clara oposição aos ideais de “defesa da cultura”, associando cultura aos interesses burgueses e aos do capital imperialista no país. A poesia iconoclasta de Portogalo, que integrava o livro *Tumulto*, proibido pela censura em 1935, revelava a permanência do sectarismo entre alguns comunistas, ao mesmo tempo em que estes davam início à mobilização frentista que originou a organização de intelectuais:

Londres, Roma, Paris, Nova York
 “Em defesa dos direitos do Homem”
 “*Em defesa da cultura*...”
 “Em defesa da propriedade privada”
 Pela conquista dos mercados internacionais:
 Petróleo, Automóveis. Aç. Trigo. Carne.
 Capital em combate. Luta de interesses:
 Essa é a verdade (CANE, 1997, p. 451).²⁶

Essas tensões entre uma concepção materialista de cultura e uma mais universalista são reveladas no embate teórico entre o socialista Roberto Ibañez e o comunista Rodiney Arismendi, ambos integrantes da AIAPE uruguaia. Ao contrário de outros países, onde as polêmicas em torno do assunto não se transformaram em debates livres e documentados, no caso uruguaio elas se expressaram nas páginas do boletim entre os anos de 1937 e 1938. O núcleo central da polêmica entre os dois autores referia-se à utilidade do marxismo para a elaboração da crítica literária. Arismendi, em seu pronunciamento, acusou Ibañez de menosprezar a teoria marxista por argumentar que essa não era capaz de alcançar a qualidade de uma obra.²⁷ Ele se contrapôs a tal ideia, afirmando: “Al analizar con mentalidad dialéctica la obra literaria, el marxismo permite al crítico advertir qué ubicación dentro del devenir histórico y literario esta posee”. Em resposta às críticas, Ibañez apresentou um longo texto, no qual afirmava: mesmo que também pertencesse a um partido de origem marxista, considerava que a

²⁶ Traduzido pela autora, do inglês.

²⁷ ARISMENDI, Rodiney. El marxismo y la literatura. *AIAPE, por la defensa de la cultura*, Montevideo, año 1, n. 9, p. 8, oct. nov. 1937.

teoria “aspira a formular una calidad nueva, con detrimento de la calidad de siempre, en cuya permanencia reposa el concepto de la inmortalidad como privilegio de la obra de arte.”²⁸ No embate entre a concepção da produção cultural como fruto das forças históricas submetidas ao mundo material e o entendimento da arte como transcendência com valor universal, residia a principal tensão com relação à ideia de cultura entre os intelectuais antifascistas. Tal tensão mostra, mais uma vez, que o antifascismo não foi uma ação exclusiva dos comunistas, tendo sido um movimento que comportou debates e dissidências.

O confronto Arismendi-Ibañez não teve continuidade após a resposta do segundo, o que permite supor que, em relação a tal matéria, o consenso entre os integrantes da AIAPE não ocorreria. Ainda assim, vale transcrever o comentário de Ibañez no qual ele afirma ter moderado seu discurso com o objetivo de sensibilizar todos os leitores de boletim *ALAPE*. Esta afirmativa permite supor que, para ele, uma ideia mais universalizante de cultura facilitaria a maior união das diferentes tendências políticas: “Me pareció necesario evitar explayamientos que oliesen a prédica tendenciosa e nun instante en que la unión de los democratas auténticos constituye nuestra honrada finalidad”.²⁹

Nacional ou internacional: qual cultura?

Intimamente relacionada à discussão sobre a preservação ou a transformação da cultura frente à ameaça fascista estavam os debates em torno do “nacional”, também em constante tensão com a perspectiva internacionalista.

O embate entre o nacionalismo e o internacionalismo foi uma característica da cultura comunista do período, que pretendia articular o internacionalismo proletário com as tendências políticas nacionais tendo em vista a possibilidade de uma articulação frentista (CANE, 1997, p. 445). Ademais,

²⁸ IBAÑEZ, Roberto. La ética social del artista. *ALAPE, por la defensa de la cultura*, Montevideo, año 2, n. 11, p. 10, enero 1938. Grifos no original.

²⁹ IBAÑEZ, Roberto. *op. cit.*

para a luta anti-imperialista que esteve fortemente mesclada ao antifascismo, o recurso ao nacional era essencial, ainda que o ápice desta relação tenha sido a década anterior, como bem apontou Patrícia Funes (2006).

James Cane (1997), como outros autores (BISSO; CELENTANO, 2006), aponta para a principal questão em relação à emergência do nacional no antifascismo: a disputa discursiva em torno do imaginário do nacionalismo entre a esquerda e a direita, o que delegou aos intelectuais antifascistas a missão de “recuperar” o nacional, associando-o a posições progressistas. Em suma, tratava-se de mobilizar um ideário nacional de esquerda. É nesta chave analítica da disputa em torno do nacional com os grupos fascistas e com os Estados autoritários que reside a mais interessante linha interpretativa dos traços de nacionalismo reivindicados pelo ideal de “defesa da cultura”. Cabe ressaltar que esta reivindicação do nacional no antifascismo coincide diretamente com a aceitação (ou recusa) da herança cultural entendida como tradição crítica e histórica do país.

As marcas desta disputa passam inicialmente pelo uso do termo nacional; nos textos que tratavam exclusivamente da cultura, ele aparece uma única vez em um artigo de Ernesto Giudice publicado em *Unidad*, boletim da AIAPE argentina. Nesse texto, o autor apresenta alguns caminhos para a cultura nacional, mas ainda assim faz uma ressalva ao uso da expressão.³⁰ Na ampla maioria dos artigos são encontradas as expressões cultura brasileira, cultura argentina, cultura uruguaia, evitando o uso da palavra nacional, mesmo que o sentido fosse o mesmo. O nacionalismo era visto como uma característica associada à direita, mas que poderia possuir entre seus sentidos uma identificação com as lutas pela emancipação, como se nota no trecho abaixo:

Admitimos si se da a la palabra “nacionalismo” el significado de amor a la independencia económica de la Nación, amor a la libertad de su pueblo, amor al

³⁰ “Para terminar: usamos el término ‘cultura nacional’ para no usar, en realidad, una denominación fija que designa una categoría dada de cultura.” Cf. GIUDICE, Ernesto. Hacia el congreso de la cultura nacional. *Unidad, por la defensa de la cultura*, Buenos Aires, año 2, n. 3 e 4, p. 8-9, oct. nov. 1937.

establecimiento de un régimen que asegure el pueblo de la Nación el bienestar y la cultura compatibles con el nivel de civilización y vejamen (sic) del pueblo de la nación. Pero en ese caso – parece innecesario decirle – también nosotros somos “nacionalistas”. Nosotros contra quienes los llamados “nacionalistas” viven apuntando sus armas.³¹

Apesar desta relutância no uso do termo, constata-se a existência de três principais linhas de reivindicação do nacional por parte de intelectuais antifascistas: na disputa em torno dos “próceres” e/ou datas comemorativas, na criação e fundamentação de novos cânones nacionais e no desenvolvimento de análises críticas e historiográficas que buscavam dar conta de reposicionar a compreensão da história dos países. Nesse último caso, que será apenas enunciado neste artigo, destacam-se as obras do brasileiro Caio Prado Jr. (cujo estudo sobre o período colonial já aparece em *Marcha*³²), dos argentinos Rodolfo Puigross e Boleslao Lewin, este último um judeu-polonês emigrado para o país; seus estudos foram divulgados em pequenos artigos nos boletins *Unidad*, da Argentina³³ e *ALAPE*, do Uruguai.³⁴

Ainda com relação à Argentina, encontramos um artigo assinado por Rodolpho Guioldi no boletim *Unidad*, que destacava a urgência de estudos históricos a respeito de um episódio que suscitou muita polêmica. Essa começou a partir da iniciativa do governo Justo de repatriar os restos mortais do caudilho Juan Manuel de Rosas que desencadeou uma discussão a respeito da importância do passado *rosista* para a história do país. Opondo-

³¹ EVARISTO Carriego. *Unidad, para la defensa de la cultura*, Buenos Aires, año 2, n. 3 e 4, p. 11, oct. nov. 1937.

³² Caio Prado Jr foi filiado ao PCB desde 1931 e ocupou o cargo de presidente da ANL em SP em 1935. Permaneceu 2 anos preso. Após ser libertado, exilou-se na Europa, onde prestou auxílio aos refugiados espanhóis na fronteira da França com a Espanha. Retornou ao Brasil somente em 1939. O artigo referido é PRADO JR. Caio. A economia colonial. *Marcha*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 14, 22 nov. 1935.

³³ Cf. PUIGROSS, R. El desarrollo del mercado interno en Argentina. *Unidad, para la defensa de la cultura*, Buenos Aires, año 2, n. 1, p. 2, agosto 1937, entre outros.

³⁴ LEWIN, Boleslao. Un aspecto de la historia rioplatense. *ALAPE, por la defensa de la cultura*, Montevideo, año 3, n. 24, p. 7, marzo abr. 1939, entre outros.

se às análises favoráveis e também às contrárias ao caudilho, entendidas pelo autor como “fundadas e nun terreno vicioso y falso” o texto logrou efetuar uma leitura classista do fenômeno do caudilhismo, articulando com as heranças políticas reivindicadas por Justo. Assim, a ditadura de Rosas era apontada como:

[...] una lucha de los nuevos usufructuarios del poder por someter la masa de la campaña. [...] Esa su función reaccionaria es ocultada sistemáticamente por los panegiristas y por los “antis”, que buscan en toda forma borrar la lucha de clases de la Historia argentina. [...] Por eso ahora, bajo el régimen de la reacción, se organiza la repatriación de sus restos. Faltaría acaso, erigirle un monumento en el cual el ornamento principal fuese la figura del presidente Justo prendido a las ubres del *rosismo*: Orden, Autoridad, Sumisión.³⁵

No Brasil, alguns ensaios buscavam dar conta de integrar novos personagens e acontecimentos na história do país, ligados, sobretudo a uma valorização da atuação popular. Citamos como exemplo o ensaio sobre a Revolução Praieira, feito por Moacyr Werneck de Castro³⁶ ou o texto sobre a recuperação da história da Colônia Cecília, elaborado por Affonso Schmidt para a revista *Cultura, mensário democrático*.³⁷

Rubim (1989, p. 555) atribui esta recuperação da história dos setores populares no Brasil à ação cultural dos comunistas, que, mesmo de maneira desordenada e, às vezes, pouco profunda, estiveram dedicados à matéria. No entanto, os intelectuais antifascistas também se dedicaram ao assunto, como é o caso de Newton Freitas, por exemplo.³⁸

³⁵ GUIOLDI, Rodolpho. Juan Manuel de Rosas. *Unidad por la defensa de la Cultura*, Buenos Aires, año 1, n. 2, p. 10-11, feb. 1937.

³⁶ CASTRO, Moacyr Werneck. A revolução praieira. *Problemas*, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 35-43, 15 set. 1937.

³⁷ SCHIMIDT, Affonso. Colônia Cecília. *Cultura, mensário democrático*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 17-18, jun. 1939, e seguintes.

³⁸ FREITAS, Newton. Zumbi, o Espártaco Negro. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 63, p. 3, 7 jul. 1935.

No Uruguai, a ação de Francisco R. Pintos, dirigente comunista (GOMEZ, 1990, p. 63) resultou em obra precursora sobre o movimento operário no país; fragmentos foram publicados nas páginas de *ALAPE*.³⁹ Neste país, diversas obras surgiram com o objetivo de criar ou consolidar mitos políticos; é o caso do líder nacionalista Basílio Muñoz que teve uma biografia elaborada por Arturo Ardao e Julio Castro,⁴⁰ ainda em 1937. Também surgiram incontáveis artigos em homenagem ao ex-presidente José Batlle y Ordoñez, que era um importante símbolo na oposição ao *terrismo*; mesmo que a figura de Batlle fosse recuperada positivamente pelos intelectuais antifascistas, as leituras sobre seu papel na transformação da sociedade uruguaia variavam conforme a filiação política.⁴¹

O “mito unificador” do antifascismo uruguaio foi Julio Cesar Grauert, morto nos primeiros meses após o golpe de Gabriel Terra, em 1933: a partir de sua memória foi legitimada a ação dos intelectuais de diversas tendências políticas. A morte trágica do jovem militante *batllista* passou a simbolizar todo tipo de resistência ao golpe de Estado. Eugenio Petit Muñoz entendia que, alçado à condição de mártir de uma luta contra a opressão, as ideias e premissas de Grauert ficariam presas ao passado, o que facilitaria os processos de identificação. Segundo Petit Muñoz: “Y así no sabemos cuáles serían ahora sus fórmulas concretas, pero es mejor que lo ignoremos porque todas pueden entonces buscar en el inspiraciones”.⁴² Grauert, transformado em símbolo na luta pela liberdade inspirou atos de homenagem e artigos publicados em muitas revistas no país, das mais diferentes orientações políticas, mas sempre referenciado como exemplo de resistência à opressão.

³⁹ PINTOS, Francisco. Historia del movimiento obrero en el Uruguay (fragmentos). *ALAPE, por la defensa de la cultura*, Montevideo, año 2, n. 22, p. 6, dic.1938.

⁴⁰ Naresenha sobre o livro aparece: “Un Basilio Muñoz proyectado en el presente. Los autores han tenido en cuenta lo que puede representar no sólo este ejemplo, sino también esta conducta y más, han depositado en él su confianza sentimental e ideológica.” CENTRÓN, E. Vida de Basilio Muñoz, de Arturo Ardao e Julio Castro. *Ensayos*, Montevideo, año 2, n. 17, p. 211-215, nov. 1937 a jun. 1938.

⁴¹ F. R. P. Batlle, estudio de Antonio M. Grompone. *ALAPE, por la defensa de la cultura*, Montevideo, año 3, n. 23, p. 18, enero feb. 1939.

⁴² MUÑOZ, Eugenio Petit. Grauert. *ALAPE, por la defensa de la cultura*, Montevideo, año 2, n. 12 e 13, p. 6, feb. marzo 1938.

Essa mesma busca por um personagem ou data capaz de agregar a intelectualidade antifascista no Brasil e fortalecer sua luta resultou em algumas tentativas de recuperar, já em 1935, os eventos da Batalha da Praça da Sé⁴³ ocorridos no ano anterior. Articulada pelo jornalista comunista Pedro Motta Lima, a data foi considerada a “primeira e estupenda manifestação do que pode uma Frente Popular, sem preocupações divisionistas de fronteira de partidos, de tendência ideológica...”.⁴⁴ A proposta não parece ter tido grande repercussão e, nos anos seguintes, não voltou a ser considerada uma data importante para o antifascismo no país.

Apesar de não dizer respeito especificamente à cultura, a associação brasileira Aliança Nacional Libertadora era a única que associava um ideal nacionalista às suas pautas (afinal, a Aliança era *Nacional* Libertadora). Durante o ano de 1935 suas publicações estiveram atentas à formulação de um ideário nacionalista que, após um levantamento rigoroso no diário *A Manhã*, verificou-se ter estado voltado intensamente para a atuação dos militares, procurando estabelecer uma identificação entre o Exército e as lutas pela emancipação no Brasil. Segundo comentário publicado em *A Manhã*: “Nenhum dos grandes feitos políticos que assinalam nossa evolução deixou de contar com o apoio efetivo da tropa”.⁴⁵ Tal recuperação passou por uma ressignificação dos próceres do Exército brasileiro (Floriano Peixoto, Duque de Caxias),⁴⁶ de datas cívicas como o 7 de setembro, tendo ainda logrado agregar um novo panteão às lutas militares, talhado na história do tenentismo; em ambas operações, os símbolos estavam em disputa, já que não se pode esquecer o vínculo tenentista de Getúlio Vargas. Por este motivo, a comemoração do 5 de julho de 1935 foi ironizada numa crônica de Álvaro Moreyra:

⁴³ A Batalha da Praça da Sé foi um confronto entre integralistas e antifascistas ocorrido em São Paulo em 7 de outubro de 1934.

⁴⁴ LIMA, Pedro Motta. Uma data antifascista. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 141, p. 3, 6 out. 1935.

⁴⁵ O DIA do soldado, glorificado na pessoa de Caxias. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 105, p. 1, 25 ago 1935.

⁴⁶ LIMA, Pedro Motta. Florianos. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 57, p. 3, 30 jun. 1935 ou BASTOS, Abgvar. A mística Florianista. *Cultura, mensário democrático*, Rio de Janeiro, n.7, p. 3, mai. 1939.

Por que tanta prontidão no Exército, na Marinha, na Polícia Militar, na Polícia Especial, na Polícia Civil? [...] Qual o motivo da autoridade constituída se sentir aflita daquele jeito?

Descobriu-se. Motivo íntimo.

A autoridade constituída estava começando a comemorar o Cinco de Julho.

Foi por isso que não deixou a Aliança Nacional Libertadora realizar, na Feira de Amostras, um comício com o mesmo fim.

Ciúmes. Não admitia comemorações populares.

Achou suficiente as de oficiais. [...]

As altas esferas, embora brotadas de entusiasmos revolucionários, são conservadoras. Para elas, o Cinco de Julho é uma tradição. E o cagaço também.⁴⁷

A disputa se dava ainda em relação a Euclides da Cunha, que Plínio Salgado considerava o “precursor da doutrina integralista”.⁴⁸ Euclides da Cunha, Lima Barreto e Castro Alves figuravam no panteão dos escritores e suas heranças culturais eram reivindicadas pelos comunistas, pois os três tinham em comum a preocupação social com a realidade brasileira. (RUBIM, 1989, p. 555). Nas revistas antifascistas ou que militaram contra o fascismo são encontrados inúmeros textos que deles se valeram como exemplo para o combate à penetração fascista e nazista no país.⁴⁹

O jornalista gaúcho Benjamin Soares Cabello, na revista carioca *Movimento*, escreveu um artigo intitulado “Entre ‘Antonio Chimango’ e ‘Martín Fierro’”, que constitui um bom exemplo de “identidades nacionais” entrecruzadas em países do Cone Sul. O autor recuperou, nesse texto, a figura do argentino Martín Fierro, como um símbolo da “raça pampeira”, deixando de lado um personagem símbolo dos pampas brasileiros, Antonio

⁴⁷ MOREYRA, Álvaro. Tradições. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 63, p. 3, 7 jul. 1935.

⁴⁸ EUCLYDES da Cunha e o integralismo. *Revista Acadêmica*, Rio de Janeiro, n. 30, set. 1937. Veja também MOREYRA, Álvaro. Plínio Conselheiro. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 65, p. 3, 10 jul. 1935.

⁴⁹ MONTENEGRO, Mario. O patriotismo de ontem e de hoje. A penetração germânica no país. *Cultura, mensário democrático*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 17-18, mai. 1939.

Chimango⁵⁰ e justificou a escolha nos seguintes termos: “Nós sentíamos que o argentino falava mais diretamente as nossas almas que o brasileiro”. Ou seja, Martín Fierro representava o “social”, enquanto Antonio Chimango era “político”.⁵¹

A referência a “identidades entrecruzadas” se deve porque a figura de Martín Fierro também foi recuperada pelos representantes do movimento antifascista argentino. O *gaucho*, cristalizado na década anterior como símbolo da argentinidade literária (BISSO; CELENTANO, 2006), foi recuperado no texto de Raúl González Tuñón, não na chave do “gauchismo literário”, que, segundo ele, significava uma “actitud confusionista sino fascistizante del gauchismo, indigenismo, ultranacionalismo que pretende afirmar lo criollo mientras sirve a la burguesía nacional aliada o servidora o cómplice del imperialismo ...”.⁵² Tuñón buscou em Martín Fierro uma atualidade que permitia associá-lo ao homem do campo, explorado pelo imperialismo e pelo fascismo e sintetizou nessa personagem os símbolos da luta política dos anos 1930. Tuñón ofereceu em sua descrição um estrato das imagens mobilizadoras que estavam em jogo na luta antifascista: o nacional, o popular, o internacional, etc. O texto afirma que Martín Fierro:

Es popular y populachero, argentino e internacional.
Fue y es antimperialista, anti-guerrero y antifascista.
Ha estado varias veces preso en la Sección Especial de
Policía. Ha caído agotado, o acribillado, en los yerbales,
en los ingenios, en los viñedos...⁵³

⁵⁰ Segundo Masina (2008), Antônio Chimango (derivado dos *chimangos*, adeptos de Julio de Castilho na Revolução Federalista de 1893) é personagem do poema de mesmo nome de autoria de Amaro Juvenal, pseudônimo de Ramiro Barcellos, publicado em 1915. Para a autora, “Ramiro Barcellos encontrou, na sátira política, o modo de denunciar e tornar visíveis as manobras e os conchavos que asseguravam a permanência dos castilhistas no poder através de farsas eleitorais”.

⁵¹ CABELLO, Benjamin Soares. Entre ‘Antonio Chimango’ e ‘Martín Fierro’. *Movimento, revista do Club de Cultura Moderna*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 15, mai. 1935.

⁵² GONZÁLEZ TUÑÓN, Raúl. El escamoteo de Martín Fierro. *Unidad, por la defensa de la cultura*, Buenos Aires, año 1, n. 2, p. 6, feb. 1936.

⁵³ *Idem*.

Em uma aparente oposição a esta recuperação do Martín Fierro, foram encontrados artigos relativos à geração de 1837, nos quais “figuras do liberalismo decimonônico [...] serviram como símbolos unificadores do incipiente e progressivo nacionalismo” (CANE, 1997, p. 459). Dentre todos, foram valorizados especialmente Esteban Echeverría e Domingo Faustino Sarmiento. Os símbolos da nacionalidade argentina ligados aos episódios de sua independência eram lidos em chave anti-imperialista e democrática, em um paralelo possível entre dois momentos da história do país (1810 e 1930) nos quais estavam mesclados as lutas pela libertação com os apelos ao papel civilizatório do intelectual frente à barbárie. Nesta leitura, a figura de Sarmiento transcendeu as fronteiras e foi amplamente valorizado também pela AIAPE do Uruguai, por seu papel na inspiração a José Pedro Varela em prol da realização de reformas da educação, entendida como defesa da civilização contra a barbárie.⁵⁴

Neste país, ainda que em menor escala, viu-se também uma disputa em torno dos cânones nacionais. O escritor Horácio Quiroga, falecido um pouco antes, recebera homenagens oficiais do regime do ditador Gabriel Terra. O aiapeano Jesualdo Sosa tratou de recuperar a ilustre figura de Quiroga para a esquerda, atribuindo a ele “posición revolucionaria, impensadamente. Sin propósitos, nideseos, ni intenciones segundonas”. Tratava-se de contrapor a figura do escritor à imagem consolidada de um literato ligado à ficção e à fantasia:

Es bien seguro que todos los numerosos actores que el Estado ha dispuesto en su honor, no serían en honor de este Horacio Quiroga, sino el del otro, “el cuentista a lo Poe”, “el de la cuarta dimensión”... porque esta dimensión que no alcanza a salir de la tierra, es seguro, que no tiene derecho a homenajes oficiales.⁵⁵

⁵⁴ A respeito desse tema, Jesualdo ministrou uma conferência na AIAPE argentina intitulada “Sarmiento y la reforma de la escuela uruguaya”, que foi publicada na revista *Ensayos* (ano 2, n. 21, oct. 1938 a agosto 1939, p. 258-277) e no boletim *ALAPE* (ano 2, n. 19 e 20, sept. oct. 1938, p. 4).

⁵⁵ SOSA, Jesualdo. Nuestro homenaje. *ALAPE, por la defensa de la cultura*, Montevideo, año 1, n. 3, p. 4, mar 1937.

A mobilização do ideário nacional entre os antifascistas do Uruguai foi menos intensa em comparação ao que foi realizado pelas associações brasileiras e argentinas, apesar de eventualmente ter aparecido nos textos o personagem de Artigas, o grande mito fundador do país oriental.⁵⁶ Supomos que este fato se deve a uma menor intenção de mobilização popular pelos intelectuais da AIAPE uruguaia, e também devido à ausência de grupos fascistas significativos no país capazes de justificar a construção de imaginários sociais para fazer frente aos que os fascistas costumavam manipular no jogo político.

No que diz respeito ao recurso a símbolos pelos grupos antifascistas nos três países, cabe ressaltar que, na maioria dos casos, eles foram construídos e manejados em conexão com as realidades nacionais, como se procurou mostrar. Quanto ao uso de imagens que simbolizassem o caráter internacional da luta antifascista, constamos que houve uma tentativa, pouco expressiva, de inserir na guerra de imagens algumas referências a datas cívicas capazes de sugerir a ideia de uma luta comum. O 14 de julho francês (que remetia à noção de liberdade) e o 7 de novembro russo (símbolo da ascensão do comunismo), foram celebrados através de mobilizações populares que indicavam momentos de transformação nas sociedades.

Conclusões

No Cone Sul, o encontro de escritores de Paris obteve grande repercussão na imprensa antifascista e acabou por motivar o desejo de realização de eventos nos mesmos moldes em seus respectivos países. Além disso, a ressonância do congresso pode ser atestada a partir da reprodução, na imprensa sul-americana, dos discursos dos escritores presentes no encontro; a heterogeneidade de vozes permitiu a incorporação na imprensa de diferentes versões do evento, mostrando que o antifascismo comportava dissidências e polêmicas. Nos debates sobre o tema, ganharam

⁵⁶ SOSA, Jesualdo. El concepto sobre el gobierno pluripersonal en Artigas y Batlle. *AIAPE, por la defensa de la cultura*, Montevideo, año 3, n. 29, p. 10, oct. dic. 1939.

destaque algumas tensões inerentes à utilização do conceito de cultura pelos intelectuais bem como as diferentes práticas estabelecidas em “defesa da cultura” nos países estudados, que estiveram relacionadas com o entendimento das “ameaças” à cultura em nível local e mundial.

O ideal de “defesa da cultura” também impulsionou um fértil debate cultural, que trouxe à tona tensões e dissidências em torno das concepções de cultura, e evidenciou a importância e a força do nacional tanto para os grupos da esquerda como da direita.

O *Congresso de Escritores pela Defesa da Cultura de Paris* obteve maior repercussão na imprensa brasileira possivelmente porque o ano de 1935 representou uma época de maior mobilização política no país. Além disso, a intelectualidade no Brasil esteve articulada em organizações em torno da “defesa da cultura” somente por um breve período, não logrando dar continuidade a uma maior mobilização.

Diferentemente do Brasil, a Argentina e o Uruguai elaboraram suas próprias respostas aos eventos europeus; no caso argentino, Tuñón e Aníbal Ponce articularam a fundação da AIAPE a partir de suas convivências com a intelectualidade francesa. Já no Uruguai, foi realizado, ainda no âmbito da *Confederación de Trabajadores Intelectuales del Uruguay* (CTIU), um Congresso de Escritores, que permitiu a apropriação do debate ocorrido na Europa pela intelectualidade do país, em busca de soluções próprias.

Pelo exposto, pode-se concluir que a importância dada aos eventos europeus foi inversamente proporcional à intensidade dos movimentos antifascistas nos âmbitos nacionais. Ou seja, quanto mais frágil era a tradição de luta no país, mais eram valorizados os exemplos estrangeiros.

Referências

BISSO, A.; CELENTANO, Adrián. La lucha antifascista de la Agrupación de Intelectuales, Artistas, Periodistas y Escritores (AIAPE) (1935-1943). In: BIAGINI, Hugo; ROIG, Arturo A. (Dir.) *El pensamiento alternativo en la argentina del Siglo XX*. Tomo 2: Obreroismo, Vanguardia y Justicia social, Buenos Aires: Editorial Biblos, 2006, p. 235-266.

- CANE, James. "Unity for the Defense of Culture". The A.I.A.P.E. and the Cultural Politics of Argentine Antifascism: 1935-1943. *The Hispanic American Historical Review*, v. 77, n. 3, p. 443-482, aug. 1997.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- FUNES, Patricia. *Salvar la nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo, 2006.
- GOMEZ, Eugenio. *Historia del Partido Comunista del Uruguay* (hasta el año 1951). Montevideo: Editorial Eco, 1990.
- LOTTMAN, Herbert R. *La Rive Gauche: Intelectuales y Política en Paris* (1935-1950). Barcelona: Ed. Blume, 1985.
- MASINA, Léa. Relendo o poema Antônio Chimango. 2008. Disponível em: <http://www.celcpyro.org.br/v4/Fronteiras_Culturais/RelendoopoemaANTONIOCHIMANGO.htm>. Acesso em 27/01/2013.
- PASOLINI, Ricardo. El nacimiento de una sensibilidad política. Cultura antifascista, comunismo y nación en la Argentina: entre la AIAPE y el Congreso Argentino de la Cultura (1935-1055). *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v. 45, n. 179, p. 403-433, oct.-dic. 2005.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. *Revista de História*, São Paulo, n. 153, p. 11-33, 2005.
- ROBIN, Régine. *Le réalisme socialiste: une esthétique impossible*. Paris: Payot, 1986.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Partido comunista, cultura e política cultural*. São Paulo. 1986. 416p. Tese (Doutorado em Sociologia) - FFLCH, Universidade de São Paulo, 1986.
- TERONI, Sandra, KLEIN, Wolfgang. *Pour la défense de la culture: les textes du Congrès international des écrivains* (Paris, juin, 1935), Dijon: Editions Universitaires de Dijon, 2005.
- WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. Tradução de Eloá Jacobina.

*Breves reflexões sobre a construção de imaginários sociais sobre o trabalhador no estado novo (1937-1945) e no primeiro peronismo (1946-1955)**

JULIO MANUEL PIRES^{*1}

Universidade de São Paulo

MAYRA COAN LAGO^{*2}

Universidade de São Paulo

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de apresentar breves reflexões acerca da construção dos imaginários sociais sobre o trabalhador, forjados no Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e no Primeiro Peronismo de Juan Domingo Perón (1946-1955) e, posteriormente, compará-los. Para lograr o objetivo analisaremos a dupla dimensão do discurso oficial nestes governos: a simbólica, a partir dos discursos políticos de Vargas nas festas cívicas dos 10 de novembro e Primeiros de Maio no Brasil, entre os anos 1937-1945, e os de Perón nas festas cívicas dos 17 de outubro e Primeiros de Maio na Argentina, entre os anos 1946-1955; e a “material”, a partir do estudo de parte da legislação promulgada neste período. A partir do estudo da dupla dimensão destes governos propomos a ideia de uma reinvenção dos imaginários sociais sobre o trabalhador no varguismo e no peronismo.
Palavras-chave: Trabalhador; Varguismo; Peronismo.

Abstract: This paper aims to present brief reflections about the construction of the social imaginary about the worker in the Estado Novo of Getúlio Vargas (1937-1945) and in the First Peronism of Juan Domingo Perón (1946-1955) and, then, compare them. To achieve the objective we will analyze the double dimension of the official discourse on these governments: the symbolic, from the political discourse of Vargas in civic festivals of November 10 and May Day in Brazil between the years from 1937 to 1945, and Perón in civic festivals of October 17 and May Day in Argentina, between the years 1946-1955; and “material” from the study of the legislation enacted during this period. From the study of the double dimension of these governments we propose the idea of a reinvention of the social imaginary about the worker in the Varguism and in the Peronism.

Keywords: Worker; Varguism; Peronism.

* Recebido em 10 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 13 de outubro de 2015.

^{*1} Atualmente é professor doutor do Departamento de Economia da FEA-RP/USP e professor titular do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP. E-mail: jmpires@usp.br.

^{*2} Mestre pelo Programa Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). E-mail: mcoann@hotmail.com.

Introdução

A chegada ao poder de Getúlio Vargas no Brasil, na década de 1930, e Juan Domingo Perón na Argentina, na década de 1940, implicou, em cada um dos países, uma série de transformações nos âmbitos político, econômico, social e cultural. Os governantes, embora estivessem inseridos em contextos distintos, consideravam que a mudança era imprescindível para a “continuidade” de seus países e, assim, eles deveriam ser os “verdadeiros” representantes destes “novos países”.

No Estado Novo de Vargas e no Primeiro Peronismo de Perón, o papel do Estado, do governante e da sociedade seriam repensados. Para os governantes, seus governos deveriam possibilitar a entrada em cena política nacional de uma parte da sociedade “esquecida” até então, associada ao Estado: os setores populares. Dentre a gama dos atores políticos que compunham os “setores populares”, identificamos os trabalhadores como àqueles que receberam especial atenção dos governantes, sendo sua força política e apoio fundamentais para a realização dos projetos políticos propostos.

Para tratarmos do que compreendemos por imaginários sociais, utilizaremos as contribuições de Bronislaw Bazcko (1985) e de Patrick Charaudeau (2013), para apresentarmos alguns aspectos do que entendemos por imaginários sociais, de seu papel nas sociedades e a sua relação com a dimensão política. O primeiro dos aspectos a ser mencionado é que os imaginários sociais não são aquilo que se opõe à realidade. Como constatou Bazcko (1985), os sistemas de representação produzidos em diferentes épocas associaram o “verdadeiro” e o “ilusório”, por meio de um jogo complexo e dialético. A partir das ilusões que uma época cria de si própria, ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua “verdade”, tal como o lugar que lhe cabe na história.

O segundo aspecto a ser sublinhado é que os imaginários sociais são construídos. Dizer que são construídos não significa afirmar que sejam construções rígidas, senão que seus elementos são selecionados, relacionando significantes (imagens, palavras) e significados (representações) que fazem sentido para determinada sociedade, época, contexto, grupo, entre outros. O terceiro aspecto é relacionado à multiplicidade e a heterogeneidade

destes imaginários sociais, que vão ter as particularidades e especificidades de acordo com as classes, sociedades, países e do contexto sócio-histórico em que forem produzidos e (re) produzidos.

No centro do imaginário social se encontra o problema do poder legítimo ou o problema da legitimação do poder. A elaboração de imaginários sociais é parte integrante de qualquer regime político e é por meio dos imaginários sociais que se pode atingir não apenas a cabeça, mas também o coração. Para desempenhar seu papel de “espelho identitário”, os imaginários fragmentados, instáveis e essencializados têm necessidade de ser materializados. Se por um lado os imaginários sociais precisam ser materializados, por outro, precisam ser sustentados por uma racionalização discursiva, o que Charaudeau (2013) denominaria como imaginários sociodiscursivos, isto é, os imaginários sociais que existem e são reproduzidos nos discursos, sobretudo nos discursos políticos.

A partir das considerações apresentadas que este trabalho está inserido e tem como objetivo principal estudar a construção dos imaginários sociais sobre o trabalhador, produzidos pelo discurso oficial, no varguismo e no peronismo e, posteriormente, compará-los. Para lograr o objetivo, selecionamos os discursos políticos de Vargas e Perón nas festas cívicas dos 10 de novembro e Primeiros de Maio no Brasil, entre os anos 1937-1945, e os de 17 de outubro e Primeiros de Maio na Argentina, entre os anos 1946-1955, durante estes governos, combinando-as com a legislação trabalhista e a política social promulgada no período.

Concordamos com Mariano Plotkin (2013) ao afirmar que os espetáculos de poder, tomando como destaque as festas cívicas mencionadas, compunham o calendário festivo do Estado Novo e do Primeiro Peronismo a fim de produzirem e reproduzirem imagens de legitimidade, coesão e apoio dos brasileiros e argentinos, sobretudo dos trabalhadores, aos “grandes líderes” da nação e a obra de reconstrução que estava sendo realizada, em que se reafirmava a distinção entre o “velho” e o “novo” Brasil e Argentina.

Selecionamos os discursos políticos das datas 10 de novembro e 17 de outubro, pois representavam o marco fundacional do varguismo e do peronismo, momento em que os governantes comemoravam, no sentido de recordar, as condições que propiciaram a chegada ao poder, tal como

reafirmavam os projetos políticos nacionais e os principais participantes, isto é, os trabalhadores. Enquanto o Primeiro de Maio foi selecionado por ser uma data expressiva para o proletariado mundial e por ser o momento que Vargas e Perón divulgavam as próximas políticas relacionadas ao mundo do trabalho, isto é, a legislação trabalhista. A segunda razão é pelo fato do Primeiro de Maio ser historicamente uma data expressiva para os trabalhadores, que foi apropriada e ressignificada por Vargas e Perón a fim de reforçar a identificação e os “elos” entre eles e os trabalhadores, informar e ressaltar o papel e os imaginários sociais dos trabalhadores em seus governos e divulgar as próximas políticas relacionadas ao mundo do trabalho, isto é, a legislação trabalhista.

Vale dizer que embora trabalhemos com o discurso oficial, o estudo foi inspirado em trabalhos como os de Ângela de Castro Gomes (2002), Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero (2012), Jorge Ferreira (2001), Juan Carlos Torre (2012), Daniel James (2013), entre outros, por considerarem o trabalhador como sujeito e ator social, tal como as suas formas de resistência, e por se dedicarem a estudos com temáticas específicas, relativizadas e críticas. Finalmente, este estudo está estruturado em duas grandes partes, além desta introdução e das considerações finais: a primeira tratará da construção dos imaginários sociais pelo discurso oficial no Brasil e a segunda tratará desta construção na Argentina.

Trabalhadores do Brasil: os trabalhadores nos discursos políticos de Getúlio Vargas (1937-1945)

O vocativo “Trabalhadores do Brasil”, amplamente utilizado nos discursos políticos de Vargas, é significativo para pensarmos a respeito do público a quem era dirigido grande parte dos discursos políticos: os trabalhadores, principalmente com relação aos imaginários sociais forjados neste momento. Apesar de o vocativo ter sido utilizado pela primeira vez em 1938, vale dizer que as imagens do tempo “novo” em contraposição ao tempo “velho”, as novas imagens do trabalho e do trabalhador, as imagens de reformulação do trato da questão social- de questão de polícia

para questão governamental-, as imagens do papel do Estado como mediador dos conflitos sociais- do Estado como o grande conciliador das classes, sobretudo a partir da criação do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio em 1931-, as imagens sobre a relação do Estado com os trabalhadores e do governante com os trabalhadores brasileiros começaram a ser forjadas no início da década de 1930, sobretudo a partir da autodenominada “Revolução de 1930”.

Também é do período anterior ao Estado Novo, sobretudo entre os anos de governo Constitucional (1934-1937), que o discurso oficial começaria a se utilizar da combinação entre a dimensão simbólica-ou seja, a construção e reprodução das novas imagens sobre o trabalho e o trabalhador- combinada com a dimensão “material”, isto é, a legislação trabalhista que começava a ser criada, apesar de grande parte da legislação ter sido promulgada e divulgada nos anos do Estado Novo, como presentes das festas do Primeiro de Maio.

Também vale lembrar que, neste momento anterior, a imagem de Vargas associada ao “novo” momento e tempo, sobretudo relacionada ao mundo do trabalho, como o “pai” e grande “líder” dos trabalhadores, também começava a ser construída pelo discurso oficial- seja pelos discursos políticos de Vargas, pelos discursos políticos dos Ministros do Trabalho ou pela propaganda política do período-, ou seja, não era uma imagem consolidada. Outro aspecto que deve ser recordado é que a outra face da reconfiguração do discurso oficial sobre a relação do Estado com os trabalhadores, isto é, tanto a tentativa de apagamento da histórica luta do movimento dos trabalhadores na Primeira República, tal como do papel, da atuação e da organização política de parte dos trabalhadores brasileiros, quanto a violência e a repressão aos movimentos dos trabalhadores e aos demais opositores do regime, já estava em voga.

Ainda que os aspectos mencionados tenham raízes no governo “Provisório” e, posteriormente, “Constitucional”, é no Estado Novo que seriam consagrados. No dia 10 de novembro de 1937, Vargas reiniciava o governo que perduraria por quase uma década. Novamente, o “projeto político” de Vargas, anunciado no dia do golpe, tinha como principal objetivo a reconstrução do Brasil a começar por um “novo” tipo de

governo, governante, brasileiros e trabalhadores. Para Vargas, o Estado Novo inaugurara e introduzira na cena e na política brasileira um novo ator de fundamental importância: o trabalhador.

Deste modo, no Estado Novo houve uma intensificação do uso das novas imagens mencionadas, tal como do papel de Vargas, dos trabalhadores para a reconstrução do Brasil e das “benesses” “concedidas” aos trabalhadores pelo Estado. Dentre as formas de reprodução das imagens que estavam sendo construídas, os espetáculos de poder, sobretudo os que comemoravam os 10 de novembro e os Primeiros de Maio tinha importância especial, uma vez que demarcavam o encontro entre o líder e a “massa”, momento no qual também era reafirmado a distinção do “velho” e do “novo” tempo.

Com relação aos espetáculos de poder selecionados, ainda que tivessem especificidades, havia algumas características em comum, como: apresentações artísticas; os discursos políticos do governante; e a exaltação ao governante, por “proporcionar” as benesses trabalhistas, a partir da presença e dos desfiles, natural ou forçado, dos trabalhadores sindicalizados com placas de apoio aos governantes (LAGO, 2015). No caso dos Primeiros de Maio, os espetáculos continham uma programação mais extensa, e, a partir de 1940, ocorriam nos estádios, tomando uma proporção maior de espetáculo, que eram compostos por discursos políticos também dos membros do MTIC e “presentes” durante a festa, como a legislação trabalhista do período.

Retomando a distinção entre o “velho” e o “novo” tempo e momento, o primeiro era marcado pela injustiça social, pela miséria dos trabalhadores, pela ausência de direitos do trabalhador, pela luta entre trabalhadores e patrões, entre outros, enquanto o segundo era marcado pela reformulação do trato da questão social, a partir de 1930, que implicava, necessariamente, por um momento marcado pela justiça social, por melhores condições de vida e de trabalho, pela criação dos direitos do trabalhador e pela conciliação entre empregados e patrões.

Estas distinções estavam amparadas em uma noção de trabalhador/cidadão mais ampla, definida pelo Estado Novo, que considerava a dimensão privada e pública do homem em relação ao trabalhador/

cidadão, isto é, membro socialmente útil do Estado (CAPELATO, 2009). Neste sentido, o trabalho, antes forma de escravidão, passara a ser visto como forma de emancipação da personalidade, que valorizava o homem e tornava-o digno de respeito e de proteção da sociedade. Estes aspectos foram frequentemente mencionados nos discursos políticos dos Primeiros de Maio, como podemos notar no de 1938: “O trabalho é o maior fator da elevação da dignidade humana! Ninguém pode viver sem trabalhar; e o operário não pode viver ganhando, apenas, o indispensável para não morrer de fome! O trabalho justamente remunerado eleva-o na dignidade social” (VARGAS, 2011, p. 204).

O trabalhador deveria ser melhor remunerado para não apenas elevar seu padrão de vida, mas também aumentar o consumo e melhorar as condições do mercado interno. Neste sentido, não foi por acaso que o imaginário coletivo da malandragem cantada nos sambas, sobretudo cariocas, passaria a ser combatido com a produção de imagens negativas, pelos órgãos do governo, com relação ao malandro, evocando a necessidade e importância do trabalho, para a reconstrução do Brasil moderno, industrializado e engrandecido. Como mencionado no discurso de 1940: “[...] o trabalho bem feito é uma alta forma de patriotismo, como a ociosidade uma atitude nociva e reprovável” (VARGAS, 2011, p. 291).

Se nos discursos havia um “velho” e um “novo” tempo, também havia um “velho” e um “novo” trabalhador.¹ O “velho” trabalhador não era reconhecido, respeitado, organizado e educado e, portanto, não tinha seus direitos garantidos. Ademais, Vargas procurou apagar a organização e a luta histórica dos trabalhadores e inventar outra história, mostrando que apenas a partir do seu governo os trabalhadores passariam a se organizar,

¹ Vale dizer que a menção mais geral, “trabalhadores”, referia-se a imagens mais específicas, isto é, aos trabalhadores urbanos e aos trabalhadores rurais. Embora ambos fizessem parte desse “grande” projeto político, cada categoria teria sua função relacionada a imagens específicas: os trabalhadores urbanos teriam suas imagens relacionadas à industrialização, à modernização, à máquina, ao enriquecimento do Brasil; enquanto os trabalhadores rurais teriam suas imagens relacionadas à tradição, à nacionalidade e à produção para o consumo nacional e internacional. Além dessas duas categorias, Vargas também reproduziria imagens relacionadas ao trabalhador relacionado à família e, nesse sentido, à ampliação de benefícios aos demais membros (LAGO, 2015).

sem precisar lutar, uma vez que o Estado lhes proporcionava as benesses antes mesmo de eles solicitarem. As “novas” imagens seriam amplamente utilizadas nas comemorações dos Primeiros de Maio:

Falando em momento como este, diante de uma multidão que vibra de exaltação patriótica, não posso deixar de pensar como os nossos governantes permaneceram, durante tanto tempo, indiferentes à cooperação construtiva das classes trabalhadoras. Relegados a existência vegetativa, privados de direitos e afastados dos benefícios da civilização, da cultura e do conforto, os trabalhadores brasileiros nunca obtiveram, sob os Governos eleitorais, a menor proteção, o mais elementar amparo. Para arrancar-lhes o voto, os políticos profissionais tinham de mantê-los desorganizados e sujeitos à vassalagem dos cabos eleitorais (VARGAS, 2011 [1942], p. 292).

Ainda com relação à esfera governamental, Vargas procurou frisar que, a partir de seu governo, os trabalhadores seriam considerados valores humanos, teriam seus direitos garantidos, e, portanto, não apenas fariam parte do projeto político como seriam também os maiores beneficiados, sobretudo com a legislação trabalhista. Outro aspecto que deve ser mencionado é a combinação, pelo discurso oficial, das ideias de educar e disciplinar, presentes sobretudo nos Primeiros de Maio, com os aspectos “materiais”, os presentes “doados” nestas festas.

Com relação à ideia de educar, a “disciplinarização” do trabalho auxiliou na criação do epíteto “pai dos pobres”. Para Capelato (2009), tal epíteto sustenta a ideia do “povo criança” e do “pai”, que educa seus filhos e, em troca de bom comportamento, os presenteia. Em contrapartida, os filhos reconhecem no pai, além de educador, uma autoridade que deve ser respeitada, amada e reconhecida por seus atos. A própria imagem de Vargas também seria reinventada no Estado Novo, momento em que as imagens de Vargas como o primeiro trabalhador, para além da Carteira de Trabalho 001, seriam reforçadas. É interessante pensarmos o significado simbólico de Vargas produzir o imaginário político de primeiro trabalhador, pois revelava por um lado a tradição e a maturidade de seu trabalho e, por outro lado, o exemplo a ser seguido.

Cabe mencionar dois aspectos para compreender a relação que seria estabelecida entre governante e trabalhadores: a ideia de doação da legislação trabalhista, sobretudo no tocante à obrigação da retribuição e à questão da cidadania. Com relação à obrigação de retribuição, a mesma seria eminentemente simbólica, isto é, em troca da “doação” da legislação trabalhista, Vargas receberia a lealdade, a colaboração, a ordem e o amor dos trabalhadores. Esse “dever” de retribuição podia ser notado implicitamente em momentos dos discursos políticos de Vargas, sobretudo quando retomava o passado e mostrava a diferença nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, tal como do tratamento do governo aos trabalhadores, como podemos notar no seguinte trecho: “Comparai, olhai esse passado bem próximo, e regozijai-vos de desempenhar, conscientes das vossas responsabilidades, o relevante papel da força construtora da nacionalidade, dentro do espírito de ordem [...]” (VARGAS, 2011 [1942], p. 89).

As novas imagens do trabalhador organizado e unido seriam combinadas com a imagem, o papel e o significado da cidadania. Para nós, essa reformulação das imagens do trabalhador, combinando estes aspectos simbólicos com os “materiais”, ou seja, a legislação trabalhista da época, compõe a reinvenção dos trabalhadores no varguismo. Reinvenção porque antes dos anos 1930 houve projeções de imagens sobre os trabalhadores, pelos próprios trabalhadores como pelo Estado e, assim, a partir da entrada em cena nacional, Vargas iniciaria uma reinvenção, que teria sua consagração no Estado Novo.

Retomando o tema da cidadania, relacionada à ideia de direitos civis, políticos e sociais seria utilizada apenas na dimensão dos direitos sociais. Em outras palavras, o cidadão do Estado Novo não se definiria mais pela posse dos direitos civis e políticos, mas pela posse dos direitos sociais, sendo que a realização plena da cidadania deveria ocorrer pela promoção da justiça social.

De acordo com Gomes (2002), ser cidadão no Estado Novo era, além de integrar o mundo definido como da política, pertencer a uma totalidade: econômica, uma vez que trabalhar era produzir riquezas; jurídica, uma vez que possuía a carteira de trabalho; e moral, uma vez que o trabalho deveria ser compreendido como um dever e um direito. Ou seja, cidadania era pertencimento, relacionado diretamente à identidade nacional.

O “novo” cidadão era sinônimo de “bom” brasileiro, sendo que o “bom” brasileiro era aquele que respeitava a ordem e trabalhava pela grandeza do Brasil. O brasileiro ordeiro, trabalhador, tinha direitos decorrentes dos deveres individuais e coletivos, representados pela legislação social. Os “bons” brasileiros deveriam ser contrapostos aos “maus” brasileiros, isto é, os desempregados,² mendigos, os criminosos, os subversivos e todos os que não apoiavam a obra governamental.

Os discursos políticos das datas selecionadas de Vargas sofreriam modificações significativas a partir de 1942- marco delimitado por Gomes (2002), para demarcar o segundo momento do Estado Novo (1942-1945), sobretudo pelas mudanças conjunturais, seja no âmbito interno quanto no externo. De acordo com Capelato (2009), a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial tornou a situação ainda mais crítica. Além do aumento do custo de vida houve racionamento de produtos básicos e de gêneros de primeira necessidade. Com relação aos trabalhadores, Gomes (2002) ressalta que os “tempos de guerra” seriam marcados pela suspensão da vigência de diversos direitos trabalhistas.³

No tocante à situação política, a contradição entre lutar a favor da liberal-democracia ao lado dos Aliados na Europa e manter um regime autoritário no país foi acentuada. A partir dos anos 1940, Vargas reafirmava o diferencial do Estado Novo com relação aos demais governos existentes, procurando demonstrar que o Estado Novo era uma via alternativa ao que existia, principalmente quando relacionado ao mundo do trabalho:

² Segundo Capelato (2009), o número de desempregados nessa época era muito grande e, assim, a enorme massa dos pobres sem trabalho não se integrava na categoria de “bom” brasileiro ou mesmo de cidadão. Ficando à margem da relação presidente/povo trabalhador, essas pessoas não tinham identidade, não “existiam”, isto é, não compunham esta sociedade, além de serem vistas como perigo e ameaça à harmonia da sociedade.

³ Em agosto de 1942, por exemplo, o governo decretou a restauração da jornada de dez horas de trabalho, proibindo a utilização do instrumento legal capaz de contestar tal medida, sob o argumento do “estado de guerra”. Em outubro do mesmo ano, outro decreto suspendia o direito de férias em todas as indústrias consideradas essenciais à segurança nacional. Em dezembro, mais um decreto impedia a mobilidade do trabalho nas chamadas “indústrias de guerra”, o que transformava literalmente seus empregados em “desertores” em casos de falta e desistência do emprego.

A política trabalhista do meu Governo tem sido invariável no sentido de estabelecer a harmonia entre os fatores de produção, base do equilíbrio social e fundamento do progresso humano. A nossa organização peculiar afasta-se, igualmente, do erro dos regimes do liberalismo individualista, que legalizam a greve como elemento solucionador de conflitos, e dos estatutos de natureza totalitária, que instituíram o trabalho escravo (VARGAS, 2011 [1942], p. 448).

Além desse “diferencial”, o significado do conflito, as ameaças dele decorrentes e as suas consequências seriam amplamente utilizadas. Com a entrada do país no conflito, os trabalhadores urbanos e rurais deveriam contribuir na “batalha da produção”, momento em que produzir era a palavra de ordem enquanto a ociosidade e a desocupação eram consideradas “crimes” contra o interesse coletivo. Do mesmo modo, Vargas delegaria funções, sobretudo aos trabalhadores, que seriam os soldados de produção, atuando na “frente interna” de batalha: “[...] O nosso é o da produção. O exército sois vós, obreiros do Brasil, e o objetivo a alcançar é a libertação completa do país dos retardamentos, fraquezas e dependências do passado” (VARGAS, 2011 [1942], p. 447).

Neste contexto, o governo apelou para o patriotismo dos brasileiros, sobretudo dos trabalhadores, e pediu o sacrifício de todos pelo Brasil:

O trabalhador brasileiro nunca me decepcionou. Diligente, apto a aprender e a executar com enorme facilidade, sabe ser, também, bom patriota. A essas disposições o Governo responde com uma política trabalhista que não divide, não discrimina, mas, ao contrário, congrega a todos, conciliando interesses no plano superior do engrandecimento nacional. À medida que impulsionamos as forças de produção para favorecer o progresso geral e unificar economicamente o país, organizamos o trabalho, disciplinamo-lo sem compressões inúteis, afastando a luta de classes e estabelecendo as verdadeiras bases da justiça social (VARGAS, 2011 [1943], p. 32).

Reforçando imaginários políticos e sociais, Vargas convocava todos os trabalhadores para a luta. Mencionava o diferencial de seu governo, que criara a legislação trabalhista, conciliou as classes e estabeleceu as bases da justiça social para argumentar a importância dos trabalhadores comporem os “postos” da batalha. Também vale dizer que a imagem de Vargas “pai dos pobres” é ampliada a partir de 1942, uma vez que o “velho” trabalhador, sem direitos, desorganizado, mal educado, no segundo momento do governo Vargas, já teria sido “transformado” no “novo” trabalhador, isto é, educado, organizado e, fundamentalmente, com direitos sociais. Portanto, Vargas passaria a ser o grande “líder” dos trabalhadores.

No tocante à dimensão material, como procuramos demonstrar, a mesma era utilizada em distintos momentos, mas enaltecida, sobretudo, nos discursos políticos dos Primeiros de Maio. No ano de 1945, Vargas fez uma síntese das realizações de seu governo para os trabalhadores:

Vitoriosa a revolução de 30, uma das primeiras iniciativas do governo foi a criação do Ministério do Trabalho [...] Daí por diante a nossa atuação desenvolveu-se sem hesitações abrangendo todos os setores da legislação social a saber nacionalização do trabalho com leis dos Dois Terços; normas gerais e especiais de tutela do trabalho; duração do trabalho no comércio, na indústria, nos serviços públicos e atividades privadas; concessão de férias; proteção ao trabalho da mulher e do menor; contrato individual e contrato coletivo de trabalho; organização sindical; fiscalização das leis trabalhistas; justiça especial do trabalho; estabilização no emprego e indenização por acidentes; higiene, alimentação e ensino do trabalhador, com a instalação de refeitórios populares, escolas de ofícios ;[...] instituição do salário mínimo, suas adaptações às condições regionais; salário adicional e possibilidade de novas revisões; amparo econômico a todas as classes de trabalhadores, com a organização dos Institutos e caixas que distribuem os benefícios comuns e especiais do seguro social, mantendo além disso a assistência médica hospitalar, financiando a construção de casas operárias e ampliando direta ou indiretamente os meios de elevar o nível profissional, melhorar a saúde e prover

a segurança do lar e a educação da prole do trabalhador (VARGAS, 2011, p. 470).

Alguns destes benefícios não se limitaram à cidade, sendo os trabalhadores rurais também atendidos, considerando as distintas realidades. Nesse sentido, entre alguns dos benefícios citados estão: a extensão da sindicalização ao campo, propostas de distribuição de terras e, mesmo na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) havia artigos que os mencionava (LAGO, 2015).

No Estado Novo, o trabalhador, embora estivesse “dignificado” e fosse um elemento importante para a base do governo, era considerado como máquina de produção, para atingir o desenvolvimento e a disciplinarização da força de trabalho. A tônica do momento, o trabalho, contribuiu para a conformação da cultura política brasileira, momento que foi denominado por Gomes (2002) como invenção do trabalhismo.

Para a historiadora, o trabalhismo, como cultura política brasileira, deve ser compreendido como um conjunto de ideias, valores, rituais e vocabulários vinculados à promessa de justiça social. Essa invenção seria realizada não apenas por Vargas, mas também por Marcondes Filho, por outros ideólogos, pela propaganda política, enfim, pelo governo varguista e todo seu aparato. Ainda que para a autora a consagração do trabalhismo advenha dos anos 1940, para nós, o trabalhismo tem suas raízes ainda nos anos 1930, a partir da entrada de Vargas na cena política nacional. Uma série de propostas e imagens, apropriadas e ressignificadas do próprio discurso dos diversos movimentos dos trabalhadores, que seriam retomadas no Estado Novo, estiveram presentes já no Manifesto da Aliança Liberal, em 1929, como, por exemplo, a forma de tratar a questão social e a ideia e imagem da conciliação de classes. Tais propostas e imagens seriam amplamente utilizadas, reforçadas e consagradas no Estado Novo.

Como ideologia, projeto e cultura política, o trabalhismo lança raízes na experiência do movimento operário e sindical da Primeira República que o Estado Novo procurou negar e apagar. Em outras palavras, se o trabalhismo foi inventado no período pós-1930, não foi de forma fortuita, arbitrária e a partir do nada, senão da apropriação e da ressignificação de

elementos simbólicos e das demandas e aspirações dos trabalhadores no período anterior. Para tal invenção era preciso novas imagens do trabalho e do trabalhador e, neste sentido, nossa proposta de reinvenção dos trabalhadores estaria inserida na invenção do trabalhismo.

Mis Queridos Descamisados: os trabalhadores nos discursos políticos de Perón (1946-1955)

Tal como no Brasil, o vocativo “Mis Queridos Descamisados” contribui para pensarmos parte significativa do público ao qual os discursos políticos de Perón eram dirigidos: os trabalhadores, sobretudo pela construção distinta dos imaginários sociais sobre os trabalhadores pelo discurso oficial na Argentina. Apesar de o termo ter sido empregado, sobretudo a partir de outubro de 1945, e adotado por Perón e pela propaganda peronista, principalmente nos Dias de Lealdade, os 17 de outubro, também vale fazermos três considerações acerca do momento anterior à presidência de Perón, momento no qual também seria iniciada a construção dos imaginários sociais sobre os trabalhadores e da imagem e relação entre Perón e os trabalhadores.

O primeiro é com relação à reformulação do trato da questão social-de questão de polícia para questão governamental-, a partir do governo autodenominado da “Revolução Nacional”, em 1943. A partir do cargo de Secretário de Trabalho e Previdência, Perón iniciaria um contato direto com os trabalhadores que apoiavam as políticas do novo governo e também começaria a forjar novas imagens sobre o trabalho, o trabalhador e as relações entre o Estado e a classe trabalhadora que, a partir de 1944, seriam mediadas por ele. O segundo é relacionado à tônica do peronismo, a justiça social, que também já começaria a ser utilizada, sobretudo para demarcar o “novo” momento, em contraposição ao “velho”.

Nos discursos políticos de Perón como Secretário os tempos anteriores à “Revolução de 43” já eram retratados como de exploração, sofrimento, dor, miséria e injustiça em contraposição ao “novo”, em que a justiça social era defendida e buscava-se implantá-la. Com a chegada de Perón ao poder, em

1946, estas imagens, que começavam a ser projetadas, seriam consagradas. Também vale lembrar que, embora a mencionemos adiante, grande parte da legislação trabalhista criada na Argentina é do período anterior à presidência de Perón, quando ele ocupava o cargo de Secretário e, assim, a mesma foi utilizada tanto para ser combinada com os aspectos simbólicos e materiais entre os anos 1944-1945, quanto nos discursos políticos finais de 1945 e a própria propaganda política para presidência.

Do mesmo modo que no Brasil, a outra face do discurso oficial sobre a relação amistosa era justamente a censura e a repressão aos trabalhadores e demais opositores do regime, como o caso da *Central General del Trabajo* (CGT) número 2, de cunho predominantemente comunista, cuja sede foi fechada no dia 21 de julho de 1943 e suas atividades foram proibidas em todo o território nacional.

Em 1946, por eleições diretas, Perón seria eleito como Presidente da Argentina pelo Partido Laborista, sendo reeleito sob a sigla do Partido Peronista em 1951 e derrubado por um golpe militar em 1955. De acordo com Capelato (2009), no primeiro governo, Perón contou com o apoio dos trabalhadores, de grupos nacionalistas, de setores das Forças Armadas e da Igreja.

Por não considerarmos o Primeiro Peronismo como um momento homogêneo, nos inspiraremos na periodização proposta por Plotkin (2013), ainda que, por questões metodológicas, neste artigo, adaptaremos a periodização e trataremos o peronismo em dois momentos principais. O primeiro referente ao primeiro governo, isto é, entre os anos 1946-1951 e o segundo referente ao segundo governo, isto é, de 1952-1955.

Vale mencionarmos o contexto econômico favorável deste primeiro momento. Com o fim da Segunda Guerra, o país devedor tornou-se credor graças à colocação de seus produtos agropecuários no mercado europeu. O governo peronista tentou reforçar o setor industrial da economia com a ajuda do setor agrícola, reduzir a influência estrangeira na economia, sobretudo as referentes ao setor público, e outorgar para o Estado o papel decisivo na regulamentação da economia com o Plano Quinquenal (1946-1951).

Ainda que a agroexportação continuasse sendo a principal fonte de divisas houve um aumento do número de estabelecimentos industriais

e de trabalhadores, que duplicou entre 1935 e 1946, sendo que a indústria passou a ser o centro dinâmico de acumulação de capital na metade dos anos 1940. Tal situação contribuiu para a melhora do nível de vida dos argentinos, tal como da propagação da imagem de “mundo feliz”.⁴ Já no segundo governo, por questões que serão mencionadas adiante, o descontentamento era visível por parte dos grupos nacionalistas e da Igreja, que acabou rompendo com o governo.

Para comemorar a ascensão do peronismo foi proposto um calendário festivo, composto por diversos espetáculos de poder. Tais momentos tinham algumas características comuns aos brasileiros, sobretudo a composição dos desfiles, os discursos políticos dos governantes, as homenagens ao governante e os presentes da festa (que, no caso do peronismo, eram premiações, que eram ofertadas no 17 de outubro, o que também revela a diferença de importância das datas fundacionais e dos Primeiros de Maio no Brasil e na Argentina). O diferencial dos espetáculos de poder do peronismo estava nos discursos políticos de representantes dos trabalhadores, como os dirigentes da CGT, e a presença das mulheres nas premiações, com o concurso próprio, conhecido como *Reina del Trabajo*.

Vale assinalarmos as especificidades e particularidades destes momentos no varguismo e no peronismo. No tocante ao papel do trabalhador, o discurso oficial varguista reproduzia imagens do trabalhador em uma posição “passiva”, sem “voz”, isto é, não compunha os discursos políticos das comemorações e,⁵ menos ainda, cargos do governo, enquanto o discurso oficial peronista procuraria produzir outros tipos de imagens sobre a relação dos trabalhadores com Perón, projetando o “novo” trabalhador em uma posição “ativa”, com “voz”. Além disto, alguns cargos importantes do governo foram atribuídos aos trabalhadores sindicalizados, como da Secretaria de Trabalho e Previdência, posteriormente, Ministério

⁴ Os trabalhadores opositores do regime compunham a oposição ao “mundo feliz”. Entre os estudos sobre a atuação dos trabalhadores no Primeiro Peronismo, ver Gustavo Contreras (2016), no *Dossiê* “Los trabajadores durante los años del primer gobierno peronista. Nuevas miradas sobre sus organizaciones, sus prácticas y sus ideas (1946-1955).

⁵ Com exceção do primeiro ano, 1938, em que discursou Luis Augusto França, o presidente da União dos Sindicatos dos Empregados do Distrito Federal.

do Trabalho, dirigido por José Maria Freire, do grêmio dos vidraceiros, do Ministério Interior, dirigido por Ángel Borlenghi, dos empregados do comércio, entre outros.

Ainda que possamos questionar os limites de atuação dos trabalhadores em tais cargos, nos interessa mais pensar o significado simbólico dos trabalhadores em cargos importantes do governo peronista. O significado pode ser compreendido a partir de dois aspectos mais amplos: o reforço de imagens como um governo de e dos trabalhadores; e, conseqüentemente, o reforço de imagens de apoio, coesão e lealdade, a partir do fortalecimento dos laços entre Perón e os trabalhadores, uma vez que ele seria o primeiro governante a “dar” a oportunidade aos trabalhadores de atuar no governo. Além de diferenciar também as imagens produzidas e reproduzidas no varguismo e no peronismo, isto é, o varguismo como um governo para os trabalhadores e o peronismo como um governo para, de e dos trabalhadores (LAGO, 2015).

Com relação aos discursos políticos, Perón também descrevia um “tempo novo”, apresentava uma “nova” Argentina, um “novo” tipo de governante e, assim, os trabalhadores não poderiam ter as mesmas representações do momento anterior. A marcação do novo tempo argentino revela não apenas outro posicionamento do governante diante da classe trabalhadora como também novas formas de se referir e se relacionar com ela, agora, como força política e social do governo. Entre as imagens dos trabalhadores,⁶ que aparecem nesses discursos políticos do “novo” tempo estavam a de unidos, leais, sinceros, dignos, conscientes e alegres. Com relação às imagens, notemos a retomada que propiciou o “novo” tempo:

⁶ Marcela Gené (2008), ao analisar as imagens dos trabalhadores na propaganda política do Primeiro Peronismo, identificou cinco versões de suas representações: o descamisado, o trabalhador industrial que para nós é o “obrero”, o “corpo do campo” que para nós é o “peón rural”, a família peronista, que seriam os trabalhadores de maneira geral, que para nós é o “trabajador” e as enfermeiras, representando as mulheres. Assim, tal como Gene (2008) encontrou na propaganda política, nós encontramos estas imagens mais específicas sobre o trabalhador nos discursos políticos.

Desfilan por nuestra imaginación y por nuestro recuerdo los días vividos a través de las etapas reivindicatorias de la Patria que comenzaron en junio de 1943. Primero, las reformas que fueron como la iniciación y la siembra de la simiente que había de cristalizar y florecer a lo largo del trabajo y sudor argentino. Después, el gobierno, nuestro gobierno, el gobierno del pueblo, el gobierno de los descamisados, el gobierno de los pobres, de los que tienen hambre y sed de justicia. Por eso, en esta plaza, la histórica Plaza de Mayo de todas nuestras epopeyas, han latido al unísono amalgamados en un solo haz todos los corazones humildes que por ser humildes son honrados, son leales y son sinceros. Después, la Constitución, la Constitución Justicialista, que ha hecho de la tierra argentina una Patria sin privilegios y sin escarnios; que ha hecho del pueblo argentino un pueblo unido, un pueblo que sirve al ideal de una nueva Argentina, como no la han servido jamás en nuestra historia. Esas tres etapas vividas por el pueblo argentino: la reforma, el gobierno y la Constitución argentina, nos han dado un estado de justicia y un estado de dignidad y nosotros los transformaremos en un estado de trabajo (PERÓN, 1949, s/p).

Podemos observar a relação direta que Perón estabelece entre as suas ações, ações do governo, com a nova situação do trabalhador. Vale assinalar outros dois aspectos que distinguem os imaginários sociais sobre os trabalhadores no varguismo e no peronismo: os “tempos” da mudança; e o trato da história do movimento dos trabalhadores no Brasil e Argentina. Com relação à “mudança”, como assinalou Capelato (2009), embora ambos os governos representassem a “mudança”, as formas e o tempo em que ocorreriam eram diferentes. Para Vargas era preciso reformar o Estado para atingir a justiça social, ou seja, algo que estava no futuro. Enquanto a tônica de Perón era a justiça social, como a primeira e única forma de atingir a igualdade social e os direitos sociais, ou seja, era algo que estava no presente. Ainda segundo a historiadora, outro fator que contribuiu para as modificações importantes no mundo do trabalho foi o contexto econômico favorável da Argentina, em que era possível ter a percepção

real da melhora das condições de vida dos trabalhadores, decorrente de aspectos já mencionados.

Sobre o trato da história, na Argentina, até mesmo pelos acontecimentos que relacionaram Perón aos trabalhadores, como o de 17 de outubro de 1945, e por ter sido eleito presidente a partir de um partido dos trabalhadores, o Partido Laborista, não foi possível apagar a história dos trabalhadores ou parte dela, pois lhe auxiliou a chegar à presidência e constituía base de apoio significativo ao novo governo. Deste modo, pelo discurso oficial, Perón tentou se apropriar da luta dos trabalhadores, colocando-se como o grande condutor e responsável pela nova condição dos trabalhadores:

Este 1º de mayo, el primero desde que me encuentro en el Gobierno, lo festejamos como fiesta incorporada a las grandes efemérides de nuestra Patria [...]. Hemos logrado conformar la conciencia social de nuestro pueblo, donde un gobierno de trabajadores marcha al frente de la columna obrera más grande que pueda haberse formado en esta tierra (PERÓN, 2002 [1947], p. 40).

Os discursos políticos do governante procuravam difundir a ideia de que a partir da sua entrada em cena política nacional, os Primeiros de Maio seriam não apenas comemorados como também festejados. Também vale mencionar a apropriação da data⁷ e a imagem que seria construída, progressivamente, de Perón como o grande condutor da história dos trabalhadores argentinos, utilizando-se do título de “primeiro trabalhador” argentino.

O título, recebido por um trabalhador ainda quando era Secretário de Trabalho e Previdência, em 1944, era utilizado nos discursos políticos para se aproximar ainda mais dos trabalhadores. Sob o “título”, Perón procurava mostrar, por um lado, a identificação que tinha com os trabalhadores, com

⁷ Segundo Plotkin (2013), a partir do Primeiro de Maio de 1949, o governo ordenou que todas as celebrações do Primeiro de Maio não peronistas deveriam ser antecipadas para o dia 30 de abril, para que não interferissem na celebração oficial.

respeito às suas aspirações e demandas, e por outro lado, o exemplo a ser seguido. “Primeiro trabalhador” também revelava a disputa simbólica da “voz” legítima ou do representante legítimo dos trabalhadores. Tal disputa seria composta pela combinação de, pelo menos, dois aspectos mais amplos: o primeiro seria o uso do “passado”, quando Perón ainda era s, para reafirmar as políticas sociais implantadas e o início da sua relação com os trabalhadores; e o segundo seria a produção e a reprodução de imaginários políticos no presente momento em que estava governando.

Com relação à retórica dos discursos políticos de Perón, para James (2013), o discurso peronista tomava a consciência, os hábitos, os estilos de vida e os valores da classe trabalhadora tal qual encontrava e o colocava como base suficiente para a rápida consecução de uma sociedade justa e igualitária. Ainda segundo o autor, esses aspectos tornavam o discurso peronista mais concreto e imediatista do que as demais correntes, como as socialistas e os comunistas, que anunciavam mudanças estruturais abstratas de longo prazo, dependendo de uma consciência apropriada da classe trabalhadora.

Ademais, ainda para o autor, Perón se diferenciava de caudilhos ou caciques políticos tradicionais, pois proclamava que o Estado só poderia ser uma força social, defensor dos direitos sociais, se os trabalhadores tivessem unidos e organizados em torno e dentro dele, isto é, o Estado era o espaço onde os trabalhadores poderiam atuar político e socialmente para estabelecer as suas exigências e garantir seus direitos e a justiça social. Estes argumentos conformavam a própria Doutrina Justicialista e a cultura política configurada também neste momento, o justicialismo peronista.

Ainda que em bases distintas do trabalhismo varguista, o justicialismo peronista também pode ser compreendido como um conjunto de ideias, valores, rituais e vocabulários vinculados à justiça social. A partir do discurso oficial, podemos observar que o justicialismo também lança raízes na experiência do movimento operário e sindical dos anos anteriores a 1943, mas, diferentemente de Vargas, Perón não negaria a experiência, mas se apropriaria das demandas e aspirações dos trabalhadores, ressignificando e os elementos simbólicos e se colocando como o grande condutor dos trabalhadores. Para a invenção da cultura política peronista também foi

preciso construir novas imagens do trabalho e do trabalhador e, neste sentido, nossa proposta de reinvenção dos trabalhadores também está inserida na invenção do justicialismo.

Como “pano de fundo” dessas imagens, dois aspectos eram fundamentais: a ideia, imagem e significado da cidadania; e a forma de retribuição ao que era “doado” pelo governo. Com relação à cidadania, para James (2013), o atrativo político fundamental do peronismo para os trabalhadores residiu na sua capacidade para redefinir a noção de cidadania, inserindo-a em um contexto mais amplo, essencialmente social. Assim, o discurso peronista negava a validade da separação entre Estado e política por um lado e sociedade civil por outro, definida pelo liberalismo.

Com relação à doação, Perón também procurou associar as benesses “concedidas” por ele ao apoio e lealdade dos trabalhadores argentinos ao seu projeto político: “yoleshe dado una doctrina justicialista, heasegurado una justicia social, he conquistado una libertad económica, leshe dado una realidad política, todo consolidado en la Constitución Justicialista” (PERÓN, 1950, s/p).

No tocante à legislação social, entre as leis mais mencionadas figuravam: o 13º salário, fixação do salário diário para os acidentados no trabalho; lei do salário-mínimo; o regime de trabalho para menores; a cobrança de salários nos feriados; criação do Instituto Nacional de Previdência Social; criação da Administração Nacional da Moradia para os trabalhadores e aprovação do regime legal das Associações Profissionais, que regulamentava o funcionamento dos sindicatos (LAGO, 2015). No tocante aos trabalhadores rurais, Vanderlei Ribeiro (2008) afirma que alguns dos direitos trabalhistas seriam estendidos aos trabalhadores rurais, adaptado à realidade deles. Para isso o autor destaca o *Estatuto del Peón* de 1944 e a *Comisión Nacional del Trabajo Rural*, criada pela lei nº 13.020, encarregada de regular as relações de trabalho não estáveis. Entre as leis criadas estavam as referentes à: criação de sindicatos; limitação de jornada de trabalho; entre outros.

Além destas leis trabalhistas, o governo peronista também se destacou por suas políticas sociais, como os direitos dos idosos e das crianças, o plano de assistência médica para os humildes (*Plan Carillo*), a educação primária e universal e gratuita, as políticas de habitação, entre

outras. Do mesmo modo, destacamos a *Fundación Eva Perón* como o centro das políticas sociais, sendo que sua atuação ocorria em distintos campos como a saúde, a educação, o turismo e a assistência social.

A legislação trabalhista e as políticas sociais seriam amplamente mencionadas nos discursos políticos estudados para legitimar também os próprios imaginários sociais construídos. A combinação da dimensão “material” com a simbólica constitui, para nós, a reinvenção dos trabalhadores no peronismo. Reinvenção, pois também consideramos que no momento anterior à década de 1940, os trabalhadores argentinos e os outros governos também procuraram inventar imaginários sociais sobre os trabalhadores.

Os usos das imagens e a legislação seriam intensificados no segundo governo de Perón, em razão da debilidade da situação econômica e, conseqüentemente, política. No período Pós-Segunda Guerra Mundial, por distintos fatores, foi iniciada uma crise do setor externo argentino, que teve conseqüências na atividade industrial nacional, pela dificuldade de importar máquinas e equipamentos, impulsionando a inflação. Além disso, os subsídios públicos foram cortados e os salários reais começaram a declinar, o que ocasionou uma sucessão de greves. Diante desse cenário, o governo peronista mudaria algumas de suas políticas, sobretudo com relação à atração de capitais estrangeiros, promovendo inclusive uma campanha que diminuía as restrições às importações de máquinas e equipamentos, tal como o envio dos dividendos para fora do país (BAILY, 1986).

O cenário de “mundo feliz” do primeiro governo já não existia mais e, assim, o segundo governo enfrentaria maiores dificuldades com os trabalhadores. As greves dos trabalhadores somadas ao acirramento da oposição sindical e à morte de Eva Duarte Perón contribuiriam para o cenário complexo instaurado. Decorrente deste contexto, no segundo governo de Perón (1952-1955), os discursos políticos teriam um tom mais agressivo, além do “reforço” da imagem dos trabalhadores como organizados e conscientes de seu papel e força política no país, tal como a lealdade ao presidente. Ademais, os trabalhadores eram convocados a lutar pela grande causa do governo, a justiça social. Todos estavam convocados para a “batalha” contra os inimigos da pátria, que estavam insatisfeitos

com os logros do país até o momento e com os rumos futuros. Perón convocava, explicitamente, os trabalhadores para uma “batalha” contra os inimigos internos e externos da Argentina:

Estamos en un momento en que todos debemos de preocuparnos seriamente, porque la canalla no descansa, porque están apoyados desde el exterior. Decía que es menester velar en cada puesto con el fusil al brazo. Es menester que cada ciudadano se convierta en un observador minucioso y permanente porque la lucha es subrepticia. No vamos a tener un enemigo enfrente: colocan la bomba y se van. Aumentan los precios y se hacen los angelitos. Organizan la falta de carne y dicen que ellos no tienen la culpa. Al contrario, por ahí, en un diario, sacan un artículo diciendo que ellos, en apoyo del Gobierno, quieren que venga la carne, pero la carne no viene. Todo esto nos está demostrando que se trata de una guerra psicológica organizada y dirigida desde el exterior, con agentes en lo interno. Hay que buscar a esos agentes, que se pueden encontrar si uno está atento, y donde se los encuentre, colgarlos en un árbol (PERÓN, 1952, s/p).

A partir do segundo Governo ficaria mais evidente a oposição entre um “nós” pleno, substancial, que coincide com o coletivo “argentino”, “pátria”, e um “eles” pleno, racional, que coincide com o coletivo “antiargentino”, “antipátria”. O adversário não tinha um projeto político, mas era aquele que colocava obstáculos ao projeto político de Perón, coincidente com a verdade e a realidade argentina. Por essas razões, Perón aclamava pelo apoio não apenas dos trabalhadores, mas também do povo, de todos os argentinos:

Yo no podría pedirle al pueblo el apoyo para otra cosa, pero para eso le pido y deseo el apoyo total y sincero del pueblo. Ese apoyo ha de ser para combatir a los malos argentinos y para combatir también a los malos peronistas y a muchos que se mueven entre nosotros disfrazados de peronistas (PERÓN, 1952, s/p).

Para nós, o uso do termo “povo”, ainda que inclua os trabalhadores, com mais frequência do que o termo “trabalhadores”, sugeria o apoio mais amplo ao governo e a Perón. O “povo” e os “bons” argentinos, peronistas, deveriam lutar contra os “maus” argentinos, aqueles que estavam contra a grande obra do governo.

Considerações finais

Procuramos apresentar breves reflexões sobre as distintas construções dos imaginários sociais sobre os trabalhadores, a partir do discurso oficial, no varguismo e no peronismo. Após a análise destas construções propusemos a noção de uma reinvenção sobre os trabalhadores nestes momentos, na medida em que os discursos oficiais procuraram inventar ou reinventar outras imagens não apenas sobre os trabalhadores, mas, principalmente, sobre a relação dos trabalhadores com o Estado e com os governantes, que expressavam o “tempo novo” no Brasil e na Argentina.

Refletir sobre tais reinvenções é também refletir sobre as distintas formas de produção e reprodução dos discursos oficiais sobre os trabalhadores. Com relação aos discursos oficiais, vale assinalar, que tais discursos, compreendidos como uma forma de expressar os imaginários sociais, não necessariamente, correspondem à “verdadeira” atuação ou a “história” dos trabalhadores nestes momentos. Tais discursos oficiais selecionaram determinados elementos e forjaram uma versão específica destes momentos: as suas, ou seja, a do varguismo e a do peronismo e, em nosso caso, a de Vargas e de Perón. Portanto este trabalho compõe uma das versões forjadas sobre o varguismo e o peronismo e a relação com os trabalhadores, possível de análise e reflexão, em um primeiro momento, e de comparação ou contraposição com outras versões, em estudos posteriores.

Com relação aos imaginários sociais apresentados, ainda que buscassem atingir os “corações” e “mentes” dos trabalhadores e produzir imagens de apoio, coesão e legitimidade destes governos, vale assinalarmos que não consideramos recepções homogêneas, senão múltiplas, complexas e não lineares, justamente pela importância do sentido destas produções.

A multiplicidade destes fenômenos pode ser observada a partir daqueles estudos que utilizaram as cartas enviadas a Vargas e a Perón, como os de Ferreira (1997) e de Ribeiro (2008), onde é possível notar que os resultados destas produções são imprevisíveis e o fazer crer e o querer crer a partir destes discursos políticos selecionamos nem sempre estão juntos com o crer.

Referências

- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.
- BAILY, Samuel. *Movimiento obrero, nacionalismo y política en la Argentina*. Buenos Aires: Paidós, 1986.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2013.
- CONTRERAS, Gustavo Nicolás; MARCILESE, José (Org.). *Los trabajadores durante los años del primer gobierno peronista. Nuevas miradas sobre sus organizaciones, sus prácticas y sus ideas (1946-1955)*. 2013. Disponível em: <<http://historiapolitica.com/dossiers/trabajadores-peronismo/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2016.
- FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário da cultura popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- _____. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GENÉ, Marcela. *Un mundo feliz: imágenes de los trabajadores en el primer peronismo 1946- 1955*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica; Universidad de San Andrés, 2008.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2002.
- _____. Reflexões em torno do populismo e do trabalhismo. *Varia História*, n. 28, p. 55-68, 2002.
- JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

- LAGO, Mayra Coan. *Trabalhadores do Brasil, Mis Queridos Descamisados: a (re)invenção dos trabalhadores no varguismo e no peronismo*. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - Programa de Pós-graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.
- PERÓN, Juan Domingo. *Obras completas del General Juan Domingo Perón*. Discursos de Juan D. Perón, 1946-1955. Buenos Aires: Unión del Personal Civil de la Nación, s/d.
- PLOTKIN, Mariano Ben. *Mañana es San Perón: propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955)*. Sáenz Peña: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2013.
- RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Cuestiones Agrarias en el Varguismo y El Peronismo*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2008.
- TORRE, Juan Carlos. *Ensayos sobre movimiento obrero y peronismo*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.
- VARGAS, Getúlio Dornelles. *Getúlio Vargas*. Maria Celina D´Araújo (Org.). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

*História e deslocamentos dos Guarani Mbya do Paraguai ao Espírito Santo (1940-1973)**

KALNA MARETO TEO**
Universidade Federal Fluminense

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a construção identitária dos povos Guarani do Espírito Santo. Esses índios, ao reelaborarem suas identidades étnicas, constroem suas histórias em processos distintos, por meio da atualização de seus mitos, ritos, narrativas, memórias, objetos, locais e pessoas. A construção do território guarani é realizada por meio dos deslocamentos (*oguada porã*), e é também por meio desses deslocamentos que os Guarani Mbya constroem suas histórias e suas identidades sociais. O território guarani é físico, porque esses índios buscam espaços possíveis, com condições ambientais específicas, para a construção das aldeias. O território guarani é imaginado, porque os Mbya, ao realizarem os deslocamentos, estão construindo um território para além das fronteiras físicas estabelecidas pelo Estado nacional, pois trata-se de um território construído por meio desses deslocamentos e pelas relações de casamentos, de parentesco, de busca de sementes, de rituais. Este trabalho se ancora em fontes escritas – documentais, informativas e teóricas – e em fontes orais, entre as quais se destacam os depoimentos indígenas.

Palavras-chave: Guarani Mbya; Identidade étnica; Deslocamentos; Território.

Abstract: This thesis has the objective of analyzing the identity construction of Guarani of the Espírito Santo. These Indians transformed their ethnic identities, build their stories in different processes, through the update of its myths, rites, narratives, memories, objects, places and people. The construction of the Guarani territory is carried out through the displacements (*oguada porã*) and is also through these displacements that the Guarani Mbya build their stories and their social identities. The territory Guarani is physical because these Indians seek possible areas with specific environmental conditions for the construction of villages. The territory Guarani is imagined because the Mbya in carrying out the displacements are building a territory beyond the physical boundaries set by the National State, because it is a territory built by the displacements and relations of marriage, parentage, searching for seed, rituals. The sources used for this work were oral sources, indigenous statements and written sources.

Keywords: Guarani Mbya; Ethnic identity; Displacements; Territory.

* Recebido em 03 de julho de 2015 e aprovado para publicação em 06 de agosto de 2015.

** Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Instituição atual: Instituto Federal do Espírito Santo. E-mail: kalnamt@gmail.com.

Os Guarani são um povo que habita os países da América do Sul, como Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. No Brasil, os Guarani vivem nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 2005, a população guarani no continente foi estimada em 94.657 habitantes. Segundo o Censo do IBGE (2010), no Brasil esse número é de 67.523 índios.¹

A população guarani apresenta-se subdividida conforme os subgrupos: Mbya, Nhandeva ou Ava Xiripa e Kaiowa ou Pai Tavyterã. Os subgrupos distinguem-se entre si devido às variações linguísticas e culturais próprias. Os Guarani do Espírito Santo auto intitulam-se como Nhandeva, nosso povo, nós, nossa gente. Uma das principais características dos Mbya consiste na realização do *oguata porã* (caminhada) e eles acreditam na *Yvy marãey*, Terra sem Mal. Essa classificação foi realizada por Schaden e até hoje é reconhecida pelos antropólogos e também pelos índios (LADEIRA, 2008, p. 61).

As aldeias kaiowa encontram-se na região central do Paraguai e na região sul do Mato Grosso do Sul. Os Nhandeva concentram-se também no Paraguai, nas áreas compreendidas entre os rios Jejui Gazu, Corrientes e Acaray. No Brasil, vivem nas aldeias do Mato Grosso do Sul, no interior e no litoral dos estados de São Paulo, no interior dos estados do Paraná, do Rio Grande do Sul e no litoral de Santa Catarina. Os Mbya estão presentes em várias aldeias da região oriental do Paraguai, no nordeste da Argentina (província deMisiones) e norte do Uruguai. No Brasil, localizam-se nas aldeias do interior e do litoral dos estados da Região Sul e em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo (LADEIRA, 2008, p. 61).

No Espírito Santo, a população indígena habita o município de Aracruz, situada no litoral norte do estado, distante 83 km da capital Vitória, e compreende 2.630 Tupinikim e 300 Guarani, segundo dados da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA, 2010). Os Guarani Mbya habitam as aldeias

¹ Os povos classificados segundo tronco linguístico, etnia ou povo são: 75.000 Guarani, 43.401 Kaiowa, 8.026 Mbya e 8.596 Nhandeva. Demais informações sobre os povos indígenas estão presentes em IBGE. Censo demográfico 2010. Características gerais dos indígenas: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2012.

de Boa Esperança, Três Palmeiras e Piraquê-Açu, todas localizadas ao sul da terra indígena tupinikim.² Os Tupinikim são do tronco linguístico tupi cuja identidade foi rearticulada nos processos territoriais.

Nosso objetivo consiste em analisar a história dos Guarani Mbya, conforme a trajetória de lutas e deslocamentos desse povo indígena, no período de 1940 a 1973. A elaboração identitária desse grupo étnico se constrói por meio dos deslocamentos e nas suas interações com outros povos indígenas, como os Tupinikim. Os Guarani Mbya são nosso objeto de análise e consideramos os Tupinikim importantes agentes nos processos de luta conjunta da reconstrução identitária. A identidade étnica dos Mbya é elaborada a partir dos deslocamentos e através do contato com os agentes, como os povos indígenas Tupinikim e Krenak, com a sociedade envolvente, o Estado, as entidades civis, as ONGs. A escolha dessa época deve-se ao fato de que o momento em que os Guarani chegam ao Estado coincide justamente com a mesma época do conflito fundiário que os envolve junto aos Tupinikim e a empresa Aracruz Celulose, atual FIBRIA.

Existe um discurso construído sobre os Guarani Mbya de que eles são nômades, paraguaios e estrangeiros. Em muitos casos, essa justificativa visa deslegitimar o protagonismo indígena em torno de suas lutas acerca de seus direitos, bem como é um argumento fortemente usado pelos seus opositores em conflitos fundiários, pois, ao afirmar-se que o índio não é brasileiro, destitui-se o acesso às terras e aos demais direitos. Tais denominações demonstravam que os Guarani não eram considerados brasileiros, portanto não teriam direito sobre as terras. O seu modo de vida por meio dos deslocamentos se contrapõe à lógica de reservar um espaço apropriado aos Mbya. O fato de os Guarani realizarem *ogwata porã* é um

² Os Tupinikim são do tronco linguístico tupi cuja identidade foi rearticulada nos processos territoriais. Os Tupinikim vivem nas aldeias de Caieiras Velhas, Irajá, Comboios e Pau Brasil. Os Tupinikim, historicamente localizavam-se no litoral norte do Espírito Santo. Seus principais aldeamentos coloniais eram as aldeias de Reis Magos (Nova Almeida), Reritiba (Anchieta), Aldeia Nova (Santa Cruz). Os Tupinikim ocupam imemorialmente o Espírito Santo e reelaboraram suas identidades sociais conforme os aldeamentos que ocupavam. Esses índios constroem suas histórias evocando o fato dos antepassados terem vivido na região de Nova Almeida como fato para comprovarem sua presença histórica na Região Norte do Espírito Santo.

aspecto constitutivo de sua vida cultural e também desperta a afirmação da sua identidade étnica ao buscarem terras adequadas ao seu modo de vida. Caminhar é estar em *movimento* do corpo, do espírito e em busca de terras, pois *oguada porã* age dimensionando novos territórios diante das pressões interétnicas e dos conflitos fundiários (GARLET, 1997).

Consideramos a trajetória dos Guarani Mbya ao Espírito Santo (1940-1973) a partir de uma perspectiva histórica, na qual os Guarani, ao realizarem o *oguada porã* não tiveram somente a motivação religiosa como principal causa do deslocamento realizado por diversos estados. Preferimos optar pelo termo deslocamento e não migração, em virtude da necessidade de dimensionar historicamente os Mbya e analisar os processos de luta por territórios e construções de identidades ocorridos em diversas épocas e por grupos específicos. Faz-se necessário compreender os Guarani em sua dimensão particular, levando em conta as especificidades dos grupos étnicos e não os tratando como um grupo macro com características genéricas e universalizantes.

Estudos sobre os Guarani tentam explicar as principais causas que os levaram a realizar grandes deslocamentos ao longo do país. Schaden, mesmo que tenha retratado as migrações guarani e, inclusive, a presença Mbya no Espírito Santo em 1934, possui uma ótica baseada no estudo antropológico vigente na época, fundamentado na ideia da aculturação, segundo a qual os índios em contato com a sociedade envolvente perdiam sua cultura. O autor realizou pesquisas em diversas partes do Brasil com os Guarani de São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul (SCHADEN, 1962, p. 9).

Clastres (1979), em *A sociedade contra o Estado*, analisa os índios Guarani Mbya na busca da Terra Sem Mal, *Yny maraey*, por meio das migrações lideradas pelos xamãs. Para o autor, o mundo terrestre seria um espaço de imperfeição, de dor, de falta de alimentos. O caminhar seria uma forma de manter o corpo em movimento para buscar locais mais apropriados a leste, próximo ao mar. A busca desse lugar sagrado promove o movimento do corpo guarani por meio da dança, da música, dos cânticos e da oração.

Guimaraens argumenta que as migrações realizadas pelos Guarani durante as décadas de 1950 e de 1960 remontam às trajetórias dos antepassados. Os Mbya, desde o período colonial, resistiram ao domínio

dos *encomenderos* espanhóis e das missões jesuíticas, refugiando-se nas regiões das matas do Guaira. Guimaraens (2003, p. 22-23) afirma que os Guarani, além da aparente tolerância e diplomacia, possuem um contato sistemático com a sociedade envolvente e, mesmo assim, preservam suas tradições.

Conforme Guimaraens, para os Guarani, a terra é o local da produção divina capaz de abrigar todos os seres, animais, plantas, guarani e não guarani. Desejam um espaço que lhes seja próprio e diferenciado dos *djuruá* (não índios). O espaço territorial deve conter recursos necessários ao seu modo de ser. Os Mbya reconhecem o direito divino de uso e ocupação da terra por outros grupos (GUIMARAENS. 2003.p. 32). Tradicionalmente, esses índios dividem seu território com outros povos. Por exemplo, no sul do país, os Guarani dividem suas terras com os Kaingang e os Xokleng.

Os Guarani Mbya da Região Sudeste buscam um território com as seguintes condições ambientais: localizado em sentido leste, situado próximo ao mar e com presença de Mata Atlântica. Os Guarani Mbya buscam esses lugares próprios ao seu modo de vida e nomeiam as aldeias conforme os elementos míticos para identificar esses espaços. A religião é um fator decisivo de diferenciação étnica que se dilui no cotidiano, nas diferenças de hábitos, na dieta alimentar (LADEIRA, 1992). O território guarani é formado pela relação entre os aspectos socioambientais, espaciais e de acordo com os princípios éticos que regem o modo de ser guarani. As regras de reciprocidade e de convivência social mantêm a dinâmica de ocupação territorial guarani (LADEIRA, 2001).

Litaiff (1991, p. 34) afirma que as categorias étnicas apresentadas pelos Mbya são resultados da reorganização de fatores culturais, no sentido de absorver novos símbolos e preservar importantes valores diante do contato com a sociedade envolvente. Nos conflitos interétnicos com os Xokleng, os Kaingang e a sociedade não índia, os Guarani buscam afirmar sua identidade étnica por meio da oposição entre os grupos étnicos. A posse da terra é fundamental para a existência da cultura e da sociedade Guarani. Os Mbya afirmam sua identidade étnica na sua relação com a terra, isto é, consideram-na como espaço de que necessitam e preservam o meio natural, em contraste com os outros grupos, como os Xokleng, os Kaingang e os não índios.

Compartilhamos a visão de Garlet (1997) sobre a formação do território guarani a partir de uma perspectiva histórica e da elaboração dos espaços por meio dos processos de perda territorial (desterritorialização) e por meio da formação de novos territórios e ocupação do espaço (reterritorialização). A mobilidade guarani atua como motivadora dessa ordenação dos espaços para os Mbya e caracteriza-se por um movimento de circularidade motivado por aspectos socioculturais (casamentos, visitas, disputas político-religiosas) ou econômicos (exploração sazonal do ambiente, mudanças de aldeia e locais de cultivo). Os principais fatores que motivariam os deslocamentos guarani são a cosmologia, a organização social, a política de alianças entre os grupos, fatores econômico-ambientais e aspectos relacionados às representações sobre morte e doença, as pressões interétnicas e as políticas indigenistas (GARLET, 1997, p. 141).

Ciccarone (2001) procura analisar a importância das lideranças femininas do Espírito Santo na reconstrução da trajetória e da narração da história dos Guarani Mbya no Espírito Santo. A autora compreende o drama como resultante dos mitos de criação dos Guarani e esse drama emerge das histórias de relações do contato com a sociedade envolvente e da consequente redução dos espaços adequados para a sobrevivência e manutenção do modo de vida guarani.

Evaldo Mendes da Silva acompanhou o deslocamento dos índios entre onze aldeias situadas na região da Tríplice Fronteira do país, isto é, a área de confluência dos rios Paraná e Iguazu, entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina. O autor realizou a caminhada ou *ognata* junto aos Guarani. Para Meliá, a causa essencial dos deslocamentos consiste na procura de condições ambientais favoráveis ao modo de ser guarani (MELIÁ apud SILVA, 2007, p. 25).

O deslocamento guarani reflete as questões da dimensão ecológico-cultural (busca de terras apropriadas à caça, à pesca, ao cultivo) e da dimensão social (referente às relações de reciprocidade). O princípio fundamental do modo de ser guarani seria a relação de reciprocidade entre os índios que promovem uma consciência identitária mesmo em espaços diversos e descontínuos. A aldeia seria esse espaço onde se exerceriam o modo de ser e as relações de reciprocidade guarani. O deslocamento guarani seria

gerado, na visão de Meliá, pela ruptura das condições ecológico-ambientais (ausência de espaços de caça, de pesca e de cultivo) e das regras de reciprocidade (conflitos internos) (MELIÁ *apud* SILVA, 2007. p. 26).

O estudo do parentesco permite compreender melhor as razões para a realização do deslocamento guarani mbya em suas dimensões política, econômica e ecológica. A mobilidade consiste não somente na movimentação dos grupos de parentes que se deslocam sucessivamente por lugares onde estabelecem residência, mas também consiste na capacidade de conquistar e atualizar situações coletivas em diversos espaços e tempos (PISSOLATO, 2007, p. 107-123).

Nosso intuito principal consiste em afirmar que os Guarani Mbya, ao realizarem os seus deslocamentos, não são motivados apenas pela religiosidade. Existem múltiplos fatores que motivam os deslocamentos, sendo uma das principais causas os intensos conflitos fundiários desde a saída do grupo do Rio Grande do Sul, em 1940, até sua chegada ao estado, em 1967, conduzido pela líder xamânica Tatati Ywa Rete. Todos os caminhos percorridos pelos Mbya foram repletos de disputas territoriais, pelos intensos contatos com a sociedade envolvente, pelos conflitos entre culturas distintas, pelos processos de controle estatal durante o período do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) no início do século XX e pela ação da FUNAI durante a ditadura militar.

A história da chegada dos Guarani Mbya ao Espírito Santo é narrada pelos índios principalmente por meio de depoimentos orais em que a figura central é a líder religiosa Tatati Ywa Reté. Tatati era de origem guarani da região do Paraguai. Seu nome era Candelária, naquela região. Sua família havia realizado o deslocamento do Paraguai ao Brasil. Já do lado brasileiro, Tatati também era conhecida como Maria e foi a responsável por conduzir o grupo Mbya até o Espírito Santo. Além de ser uma mulher que exercia claramente seu papel religioso, ela também sabia articular-se politicamente junto ao marido e sua filha, Aurora. O grupo Guarani Mbya, com o objetivo de conseguir ganhos e benefícios, agia negociando com os não índios, com as igrejas protestantes, com os governos locais, durante o trajeto do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo, numa trajetória de quase 30 anos pelo litoral sul e sudeste, que se iniciou em 1940.

Comumente, tem-se uma visão de que os Guarani, devido ao seu modo de ser, *nhandereko*, são um povo pacífico, que não desejam guerra ou conflitos. Porém na análise da trajetória dos Mbya ao Espírito Santo, podemos observar que os Guarani são um grupo que luta arduamente pela defesa de seus interesses, pela afirmação de sua identidade étnica e pela busca de um território adequado ao seu modo de ser.

Os deslocamentos dos Guarani Mbya possuem intrínseca relação com os processos de espoliação de suas terras ao longo da história do contato desse povo com a sociedade envolvente. O território guarani foi constantemente reformulado em processos de desterritorialização, ocasionados pelos conflitos fundiários e as disputas com não índios. Dessa forma, os Mbya agem refazendo seus territórios por meio dos deslocamentos, em processos de reterritorialização. As diversas causas que promovem o *ogwata porã* são de ordem interna e de ordem externa. As causas de ordem interna consistem na busca de alianças para casamentos, na busca de parentes, de sementes, de rituais, em aspectos mítico-religiosos (sonhos, revelações, *tava*), em visões sobre saúde-morte e doença. As causas externas consistem nas disputas com não índios em torno de terras (GARLET, 1997).

Queremos comprovar que a identidade guarani se elabora por meio da realização dos seus deslocamentos ou caminhadas, *ogwata porã*, pois de acordo com Benedict Anderson, no seu livro *Comunidades imaginadas*, os *criollos* realizavam viagens constantes ao longo do Atlântico, fato esse que lhes possibilitava perceberem-se diferentes dos espanhóis e desejarem uma comunidade distinta da metrópole colonizadora (ANDERSON, 2008). Tomamos a ideia das viagens de Anderson aplicada ao caso dos Guarani Mbya em relação aos deslocamentos. Assim são também os Guarani Mbya, tomando-se em conta os distintos contextos, pois são o único subgrupo a realizar *ogwata porã* ainda nos tempos atuais. Os deslocamentos desses índios proporcionam o compartilhamento de um sentimento de pertencimento ao povo Guarani Mbya, por meio de visitas a parentes, de casamentos, de trocas de sementes, de alianças políticas, de conflitos internos e de contatos com a sociedade envolvente em razão das pressões interétnicas e dos conflitos fundiários.

Essa característica dos Guarani Mbya de sempre se deslocarem e buscarem um território próprio multiplica os debates no campo da Etnologia guarani. O que queremos aqui é considerar esses deslocamentos numa perspectiva histórica, conflitiva e identitária no âmbito das interações sociais com diversos agentes, como os outros povos indígenas, a sociedade envolvente e o Estado. Nesse sentido, o deslocamento inserido no conceito de *mobilidade* engloba tanto os movimentos de origem religiosa quanto os que apresentam motivações diversas. A mobilidade apresenta-se como uma possibilidade de estratégia de negação diante das tentativas integracionistas e assimilacionistas da sociedade nacional (GARLET, 1997, p. 16). A mobilidade caracteriza-se em um movimento de circularidade, motivado por aspectos socioculturais (casamentos, visitas, disputas político-religiosas) ou econômicos (mudanças de locais de cultivo). A circularidade do movimento constitui um espaço delimitado conhecido como território (GARLET, 1997, p. 17).

Oguata porã age promovendo movimentos de desterritorialização que consistem na perda do território original, ao menos de um território contínuo e os Guarani Mbya utilizam como solução para a ampliação possível dos seus espaços o movimento de reterritorialização, isto é, um processo de realocação do espaço (GARLET, 1997, p. 18). No caso dos Mbya devido aos conflitos fundiários e às pressões interétnicas, os índios reelaboram seu território por meio dos deslocamentos e formam novos aldeamentos, incorporando ambientes ecologicamente desejados para o seu modo de vida.

Partilhamos com Garlet, a ideia de que a mobilidade guarani apresenta uma combinação de traços culturais com o impacto interétnico, isto é, é um resultado de uma cultura historicamente construída, que possui elementos que se combinam e se rearranjam conforme o momento histórico (GARLET, 1997, p. 20). Deslocar-se faz parte da lógica constitutiva do ser guarani; mover-se é movimentar o corpo e o espírito. Entretanto, veremos que o deslocamento do povo Guarani Mbya do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo teve causas históricas. E eis que a principal questão motivadora desses deslocamentos é a terra e os conflitos fundiários com a sociedade envolvente.

Nas visões da sociedade envolvente e do Estado, a característica de mobilidade dos Guarani Mbya é vista de forma negativa e preconceituosa, por meio de classificações, como nômades, errantes, aculturados e oriundos do Paraguai (LADEIRA, 2007). Tais denominações representam concepções de mundo, identidade e território distintos dos Mbya, promovendo dificuldades para que esses povos consigam ter o acesso legal sobre as terras porque se realiza uma manipulação da identidade indígena. Entretanto, os Guarani configuram seu território de forma circular, com presença de Mata Atlântica e à beira do oceano. Há também as *tavas*, antigas construções de pedras da época dos jesuítas, com as quais os Guarani Mbya se identificam como sendo construções feitas pelos seus antepassados (LADEIRA, 2007; 2008)

Os Guarani Mbya constroem seu território nos deslocamentos, no *ogwata porã*. Esses deslocamentos entre aldeias, regiões, estradas e cidades permitem a constituição de espaços sociais dos Guarani Mbya e a formação de um espaço geográfico e territorial contínuo (MENDES DA SILVA, 2007, p. 28-29). O território original guarani localiza-se na região do Paraguai oriental, *yvy mbyte*, centro do mundo, segundo os relatos orais dos Mbya. Esta região era dividida e disputada por outros grupos étnicos, alternando-se em períodos de tranquilidade e de tensões no território (GARLET, 1997, p. 17).

Contar a história dos Guarani Mbya do Espírito Santo significa resgatar a história da líder religiosa Tatati e da trajetória do grupo Mbya ao Estado. As narrativas dos índios demonstram uma forma própria de revelar sua história e identidade étnica. Por meio dos depoimentos, os Guarani narram sua forma de vida, sua religiosidade, sua cultura e sobretudo, os conflitos fundiários com outros índios e com a sociedade envolvente. A narrativa presente nos depoimentos mescla, ao mesmo tempo, fatos da história particular guarani com a sua mitologia e com os fatos históricos da sociedade nacional.

Hill considera que os povos indígenas constroem suas identidades sociais se apropriando do passado, redescobrimdo e remodelando as narrativas orais, os textos escritos, os artefatos materiais. A etnogênese permite conhecer a elaboração de novos espaços políticos e de interpretação que permitem aos grupos indígenas construir suas identidades sociais persistentes ao mesmo tempo que modelam seu futuro no contexto de

globalização dos estados-nação da América Latina (HILL, 2013, p. 61). Hill, ao analisar os povos andinos e amazônicos, observa que ambos se apropriam dos mitos e das tradições orais, reelaborando-os constantemente de forma a dar novos significados às experiências vivenciadas, no contexto de contatos e em situações de mudanças (HILL, 1998, p. 4-5). Os mitos indígenas são construídos historicamente, e os índios reelaboram suas identidades nesse processo.

A narrativa do *oguate porã* elaborada pelos Mbya é construída pelos índios em um contexto estabelecido, sugerindo um discurso reflexivo do presente e de busca de alternativas para o futuro. A história elaborada pelos Guarani Mbya é repleta da incorporação de histórias locais, de lembranças de invasões de suas terras, de perseguições, de fugas e de confinamento. O *oguate porã* consiste em um processo de reorganização social, individual e familiar, sustentado pela líder xamânica (CICCARONE, 2001, p. 15).

Pompa, ao analisar o mito da Terra sem Mal dos Guarani no período colonial, atenta para a necessidade da releitura das fontes, considerando as especificidades históricas e o contexto produzido pelos autores e pelos agentes, índios, colonos, missionários, etc. Considera ainda que alguns autores (CLASTRES, 1990; CADOGAN; MÈTRAUX, 1978) analisaram a questão guarani muito mais do ponto de vista das semelhanças e negligenciando as diferenças dos processos históricos desencadeados pelos diferentes impactos na sociedade colonial, como a evangelização, a exploração econômica, as epidemias, a escravidão (POMPA, 2003, p. 105). Alguns antropólogos contemporâneos que retratam a mobilidade guarani chamam a atenção para este fato de compreender os fenômenos específicos da migração mbya, bem como, a historicidade desses movimentos (GARLET, 1997; SILVA, 2007).

Alguns estudos acerca dos Guarani revelaram um pouco do aspecto histórico, mesmo que ainda incipiente, como os de Schaden que se inserem nos estudos de aculturação e mudança cultural das décadas de 1950 e de 1960. O messianismo é aí interpretado articulando o mítico-profético a ideia de reação aos processos de desintegração cultural. Schaden (196, p. 127) é o primeiro a evidenciar os Guarani em relação às especificidades culturais, pois propõe estudar os três grupos guarani separadamente (Nhandeva, Mbya

e Kaiowa). Os estudos de Bartolomeu Meliá, a partir da década de 1970, procuram compreender os Guarani como históricos. Meliá considera que os motivos ecológicos e a existência de um processo de transformação histórica levaram a uma mudança de abordagem sobre os Mbya. Partilhamos a ideia de Pompa de que o movimento guarani deve ser analisado considerando suas especificidades locais, econômicas, culturais, ecológicas e políticas. Além disso, a mobilidade guarani não se deve unicamente ao fator religioso, mas principalmente, no caso do Espírito Santo, é ocasionada pelos inúmeros conflitos fundiários pelos quais passaram os Mbya desde sua saída do Rio Grande do Sul até a chegada ao Sudeste.³

Durante o século XVIII, os conflitos entre os *Kaigua* e os exploradores de erva-mate recrudesciam devido à expansão agrícola nas áreas indígenas. O governo provincial do Paraguai agia favorecendo os plantadores de erva-mate e em relação aos índios, o governo solicitou apoio dos missionários da Companhia de Jesus para reduzir os *Kaigua*. (GARLET, 1997, p. 28). Outro fator que contribuiu para o aumento dos conflitos entre índios e colonos foi justamente a questão da utilização dos *Kaigua* como mão de obra para os bandeirantes e os mamelucos paulistas (GARLET, 1997, p. 30). Com a ação dos exploradores de erva-mate, do governo provincial do Paraguai e dos jesuítas sobre os índios, tentando restringi-los a uma área menor do que aquela que eles tinham inicialmente, os *Kaigua* viram seus espaços diminuir, e eram constantes seus deslocamentos para outras reduções distantes de suas áreas originais (GARLET, 1997, p. 28).

No que se refere aos deslocamentos e à formação do território guarani, Meliá propõe a combinação entre a procura dos Guarani por terras adequadas à formação de novas aldeias e roçados e a migração de motivação

³ Pompa considera que se deva analisar os textos antigos sobre o profetismo tupi-guarani conforme a metodologia seguinte: Primeiro, observe-se o contexto histórico dos acontecimentos, o contexto narrativo produzido pelos etnólogos e o contexto cultural a partir dos relatos de viagem para quem eram destinados. Segundo, considere os dados históricos pertencentes a grupos distintos, a regiões diversas e a momentos históricos diversos entre si, para não se incorrer no erro das comparações indevidas. Por fim, tente-se compreender o sentido dos fatos relatados para os diferentes atores envolvidos, como índios, jesuítas, capuchinhos, colonos. Cf.: Pompa (2003, p. 136).

religiosa. O autor sugere que ambos os movimentos se circunscrevem na busca de um espaço geográfico e religioso que criam condições para que os Guarani estabeleçam seu modo de ser. (MELIÁ, 1988, p. 105-108) Meliá desenvolveu os estudos guarani baseados na relação estabelecida entre a tríade religião, território e cultura guarani. Todavia, nossa perspectiva de abordagem volta-se para a compreensão histórica da formação do território, a questão identitária e as relações entre os agentes. As principais causas dos deslocamentos guarani no período colonial eram as epidemias, as relações de colonização dos espanhóis por meio do trabalho compulsório, os descimentos para outras áreas distantes de sua terra natal, as expedições em busca de metais preciosos junto aos espanhóis na região do Chaco (SUSNIK, 1979; MEIRELES, 1989 *apud* MONTEIRO, 1992).

Outros grupos guaranis se deslocavam do Paraguai e do Guairá para as regiões próximas da colônia portuguesa, durante o século XVII, para evitar a opressão e o domínio espanhol (ATAS, 1914 *apud* MONTEIRO, 1992, p. 484). No litoral, os deslocamentos Guarani eram motivados principalmente pelo tráfico de cativos por meio de comércio com os portugueses. Outros grupos preferiam permanecer afastados do contato com os europeus nas regiões do sertão. A mobilidade espacial apresentava duplo significado, pois, por um lado, poderia configurar-se para os Guarani como uma forma de preservar e manter sua autonomia política e cultural, por outro lado, havia outros que buscavam essa autonomia dentro do próprio contexto colonial no espaço dos aldeamentos (MONTEIRO, 1992, p. 484).

A Guerra do Paraguai (1865-1870) promoveu forte impacto nas terras dos Guarani. O Estado paraguaio, durante o regime do Presidente Francia (1814-1840), passou a ter controle sobre as terras, equivalentes a uma área de 98,5% do território. A legislação fundiária sofreu modificações para favorecer o Estado. De acordo com a lei de Terras de 1883, a área mínima para a aquisição individual era de 1.875 ha. Esta medida permitia somente aqueles com poder aquisitivo elevado conseguir o benefício, favorecendo inclusive o estabelecimento do capital estrangeiro, como as indústrias (GARLET, 1997, p. 38).

As terras indígenas eram vistas como áreas de expansão agrícola para a produção de erva-mate e de laranjas. As populações indígenas viviam

deslocando-se por vários pontos dentro do território original. Ao mesmo tempo em que suas terras eram espoliadas, os índios serviam como uma mão de obra barata e semiescrava (GARLET, 1997, p. 39).

Podemos observar que, desde o período colonial até o século XIX, os *Kaigua* ou Guarani Mbya já realizavam deslocamentos em virtude das perdas territoriais, para os colonos, durante o período colonial; para as indústrias e o Estado, durante o século XIX. Todavia, os *Kaigua* continuaram próximos ao território original, ou seja, o Paraguai, ou próximos também das regiões das missões. A cada contexto histórico, os *Kaigua* ou Mbya estabeleciam contato com os agentes, negociando com eles, recuando por meio das fugas, rebelando-se em movimentos profético-religiosos. Os Guarani do passado lutavam e agiam conforme seus interesses e resistiam por meio dos deslocamentos ou das fugas nas regiões de matas. No século XX, também as pressões interétnicas mantinham-se intensas nas terras que os Guarani Mbya desejavam ocupar. Os Mbya continuaram realizando deslocamentos ao longo desse século motivados principalmente pelos contatos com os não índios, com os fazendeiros, os colonos e o Estado. Muitas vezes, os caminhos percorridos pelos Guarani do Espírito Santo já haviam sido percorridos pelos seus antepassados, conforme veremos mais adiante.

Durante as primeiras décadas do século XX, Schaden registrou a presença dos Guarani oriundos do leste paraguaio e do nordeste argentino que teriam atravessado os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, chegando ao litoral de São Paulo, nas aldeias de Rio Branco e Itariri. O autor constatou a existência de três grupos, um vindo em 1924, outro em 1934 e um terceiro em 1946 (SCHADEN, 1962, p. 13).

No caso dos Guarani Mbya de São Paulo, os deslocamentos foram conduzidos essencialmente por mulheres com funções religiosas. Elas também foram as principais responsáveis pelo núcleo de povoamento dos Guarani, enquanto os homens realizaram alianças políticas através da busca de casamentos com os parentes, em diversos pontos do território Mbya (LADEIRA, 2007) Ciccarone aponta que a história das migrações da década de 1950 foram organizadas por lideranças femininas, como em Morro da Saudade, na Grande São Paulo, Ubatuba. Elas também conduziram os grupos dispersos no Maranhão e Pará (CICCARONE,

2001, p. 277). As rotas migratórias dos Guarani na região sudeste teriam duas origens. A primeira tem origem no Rio Grande do Sul e passa por Santa Catarina e funda as aldeias no Rio de Janeiro. A outra corrente teria surgido do oeste do Paraná, passando por São Paulo e estabelecendo-se no Espírito Santo (LADEIRA, 2007).

Tatati vivia no Paraguai com seu núcleo familiar, de origem xamânica. A região onde morava passava por ataques dos soldados de Solano Lopes (CICCARONE, 2001, p. 227). A saída do Paraguai fora motivada pelo conflito da terra entre os índios e os fazendeiros de erva-mate. O grupo Mbya deslocou-se de Pindovy, no Paraguai, em direção à Argentina, na região de Santa Maria, e por lá permaneceram num período de aproximadamente seis a sete anos. Essa trajetória inclui a travessia da fronteira da região do rio Uruguai e a passagem pelas cidades de São Luiz Gonzaga e Santa Maria. Durante o deslocamento, os Guarani Mbya viviam da agricultura e do cultivo do milho.⁴ O grupo era formado por 61 índios que fugiam dos invasores de suas terras.⁵ Por volta de 1940, após a morte de um parente, o grupo decidiu mudar-se para o Rio Grande do Sul, passando por Porto Xavier e São Miguel. Os índios partiram para São Paulo e se estabeleceram na aldeia de Rio Branco, perto da cidade de Itanhaém, onde permaneceram por cinco anos. Abandonaram o lugar devido à falta de caça, segundo João Carvalho (GRUPO de Trabalho Técnico. 1994, fl.90). Em São Paulo, os Mbya seguiram para as aldeias de Itariri, de Rio Comprido, de Rio Silveira e de Ubatuba. Em Rio Comprido, os índios identificavam-se com a região devido à fartura da caça, da pesca e da mata. A aldeia de Rio Comprido recebeu muitos Guarani do Rio Grande do Sul. Os Mbya deixaram a região porque chegou um alemão da cidade de São Paulo que exigiu que eles deixassem a área, provocando a dispersão do grupo (GRUPO de Trabalho Técnico, 1994, fl.91).

Os Guarani Mbya de São Paulo viviam em territórios confinados em pequenos espaços. De acordo com Ciccarone, o grupo de Tatati mantinha-se separado dos demais para evitar conflitos e manter relações

⁴ Depoimento de Aurora, filha de Tatati apud CICCARONE, 2001, p. 238.

⁵ SILVA, Gutemberg Mota. SABINO, Waldemar. Nostalgia do mar tirará os guaranis de Minas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 9 dez. 1973.

de solidariedade. Havia rivalidades com os Guarani Xiripa. As lideranças de Rio Branco e Itariri eram mais severas e punitivas, ao passo que a ação político-religiosa de Tatati era baseada na orientação e nos conselhos (CICCARONE, 2001, p. 250).

Segundo Evaldo Mendes da Silva, recém-chegados e brancos eram considerados portadores de más formas de convivência. Portanto, quando há novos moradores nas aldeias, eles são aconselhados pelas chefias políticas e religiosas a não ingerir álcool, a rezar, a evitar fofocas, brigas, discussões (SILVA, 2007, p. 154-155). Os Mbya permaneceram três anos aproximadamente na localidade de Capoeirão, na serra do Itatins, próxima à aldeia de Itariri. Essa localização permitia aos Guarani intenso deslocamento pelo litoral a fim de comercializarem suas peças de artesanato nas cidades vizinhas de Peruíbe, Mongaguá e Itanhém (SILVA, 2007, p. 250). Na localidade de Bocaceia, os índios também se identificavam com a região, pois podiam caçar, pescar, plantar. Novamente, foram expulsos das terras e retiraram-se da região (GRUPO de Trabalho Técnico. 1994, fl.91). Os Mbya faziam um movimento de contato com outros Guarani, com os índios de outras etnias e com a sociedade envolvente num primeiro momento a fim de garantir espaços adequados ao seu modo de vida e até mesmo de sobrevivência. Após estabelecido esse contato inicial, os Mbya partiam sempre em um movimento de inflexão para o isolamento do próprio grupo a fim de manter-se mais coeso e distante de futuros conflitos. Nesse sentido, os Guarani adentraram-se mais ao sul da mata próxima ao Rio Comprido. Com o falecimento de uma tia paterna, Tatati decidiu sair de Rio Comprido, mesmo com a oposição de alguns familiares. A morte de parentes é uma das causas do deslocamento mbya, além dos sonhos constantes da líder religiosa.

Em 1953, a família de Tatati mudou-se para Bertioga, em São Paulo. A família Nogueira Santos convidou-os para ficarem em suas terras. Essa família disputava terras com a família Mariconde. Diante do conflito, os índios foram expulsos. Os Guarani pediram apoio ao coronel Honório Nogueira dos Santos, da força pública de São Paulo, que os reinstalou no aldeamento (SILVA, 2007, p. 264). Em Rio Silveira, Tatati e seus filhos começaram a articulação em torno da mobilização política junto às

autoridades regionais sobre o reconhecimento de suas terras (SILVA, 2007, p. 276). Em 1957, com a morte do esposo de Tatati, os índios saíram de Rio Silveira com mais seis famílias guarani e pararam perto de Ubatuba. Um fazendeiro de nome Baioco os levou para sua fazenda, próxima ao rio Takuari. Em seguida, instalaram-se em uma área de mata, próxima a Parati, no Rio de Janeiro. Na fazenda, os índios trabalhavam como agricultores e passaram por mais conflitos fundiários. Os Guarani Mbya em Parati enfrentaram problemas com posseiros. Resolveram, então, reagir e foram para o Rio de Janeiro exigir que o governo reconhecesse seus direitos sobre a terra e retirasse os invasores. Diante do aumento do número de colonos na área e ao desmatamento, Tatati retomou a caminhada (GRUPO de Trabalho Técnico, 1994, fl.92).

Passaram pelo Rio de Janeiro, nas regiões de Mambucada, Serra D'Água, Rio Bracuí. Em Barra Mansa, o prefeito estimulou e financiou a ida do grupo para Minas Gerais, para a Fazenda Krenak (GRUPO de Trabalho Técnico. 1994, fl.93). Ainda no Rio de Janeiro, os Guarani Mbya viviam da venda de artesanato e trabalhavam nas regiões do entorno. As mulheres indígenas trabalhavam como empregadas domésticas nos municípios de Campos, Macaé e Barra Mansa. Em Campos, Tupã Kwaray trabalhou em uma usina de açúcar chamada Santo Amaro (CICCARONE, 2001, p. 274).

O caminho percorrido pelos Guarani foi repleto de desafios. Inicialmente, a saída do Rio Grande do Sul para outras regiões foi motivada por conflitos fundiários. Pressionados pelos fazendeiros, plantadores de erva-mate, os índios foram obrigados a sair de sua região em busca de novas terras. Nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, trabalharam como agricultores para fazendeiros regionais. No entanto, novos conflitos se estabeleceram, pois, os Guarani Mbya eram submetidos a duros trabalhos agrícolas, em rotinas exaustivas e sem remuneração, obtendo apenas poucos recursos para sua sobrevivência. Os Guarani, sentindo-se explorados e percebendo que trabalhavam em terras alheias e impróprias ao seu modo de vida, desejavam ansiosamente novas terras em que pudessem exercer o modo de ser.

Mesmo sendo os responsáveis pela fundação de algumas aldeias nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, para os Guarani Mbya não

bastava apenas encontrar a terra, era necessário relacionar-se com ela para que conseguissem atingir a Terra sem Mal. Conflitos internos do grupo e com outros indígenas deflagravam constantemente seus deslocamentos. A impossibilidade de exercer o modo de ser ocorria quando os Guarani Mbya não conseguiam viver conforme seus preceitos religiosos. As brigas, o alcoolismo, as disputas políticas, os casamentos com brancos traziam à tona a transitoriedade da permanência nos espaços geográficos.

Os deslocamentos realizados pelos Guarani Mbya do Espírito Santo podem ser entendidos como constitutivos também da formação da identidade étnica desse povo indígena. Primeiramente, esses deslocamentos em geral, foram motivados pela busca de novos espaços que reunissem condições ambientais, religiosas, econômicas e sociais favoráveis à sobrevivência dos Mbya. Os Guarani do grupo de Tatati desenharam um espaço geográfico possível e iniciaram um território mbya físico e imaginado. Esse território é físico porque os Guarani fundaram aldeias ao longo dos estados de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Esse grupo étnico se fixava nos aldeamentos enquanto sentiam que suas condições ambientais e sociais lhes eram favoráveis e lhes permitiam conviver com outros Guarani. Na medida em que os Mbya se sentiam incomodados com a alteração e a ruptura das normas sociais de reciprocidade, esses índios eram conduzidos pela líder xamânica Tatati a realizar mais deslocamentos. A líder religiosa, *yradydjá*, orientava o grupo mbya por meio de rezas e de aconselhamentos, sendo o caminho a ser percorrido determinado no plano religioso pelos sonhos e pelas revelações (CICCARONE, 2001; PISSOLATO, 2007). Por meio dos relatos dos mais velhos que participaram do *oguata porã*, os conflitos com os índios locais foram motivados por disputas internas e por problemas de alcoolismo. Além desses motivos, as mortes de parentes e as doenças também eram as principais causas desses deslocamentos (CICCARONE, 1996). À medida em que os Guarani Mbya visitam os parentes, trocam sementes, participam dos rituais do batismo do milho (*nbeemongaraĩ*) e da erva mate (*ka'á*), promovem casamentos e alianças políticas com membros de outras aldeias ao longo do Brasil e da América do Sul. Dessa forma, os Guarani Mbya fortalecem o sentimento de pertencimento a uma comunidade étnica e formam um território imaginado. Esse território é compartilhado

por meio das histórias, das tradições e das situações políticas vivenciadas por esse grupo étnico. A identidade guarani mbya é construída por meio dessas relações e experiências de compartilhamento das histórias em comum e da apropriação e construção de relações sociais e políticas ao longo do território imaginado guarani. Para Weber (1994), a identidade de um grupo é formulada por meio da ação política e do sentimento de comunhão étnica. Barth compreende a identidade de um grupo étnico como função de autoatribuição do indivíduo e da comunidade étnica.

Nos estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo, os caminhos percorridos pelos Mbya incluíam o âmbito urbano. Os Guarani Mbya possuíam estratégias para se relacionar com a sociedade não índia a fim de conseguirem recursos necessários à sobrevivência. Aurora, filha de Tatati, era a principal interlocutora dos Guarani junto à sociedade envolvente. Ela dirigia-se às igrejas pentecostais com intuito de pedir apoio e ajuda para a sobrevivência do grupo, enquanto seu João, esposo de Tatati, recorria às autoridades políticas. Em muitas localidades, os Mbya receberam apoio de igrejas evangélicas, que os subsidiavam com o fornecimento de recursos materiais, como alimentos, transporte e hospedagens. Em troca, os Guarani aparentemente aceitavam as palavras de conversão religiosa. Segundo Ciccarone, os Mbya identificavam-se com algumas normas religiosas dos evangélicos, como a não ingestão de bebidas alcoólicas, a religiosidade, o respeito às formas de vida em sociedade (CICCARONE, 2001, p. 280).

Em 1967, cerca de 30 índios guarani chegaram ao Espírito Santo de trem. Primeiramente, o grupo se estabeleceu em Vitória. Os índios moravam de aluguel na periferia da cidade, vendiam o artesanato e relacionavam-se com igrejas evangélicas para conseguir apoio financeiro para sua sobrevivência. De acordo com Schaden (1982, p. 24-25), a relação dos Guarani com as igrejas cristãs pentecostais e protestantes proporcionava três fases aculturativas. A primeira possuía um caráter devido à necessidade de sociabilidade com a sociedade nacional, para receberem ajuda econômica, social e religiosa. A segunda fase consistiria na reinterpretação da religião protestante conforme a cultura guarani, e a terceira fase, por fim, consistiria na desagregação da ordem social com o conflito entre o cristianismo e os valores tradicionais indígenas.

Na década de 1960, a cafeicultura, principal fonte de renda econômica no Estado, entrou em colapso. Fazia-se necessário modernizar o Espírito Santo e inseri-lo nos moldes de crescimento econômico e progresso durante o contexto da ditadura militar. Diante disso, o governador Christiano Dias Lopes (1967-1971) estimulou a criação de organismos e entidades destinados ao planejamento e captação de recursos para investimentos. Em 1968, o governo do Estado conseguiu o incentivo de recursos federais para incluir o Espírito Santo entre as regiões de expansão econômica, junto à Amazônia e ao Nordeste, para desenvolver as áreas de rodovias federais, energia elétrica, infraestrutura de portos, sistema de comunicações. Essa política tinha como claro objetivo a inserção do estado na comunicação com o setor produtivo nacional (CICCARONE, 2001, p. 290). Iniciavam-se no Estado os Grandes Projetos de Investimentos (GPIs) que visavam a construção de fábricas destinadas à produção de matéria-prima destinada à exportação. Nesse sentido, a empresa Economia e Engenharia Industrial (ECOTEC), que atuava no estado desde a década de 1950, conciliou seus interesses de produção de celulose destinada à exportação aos interesses do estado militar de industrialização. As terras escolhidas para a implantação da indústria no município de Aracruz eram próximas ao mar e à capital-Vitória (CICCARONE, 2001, p. 290). Além disso, eram consideradas terras desabitadas e improdutivas. Na verdade, eram territórios indígenas. Os Guarani Mbya escolheram a região de Caieiras Velhas devido à existência de condições ambientais favoráveis ao *nhandereko*, modo de ser.

Os Guarani Mbya percorrem espaços já trilhados pelos seus antepassados pois nos anos de 1930, já havia Mbya no Posto Indígena Pancas. Além disso, a referência a *tava*, construções de pedra que teriam sido construídas pelos índios endossa o local da escolha.

Os Guarani Mbya instalaram-se numa casa próxima ao terminal da balsa que ligava o rio Piraquê-Açu ao distrito de Santa Cruz. Viviam na região os pescadores, camponeses e os Tupinikim. Os Guarani começaram a relacionar-se com os Tupinikim que viviam na região de forma esparsa e reconheciam-se como caboclos para lidar com o preconceito da sociedade envolvente (MARCATO, 1980a; 1980b). Em seu depoimento Werá Kwaray

informa que: “[...] tinha só uma família de Tupinikim em Caieiras Velhas. Tinha uns outros que não se revelaram como índios Tupinikim e, por isso, tivemos dificuldade naquela época”.⁶

Em Caieiras Velhas, os Guarani Mbya passaram a viver em uma casa numa região mais afastada das movimentações da vila. Os Mbya mantinham boas relações de convivência e de comércio com os Tupinikim. Viviam do artesanato e da pequena agricultura. Entretanto, com o passar do tempo, a presença de posseiros na região intensificou os conflitos com os moradores locais, os problemas de alcoolismo e casamentos com regionais. Dessa forma, Tatati preferiu, com o grupo, realizar frequentes deslocamentos para outras áreas, procurando evitar novos conflitos (CICCARONE, 2001, p. 298-299). Alguns líderes, como os irmãos Paulo e João Carvalho, decidiram permanecer em Aracruz para acompanhar os desdobramentos na região. Os mais velhos, as mulheres e as crianças seguiram em direção a Guarapari.

A líder Tatati e seus familiares, percebendo a intensa ocupação de posseiros na região de Caieiras Velhas e os conflitos vindouros, resolveu sair de forma temporária de Aracruz. Em 1973, o grupo Mbya passou a dividir-se entre Aracruz, Vitória e Guarapari, realizando intensos deslocamentos no Espírito Santo.

Guarapari significou a oportunidade de comércio do artesanato por ser uma região turística. Entretanto, o local revelou o cotidiano de fome, doenças, desamparo e controle do governo estadual sobre os deslocamentos indígenas. Os funcionários do Centro de Ajustamento Social, da Secretaria Estadual do Trabalho e Promoção Social (SETRAPS), vigiavam os Guarani, conforme registrado no relatório enviado à FUNAI em junho de 1973. No mesmo relatório, havia a afirmação de que faltavam recursos financeiros para os índios e que eles perambulavam em busca de abrigo. No mesmo ano, o prefeito de Guarapari, Hugo Borges prometeu terra aos índios em troca de que se apresentassem como atração turística para o município. Após as denúncias de exploração dos Guarani Mbya

⁶ Depoimento de Tupã Kwaray apud CICCARONE, 2001, p. 297.

em Guarapari, o chefe da ajudância Minas –Bahia da FUNAI, Itatuitim Ruas,⁷ esteve no Espírito Santo em 1973 e providenciou para que os índios fossem levados para a Fazenda Guarani, localizada no município de Carmésia, em Minas Gerais.

A retirada dos Guarani Mbya do Espírito Santo representou uma solução muito oportuna para os seguintes problemas: primeiro, a má notícia de exploração dos índios em Guarapari, fato esse que repercutiu nacionalmente, prejudicando as imagens da FUNAI e dos governos municipais e Estadual; segundo, a retirada dos Mbya representava a ação do órgão indigenista, durante o período militar, de controle dos índios considerados desajustados, ou seja, que se enquadravam em casos de vadiagem, de alcoolismo, de andanças, fugas, rebeldias. No caso dos Guarani, foram quase trinta anos de deslocamentos ao longo dos litorais sul e sudeste do país, ocasionados por conflitos fundiários e por pressões interétnicas que os motivaram a dispersar-se em vários estados. A retirada dos Mbya para a Fazenda Guarani representou também o conflito entre o modo de ser guarani e a concepção ocidental de que esses índios deveriam estar em aldeamentos ou prisões destinadas ao trabalho agrícola e à integração nacional. Finalmente, os deslocamentos guarani no Espírito Santo nos municípios de Vitória, Aracruz e Guarapari refletiam problemas da ausência de políticas públicas para os índios no Estado, porque os índios existentes, no caso, os Tupinikim foram reconhecidos apenas como índios em 1975, ou ainda eram considerados como remanescentes e caboclos. A chegada dos Mbya ao Estado revelou a existência de índios e, por sua vez, a necessidade de reconhecimento oficial de território indígena, pois ambos, Tupinikim e Guarani desejavam terras para viver.

⁷ Itatuitim Ruas era um índio juruna do Alto Xingu. Sua mãe faleceu no parto e ele foi criado pelo professor Boaventura Bueno da Cunha. Formou-se em Escola Técnica Agrícola. Trabalhou na inauguração da Belém- Brasília, conduziu bois ao pantanal de Mato Grosso. Candidatou-se a vereador pelo extinto PTB, sendo reeleito e chegou à presidência da Câmara municipal de Tombos. Na época, Itatuitim era encarregado por 4 mil índios na FUNAI e já foi diretor do serviço social da Usiminas. Cf. ÍNDIO cobra terra prometida em Comboios. *A Tribuna*. Vitória. 8 mai. 1978. Cf. O índio chegou ao poder: o supercacicue da FUNAI pagará sua promessa? *Realidade*. Vitória. Ano VIII, n. 93, dez. 1973.

Referências

Documentos

- GRUPO de Trabalho Técnico. *Relatório final de reestudo da identificação das terras indígenas Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios*. Portaria n. 0783/94. Vitória, 1994. v. 1, mimeo.
- MARCATO, Sônia de Almeida. FUNAI. *Remanescentes indígenas do Leste Brasileiro*. Brasília, 7 mai. 1980a.
- _____. FUNAI. *Da indianidade dos Tupinikim* (Índios do litoral do Espírito Santo). Brasília, 13 jun. 1980b.
- Correspondência do delegado regional para DGO, sobre relatório do Prof. José de Aguiar, secretário estadual do Trabalho e Promoção Social do Estado do Espírito Santo, 13/08/1973.
- _____. FUNAI. *Relatório da Missão Especial* n. 27/80. Anexado ao Processo n. 2.561/1979, fls. 210–220.
- _____. FUNAI. *Ofício n. 373-AJAMB/73*. Encaminha relatório de remoção dos índios Guaranis no Estado do Espírito Santo (Guarapari). Brasília, 12 set. 1973. Anexado ao Proc. n. 2.474/1973.
- _____. FUNAI. *Ajudância Minas-Bábia, de 4 a 13 de agosto de 1973*. Correspondência do delegado regional para DGO sobre relatório do Prof. José de Aguiar, secretário estadual do Trabalho e Promoção Social do Estado do Espírito Santo Vitória, 1973, p. 2. Anexado ao Proc. n. 3.649/1975.
- _____. FUNAI. *Portaria n. 565/E, de 10 de julho de 1979*. Anexado ao Proc. n. 3.649/1975.

Jornais e periódicos

- SILVA, Gutemberg Mota. SABINO, Waldemar. Nostalgia do mar tirará os guaranis de Minas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 9 dez. 1973.
- ÍNDIO cobra terra prometida em Comboios. *A Tribuna*. Vitória. 8 maio 1978.
- O índio chegou ao poder: o super-cacique da FUNAI pagará sua promessa? *Realidade*, Vitória, ano VIII, n. 93, dez. 1973.

Obras de apoio

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARTH, Frederik. Etnicidade e o conceito de cultura. *Antropolítica*. Niterói. n. 19, 2005.
- BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras In: POUTIGNAT, Philippe. STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth*. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- BRIGHENTI, Clovis Antonio. *Integração e desintegração: análise do tratamento dispensado pelo Estado aos povos indígenas-Santa Catarina e Misiones no caso Guarani*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2001.
- CHAGAS, Miriam de Fátima. A política do reconhecimento dos “remanescentes das comunidades dos quilombos. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 209-235, jul. 2001.
- CICCARONE, Celeste. *Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres mbya guarani*. Tese (Doutorado) - Programa de Estudos de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.
- _____. (Org). *Memória viva Guarani: revelações sobre a terra*. Comunidade Tekoa Porã. Vitória: Edufes, 1996.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. 5. ed. Francisco Alves, 1990.
- GUIMARAENS, Dinah (Org.) *Museu de arte e origens: mapa das culturas vivas guaranis*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.
- GUIMARÃES, Ewerton Montenegro. Sobre a situação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio indígena no estado do Espírito Santo. In: SANTOS, Silvio Coelho (Org.). *O índio perante o direito*. Florianópolis: EDUSC, 1982.
- HILL, Jonathan (org). *Rethinking history ad myth*. Urbana: University of Illinois Press, 1988.
- _____. Contested pasts and the practice of anthropology: overview. *American Anthropologist*, v. 94, n. 4, p. 809-815, 1992.

- _____. (Org). *History, power and identity: ethnogenesis in the Americas. 1492-1991*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.
- HILL, Jonathan. Etnicidade na Amazônia Antiga: reconstruindo identidades do passado por meio da arqueologia, da linguística e da etno-história. Florianópolis. *Ilha*, v. 15, n. 1, jan.jun 2013.
- IBGE. *Censo demográfico 2010. Características gerais dos indígenas: resultados do universo*. Rio de Janeiro, 2012.
- LADEIRA, Maria Inês. *O caminhar sob a luz: o território mbya à beira do oceano*. São Paulo: UNESP, 2007.
- _____. *Espaço Geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso*. Maringá/Paraná: Eduem; São Paulo: EDUSP, 2008.
- LADEIRA, Maria Inês; MATTA, Priscila. *Terras guarani no litoral: as matas que foram reveladas aos nossos antigos avós*. Ka'a güy oreramói kúery ojou rive vaekue ÿ. São Paulo: CTI, 2004.
- LITAIFF, Aldo. *As divinas palavras: representações étnicas dos Guarani Mbya*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1991.
- MELIÁ, Bartolomeu. *El Guaraní, conquistado y reducido: ensayos de etnohistoria*. 2. ed. Assunção: Universidad Católica. 1988.
- _____. *El Guaraní: experiência religiosa*. Asunción-Paraguay: CEADUC-CEPAG, 1991.
- MONTEIRO, John M. Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria municipal de cultura: FAPESP, 1992.
- _____. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NIMUENDAJU, Curt Unkel. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocúva – Guarani*. São Paulo: Edusp, 1987.
- PISSOLATO, Elizabeth. *A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani)*. São Paulo: UNESP/ISA, Rio de Janeiro: NUTI, 2007.

- POMPA, Cristina. *A religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.
- SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1962.
- _____. A religião guarani e o cristianismo. Contribuição ao estudo de um processo histórico de comunicação intercultural. *Revista de Antropologia*, v. 25, 1982.
- SILVA, Evaldo Mendes da. *Folhas ao vento: a micro mobilidade de grupos mbya e nhandeva (guarani) na Tríplice Fronteira*. Tese (Doutorado) - Programa de pós-graduação em Antropologia social. Museu Nacional. UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.
- WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: _____. *Economia e sociedade*. Brasília. Editora da Universidade de Brasília, 1994.

*Política indigenista e identidade nacional no México: as políticas de mudança cultural e a preocupação com a integração nacional em meados do século XX**

ANTONIO CARLOS AMADOR GIL**

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Durante o processo de institucionalização da Revolução Mexicana, a partir de 1910, diversos intelectuais se preocuparam com os elementos constitutivos da nação mexicana projetada. Com este propósito, o Estado Mexicano implementou uma política indigenista que sofreu diversas modificações durante o século XX. Neste trabalho analisamos alguns aspectos da história intelectual do indigenismo e os conceitos que o embasaram, abordando aspectos do pensamento de alguns formuladores da política indigenista mexicana. Apesar de todas as críticas contemporâneas ao indigenismo integracionista, suas teorias ainda reverberam em muitos espaços culturais e políticos e, por isso, nosso trabalho pretende discutir suas definições e propósitos.

Palavras-chave: Indigenismo; Identidade Nacional; México; Alfonso Caso.

Abstract: During the institutionalization process of the Mexican Revolution, since 1910, many intellectuals were concerned with the constitutional elements of the projected Mexican nation. For this purpose, the Mexican State implemented an indigenist policy that has undergone several changes during the twentieth century. In this article we analyze some aspects of the intellectual history of indigenism and its most important concepts, addressing aspects of the thinking of some makers of Mexican Indigenism policy. Despite all the contemporary criticism of the integrationist indigenism, its theories still reverberate in many cultural and political spaces and, therefore, our work aims to discuss their definitions and purposes.

Keywords: Indigenism; National Identity; Mexico; Alfonso Caso.

* Recebido em 07 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 15 de setembro de 2015.

** Prof. da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Possui pós-doutorado em História da América. E-mail: antonio.gil@ufes.br.

Diversos intelectuais se preocuparam com os elementos constitutivos da nação mexicana projetada durante o processo de institucionalização da Revolução Mexicana, a partir de 1910. Com este propósito, o Estado Mexicano implementou uma política indigenista que sofreu diversas modificações durante o século XX. Diversos professores, historiadores e antropólogos, empregados pelo aparato estatal e ligados ao indigenismo, sustentaram um projeto de unificação nacional em que qualquer reivindicação cultural específica deveria ser tratada num contexto de contribuição à cultura nacional considerada como um todo homogêneo e orgânico.

A partir da Revolução Mexicana, é importante observar que a intenção dos articuladores da organização nacional era impor um novo marco de organização e funcionamento social. O problema indígena passou a fazer parte das preocupações das políticas públicas governamentais, que se preocuparam em reformular o processo de construção de identidade nacional valorizando a mestiçagem e a aplicação das políticas indigenistas.

A multietnicidade era o fator central que impedia o progresso, segundo a visão dos intelectuais indigenistas e, portanto, a mestiçagem era essencial para criar uma nação “integrada” e “homogênea”, fazendo a tão almejada “mexicanização” do indígena e sua integração à comunidade mestiça. Estamos falando aqui do nacionalismo integracionista. Para os intelectuais a serviço das camadas dominantes no processo revolucionário, os povos indígenas obstaculizavam a realização do projeto modernizador (SÁNCHEZ, 1999, p. 28).

Dentre diversos intelectuais indigenistas, destacamos a atuação e a obra de Alfonso Caso (1896-1970). Ele teve um papel importantíssimo na institucionalização das políticas públicas indigenistas. Enquanto estudante da Escola Nacional Preparatória de San Ildefonso participou do *Ateneo de la Juventud* que reuniu jovens com inquietudes acadêmicas e artísticas (BROCKMANN, 2013, p. 647). Uma das grandes influências na formação de Alfonso caso foi Manuel Gamio, fundador da escola mexicana de antropologia. Gamio foi um dos intelectuais mais proeminentes na formulação da política indigenista mexicana e chegou a afirmar que a construção da Nação era mais importante que a preservação de uma coleção

de culturas anacrônicas. Ao definir as características que configurariam a nação, as ações requeridas para sua constituição ou fortalecimento seriam as seguintes: a mestiçagem dos grupos étnicos heterogêneos; a melhoria das comunicações e dos acessos a regiões isoladas; a *castellанизación*, ou seja, a universalização da língua espanhola; a evolução cultural na ciência, arte, religião; e a diminuição da distância, através do consumo e da renda, entre a elite e a massa despossuída. Segundo Laura Giraudó (2008, p. 15) Gamio se preocupava com a diminuição da distância evolutiva que separava os indígenas da época contemporânea. Durante a administração de José Vasconcelos na Secretaria de Educação Pública (1920-1924), as tendências de incorporação social dominaram a arena política e houve uma preocupação maior na imposição dos elementos culturais europeus.

O indigenismo não foi uma política homogênea, pelo contrário, houve diversas variações. Estava em constante transformação. Se nos anos de 1920 os objetivos assimilacionistas predominavam, nos anos de 1930, surgiu um interessante pluralismo com a valorização das culturas indígenas e dos próprios atores políticos índios. Nos anos de 1930, os comunistas e lombardistas, seguidores das ideias de Vicente Lombardo Toledano,¹ foram críticos das teses assimilacionistas e integracionistas. Estas duas correntes abandonaram estes posicionamentos críticos a partir do início da década de 1940.

Moisés Sáenz passou a criticar, nos anos de 1930, as políticas de incorporação, considerando-as ineficazes e defendeu a “integração sociocultural” dos indígenas. Os defensores do integracionismo pregavam uma política planejada de integração que levasse em conta os elementos culturais de cada comunidade ou região. Ou seja, o processo de homogeneização deveria ser realizado levando em conta, a partir de dados antropológicos, a realidade vivida por cada região. As comunidades envolvidas deveriam ser integradas levando em consideração suas características étnicas específicas.

¹ Vicente Lombardo Toledano foi presidente da Comissão de Educação da Confederación Regional Obrera Mexicana - CROM em 1924 e escreveu o livro *El problema del índio em que adotou a tese stalinista das nacionalidades oprimidas* (SÁNCHEZ, 1999, p. 36).

Também nos anos de 1930, no México, houve a conjugação de duas forças políticas importantes, o integracionismo e o nacionalismo. Como já destacamos, o integracionismo criticou o discurso de incorporação dominante nos anos de 1920 e encontrou apoio no governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940). O nacionalismo cardenista incentivou o integracionismo e apoiou a criação do Departamento Autônomo de Assuntos Indígenas sob a batuta de Moisés Sáenz.

Alfonso Caso teve atuação marcante, neste período, como arqueólogo e também como jurista. Em 1931 foi encarregado da direção do projeto Monte Albán. Este projeto e os trabalhos que produziu a partir das pesquisas ali realizadas até 1943, lhe deram reconhecimento acadêmico nacional e internacional (BROCKMANN, 2013, p. 655). Em 1933 foi nomeado chefe do Departamento de Arqueologia, História e Etnografia, cargo que não ocupou por muito tempo, visto que assumiu, em 1934, a direção do Museu Nacional. Seu prestígio naquele momento o tornava um dos intelectuais mais respeitados em relação às questões do indigenismo.

A política de integração desenhada pelo Estado desde a Revolução Mexicana foi respaldada por uma série de instituições que passaram a tratar das questões indígenas e a administrar a política indigenista estatal. Em 1917 tinha sido criada a Direção de Antropologia subordinada à Secretaria de Agricultura e Fomento. A Casa do Estudante Indígena foi criada em 1926. O Departamento Autônomo de Assuntos Indígenas (DAAI) em 1936. Em 1937, Alfonso Caso protagonizou a fundação do Departamento de Antropologia (DA), ligado ao Instituto Politécnico Nacional (IPN) (CASAS MENDONZA, 2005, p. 191). Em 1938 foi criado o Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH). Em 1942, o Departamento de Antropologia deixou o IPN e se transferiu para o Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH), com o apoio decisivo de Alfonso Caso que era o seu diretor (CASAS MENDONZA, 2005, p. 192-193). O resultado dessa mudança foi a criação da Escola Nacional de Antropologia (ENA) que, em 1946, transformou-se na Escola Nacional de Antropologia e História (ENAH), sendo Alfonso Caso o principal encarregado de suas políticas educativas. Todas essas instituições dedicaram-se a construir uma

história e antropologia voltadas para a aplicação da política indigenista oficial que privilegiava a mestiçagem como elemento definidor da história do México.

A incorporação, proposta pelas políticas oficiais valorizadoras da mestiçagem, manteve o caráter elitista implementado desde a independência. Se a cidadania era ampliada, a inclusão só poderia ser feita se houvesse o abandono da identidade indígena e a adoção dos valores culturais ocidentais. A valorização instrumental da mestiçagem definiu um padrão de “normalidade”, baseado na cultura, nos valores e nas práticas corporais ocidentais que buscou impor numa população considerada “anormal” e inclusive “degenerada” (NAVARRETE, 2007, p. 27). A ideia de mestiçagem operacionalizada pela política indigenista interpretava este processo de mudança cultural como resultado da mistura de duas culturas, uma superior, a branca, e uma inferior, a indígena, que tinha criado uma terceira, a mestiça. O México unificado, portanto, brotaria da mestiçagem: da fusão racial e da unificação cultural, linguística e econômica da sociedade (SÁNCHEZ, 1999, p. 29). Cabe destacar que, ao contrário dos teóricos racialistas e deterministas que consideravam as misturas como processos degenerativos, os teóricos indigenistas defenderam a positividade da mescla visto que a mistura geraria algo muito melhor do que os indígenas, que demograficamente eram um elemento que não poderia ser negligenciado. As políticas públicas implementadas combinaram, portanto, uma tolerância racial com um férreo exclusivismo cultural (NAVARRETE, 2007, p. 25). O processo de mestiçagem no México partiu de uma perspectiva em que os indígenas deviam participar e ser incorporados à comunidade nacional mexicana desde que abandonassem a sua cultura e sua identidade.

Como intelectual e homem público, Alfonso Caso publicou diversos livros importantes. Seus escritos e atuação foram fundamentais para a transformação e fortalecimento do indigenismo mexicano profundamente ligado aos mecanismos de construção da unidade nacional. A partir dos seus textos publicados, dentre os quais destacamos suas conferências sobre o indigenismo, textos essenciais para entender o seu pensamento e suas propostas, analisaremos algumas das ideias basilares do principal coordenador da política indigenista no período de 1949 a 1970.

Em seu curso no Colégio Nacional em 1956, Alfonso Caso ministrou uma série de conferências sobre o indigenismo. O autor justificou o tema do curso naquele ano a partir de um “sentimento da necessidade de justiça”, evocando a responsabilidade dos mexicanos em relação ao problema indígena que, segundo ele, naquele momento, se referia a mais de um décimo da população do México e era “um dos mais urgentes e mais importantes problemas nacionais” (CASO, 1989, p. 141).

O autor frisa que se deve transformar a cultura de uma comunidade indígena, mas faz questão de alertar que devemos entender esta expressão num sentido antropológico, visto que o objetivo é uma transformação integral da comunidade, a partir de uma aculturação dirigida ou planificada. Alfonso Caso deixa claro que a política indigenista que propõe não pretende ser uma aculturação dirigida para o proveito de quem leva as mudanças, que para ele representaria a manutenção de uma atitude colonial. Pelo contrário, para ele, a segunda forma de se transformar as comunidades indígenas, seria levar as técnicas, instrumentos e ideias àquelas “populações atrasadas” para proveito daquelas mesmas populações. Ou seja, propõe que sejam levados os elementos de uma “cultura superior” para seu proveito e “elevação do nível das próprias populações indígenas”. Este tipo de aculturação, para Alfonso Caso, pode ser chamado de indigenismo. (CASO, 1989, p. 145).

Alfonso Caso também esclarece que seu objeto de investigação não era o índio. Ele diz o seguinte:

a nosotros no nos interesa definir al indio por su raza, en realidad no nos interesa definir al indio, lo que nos interesa es otra cosa, definir la comunidad indígena. [...] Si un indio sale de su comunidad, aprende español, aprende a leer y a escribir y se emplea de obrero en una fábrica [...] ese ha dejado de ser indio, es un mexicano. [...] En México la discriminación racial no existe, existe la discriminación cultural [...] entonces a nosotros no nos interesa realmente quien es el individuo indio y quien nos es un individuo indio. Lo que nos interesa es definir la comunidad indígena, porque la comunidad indígena va a ser el sujeto del indigenismo [...] (CASO, 1989, p. 146).

Vemos aqui sua preocupação em fazer com que os indígenas se sintam pertencentes a uma comunidade mais vasta, o México. O objetivo das políticas indigenistas, durante muito tempo, foi fazer com que as políticas públicas de desenvolvimento rompessem com o atraso e o isolamento das comunidades indígenas. Para isso, era preciso aplicar políticas amplas, “íntegrais” como se dizia em meados dos anos de 1950. O discurso indigenista, como vemos, é profundamente marcado por uma visão da superioridade do modelo ocidental. Ao mesmo tempo, o autor diz que as medidas não são impostas, e que devem ser respeitados os aspectos positivos da cultura da comunidade que definem sua “personalidade característica” (CASO, 1989, p. 154).

Alfonso Caso traça em suas conferências o processo de concentração de terras durante o período colonial até às vésperas da Revolução Mexicana de 1910 e mostra, desde a *encomienda* até à *hacienda*, como foi sendo construído o regime de trabalho que obrigava os índios a trabalhar nas terras dos espanhóis e *criollos*. Neste processo, o autor destaca o processo de miscigenação e afirma:

El negro se disolvió de la población, como se disolvió el español, como se disolvió el indio, ¿qué quedó de ellos? Nada, el mexicano, quedó el mexicano, es decir esta mezcla, esta combinación de todo que formamos nosotros los mexicanos (CASO, 1989, p. 173).

O discurso indigenista é profundamente ideológico pois tenta negar o que de fato faz. Para o autor, não havia no México problemas raciais, na medida em que se forjava uma nova cultura, a cultura mexicana e as práticas indigenistas não seriam atos colonialistas pois estariam preocupadas em desenvolver as comunidades em benefício delas mesmas. Contudo, sabemos que o México era profundamente marcado pelo racismo em suas relações com as comunidades indígenas e as políticas indigenistas estavam a serviço dos interesses políticos e econômicos do Estado que, na maioria das vezes, pouco respeitava a cultura, os interesses e os anseios das próprias comunidades.

Durante o processo de avanço das reformas liberais no México, no decorrer da segunda metade do século XIX, diversas comunidades indígenas

foram expulsas de suas terras nos vales férteis, e os indígenas que não foram atraídos para o trabalho como peões nas *haciendas*, se deslocaram para regiões inóspitas, nos desertos ou nas montanhas, lugares que não eram muito propícios para a agricultura. O problema indígena, segundo o autor, estava relacionado com este deslocamento. O processo geral de mestiçagem do México não teria chegado a estes indígenas (CASO, 1989, p. 175).

Alfonso Caso, em seu curso, descreveu o processo de concentração fundiária durante o porfiriato e as transformações que ocorreram no processo da Revolução Mexicana. O autor relatou as conquistas camponesas a partir do decreto de 6/1/1915 que fixou um novo regime agrário, que mais tarde foi sancionado pelo artigo 27 da Constituição de 1917 e pela lei que regulamentou este artigo, o Código Agrário. Estes mecanismos legais reconstituíram legalmente o direito à propriedade coletiva da terra. O autor ressaltava que o indígena foi o menos favorecido no processo subsequente de reforma agrária, isto porque os indígenas estavam concentrados em lugares onde não existiam grandes latifúndios (CASO, 1989, p. 181). Segundo os dados do censo de 1940, podia se constatar o seguinte: 280.000 monolíngues tinham recebido terras em ejidos; 512.000 monolíngues tinham recebido terras individuais (pequenas propriedades), ou seja, os que tinham terras comunais ou individuais eram, no total, 792.000 indígenas monolíngues. Acontece que, de acordo com este censo de 1940, o México tinha 1.423.000 indígenas monolíngues, ou seja, 45% destes indígenas (631.000) não tinham terras (CASO, 1989, p. 181). Alfonso Caso afirma então que para resolver uma parte do problema indígena era preciso pensar em mecanismos para aumentar a distribuição de terras para os indígenas e dotá-los de condições para desenvolver a exploração agrícola e extrativa, no caso de bosques e florestas. Para isso, era preciso melhorar as comunicações, os sistemas de financiamento e as técnicas de exploração.

Ao discutir a questão das melhores condições para o desenvolvimento das comunidades, Alfonso Caso retorna ao problema da aculturação. Para ele, as mudanças de hábitos, as formas mágicas de pensar na comunidade, as “formas arcaicas e nocivas da cultura indígena” só poderiam ser transformadas a partir de um processo de modificação cultural de toda a comunidade. Não seria possível mudar a economia se não houvesse a

modificação da cultura, com a introdução de “novas formas de cultura mais úteis dentro da vida moderna do México” (CASO, 1989, p. 183).

Alfonso Caso se pergunta:

¿Por qué el indígena no siguió el ritmo del progreso?
¿Por qué no siguió los mismos lineamientos del avance
progresivo do México? ¿Por qué el indígena se quedó
aislado? [...] Porque no llegaron hasta él los beneficios
de una cultura que iba abarcando a todo el país;
porque no llegaron a él los caminos, ni llegaron a él
los periódicos, ni llegaron las clínicas, ni los médicos;
porque no llegó siquiera el español y siguieron hablando
en sus lenguas indígenas.

Ao falar em tom de lamento que a língua espanhola não chegou às comunidades que, portanto, continuavam falando suas línguas indígenas, o autor ressalta que não tinha uma visão negativa da língua indígena, mas como a maioria da população falava espanhol era preciso levar esta língua, a língua nacional, aos grupos indígenas. Levar a língua espanhola seria o primeiro passo para romper o isolamento. Ou seja, as comunidades poderiam seguir falando suas línguas indígenas, mas deveriam também a passar a falar espanhol, porque, para ele, o espanhol era a base, a língua da nacionalidade mexicana (CASO, 1989, p. 184).

Para Alfonso Caso, o problema indígena era “fundamentalmente um problema de cultura atrasada em relação com as demais comunidades não indígenas do país” (CASO, 1989, p. 185). Na visão da antropologia aplicada, a cultura é um “todo integral” e não se podia resolver o problema indígena sem que houvesse uma aculturação que tratasse de todos os aspectos desta cultura e os aspectos concomitantes a esta cultura. Ao analisar as comunidades indígenas que considerava em atraso, o autor percebia que as comunidades indígenas eram uma célula dentro de um organismo que ele chamava de regional, um organismo que tem como centro diretor a metrópole mestiça. O problema é que esta metrópole mestiça era também, de maneira geral, uma comunidade atrasada do ponto de vista cultural e vivia da exploração destas comunidades indígenas (CASO, 1989, p. 186). Ou seja, os mecanismos de exploração eram tão arraigados que quase não

era necessário mudar os métodos de exploração que, muitas vezes, seguiam os mesmos moldes do período colonial. Para que isto mudasse, seria preciso que toda a região se modernizasse, visto que o problema não era somente das comunidades indígenas, mas sim de toda a região que era controlada pela metrópole mestiça.

Vemos, portanto, que a antropologia aplicada, liderada por Alfonso Caso, diretor do Instituto Nacional Indigenista, diagnosticava o problema do atraso não como um problema de raça, um problema individual ou de uma simples comunidade, mas sim como um problema regional, um problema da zona em que vivem estas comunidades indígenas. Esta visão do problema condicionava o conjunto de políticas públicas propostas para tentar resolver o “problema indígena”. Alfonso Caso alertava também que não adiantava chegar até às comunidades e impor novas políticas, métodos e procedimentos se não houvesse uma estratégia para mudar a mentalidade indígena. Citando, como exemplo, o problema da saúde, Alfonso Caso diz que dotar a comunidade de médicos e remédios não resolvia o problema se não fosse mudado o conceito indígena de enfermidade e os modos de atacá-la. Isto porque era preciso entender o universo mágico indígena, visto que, nas comunidades indígenas, as doenças obedeciam a uma influência, uma “razão mágica”. As concepções mágicas da comunidade também foram influenciadas pelas concepções mágicas da cultura ocidental trazidas pelos conquistadores desde o século XVI, formando agora uma mescla indissolúvel de concepções mágicas ocidentais e índias (CASO, 1989, p. 188). Se a ação dos médicos na comunidade fosse impositiva, e tratasse os índios como ignorantes, o que teríamos é que os indígenas, acostumados há vários séculos a dizer “sim”, assumiriam uma posição de concordância aparente, mas somente fariam o que acreditassem e o que quisessem, porque esta tem sido uma das formas de resistência destes indígenas desde o início da colonização. Seria preciso então que as crenças indígenas sobre a origem das doenças fossem modificadas e, para isso, era preciso adquirir a confiança da população indígena. Para adquirir sua confiança, diz Alfonso Caso, necessita-se entendê-la (CASO, 1989, p. 190).

Para Alfonso Caso, um dos pilares deste processo de aculturação da comunidade é a educação. Era preciso transformar a educação da comunidade

indígena para que houvesse a assimilação da cultura geral do México e sua consequente transformação. Em 1922 foram fundadas as Escolas Rurais que tinham como objetivo levar uma educação geral aos trabalhadores do campo. Não era um projeto voltado para as comunidades indígenas, mas sim para todas as comunidades camponesas. Os objetivos eram ousados, visto que estavam voltados para a transformação da comunidade como um todo. A base deste projeto era o professor rural. Alfonso Caso, antes de apontar as deficiências deste projeto, faz questão de ressaltar o papel e as obras da imensa maioria destes professores que muitas vezes, em razão do projeto, tiveram atitudes de renúncia e abnegação. O problema é que os professores rurais, devido à urgência do projeto, eram empregados, muitas vezes, sem a qualificação necessária visto que muitos deles ainda não tinham terminado a educação primária. Eles teriam que ser não somente alfabetizadores, e instrutores nas artes da leitura, escrita e aritmética, mas também agentes de mudanças em diversas áreas com técnicas de intervenção inclusive teatrais. Ora, as ideias eram excelentes, mas era impossível que todos os professores rurais fossem capazes de fazer tanto. Isto ainda era mais difícil nas comunidades indígenas, pois lá, o professor rural teria que ser um conhecedor de uma outra cultura. Para isso o professor deveria ser bilíngue, e a maioria dos professores destas comunidades não o eram. Como vemos, o projeto da escola rural não tinha condições de prosperar nas comunidades indígenas, na medida em que as crianças indígenas tinham muitas dificuldades pois não conseguiam entender o professor. Além disto, geralmente os professores não tinham condições de exercer suas atividades porque desconheciam a cultura da comunidade em que estavam inseridos (CASO, 1989, p. 194-195).

Como vemos, os resultados das escolas rurais nas comunidades indígenas foram muito limitados. Para tentar modificar um pouco este panorama, sabendo das dificuldades do professor rural que não podia dar conta de tantas vertentes de trabalho, o governo instituiu um organismo que chamou de Missão Cultural. As missões culturais eram formadas por vários professores e técnicos em diversas matérias que formavam uma equipe que ia trabalhar numa comunidade por um certo período de tempo. Esta estrutura era muito cara, naquele momento muito difícil da

economia mexicana e, portanto, esta experiência não teve condições de ser generalizada e sua atuação foi limitada em termos geográficos e temporais. Faltava, portanto, uma continuidade de ações nas comunidades que assegurasse a permanência das novas técnicas e ensinamentos. Contudo, o importante a frisar aqui era a consciência governamental das limitações do projeto das escolas rurais e de que a missão cultural era, de fato, um caminho mais eficaz e veículo importante para se fazer uma ação integral. Em relação às comunidades indígenas, a ação das missões culturais foi mais limitada visto que faltava um estudo prévio das comunidades indígenas. Muitas vezes, faltava também o conhecimento das línguas indígenas. Isto dificultava muitíssimo a ação destas missões culturais.

O governo ciente da precária instrução dos professores, montou um sistema de escolas normais para a preparação dos professores rurais, criando inclusive a escola normal rural por correspondência (CASO, 1989, p. 196). Em relação às comunidades indígenas foram criados a Casa do Estudante Indígena e os Internatos Indígenas com o objetivo de preparar professores para as escolas rurais indígenas. Indígenas de diversas comunidades foram levados para morar na Casa do Estudante Indígena para que fossem preparados para atuar como professores em suas comunidades. Alfonso Caso reconheceu que o projeto não alcançou o sucesso esperado visto que o processo educativo aplicado desarraigava o indígena de suas comunidades de origem. Depois de alguns anos de estudo, muitos dos que regressavam às suas comunidades não se adaptavam mais pois já estavam acostumados ao tipo de vida das cidades. Muitos deles optaram por permanecer nas cidades atuando como artesãos ou empregados em trabalhos pouco qualificados. Alfonso Caso fez questão de afirmar que o projeto não fracassou totalmente pois alguns regressaram e foram muito importantes no processo de aculturação planejada. Contudo, o número dos que regressaram não foi o planejado e ficou muito aquém das necessidades.

Ao olhar de maneira retrospectiva as experiências educativas pós-revolucionárias no México, Alfonso Caso ressalta os resultados positivos, mas lamenta que muitas das políticas intentadas no período não lograram os objetivos esperados, principalmente quando tentaram implementar modelos únicos, com os mesmos programas e procedimentos. Como todos

os projetos desenvolvimentistas da época, o objetivo era o fortalecimento da “unidade nacional”, mas, para Alfonso Caso, o melhor modo de alcançar este objetivo não era com a escola única (CASO, 1989, p. 197).

Há uma mudança significativa nas políticas em relação aos indígenas em meados da década de 1930 quando foi criado o Departamento de Assuntos Indígenas partindo do pressuposto de que o problema indígena deveria ter um tratamento especial e uma agência governamental específica. Esta postura tinha muitos opositores que consideravam que a construção de políticas específicas para indígenas seria uma forma de discriminação e de construir um sentimento de diferença no seio da nação. Para este grupo, contrário às políticas específicas voltadas para os indígenas, todos eram mexicanos, e a constituição mexicana definia que todos os indígenas eram cidadãos mexicanos com os mesmos direitos e as mesmas obrigações e, portanto, por que chamá-los de indígenas? Por que não tratá-los como mexicanos? Criticavam a suposta racialização do país pois afirmavam que seguindo esta lógica também deveriam ser criados o Departamento de Assuntos Negros, Mulatos e Brancos (CASO, 1989, p. 200). Estes posicionamentos surgem porque estes grupos radicalmente liberais não admitem que é preciso fazer políticas compensatórias, pois os grupos indígenas, de fato, ainda não tinham se tornado mexicanos. Os indígenas continuavam sendo indígenas, a proteção da constituição era somente um jogo de retórica e, na prática, estavam profundamente desprotegidos, sofrendo todo tipo de exploração e, portanto, não tinham os mesmos direitos dos mexicanos em geral.

Interessante ressaltar esta discussão no México dos anos de 1930, discussão que de certa maneira encontramos no Brasil bem mais recentemente a partir da construção das políticas afirmativas em relação aos negros e indígenas brasileiros.

Alfonso Caso nos fala sobre as dificuldades de ação do Departamento de Assuntos Indígenas. Os demais ministérios passaram a deixar de cuidar dos problemas indígenas pois, segundo eles, dentro da estrutura governamental havia um departamento para cuidar destes problemas específicos. Contudo, o orçamento do Departamento era muito reduzido para cuidar das demandas de uma população indígena estimada na época em

aproximadamente 4 milhões de indígenas. Uma das ações mais importantes realizadas pelo Departamento, naquele momento, foi o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano que se reuniu em Pátzcuaro, em 1940, com a presença da maior parte dos países americanos. Um dos resultados mais importantes foi a criação do Instituto Indigenista Interamericano com sede no México. Foram muito importantes as resoluções deste congresso que definiram uma série de recomendações para a aplicação de políticas públicas voltadas para os indígenas. Neste contexto, foi fortalecida a ideia de que o problema indígena não era um problema racial, mas sim cultural e que as políticas a serem implementadas deveriam ser direcionadas para a elevação social e cultural das comunidades indígenas.

A criação do Instituto Indigenista Interamericano foi aprovada através de uma Convenção que foi assinada pela maioria dos países que tinham problemas de população indígena (CASO, 1989, p. 201). Nesta Convenção, os países signatários também se comprometiam a criar em seus países, um Instituto Nacional Indigenista. Houve dois tipos de institutos, segundo Alfonso Caso. Em alguns países, foi somente uma instituição que reuniu pesquisadores sem nenhum poder de ação, em outros, foi uma instituição formada exclusivamente por funcionários de governo, sem funções de pesquisa e voltada para uma ação prática. No México, durante a gestão presidencial de Miguel Alemán, foi aprovada, em 1948, a lei que criava o Instituto Nacional Indigenista – INI, hoje Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas do México.² Sua estrutura foi concebida como uma estrutura com personalidade jurídica própria que teria funções de pesquisa e de ação prática (CASO, 1989, p. 201-202). Alfonso Caso tornou-se seu diretor, permanecendo no cargo até 1970.

Para não repetir os problemas vivenciados pelo Departamento de Assuntos Indígenas, estrutura que foi extinta em 1946, o Instituto Nacional Indigenista tinha representantes dos principais ministérios envolvidos e

² Em 21 de maio de 2003, foi publicado, no Diário Oficial da Federação, o decreto que expediu a Lei de criação da Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas do México e que anulou a lei de criação do Instituto Nacional Indigenista. O decreto entrou em vigor em 5 de julho de 2003.

assumia a função de coordenação das ações destes ministérios em relação às comunidades e populações indígenas (CASO, 1989, p. 204).

No início dos anos de 1950, o Instituto Nacional Indigenista (INI) mexicano atuou na formação e preparação de técnicos especializados em diversos níveis. Tendo em vista as limitações orçamentárias para ações abrangentes e efetivas de transformação integral das comunidades indígenas, o Instituto Nacional Indigenista (INI) concentrou sua ação em algumas regiões, sob a forma de projetos pilotos experimentais em pontos selecionados a partir de estudos prévios feitos por antropólogos, publicados pelo INI. Para realizar suas ações específicas e coordenar as ações dos demais ministérios governamentais em relação às comunidades indígenas escolhidas foram criados os Centros Coordenadores Indigenistas, cujo próprio nome deixa esta função bem clara. O primeiro centro experimental se criou em Chiapas, na cidade de San Cristóbal de Las Casas. A sede do Centro Coordenador tinha que ser na “metrópole mestiça” visto que a concepção da antropologia aplicada naquele período, como já afirmamos, considerava a cidade mestiça o lugar mais estratégico para o desenvolvimento integral da região indígena, podendo o Centro Coordenador ter uma maior e mais ampla ação não somente numa comunidade indígena, mas em todas as comunidades indígenas da região.

O Centro Coordenador Indigenista de Chiapas, o primeiro projeto piloto, criado em 1951, tinha a seguinte estrutura: um diretor, que é um antropólogo, que assume nesta nova fase do indigenismo um papel importantíssimo; um administrador, com conhecimentos contábeis para administrar os recursos; uma direção de transportes; uma direção de promoção econômica; uma direção de saúde; uma direção de educação e os promotores. Segundo Alfonso Caso, os promotores eram sempre indígenas bilíngues que eram treinados no Centro Coordenador, dando-lhes os conhecimentos necessários para que fossem professores, ou auxiliares dos médicos e dos agrônomos. Sua função era promover a mudança social na comunidade. Os primeiros promotores não foram preparados pelos Centros Coordenadores, visto que foram recrutados entre os indígenas que já falavam o espanhol, possuíam 3 ou 4 anos de educação primária e já tinham contato com a cultura mexicana, pelo menos com os seus

fundamentos. A maioria, que foi recrutada, já tinha sido preparada pelos Internatos Indígenas (CASO, 1989, p. 209). Os Centros Coordenadores se expandiram de uma forma bem rápida. Em 1956 há havia cinco Centros Coordenadores e mais dois estavam prestes a ser criados naquele ano (CASO, 1989, p. 214).

Qual era a preocupação governamental em meados do século XX, auge do nacionalismo desenvolvimentista? Construir a unidade nacional. Isto fica claro quando Alfonso Caso relata sua visita a uma modesta escola nas montanhas de Chiapas. Na escola, o promotor, vestido com suas roupas indígenas, tem uma turma com aproximadamente 30 alunos. Alfonso Caso pergunta se eles já sabem cantar o Hino Nacional. O promotor responde afirmativamente e os alunos, que estão aprendendo a ler e a escrever, que estão aprendendo o espanhol, se levantam e começam a cantar o Hino Nacional. Alfonso Caso ressalta a importância do projeto para que as comunidades indígenas vejam que não estão sós, que fazem parte de algo mais vasto e maior – a pátria - que está disposta a ajudá-los (CASO, 1989, p. 210).

As práticas dos Centros Coordenadores Indigenistas partem do pressuposto de que as culturas das comunidades indígenas tinham que ser modificadas, dando-lhes a única cultura possível naquele momento, a cultura nacional mexicana. O método a ser aplicado deveria ser o do convencimento. Para Alfonso Caso uma educação que fosse feita através de proibições, ordens e perseguições seria fruto da permanência de uma atitude colonialista. Por isso, as ações a serem tomadas deveriam ser pautadas no convite, na demonstração e na educação não impositiva. Seria isto possível? O discurso do indigenismo é bastante contraditório neste ponto, visto que aparentemente o indígena não deveria ser visto como um menor de idade a ser tutelado, nem tampouco um escravo e que, portanto, teria livre arbítrio para escolher o melhor caminho. Mas o caminho era naquele momento de mão única, pois era considerado um homem que tinha “uma cultura atrasada” (CASO, 1989, p. 205). Para os articuladores do indigenismo se tratava de acabar com a miséria e com “uma cultura que não está de acordo com a vida moderna do país” (CASO, 1989, p. 213). Restaria alguns elementos positivos na cultura indígena que poderiam permanecer, os elementos ligados à produção de objetos de arte popular,

por exemplo, ou o sentimento de comunidade e de solidariedade social existentes na comunidade.

Resta saber se a cultura moderna ocidental, representada aqui pela cultura nacional mexicana, seria a melhor das culturas possíveis. Para Alfonso Caso, isto é um problema de foro pessoal. Ele acredita, como diretor do INI, como antropólogo e intelectual engajado nas políticas públicas indigenistas em meados do século XX, que estava fazendo o melhor possível (CASO, 1989, p. 214). O projeto dos Centros Coordenadores partira do pressuposto de que estavam levando uma vida melhor aos indígenas, ou seja, a melhoria de sua cultura e a melhoria de suas formas de utilizar os recursos e os meios de que podiam dispor. (CASO, 1989, p. 213).

Não discutiremos aqui os desdobramentos da política indigenista no final dos anos de 1960 e nos anos de 1970. Sabemos que a partir da interação com os intelectuais da antropologia crítica, a política indigenista foi profundamente criticada. A crise política derivada do massacre de Tlatelolco e a falta de legitimidade social de alguns programas indigenistas levaram o presidente mexicano Luis Echeverría a substituir Alfonso Caso por Gonzálo Aguirre Beltrán na direção do INI em 1970 (BROCKMANN, 2013, p. 671). Logo depois, como reconhecimento pelo seu trabalho, ele recebeu o primeiro prêmio Fray Bernardino de Sahagún, mas naquele mesmo ano de 1970, uma crise de saúde causou a sua morte, aos 74 anos (BROCKMANN, 2013, p. 674).

Como podemos perceber, o indigenismo não estava destinado a procurar a atenção e o melhoramento do indígena como sua finalidade última, mas sim alcançar uma meta muito mais valiosa para os indigenistas: o avanço e o êxito da integração e desenvolvimento nacionais, sob normas de justiça social, em que o índio e o não índio fossem considerados cidadãos livres e iguais. A política indigenista se opunha aos resquícios coloniais de exclusão e dominação numa perspectiva que poderíamos aproximar com o pensamento liberal. A política indigenista do Estado mexicano se posicionou retoricamente como um discurso de respeito e valorização das culturas indígenas e de oposição à supressão e eliminação destas culturas, contudo as instituições responsáveis pela política indigenista promoveram ações e pesquisas etno-históricas visando à estruturação dos mais eficazes mecanismos de aculturação, posicionando-se contrariamente

à heterogeneidade cultural que impediria o processo de construção de identidade e unidade nacionais.

Salientando, mais uma vez, os objetivos principais da política indigenista, podemos destacar o desenvolvimento econômico e social das diversas regiões que reforçaria a cultura mestiça. A mestiçagem, como elemento da nacionalidade, forçou um processo intensivo de integração. As diversas políticas do Estado mexicano só poderiam privilegiar ações que valorizassem o sentimento de pertencimento à nação, à identidade nacional mexicana. Quaisquer valorizações de identidades locais ou sentimentos de pertencimento às comunidades locais eram vistas com muitas reservas. Isto gerou muitas críticas e questionamentos, uma vez que a política indigenista oficial não via com bons olhos qualquer iniciativa que pregasse a autonomia das culturas indígenas. Para o indigenismo oficial, qualquer política de valorização das identidades étnicas indígenas poderia reproduzir a exclusão e as relações de assimetria.

As ações indigenistas foram ligadas, portanto, às ideias de mudança cultural para a integração à “grande comunidade nacional”. Sem dúvida, isto ocorreu, a partir da revolução mexicana e se desenvolveu no decorrer dos anos em que prevaleceu a conjuntura nacional desenvolvimentista. Apesar de todas as críticas contemporâneas ao indigenismo integracionista, suas teorias ainda reverberam em muitos espaços culturais e políticos. Podemos considerar, a título de conclusão, que as mudanças ocorridas na teoria indigenista, desenvolvidas e implementadas por Alfonso Caso, fizeram do indigenismo uma força poderosíssima que ainda apresenta resquícios até o presente.

Referências

- BASAVE BENÍTEZ, Agustín F. *México Mestizo: Análisis del Nacionalismo Mexicano en torno a la Mestizofilia* de Andrés Molina Enríquez. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- BROCKMANN, Carlos. *Alfonso Caso, el indigenismo y la política cultural*. México: Universidad Nacional Autónoma de México; Biblioteca Jurídica

- Virtual del Instituto de Investigaciones Jurídica de la UNAM, 2013, p. 645-674. Disponível em: <<http://biblio.juridicas.unam.mx>>. Acesso em: 13 out. 2014.
- CASAS MENDOZA, C. A. *Nos olhos do outro: nacionalismo, agências indigenistas, educação e desenvolvimento, Brasil-México (1940-1970)*. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- CASO, Alfonso. *De la arqueología a la antropología*. Curso sobre Indigenismo. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 1989.
- _____. *Indigenismo*. México: Instituto Nacional Indigenista, 1958.
- COMAS, Juan. Manuel Gamio en la antropología mexicana. In: MEDINA, A.; GARCÍA MORA, C. (Ed.). *La quiebra política de la antropología social en México (Antología de una polémica)*. I. *La impugnación*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1983.
- DAWSON, A. S. From models for the nation to model citizens: indigenismo and the “revindication” of the Mexican Indian, 1920-40. *Journal of Latin American Studies*, v. 30, n. 2, p. 279–308, 1998.
- GAMIO, Manuel. *Forjando Patria*. 3. ed. México: Editorial Porrúa, 1982 [1916].
- GIRAUDO, Laura. *Anular las distancias: los gobiernos posrevolucionarios en México y la transformación cultural de indios y campesinos*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2008.
- KNIGHT, A. Racism, revolution and indigenismo: Mexico, 1910-1940. In: GRAHAM, Richard (Ed.). *The idea of race in Latin America, 1870-1940*. 3. ed. Austin, Tx: University of Texas Press, 1994, p. 71-113.
- NAVARRETE LINARES, Federico. *Una reflexión histórica sobre la discriminación étnica y la desigualdad en México*. Ciclo de Conferências Justicia, desigualdad y exclusión en México. Una reflexión sobre la discriminación. Faculdade de Filosofia e Letras, UNAM, 2007.
- NAVARRETE, F. *Las relaciones interétnicas en México*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.
- SÁNCHEZ, Consuelo. *Los Pueblos Indígenas: del Indigenismo a la Autonomía*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1999.

*Combate al sectarismo: dissidências e embates políticos ao longo da Revolução Cubana (1959-1964)**

RICARDO ANTONIO SOUZA MENDES*¹

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

ANA PAULA CECON CALEGARI*²

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Resumo: Analisamos, nesse texto, o processo histórico iniciado após a vitória da Revolução Cubana de 1959, considerando as lutas pelo poder e pela afirmação de projetos políticos e ideológicos que entraram em conflito dentro da ilha no contexto da década de 1960. Pelo viés da história política, reconstruímos e problematizamos os eventos relativos àquilo que ficou conhecido como *combate al sectarismo*, narrando o caso do afastamento e prisão de dois personagens políticos da época que foram considerados como disseminadores de posturas “sectárias” e “divisionistas”. Com base nessas acusações, o governo revolucionário cubano buscou legitimar a condenação pública e criminal dos envolvidos.

Palavras-chave: Revolução Cubana; Sectarismo; Divisionismo.

Abstract: We analyzed, in this text, the Cuban historical process considering the power struggles and the affirmation of political and ideological projects that came into conflict after the victory of the Revolution of 1959. Through the political history, we intend to rebuild and discuss the events related to what was known on the island as fighting to sectarianism, observing the case of expulsion and imprisonment of two political figures of the time that were seen as perpetrators of sectarian and divisive attitudes, and these positions were taken as reasons to public condemnation of those involved.

Keywords: Cuban Revolution; Sectarianism; Divisionism.

* Recebido em 05 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 12 de setembro de 2015.

¹ Professor Adjunto de História da América na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e ProCientista da Instituição, está associado ao Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS). Contatos: rasmric@oi.com.br.

² Mestre em história pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente leciona história na rede pública estadual do Espírito Santo. E-mail: anapccalegari@gmail.com.

Introdução

Um dos principais acontecimentos da História da América Latina no século XX, a Revolução Cubana representa um importante marco na história da região. Significou o fim da Pax Monrovia ditada pelos Estados Unidos, e reforçou um ciclo, ainda que breve, de contestações à hegemonia estadunidense. Podemos afirmar que, mais importante do que os efeitos materiais da Revolução, foram os desdobramentos simbólicos, com a difusão do mito do foquismo atemorizando as direitas latino-americanas, bem como impulsionando, com sua exemplaridade o aparecimento de inúmeros movimentos de luta armada.

No entanto, o que buscaremos discutir aqui está no âmbito dos embates políticos internos ao processo revolucionário. A ruptura proporcionada pela Revolução viabilizou a execução de novos projetos nos campos da política, da economia e da cultura que, de fato, transformaram profundamente a sociedade cubana. Esse processo não ocorreu sem intensos debates, confrontos e conflitos diversos, fruto das inúmeras perspectivas e possibilidades a respeito dos rumos que a nação poderia tomar.

Dentre os grupos que atuaram na luta contra a ditadura e que desempenharam um importante papel dentro da Revolução, destacamos o Movimento 26 de Julho (M-26-7), liderado por Fidel Castro, Camilo Cienfuegos, Enrique Oltuski, Frank Pais, Crescencio Peres e Ernesto Che Guevara, que atuou nas áreas interioranas de Cuba empreendendo a luta armada que cortou o país e entrou vitoriosa em Havana em 1º de Janeiro de 1959.¹ A unidade do M-26-7 não foi absoluta, podendo ser apresentada a existência, dentro do movimento, de no mínimo duas facções. O grupo que se localizava na região oriental da ilha, em especial no interior das províncias de Guantánamo e Santiago de Cuba, era chamado de *Sierra*; foi

¹ O movimento foi formado após o ataque a um quartel militar na província de Santiago de Cuba no ano de 1953. O objetivo dos rebeldes era tomar as armas que havia no local e incitar a rebelião popular a fim de destituir o governo num processo mais longo de estímulo às lutas sociais. O fracasso da ação levou vários de seus participantes à prisão e alguns outros foram assassinados. Nos anos seguintes, foi formado, oficialmente, o Movimento 26 de julho, que reunia participantes daquela ação e outros militantes que aderiram à causa defendida pelo grupo.

este que empreendeu guerra de guerrilhas e tornou-se o principal elemento no desenvolvimento da luta contra a ditadura em termos de organização e vitórias efetivas sobre as forças policiais. Dando suporte às ações da guerrilha e desenvolvendo ações armadas clandestinas nas cidades, encontrava-se o *Llano*, facção do M-26-7 que esteve subordinada aos combatentes da *sierra*. Ainda que o papel desempenhado pelo Movimento 26 de Julho (M-26-7) tenha sido protagônico, esse não foi o único a articular a luta contra a ditadura de Fulgencio Batista.

Ao lado destes combatentes, estava o Diretório Revolucionário, ligado a Universidade de Havana. Ambos planejaram ações conjuntas desde 1957 e, nesse tempo, assinaram documentos que orientavam suas ações assim como traçavam projetos políticos a serem postos em prática após a destituição do governo que esperavam derrubar. Poucos meses antes da vitória final desses rebeldes, num momento em que as forças de oposição ao regime ganhavam projeção e alcance territorial, o Partido Socialista Popular (PSP) se aliou aos movimentos de luta armada.² Tal coalizão de forças, juntamente com outros grupos de resistência cívica, que atuavam nas áreas urbanas e rurais promovendo greves e protestos, conseguiu derrubar a ditadura.³ Com a fuga de Fulgencio Batista de Cuba, os espaços político e administrativo foram logo ocupados por aqueles que tiveram mais proeminência na luta. Contudo, a acomodação desses grupos e personagens nos cargos de poder não se deu sem atritos. O M-26-7, devido ao fundamental e protagonista papel que desempenhou nas lutas antecedentes, tornou-se hegemônico na direção da Revolução. À Fidel Castro, seu líder, coube não só as funções relativas ao cargo de primeiro-

² A adesão tardia do PSP à luta armada deve-se a tática e estratégia adotada pelo partido desde a década de 1940, a qual previa o desenvolvimento de seu programa político dentro da ordem institucional burguesa a fim de possibilitar a conscientização da classe trabalhadora e criar condições para a realização de uma revolução. Por isso, entre os anos de 1953 até 1957, o partido condenou a luta armada por considerá-la uma tática pequeno-burguesa e incapaz de alterar a realidade vivida pela ilha.

³ Naquele contexto outros agrupamentos atuaram na clandestinidade em oposição à ditadura. Destacamos a Organização Autêntica, um movimento armado ligado ao Partido Autêntico, e a *Sociedad de los amigos de la República*, um grupo formado no final da década de 1940 por intelectuais, que, naquela conjuntura, desempenhou um papel de mediação política, sem muito sucesso, entre o governo e alguns de seus opositores.

ministro, mas também as de chefe das forças armadas e, incontestavelmente, ele se converteu na principal liderança carismática daquele momento.

Nos anos seguintes, esses conflitos adquiriram novos contornos e o governo agiu de modo a coagir as críticas internas e suprimir posturas e opiniões consideradas como inimigas da Revolução. O argumento utilizado era de que se tratavam de posturas e perspectivas caracterizadas pelo “sectarismo” e pelo “divisionismo”. Um exemplo dessa estratégia, talvez o caso mais sério fundado nessas acusações, ocorreu no momento em que Castro acusou publicamente os militantes comunistas do PSP de estarem beneficiando os membros de seu próprio partido na distribuição de cargos e de favores governamentais. Não por acaso, nesse momento se realizava em Cuba uma tentativa de centralização do poder e de união dos diversos grupos que haviam agido de forma relativamente autônoma ao longo da luta armada contra Fulgêncio. O objetivo de tal intento era a formação de um único partido político.

Dito isso, o objetivo de nossa narrativa se direciona para a análise das críticas feitas pelo governo cubano ao que fora considerado como posturas “divisionistas” e “sectárias”. Buscamos entender o fundo político dos acontecimentos e o desenrolar das tensões que opuseram os militantes do Movimento 26 de Julho e os membros do Partido Socialista Popular, com destaque às figuras de Fidel Castro, Aníbal Escalante e de Marcos Rodriguez. O tema escolhido é um daqueles assuntos que nos trazem mais perguntas do que respostas, mas também, abre caminho, por ser uma temática inédita, para pesquisas futuras. Buscamos colaborar com um conjunto de trabalhos existentes na historiografia brasileira sobre Cuba que apresenta como foco central os casos de discordância, rompimento e dissidência em relação aos rumos desenvolvidos pela liderança do grupo militarista – centrada na figura de Fidel Castro – na condução do processo revolucionário cubano. Dentre esses trabalhos citamos as pesquisas de Silvia César Miskulin⁴ e do grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais – do departamento de História – que estão desenvolvendo estudos no campo das experiências

⁴ Os principais trabalhos publicados por Miskulin são seus livros intitulados *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)* e *Cultura ilhada: imprensa e Revolução Cubana (1959-1961)*.

exílicas cubanas e latinoamericanas. Por fim, ressaltamos o esforço para reconstruir os eventos narrados destacando a escassez de documentos e bibliografias sobre assunto tanto no Brasil como em Cuba.⁵

As fontes escolhidas foram os discursos pronunciados por Fidel Castro, principalmente no ano 1962, pois foi nesta data que ocorreu o episódio que mais nos interessa.⁶ Buscamos nessa documentação os conteúdos relacionados ao objeto de estudo e à conjuntura em que ocorreram (onde e para quem foi pronunciado). Apoiamos-nos na análise do discurso como metodologia e compartilhamos com a perspectiva de Eni Orlandi, para quem, nesta metodologia, o investigador deve evidenciar sua compreensão do que é a “textualização do político, a simbolização das relações de poder, o modo de historicização dos sentidos e o modo de existência dos discursos dos sujeitos, na sociedade e na história”.⁷

As referências sobre o tema em pauta são difusas e por isso buscamos informações complementares em textos que abordaram a conjuntura dos eventos, os quais tiveram como pano de fundo a formação do partido comunista que, nessa época, chamava-se *Organizaciones Revolucionarias Integradas (ORI)* e depois *Partido Unido de la Revolución Socialista (PURS)*, os conflitos entre as organizações políticas e os debates em torno dos projetos para encaminhar a Revolução nos anos pós-1959. Lembramos também que internacionalmente, neste momento, existia um conflito dentro do movimento comunista que girava em torno do debate sobre os métodos para a realização da revolução, sendo que o processo cubano havia colocado a questão da luta armada como uma possibilidade de destituição

⁵ No primeiro capítulo da dissertação de mestrado de Ana Paula Cecon Calegari, intitulada *Contrarrevolucionários e dissidentes nos discursos de Fidel Castro, Cuba, 1959-1962*, há uma análise das principais obras historiográficas cubanas que abordavam o tema das oposições à Revolução. No campo da contrarrevolução armada há inúmeras narrativas sobre as mais variadas formas de violência que os cubanos foram alvo naqueles anos. Contudo, observamos também a escassez de textos dentro da ilha sobre os dissidentes e sobre as oposições dos intelectuais a algumas ações do governo na época.

⁶ A documentação encontra-se transcrita e disponível no site oficial do governo cubano (<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/>)

⁷ Orlandi *apud* Cappelle, Mônica; Mello, Marlene; & Gonçalves, Carlos Alberto. *Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais*. Revista Organizações rurais e agroindustriais, v. 5, n. 1, 2003.

de regimes instituídos e com isso inseriu um elemento novo nas teorizações dos partidos comunistas, pois a tática em questão não era uma possibilidade para muitas daquelas agremiações ligadas às diretrizes da União Soviética até os anos 1960.

Questões da história política cubana

A conjuntura histórica de nossa discussão refere-se a um momento da Guerra Fria marcado pelo crescimento da tensão entre os blocos capitalista e socialista após a Revolução Cubana e a declaração do caráter socialista da mesma em abril de 1961. No que se refere à essas disputas no plano Europeu, Asiático e Africano o que predominava era a denominada “distensão”. Já no “Extremo Ocidente” as tensões acentuavam-se significativamente, destoando do cenário mais amplo.

Quando o governo rebelde anunciou sua opção ideológica pelo comunismo, os militantes do Partido Socialista Popular ganharam uma projeção ainda maior dentro da estrutura governamental por serem considerados os militantes com melhor formação teórica para orientar o processo de construção de uma sociedade pautada naquela ideologia. Contudo, as relações entre o Movimento 26 de Julho e os socialistas nem sempre foram amistosas. Desde 1953, o PSP condenava as ações do M-26-7 que estavam sendo desenvolvidas, principalmente quanto à adoção da guerra de guerrilha,⁸ que era considerada uma estratégia típica da pequena burguesa.⁹ Essa tática não era considerada adequada dentro do modelo de revolução defendido pela União Soviética, a partir da qual o PSP se orientava.

⁸ “O PSP encontrava-se na clandestinidade desde 1953, não defendia a ação armada, mas a convocação de eleições livres, conforme a orientação do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, que propunha a via pacífica para o socialismo” (MISKULIN, 2003, p. 34).

⁹ Para maiores esclarecimentos sugerimos o documento *Balance de la actividad de la Dirección Nacional del Partido desde 26 de julio hasta la fecha...* que encontra-se na obra: LÖWY, Michel (Org.). *O comunismo na América Latina*. Trad. Cláudia Schilling, Luís Carlos Borges. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

Somente após o primeiro semestre de 1958 é que o Partido Socialista e o M-26-7, juntamente com o Diretório Revolucionário, começaram a estabelecer e aprofundar os contatos entre si. Cabe dizer que no planejamento da Greve Geral de Abril de 1958, o Partido não foi incluído. É interessante notar que as classes trabalhadoras e os sindicatos tinham afinidade com o PSP e, como Moniz Bandeira (2007, p. 198) e Richard Gott (2009, p. 183) assinalam, o Partido ajudou a minar a greve na medida em que não mobilizou as forças operárias que estavam sob sua direção. Isso contribuiu para aumentar as desconfianças de Fidel Castro e sua organização em relação àqueles antigos comunistas. Após a greve, todavia, as relações entre os movimentos foram se afinando e os insurgentes puderam estabelecer diálogos mais próximos e estratégias conjuntas a fim de derrocarem a ditadura.

Observamos que das três organizações citadas acima, apenas o PSP tinha um histórico de atuação política de longa data,¹⁰ uma estrutura partidária já formada e hierarquizada, um programa político mais bem formulado e líderes que atuavam internamente já há algumas décadas. Essas características do partido foram importantes quando em 1961, em meio a invasão estrangeira de contrarrevolucionários,¹¹ Castro declarou oficialmente que a Revolução, a partir daquele momento, adotava o comunismo como ideologia política.

O trabalho de construção de uma sociedade orientada por esses novos princípios e por um partido único, cuja legitimidade deveria ser forjada no curso do próprio processo histórico, encontrou viabilidade na

¹⁰ O Partido Socialista Popular já atuava em Cuba desde o início dos anos 40, sendo que grande parte de seus militantes pertenceram ao Partido Comunista que o antecedeu na década de 1930. Sugerimos o artigo *The Cuban communists in the early stages of the Cuban revolution: revolutionaries or reformists?* de Samuel Farber para outros esclarecimentos sobre a atuação dos comunistas cubanos nos anos 1950, assim como o terceiro tomo da obra *Historia del Primer Partido Comunista Cubano*, de Angelina Rojas Blaquier.

¹¹ A invasão a Baía dos Porcos ou Invasão à Playa Girón foi um episódio no qual cubanos, em sua maioria, treinados pela CIA organizaram uma expedição para invadir Cuba e organizar guerrilhas dentro da ilha com o objetivo de acabar com a Revolução e destituir Castro e seus ministros do poder. Contudo, a tentativa fracassou devido a grande mobilização tanto das forças armadas quanto das milícias revolucionárias, que se direcionaram rapidamente ao local onde os expedicionários desembarcam (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 304/5)

ordenação política que o PSP oferecia. Rafael Rojas (2007, p. 75) chamou a atenção para tal fato, destacando as dificuldades em conciliar os grupos políticos que existiam naquela conjuntura.

O processo de unificação, entretanto, não foi nada cômodo. Cada organização sobrevivia a seu modo dentro do partido e do governo. Os comunistas, que eram o único grupo possuidor de um projeto econômico, cultural e ideológico bem perfilado, chamaram a si, com o beneplácito de Fidel Castro, o controle da economia, da política e da cultura do país.

Júlio César Guanche (2014, p. 2) expressou sua opinião a respeito dessas diferenças destacando o quanto parece ser paradoxal o resultado da convivência das ideologias encontradas dentro do processo revolucionário, dos rumos políticos diferentes e até opostos que cada grupo desejava imprimir ao contexto. Tais conteúdos se mesclavam, confundiam e produziam sínteses muito contraditórias, de acordo com o autor. E o efeito dessas diferenças pôde ser observado quando o governo afirmou a necessidade de formar um partido único para dirigir e organizar os rumos da Revolução Cubana e deu início, em 1961, aos trabalhos de estruturação deste novo agrupamento.

O objetivo do estabelecimento de um partido único se relaciona a um processo de centralização do poder em torno da figura de Fidel Castro, paralelamente à subordinação dos comunistas do PSP. Autores como Gorender e Rollemberg observam essa busca pela afirmação da liderança do processo revolucionário através de uma outra estratégia adotada. Defendem esses autores que a difusão do mito do foquismo não estaria relacionada tão somente à proposta latinoamericanista de Guevara de levar a Revolução ao conjunto da região. Para Gorender, a proeminência do mito da luta armada teria sido um instrumento a mais na consolidação do poder revolucionário recém-estabelecido e capitaneado por Fidel Castro. O fato de ser a “única força militar organizada e senhora do poder de coerção” por si só não garantiriam o poder. Por isso, seria “preciso sancionar o monopólio material da coerção pela legitimação ideológica perante as demais correntes participantes da revolução e perante as massas” (GORENDER, 1987, p. 82). Já Rollemberg (2001, p. 65) considera que existia um profundo

interesse de determinadas lideranças políticas cubanas no desencadeamento da exportação da revolução na medida em que esta objetivava muito mais garantir uma base de apoio interno.

Retomando a discussão em torno da fundação de um partido único, a primeira tentativa de sua criação foi através da ORI - Organizações Revolucionárias Integradas. Este órgão foi instituído oficialmente em julho de 1961 com o objetivo de agrupar as forças políticas que fizeram a Revolução e que foram responsáveis pela administração do processo até aquele momento, dentre as quais estavam o M-26-7, o PSP e o Diretório Revolucionário. Devido a tal iniciativa cresceu a preponderância dentro do governo cubano de alguns conhecidos nomes ligados ao PSP. Dentre eles estão: Carlos Rafael Rodriguez, Blas Roca, Lázaro Peña, Aníbal Escalante e Marcos Rodriguez, lideranças bem conhecidas no cenário nacional devido sua atuação na chamada Segunda República.¹² Alguns desses nomes foram designados para realizar aquele intento de unificação, cuja orientação deveria se aproximar do marxismo-leninismo, seguindo os moldes da URSS.¹³

Os problemas resultantes da iniciativa do governo em organizar um partido eram motivados, em primeiro lugar, pelo tênue elo que ligava os grupos que compunham a organização. Jannete Habel (1965, p. 10) destacou que “[os cubanos] abordaram os problemas da construção do socialismo sem força política nem unidade orgânica”. Apesar disso, com o passar dos anos, a política cubana foi adquirindo um perfil de partido único no momento em que logrou organizar os movimentos para a construção das ORI. Com isso, o governo revolucionário criava uma nova instância de sua autoridade.

A delegação de funções aos antigos dirigentes socialistas pautava-se na necessidade da estrutura oferecida pelo velho partido comunista.

¹² O termo refere-se ao período entre os anos de 1940 até 1952. Nesta temporalidade, o cenário político do país foi caracterizado pela normalidade eleitoral e democrática após um período ditatorial durante a década de 1930 (BLAQUIER, 2010, p. 56).

¹³ Posteriormente, Fidel Castro comentou na entrevista concedida a Frei Betto: “Como tínhamos um número relativamente reduzido de quadros e, às vezes era preciso nomear alguém para uma determinada tarefa política que requeria muita confiança, procurávamos um velho militante comunista, o que nos dava mais segurança do que selecionar um companheiro mais novo e com menos formação”. (Betto, 1986, p. 236).

Além disso, os membros do PSP eram vistos como os que supostamente tinham conhecimento teórico sobre a transição ao socialismo. Ao mesmo tempo, contudo, os rebeldes do M-26 que estavam na direção política da Revolução, atuando na cúpula governamental e nos ministérios, tentavam conter a expansão dos comunistas dentro das fileiras do governo. Fidel Castro identificou no crescimento do Partido um processo de divisão dentro das forças revolucionárias e, devido a isso, representou, em seus discursos, as atitudes de alguns de seus membros como “sectárias”. Encontrava-se aí o cerne da crise institucional que irrompeu em março de 1962 e que girou em torno de Aníbal Escalante Dellundé, um importante membro do PSP que atuava nas fileiras do partido desde a década de 1940 como dirigente e intelectual, sendo responsável por cargos importantes dentro da organização e pela elaboração de textos teóricos referentes às interpretações da agremiação sobre o socialismo.

Escalante possuía o reconhecimento das demais lideranças da Revolução quanto à possuir a capacidade e os atributos suficientes para a estruturação do partido único, sendo indicado, por isso, para o cargo de Secretário Geral da ORI. Porém, sua atuação no decorrer do processo de organização do partido foi condenada pelos demais membros que compunham o secretariado¹⁴ e pelo governo por meio dos pronunciamentos do primeiro-ministro Fidel Castro. A condenação de Escalante pautava-se em suas indicações de membros do PSP para ocuparem cargos importantes na administração do partido, usando os poderes que lhe conferia sua função para controlar o aparato administrativo num processo de tomada de decisões que excluía os combatentes do M-26 e do Diretório Revolucionário.¹⁵

De acordo com Moniz Bandeira (2007, p. 410), Escalante tentou construir seu próprio poder no momento em que fora designado para aquele

¹⁴ O Diretório Nacional da ORI era composto pelos seguintes nomes: Fidel Castro, Raul Castro, Ernesto Guevara Osvaldo Dorticós Torrado, Haydeé Santamaría, Juan Almeida e Armando Hart Dávalos (todos do Movimento 26 de Julho); por Blas Roca, Carlos Rafael Rodríguez Aníbal Escalante, César Escalante, Joaquín Ordoqui, Lázaro Peña (representantes do Partido Socialista Popular) e por Faure Chamón (do Diretório Revolucionário Estudantil).

¹⁵ SLEE, Chris. *Cuba: how the workers and peasants made the revolution*. Resistance Book, Newtown, 2008.

cargo, por meio do controle das nomeações para a direção não somente do novo partido, como também de outras instâncias administrativas e militares, fazendo com que a presença dos comunistas em cargos de mando continuasse aumentando. Isso quer dizer que Escalante usou a velha estrutura do PSP para instrumentalizar e dominar as Organizações Revolucionárias Integradas. Sobre essa questão, Bandeira ainda destacou que alguns membros do PSP se voltaram à

[...] dominar o aparelho do partido em construção e da organização do Estado, crendo ou não que Castro renunciaria ao culto da personalidade e aceitaria, efetivamente, a direção coletiva, conforme sugerido, como condição para que a União Soviética fornecesse a Cuba maior ajuda econômica e militar (BANDEIRA, 2007, p. 409).

A passagem de Bandeira aponta para o fato de uma possível mediação que PSP faria entre a União Soviética e o alto escalão do governo rebelde. Lembramos que os comunistas cubanos articulados em torno do PSP mantiveram uma intensa proximidade com a URSS e seguiam as orientações táticas estabelecidas pelo PCUS desde a década de 1930. Quer dizer, as funções que partido havia desempenhado no meio político assim como experiências de seus quadros, foram determinantes nas atribuições que devia desempenhar a agremiação no novo contexto histórico.

Para Janette Habel (1965, p. 33), na época da organização da ORI, o “sectarismo” se manifestava na existência de um espírito de facção. Isso se traduzia na preferência e na confiança atribuída àqueles que haviam pertencido anteriormente ao PSP antes da tentativa de unificação. Devido a isso, seus antigos membros acabaram por ter proeminência, dominando a nova estrutura partidária. Ainda na visão da autora, o “sectarismo” era entendido, inclusive, como uma concepção mecânica sobre a formação ideológica e política, a qual relegava ao segundo plano os combatentes de primeira hora, alguns deles do M-26-7 e outros do DRE que efetivamente já haviam demonstrado sua consciência revolucionária.

Nesse sentido, a construção de uma estrutura partidária única apresentava duas faces. De um lado, a busca pela consolidação de Fidel como liderança absoluta da Revolução Cubana. De outro, a tentativa de

Escalante de minar esse poder e viabilizar a hegemonia dos comunistas. Diante desses fatos, Fidel Castro buscou condenar a postura daqueles quadros em relação ao encaminhamento que estava sendo dado à ORI. Nos discursos dos primeiros meses de 1962, Fidel taxou o processo de “sectário”, priorizando o encaminhamento das acusações diretamente a Aníbal Escalante, sem, contudo, aparecer o nome dele nos pronunciamentos. Em meio a esses acontecimentos, Fidel Castro censurou ainda mais veemente o comportamento que representou pela denominação “divisionista”.

El divisionismo — producto de toda clase de prejuicios, ideas falsas y mentiras—, el sectarismo, el dogmatismo, la falta de amplitud para analizar el papel que corresponde a cada capa social, a sus partidos, organizaciones y dirigentes, dificultan la unidad de acción imprescindible entre las fuerzas democráticas y progresistas de nuestros pueblos. (CASTRO, Praça da Revolução, Havana, 4 de Fevereiro de 1962).¹⁶

Quando Fidel pronunciou-se acerca da “falta de amplitude para analisar o papel que corresponde a cada partido” não cabe dúvidas sobre a quem ele se referia. Afinal o único partido que mantinha parte de sua estrutura era o PSP.¹⁷ Pela análise conjuntural, notamos claramente a advertência, ainda que subentendida nos pronunciamentos, feita aos membros do Partido, que na perspectiva de Castro estariam se mostrando como um empecilho à “democracia e ao progresso do povo”. Fidel comentou sobre a necessidade de correção dos erros que os revolucionários cometeram, iniciando com base nessa alegação um processo de depuração que provocou

¹⁶ Este discurso ficou conhecido como Segunda Declaração de Havana e se tornou posteriormente um documento importante para entender a conjuntura naquele momento, pois no pronunciamento, Fidel Castro falou sobre inúmeros fatos que haviam marcado a história da Revolução dentre os quais o rompimento das relações entre Cuba e os Estados Unidos, o compromisso socialista dos cubanos após 1961, a conquistas do governo no campo da educação e a importância da unidade para a vitória do processo revolucionário.

¹⁷ Apesar de o Partido Socialista Popular ter se dissolvido em 1960, seus membros ainda eram vistos como pertencentes a um mesmo grupo que mantinha ideias próximas, além de contarem com o histórico de sua atuação na conjunta na história dos anos de 1940 e 1950.

a extinção da ORI. A retificação dessas falhas foi proposta por ele num momento de organização da administração pública, das funções do partido e do aparato político da Revolução que deveria ser guiado pelo marxismo-leninismo.¹⁸ Para tanto, era necessário eliminar as posturas que impediam o triunfo do processo e iniciar um processo de tomada de consciência em favor da Revolução, como ele mesmo defendeu:

¡Guerra a ese sectarismo, que lleva al privilegio, que lleva al pantano! ¡Salgamos de ese pantano inmundado de un sectarismo miserable! ¡Y empecemos, compañeras y compañeros, empecemos a hacer lo que la historia espera de nosotros, lo que la patria espera de nosotros, lo que América espera de nosotros, lo que el mundo espera de nosotros, con espíritu verdaderamente revolucionario, con espíritu verdaderamente nuevo, con espíritu verdaderamente creador, donde la piedra de toque de cada hombre y cada mujer de la patria sea el mérito, sea el espíritu de sacrificio, sea la conciencia revolucionaria, sea el amor a la Revolución! (CASTRO, Universidade de Havana, 13 de março de 1962).¹⁹

Em março daquele ano, Aníbal Escalante foi afastado sob a justificativa de que seu comportamento público individual estaria em desacordo com ideal de união de toda sociedade. Esse afastamento ficou conhecido como *Primeiro Processo a Escalante*, sendo que após seu desfecho, em 1962, Aníbal

¹⁸ Considerando os problemas relacionados aos responsáveis para construir o partido, Fidel delimitou o perfil esperado para os membros que deveriam desempenhar essa atividade: “Y esos serán los requisitos que se exijan: los mejores, la calidad, sin sectarismos de ninguna clase, sin privilegios de ninguna clase” (CASTRO, Ato de graduação de 300 instrutoras revolucionárias para as escolas domésticas, Teatro Chaplin, Havana, 16 de março de 1962.)

¹⁹ Este discurso foi pronunciado no ato de homenagem aos assaltantes do Palácio do Governo que foram mortos na tentativa de derrubar Batista em 1957 (ver a nota 26). Na ocasião, reuniram-se principalmente estudantes da instituição e foi neste momento em que Castro fez acusações mais enfáticas ao “sectarismo”. Percebemos que o assunto era uma preocupação do governo naqueles dias já que os discursos de março de 1962 tocam constantemente no tema e no final deste mês, Aníbal foi destituído de seu cargo. Também é importante notar o local em que essas acusações foram feitas, neste caso a Universidade de Havana, de onde surgiu o Diretório Revolucionário, para pensarmos a quem se direcionava a mensagem do governo.

deixou o posto de secretário geral da ORI e passou a residir na Rússia. O cargo que ele ocupava foi dado ao presidente cubano na época Osvaldo Dorticós. Para Moniz Bandeira (2007, p. 415), o processo à Escalante representou um combate à perpetuação de um comportamento bem característico dos comunistas que haviam se formado sob a influência do stalinismo, o que significava, dentre outras coisas, o fiel cumprimento a linha do Partido e às ordens de sua direção e às diretrizes do Departamento Internacional do PCUS. Tal argumento também é encontrado na historiografia cubana que aborda esse episódio, sendo que a justificativa para o afastamento de Escalante é quase sempre associada à sua formação intelectual comunista que determinava, quase que automaticamente, seu comportamento e consequentemente o levou àquela situação.

Entretanto, se nos pautarmos nos estudos sobre cultura política revolucionária,²⁰ percebemos que um de seus principais elementos era o apelo a necessidade de unidade em todas as instâncias políticas e sociais. Por isso, notamos que o caso de Aníbal era representativo da incompatibilidade com uma das necessidades fundamentais do momento histórico – que era unidade de todos os grupos que haviam participado do processo como uma forma de combater as divisões no seio da Revolução – de acordo com o entendimento dos líderes da própria Revolução, em especial os integrantes do M-26-7. Ao mesmo tempo, concordamos com o apontamento de Willian Leo Grande (1979, p. 462), para o qual os efeitos desastrosos da construção da ORI demonstraram a fragilidade da unidade revolucionária e posteriormente tiveram efeitos negativos no processo de reorganização das forças políticas em torno de um partido único.

O afastamento de Escalante foi tomado como um exemplo para ressaltar o que seria ou não aceito dentro da Revolução.²¹ À vista disso,

²⁰ Indicamos dois textos que abordam a temática: LABORÍ, María del Carmen Morales; & Machado, Benedicta Báez. *La cultura política y la continuidad de la revolución y el socialismo en Cuba*. Revista Varela, 2001. E: Rodríguez, Darío L. Machado. *Cultura política en Cuba: una aproximación sociológica*. Casa Editora Abril, La Habana, 2009.

²¹ O nome de Escalante voltou a aparecer na história cubana quando, em 1966, alguns documentos começaram a circular em Cuba, os quais faziam críticas ao encaminhamento dado a Revolução pelos líderes responsáveis por fazê-lo. A autoria de alguns desses documentos foi atribuída a Aníbal e com isso, teve início o chamado *Segundo Proceso a Escalante*, qual foi sentenciado, junto com outros 35, a 10 anos de prisão em 1968 sob a

novos nomes foram designados para compor o núcleo responsável por instrumentalizar o novo partido, dentre os quais estavam Ernesto Guevara, Oswaldo Dórticos, Blas Roca e Emílio Aragonés. Na redação do texto *O socialismo e homem novo em Cuba*, publicado tempos depois do episódio, Ernesto Guevara citou o nome de Escalante e sua política “sectária” no momento em que dissertava sobre os erros da Revolução, os quais implicaram na diminuição do entusiasmo coletivo expressado pelos cidadãos cubanos no ano de 1962. Ernesto escreveu que para detectar as falhas advindas das iniciativas de instâncias superiores do governo, o método utilizado era “quase intuitivo de auscultar as reações gerais face aos problemas colocados”. (Guevara, 1965). O encarregado dessa inquirição era Fidel Castro e o burô político composto pelos ministérios. Vemos, com isso, que a delimitação sobre o que era ou não aceitável dentro da Revolução, cabia, em grande medida, ao grupo que tinha Fidel como líder e que dominava as principais instâncias de poder do país. Então, sustentamos a ideia de que o caso Escalante também se relacionava a um problema de poder propriamente, ou melhor, de disputas por locais de poder, além do fundo ideológico e moral que diz respeito a defesa da união dos cubanos e de defesa da Revolução.

Em inúmeros momentos, Fidel Castro falou sobre a importância do comportamento revolucionário e marxista que os jovens deveriam ter para levar a Revolução a frente. A mensagem abaixo foi dirigida à juventude universitária no momento em que estavam constituindo a *Unión de Jóvenes Comunistas*. A crítica ao “sectarismo”, nesse caso, se direcionava tanto à prática de um comportamento sectário que se desenvolvia nas instâncias políticas e administrativas, como também ao que se esperava das futuras gerações, as quais seriam as responsáveis por coordenar e garantir o futuro da Revolução.

Ahora debemos seguir marchando adelante como una flecha disparada hacia el porvenir, trabajando bien, seleccionando lo mejor, poniéndoles fin a estas cosas minúsculas, a este tipo de sectarismo hueco y huero,

acusação de conspiração contra o governo revolucionário. O velho comunista morreu em agosto de 1977, em Havana (MAITAN, 1968, p. 155).

inútil. ¡Guerra a ese sectarismo, que lleva al privilegio, que lleva al pantano! ¡Salgamos de ese pantano inmundado de un sectarismo miserable! (CASTRO, Universidade de Havana, 13 de março de 1962).

Observamos, nesse sentido, que as críticas ao “sectarismo” também se relacionavam à formação de uma nova idiossincrasia e moralidade, traçadas pelos discursos de Fidel Castro por meio de condutas a serem aprovadas ou condenadas. Na perspectiva do sociólogo cubano Fernando Martínez Heredia (2001, p. 8), o combate ao “sectarismo”, assim como o conteúdo de *Palavra aos intelectuais*,²² eram o reflexo de um combate pela cultura política da Revolução frente as limitações e obstáculos que nasciam dela mesma. O processo de retificação dos erros destacado nos discursos de Fidel Castro teve como medida prática a criação do Partido Unido da Revolução Socialista (PURS), em 26 de março de 1962. Logo após a sua fundação, Castro destacou as condições para a organização do novo partido considerando o cenário surgido após a depuração de Escalante.

Ahora, las condiciones que se van creando son distintas: los oportunistas de cualquier tipo tienen las puertas cerradas. Hubo aquí algunos que se creyeron que la rectificación de errores era la justificación de otros errores; hubo, incluso, quienes no entendiendo bien lo del antisectarismo, trataron de disfrazar de antisectarismo su antimarxismo; hubo quienes se afilaron los dientes. Y, sin embargo, la rectificación de errores no quería decir un paso atrás, sino un gran paso adelante en todos los frentes (CASTRO, Havana, 27 de junho de 1962).²³

²² Documento que reúne três discursos proferidos por Fidel Castro em junho de 1961 na Biblioteca Nacional José Martí, no qual ele orientava os intelectuais e artistas presentes sobre o que deveria ser uma arte verdadeiramente revolucionária e quais as diretrizes deveriam ser seguidas no campo intelectual a partir daquele momento.

²³ Este pronunciamento foi numa reunião com os diretores das Escolas de Instrução Revolucionária no edifício da ORI. Acreditamos que Castro, com sua fala, queria deixar claro o que o governo esperava dos revolucionários e da formação deles para que os erros cometidos até aquele momento relacionado a uma postura necessária para a sobrevivência da Revolução não voltasse a ocorrer.

São visíveis no pronunciamento de Fidel as polêmicas resultantes do processo de afastamento de Aníbal, dentre elas, a acusação de “antimarxismo” transvertida em antisectarismo, o que levou Castro a condená-la, também, como parte da postura “divisionista”. Apesar de o processo de depuração ter atingido o objetivo de esvaziar alguns espaços de poder e afastar membros do PSP de cargos importantes, os ataques feitos ao “sectarismo” não acabaram. Segundo Janette Habel (1965, p. 39), desde que a crise do “sectarismo” se instalou um sentimento de desconfiança em relação aos antigos comunistas existia internamente. Tal característica foi se manifestando nos anos posteriores e alcançou sua crise mais aguda no processo contra Marcos Rodriguez, que será comentado a seguir.

A historiografia cubana e brasileira sobre o tema não apresentou interpretações que vão além da versão oficial do governo revolucionário, quer dizer, os textos que estudamos narram àqueles acontecimentos destacando o caráter factual e o papel de Fidel Castro. Porém, alguns indícios podem ser encontrados em obras e textos que abordaram indiretamente aqueles eventos. Algumas evidências sobre os conflitos daqueles anos estão nos relatos de Carlos Franqui, antigo combatente do Movimento 26 de Julho que trabalhou como editor do jornal *Revolución*. Em vários momentos de seu livro *Retrato de família com Fidel*, o autor destacou alguns desentendimentos, principalmente era os rebeldes do movimento armado e os comunistas do PSP. Franqui relatou que tentou alertar Fidel sobre o perigo que Escalante representava e sobre as atividades ilegais realizadas por Aníbal e seus partidários, sendo que no texto foi citado “perseguições, prisões arbitrárias e outras ofensas” praticadas pelos administradores do partido (FRANQUI, p. 139) e não apenas a busca pela dominação do aparato estatal. No decorrer da obra, o autor também narrou um episódio ocorrido em 1962 no qual Castro teria reconhecido pessoalmente à Franqui a tentativa deste de alertá-lo sobre Aníbal e teria falado sobre os erros cometidos pela direção da ORI. Devemos lembrar que ao fazer esse relato, Franqui encontrava-se exilado após romper com o governo revolucionário e por isso precisamos situá-lo historicamente para analisar com mais precisão seus discursos políticos. Entretanto, seu texto é uma fonte que deve

ser lida considerando a trajetória de seu autor, mas que não deixa de evidenciar as intrigas e diferentes posições que existiam nos bastidores do governo.²⁴

Por outro lado, podemos nos apoiar também num texto escrito pelo próprio Aníbal Escalante em 1960 no qual ele analisou o primeiro ano da Revolução Cubana. Não se trata de um documento sobre a temática específica deste artigo, mas seu conteúdo nos ajuda a pensar na posição de Escalante dentro do contexto. O texto foi lido numa reunião do PSP e publicado pelo partido posteriormente. Por meio da análise de seu conteúdo, notamos claramente a adesão e valorização feitas por Escalante das realizações do governo rebelde, declarando apoio incondicional à Castro e sugerindo maior aproximação entre Cuba e a União Soviética sob o pretexto da necessidade de novos parceiros econômicos. Ainda fez uma longa acusação à postura do governo estadunidense que, segundo ele, promovia ações para acabar com a Revolução. Podemos afirmar que, os elementos abordados no discurso de Aníbal se aproximam daqueles contidos nos de Castro. Ambos possuem não apenas assuntos em comum, mas a forma como entendem e anunciam alguns problemas vividos pelo país é igual. Por isso, para aquele momento específico, não podemos dizer que Escalante fazia qualquer oposição ou críticas ao governo publicamente. No documento em questão, Escalante falou pouquíssimo sobre o próprio partido e quando o mencionou foi para ressaltar que o papel dos socialistas naquele momento era o trabalho de fortalecimento ideológico e orgânico, não como uma expressão “sectária”, mas como um instrumento a serviço da Revolução. Em síntese, sustentamos que, tanto o PSP, de forma geral, como Aníbal Escalante, se mostravam como apoiadores incondicionais do processo revolucionário. Entretanto, quando a esfera de observação são os micropoderes e as instâncias administrativas, os conflitos entre os grupos eram mais latentes uma vez que nessas esferas

²⁴ Neste livro também nos chamou a atenção o prefácio escrito por Guillemo Cabrera Infante que, ao comentar as perseguições sofridas por Carlos Franqui, relatou um comentário feito por Aníbal Escalante a seu pai dizendo que Franqui era um inimigo do povo e do partido (FRANQUI, 1981, p. 9). Pensamos que a oposição entre esses dois personagens foi bastante intensa já que encontramos relatos em que ambos fazem comentários depreciando um ao outro. Para além de questões pessoais, acreditamos que eles representavam projetos diferentes que estavam constantemente em debate e conflito.

os projetos políticos eram formulados e era a partir dali que a trajetória da Revolução seria determinada.

Uma das poucas obras que trabalham essa temática é o livro intitulado *Proceso al sectarismo* publicado em 1965. Na primeira parte da obra há uma abordagem histórica escrita pela já citada jornalista francesa Janette Habel,²⁵ sobre o julgamento de Marcos Rodriguez Alfonso. Na segunda parte encontra-se a declaração de Fidel Castro ante o tribunal que condenou Rodriguez, segundo a versão difundida pela agência de notícias cubana *Prensa Latina*. Tal obra serviu-nos como fonte para entendermos outro conflito que opôs os comunistas do PSP e o Movimento 26 de Julho, sendo que tal contenda ficou conhecida como caso “marquitos” e diz respeito ao processo judicial iniciado pelas autoridades governamentais em março de 1964.

Nesta conjuntura, o PURS (*Partido Unido de la Revolución Socialista*) era a principal força política interna e através dele, de acordo com LeoGrande (1979, p. 464), a unidade revolucionária estava sendo instituída, quando, em março de 1964, uma nova crise política tão séria quanto o “sectarismo” destruiu o partido. Trata-se de uma nova condenação pública de outro velho membro do Partido Socialista Popular. Marcos Rodriguez foi membro partido, sem, contudo, desempenhar cargos da estrutura dele, e atuou na juventude socialista ligada à Universidade de Havana na época da ditadura de Batista. Pouco se sabe sobre trajetória individual de Marcos antes do julgamento a que foi submetido. Seus principais dados biográficos referem-se ao caso da suposta traição e à sua ligação com importantes membros do PSP, que, geralmente, é descrito um fator que possibilitou sua proteção no meio político cubano. De acordo com as narrativas de Jannete Habel e Willian LeoGrande, em abril de 1957, Rodriguez denunciou à Esteban Ventura, que era um aliado da ditadura, o esconderijo de quatro assaltantes que participaram do ataque ao Palácio Presidencial em 13 de março do mesmo ano,²⁶ os quais foram assassinados um dia após a prisão. Isso quer

²⁵ O texto em questão foi produzido por Janette Habel e publicado na revista francesa *Les Temps Modernes* na edição de agosto-setembro de 1964. O texto encontra-se em um livro publicado e editado na Argentina em 1965. Neste, os editores juntaram o texto de Habel com o pronunciamento que Fidel Castro fez ante o tribunal de julgou Marcos Rodriguez.

²⁶ Naquela data, um grupo de estudantes da Universidade de Havana atacou o Palácio Presidencial, residência de Fulgencio Batista com o objetivo de assassiná-lo. O fracasso

dizer que Marcos teria sido o responsável pela execução de membros do Diretório Revolucionário no momento em que denunciou onde os mesmos estavam escondidos.

Após a Revolução em 1959, Marcos permaneceu em Cuba e os rumores sobre a veracidade do episódio acima narrado aumentaram, principalmente após o crescimento do PSP dentro das fileiras do governo rebelde, o que estimulou a abertura de um processo judicial devido a pressão de antigos membros do Diretório Revolucionário, em especial Faure Chomón. Após algumas sessões que reuniram importantes personalidades políticas, como o próprio Fidel Castro que, inclusive, falou durante o julgamento, Marcos foi condenado à execução pelo pelotão de fuzilamento sob o crime de alta-traição.

Habel (1965, p. 9) destacou que o processo de Marcos Rodriguez provocou uma crise de amplitude nacional na medida em que expôs novamente o problema da unidade dentro das forças revolucionárias. Mais uma vez, Fidel Castro se pronunciou a fim de inquirir e avaliar a situação e, em seus pronunciamentos na época, estabeleceu uma relação direta entre a postura de Aníbal e Marcos, atacando os antigos membros do PSP. Isso ficou evidente quando compareceu ao tribunal que julgou Rodríguez e em seu discurso destacou:

Y puesto que la suma del error, más la actividad de los contrarrevolucionarios, de los intrigantes, de los farsantes, de los hipócritas, que no les importa un bledo la Revolución, estaban situando la Revolución en duda, en entredicho, fue necesario discutirlo así, y fue necesario discutirlo aquí (CASTRO, 1965, p. 115).

O caso “marquitos” demonstra a utilização, por parte do governo, dos rumores que circulavam sobre o crime de Rodríguez buscando elaborar uma resposta ao problema que atendesse também aos seus interesses de eliminação dos rivais na disputa pelo poder revolucionário. Novamente, voltamos à cultura política revolucionária com destaque à importância que a

da ação resultou na morte de alguns daqueles participantes, como Antonio Echeverría, na prisão e na fuga de outros.

ideia de justiça e de julgamento dos criminosos havia adquirido no imaginário político da época. Lembramos que logo após a vitória dos rebeldes em 1959, o governo instituiu tribunais populares para julgar os criminosos ligados à ditadura e os crimes praticados em nome do regime de Batista. Ademais, quando analisamos os discursos de Fidel Castro, percebemos a afirmação da justiça como um dos pilares da própria Revolução. Por isso, acreditamos que o caso de Marcos Rodriguez ganhou tal amplitude, uma vez que a necessidade de seu julgamento relacionava-se a um dos principais elementos da cultura política revolucionária que era o cumprimento da justiça e a punição exemplar aos crimes.

Além dos casos que citamos, a depuração de membros do Partido Socialista Popular foi mais ampla. Em novembro de 1964, Joaquín Ordoqui, vice-ministro das Forças Armadas, membro da direção do PURS e amigo de Marcos, foi destituído de seu cargo sob a acusação de que alguns aspectos de sua conduta política na época da ditadura de Fulgencio Batista não estavam claros. A esposa de Ordoqui, Edith García Buchará, que era vice-diretora do Conselho Nacional de Cultura, também foi destituída. O mesmo se sucedeu com Carlos Rafael Rodriguez,²⁷ que foi removido em 1965 da presidência do Instituto Nacional de Reforma Agrária.

No decorrer da década de 1960, em meio ao processo de regulamentação das diferenças no interior da administração revolucionária, Fidel Castro e outros líderes combateram o que consideraram como processo de microfração, destacando que somente a unidade das forças e dos grupos e a nova moralidade revolucionária seriam capazes de conter o burocratismo e o “divisionismo” que ameaçavam o avanço da Revolução. Julio César Guanche (2011, p. 21) destacou que a consolidação de um discurso pautado na unidade demonstrou a leitura feita pelo governo cubano de um contexto no qual as inúmeras formas de oposição ameaçavam o encaminhamento da Revolução. Quer dizer, o conceito de “unidade revolucionária” era relacionado diretamente à capacidade de sobrevivência da Revolução,

²⁷ Político e intelectual comunista cubano ligado ao Partido Socialista Popular. Após a saída de Rodriguez do cargo de presidente do INRA, ele atuou em altos postos da política cubana. Percebemos, então, que em sua trajetória, Rodriguez manteve-se ligado ao Movimento 26 de Julho e ao governo e produziu textos de cunho mais teórico sobre o socialismo e sobre a realidade cubana.

e a sobrevivência da revolução era associada diretamente à liderança de Castro. Ao mesmo tempo, os casos trabalhados nesse artigo, indicam que, na perspectiva das autoridades rebeldes, o afastamento e julgamento de Marcos e Escalante também se relacionavam à sobrevivência da Revolução, mesmo que o resultado final de ambos os casos fosse o rompimento e a divisão nas fileiras administrativas e políticas.

Pelo exposto, percebe-se que se colocar numa posição adversa àquela assumida por Fidel Castro e pelo núcleo dirigente em torno dele, ou então ameaçar a Revolução com posturas consideradas inadequadas, era “arruinar-se” como classe, grupo ou indivíduo. Concordamos com a perspectiva de Rafael Rojas, o qual afirma que para sobreviver na vida política do país era indispensável uma lealdade ao partido e a Fidel. Escalante, Ordoqui e outros membros do PSP foram mais leais à instituição e não sobreviveram até o final. Décadas depois desses acontecimentos, Castro ainda comentava sobre um dos temas transversais em seus discursos: o combate à oposição por meio da unidade, adjetivando aquilo como um processo incansável de luta contra o “sectarismo” até a fundação do PCC em 1965, taxando as dissidências a sua liderança como contrarrevolucionária, incapaz de entender o momento revolucionário vivido pela ilha naqueles tempos (BETTO, 1986, p. 237).

Conclusão

No combate ao “sectarismo” notamos um conflito relacionado a esfera do poder existente entre as lideranças do M-26 e o PSP. Os principais acusados de atividade “divisionistas”, ainda que atuassem a favor da revolução foram os militantes comunistas. Podemos aferir disso a conclusão de que a organização do estado revolucionário não se deu sem conflitos internos, e a particularidade dele encontra-se quando analisamos os casos de rompimento com Revolução de personagens importantes da época como também os afastamentos e processos que agentes políticos sofriam.

Muitas vezes, a justificativa do governo para o afastamento e para a instalação de processos judiciais se encontrava na incompatibilidade no comportamento ou no pensamento de alguns atores em entender e agir

de acordo com os condicionamentos impostos e esperados na cultura política que se formava. O que vemos é que tais condicionamentos foram forjados por um grupo específico que dominou o aparelho do estado após a Revolução. Falamos do Movimento 26 de Julho, responsável, em grande medida e por meio das intervenções de Fidel Castro, pela delimitação do que seria aceito ou não no processo revolucionário.

Isso quer dizer que na análise daquela conjuntura é de fundamental importância considerar o processo de afirmação do grupo de Fidel Castro no poder e de que forma foram constituídos os elementos da nova cultura política revolucionária. Na análise do caso de Aníbal Escalante, vemos um episódio de afirmação do poder do M-26-7 ao representar a postura de Escalante como “divisionista” e conseqüentemente afirmar o discurso de Fidel como aquele que representava a unidade. O mecanismo usado para fazê-lo foi a delimitação dos elementos que deveriam ser aceitos. Naquele contexto as ideias de justiça e união de todo o povo deveriam ser compreendidas como justiça e unidade em torno da liderança de Fidel Castro e o núcleo duro do comando revolucionário, tornando-se elementos fundamentais para a sobrevivência da Revolução. Por causa disso, os casos e posturas que iam contra essas ideias deviam ser combatidos.

Em Havana, antes de finalizar a primeira década de Revolução, muitos militantes que começaram os anos 60 apoiando o governo rebelde, já não estavam mais ao seu lado: alguns optaram por romper com o processo, outros haviam deixado Cuba sem declaração explícita de oposição, ou foram afastados pelo próprio governo. Percebemos que dentre os primeiros problemas enfrentados pela Revolução estão aqueles relacionados com a necessidade de definir a orientação do novo governo. Os eventos estudados neste artigo nos colocam diante de uma dicotomia: ao mesmo tempo em que o governo condena publicamente a postura “divisionista” como um ato contrarrevolucionário, ele afastava alguns indivíduos de suas posições políticas, o que provocava ainda mais divisão. O Primeiro e o Segundo processo de Escalante e o caso de Marcos Rodriguez servem como expressão da mais aguda tensão existente entre os possíveis desenvolvimentos da Revolução e aquilo que essas tensões viriam a se tornar no futuro num contexto de disputas pela hegemonia do processo revolucionário.

Referências

- BETTO, F. *Fidel e a Religião: conversas com Frei Betto*. 17. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- BLAQUIER, A. R. *Primer Partido Comunista de Cuba*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2010. Tomo 2.
- CASTRO, F.; HABEL, J. *Proceso al sectarismo*. Buenos Aires, 1965. (Colección de Política Concentrada, n. 12).
- CASTRO, F. *Discursos*. 1959 – 1962, Cuba. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/index.html#f281106>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2013.
- ESCALANTE, A. *Un año de revolución*. La Habana: Tipografía Ideas, 1960. (Colección *Velada de los jueves*).
- FRANQUI, C. *Retrato de família com Fidel*. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- GORENDER, J. *Combate nas trevas: a esquerda e as ilusões da luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- GOTT, R. *Cuba: uma nova perspectiva*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- GUANCHE, J. C. A democracia em Cuba. *Revista Estudos Avançados*, v. 25, n. 72, 2011.
- GUANCHE, J. C. La Crisis de las Tijeras: paradojas de una revolución en curso. *Harvard Review of Latin America*, 2009.
- GUEVARA, E. *O socialismo e o homem novo em Cuba*. 1965. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/guevara/1965/03/homem_cuba.htm>. Acesso em: 13 de março de 2015.
- HEREDIA, F. M. La alternativa cubana. In: SAXE-FERNÁNDEZ, John (Coord.). *Tercera vía y neoliberalismo*. México: Siglo XXI Editores, 2001.
- LEOGRANDE, W. Party development in revolutionary Cuba. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 21, n. 4, 1979.
- LÖWY, M. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Trad. Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. 3. ed. ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.
- MAITAN, L. The condemnation of Aníbal Escalante. *World Outlook - a labor press service*, v. 5, n. 7, 1968.
- MISKULIN, S. C. *Cultura Ilhada: imprensa e Revolução Cubana (1959-1951)*. São Paulo: Xamã, 2003.

- MONIZ BANDEIRA, L. A. *De Martí a Fidel: A revolução cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SLEE, C. *Cuba: how the workers and peasants made the revolution*. Newtown: Resistance Book, 2008.
- RAMONET, I. *Cien horas con Fidel: conversaciones con Ignacio Ramonet*. La Habana, Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 2006.
- ROJAS, R. Anatomia do entusiasmo: cultura e revolução em Cuba (1959-1971). *Tempo Social - Revista de sociologia da USP*, v. 19, n. 1, p. 71-88, 2007.
- ROLLEMBERG, D. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

*François Duvalier e o bonapartismo haitiano**

EVERALDO DE OLIVEIRA ANDRADE

Universidade de São Paulo

Resumo: O regime autoritário implantado por François Duvalier entre 1957, ano em que foi eleito presidente, e 1971 quando transmitiu o poder a seu filho Jean-Claude, foi construído a partir de uma rede densa de relações políticas, econômicas e sociais que enlaçou fios da complexa sociedade haitiana – com suas tensões raciais e de classes – e a conjuntura internacional que envolvia o reacender dos nacionalismos na América Latina, o processo ainda em curso da revolução cubana e as pressões sempre presentes dos Estados Unidos sobre o país. Este artigo pretende recuperar e problematizar alguns aspectos particulares da formação do regime duvalierista como expressão de um possível regime bonapartista *sui generis* como fase transitória à sua consolidação.

Palavras-chave: Haiti; François Duvalier; Bonapartismo.

Resume: Le régime autoritaire mis en œuvre par François Duvalier de 1957, l'année où il a été élu président et en 1971, quand il a passé le pouvoir à son fils Jean-Claude, a été construit à partir d'un réseau dense de relations politiques, économiques et sociaux qui se est achevé fils la société complexe haïtienne - avec ses tensions raciales et de classe - et la situation internationale impliquant la renaissance du nationalisme en Amérique latine, le processus en cours de la révolution cubaine et la pression toujours présente US sur le pays. Cet article vise à récupérer et discuter des aspects particuliers de régime duvalériste en tant qu'expression d'un régime *sui generis* bonapartiste également présent dans d'autres pays d'Amérique latine.

Mots-clés: Haïti; François Duvalier; Bonapartisme.

* Recebido em 10 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 17 de outubro de 2015.

Este artigo analisa a formação do regime autoritário haitiano implantado por François Duvalier após 1957, ano em que foi eleito presidente e que prosseguiu em 1971 quando transmitiu o poder a seu filho Jean-Claude. Utiliza-se o conceito de *bonapartismo* para se buscar uma compreensão da fase transitória e inicial que antecedeu a plena consolidação do regime como uma ditadura vitalícia e hereditária. A presença haitiana se entrelaçou recentemente com a história do Brasil pela presença de tropas de ocupação brasileiras no país caribenho. O autoritarismo, muito mais que a liberdade e a democracia é o que parece expressar o fio de conexão entre a história das duas nações através da presença do exército brasileiro no país caribenho. No entanto, as raízes do autoritarismo haitiano desse período que vamos examinar possuem especificidades. Nossa hipótese principal é a de que o regime ditatorial de Duvalier não nasceu de uma instituição em particular como uma milícia armada ou do exército nacional, mas de um regime transitório bonapartista, algo provavelmente necessário para consolidá-lo e principalmente para destruir ou cooptar as tradições e instituições políticas anteriores como partidos, movimentos sociais e sindicatos que desde a insurreição popular de 1946 buscavam um caminho democrático e popular para o país. Esse processo aplicado por Duvalier complementava-se com uma ideologia conservadora nacionalista e racista elaborada desde a década de 1930 e voltada à conquista do apoio da maioria negra para se criarem, assim, os novos instrumentos para o exercício do poder autoritário.

O conceito de *bonapartismo sui generis* foi formulado originalmente por Leon Trotsky durante sua estadia no México no final dos anos 1930 buscando analisar os governos nacionalistas como o de Lázaro Cárdenas, Getúlio Vargas e outros na América Latina da época. Segundo Trotsky, as burguesias submetidas ao capital estrangeiro, e frente a pressão local dos movimentos operário e popular organizados, poderiam oscilar politicamente sob essa dupla pressão vinda externamente do imperialismo e localmente do movimento operário. Como consequência poderiam ora atacar os direitos sociais dos trabalhadores para defender os interesses dos capitalistas estrangeiros, ora fazer concessões sociais buscando uma base de apoio de massas que possibilitasse uma política internacional razoavelmente independente. E nesse sentido, um governo

com essas características buscaria colocar-se acima das classes e forças sociais antagônicas criando num certo tipo de capitalismo de estado e uma ideologia nacionalista visando a unidade nacional, o que permitiria dar tempo para uma recomposição hegemônica das classes dominantes. A maior ameaça ao *bonapartismo* seria a ação independente do movimento massas operário e popular, o que tenderia a levar esses regimes a aprofundarem medidas visando o controle dos sindicatos, partidos de massa e movimentos populares na via de uma ditadura (IANNI, 1989, p. 35; TROTSKY, 1999, p. 120-121). As excessivas generalizações e banalizações no uso do conceito de populismo têm, por outro lado, favorecido a busca ou retomada do conceito de bonapartismo para a análise de uma série de regimes políticos que caracterizaram a história latino-americana de meados do século XX. Mesmo as complexas e relativamente bem conhecidas e estudadas experiências históricas como o cardenismo mexicano e o peronismo argentino são limitadamente compreendidas através dos usos do conceito de populismo (CAPELATO, 2001, p. 163).

Para se examinar a problemática em torno de um possível bonapartismo no Haiti desde o conceito desenvolvido por Leon Trotsky analisaremos inicialmente o processo eleitoral que culminou na vitória de François Duvalier em 1957. Em seguida é abordado o lugar ocupado pelas pressões externas e colaboração dos EUA com o regime haitiano no contexto internacional da chamada ‘guerra fria’. A fase inicial do governo de Duvalier que buscamos caracterizar como bonapartista corresponde ao mesmo tempo ao auge do discurso nacionalista e em favor da maioria negra e que é estudada paralelamente às novas e específicas instituições que são criadas pelo novo regime como as milícias civis, a crescente repressão e um novo e enraizado sistema político de controle social. Por fim, a consolidação do autoritarismo que corresponde ao fim do bonapartismo se caracterizará pela institucionalização da ditadura, do terror e da violência de Estado, com o controle ou destruição de antigas instituições nacionais como as universidades, igrejas, imprensa, sindicatos e partidos opositores.

O decênio da história haitiana que antecedeu a ascensão de François Duvalier (1946-1956) foi marcado internamente pelas repercussões da insurreição popular de 1946, com o surgimento de novas forças e

organizações políticas nacionalistas e de trabalhadores que escapavam das estruturas tradicionais de controle político que haviam sido implantadas pela ocupação estadunidense (1915-1934). No plano latino-americano governos e regimes de orientação nacionalista ganhavam terreno como a revolução boliviana de 1952, o peronismo e o getulismo, além do processo revolucionário que se desenrolava na vizinha ilha de Cuba, gerando tensões num plano mais amplo entre as forças políticas alinhadas aos EUA e a URSS. Essa conjuntura se refletia no quadro de volatilidade e fragilidades das forças sociais e políticas locais, bem como das instituições que organizavam o processo político-eleitoral haitiano. A campanha eleitoral de 1956 refletiu esse quadro político tenso e em grande medida incontrolável.

Quatro candidatos principais disputavam as eleições presidenciais. François Duvalier apresentou-se como o representante dos supostos ideais majoritários dos negros que ele manipulava desde sua participação no grupo Griots na década de 1930.¹ O povo haitiano parecia majoritariamente acreditar que Duvalier possuía poderes mágicos para curar as pessoas e conversar com os espíritos. Porém, se ele não tinha esses supostos poderes,

¹ Um dos mais ativos movimentos de protesto nacionalista no período da década de 1930, o *Griots* desenvolveu uma abordagem própria da questão nacional e negra, enfatizando o passado africano do país e exaltando as grandes civilizações africanas. Seus principais animadores, Lorimer Denis e o próprio François Duvalier, insistiram na tese de que a biologia e o grupo racial determinariam a psicologia dos indivíduos, o que por sua vez determinaria a personalidade coletiva da nação. O *Griots* fazia uma leitura próxima das pseudoteorias fascistas e raciais que avançavam na Europa dos anos 1930 e da ideologia dos pan-africanistas como W. E. B. Du Bois. A teoria política desse grupo era essencialmente antiliberal e com ênfase no respeito à autoridade e à disciplina. O grupo propunha uma plataforma política para o país através de reformas que abrangeriam o respeito à religião vodu, incentivos à cultura e à música africana, sua arte e literatura, uma reestruturação do sistema educacional e uma redução do papel da Igreja Católica e que despertou grandes simpatias. Acreditavam que o poder poderia ser tomado por um governo autoritário composto pelos negros representantes da maioria nacional discriminada pelos “mulatos”. Os responsáveis pelo atraso e pelo desrespeito às origens negras e africanas do povo haitiano seriam esses “mulatos” locais. E, nesse sentido, se afastaram e se distinguiram tanto do movimento indigenista haitiano, que defendia a originalidade híbrida da cultura popular do país, quanto das manifestações dos movimentos e intelectuais da negritude caribenha, como Aimé Césaire (*Discurso sobre o colonialismo*), que defendiam os direitos dos negros em uma perspectiva de unidade na luta anti-imperialista de todos os povos.

os tinham muito terrenos como médico, intelectual e político habilidoso utilizando-os muito bem como profundo conhecedor da cultura popular. Mantinha e cultivava boas relações com os tradicionais sacerdotes vodus (os houngans) que haviam sido historicamente perseguidos, o que lhe atraía grandes simpatias populares. Outro importante candidato era Louis Déjoie, certamente um dos mais articulados oponentes de Duvalier e dos mais beneficiados pelo ardor nacionalista da pequena burguesia ascendente desse período. Ele era empresário, senador pelo Partido Agrícola e Industrial Nacional (PAIN), apoiado pela Igreja Católica, por grandes empresários e por outras forças conservadoras do país. O seu pedido de ajuda francesa o afastara das preferências políticas iniciais dos EUA.

Outro dos candidatos era Clemente Jumelle, do Partido Nacional (PN), um economista e tecnocrata que estudara nos EUA, na Universidade de Chicago. Tinha o apoio de membros da pequena e da grande burguesia, de negros e mulatos de todas as tonalidades, com uma proposta de reformas graduais e equilíbrio social. Como ministro das Finanças do governo anterior de Paul Magloire, era também apoiado por uma camada de funcionários qualificados, mas pouco representativos. Havia enfatizado durante sua campanha a proposta de uma administração eficiente e um viés tecnocrático e liberal para a gestão do governo. Era considerado por parcela da pequena burguesia como expressão de posições humanistas, liberais e modernas, conseguindo assim apoio amplo e até certo ponto difuso e pouco orgânico. Daniel Figiolé, que havia participado do gabinete de Dumarsais Estimé após 1946 tornara-se um líder popular enérgico e carismático. Fundador do Movimento Operário Camponês (MOP), era chamado tanto de fascista como de comunista pelos adversários em função de sua retórica nacionalista radical. Foi capaz de erigir um movimento popular e nacionalista de massas porém fragilmente organizado. Seu discurso em *créole* rendeu-lhe popularidade nas favelas da capital Porto Príncipe, principalmente por sua oposição a intelectuais, oficiais, Igreja, empresários e classes altas. Figiolé era de fato o mais importante dirigente popular da capital haitiana e incansável organizador. Como líder foi um defensor apaixonado das camadas populares urbanas e constituiu uma destacada corrente sindical pelo país.

Após as tumultuadas e suspeitas eleições presidenciais François Duvalier foi declarado eleito no dia 22 de setembro de 1957 presidente do Haiti. Foram duvidosos 679.884 votos para um mandato de seis anos não renováveis. Um dos candidatos rivais às eleições de 1957, Louis Dejoie imediatamente desafiou a vitória de Duvalier, afirmando que não houvera uma vitória clara nas eleições. E se somou ao outro candidato Daniel Figiolé e seus partidários mais próximos das camadas populares para não reconhecer a vitória. De acordo com documentos do governo dos EUA disponibilizados posteriormente, Duvalier teria recebido 212.409 votos e Dejoie 975.687 votos (BELLEGARDE, 1990, p. 96-97).

Quatro dias depois do desafio que contestava os resultados eleitorais, os apoiadores de Dejoie chamaram uma greve geral de protesto. Militantes ligados a Duvalier, porém, ajudaram a polícia a enfraquecer o movimento usando a força para constranger trabalhadores e abrir locais de trabalho que aderiam à greve. A polícia atacou os partidários dos candidatos derrotados, sinalizando desde então que um novo estilo de política havia começado a agir já antes do governo de Duvalier ter-se instalado. A vitória de Duvalier foi de fato preparada pela ação do exército e pelo uso sistemático da violência contra as massas populares relativamente organizadas nesse período. O aparato paramilitar de Duvalier anterior a 1957, que depois deu origem aos milicianos tontons-makoutes e outros, já atuava, muito embora não fosse uma excepcionalidade dos seus partidários. A lei marcial foi imposta ao país e muitos supostos desordeiros, militantes opositores, foram nessa ocasião presos ou mortos. No dia 22 de outubro de 1957 o mandato de Duvalier começava (ABOTH, p. 77).

A estagnação econômica da década de 1950, o aparente caos ideológico que refletia tanto fragilidades da burguesia como dos agrupamentos populares, operários e socialistas que se fortaleciam, ao lado da propensão do exército em usar a força cega contra civis pacíficos, tudo parecia favorecer uma situação instável e as práticas autoritárias como solução de conflitos (TROUILLOT, 1990, p. 139). Mas a ditadura Duvalier não foi um regime superficial baseado essencialmente na força, pelo menos em sua fase inicial. Havia uma crise social, política e econômica no país e a presença de novas forças políticas populares que poderiam ameaçar uma resolução

conservadora e institucional e mesmo com o uso indiscriminado da força. A crônica crise política do país nos períodos precedentes, em particular após a insurreição popular de 1946, se relacionava mais profundamente com a exploração econômica imposta à massa dos camponeses como maioria nacional e que refletia a subjugação numa escala maior da própria nação aos interesses externos. Essa era a fonte principal da instabilidade da nação haitiana. Duvalier provavelmente tenha sido uma resposta a esta instabilidade e crise das classes dominantes haitianas. Nossa hipótese é a de que essa resposta deu-se através da criação e consolidação de um regime autoritário para equilibrar as pressões populares e nacionalistas e as pressões externas buscando inicialmente colocar-se como árbitro acima da luta de classes, uma característica específica do regime bonapartista e que adquiriu tonalidades especificamente locais.

Os Estados Unidos e o regime Duvalier

Desde a ocupação do Haiti por tropas dos EUA em 1915 a questão da soberania nacional haitiana adquiriu uma nova conotação, ligada diretamente ao temor da recolonização. Setores populares e da pequena burguesia encabeçaram a resistência aos invasores e desenvolveram desde a década de 1920 iniciativas culturais e políticas que buscavam dar voz a um nacionalismo pujante expresso nos movimentos do indigenismo e negritude, mas que não alcançaram num primeiro momento uma resposta política mais coesa e consistente. Isso ocorreu somente após a derrota da guerrilha nacionalista dos Cacos e a morte de seu principal líder, Charlemagne Pèralt, em 1919. A repressão sistemática mesmo após a saída dos marines em 1934 através da recém-criada Guarda Nacional depois transformada em Exército, buscou, por outro lado, esmagar a consolidação de uma alternativa operária e camponesa que se esboçava em uma série de greves na década de 1930. Seguiu-se uma década de instabilidades no país, que era a expressão da fragilidade política e econômica, da submissão da classe dominante haitiana que renunciara a construir um projeto nacional que fosse alternativo à tutela dos EUA. Essa situação desembocaria na insurreição popular de 1946 e em

uma ascensão as lutas sociais e instabilidade política como nunca ocorrera desde a saída os marines. A década que antecedeu Duvalier não permitiu, portanto, o surgimento de um regime político estável e viu crescer as pressões externas vindas dos EUA.

Nessa medida, o governo estadunidense avaliou suas relações com o mandato de François Duvalier em duas perspectivas que exigiam envolvimento: por um lado um governo de um país próximo e instável política e socialmente, por outro, passível de sofrer influências políticas indesejáveis no quadro internacional da chamada guerra fria. O governo Duvalier não poderia ignorar esses interesses geopolíticos e econômicos estrangeiros, o que poderia favorecer uma retórica com tintas nacionalistas para efeito interno particularmente no início o seu governo. Ele sucessivamente manobrou internamente sua retórica de defesa nacional buscando neutralizar ou atrair diferentes setores políticos e sociais em todos os domínios da sociedade haitiana. Ele buscava se utilizar da instabilidade política e das pressões externas a seu favor manejando um discurso nacionalista e conservador em nome da maioria negra muitas vezes contra a majoritária parcela ‘mulata’ da burguesia. Esse movimento era uma das características marcantes do interregno bonapartista que definia inicialmente seu regime. A administração de Lyndon Johnson nos EUA, depois o Vaticano e em seguida a França aprovaram a solução original do presidente haitiano, primeiro tacitamente, e então mais abertamente.

A política bonapartista deu cobertura para uma recomposição do regime político haitiano com os EUA, cujo apoio cada vez mais ostensivo estava ligado à época à necessidade de combater a partir de uma base segura no Caribe a expansão da revolução cubana de 1959 e que desde 1961 alinhava-se com a URSS. Os aportes financeiros a Duvalier foram crescentes, inicialmente o valor de US\$7 milhões entre fevereiro e setembro de 1959 e mais 11 milhões em 1960. Em 1961 chegou a 13,5 milhões cobrindo mais de 50% do orçamento nacional do país. Entre 1957 e 1986 a ajuda financeira dos EUA chegaria a mais de 900 milhões de dólares. Por outro lado, o povo haitiano passou a sofrer crescentes taxações e impostos, além de toda sorte de esquemas e meios de desvios das finanças públicas, redução de empregos e taxas especiais. Em meados da década de 1960

mais de 65% do orçamento do estado se destinava às forças de segurança (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 100). Com o apoio financeiro e político dos EUA sempre presente, Duvalier ajudou na longa guerra e cerco político e financeiro contra Cuba.

As oscilações bonapartistas de Duvalier nos anos iniciais de seu governo exigiam certo grau de autonomia que chegaram a criar atritos com o governo estadunidense. Mas a relação mesmo tendo sofrido tensões em alguns momentos, nunca deixou de ser muito próxima. Em maio de 1959 Duvalier recebera tratamento de saúde secretamente na base estadunidense de Guantánamo em Cuba. Outro exemplo dessa proximidade foi a organização de um corpo militar constituído pelos chamados “makoutes brancos”, setenta marines treinados para perseguir a oposição, supostos invasores ou exilados haitianos. O dirigente haitiano chegou a ser acusado pela administração Kennedy de ter se apropriado de fundos para ajuda assistencial e usado os marines não para treinar o exército, mas a sua milícia política, os tontons-makoutes. A ajuda foi suspensa em 1962. Esse pequeno incidente foi logo superado e em dezembro de 1963 os EUA voltaram a fortalecer Duvalier como contraponto ao regime cubano vizinho (HAGGERTY, 1991, p. 234). A retribuição veio logo. Em 1965 os votos do Haiti ajudaram os EUA na aprovação pela OEA da invasão à república Dominicana (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 99).

Apesar do discurso nacionalista e das dificuldades com a administração Kennedy, François Duvalier e seu governo deram sempre aos EUA um sólido sinal de submissão oferecendo apoio incondicional aos seus investidores. Entre 1957 e 1961 a empresa Reynolds Mining Company que explorava bauxita pagou apenas 7% de impostos locais para o estado haitiano, em contraste com o pagamento de 30% de várias plantações de café que os pequenos produtores haitianos pagavam ao estado. As exportações do país eram totalmente controladas por empresas dos EUA como sisal, açúcar, cobre, bauxita. Apesar das discordâncias eventuais – necessárias para sustentar a ideologia e retórica nacionalista - Duvalier convencera os EUA de que seu regime era uma resposta adequada e uma garantia contra uma possível ascensão de uma hipotética e ameaçadora esquerda no país.

Em 1962 Duvalier soube se utilizar da paranoia anticomunista dos EUA para seus próprios planos e convenceu Washington a financiar a construção de um aeroporto internacional em troca do voto do Haiti na OEA pela expulsão de Cuba. Nessa mesma época, o Partido Unificado dos Comunistas Haitianos (PUCH) deu a Duvalier a oportunidade de obter este apoio. O fim da década de 1960 começou uma chegada clandestina ao país e militantes em uma tentativa de guerrilha urbana que seria totalmente desmantelada em 1969. Duvalier teve sua chance de provar com sangue haitiano a sua reputação anticomunista. Ainda entre 1967 e 1970 o governo eliminou fisicamente, pressionou ou forçou ao exílio centenas de intelectuais progressistas, escritores, professores, jornalistas, líderes sindicais e camponeses. A maioria dessas pessoas não tinha contato com o partido comunista ou qualquer outra organização política de esquerda. O partido comunista ainda que não representasse uma séria ameaça política permitia justificar a existência de batalhões de elite do exército haitiano; estes diretamente controlados por Duvalier e financiados e treinados pelos EUA, capazes de localizar e eliminar qualquer a ameaça de uma suposta infiltração comunista (TROUILLOT, 1990, p. 203). Duvalier usaria ainda o pretexto da existência de alguns comunistas armados para fechar o legislativo e votar uma monstruosidade legal: a “Lei anticomunista” de abril de 1969 segunda a qual qualquer tipo de crença ou posição de fé no comunismo, verbal ou escrita, pública ou privada, seria declarada um crime contra a segurança nacional que colocava seu agente fora-da-lei e passivo de pena de morte, a ser julgado por uma corte militar (TROUILLOT, 1990, p. 204).

Do bonapartismo à construção da violência institucional

Duvalier chegou ao poder não apenas através da fraude e apoio dos EUA, mas também com significativo apoio social interno calcado em um discurso nacionalista e popular voltado para a maioria negra. Essa era uma das características iniciais do bonapartismo haitiano como regime transitório erigido para desarmar as organizações operárias e populares independentes. Muitos o viam como um homem do povo, um médico humilde e afável,

um político da pequena burguesia que não se enriquecera enquanto fora ministro de estado do presidente Dumarsais Estimé eleito em 1946. Foi esse difuso apoio popular e seu discurso nacionalista em favor do poder negro que lhe permitiu transitar para uma ditadura civil com a implantação de novas e inéditas instituições autoritárias no país.

O tema da unidade nacional e do papel do estado enfatizado por Duvalier desde início do seu governo era uma das bases do bonapartismo que caracterizava o regime. A sua concepção de unidade nacional, no entanto, era vaga. Para a direita política a questão nacional era argumento para qualquer aliança que pudesse bloquear forças de esquerda ou organizações independentes de extração popular. Para muitos segmentos nacionalistas despertados na década de 1920 em diante, a ideia de soberania nacional se identificava com o poder político para a maioria negra ou pelo menos, genericamente, uma maior democratização e balanceamento entre negros e ‘mulatos’ dentro do aparato do estado. Duvalier expressaria a possibilidade de regeneração da nação. Tendo em conta essas expectativas, ele desenvolveu um discurso inicialmente nacionalista que incorporou o tema da negritude, mas com objetivos conservadores (SCARAMAL, 2006, p. 74).²

O aspecto simbólico do regime Duvalier permite perceber efetivamente como ele manipulou o discurso em defesa da maioria negra para assegurar um mínimo de consentimento de parte dos diversos segmentos da população. Isto permitiu estabelecer uma cobertura ideológica dupla ao bonapartismo: uma suposta consciência racial como base de coesão nacional e da pequena burguesia negra como representante natural dessas massas populares com sérios desdobramentos nas lutas de classes dos trabalhadores

² A nascente antropologia haitiana do século XIX buscou refutar as teses de inferioridade racial dos negros e as definições que caracterizavam o mundo dos negros como espaço de tiranias e superstições. Um dos marcos foi o livro de Anténor Firmin (*De l'égalité des races humaines*, 1885), escrito como uma resposta direta e ‘científica’ às teses de Gobineau (*De l'inégalité des races humaines*, 1853), que defendia a inferioridade dos negros. Como outros intelectuais haitianos da época, no entanto, buscava ainda que combatendo o racismo e a ideia de raças, um reconhecimento frente a civilização europeia e suas instituições em uma perspectiva assimilacionista. Ver a respeito: Hurbon (1993, p. 43-55).

haitianos como veremos a frente.³ O tema da negritude, de fato, era uma máscara usada pelo regime para avançar e consolidar seus objetivos políticos autoritários. E a propaganda transformou o tema da negritude haitiana e seu líder em um messias. A nação devia identificar-se agora integralmente com o Estado e esse era agora o próprio Duvalier, como na mensagem: “*desejar destruir Duvalier é desejar destruir o Haiti*”. Multiplicavam-se propagandas com técnicas e reminiscências da Itália de Mussolini e da Alemanha de Hitler que apresentavam Duvalier como a encarnação dos fundadores da nação, como o novo Dessalines que proclamara a independência em 1804 após derrotar as forças napoleônicas, senão como o próprio deus. Como dizia Duvalier: “Eu sou a bandeira haitiana. Quem é meu inimigo é inimigo da pátria” (HAGGERTY, 1991, p. 340). No entanto, consolidado o regime, Duvalier não hesitou em se dissociar também do tema da negritude quando foi necessário (TROUILLOT, 1990, p. 192, 196).

A transição bonapartista oferecia uma cobertura ideológica poderosa através o discurso nacionalista unificador para permitir eliminar as vozes políticas autônomas que se expressavam a luta de classes. Mas somente um remodelamento institucional de longo alcance do Estado poderia garantir para Duvalier o poder efetivo no quadro de permanente instabilidade vivida pelo país até pelo menos 1957.⁴ Ele optou inicialmente por uma solução

³ Uma crítica contundente à ideia de raça, que compartilhamos, é feita por Kwame Anthony Appiah (*A casa de meu pai, a África na filosofia da cultura*): “A verdade é que não existem raças: não há nada no mundo capaz de fazer tudo aquilo que pedimos que a raça faça por nós [...] Falar de ‘raça’ é particularmente desolador para aqueles de nós que levamos a cultura a sério. É que, onde a raça atua, [...] ela atua como uma espécie de metáfora da cultura; e só o faz ao preço de biologizar aquilo que é cultura, a ideologia” (p. 75, em particular ver o capítulo. 2, *Ilusões de raça*). Isso não significa negar a existência do racismo, que terminou por assumir um aspecto estrutural imbricado com o imperialismo dos EUA na história recente haitiana; ver a esse respeito: Seguy, Frack. Humanitarismo e questão racial no Haiti. No Brasil um importante trabalho a esse respeito é o de Jacques d’Adesky, *Pluralismo étnico e multiculturalismo – racismo e anti-racismos no Brasil*.

⁴ A manipulação do tema racial e da construção ou incentivo às identidades raciais ou étnicas para destruir solidariedades de caráter econômico e de classes sociais foi captada em vários estudos, em particular sobre o movimento operário nos EUA. Ver por exemplo: James S. Olson, “Race, Class and Progress: Black Leadership and Industrial Unionism, 1936-1945”; David M. Gordon et al., *Segmented Work, Divided Workers*”, p. 141-143, ambos citados por K. A. Appiah (op cit), que destacou em particular os esforços da fundação Ford na década

que afastasse ambos os extremos, direita e esquerda, como oponentes do espectro político. Para garantir o controle político sobre a sempre refratária elite ‘mulata’ - como era identificada à fração dominante da burguesia haitiana - Duvalier se utilizou da intimidação e da corrupção para criar sua própria fração de classe, enriquecendo seus apoiadores próximos com vantagens e recursos provindos do Estado: uma ‘papadocracia’⁵ se fortalecia na oposição que era alimentada entre negros e ‘mulatos’. Era o início da longa diáspora haitiana à França, aos EUA, ao Canadá, alcançando mesmo os líderes políticos ligados ao Vaticano. Os partidos de oposição foram brutalmente perseguidos, obrigando cerca de doze partidos a atuarem no exílio. Leslie Manigat atuou desde Caracas. O PUCH baseou-se na França, o Partido Nacional Progressista Revolucionário Haitiano (Panpra), liderado por Serge Gilles, estabeleceu-se na França; o Partido Democrático Revolucionário Haitiano (Modelh) ficou na República Dominicana, depois conhecido como Movimento Democrático pela Libertação do Haiti e liderado por François Latortue (HAGGERTY, 1991, p. 343).

Na medida em que o regime se consolidava, paralelamente se abria mão de qualquer compromisso nacional estável relacionado ao cada vez mais improvável fortalecimento democrático do Estado e da soberania econômica do país. O bonapartismo e sua cobertura ideológica nacionalista e em favor da maioria negra se tornavam cada vez mais desnecessários. A essência semicolonial e autoritária do regime tornava-se mais explícita. O desenvolvimento de grupos sociais parasitários em torno do novo poder e o declínio da produtividade agrícola e da soberania alimentar, por exemplo, estão relacionados a esse processo. A maioria dos apoiadores de Duvalier era recrutada entre parasitas sociais das novas áreas urbanas, também artesãos e pequenos proprietários, profissionais

de 1930 nos EUA no apoio financeiro às igrejas negras de Detroit buscando incentivar a diferenciação racial e derrotar a solidariedade dos trabalhadores (p. 288). A orientação política de Duvalier a esse respeito não era, portanto, totalmente inédita ao utilizar a ideologia racial para destruir as organizações de classe dos trabalhadores que se fortalecia após 1946.

⁵ François Duvalier era chamado popularmente de Papa Doc em referência às suas atividades anteriores como médico em consultórios populares, imagem que ele usou demagogicamente na sua futura carreira política.

liberais, e que formavam o seu extrato de comando. O duvalierismo envolvia mais que o uso explícito da força, incluía uma estratégia de distribuição econômica que permitia recrutar a baixo preço indivíduos para executá-la. A compreensão dessa estratégia permite entender a extensão socioeconômica e a situação geográfica desses parasitas urbanos em torno do seu novo regime (TROUILLOT, 1990, p. 153). Mas Duvalier destacou-se de todos os seus antecessores pela maneira como ele desenvolveu a distribuição desses recursos.

A transição bonapartista oferecera a oportunidade de construir um novo tipo de regime que a história haitiana não conheceria. A redistribuição de recursos financeiros afetou diretamente um amplo e crescente núcleo de parasitas sociais do Estado. Ao mesmo tempo atingiu um dos objetivos centrais do bonapartismo: destruir as organizações políticas, sindicais e populares que agiam de maneira independente. Os ganhos financeiros individuais dos apoiadores do regime se muitas vezes eram menores, permitiam que os líderes governistas pudessem comprar um amplo número de simpatizantes com menos recursos. A patronagem política, a participação em projetos governamentais e nas forças militares e paramilitares eram sinais do alinhamento político com consequências políticas e econômicas favoráveis aos indivíduos com esses vínculos. A compensação monetária não estava ligada necessariamente às origens sociais do indivíduo, dando a impressão de que se tornava mais acessível o acesso a determinados bens materiais. Quando os recursos do estado eram insuficientes, os chefes locais do regime podiam extrair mais com taxas extras e com isso, submetendo centenas de artesãos, de pequenos proprietários, de camponeses, tornavam-se senhores incontestáveis de suas vilas regiões. Era da fidelidade individual desses homens e mulheres que se extraíam os futuros milicianos paramilitares do regime. Isso permitia promover a contínua aliança desses centros de poder político para a manutenção do poder local. Para a maioria, no entanto, a ascensão social e política não era mais que uma possibilidade. Os espaços coletivos independentes do estado e de articulação popular foram, assim, sendo submetidos e dissolvidos.

Os milicianos e o fim do bonapartismo

Duvalier estendeu uma rede política e de milicianos civis por todo o país, tendo de fato a habilidade de substituir o lugar antes central do aparato militar na manutenção do estado e no controle social. A relativa autonomia do exército como corpo militar estranho ao estado nacional, criado após a invasão dos EUA em 1915 era, contraditoriamente, um obstáculo à consolidação do regime de Duvalier. No exército ele decapitou os líderes e também fechou a Academia Militar para bloquear uma renovação institucional da hierarquia, mas compensou isto promovendo soldados para níveis superiores. Em dezembro de 1958 todo o comando do exército foi substituído por jovens e leais oficiais treinados pelos marines dos Estados Unidos. A remodelação do exército se deu promovendo um novo grupo de oficiais provindos da baixa pequena burguesia, de famílias de profissionais negros, de mulatos de pequenas vilas e cidades com pouca influência social, o que desferiu um golpe nos tradicionais aliados dos seus adversários. O exército do Haiti nunca tinha sido palco de tão rápidas promoções quanto período do início do governo Duvalier. Essas promoções nunca preencheram o vácuo criado no topo, mas fizeram momentaneamente o suficiente no potencial de pretendentes e enfraqueceram os antigos dirigentes (TROUILLOT, 1990, p. 157). Por isso, foi criada uma guarda presidencial para garantir a independência militar e a segurança, que com o tempo se transformou em uma força de elite dentro do exército, o corpo dos Leopards, criado em 1970 e voltado exclusivamente para a manutenção de Duvalier no poder, além de desencorajar possíveis golpes de estado.

Duvalier também buscou neutralizar as forças armadas com uma milícia própria. E com o tempo o terror tornou-se permanente no cotidiano da população através a presença de um corpo armado para reprimir a todos. Durante sua campanha presidencial Duvalier já havia criado uma guarda armada privada e paramilitar, os *cagoullards* (homens encapuzados). Ele também foi hábil em incorporar e recrutar os primeiros tontons-makoutes nos segmentos e áreas de populações rurais que antes tinham fornecido guerrilheiros para as rebeliões camponesas dos Piquets no século XIX e dos guerrilheiros Cacos contra a ocupação dos EUA em 1915. Ele provavelmente visara com isso

cooptar setores e grupos excluídos que no passado tiveram capacidade de ação independente para lutar, para agora incorporá-los a um sistema político mais sólido e concentrado. Os milicianos Tontons eram voluntários sem salários, mas que buscaram através da participação nessa organização algumas vantagens pessoais através também da corrupção (HAGGERTY, 1991, p. 338). Enquanto a guarda presidencial zelava pela segurança da capital, os Tontons expandiam sua autoridade pelo interior do país. Em 1961, apenas dois anos depois de serem criados, a milícia dos Tontons tinha efetivos duas vezes maiores que o exército. Nunca foram uma verdadeira milícia, mas também não eram uma simples polícia política. Era mais provavelmente uma milícia de tipo fascista que complementava o aparato de poder.

Os Tontons permitiram expandir a influência de Duvalier e consolidar seu sistema de patronagem. Mesmo após sua extinção como grupo armado, as antigas redes de relações construídas mantiveram-se como ativos instrumentos de controle e intimidação política nos rincões do país. Foi com os Tontons que Duvalier conseguiu atingir e atrair, controlando, o mundo camponês para o seu poder político. Mas esse controle não abriu nenhuma possibilidade de autonomia ou participação democrática às massas camponesas do país, pelo contrário. Era uma expressão concreta o novo regime autoritário em plena consolidação. Em contraste, criara-se a consciência da existência de um sistema político nacional centralizado autoritariamente e de novas aspirações políticas, mas ao lado da destruição de qualquer institucionalização da vida política local (HAGGERTY, 1991, p. 342). Os Tontons mantiveram-se ainda depois do fim da ditadura em 1986 como um dos mais poderosos obstáculos à construção de instrumentos de democracia e organização popular.

Contrariamente ao que se poderia pensar, para além da importância para o controle político em si, a existência dos Tontons tinha um alcance ainda maior como sistema de controle social. O alto número de seus potenciais membros, no segundo nível abaixo, reduzia os custos econômicos e políticos de adesão ao regime e criava uma feroz competição social, neutralizando ou dispersando o potencial das massas de se oporem ao regime coletivamente. Era o velho método de dividir para reinar ou a autoneutralização como tática, que consistia em aumentar os grupos de

acesso às fontes políticas e econômicas do regime para cooptá-los. Dessa forma o número de indivíduos almejando novos privilégios tornava-se bastante para bloquear eficazmente a emergência de uma oposição de massas (TROUILLOT, 1990, p. 154-156). O regime de Duvalier subsidiava um número extraordinário de partidários, mas esse custo caía a cada eliminação de milhares de profissionais, burocratas, oficiais do exército, além dos expedientes da prisão, tortura e emigração forçada, o que sempre permitia reduzir o número de pretendentes à liderança política superior. Em um primeiro momento esse sistema político poderia ser visto como um regime de fragmentação e debilitamento do estado nacional, mas se localmente fragmentava as possibilidades de dinâmicas populares autonomistas, ajudava a concentrar o poder acima das classes e diretamente na cúpula do estado, particularmente em Duvalier.

Em 1962 foi dado um passo a mais na consolidação do regime autoritário com a fundação de uma instituição paralela, uma milícia civil chamada de corpos de Voluntários da Segurança Nacional ou VSN. Nem todos os antigos membros dos Tontons tornaram-se integrantes dos VSNs, muitos se recusaram a vestir os uniformes da nova milícia porque era uma organização recrutada entre membros das camadas populares. O mais importante era que nem todos os membros da nova milícia tinham sido Tontons. De fato, havia uma distinção entre os membros da polícia política Tontons e os milicianos membros da nova milícia civil. Os Tontons expressavam uma participação ativa no regime na repressão. Enquanto os membros da pequena burguesia na polícia política prendiam e torturavam os oponentes do regime, os camponeses que eram membros da milícia VSN marchavam ao som de músicas militares nas ruas da capital intimidando com sua presença a burguesia e a pequena burguesia. Até a década de 1970 a maior parte dos milicianos tinha uniforme, mas eram desarmados. Com uniforme azul escuro, evocava o tradicional costume local do deus vodú Zaka, um deus dos camponeses e da agricultura. Assemelhavam-se a uma milícia fascista.

O poder precisava ser mantido para além da violência cotidiana que se instalava, e para isso era necessário gerar o consentimento. O regime de Duvalier o buscou através de várias estratégias: a ampliação do discurso da negritude no interior de um quadro nacionalista e de identificação do

estado com a nação. Essa foi uma estratégia inicialmente dirigida às classes populares através da expansão do papel do estado como mecanismos de redistribuição de renda e uso da milícia civil como organização de construção do consenso (TROUILLOT, 1990, p. 188). Esses mecanismos caracterizavam de maneira mais precisa o regime bonapartista criado por Duvalier em seus anos iniciais. Ações que em primeiro lugar reforçavam a coação social e política não somente nas cidades, mas também nos campos. Dessa maneira, mesmo se um membro da milícia não usava a força física contra a comunidade, sua presença sugeria a presença do estado armado. A existência de muitos milicianos também sugeria que o governo possuía um grande consenso, o que de fato não existia. A milícia civil era de fato mais um instrumento de organização através do qual o regime buscava apoio prático e verbal no interior da sociedade civil. Tornou-se um sistema eficiente de controle nacional em um país carente de instituições enraizadas em todas as regiões. Não existia, por exemplo, um sistema nacional de educação. Mesmo a prática religiosa do vodu não possuía uma hierarquia nacional. Assim, a milícia civil tornou-se para muitos uma organização com presença nacional que permitia a Duvalier estar presente em todas as regiões. Os milicianos eram recrutados e reconhecidos em todo país independentemente da localização espacial, classe, idade ou gênero. Até mulheres podiam participar, o que a tornava uma organização de cooptação nacional, que favorecia uma ascensão econômica ou social ainda que modesta para setores das classes populares (TROUILLOT, 1990, p. 191).

O controle das instituições nacionais

Duvalier consolidou seu poder, como vimos, submetendo antigas instituições e construindo novas de cunho marcadamente autoritário como as milícias e o sistema de patronagem e foi além. Desde a desarticulação das organizações sindicais e populares independentes e do controle dos aparatos militares, seguiu aplicando um ataque sistemático às instituições nacionais com certa autonomia e que já haviam sido enfraquecidas desde a ocupação dos EUA. Todas as instituições civis incluindo os aparelhos ideológicos

(igrejas, escolas, universidades, mídias, as associações profissionais, os clubes esportivos, de todos os tipos de cores sociais e raciais), foram todos fechados ou reduzidos à impotência.

O regime não satisfeito em silenciar a imprensa independente criou sua própria mídia com programas de rádio que propagavam as virtudes do grande líder. O controle dos meios de comunicação foi central para a manutenção do regime. Na década de 1960 os jornais tinham uma circulação de pouco mais de 5.000 exemplares em um país com cerca de 10% de alfabetização. Eram jornais que influenciavam as classes dominantes e sem quase nenhum alcance popular. Mas em poucos meses de governo, Duvalier inviabilizou os quatro principais jornais do país (*Oiti-mirim*, *Le Matin*, *Le Patriote* e *Indépendance*), que foram calados com ataques a seus escritórios. O último a ser fechado foi o jornal conservador e católico *La Phalange* em 1961. Muitos jornalistas foram presos ou torturados, se impondo o pensamento único na imprensa de 1960 até praticamente o final do regime em 1986. As rádios não tiveram destino melhor. Com isso, no entanto, a *Rádio Havana* de Cuba já sob a revolução socialista e a *Voz da América* dos EUA tornaram-se referências, além do jornal *Haiti-Observateur* de Nova Iorque (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 101-102).

Também a igreja católica foi atacada com sucessivas ações e a expulsão de três bispos, o que criou um vácuo no topo da instituição. A prática política da autoneutralização implicava que o executivo bloqueasse os mecanismos internos de reprodução autônoma das instituições como, por exemplo, o fechamento do grande seminário que provia o treinamento de novos padres católicos. Isso permitiu a Duvalier nomear depois padres haitianos da pequena burguesia para postos ministeriais. A expulsão dos jesuítas em 1964 e da Ordem do Pai de Espírito Santo cinco anos depois eliminou duas ordens religiosas já isoladas nos anos 1959-61. Duvalier chegou a acusar o ultraconservador arcebispo Breton de promover agitação comunista. A igreja católica sempre jogara papel político importante como bastião autônomo das forças conservadoras do país. Declarada religião oficial desde 1860, foi sempre uma arma nas mãos da fração ‘mulata’ da burguesia que queria ocidentalizar o país, sendo instrumento de perseguição à cultura popular e à religião vodu. Após a expulsão os religiosos e dos jesuítas deportados em 1964,

Duvalier e seu gabinete foram excomungados. Mas em 1966 um acordo foi celebrado com o papa de então. A ditadura recebeu dinheiro do Vaticano para “haitianizar” a igreja, com a nomeação de cinco bispos haitianos e o próprio Duvalier se tornaria um “líder espiritual” dos católicos. A igreja católica estava reincorporada ao regime. Desde sempre foram aliados, antes defendendo os interesses da França contra o Haiti, apoiando os EUA durante a ocupação em nome da “missão civilizatória” (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 103) e agora submetidos a Duvalier. As missões protestantes providas dos EUA também foram adaptadas aos interesses do regime, incentivadas elas buscavam criar laços e dependência com a cultura estadunidense.

François Duvalier percebera desde antes de chegar à presidência o lugar central da religião Vodou na vida do povo haitiano e estudara suas práticas. Ele se aproximou e incorporou uma rede de relações com os sacerdotes vodus ou *bougans* no apoio ao seu regime. Ao reconhecer publicamente o vodou e seus praticantes, ganhou amplas simpatias populares. Além disso, era visto popularmente como um líder que controlava supostas forças mágicas e de fato serviu como uma forma peculiar de ganhar legitimidade para seus atos.⁶ O Vodou surgira no passado como religião dos africanos escravizados de múltiplas linhagens providas da África. Em 1847 o presidente Soulouque favorecera o Vodou para conseguir o apoio dos *bougans*. Trata-se de uma religião que conserva traços culturais africanos originários da região do Daomé. É basicamente uma religião de culto aos espíritos ou divindades chamados de *loas*. Cada *loa* tem a sua moradia particular no mar, em um rio, em uma montanha, pode ajudar os seus seguidores fiéis com o vigor das ações ou

⁶ Diversos estudos demonstraram que havia uma operacionalidade própria e lógica dos voduístas, que foi particularmente destacada no livro de Wade Davis *A serpente e o arco-íris*, de 1986: “Essas relações de poder estavam encobertas em uma teia de códigos e significados desconsiderados por economistas e analistas políticos que tentaram, com base na racionalidade ocidental, explicar o caos e horror que estava submersa a administração do Haiti”... (Ver: SCARAMAL, 2006, p. 79). Assim, “a administração pública oficial, para chegar à população, deveria estar apoiada nas redes tradicionais de controle social criadas pelo próprio campesinato”. Estas redes comunitárias descritas foram comumente associadas pela historiografia como seitas secretas do vodou (SCARAMAL, 2006, p. 82; NICHOLLS, 1996, p. 221-223). Duvalier, por outro lado, soube aproveitá-las em benefício do seu regime para criar suas próprias redes de poder.

som dos tambores sagrados. Os *loas* são protetores dos seus servidores e de quem os ajuda. Comunicam-se com seus seguidores por meio de *trances* e com formas humanas. As cerimônias do Vodou são executadas em locais abertos ao público (GRONDIN, 1985, p. 79-80). A clandestinidade a que foi obrigada a religião desde a colônia por conta e numerosas perseguições deu-lhe um caráter secreto e misterioso que favoreceu interpretações excêntricas.⁷ O poder político dado pelo Vodou aos seus sacerdotes acarretou as perseguições dos primeiros chefes haitianos no século XIX e a movimentos de recuperação com fins políticos conservadores, como agora fazia Duvalier.

As universidades e centros de estudos e pesquisas foram profundamente afetadas e o conjunto do sistema de ensino superior foi submetido a partir de 1960 com a criação da Universidade do Estado do Haiti. Em 1963 o regime agiu contra os sindicatos, provavelmente parte das últimas instituições que ainda preservavam um razoável espaço de articulação e debate político independente a serem alcançadas por Duvalier.

Apesar de proibido de se candidatar François Duvalier foi eleito por 1.320.748 votos a zero em 1964. E com todas as instituições praticamente submetidas à centralização do executivo, Duvalier se declarou presidente vitalício. Para solidificar seu poder o governante haitiano produziu uma nova constituição e aboliu o Senado. Com isso, o executivo se tornou praticamente o próprio Estado. O bonapartismo como um tipo de regime transitório e que exigia medidas e ações de caráter nacional e popular, bem como uma ideologia de intermediação correspondente, tornara-se desnecessário com o quase completo aniquilamento da capacidade de ação independente das massas trabalhadoras, o fechamento dos seus sindicatos, partidos e imprensa, além da presença cada vez mais enraizada das milícias do regime. O caminho para a ditadura e o autoritarismo estava pavimentado.

O Haiti quase sempre teve um Estado violento contra a maioria do seu povo. Com Duvalier a legitimidade diária da violência física ou simbólica tornou-se um princípio de governo nas relações entre estado e nação. A concentração de poderes não deveria, portanto, ser vista como algo patológico

⁷ A respeito da construção do imaginário europeu da barbárie e sua relação com o Haiti ver, em particular, Hurbon (1993).

à vida política haitiana, embora tenha sido uma característica da história política do país a dificuldade da participação e organização democrática das massas populares. Seria muito simples atribuir o autoritarismo presidencialista implantado por Duvalier a uma espécie de obsessão política nacional (HAGGERTY, 1991, p. 339).⁸ Porém, os efeitos do regime foram brutais para a sociedade e história do país. Calcula-se entre 20 e 50 mil pessoas assassinadas pelo governo em razão de perseguições políticas. Muitos emigraram para nunca mais voltar, sendo que mais de um quinto da população foi exilada econômica ou politicamente, e segundo algumas estimativas pelo menos de 80% dos profissionais qualificados deixaram o país até meados da década de 1960 (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 97).

Conclusões

Jean François Duvalier não foi apenas mais um político pragmático e de viés autoritário. Foi um estudioso da vida e da história do seu país e nunca agia de forma voluntariosa. Criou um tipo de regime paternalista e autoritário moldado pelas características e história nacional, voltado para a concentração de poder político e econômico de uma burguesia saqueadora e associada ao imperialismo. Muitos segmentos da elite haitiana, incluindo muitos políticos da direita, buscaram posteriormente reduzir o regime Duvalier a um fenômeno acidental, que poderia ser explicado em termos de características individuais do Duvalier pai ou o filho.⁹ Mas o regime, como vimos, foi bem mais complexo. A historiografia em geral privilegia como explicação para a consolidação do regime de Duvalier suas relações estreitas com a política externa dos EUA, o que é correto. Porém, deve-se considerar que o período pós Segunda Guerra abriu um espaço, ainda que

⁸ Posição defendida com ênfase por esta publicação oficial dos EUA para desresponsabilizá-lo como Estado em relação ao profundo envolvimento com os destino do pequeno país caribenho e, em particular, o regime de François Duvalier.

⁹ Jean-Claude Duvalier (o Baby Doc) assumiu o poder em 1971 após a morte do pai e governou o país até 1986 quando foi derrubado por uma insurreição popular que, no entanto, não conseguiu alterar imediatamente o regime então profundamente enraizado.

limitado, para governos nacionalistas na América Latina. Daniel Figiolé e seu movimento popular, nacionalista e de massas construiu alianças pontuais com setores da esquerda haitiana e dos setores sindicais mais coesos e politizados, sendo uma ameaça real nesse período ao poder das classes dominantes. Essa ameaça popular começou a ser destruída a partir de 1957 através do regime bonapartista. Duvalier ganhou a simpatia de muitos desses setores originariamente atraídos por Figiolé com seu discurso oscilante e ambíguo em favor da maioria negra e popular, mas cujo núcleo era conservador e autoritário.

A orientação política construída por François Duvalier se estruturou em estratégias que podem ser divididas em dois campos, que por sua vez caracterizaram o espaço de oscilação do regime bonapartista: a criação e atenção a uma crescente base social de consenso por meio da repressão, cooptação e propaganda nacionalista, e uma aliança estratégica e nem sempre explícita com o imperialismo dos EUA. O tipo de regime ditatorial estruturado como autoritarismo personalista exigiu inicialmente a desmobilização e desarticulação política das massas populares e de diversos setores e instituições organizadas através de várias estratégias como apontamos. O bonapartismo serviu a esse propósito inicialmente ao colocar Duvalier como árbitro nacional conciliador acima das classes e com suposta autonomia em relação aos EUA. Isso lhe deu uma autoridade política para desmobilizar ou imobilizar organizações e grupos adversários ou autônomos. O complemento necessário foi a construção sistemática de um aparato político e de repressão enraizado socialmente para desmobilizar os setores organizados. No princípio, portanto, se caracterizou como um regime bonapartista que buscou se apoiar em um discurso nacionalista e de defesa dos negros como raça. E na medida em que esmagava, com apoio do imperialismo, toda oposição interna, pode assim oscilar para uma ditadura abertamente autoritária e se desvencilhar da sua cobertura ideológica nacionalista e racial. Consolidado seu poder a ditadura se institucionalizou e pode se tornar hereditária em 1971 com a posse de seu filho Jean-Claude.

Referências

- ABOTH, Elizabeth. *Haiti – an insider's history of the rise and fall of the Duvaliers*. New York: Touchstone book, 1988.
- APIIAH, Anthony Kwame. *Na casa de meu pai, a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- BELLEGRARDE-SMITH, Patrick. *Haiti, the breached citadel*. San Francisco; London: Westview Press, 1990.
- BENOIT, Joachim. *Les racines du sous-développement en Haïti*. S/l: Prix Deschamps, 1979.
- CAPELATTO, Maria Helena Rolim, Populismo latino-americano em discussão, in: Ferreira, Jorge, *O populismo e sua história*, Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2001, pp. 125-165.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Curitiba: Letras contemporâneas, 2010.
- D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo – racismo e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.
- GORDON, David M. et al. *Segmented Work, Divided Workers: the historical transformation of the labor in the United States*. Cambridge: Cambridge University press, 1982.
- Grondin, Marcelo. *Haïti: cultura, poder e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- HURBON, Laënnec. *El bárbaro imaginário*. Mexico: FCE, 1993.
- IANNI, Octavio. *A formação do estado populista na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- NICHOLLS, David, *From Dessalines to Duvalier: race, colour, and national independence in Haïti*. New Jersey: Rutgers university press, 1996.
- OLSON, James S. Race, Class and Progress: Black Leadership and Industrial Unionism, 1936-1945. In: CANTOR, M. (Org.). *Black Labour in America*. Westport: Negro Universities Press, 1969, p. 153-164.
- PIERRE-CHARLES, Gérard. *Haïti, a crise ininterrupta, 1930-1975*. Brasília: Ed. UnB, 1990.
- RENDA, M. *Taking Haïti: military-occupation and the culture of US imperialism 1915-1940*. Chapel Hill: The university of North Carolina Press, 2001.

- ROUQUIÉ, Alain. *O estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira. *Haiti – fenomenologia de uma barbárie*. Goiânia: Câne editorial, 2006.
- SCHIMIDT, Hans. *The United States occupation of Haiti, 1915-1934*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1971.
- SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: Edusc, 1998.
- SEGUY, Frack. Humanitarismo e questão racial no Haiti. *Lutas Sociais*, v. 19, n. 34, p. 143-157, jan.-jun. 2015.
- TROTSKY, Leon. *Escritos latinoamericanos*. Buenos Aires: CEIP, 1999.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. *Haiti, state against nation – the origins and legacy of duvalierism*. New York: Monthly review press, 1990.
- WANSETTO, Rosilene (Org.). *Haiti: soberania e dignidade, Missão Internacional de Investigação e solidariedade com o Haiti*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007.

*É preciso escolher: o papel desempenhado pelas revistas 'Marcha' e 'Ercilla' no debate político do Uruguai e do Chile durante a primeira metade da década de 1970**

MATEUS FÁVARO REIS**

Universidade Federal de Ouro Preto

Resumo: Este breve texto tem por objetivo analisar, em perspectiva comparada, o posicionamento político adotado pelas revistas *Marcha* e *Ercilla*, no Uruguai e no Chile, em face dos dilemas colocados pela polarização política que marcou o cenário dos dois países sul-americanos, durante a primeira metade dos anos 1970, com um desfecho comum de destruição dos regimes democráticos, devido à execução dos golpes de Estado, respectivamente em junho e setembro de 1973. Em tempos difíceis, era preciso escolher. Se, por um lado, *Marcha* trilhou o caminho das pedras, ao condenar vigorosamente o golpe no Uruguai, realizado pelo presidente Juan María Bordaberry, com o apoio dos militares; de outro, *Ercilla* preferiu tomar rumos diferentes, ao apoiar o golpe no Chile para dismantelar o governo presidido por Salvador Allende.

Palavras-chave: *Marcha*; *Ercilla*; Uruguai; Chile; Golpe de Estado.

Abstract: The present paper aims at analysing, in a comparative perspective, the political attitude adopted by magazines *Marcha* and *Ercilla*, published in Uruguay and Chile, face to the dilemmas posed by the political polarization that marked the scene of the two South American countries during the first half of the 1970s, with a common outcome of destruction of democratic regimes, due to the implementation of coups respectively in June and September 1973. In tough times, they had to choose. On the one hand, *Marcha* walked the ropes, to vigorously condemn the coup in Uruguay, held by President Juan María Bordaberry, with the support of the military; the other, *Ercilla* preferred to take different paths, supporting the coup in Chile to dismantle the government headed by Salvador Allende.

Keywords: *Marcha*; *Ercilla*; Uruguay; Chile; Coup d'état.

* Recebido em 08 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 16 de setembro de 2015.

** Doutor em História. Vinculado à Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: mateusfav@hotmail.com.

Introdução

As revistas *Marcha*¹ e *Ercilla*² foram fundadas na década de 1930, em Montevideu e Santiago, respectivamente, por jovens intelectuais que aspiravam ocupar um espaço de destaque tanto nos cenários políticos quanto culturais dos dois países sul-americanos, assim como ocorria em outros países latino-americanos (SARLO, 1992; CRESPO, 2010). No caso de *Ercilla*, o cruzamento de intelectuais chilenos e exilados de diferentes países, principalmente de peruanos, foi extremamente fecundo para a elaboração de um vigoroso projeto editorial, em conjunto com a publicação de livros. Paralelamente, *Marcha* também se edificou como um local de entrecruzamento de intelectuais e políticos perseguidos em diversos países latino-americanos.

Os dois semanários participaram ativamente da crítica e da formação da esfera cultural e política do Uruguai e do Chile. Edificaram locais de importantes redes de sociabilidade intelectual, ao promover a legitimação de autores, ideias, temas, práticas políticas e culturais. Tentaram entrelaçar a formação de uma comunidade de leitores com ação política, uma vez que visaram formar uma opinião pública (BAKER, 1987), sobretudo urbana, mas jamais desconectada dos problemas mais significativos dos dois países como um todo.

As revistas devem ser tomadas como atores do seu presente, como veículos de comunicação e agentes que, até certo ponto, buscam transformar as coletividades locais e ou nacionais nas quais se inserem, e não como meios de simples registro dos debates do passado (CRESPO, 2011). É preciso estar atento para a produção social e cultural dos impressos, para os seus projetos político-culturais, para a linha editorial, seus colaboradores, bem como para as sociabilidades que engendram.

¹ Uma introdução mais detalhada sobre *Marcha* envolve a consulta de vários textos já publicados, como, entre outros, ALFARO (1984), ROCCA (1992), COTELO (1999), PEIRANO BASSO (2001), MACHÍN; MORAÑA (2003), ESPECHE (2010), PIÑEYRÚA (2010) e CARMEN DE SIERRA (2015).

² Para se aproximar da trajetória de *Ercilla*, consultar MOBAREC HASBÚN; SPINIAK BERCOVICH (2001), SÁNCHEZ (2004) e SUBERCASEAUX (2008; 2010).

A editora *Ercilla* foi fundada em abril de 1932, com uma atuação fundamentalmente relacionada à edição, em pequena escala, de livros. Para promover a sua expansão, a editora chilena, dirigida inicialmente pelo argentino Laureano Rodrigo, decidiu publicar um boletim literário mensal para promover o mundo das letras e, em particular, as obras que saíam com o selo de *Ercilla*, a partir de abril de 1933. Com o passar do tempo, o boletim literário enriqueceu-se com matérias informativas e crônicas, ampliando seu leque temático. Em 1936, passou a ser publicado como um semanário.

Ercilla contou com a incorporação de integrantes da Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA),³ como Luis Alberto Sánchez, Manuel Seoane e Ciro Alegría, para nomear os mais importantes, que desempenharam atividades de destaque no mercado editorial e jornalístico do Chile. Sánchez incorporou-se à editora como vice-diretor, em dezembro de 1934, foi um de seus principais tradutores e promoveu a publicação de diversas obras dos exilados do APRA. Já Seoane, que viveu muito tempo na Argentina, antes de se mudar para o Chile, passou a ser o diretor do semanário, em abril de 1937, enriquecendo-o com um olhar assíduo sobre a realidade política e cultural latino-americana, até 1945, quando foi substituído pelo jornalista chileno Julio Lanzarotti.

Vários escritores, jornalistas e críticos participaram da edificação de *Ercilla*, entre sua fundação e o início da década de 1970, como, entre muitos outros, Pablo Neruda, Benjamín Subercaseaux, Joaquín Edwards Bello, Lenka Franulic, Luis Hernández Parker, José Donoso, Ariel Dorfman e Mario Planet.

A fundação de *Marcha*, paralelamente, também se delineou ao longo dos anos 30, orquestrada, acima de tudo, por três jovens intelectuais uruguaios: Carlos Quijano, Julio Castro e Arturo Ardao. Participantes ativos

³ A fundação do APRA foi liderada pelo peruano Víctor Raúl Haya de la Torre, quando se encontrava exilado no México, em 1924. A linha norteadora desse importante movimento político-intelectual do Peru foi o indo-americanismo e seus principais objetivos foram a luta contra o imperialismo dos EUA, a unidade política da América Latina ou Indo-América, a nacionalização de terras e de indústrias, a internacionalização do Canal do Panamá e a “solidariedade com todos os povos e grupos oprimidos do mundo”. Em 1931, o APRA transformou-se no Partido Aprista Peruano (HAYA DE LA TORRE, 1936, p. 33-41).

da vida política e intelectual do Uruguai, Quijano, Castro e Ardao haviam fundado um grupo político, denominado *Agrupación Nacionalista Demócrata Social* (ANDS), em 1928, com o objetivo de renovar os quadros políticos do país. No interior da ANDS, publicaram o diário *El Nacional*, que atuou como a principal plataforma de suas ideias políticas e sociais, entre agosto de 1930 e novembro de 1931. Contudo, devido fundamentalmente à escassez de recursos financeiros e à derrota no pleito eleitoral neste último mês, *El Nacional* deixou de ser publicado (CAETANO; RILLA, 1986, p. 219).

A despeito disso, canalizaram seus esforços para a criação de um semanário intitulado *Acción*, em março de 1932, inicialmente projetado como uma publicação de debate político. Após passarem por vários contratemplos, seus redatores fundaram a editora *Acción*, na forma de sociedade anônima, nos finais de 1938, cujo objetivo era angariar recursos financeiros para publicar livros de autores nacionais que possuíam ideias convergentes às divulgadas em suas páginas, bem como preparar a renovação e ampliação do semanário até então publicado.

Ainda que a edição de livros pela editora recém-fundada fosse bastante limitada até começos dos anos 60, a publicação do semanário *Marcha*, em formato tabloide, a partir de junho de 1939, compensou o investimento realizado no ano anterior e tornou-se um dos principais veículos de comunicação do Uruguai até meados dos anos 70.

Vários dos mais expressivos intelectuais uruguaios passaram pela redação de *Marcha* e foram publicados por sua editora, como, entre muitos outros, Juan Carlos Onetti, Mario Benedetti, Emir Rodríguez Monegal, Ángel Rama, Carlos Real de Azúa, Carlos Martínez Moreno, Joaquín Torres García e Eduardo Galeano, além das contribuições internacionais.

Para resumir em linhas bem gerais as trajetórias dos dois periódicos até o início da década de 1970, pode-se mencionar que *Ercilla* dialogou com a formação da Frente Popular no Chile, que levou Pedro Aguirre Cerda à presidência no final dos anos 1930, ao passo que os redatores de *Acción* e *Marcha* buscaram, sem êxito, promover uma aliança entre alguns grupos de esquerda do Uruguai.

Durante as décadas de 40 e 50, ocorreu a consolidação das atividades de *Marcha* e *Ercilla* nos planos cultural e político dos dois países

sul-americanos, apesar de enfrentarem algumas dificuldades financeiras. Convergentemente, foram responsáveis por promover debates bastante polifônicos a respeito dos cenários políticos e culturais do Uruguai e do Chile, em perspectivas conectadas aos demais países latino-americanos, particularmente durante os anos 60.

De uma maneira mais geral, e sem espaço para tratar com mais detalhes, suas trajetórias se articularam aos debates em torno da Revolução Cubana (1959) e de seus desdobramentos; ao auge do modelo de engajamento intelectual; às condições do chamado Terceiro Mundo, vistas tanto em termos das possibilidades de modernização quanto em relação às ideias de subdesenvolvimento e dependência; aos movimentos de contracultura; à Guerra Fria; ao realismo fantástico e *boom* da literatura latino-americana; a Maio de 68 e seus desdobramentos; assim como às ditaduras militares, particularmente no Cone Sul; e, por fim, ao exílio. Algumas das questões mais importantes dos anos 60 e 70 relacionaram-se às tentativas de entender o papel dos intelectuais na construção da vida política, particularmente a respeito de como aproximá-los das aspirações populares, como sublinharam Beatriz Sarlo (1985), Oscar Terán (1991), Silvia Sigal (1991), Claudia Gilman (2003), Idalia Morejón Arnaiz (2004), Sílvia Miskulin (2009) e Adriane Vidal Costa (2013).

Vale ressaltar que *Marcha* e *Ercilla* traçaram trajetórias notadamente comprometidas com as transformações políticas e culturais de seus países. Durante os anos 60, *Marcha* foi palco de um interessante debate acerca dos papéis preconizados para os intelectuais na vida pública, canalizou os diálogos entre caminhos reformistas ou revolucionários para a construção do socialismo no Uruguai e na América Latina como um todo, bem como apoiou a união das esquerdas democráticas e revolucionárias durante a formação da primeira Frente Ampla, nos princípios da década de 70. Paralelamente, *Ercilla* cedeu espaço para escritores engajados, como Neruda,⁴ e se aproximou da Democracia Cristã.

Contudo, a ascensão do militarismo na América Latina, principalmente durante os anos 1960, por um lado, e o governo de Salvador

⁴ Neruda assinou a coluna *Reflexiones desde Isla Negra*, entre 1968 e 1970.

Allende no Chile, entre 1970 e 1973, por outro, promoveu consideráveis transformações nos debates tramados pelas duas revistas.

A riqueza de interpretações que marcou a história do semanário chileno, desde a sua fundação, sofreu profundas reorientações a partir de 1972, e pode-se afirmar que, em estreita relação com a Democracia Cristã, foi uma das peças-chave de justificação do golpe de 1973, pela Junta Militar, capitaneada por Augusto Pinochet. Já o caso de *Marcha* foi bem distinto, ao lutar contra a “militarização” gradativa do Uruguai, criticar as ações de censura realizadas no país platino pelos governos civis e denunciar a iminência de um golpe, com o apoio do Brasil. Em comum, um dos principais dilemas por que passaram os intelectuais de *Marcha* e *Ercilla* consistiu em apoiar revoluções ou continuar a defender os reformismos democráticos.

Em tempos difíceis, era preciso escolher. Diante das alternativas, *Marcha* se enveredou por caminhos deliberadamente engajados contra a militarização da América Latina, ao passo que *Ercilla* apostou, em 1973, na suposta neutralidade da ação das Forças Armadas. Assim, os responsáveis pelo empreendimento uruguaio foram perseguidos e tiveram que, em muitos casos, partir para o exílio. Já os últimos redatores de *Ercilla* enfrentaram alguns problemas inicialmente, como a maior parte dos órgãos da imprensa chilena, mas até começos de 1975 não sofreram perseguições ou ações mais concretas por parte dos militares, até mesmo porque justificaram o golpe e seguiram a política da Democracia Cristã.

A decisão pela comparação repousa sobre a necessidade de se trilhar caminhos pouco transitados pela historiografia dos impressos no Chile e no Uruguai, ao enfatizar que os estudos comparativos, conectados e transnacionais entre os países latino-americanos são extremamente férteis e merecem receber maiores investimentos. Como salientou Maria Ligia Coelho Prado (2005), entre comparação e conexão – e entrecruzamento –, há mais complementação que exclusão, bem como é possível evitar os riscos do etnocentrismo e das visões dicotômicas. Nesse sentido, os estudos realizados por meio de um olhar “transnacional” não necessariamente devem descartar as possibilidades da comparação. Precisam, por outro lado, observar o trânsito entre diferentes lugares. Além disso, a comparação propicia acompanhar e explicar, sempre que possível, o espectro de

respostas arquitetadas por significativos intelectuais latino-americanos aos problemas enfrentados paralelamente por seus países.

Assim, o presente texto busca analisar as trajetórias de *Marcha* e *Ercilla*, de forma comparada durante a primeira metade da década de 1970, mas cauteloso em perceber algumas conexões e cruzamentos possíveis, muito frequentes no âmbito da produção de impressos e da circulação internacional das ideias (SORÁ, 2003).

Revistas e engajamento político

Há certo consenso bibliográfico a respeito da aproximação entre o debate político e cultural durante os anos 60, canalizada em grande medida pela Revolução Cubana, de um lado; e a ascensão de governos militares em diversos países latino-americanos, de outro. Os ventos de luta, que exigiam a tomada de posições em face do desenrolar histórico, voltavam a soprar com força. E desta vez a América Latina assumia cada vez mais um lugar de destaque para os olhares lançados de várias partes do Globo.

No compasso da agitação do período, ocorreu a fundação ou renovação de revistas em diversos países, o debate sobre o papel dos intelectuais na vida pública ultrapassou os limites de suas redes de sociabilidade e tanto *Marcha* quanto *Ercilla* desempenharam um importante papel para estruturar estas discussões no Uruguai e no Chile, mas que certamente ultrapassaram, em muito, suas fronteiras nacionais. Principalmente porque as trajetórias dos dois países se transformaram em uma espécie de espelho para os grupos de esquerda, que oscilaram entre apoiar transformações por meio de reformas ou de revoluções.

A revista *Ercilla* passou por significativas mudanças em 1968, quando Emilio Filippi assumiu a sua direção. A partir daquele momento, começou a apresentar uma página inicial com a sinopse de algumas matérias, ao lado do índice, com a seguinte divisão geral, consolidada nos anos 70: *Política, Actualidade Nacional, América Latina, El Mundo, Reportaje a la Semana, Educación, Economía, Religión, Libros y Autores, Arte, Música, Espectáculos, Folklore, Cine e Deportes*, além das páginas iniciais com cartas dos leitores e várias outras

seções de entretenimento e miscelânea. Cabe ressaltar que a coluna de título “América Latina” habitualmente contava com cinco páginas.

Marcha, por sua vez, aprofundava seu discurso latino-americanista, anti-imperialista e terceirista (CARMEN DE SIERRA, 2015), bem como se transformava em importante tribuna de debate a respeito do papel dos intelectuais na vida política e sobre as alternativas reformistas em contraposição às revolucionárias para as esquerdas no Uruguai e demais países da América Latina (GILMAN, 2003).

Entre outros temas e posicionamentos em comum, os dois periódicos denunciavam a prática de torturas no Brasil e outros países latino-americanos, assim como coincidiam em afirmar que o Uruguai já se encontrava à beira de um regime ditatorial, devido à adoção das *Medidas Prontas de Seguridad*.⁵ Entretanto, a vitória eleitoral de Salvador Allende e os três anos do governo da Unidade Popular encerraram rapidamente as aproximações entre *Marcha* e *Ercilla*.

O Chile ganhou as páginas do semanário uruguaio, bem como de sua revista mensal, intitulada *Cuadernos de Marcha*, com capas, matérias e entrevistas, inclusive sobre a cultura do país transandino, que buscavam mostrar que era possível a realização de uma unidade de esquerdas para se chegar ao poder por vias eleitorais. O cinema, a música e a literatura chilena passaram a ganhar cada vez mais destaque no empreendimento editorial uruguaio.

Em relação ao Uruguai, *Marcha* atuou como um dos principais canais de formação da Frente Ampla, particularmente por abrir suas páginas aos diferentes setores e personagens que estiveram por trás daquela empreitada. Concedeu, igualmente, espaço para os representantes de movimentos de esquerda que desconfiavam das benesses de uma aliança vista como fundamentalmente eleitoral.

As ações favoráveis com respeito à Frente Ampla não pararam por aí, pois *Cuadernos de Marcha* publicou seu 46º número sobre o vasto movimento

⁵ Segundo as leis uruguaias, tais medidas tinham como objetivo a ação rápida do poder Executivo em face de um contexto desfavorável, como ataques externos, mas deviam resguardar alguns direitos dos cidadãos, como o de ser preso somente em caso de ser pego em flagrante, o que não foi completamente respeitado.

que agrupou inúmeros setores da esquerda uruguaia, no final de abril de 1971. De forma convergente, a editora pertencente à revista, intitulada *Biblioteca de Marcha*, publicou dois livros que fortaleciam a visão de alguns dos intelectuais do empreendimento: *La Comuna de París de 1871 en la prensa montevidéana de la época*, de Diógenes de Giorgi; e *Irigoyen*, de Manuel Claps. Às vésperas das eleições, *Cuadernos de Marcha* publicou outro número (53º) sobre a Frente Ampla, com o sugestivo título de *Frente Amplio: respuesta al despotismo*. Por fim, no início do mês anterior às eleições nacionais, realizadas em novembro de 1971, *Marcha* traçou paralelos entre a vitória de Allende e a ascensão da Frente Ampla, ao apoiar por meio de capas, editoriais, pesquisas de opinião, charges e caricaturas a candidatura de Liber Seregni.

Pode-se afirmar que, portanto, a década de 1970 se iniciava com mensagens de que a esquerda uruguaia finalmente ingressava em um momento mais de diálogos do que disputas, a exemplo da forma como o cenário chileno era interpretado nas páginas de *Marcha*, que buscava canalizar a luta para derrotar tanto o Partido Colorado quanto o Partido Nacional.

Além disso, os principais editoriais do semanário não apoiaram ações violentas, ainda que houvesse espaço para a publicação de textos de líderes vinculados aos grupos guerrilheiros do Uruguai. Era recorrente interpretar a história recente do país, por meio de seu chamado editorialismo programático (BEIGEL, 2003, p. 108), enfatizando que era necessária uma revolução no Uruguai, mas não por meios violentos, ao traçar paralelos entre a Unidade Popular e a Frente Ampla, mesmo após a derrota eleitoral da agrupação uruguaia em 1971.

Por exemplo, *Marcha* terminou 1969 com uma esperança, ao proclamar que em 1970 se iniciava a “década da América Latina”. A capa do último número dos anos 60 observou que o Uruguai “liberal” e “democrático” havia mostrado suas fissuras, e não deixava dúvidas sobre os principais caminhos a seguir: os que preconizavam as lutas para a transformação de todo o continente. A capa apresentava uma fotografia de Ernesto Guevara que abria as páginas de muitos discursos favoráveis à releitura das lutas pela independência da América Latina nas primeiras décadas do século XIX, por um lado, e a demanda de diálogo, negociação e luta eleitoral por parte das esquerdas, de outro. De um lado, Che Guevara e Artigas, acima de tudo. De

outro, Salvador Allende, já em vistas de começar a campanha eleitoral de 1970, os debates sobre as Frentes Populares dos anos 1930 e a conclamação de uma ampla aliança entre as esquerdas democráticas do Uruguai.

Figura 1 - Capa de *Marcha* (30/12/1969)



Ercilla argumentou que desempenhava outro papel durante as eleições de 1970 no Chile, buscando não se posicionar deliberadamente a favor de algum candidato ou partido. Entre março e abril daquele ano, publicou os programas dos partidos e entrevistou os candidatos a *La Moneda*: Jorge Alessandri (Partido Nacional), Radomiro Tomic (Democracia Cristã) e Salvador Allende (Unidade Popular), nesta ordem.

No entanto, apesar de criticar ligeiramente o governo em alguns momentos, os comentários positivos de Luis Hernández Parker acerca de Frei, na semana seguinte à publicação das páginas sobre Allende e a Unidade Popular (UP), mostravam ao leitor uma evidente tendência pela Democracia Cristã (DC). Hernández Parker (1970, p. 8) afirmou que o resultado eleitoral de 1970 colocaria muitos desafios ao vencedor, pois Frei “tinha promovido rigorosamente a reforma agrária, a reforma tributária, a promoção popular e a lei de *Juntas de Vecinos*.⁶

⁶ Esta lei inscreveu-se no plano habitacional do governo de Frei, que buscou conjugar a construção de novas moradias e a remodelação de muitas áreas urbanas, com a organização

Além disso, uma de suas principais redatoras, Érica Vexler, não ocultava seu apoio a Tomic, ao lado de outros integrantes da revista chilena, como o seu diretor, Emilio Filippi. Por exemplo, o penúltimo número de *Ercilla*, anterior às eleições, publicou uma entrevista exclusiva de Frei a Filippi, em que o posicionamento favorável ao candidato da Democracia Cristã foi evidenciado. Se, de um lado, arquitetou-se a imagem de um presidente preocupado em não interferir na campanha, de outro, *Ercilla* explicitou que Frei havia dito que, caso não fosse o presidente, estaria trabalhando pela DC e por seu candidato. Filippi salientou que Frei era amigo de Gabriela Mistral, e o alcunhou de “el Presidente campesino”, “de los pobladores”, “de las mujeres” e “de la educación”. Além disso, afirmou que Frei era visto internacionalmente como “o motor da integração latino-americana” (FILIPPI, 1970, p. 8-14).

Para não ser injusto com os redatores de *Ercilla*, houve também espaço para salientar alguns limites do governo democrata-cristão, como as dificuldades em conter a inflação e, em alguns momentos, sobre os problemas dos planos de habitação e da reforma agrária. Ainda assim, as considerações positivas prevaleceram, em muito, sobre as limitações.

Os números seguintes à vitória de Allende enfatizaram a tensão no país à espera da ratificação do resultado, sem criticá-lo de antemão. Um dos efeitos mais interessantes da ascensão da Unidade Popular, em *Ercilla*, foi o fortalecimento de suas páginas como um importante espaço de debate de opiniões, nem sempre coincidentes. Em uma via de mão dupla, reportou, nutriu-se e canalizou as polarizações que se acentuaram no cenário chileno, antes mesmo das eleições de 1970. Contudo, a vitória da UP contribuiu fortemente para algumas transformações internas. Emilio Filippi passou a aparecer cada vez mais nas páginas políticas, ao passo que Érica Vexler deixou o semanário e o Chile. Hernández Parker tentou manter a defesa da objetividade, enquanto foram abertas algumas páginas de debate entre representantes das três principais forças políticas do Chile: a Unidade Popular,

e promoção social. Mario Garcés (2002, p. 324) sublinhou que as *juntas de vecinos* eram vistas como “associações que agrupavam os vizinhos de um bairro ou povoado [población] com o objetivo de promover o desenvolvimento material e cultural desses vizinhos”.

a Democracia Cristã e o Partido Nacional. As páginas sobre a América Latina mantiveram amplo espaço, e o Uruguai foi constantemente abordado – mas não o semanário *Marcha* –, ressaltando os problemas por que passava o país platino. Finalmente, o espaço para a publicação de artigos classificados como de “opinião” aumentou, principalmente a partir de meados de 1971. Assim, o debate sobre a política tornou-se candente, com discussões internas e externas bem interessantes, com intensa participação dos leitores.

Segundo Julio Pinto (2005, p. 9-13), os anos 60, mas, acima de tudo, os três anos do governo de Allende reforçaram as expectativas, positivas e negativas, da população chilena a propósito da revolução. Entre os grupos integrantes da Unidade Popular, apesar das diferenças já bem debatidas sobre as estratégias, ritmos e atores, havia um núcleo compartilhado de que havia chegado o momento para colocá-la em prática, bem como sobre o tipo de sociedade a ser construída: “socialista, anti-imperialista [...], humanista e igualitária”. Além disso, assinalou que “aqueles que ficaram no meio do caminho, como o Partido Radical ou a Democracia Cristã, terminaram fraturados precisamente em torno desta opção, dividindo-se entre partidários e detratores da revolução”. O caso de *Ercilla* não foi diferente, apesar de insistir sobre sua presumida neutralidade e objetividade. Se houve espaço para o debate interno até finais de 1971, a revista caminhou, a partir de 1972, sem muitas hesitações para as fileiras oponentes à Unidade Popular.

A ênfase sobre o drama chileno crescia rapidamente, o que se agravou com a visita de Fidel Castro ao Chile. *Ercilla* concedeu ampla cobertura à visita do líder cubano, e citou a pergunta estampada no diário brasileiro *O Estado de São Paulo*, traduzida ao espanhol “¿a qué vino Fidel Castro a Chile?”. Contudo, o semanário chileno, por meio de Hernán Millas (1971, p. 8) sustentou que não dava a mesma resposta que o diário brasileiro – que havia alertado os chilenos sobre os riscos de se transformarem em um país sem liberdade –, ao realçar que a resposta d’*O Estado de São Paulo* estava marcada por claras intenções contrárias a Cuba (MILLAS, 1971, p. 3).

Artigos sobre a visita foram publicados até o final do ano, mas se enfatizou que Castro via possibilidades diferentes para o Chile, talvez para o Peru e o Uruguai também – desde que a Frente Ampla vencesse as eleições. Salientou-se também que Castro não menosprezava as disputas

internas na Igreja Católica, que possuía importantes grupos favoráveis às transformações sociais.

Segundo Alberto Aggio (2003), a “insólita visita” de Castro foi marcada por profundas esperanças entre os setores da esquerda latino-americana, mas também por vários desencontros, que levaram, inclusive, a situações de críticas recíprocas entre o líder cubano e o presidente do Chile. Mesmo que seja exagerado afirmar que a longa permanência de Fidel, durante 24 dias, em território chileno tenha levado ao golpe de 1973, é difícil negar que canalizou muitas críticas por parte da oposição ao governo da Unidade Popular. Contribuiu, dessa maneira, para a rápida radicalização dos debates, o que se tornou muito evidente nas páginas de *Ercilla*, logo após a partida de Castro em direção a Cuba, nos primeiros dias de dezembro de 1971.

A posição geral de *Ercilla* em face do desenrolar do governo da Unidade Popular, apesar de reivindicar constantemente seu posicionamento de independência e conceder espaço para algumas vozes dos principais grupos políticos do Chile, esteve em sintonia com a de alguns setores do Partido Democrata Cristão, hostis à expansão das ideias e práticas revolucionárias.

Os ânimos se acirraram naquele final de 1971, e Hernández Parker publicou um texto divisor de águas, intitulado *El teléfono ya no contesta*, cujo eixo do argumento consistiu em assinalar que as comunicações entre a UP e o PDC estavam cortadas, bem diferente do cenário de começos de 1971. A repercussão entre os leitores foi grande, uma vez que canalizava parte das principais inquietações por que passavam os chilenos naquele momento (HERNÁNDEZ PARKER, 1971, p. 4).

Paralelamente, em *Marcha* se acentuavam as críticas ao novo governo, presidido pelo colorado Juan María Bordaberry, que sucedeu a Jorge Pacheco Areco. Muitas charges e caricaturas foram publicadas, principalmente durante 1972 e 1973, afirmando que o Uruguai caminhava em direção ao militarismo, ao retrocesso e a um cenário de escassez de bens básicos de consumo.

A ideia de que “os fornos não estavam para bolos” se fortalecia no Uruguai e foram publicados vários trechos de obras de literatura e de discursos de líderes da luta contra o Império Espanhol e as ações

anexionistas de Portugal e do Brasil, ao longo do século XIX, como, por exemplo, José Artigas e José Martí, no cenário mais amplo. Muitos números e títulos de *Cuadernos de Marcha* e *Biblioteca de Marcha* também seguiram uma orientação articulada às publicações do semanário.

Nas páginas classificadas como culturais do semanário uruguaio, o escritor Mario Benedetti (1972) citava o músico Daniel Viglietti⁷ para reforçar a batalha travada no Uruguai a favor do “canto livre”, quando a censura mostrava a sua cara e o clima se tornava cada vez mais ameaçador. Em face de um país “angustiado e entristecido”, Benedetti inspirou-se no músico montevideano para pedir resistência e luta contra as ações governamentais, como a invasão da *Universidad de la República*, de livrarias, perseguição de artistas e intelectuais, além do fechamento temporário de órgãos da imprensa. Para Benedetti, o caso uruguaio era excepcional, pois era o único país latino-americano em que a “cultura” havia sido até aquele momento alvo de um ataque violento em todas as suas frentes, devido ao fato de que, em sua ótica, os governantes “[sabiam] que quanto mais se alfabetiza, quanto mais se instrui, quanto mais se informa um povo, mais evidente é que ele se converta em seu inimigo implacável”.

O escritor uruguaio perguntou-se sobre os motivos das investidas e chegou à conclusão de que talvez elas representassem “um elogio para nossa cultura”, ao argumentar que praticamente todos os intelectuais e artistas uruguaios importantes se posicionavam contrariamente ao governo colorado. Assim, assinalou que até se podia concordar com a frase em que Sartre propôs que a cultura era a revolução, mas com validade somente até o seu triunfo, quando deveria ocorrer a sua inversão e “a verdadeira revolução seja a cultura” (BENEDETTI, 1972), para o desenvolvimento completo dos seres humanos. A defesa de Benedetti relacionava-se à ideia de que o entrecruzamento entre política e cultura era visto como irreversível.

Em *Ervilla*, o ano de 1972 também foi de evidente engajamento político, mas de tomada de posição contrária ao governo de Allende. Em primeiro

⁷ “El canto es un pájaro inquieto, libre, a veces violento. Puede aprisionarse o herirse, pero nadie puede detener el canto de todos ellos. Es que no se trata de canciones de protesta, vean ustedes; se trata de pájaros que vuelan cerca, miran, comentan y anuncian la liberación”.

lugar, o debate, ainda que não direto, entre colunistas de diferentes correntes políticas se encerrou, bem como a participação do crítico Juan Ehrmann, que havia abordado constantemente o cinema de combate argentino, conhecido como *Cine Liberación* e o chamado *Cinema Novo* brasileiro.

No entanto, mais significativo do que a saída de Neruda – ocorrida no início de 1971, relacionada à nomeação como embaixador do Chile na França – e de Ehrmann, foi a supressão das páginas intituladas *América Latina*. As notícias dos países latino-americanos passaram a ser veiculadas em conjunto com as outras partes do Globo. Por quê? Difundia-se a ideia de que o termo transportava mensagens revolucionárias? Ou simplesmente foi uma redistribuição sem fundamentos políticos?

Pode-se sustentar que a eliminação dessas páginas, como um conjunto, esteve vinculada à associação da ideia de América Latina às lutas revolucionárias e resistências às ditaduras, ou às reivindicações de transformação profunda, conforme, por exemplo, as mensagens propaladas em *Marcha* – como a capa de 30 de dezembro de 1969, em que aparecia uma fotografia de Ernesto Guevara com a manchete: *1970: La década de América Latina* – além da enorme repercussão de “As veias abertas da América Latina”, publicada inicialmente em Buenos Aires, em 1971, pelo redator de *Marcha*, Eduardo Galeano.

Cabe lembrar, que Eduardo Galeano foi detido no Uruguai, em abril de 1973, ao viajar para Montevidéu a partir de Buenos Aires, onde começava a dirigir a revista *Crisis* e a preparar, em conjunto com alguns cineastas, filmagens de trechos de “As veias abertas da América Latina”. *Marcha* (1973, p. 5) publicou um manifesto dos intelectuais contra a prisão de seu ex-redator, demandando explicações de seu paradeiro.⁸

Além disso, se pensarmos com Patricia Funes (2007, p. 428), ao analisar os documentos dos Serviços de Inteligência argentinos, pode-se dizer que a simples menção do nome América Latina “em centros de estudo, produções acadêmicas ou políticas, ensaios editoriais, inclusive, e

⁸ Praticamente toda a equipe do semanário assinou o manifesto, ao lado de, entre tantos outros, Onetti, Hugo Achugar, Idea Vilariño, Ida Vitale e Roberto Ares Pons, no Uruguai; Sábato, Arturo Jauretche, David Viñas, Marta Lynch, Noé Jitrik e Rogelio García Lupo, na Argentina.

na narrativa ficcional foram objeto de análise, registro e recomendação de proibição por parte dos serviços de inteligência”.

Assim, os caminhos trilhados pelas duas revistas passaram a ser bem distintos nos primeiros anos da década de 1970, devido ao abandono de *Ercilla* de uma espécie de engajamento político vinculado ao latino-americanismo, ao passo que *Marcha* buscava aprofundar seus laços com grupos políticos e redes intelectuais de esquerda que ressaltavam a necessidade da construção de uma frente de batalha transnacional contra a ascensão de grupos e governos de direita, apoiados ou capitaneados por militares.

Dilemas e contratempos em tempos de profundas transformações

Em face da grave situação interna uruguaia, a vitória peronista na Argentina, em 1973, depois de 17 anos de proscrição de Juan Domingo Perón, foi vista com esperança por *Marcha*, apesar de todas as críticas publicadas durante o governo peronista de 1946 a 1955.

As esperanças, todavia, não eram ingênuas, pois os redatores de *Marcha* sabiam que a aliança peronista era bastante plural, mas, diante dos problemas enfrentados pelo Chile, a Argentina podia emergir como um novo exemplo para a América Latina.

Aquele foi o momento ideal para publicar o 70º número de *Cuadernos de Marcha*, intitulado *El peronismo (1943-1955)*, em comemoração aos seis anos da revista mensal, publicada a partir de 1967. O número 71 foi dedicado ao período de proscrição peronista (1955-1973). Os principais autores dos dois números foram Ismael Viñas, Gregorio Selser, Milcíades Peña e Juan José Hernández Arregui.

As páginas dos números seguintes de *Marcha* foram recheadas com reportagens sobre aspectos políticos e culturais argentinos, sobre o *Cine Liberación*, além de uma revisão sobre a obra de Julio Cortázar. Além disso, alguns intelectuais, como Augusto Roa Bastos – que vivia em Buenos Aires –, deram as boas-vindas ao retorno da venda de *Marcha* legalmente na Argentina, que havia sido proscria várias vezes durante os anos 60 e inícios dos 70.

As expectativas do número publicado no dia anterior ao golpe no Uruguai – 21 de junho de 1973 –, em relação à construção de uma “nova Argentina” e de uma “nova América” transformaram-se rapidamente em desilusão, a propósito do cenário uruguaio. Logo após o golpe, *Marcha* publicou uma capa com a manchete irônica *No es dictadura*, e foi impedida de circular até o final de julho.

Quando voltou às bancas, reforçou suas denúncias de que o Uruguai se convertia outra vez na Cisplatina, em alusão aos rumos conectados do país com o Brasil, ao mesmo tempo em que o número 72 dos *Cuadernos de Marcha* enfocava os inícios da luta contra a ditadura de Batista em Cuba, que coincidentemente completavam 20 anos, em 1973. O título foi *A 20 años del Moncada*.

Também houve censura entre o final de agosto e começos de outubro. A primeira capa após quase 45 dias sem circular, foi sobre o golpe no Chile, em que condenou o papel desempenhado pelas forças armadas e criticou a nota de “pesar” do Partido Democrata Cristão a respeito do desfecho dos acontecimentos. Uma vez mais, Neruda voltou às páginas de vários números do semanário, sob a pena de críticos uruguaiois e de amigos escritores, como Cortázar. Como era de esperar, os *Cuadernos de Marcha* dedicaram dois números consecutivos a Allende e ao país transandino.

Marcha passava por inúmeros problemas e precisava fazer campanha para angariar fundos, além de realizar festivais de teatro, com leituras de poemas de Neruda, encenação de diversas peças e musicais, que contava com a participação de importantes músicos uruguaiois e argentinos, contrários aos golpes no Uruguai e no Chile.

Novas ações de censura foram tomadas contra *Marcha*, ao longo de 1973 e 1974. Foi fechada, em 31 de maio, após defender a união entre os povos do Uruguai, do Chile, da Argentina, do Brasil e demais países latino-americanos, ao reafirmar a ideia de que era necessário construir uma aliança contra os militares e governos ditatoriais. Somente voltou às bancas por três semanas, entre 08 e 22 de novembro, já bastante desconfigurada, quando foi definitivamente empastelada.

No Pacífico Sul, *Ercilla* não passou por contratempos similares aos de *Marcha*, mas participou ativamente do processo de crescimento da tensão

no Chile. É bom ter presente as mudanças no semanário com a entrada de 1972, em que o espaço para a discussão de opiniões divergentes diminuiu rapidamente, ao mesmo tempo em que o alinhamento com alguns setores da Democracia Cristã ficou muito evidente. A ênfase consistiu, a partir de então, em abordar as dissensões internas da Unidade Popular e a presumida incapacidade de manter o trem nos trilhos.

A ironia e a sátira passaram a ocupar um espaço até então pouco comum nas páginas do semanário chileno, com críticas constantes aos discursos de Allende, e houve a publicação, inclusive de *charges* políticas, ausentes de suas páginas até aquele período. Na maior parte das vezes, as imagens dialogavam com os textos de Hernán Millas, na coluna *semi-serio*, que supunham, em conjunto, a inexistência ou impossibilidade de haver diálogo no Chile, além de promover o acirramento das rivalidades.

As mensagens transmitidas em conjunto reforçavam os títulos e os conteúdos das matérias sobre a política chilena, recheados de palavras que remetiam à violência, às contradições e ao “sectarismo”. Evidentemente que havia disputas internas na Unidade Popular, a governabilidade entrou em uma fase crítica, especialmente a partir de meados de 1972, e houve deterioração das condições de vida das camadas médias, como salientou Tomás Moulian (2006, p. 244-259). Entretanto, *Ercilla* não ressaltou que a “violência material” foi estimulada, em grande medida, pela “ultradireita” e pelos militares, segundo o sociólogo chileno, com o assassinato do general Schneider e a atuação do movimento *Patria y Libertad*. Além disso, os redatores do semanário não sublinharam que parte dos problemas enfrentados pela população, no que tocava à falta de bens de consumo básicos, estava relacionada às greves dos produtores e distribuidores desses itens.

A hipótese de Moulian (2006, p. 259), de que houve desencontros fundamentais entre o projeto da Unidade Popular e os interesses das camadas médias, pode ajudar a pensar o papel de *Ercilla* para a difusão da ideia de “ameaça de uma possível destruição do Estado de compromisso”. Além disso, é possível sustentar que o semanário contribuiu para a construção de um discurso de perda da legitimidade do governo de Allende, ainda que este trilhasse os caminhos da legalidade. Não se pode menosprezar que

Ercilla estimulou, ainda que com os matizes de Luis Hernández Parker, a paixão e a odiosidade, como fizeram muitos setores nucleados pela direita, capitaneada pelo Partido Nacional. Bastante significativa foi a publicação de muitos textos sobre Solzhenitsyn, além das críticas de Jean-François Revel sobre a dissidência cultural nos regimes totalitários (*ERCILLA*, 1972, p. 34). *Ercilla* passou a associar a política cultural da Unidade Popular ao totalitarismo? Não completamente, mas enfatizou, e muito, as denúncias do escritor russo, antes mesmo da publicação de *Arquipélago Goulag* (1974), por Solzhenitsyn.

Em relação à política, tampouco é possível afirmar que o semanário chileno chegou a classificar o governo da UP de totalitário, mas amplificou as críticas à guerrilha que chamou de “ultras”, silenciando a respeito do outro lado da moeda, isto é, a mobilização constante da oposição a Allende.

Sem espaço para sintetizar todos os temas e “interpretações” semanais, não é arriscado afirmar que *Ercilla* difundiu as principais posições da Democracia Cristã sobre o governo de Allende e, a partir de finais de 1972, mas particularmente nos dois primeiros meses de 1973, assinalou que os militares ganhavam cada vez mais visibilidade e importância no processo político chileno. Até mesmo porque o próprio governo havia chamado os militares para tentar resolver parte dos problemas de distribuição de bens de consumo.

Na semana anterior ao golpe de 11 de setembro, Hernández Parker problematizou se ainda era possível haver diálogo entre a Unidade Popular, a Democracia Cristã e o Partido Nacional, ao afirmar que o governo se mantinha firme em “avançar sem negociar”. Para o jornalista chileno, o problema relacionava-se ao fato de Allende arriscar tudo de uma vez, e de falar que qualquer processo revolucionário levaria a confrontos, sem lembrar que havia sido eleito por uma relativa maioria e com a ratificação da Democracia Cristã. Finalmente, argumentou que, mesmo não vendo possibilidades de diálogo entre os opositores, caso ocorresse, seria “então tempo oportuno para conversar?” (HERNÁNDEZ PARKER, 1973, p. 8-9).

Não havia mais quem tentasse defender a Unidade Popular em *Ercilla*, e o golpe foi visto como positivo. Ainda que *Ercilla* não tenha circulado no dia 12 de setembro de 1973, como previsto, mas somente

duas semanas depois, argumentou que o país, como por “mágica”, havia ingressado em uma “assombrosa tranquilidade”, já no dia 12 de setembro de 1973 (ERCILLA, 1973, p. 29).

Vale ressaltar que *Ercilla* enfatizou, durante o governo Allende, o medo de se perder a liberdade e o presumido domínio da Unidade Popular sobre os meios de comunicação, mas não há evidências de que foi censurada ou deixou de ser publicada pelas gráficas estatais, como ocorreu com vários órgãos da imprensa já nos primeiros meses do governo da Junta Militar.

O último número de 1973 elegeu o “levante militar” como o personagem do ano. Embora Hernán Millas tenha sustentado que a escolha recaísse não em razão do apoio aos militares, mas sobre o golpe que mudou os rumos do Chile, as manifestações favoráveis aos novos governantes foram bastante evidentes, a partir da primeira edição após o golpe até começos de 1975. A justificativa de *Ercilla* para a ação dos militares foi muito clara, quando Millas sustentou que havia a intenção do governo da UP de realizar um “autogolpe”, com o assassinato de militares, dirigentes políticos e jornalistas opositores, por meio do chamado *Plan Zeta*, que nunca existiu. Para Millas, aquele plano havia catalisado os acontecimentos.

Segundo o historiador chileno Jorge Magasich (2010), que se exilou na Bélgica, o diário *El Mercurio* difundiu a existência do *Plan Zeta*, uma semana após o golpe, com o objetivo de justificá-lo, o que também foi feito por Millas, Filippi, Santibáñez e Luis Álvarez, todos integrantes de *Ercilla*. Aliás, Millas e Filippi (1974) publicaram, em co-autoria, duas obras, com tiragens de 50 mil exemplares, cada uma, no final de 1973 e em 1974, em que reforçaram as críticas à Unidade Popular e deram por certa a existência do *Plan Zeta*. Somente em 1999, Millas e Santibáñez reconheceram o “equivocado”, segundo Magasich.

Para Ricardo Yocelevzky, a Democracia Cristã participou do bloco de apoio inicial aos militares de forma subordinada e nutriu anseios, não correspondidos, de que a pretensa neutralidade política das Forças Armadas pudesse restaurar, com limites, o sistema político anterior ao governo da Unidade Popular e do golpe de 1973. Mesmo após haver

perseguições, assassinatos e muitas violações aos direitos humanos, que distanciavam, em muito, os projetos dos militares e do PDC, o discurso de crítica a Allende para justificar o golpe perdurou. Somente a partir de 1975 e 1976, com o acréscimo das investidas contra os partidários da Democracia Cristã, as denúncias contra os militares ficaram mais evidentes, particularmente após a classificação da Junta como uma ditadura de direita, com o objetivo de se perpetuar no poder. Assim, para o cientista político chileno, as relações entre o PDC e a ditadura, foram, até 1977, ambíguas e seletivas. Entretanto, “pouco a pouco, os ‘inimigos’ na retórica oficial do governo militar deixaram de ser os ‘marxistas’ para ser os ‘políticos’ em geral”. Em 1977, houve a publicação de um decreto que colocou todos os partidos políticos “em recesso”, afetando diretamente os últimos partidários do PDC que não haviam fortalecido as fileiras da oposição (YOCELEVZKY, 2002, p. 171-224).

Os caminhos percorridos por *Ercilla* não foram muito diferentes do itinerário traçado por Yocelevsky, com a diferença de que, com as ofensivas da ditadura, a revista passou para as mãos de aliados do regime. Isto é, a revista passou a sofrer censuras por parte dos ditadores devido aos vínculos com a Democracia Cristã. Assim, os seus principais editores e redatores tiveram que deixá-la e passaram a integrar os quadros da revista *Hoy*, a qual passou a tecer críticas ao governo de Pinochet, mas sem fazer uma autocrítica de sua participação canalizadora em direção ao golpe.

Considerações finais

Em tempos muito difíceis, era necessário fazer escolhas. Se, por um lado, *Marcha*, continuou a defender suas bandeiras históricas, aliando-se aos grupos de esquerda, lutando pela formação da Frente Ampla e rechaçar vigorosamente o golpe no Uruguai; de outro, *Ercilla* escolheu percorrer outros caminhos, ao participar ativamente da desestabilização do governo de Allende e apoiar, ainda que discursivamente, o golpe no Chile.

Ainda que seja preciso matizar o efetivo papel da imprensa no cenário político, como argumentou Patricio Bernedo (2003, p. 66), pode-se

afirmar que *Ercilla* promoveu a canalização, ao lado de outros periódicos, como o diário *El Mercurio*, em direção a opiniões crescentes contrárias à manutenção do regime democrático chileno.

Há muitas dificuldades para se trabalhar comparativamente em relação a dois cenários divergentes entre si, como o uruguaio e o chileno dos anos 60 e 70, bem como focar os diferentes rumos traçados por dois dos seus principais semanários, vinculados ao debate político-cultural até o início da década de 1970.

Ainda assim, pode-se sustentar que não é razoável justificar as escolhas em termos estruturais ou de conjuntura. Mesmo após a instauração das ditaduras no Chile e no Uruguai, existiam alternativas para se posicionar. *Marcha* pagou caro pelas críticas e denúncias, sofrendo uma perseguição implacável dos ditadores. *Ercilla* enfrentou alguns problemas inicialmente, como a maior parte dos órgãos da imprensa chilena, mas o apoio ao golpe lhe rendeu certa autonomia, e uma sobrevivência mais longa.

Por quanto tempo durou a convivência “pacífica” do semanário chileno com o governo ditatorial, quando ocorria o rápido crescimento da repressão e perseguição aos personagens vinculados ao período anterior a 1973? O caso de *Ercilla*, com estreitas relações à Democracia Cristã, mostrou que não muito. Contudo, como salientou ironicamente algumas vezes o próprio Hernán Millas, ao justificar o golpe no Chile, dificilmente se podia deter o avanço da história. Assim, *Ercilla* também sofreu profundas intervenções por parte do governo militar e seus principais integrantes acabaram por deixar o semanário, em 1976, para (re)fundar a revista *Hoy*, que adotou uma postura deliberadamente opositora.

Ainda que publicada até os dias atuais, *Ercilla* passou a ocupar um espaço de relativo silêncio entre os pesquisadores, apesar da riqueza de suas páginas, particularmente entre as décadas de 1930 e inícios dos anos 1970. *Marcha*, por outro lado, ganhou incontáveis estudos e se transformou em um periódico de destaque, particularmente no interior dos debates acadêmicos, além das tentativas de refundação como *Brecha*, a partir de 1985, e da continuidade da publicação de *Cuadernos de Marcha*, no México, durante o exílio de Carlos Quijano – onde faleceu, um ano antes do início do fim da ditadura uruguaia – e posteriormente em Montevidéu, paralelamente ao projeto de *Brecha*.

Para concluir, é preciso levantar algumas reflexões a respeito do papel dos impressos na vida pública, ao buscar o equilíbrio entre inflacionar o seu alcance e possibilidade de orientar, e até mesmo transformar os leitores, e reivindicar uma espécie de deflação de seus impactos. Pode-se afirmar que as interpretações atuais transitam entre os dois polos, e que há certa nostalgia e pesar a respeito das hipóteses que indicam a diminuição do poder dos impressos, e dos meios de comunicação em geral. Contudo, é imprescindível salientar a existência de certa autonomia e liberdade do leitor.

As relações de mediação dos impressos entre os acontecimentos e os leitores não são facilmente interpretadas. O espaço para discussão permanece aberto, mas é possível sustentar que nem os impressos, e particularmente a imprensa, estão dotados de poderes irresistíveis, nem os leitores somente buscam confirmar suas “certezas” ou invertem a balança de poder anteriormente sustentada. A relação é bem mais complexa e merece um tratamento que dê conta da sua riqueza inerente. Há muitas tensões cujo resultado final nem sempre é previsível.

Aí pode residir a importância das revistas. Ao serem feitas a muitas mãos, permitem a apresentação horizontal de heterogêneas concepções, ainda que em certos momentos possa haver convergência de interpretações, podem levar o leitor a se deparar com o desconhecido ou com aquilo que não quer ver/ler/ouvir.

A leitura e interpretação de textos e imagens pode não levar à ação imediata, mas, realizada de forma coletiva ou individual, em voz alta ou silenciosa, tem a capacidade de colocar em perspectiva opiniões, concepções e visões de mundo. Ainda que os objetivos do leitor sejam decisivos para as práticas de leitura, os impressos podem levá-lo à reflexão, a reconsiderar algumas certezas e a formular novas dúvidas. Evidentemente, há diferentes tipos de leitores, e de leituras, alguns mais abertos ao diálogo do que outros. Contudo, mesmo entre aqueles que pudessem ser *considerados* menos flexíveis, *Marcha* e *Ercilla* apostaram que não era possível ficar indiferente diante de um texto efetivamente lido ou de uma imagem observada com atenção.

Referências

- AGGIO, A. Uma insólita visita: Fidel Castro no Chile de Allende. *História*, Franca, v. 22, n. 2, p. 151-166, 2003.
- ALFARO, H. *Navegar es necesario. Quijano y el semanario Marcha*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1984.
- BAKER, K. M. Naissance de l'opinion publique. *Annales ESC*, n. 1, p. 41-71, 1987.
- BEIGEL, F. Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, v. 8, n. 20, p. 105-115, 2003.
- BENEDETTI, Mario. Canto libre es vida libre. *Marcha*, Montevideo, a. XXXII, n. 1.595, 2 jun. 1972, p. 7.
- BERNEDO, P. La Prensa durante la Unidad Popular y la destrucción del régimen democrático. In: ROLLE, C. (Coord.). *1973, la vida cotidiana de un año crucial*. Santiago: Planeta, 2003, p. 59-97.
- CAETANO, G.; RILLA, J. *El joven Quijano (1900-1933). Izquierda nacional y conciencia crítica*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986.
- CARMEN DE SIERRA, M. *Quijano y Marcha. Una visión transformadora del Uruguay y América Latina*. Montevideo: Ediciones de Brecha, 2015.
- COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa*. São Paulo: Alameda, 2013.
- COTELO, R. *Marcha* y la Generación del '45. In: SOSNOVSKI, R. (Ed.). *La cultura de un siglo: América Latina y sus revistas*. Buenos Aires: Alianza, 1999, p. 333-349.
- CRESPO, R. A. (Coord.). *Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales*. México: UNAM/Eón, 2010.
- CRESPO, R. A. Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. In: JUNQUEIRA, M. A.; FRANCO, S. M. S. (Org.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo/ Humanitas, 2011, p. 98-116.

- ESPECHE, X. *Marcha del Uruguay: hacia América Latina por el Río de la Plata*. In: ALTAMIRANO, C. (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina. Los avatares de la "ciudad letrada" en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz Editores, 2010, p. 211-234.
- FILIPPI, E. Análisis ¿Y después del 4? *Ercilla*, Santiago, a. XXXVII, n. 1.837, 02 a 08 de set. 1970, p. 8-9.
- FUNES, P. Ingenieros del alma: los informes sobre canción popular, ensayo y Ciencias Sociales de los Servicios de Inteligencia de la dictadura militar argentina sobre América Latina. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 417-438, 2007.
- GARCÉS, M. *Tomando su sitio: el movimiento de pobladores de Santiago, 1957-1970*. Santiago: LOM, 2002.
- GILMAN, C. Batallas de la pluma y la palabra. In: MACHÍN, H.; MORANA, M. (Eds.) *Marcha y América Latina*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana; Universidad de Pittsburgh, 2003, p. 277-298.
- GILMAN, C. *Entre la pluma y el fusil. Debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.
- HAYA DE LA TORRE, V. R. *El antiimperialismo y el APRA*. Santiago: Ercilla, 1936.
- HERNÁNDEZ PARKER, L. Los que quieren el Poder. *Ercilla*, a. XXXVI, n. 1.816, 08 a 14 de abr. 1970, p. 8.
- HERNÁNDEZ PARKER, Luis. El teléfono ya no contesta. *Ercilla*, Santiago, a. XXXVIII, n. 1.901, 22 a 28 de dez. 1971, p. 8-9.
- HERNÁNDEZ PARKER, Luis. ¿Retorno al diálogo? *Ercilla*, Santiago, a. XL, n. 1.990, 05 a 11 de set. 1973, p. 8-9.
- MACHÍN, H.; MORANA, M. (Ed.) *Marcha y América Latina*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana; Universidad de Pittsburgh, 2003.
- MILLAS, H. ¿A qué vino Fidel Castro? *Ercilla*, Santiago, a. XXXVIII, n. 1.896, 17 a 23 de nov. 1971, p. 08-12.
- MISKULIN, S. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009.
- MOREJÓN ARNAIZ, I. *Política e polémica na América Latina: Casa de las Américas e Mundo Nuevo*. 326 f. Tese (Doutorado) - Programa de

- Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2004.
- ROCCA, P. *35 años en Marcha. Crítica y literatura en Marcha y en el Uruguay: 1939-1974*. Montevideo: IMM-División Cultura, 1992.
- PEIRANO BASSO, L. *Marcha de Montevideo y la formación de la conciencia latinoamericana a través de sus cuadernos*. Buenos Aires: Javier Vega, 2001.
- PIÑEYRÚA, P. “La imaginación tituladora”: América Latina y el latinoamericanismo en los titulares y tapas del semanario *Marcha*. In: CRESPO, R. A. (Coord.). *Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales*. México: UNAM/Eón, 2010.
- PINTO, J. Hacer la revolución en Chile. In: PINTO, Julio (Coord.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005, p. 09-13.
- Ercilla*, Santiago, a. XXXVIII, n. 1.895, 10 a 16 de nov. 1971, p. 15-18.
- Ercilla*, Santiago, a. XXXVIII, n. 1.922, 17 a 23 de mai. 1972, p. 34.
- Ercilla*, Santiago, a. XL, n. 1.991, 26 de set. a 02 de out. 1973, p. 29.
- MAGASICH, J. “Salvador Allende preparaba un auto-golpe de Estado sangriento”. El plan Z que horrorizó a Chile. *Le monde diplomatique en español*, Santiago, jan. 2010, p. 22.
- Marcha*, Montevideo, a. XXXIV, n. 1.638, 06 de abr. 1973, p. 5.
- MILLAS, H.; FILIPPI, E. *Anatomía de un fracaso*. Santiago: Zig-Zag, 1973.
- MILLAS, H.; FILIPPI, E. *Chile 70-73: Crónica de una experiencia*. Santiago: Zig-Zag, 1974.
- MOBAREC HASBÚN, P.; SPINIAK BERCOVICH, D. *Revista Hoy. 1.108 ediciones con historia*. Santiago: Ediciones Copygraph, 2001.
- SÁNCHEZ, L. A. *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*. Santiago: Tajamar Editores, 2004.
- SARLO, B. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *America, Cahiers du CRICCAL*, París, Sorbonne la Nouvelle, n. 9-10, p. 9-15, 1992.
- SARLO, B. Intelectuales: ¿escisión o mimesis? *Punto de Vista*, Buenos Aires, n. 25, p. 1-6, 1985.
- SIGAL, S. *Intelectuales y poder en la década del sesenta*. Buenos Aires: Puntosur, 1991.
- SORÁ, G. *Traducir el Brasil: una antropología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.
- SUBERCASEAUX, B. Editoriales y círculos intelectuales en Chile, 1930-

1950. *Revista chilena de literatura*, Santiago, n. 72, p. 221-233, 2008.

SUBERCASEAUX, B. *Historia del libro en Chile: desde la Colonia hasta el Bicentenario*. Santiago: LOM, 2010.

TERÁN, O. *Nuestros años sesentas. La formación de la nueva izquierda intelectual en la Argentina 1956-1966*. Buenos Aires: Puntosur, 1991.

YOCELEVSKY, R. La Democracia Cristiana y la dictadura de Pinochet. In: *Chile: partidos políticos, democracia y dictadura 1970-1990*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 171-224.

*Como falam os indígenas? Produção de documentos e vozes discursivas no movimento social mexicano neozapatista**

MARCELA ARAÚJO VITALI**

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar as formas e os recursos de comunicação utilizados pelo movimento indígena mexicano neozapatista. Dessa forma iremos analisar a operacionalização dos meios de comunicação por esse movimento, tal como a internet e a produção de discursos, lançados ao governo e à sociedade civil com fins de estratégia política. Além disso, consideramos importante apontar e discutir a presença e função de uma voz discursiva não indígena no interior do movimento neozapatista, como a do subcomandante insurgente Marcos e a presença e função de uma voz discursiva indígena, como a do denominado ancião “Viejo Antonio” a fim de comparar suas finalidades de representação em nome dos rebeldes.

Palavras-chave: Neozapatistas; Comunicação; Discursos; Subcomandante Marcos; *Viejo Antonio*.

Abstract: This article aims to present the forms and communication resources used by the Mexican indigenous neozapatista movement. Thus, we will examine the operation of the media by this movement, such as the Internet and the production of speeches, launched to the government and civil society with political strategy purposes. In addition, we consider important to point out and discuss the presence and function of a non-indigenous discursive voice within the neozapatista movement, like the insurgent Subcomandante Marcos and the presence and function of an indigenous discursive voice, such as the elderly called “Viejo Antonio” in order to compare their representation purposes on behalf of the rebels.

Keywords: Neozapatistas; Communication; Speech; Subcomandante Marcos; *Viejo Antonio*.

* Recebido em 05 de julho de 2015 e aprovado para publicação em 14 de agosto de 2015.

** Doutoranda em História no programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Atualmente realiza pesquisa sob o título “Entre a educação Oficial e a educação autônoma indígena: uma análise sobre a proposta educacional neozapatista (2003-2013)” e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes). E-mail: m-vitali@hotmail.com.

As formas e os meios de comunicar-se

A aparição pública do movimento zapatista no dia 01 de janeiro de 1994 possibilitou aos seus expectadores o conhecimento, mesmo que conciso, sobre o movimento que há anos gestava-se nas montanhas da Selva Lacandona, junto às diversas etnias indígenas que ali viviam. Durante sua primeira ação militar,¹ o Exército Zapatista de Libertação Nacional realizou seu primeiro contato discursivo com a sociedade civil e o governo mexicano, através do comunicado intitulado “Primera Declaración de La Selva Lacandona” (EZLN, 1994, p. 33-35).

Este documento nos trouxe informações iniciais acerca desse movimento que se levantara em armas. Com seu primeiro material discursivo, os zapatistas através das palavras e frases do comunicado “falaram” aos mexicanos sobre suas origens, explicaram os motivos do levante armado e suas demandas,² mesmo que brevemente. Ao verificarmos alguns trechos do comunicado conseguimos compreender alguns desses aspectos.

Iniciam o texto direcionando-se para o povo do México e assim dizem: “Hermanos mexicanos” (EZLN, 1994, p. 33-35), dessa forma, pretendem demonstrar que os insurgentes são também cidadãos do país, e estão falando aos seus outros irmãos que neste momento desempenham o papel de expectadores da luta que se iniciará a partir de então. Para legitimar esta “familiaridade”, os zapatistas apresentam um discurso que se reporta a uma memória histórica de lutas, um discurso que se volta para os eventos e personagens da história mexicana, assim:

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano,

¹ A primeira ação militar dos rebeldes diz respeito à ocupação de alguns municípios chiapanecos pelos zapatistas e aos enfrentamentos com o Exército Federal.

² As demandas levantadas pelos zapatistas em 1994 já haviam sido reivindicadas no “Congresso Indígena de Chiapas” em 1974, tais como: terra, alimentação, justiça, democracia e paz.

luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de las leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin impórtales que estemos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin impórtales que no tenemos nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos (EZLN, 1994, p. 33-35).

O trecho acima, nos traz momentos da história nacional marcados pela exploração de seus colonizadores e governantes. Ao fazerem uso da história, além de demonstrarem conhecimento dos eventos, os zapatistas também estão indicando que são herdeiros daqueles que lutaram contra esta opressão. Assim, homens como Hidalgo, Morelos, Vicente Guerrero, Zapata e Pancho Villa³ foram personagens antecessores aos neozapatistas, que forneceram aos rebeldes um passado de lutas e resistências, que foi incorporado e exposto no levante armado.

A recuperação da história é realizada a partir da perspectiva daqueles que foram excluídos e marginalizados. Esta perspectiva se propõe a criar uma identificação social entre os rebeldes de Chiapas e os demais mexicanos, como sendo herdeiros do mesmo processo de contradições e disputas históricas. Também, pretende-se demonstrar que os rebeldes não são diferentes do restante da população, mas sim iguais, pois possuem um passado comum. Assim:

³ Miguel Hidalgo, José María Morelos e Vicente Guerrero fizeram parte do processo independentista do México no século XIX. Por sua vez, Emiliano Zapata e Pancho Villa foram personagens do contexto revolucionário que se iniciou a partir de 1910. À luz da história é possível analisar os processos em que estes personagens estiveram inseridos, assim como seus limites e contradições.

Chiapas no es otro México porque su historia es la misma que la de otras regiones del país con la diferencia de que en esta sureña provincia la ignominia compartida es más violenta (ENRIQUE RAJCHENBERG, S.; HÉAU-LAMBERT, Catherine, 1996, p. 41-57).

Ainda, numa tentativa de incitar o apoio civil nacional, os zapatistas indicam que desaprovam qualquer tentativa de aproximação do EZLN a movimentos guerrilheiros de cunho internacional ou ligados ao narcotráfico, logo “rechazamos de antemano cualquier intento de desvirtuar la justa causa de nuestra lucha acusándola de narcotráfico, narcoguerrilla, bandidaje u outro calificativo que puedan usar nuestros enemigos” (EZLN, 1994, p. 33-35). Deve-se salientar que após a aparição pública do EZLN, o presidente mexicano Carlos Salinas (1988-1994) divulgou uma nota à imprensa atribuindo as origens do EZLN a movimentos de guerrilha provenientes da Guatemala ou El Salvador – dada a proximidade geográfica das regiões em relação a Chiapas – e afirmou que os indígenas que compunham a maioria do movimento teriam sido manipulados por essas forças estrangeiras. Esta afirmação tentava deslegitimar a organização étnica e nacional do movimento, porém alguns dias após, Salinas reorienta seu discurso apontando as deficiências históricas do estado chiapaneco como impulsores da revolta (FUSER, 1995, p. 57).

Também, no documento, é possível verificar trechos que fazem alusão aos indígenas do México. Quando os zapatistas afirmam que “somos los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad, los desposeídos somos millones [...]” (EZLN, 1994, p. 33-35), nos dão a entender que estão falando das inúmeras etnias existentes no país.⁴ Nos trechos seguintes o EZLN aponta a continuidade histórica de opressão no país, neste momento demonstrada a partir do Estado e dos partidos políticos, daí apresentam este primeiro pronunciamento como uma “declaração de guerra” (NIGRI, 2009, p. 62), assim estes rebeldes, inicialmente, estariam se

⁴ Cerca de 10 milhões de povos indígenas vivem no México, nas regiões centro e sul, representando inúmeras identidades étnicas indígenas (NAVARRETE, 2004, p. 7-8).

levantando contra o processo de exploração histórica, mas também contra o governo em vigor, que estaria sendo representado no momento por “una ditadura de más de 70 años encabezada por una camarilla de traidores que representan a los grupos más conservadores y vendepatrias” (EZLN, 1994, p. 33-35). Os setenta anos no qual os zapatistas se referem diz respeito ao longo período de hegemonia presidencial assumido pelo PRI – Partido Revolucionário Institucional - no México.

Ao final do século XX algumas das ações de governo do PRI atingiram de forma significativa as comunidades indígenas do país. A primeira delas diz respeito ao que intitulamos de medidas “assistencialistas”, desenvolvidas pelo então presidente Salinas (1988-1994), a partir dos anos finais da década de 1980. O chamado “PRONASOL” (Programa Nacional de Solidariedade) foi elaborado com o intuito de levar até às regiões mais pobres, coincidentemente habitadas por uma maioria populacional indígena, serviços básicos de saúde, transporte, educação e alimentação. Baseando-se na distribuição de verba pública federal a essas áreas, pretendia-se atender as principais necessidades econômicas e sociais das localidades, além das reivindicações assumidas pelas organizações e movimentos camponeses e indígenas desse período. Porém, o PRONASOL não atingiu os efeitos esperados, principalmente no estado de Chiapas, onde o zapatismo prosperou.⁵

A principal crítica lançada pelos zapatistas ao governo na “Primera Declaración de La Selva Lacandona”, diz respeito a essa medida, pois retira do indígena aquilo que historicamente lhes pertence: a terra. Contudo, os rebeldes também recorrem ao artigo 39 da Constituição Mexicana para legitimar seu grito de esperança, assim se respaldam na legalidade da Carta Magna para reivindicar a deposição do PRI e do governo Salinas, que acusam de ter prejudicado as comunidades índias do México e, por isso, “el

⁵ O PRONASOL em Chiapas obteve certo sucesso nos três primeiros anos de funcionamento: em 1989, 1990 e 1991. Porém, seu desenvolvimento sofreu interferências por parte das divergências entre os poderes políticos locais e as diretrizes nacionais de encaminhamento do projeto; a alta exigência burocrática, no que diz respeito a distribuição das verbas e sua aplicabilidade; e a manipulação e coerção governamental sobre as lideranças de movimentos sociais que atuavam no estado, criando assim uma rede de “clientes” do governo em detrimento das demandas assumidas pela maioria (ZIBECHI, 2010, p. 32-43).

pueblo tiene, en todo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno” (EZLN, 1994, p. 33-35).

O EZLN declara, ao final do texto, que a única saída que encontrou fora se levantar em armas e que estava por iniciar uma guerra contra o governo federal, pois esta seria a última alternativa que lhes restara. Conclamaram a sociedade civil mexicana a compreender as causas da sublevação do movimento, que neste mesmo documento, lhes foi justificada a partir da história nacional e das ações do governo priísta e, ao mesmo, tempo apresentaram suas demandas básicas, que se fossem atendidas, levariam à sobrevivência digna daqueles indígenas que foram esquecidos pelos seus governantes. Terminam por afirmar que:

PUEBLO DE MÉXICO: Nosotros, hombres y mujeres íntegros y libres, estamos conscientes de que la guerra que declaramos es una medida última pero justa. Los dictadores están aplicando una guerra genocida no declarada contra nuestros pueblos desde hace muchos años, por lo que pedimos su participación decidida apoyando este plan del pueblo mexicano que lucha por trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz. Declaramos que no dejaremos de pelear hasta lograr el cumplimiento de estas demandas básicas de nuestro pueblo formando un gobierno de nuestro país libre y democrático (EZLN, 1994, p. 33-35).

Após a divulgação do comunicado os zapatistas continuaram a publicar outros documentos, com o intuito de informar ao público sobre os principais acontecimentos que circundavam o estado de Chiapas, além disso, os comunicados divulgados no ano de 1994 foram direcionados a instancias da sociedade civil, órgãos do governo e a outros movimentos sociais e indígenas. Recorremos a esta declaração para exemplificar que, desde o princípio de sua aparição, os zapatistas apoiaram-se na ação discursiva e no uso das palavras, não somente para informar, mas, também com o intuito de fazer da prática um instrumento de enfrentamento e resistência política.

A publicação e administração dos comunicados se deram de diversas formas, desde então. O primeiro meio de difusão encontrado, foram os

periódicos mexicanos, em primeiro lugar os de circulação chiapaneca, como o “Tiempo” e, mais tarde, os de circulação nacional, tais como: “La Jornada” e “El Financiero”. Em um comunicado publicado no dia 18 de janeiro, firmado pelo subcomandante Marcos, os zapatistas direcionam-se para estes periódicos solicitando o apoio e a divulgação de seus documentos para que a comunidade civil pudesse se informar acerca dos acontecimentos primeiros. Assim Marcos afirma:

[...] recurrimos a ustedes para ver si es posible que por sus medios periodísticos los documentos sean del dominio público. Estos documentos contienen nuestra posición sobre los acontecimientos suscitados entre los días 7 y 13 de enero de 1994. Aclaro esto porque, para llegar hasta ustedes, el paquete de documentos debe recorrer días de camino por caminos reales, brechas y picadas y atravesar sierras y vales, brindar tanques de guerra, vehículos militares y miles de uniformes verde olivo, en fin, todo ese arsenal de guerra con el que pretenden intimidarnos. Olvidan ellos que una guerra no es una cuestión de armas o de un gran número de hombres armados, sino de política (EZLN, 1994, p. 70-72).

O relato por Marcos evidencia que para o EZLN torna-se importante a divulgação de informações escritas por seus membros, para que o leitor possa ter acesso aos eventos a partir da ótica dos rebeldes. Trata-se, assim, de um meio discursivo alternativo aos “oficiais” propagados pelo governo e pelos meios de comunicação do país, como a *Tv Azteca* ou *Televisa*,⁶ por exemplo. Também, é perceptível o esforço do movimento para fazer com que estas informações cheguem até seus leitores, tendo em vista que as áreas ao redor dos municípios tomados pelos rebeldes, neste momento inicial, estavam ocupadas militarmente pelo Exército Nacional.

Os periódicos assumiram a primeira forma de comunicação adotada, mas outro meio também foi ganhando espaço, nas semanas seguintes ao

⁶ A Televisa e a TV Azteca se constituem como as maiores redes de telecomunicações do México.

levante: a internet. O uso desse suporte, em primeiro lugar, se deu a partir da organização das redes de solidariedade que foram se formando no México e ao redor do mundo. Os comunicados começaram a circular na rede, sendo traduzidos para diversas línguas, ao mesmo tempo em que arraigavam mais apoiadores ou críticos para o movimento zapatista. A primeira página de apoio aos zapatistas foi criada nos EUA pelo professor da Universidade da Califórnia, Justin Paulson, sob o nome “Ya basta!” (FUENTES SÁNCHEZ, 2012, p. 19).

As especulações acerca do devido uso do ciberespaço pelos zapatistas levantaram diversas hipóteses, sobre como este processo era realizado. O jornalista Martin Langfield (LANGFIELD, 1995, p. 15) publicou no jornal argentino “*Página 12*” em 1995 uma matéria que abordava o tema e apresentou a informação de que o EZLN fazia uso da internet desde a região da Selva Lacandona. Não descartamos a parcela de contribuição advinda dessa informação, entretanto devemos salientar que em 1994 a internet era uma ferramenta nova e, no México, o uso desse instrumento ainda era pequeno, especialmente entre os setores mais marginalizados da sociedade (FUENTES SÁNCHEZ, 2012, p. 116). O EZLN somente inaugurou sua página oficial na internet em 1999, e a partir daí os próprios começaram a lançar seus comunicados diretamente na rede.⁷

Os zapatistas inicialmente fizeram o uso da rede de forma indireta, ou seja, a partir do que pode ser caracterizado como “estratégias de comunicação zapatista” (ORTIZ, BRIGE, FERRARI, 2006, p. 44). Estas, combinavam o trabalho dos membros do EZLN responsáveis pela escrita dos documentos, dos mensageiros zapatistas – aqueles que nos momentos iniciais do conflito percorreram a Selva Lacandona para levá-los aos representantes dos periódicos locais e nacionais – e dos apoiadores do movimento que os publicavam na internet. A partir desta organização os zapatistas conseguiam fazer o devido uso dos periódicos e da rede, ou seja, através do trabalho coletivo de seus membros e simpatizantes.

O sociólogo Manuel Castells, ao analisar os usos da internet pelo EZLN, os denomina de “primeiro movimento de guerrilha informacional”

⁷ O endereço da página é: <<http://www.ezln.org.mx>>.

(CASTELLS, 2003, p. 96). Para o autor, o principal ganho dos zapatistas ao utilizar a rede foi a organização de grupos internacionais de apoio e solidariedade que, por sua vez, influenciaram as formas de tratamento dadas pelo governo aos zapatistas. O governo mexicano teve que ter cautela e diplomacia ao lidar com as comunidades zapatistas, tendo em vista a opinião pública nacional e internacional que se voltou a Chiapas e ao país nos meses e anos posteriores ao levante.

Há também aqueles que identificam o uso da rede pelos zapatistas, como uma grande novidade dentre os movimentos sociais de final do século XX. Pedro Ortiz, Marco Brige e Rogério Ferrari defendem que o EZLN soube aproveitar os recursos da internet para atingir seus objetivos políticos, principalmente num contexto em que a ferramenta era uma grande novidade. Além disso, entendem que os zapatistas também foram responsáveis em promover uma verdadeira disputa de informações no ciberespaço, pois ao serem lançadas na rede, em páginas próprias ou de apoio, as informações zapatistas confrontavam com as oficiais, fornecidas pelo governo mexicano. Desta forma:

O governo mexicano, que durante quase sete décadas de monopólio do PRI no poder tentou exercer um controle explícito e reconhecido poder de influência sobre grande parte dos meios de comunicação do país, sobretudo quando se tratava da televisão e o megaimpério “Televisa”, teve que recuar quando as notícias vindas diretamente da zona de conflito desmentiram a visão oficial de que não havia ataques do exército federal sobre áreas civis. Os comunicados zapatistas e as denúncias dos organismos humanitários circulavam pelo ciberespaço quase em tempo real, abastecendo os ativistas de direitos humanos em todo o mundo e a imprensa internacional antes que os comunicados oficiais do governo (ORTIZ; BRIGE; FERRARI, 2006, p. 19).

Apesar de sua grande importância a internet dividiu espaço com outros meios de difusão, tais como: rádio, músicas e vídeos. A divulgação dos comunicados também ocorreu a partir da publicação de material

bibliográfico, entre eles livros e artigos.⁸ Além desses, também temos outros meios de propagação que engrandeceram a luta nos meses e anos posteriores, como “las consultas, las marchas y las reuniones públicas organizadas por los guerrilleros en la selva o por sus simpatizantes fuera de ella, han desempeñado un papel nada despreciable” (BERGHE, 2007, p. 37). A exemplo desses eventos, encontramos: a “Convención Nacional Democrática (1994)”, “La consulta (1995)”, o “Encuentro Intergaláctico contra el neoliberalismo y por la humanidad (1996)”, a “Marcha de la dignidad indígena (2001)”, “La marcha del silencio zapatista (2012)” e a realização das “Escuelitas zapatistas (2013)”. A grande relevância dessas manifestações e eventos é a proposta de diálogos e movimentos constantes entre os zapatistas e a sociedade civil, ou seja, escutar a voz que vem de fora para fortalecer a estrutura interna do movimento.

Os documentos emitidos pelo EZLN convertem-se em fontes e podem ser utilizados como obras primárias. Entendemos que estes foram produzidos em determinados contextos políticos e sociais que derivaram de situações enfrentadas pelo EZLN. Logo, apresentam-se como representações produzidas pelos zapatistas e que estão atreladas ao meio; além disso, são responsáveis pela formação e caracterização do discurso do movimento (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 378). Porém, devemos ter em conta algumas considerações importantes acerca de suas estruturas e criadores.

Os comunicados zapatistas apresentam-se, na grande maioria, em forma de cartas, possuem destinatários e interlocutores – ao povo do México, a um representante político, a um partido, crianças, mulheres, intelectuais etc. -, apresentam datas, local de origem, além de virem acompanhadas de “posdatas”.⁹ Estas últimas são inclusões do subcomandante Marcos e,

⁸ Um exemplo da compilação dos comunicados zapatistas foi a publicação, pela Editora Era, dos documentos emitidos de 1994 até 2001. Assim se encontram organizados: EZLN. *Documentos y comunicados*. Tomo 1. México: ERA, 1994; EZLN. *Documentos y comunicados*. Tomo 2. México: ERA, 1995; EZLN. *Documentos y comunicados*. Tomo 3. México: ERA, 1997; EZLN. *Documentos y comunicados*. Tomo 4. México: ERA, 2003; EZLN. *Documentos y comunicados*. Tomo 5. México: ERA, 2003.

⁹ Em português significa “pós-escrito” e dá a noção de destaque a alguma ideia que se queria lembrar ao final do texto.

a partir destas, expõe seus textos, que podem configurar-se em distintas formas discursivas, tais como: contos, poemas, relatos e alegorias. O gênero epistolar, que caracteriza os documentos, possibilita a ideia de construção de possíveis diálogos entre os zapatistas e aqueles que os leem, também torna possível o recebimento de opiniões alheias, como se a construção comunicativa e de demandas fossem contínuas.

A voz criadora e discursiva do EZLN pode ser representada pelo CCRI-CG (Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comandância Geral),¹⁰ formado majoritariamente por indígenas que compõem as regiões chiapanecas onde o zapatismo se formou e atua e, entre eles, temos homens e mulheres. O surgimento desse órgão remete-se ao ano de 1992, quando os membros do EZLN planejavam sua participação política nos eventos comemorativos dos “500 anos da América” em Chiapas e em 1993, quando as bases do movimento reuniram-se novamente para acertar o eventual levante público que iriam realizar no ano seguinte, em 1994.

Desde a sublevação, conhecemos a voz emitida por esse órgão, pois todos os comunicados oficiais que se remetiam aos primeiros eventos e ao EZLN vieram assinados por ele. Num documento divulgado no dia 06 de janeiro de 1994 os zapatistas apresentaram sua composição social e política, e nele notamos a descrição do CCRI-CG:

Actualmente, la dirección política de nuestra lucha es totalmente indígena, el 100 por ciento de los miembros de los comités clandestinos revolucionarios indígenas en todo el territorio en combate pertenecen a las etnias tzotzil, tzeltal, chol, tojolabal y otros (EZLN, 1994, p. 74).

Assim, entendemos que os documentos firmados pelo comitê, além de informar, também reforçam a identidade étnica indígena presente nas

¹⁰ O CCRI-CG, além de função comunicacional, também representa uma das estruturas políticas do EZLN. Composto por 12 membros, estes representam as etnias indígenas que formam as bases do movimento, como: tzeltal, tzotzil, zoque, tojolabal, chol e mam (MOLINA, 2000, p. 211).

estruturas do movimento zapatista, ou seja, suas bases comunicacionais pretendem firmar-se num discurso que seja proveniente dos grupos indígenas em que estão sustentados, porém devemos nos atentar também em como é realizada a tomada de decisões acerca do que será publicado como comunicado oficial (BERGHE, 2005, p. 60-61). Nesse sentido, afirmamos que o CCRI-CG mantém-se em contato com as bases indígenas através de “representantes comunitários”, que vem a representar cada grupo que compõe as bases da região onde o EZLN atua. Estes, a partir de consultas e assembleias tentam levar as resoluções comunitárias ao CCRI-CG para que, então sejam publicados em nome do zapatismo. Mesmo com esta prática, não podemos descartar a hipótese de ter o órgão certa autonomia comunicacional e política nas tomadas de decisões e na construção de discursos.

Em um documento do dia 11 de janeiro de 1994, os zapatistas também afirmaram que não aceitariam que a voz indígena fosse apresentada por aqueles que não os representassem e que só poderiam falar em nome dos rebeldes aquele ou aqueles que assim fossem autorizados. O documento nos mostra que a mediação e representatividade em nome do zapatismo apenas se realizariam a partir da autorização e aprovação de seus membros. Dessa forma:

[...] rechazamos también cualquier otra propuesta o auto propuesta de tomar nuestra voz y nuestra palabra, nuestra voz empezó a caminar desde siglos y no se apagará nunca más. En cambio, saludamos y recibimos bien todos los intentos y propuestas, hechas de buena fe y con honestidad, de intermediación entre este EZLN y el gobierno federal (EZLN, 1994, p. 79).

Neste sentido, percebemos que além do CCRI-CG também é possível identificar a enunciação da voz indígena zapatista a partir de seus mediadores, ou como os próprios denominam, a partir de seus “porta-vozes”. Desde 1994, alguns membros do movimento destacaram-se nessa função, tais como: o subcomandante¹¹ Marcos, os comandantes Moisés e

¹¹ O termo “subcomandante” nas estruturas militares e políticas do EZLN faz referência

Tacho, e as comandantes Ramona e Ana María, são alguns dos exemplos. Sabemos que a escolha e nomeação dos “porta-vozes” zapatistas atendem, principalmente, a critérios de estratégia política e tentam não se basear em padrões de favoritismo (BERGHE, 2005, p. 63). A função destes seria a de transmitir em nome do zapatismo as mensagens e informações que lhes foram ordenadas pelo CCRI-CG.

A voz “não indígena” no discurso neozapatista: o subcomandante Marcos

Entre os “porta-vozes” zapatistas aquele que se sobressaiu, a partir de 1994, foi o subcomandante insurgente Marcos. Membro militar e político do movimento, o subcomandante começou a ganhar visibilidade a partir das primeiras tentativas de diálogos realizadas entre o EZLN e o Estado mexicano nos primeiros meses após a sublevação, na Catedral de San Cristóbal de las Casas, em Chiapas. Porém, antes mesmo do referido contexto, o CCRI-CG havia declarado que só seriam aceitos como documentos oficiais zapatistas aqueles que viessem firmados pelo órgão e pelo subcomandante. Com isso, torna-se claro que o próprio movimento dá a Marcos sua parcela de importância na ação discursiva zapatista (EZLN, 1994, p. 79).

Primeiramente, sobre Marcos, sua identidade foi alvo de especulações e muitos foram aqueles que tentaram desvendá-la. Em fevereiro de 1995 o governo mexicano, através do presidente priísta Ernesto Zedillo,¹² divulgou em rede nacional sua possível identificação. A versão oficial o denominava “Rafael Sebastián Guillén Vicente”, nascido em Tampico – norte do México –, teria estudado filosofia na UNAM – Universidade Nacional Autônoma do México –, e migrado à Selva Lacandona, em Chiapas, no início dos anos de 1980 (LE BOT, 1997, p. 12-13).

a Marcos, que entre todos, é o representante não indígena do movimento. Daí, que sua posição de “sub” representa certa subordinação aos demais membros do movimento, que são majoritariamente indígenas. Estes por sua vez, seguem a nomenclatura “comandante”.

¹² O presidente Ernesto Zedillo, pertencente ao PRI (Partido Revolucionário Institucional) governou o México de 1995 até 2000.

Sabemos que Marcos chegou à Selva Lacadona para se integrar aos demais guerrilheiros que faziam parte das FLN (Forças de Libertação Nacional), núcleo que em 17 de novembro de 1983 daria origem ao EZLN,¹³ porém, o fato de não ser indígena, dentro de um movimento majoritariamente índio, fez de Marcos uma figura misteriosa ao público externo e muitos foram aqueles que indagaram sobre sua verdadeira identidade e sobre a centralidade e importância que assumiu dentro do movimento zapatista.

É notório que as indagações surgiram, em maior evidência, a partir do governo federal mexicano que pretendia, logo nos anos iniciais ao levante, capturar as principais lideranças – indígenas ou não – do EZLN, daí as diversas suposições sobre aquele que supostamente seria o “líder” da rebelião. A primeira estratégia encontrada pelos rebeldes foi divulgar e ampliar a ideia que de todos poderiam ser Marcos, logo a frase: “Todos somos Marcos!” se popularizou entre os simpatizantes do movimento a partir de 1994. Além de driblar o governo nas investigações que estavam sendo realizadas, também foi possível demonstrar que a imagem do subcomandante poderia representar todos aqueles que sofriam algum tipo de discriminação étnica, cultural, sexual, social ou econômica, ou seja, sua imagem seria a representação dos subalternos e marginalizados. Assim, Marcos e os indígenas do EZLN seriam todos zapatistas:

Marcos é gay em São Francisco, negro na *África* do Sul, asiático na Europa, hispânico em San Isidro, anarquista na Espanha, palestino em Israel, indígena nas ruas de San Cristóbal, roqueiro na cidade universitária, judeu na Alemanha, feminista nos partidos políticos, comunista no pós-guerra fria, pacifista na Bósnia, artista sem galeria e sem portfólio, dona de casa num sábado à tarde, jornalista nas páginas anteriores do jornal, mulher no metropolitano depois das 22h, camponês sem-terra, editor marginal, operário sem trabalho, médico sem consultório, escritor sem livros e sem leitores e, sobretudo, zapatista no Sudoeste do México. Enfim,

¹³ Cf. Yvon Le Bot; Carlos Tello Díaz e Guilherme Gitahy de Figueiredo.

Marcos é um ser humano qualquer neste mundo. Marcos é todas as minorias intoleradas, oprimidas, resistindo, exploradas, dizendo ¡Ya basta! Todas as minorias na hora de falar e maiorias na hora de se calar e aguentar. Todos os intolerados buscando uma palavra, sua palavra. Tudo que incomoda o poder e as boas consciências, este é Marcos (EZLN, 1994, p. 239).

Para além dos questionamentos acerca de sua identidade o que nos importa não é identificar sua caracterização real, mas sim perceber que o subcomandante ocupou espaços dentro do EZLN que transpassaram as funções meramente políticas e militares.

No prólogo do livro “Relatos de el Viejo Antonio: Subcomandante Insurgente Marcos”, Armando Bartra relata o mito tzotzil, que conta o roubo de um livro indígena por um mestiço (BARTRA, 1998, p. 07-17). Este se autodenominava conhecedor de toda a sabedoria, por isso o livro deveria estar em suas mãos; por sua vez, o objeto roubado representava a palavra indígena, personificada no livro. Bartra conta a história para fazer alusão ao esquecimento histórico, no qual tantas comunidades indígenas do México estiveram sujeitadas. Afirma que “as palavras indígenas” roubadas só foram devolvidas anos mais tarde, por outro mestiço, em 1994. Assim:

Y la voz de los mayas chiapanecos susurraba su mensaje en libros, folletos y periódicos, pero sólo fue escuchada por todos cuando se hizo acompañar por el tronido de las armas. “El libro” regresó, en verdad, a manos de los tzotziles el primero de enero de 1994, día en que nos amanecemos con el conque de que los indios acababan de tomar Ciudad Real y gracias a ello habían tomado también la palabra (BARTRA, 1998, p. 15).

Na história acima, o subcomandante Marcos é o “tradutor” das palavras indígenas ao mundo exterior, ao mundo ocidental. Contudo, a função do mestiço não se baseia apenas na simples tradução da língua tradicional ao espanhol, mas vai além (BERGHE, 2005, p. 63). Como exemplifica Bartra, o trabalho de Marcos significou uma tradução de elementos concernentes a mundos distintos, às vezes tão difíceis de serem

compreendidas por seus receptores. Os próprios zapatistas afirmam que o subcomandante Marcos assumiu a função de “porta-voz” com o intuito de levar a mensagem dos rebeldes ao público externo e que assim possa ser compreendida. Dessa forma haveria uma divisão de trabalho consentida nas estruturas políticas e comunicacionais do EZLN, refletida em suas bases e em seus “porta-vozes” que devem falar em nome da coletividade (BERGHE, 2005, p. 62-63)

Além da função apresentada acima, Marcos também desenvolveu habilidades discursivas que vieram acompanhadas de produções firmadas junto ao CCRI-CG, sendo assim parte integrante do discurso zapatista. Seu primeiro texto foi publicado em 27 de janeiro de 1994 através do texto intitulado: “Chiapas: el Sureste en dos vientos, una tormenta y una profecía” (EZLN, 1994, p. 49-66). Este, havia sido escrito em 1992 e buscava apresentar aos mexicanos as considerações indígenas acerca das condições políticas, econômicas e sociais do estado de Chiapas. Jan de Vos nos indica que o texto foi utilizado por Marcos em cursos de história e análise política, ministrados entre os militantes do EZLN e, também, serviu de instrumento de preparação para o levante que se realizaria dois anos depois (VOS, 2002, p. 325).

Dividido em quatro capítulos, Marcos é o narrador do texto e convida os leitores a conhecerem a verdadeira história do estado chiapaneco, pois após o levante, muitos foram os que especularam os motivos da rebelião e dessa forma seria mais do que necessário escrever minuciosamente sobre a região onde o zapatismo se formou, mostrando as motivações locais para a rebelião. Apesar de ser o autor principal do texto o comunicado também veio firmado pelo CCRI¹⁴ e as palavras iniciais indicam a possível participação indígena na produção, assim afirmam que “los derechos de autor pertenecen a los insurgentes, los cuales se sentirán retribuidos al ver algo de su historia a nível nacional” (EZLN, 1994, p. 49-66). Esta é uma pequena evidência da divisão do trabalho entre os membros do EZLN e Marcos no que diz respeito às funções comunicacionais.

¹⁴ Nos primeiros parágrafos do texto o CCRI-CG faz a apresentação do comunicado enfatizando a autoria de Marcos no que diz respeito ao comunicado.

O texto apresenta quatro capítulos e estão subdivididos a partir do que Marcos denomina de ventos: o primeiro é o “viento de arriba” e o segundo o “viento de abajo”. Segundo o narrador, o “viento de arriba” seria a representação das condições históricas de Chiapas, assim como também a representação do governo chiapaneco, que Marcos denomina de “virrey”, fazendo uma alusão à época colonial, no que diz respeito às relações de subordinação entre metrópole e colônia, ou seja, entre governo federal mexicano e governo estadual chiapaneco. O subcomandante convida os leitores a fazerem uma viagem pelo estado, passando por suas principais regiões, tais como: Palenque, Ocosingo, Altamirano, Simojovel, Comillas. Dessa forma nos apresenta, nas páginas iniciais, as riquezas naturais, agrícolas e energéticas, mas em contrapartida também nos mostra que essas riquezas, que configuram Chiapas como uns dos estados mais ricos do país, não resultam em desenvolvimento social e econômico. Afirma que o Estado federal e o governo estadual não investem em educação, indústria, saúde e alimentação, mas pelo contrário, preferem governar a partir da aplicação de medidas assistencialistas às comunidades indígenas de Chiapas e a favor do sistema capitalista, com a exploração e extração das riquezas do país.

O “viento de abajo” é descrito por Marcos como aquele que representa os que historicamente foram subordinados pelo poder, mas que nunca deixaram de resistir e lutar. Estes seriam os indígenas e para exemplificar a resistência nos apresenta várias manifestações e revoltas índias que aconteceram em municípios do estado no ano de 1992, mesmo ano de produção do documento e da marcha indígena *Xi' Nich* que levou muitas comunidades à capital da república.

Para Marcos, estes dois ventos iriam se encontrar e esse momento causaria uma enorme tormenta. Esta ocasião inicial seria sentida pelos rebeldes no 1º de janeiro de 1994, além dos desafios que viriam a ser enfrentados pelos zapatistas nos meses e anos posteriores. Por sua vez, o texto é finalizado com a apresentação de uma profecia, com uma previsão do desfecho desse longo período de luta, assim Marcos afirma que “cuando amaine la tormenta, cuando lluvia y fuego dejen en paz otra vez la tierra, el mundo ya no será el mundo, sino algo mejor” (EZLN, 1994, p. 49-66). A mensagem transmitida nas linhas finais do documento baseia-se

na afirmação e crença de que somente a resistência e luta indígena serão capazes de promover mudanças para a vida desses indivíduos.

A partir de então, alguns intelectuais¹⁵ se debruçaram sobre a produção de Marcos com o intuito de analisar e caracterizar seu trabalho, ou até mesmo, aproximar ou distanciá-lo do discurso zapatista. Houve aqueles, que, de forma entusiasmada, o denominaram como “el mejor escritor latino-americano de nuestros días, el más modernista, el más libre, el de mayor repercusión” (DEBRAY, 1995). Ou aqueles que o acusaram de um tradicionalismo revolucionário que “por debajo del lenguaje fresco [...] sigue supurando la intransigencia de los viejos activistas de los años setenta” (DE LA GRANGE; RICO, 1997, p. 368). Porém, talvez o que mais tenha chamado a atenção dos críticos foi a multiplicidade de temas abordados em seus textos, o que caracterizaria um estilo de escrita “plurigenérica” (PULLICER, 1996, p. 199-208), onde política, economia, aspectos sociais e étnicos eram apresentados.

Para a pesquisadora Kristine Vanden Berghe, não foi somente a produção textual de Marcos que ganhou destaque junto aos zapatistas, mas também o próprio subcomandante assumiu certo papel protagônico discursivo dentro do movimento, provocando dúvidas em relação à mediação e representatividade exercida nas estruturas do EZLN. Em sua pesquisa, aponta deslizos e conflitos entre as vozes discursivas que representam o zapatismo, mas não retira de Marcos sua importância e nem o aponta como aquele que reduz a voz indígena ao segundo plano. Assim defende que devemos analisar as vozes zapatistas separadamente para melhor compreensão, mas não devemos deixar de levar em conta que essas vozes agem em prol de um objetivo político comum: a emancipação das etnias indígenas formadoras do zapatismo. Assim Berghe propõe:

En el contexto de una guerra que se libra en gran medida en los medios de comunicación y en la que el trabajo de la escritura constituye uno de los actos principales del drama, el que maneja las armas verbales no puede sino

¹⁵ Manuel Vásquez Montalbán; De la Grange e Maite Rico; Alejandro Raiter; José Rabasa; etc.

tener un gran poder y una enorme responsabilidad, incluso se escribe por encargo. Si en la teoría puede ser interesante distinguir entre las funciones de portavoz, traductor y dirigente, en el funcionamiento real de la guerrilla zapatista tales distinciones son probablemente menos relevantes de lo que puede aparecer (BERGHE, 2005, p. 69).

Em 1995 os zapatistas lançaram um comunicado que definia o papel de Marcos nas estruturas comunicacionais do movimento. O texto enfatizava que “el EZLN no es sólo Marcos” (EZLN, 1995, p. 332-339), mas também composto por “muchos compañeros igual o más capaces que Marcos para explicar nuestra lucha, para dirigir nuestro movimiento y para mandar obedeciendo” (EZLN, 1995, p. 332-339). Além disso, os próprios reconheceram que assumiu o subcomandante destaque nos meses iniciais ao conflito e assim seguia na mesma posição, porém afirmaram que tentariam diminuir esta condição, logo:

Las peculiares circunstancias de enero de 1994 hicieron que la atención se concentrara en la impertinente nariz que se ocultaba, inútilmente, detrás de un pasamontañas negro de lana. La necesidad de un traductor entre la cultura indígena zapatista y de la cultura nacional e internacional provocó que la obvia nariz, además de estornudar, hablara y escribiera. [...] Pero no nos quedamos en reconocer este protagonismo que fue, no pocas veces, contraproducente a la justa causa que nos anima. Durante todos estos meses, los compañeros del Comité se han preparado intensamente para llevar, en su voz, la voz de todos, y para que esta voz sea escuchada y entendida por todos ustedes. Los protagonistas reales serán ahora formales (EZLN, 1995, p. 332-339).

Entendemos também que o subcomandante possui autonomia autoral¹⁶ e o que escreveu a partir de 1994 foi resultado de sua formação

¹⁶ Além dos comunicados oficiais que assinou ao lado do CCRI-CG e dos textos produzidos individualmente em nome do zapatismo, há também produções autorais do

pessoal e dos seus anos de experiência e sobrevivência junto às comunidades da Selva Lacandona, desde o início dos anos de 1980, quando os primeiros guerrilheiros formadores do EZLN chegaram à região. Daí torna-se importante ter em vista que a produção individual de Marcos representa a existência de um vasto material documental que nos leva a compreender outras características e estratégias do movimento zapatista que estão além das apresentadas nos comunicados oficiais.

Em uma conferência realizada na França nos anos de 1960, Michel Foucault tentou responder brevemente a seguinte questão: “O que é um autor?”. Respondeu indicando que este conceito durante muito tempo caracterizou-se como a ideia de um nome próprio ou da ligação entre o autor e sua obra, sem levar em consideração as formações advindas desta relação. Aos olhos da crítica literária moderna e da filosofia, Foucault propõe os deslocamentos das estruturas em que o autor foi produzido e os discursos que ele e suas obras fomentaram. Autor, obra e escrita não podem ser tidas como unidades isoladas ou homogêneas, e sim devemos enxergá-las a partir dos discursos sociais e culturais que produziram e ao qual pertencem. Assim define o autor:

[...] a função-autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela nasce e se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas em todas as civilizações; ela é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar (FOUCAULT, 1969, p. 73-104).

O que aconteceu, desde 1994, foi a criação de uma supremacia discursiva atribuída ao subcomandante em nome do EZLN, ou seja, uma

subcomandante, tais como: “A 4ª guerra mundial já começou” (1997); “A história das cores” (2003) e “Mortos incômodos” (2006);

personificação do movimento, levando algumas vezes à ideia de redução da voz indígena à voz de Marcos. Porém, afirma Foucault que na ordem do discurso pode-se colocar e existir mais de um autor ou atores, teorias, tradições e disciplinas que irão formar a complexa posição “transdiscursiva”, ou seja, a existência de múltiplas vozes pertencentes a um discurso (FOUCAULT, 1969, p. 73-104).

Tendo em vista estas observações, entendemos que a voz do subcomandante está atrelada ao discurso zapatista, mesmo que por muitas vezes Marcos apresente criações individuais. Dessa forma, iremos apontar uma das produções de Marcos e esta se dará em torno do personagem-protagonista de algumas de suas histórias, denominado “El Viejo Antonio”,¹⁷ um ancião indígena que narra a Marcos aspectos da cosmovisão indígena maia.

A voz indígena no discurso neozapatista: o “Viejo Antonio”

O Velho Antônio teve sua primeira aparição num texto escrito pelo subcomandante Marcos em maio de 1994 (EZLN, 1994, p. 239-244). Neste comunicado, Marcos afirma tê-lo conhecido em 1984 em uma comunidade indígena na região da Selva Lacandona. Também aponta que o ancião morreu algum tempo após a sublevação zapatista. A apresentação das palavras finais do ancião, neste documento, indica que uma de suas ações em vida foi ter repassado a Marcos os ensinamentos necessários para se engendrar a luta que os zapatistas iriam enfrentar. Seguem alguns trechos do documento:

Se murió el viejo Antonio. Lo conocí hace 10 años, en una comunidad muy adentro de la selva. Fumaba como

¹⁷ Além do *Viejo Antonio* outro personagem que também aparece em muitas das histórias escritas pelo subcomandante Marcos é o *Don Durito de la Lacandona*. Este seria um escaravelho que conversava com Marcos acerca do neoliberalismo, política e economia mexicana. As histórias entre Marcos e *Don Durito*, além de terem sido publicadas juntamente a alguns dos comunicados oficiais do EZLN, desde 1994, ganharam uma compilação produzida pelo Cento de Investigación e Análise de Chiapas (CIACH), em 1998.

nadie y, cuando se acababan los cigarros, me pedía tabaco y se hacía cigarrillos con “doblador”. [...] Me dice Antonio hijo que el viejo Antonio se puso muy grave de pronto, que ya no quiso que me avisaran y que esa noche se muriera. Dice Antonio hijo que, cuando le insistían en que me avisarían, el viejo Antonio sólo dijo: “No, ya le dije lo que tenía que decirle... Déjelo, ahora tiene mucho trabajo [...]” (EZLN, 1994, p. 239-244).

Mas, seria este sujeito uma criação literária de Marcos ou uma figura real? Poucos estudos dedicados ao Velho Antônio existem no âmbito acadêmico, principalmente no Brasil. Em grande maioria, as investigações centraram-se em Marcos – como autor e narrador dessas histórias em que o ancião aparece – ou somente no EZLN, em seus diversos aspectos enquanto movimento indígena e social. Porém, alguns autores podem contribuir com seus trabalhos acerca dessa indagação.

O sociólogo Yvon Le Bot realizou uma entrevista com Marcos em 1996 e lhe fez a seguinte pergunta sobre o Velho Antonio:

Yvon Le Bot: Disse-me que o Velho Antonio era um personagem chave que existiu realmente, que não era uma criação literária [...]?

Marcos: Sim... O Velho Antonio morreu em 1994, em junho, mas o conheci em 1984. Quando o vi em março de 1994 já estava muito doente; [...] o filho dele, que tem mais ou menos a minha idade, veio dizer-me, em junho, que tinha morrido tuberculoso e que não quis que me incomodassem. Também me trouxe dele uma história, o seu testamento. É essa história sobre a origem do *passamontañas*, os deuses que se sacrificaram para fazer o Sol e a Lua, o carvão que é negro e que oferece a luz, etc. Mandou-me essa história e a escrevi num *post-scriptum*, e começo a lembrar-me dele e de outras histórias que me contou e que escrevi mais tarde (LE BOT, 1997, p. 95).

O relatado nos indica uma provável existência do ancião, além disso, há outras evidências nos textos escritos por Marcos, tais como:

El viejo Antonio padeció de tuberculosis (12 de junio de 1994); era un grande cazador (24 de agosto de 1994); llevaba siempre una morraleta al hombro y una vieja escopeta en la mano (22 de septiembre de 1994); era el único que podía franquear todas las postas zapatistas en la montaña y entrar donde fuera sin que nadie se atreviera a impedirle al paso (22 de septiembre de 1994); su poblado está cerca de la laguna Miramar, ya que una noche invitó a Marcos a probar allí su cayuco (9 de junio de 1995); su mujer se llama Juanita y con ella tuvo, además de Antonio hijo, una hija que murió muy niña (17 de julio de 1997) (VOS, 2002, p. 367).

Além dessas referências, compreendemos o Velho Antônio como uma representação simbólica das etnias indígenas que habitaram a região onde o zapatismo prosperou. Compartilhamos a ideia de Carla Valdespino (VALDESPINO, 2009, p. 19) que aponta ser o Velho Antônio participante do processo de transformações que sofreu a Selva Lacandona na segunda metade do século XX e o subcomandante Marcos, ao ter contato com essa realidade em meio às décadas de 1980 e 1990, transformou o ancião em um personagem literário que pudesse levar ao conhecimento dos leitores aspectos concernentes ao mundo indígena, assim o identificamos como um sujeito participante da história de Chiapas e do EZLN.

As histórias narradas pelo Velho Antônio a Marcos apresentam elementos diversos, tais como: os deuses maias criadores do mundo, como Ik'al e Votán; personagens da história mexicana, como Emiliano Zapata; elementos da natureza, como a noite, as estrelas, o dia, as nuvens, a chuva, as montanhas e a selva; elementos abstratos, como o tempo e os sonhos; e por fim, notamos também a presença de Marcos e do Velho Antônio na grande maioria dos relatos, ambos assumindo os papéis narrativos e protagônicos.

Dessa forma o Velho Antonio enuncia sua voz e se faz ouvir a partir de Marcos. Nesta relação a oralidade se transforma em escrita, em elemento discursivo que integra as estruturas do discurso zapatista. Compreendemos esta relação a partir do que Stuart Hall intitula de “relações de representação”, (HALL, 1996, p. 441-449) ou seja, o subcomandante ao escrevê-las estaria proporcionando a representação das etnias indígenas

que compõem o zapatismo, a partir do ancião. Gabriela Coronado, afirma que ao transformar os relatos orais em histórias escritas, o subcomandante mantém viva a história dos membros dos grupos indígenas, revalorizando ao mesmo tempo, seus laços de pertencimento étnicos (GABRIELA CORONADO, 1993- p. 60-63). Ezequiel Maldonado observa que os relatos do Velho Antônio, ao se firmarem de forma escrita, projetam as possibilidades de reflexão e mudanças no futuro, desde uma perspectiva indígena (EZEQUIEL MALDONADO, 2001, p. 141-153).

Devemos nos atentar ao fato da representação indígena, a partir do Velho Antônio, ser reconhecida ou não pelas etnias que formam as bases do EZLN. Quanto a isso não há documentos zapatistas que apresentem uma versão ou postura das bases diante dos escritos de Marcos, porém uma evidência de aceitação pode ser as publicações dos textos de Marcos acoplados aos documentos oficiais do EZLN que vêm firmados pelo CCRI-CG, órgão que por sua vez representa a voz advinda das bases políticas e sociais do movimento.

Afirmar que a enunciação da voz do ancião se dá a partir dos escritos do subcomandante Marcos é reconhecer o papel de tradução que este último exerce e que, por sinal, apresenta inúmeros perigos e limitações. Quanto a isso entendemos que podem ocorrer substituições, modificações e criações (SPIVAK, 2010, p. 09) no trabalho de Marcos e que além de ofício intelectual, esta ação também se converte em ofício político (SOUSA SANTOS, 2009, p. 143).

Ao traduzir, o subcomandante promove a enunciação da voz indígena. Porém, não é iniciativa primeira de Marcos este trabalho. Gloria Alicia (CAUDILLO FÉLIX, 2005, p. 25-53) refaz a trajetória histórica do silenciamento da voz indígena na América Latina e indica que, em alguns momentos, a ausência de uma representatividade autônoma levou à formação de diversas formas de resistências que se baseavam em utopias encontradas no imaginário desses povos (GARCÍA DE LEÓN, 1985, p. 74-76). Ao analisar a história do México a autora indica que um dos períodos históricos de maior repressão da voz indígena na contemporaneidade se deu no século XX, com as políticas indigenistas promovidas pelo Estado Nacional que, por sua vez, não obtiveram os resultados esperados, na medida em que ao

pregar uma homogeneização cultural e étnica, apagando as diretrizes próprias desses grupos, fracassaram e resultaram na organização dos mesmos. Alicia aponta que a voz indígena voltou a ser ouvida, a partir dos anos de 1960 e 1970, incentivada pelos seguintes acontecimentos históricos: publicação da Declaração de Barbados (1971), organização de movimentos sociais indígenas e o surgimento dos “intelectuais indígenas”; estes últimos, em especial, foram os responsáveis em tornar o discurso índio vivo novamente.

Referências

- BARTRA, Armando. Mitos en la aldea global. In: MARCOS, Subcomandante Insurgente. *Relatos del el Viejo Antonio*. San Cristóbal de Las Casas: CIACH, 1998.
- BERGHE, Kristine Vanden. *Narrativa de la rebelión zapatista: los relatos del subcomandante Marcos*. Vervuert: Iberoamericana, 2005.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de textos. In: _____. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Tradução de Alexandra Lemos e Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. v. 2.
- CAUDILLO FÉLIX, Gloria Alicia. *El discurso indio en la América Latina*. México: Universidad de Guadalajara, 2005.
- DE LA GRANGE, Bertrand; RICO, Maite. *Marcos: La ingenial impostura*. México: Nuevo Siglo Aguilar, 1997.
- DEBRAY, Régis. A demain Zapata. *Le Monde*, Paris, mai. 1995.
- ENRIQUE RAJCHENBERG, S.; HÉAU-LAMBERT, Catherine. Historia y simbolismo en el movimiento zapatista. *Revista Chiapas*, México, n. 2, 1996.
- EZEQUIEL MALDONADO. Los relatos zapatistas y su vínculo con la oralidad tradicional, *Convergencia*, v. 8, n. 24, ene.-abr. 2001.
- EZLN. *Documentos y comunicados*. “Chiapas el Sureste en dos vientos, una tormenta y una profecía”. Tomo 1. México: ERA, 1994

- EZLN. *Documentos y comunicados*. “Composición del EZLN y condiciones para el diálogo”. Tomo 1. México: ERA, 1994.
- EZLN. *Documentos y comunicados*. “Factores verde olivo motivaron mi ausencia”. Tomo 2. México: ERA, 1995.
- EZLN. *Documentos y comunicados*. “Los arroyos cuando bajan”. Tomo 1. México: ERA, 1994.
- EZLN. *Documentos y comunicados*. “Oferta del PFCRN, recientes ataques del Ejército Federal, atentados terroristas, nombramiento del comisionado para la paz, 18 de enero”. Tomo 1. México: ERA, 1994.
- EZLN. *Documentos y comunicados*. “Presentación de Marcos a seis comunicados”. Tomo 1. México: ERA, 1994.
- EZLN. *Documentos y comunicados*. “Primera Declaración de la Selva Lacandona”. Tomo 1. México: ERA, 1994.
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, ano 63, n. 3, jul.-set.1969.
- FUENTES SÁNCHEZ, Waldo Lao. *Autonomia zapatista: o projeto de integração dos movimentos latino-americanos a partir de baixo e junto com os de fora*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- FUSER, Igor. *México em transe*. 2. ed. São Paulo: Escrita, 1995.
- GABRIELA CORONADO, Susan. La literatura indígena: una mirada desde afuera. In: *Situación actual y perspectivas de la literatura en lenguas indígenas*. México: CONACULTA, 1993.
- HALL, Stuart. New Ethnicities. In: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing (Org.). *Stuart Hall. Critical Dialogues in Cultural Studies*. New York: Routledge, 1996
- LANGFIELD, Martin. Los zapatistas ganan la guerra del ciberespacio. *Página 12*, 15 dez. 1995.
- LE BOT, Yvon. *O Sonho Zapatista*. Tradução de Pedro Baptista. Portugal: Edições Asa, 1997.
- MOLINA, Iván. *El pensamiento del EZLN*. México: Plaza y Valdés, 2000.
- NAVARRETE, Federico. *Las relaciones interétnicas en México*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

- NIGRI, Sarah Domingues da Rocha. ¡Nunca más un México sin nosotros!: um estudo sobre as novas representações do indígena construídas pelo movimento zapatista mexicano (1994-1996). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.
- ORTIZ, Pedro; BRIGE, Marco; FERRARI, Rogério. *Zapatistas: a velocidade do sonho*. Brasília: Entrelivros – Thesaurus, 2006.
- PELLICER, Juan. La gravedad y la gracia: el discurso del subcomandante Marcos, *Revista Iberoamericana*, v. LXII, n. 174, ene.-mar. 1996.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Una epistemología del sur: la reinención del conocimiento y la emancipación social*. México: Siglo XXI – CLACSO, 2009.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- VARGAS, Carla Valdespino. *De noches, dioses y criaciones. Un acercamiento a “Relatos del Viejo Antonio” del subcomandante Marcos*. México: Universidad Autónoma del Estado de México, 2009.
- VOS, Jan de. *Una tierra para sembrar sueños. Historia reciente de la Selva Lacandona (1950-2000)*. México: FCE, CIESAS, 2002.
- ZIBECHI, Raúl. *Política e Miseria. Una propuesta de debate sobre la relación entre el modelo extractivo, los planos sociales y los gobiernos progresistas*. Buenos Aires: Lavaca, 2010.

*El “nuevo MERCOSUR”: cambios y continuidades institucionales a nivel regional en el período 2003-2013**

HUGO DANIEL RAMOS**
Universidad Nacional del Litoral

Resumo: O presente artigo analisa os principais processos de transformação institucional ocorridos no interior do Mercosul no período 2003-2013, detalhando tanto seus limites quanto suas possibilidades no sentido do aprofundamento da integração regional. Em estreita relação, se indaga, em aspectos selecionados da dimensão econômico-comercial, sobre o particular nível de interdependência entre os Estados-membro. As fontes de análise são principalmente os atos normativos aprovados nas instituições do Mercosul junto com entrevistas realizadas a funcionários vinculados ao processo de integração e fontes secundárias.

Palavras-chave: MERCOSUL; Transformação institucional; Interdependência.

Abstract: This article analyzes the main processes of institutional transformation operated within MERCOSUR in the period 2003-2013, detailing both its limits and its possibilities in the sense of deepening regional integration. Also selected aspects of trade-economic dimension, including the level of interdependence between states are examined. The analysis sources are mainly regulatory acts adopted MERCOSUR institutions along with interviews with officials linked to the integration process and secondary sources.

Keywords: MERCOSUR; Institutional transformation; Interdependence.

* Recebido em 19 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 24 de setembro de 2015.

** Doctor en Relaciones Internacionales, Magíster en Integración y Cooperación Internacional, Licenciado en Historia, Profesor de Historia, Centro de Estudios Sociales Interdisciplinarios del Litoral (CESIL), Facultad de Humanidades y Ciencias, Universidad Nacional del Litoral, Becario posdoctoral CONICET; E-mail: ramoshugo78@gmail.com.

Introducción

El Mercado Común del Sur (MERCOSUR) nació en 1991, a partir de la firma del Tratado de Asunción (TA) entre Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. El objetivo inicial fue establecer un mercado común entre los Estados firmantes en un plazo máximo de cuatro años, pero las dificultades inherentes a todo proceso de integración, sumadas al exiguo plazo pactado impidieron su concreción (BOUZAS, 2001). En 1994 el MERCOSUR adoptó finalmente la forma de una unión aduanera imperfecta¹ mediante la firma del Protocolo de Ouro Preto, trasladando hacia un horizonte incierto la meta del mercado común. Desde entonces, y a lo largo de los últimos veinte años, el MERCOSUR ha transitado por diversas etapas: al rápido incremento de los vínculos comerciales intrazona que caracterizó al período 1991-1998, le siguió un ciclo de conflictividad y crisis que puso en riesgo su propia existencia (1999-2002), para retornar nuevamente a un período de crecimiento a partir del año 2003 (CAETANO, 2009a; 2009b).

En esta línea, la etapa que se abre en el año 2003 está signada por diversas singularidades. La primera de ellas es la explícita voluntad política de reformular el proceso de integración, de crear un “nuevo MERCOSUR”. En octubre de ese año los por entonces presidentes de Argentina y Brasil, Néstor Kirchner y Luiz Inácio Lula da Silva firmaron un documento denominado “Consenso de Buenos Aires”, un réplica al conocido “Consenso de Washington” que inauguró las reformas neoliberales en la región a principios de los años 90. Este acuerdo constituyó el puntapié inicial de la “nueva etapa”, caracterizada por la

¹ Una Unión Aduanera (UA) implica haber alcanzado la liberalización comercial completa entre los Estados firmantes de un acuerdo de integración más la adopción de un Arancel Externo Común (AEC) para el comercio extra-bloque. En el caso del MERCOSUR, dos sectores quedaron al margen del proceso de liberalización (automotores y azúcar) y un conjunto variable de productos por país fue exceptuado temporariamente del AEC, aspectos que todavía se mantienen. De igual manera, una UA presupone un código aduanero común y un mecanismo de distribución de la renta aduanera, elementos acordados en el seno del MERCOSUR en el año 2010 pero todavía no vigentes.

“voluntad de intensificar la cooperación bilateral y regional”; el impulso decisivo a “la participación activa de la sociedad civil”, y la implementación de “políticas de desarrollo regional que contemplen y respeten la diversidad del territorio” (CONSENSO DE BUENOS AIRES, 2003). Ahora bien, transcurridos ya más de diez años desde la firma de este documento cabe avanzar en el análisis de los “resultados” obtenidos, a saber: de los cambios efectivamente acaecidos en el MERCOSUR. En este sentido, el presente artículo se centra principalmente en la dimensión político-institucional, abordando los procesos de creación y rediseño de instituciones. El objetivo es, en última instancia, identificar la dinámica política del bloque regional traducida en sus instituciones.

Las fuentes de análisis fueron principalmente los actos normativos aprobados a nivel regional, documentación institucional del MERCOSUR y entrevistas a funcionarios vinculados al proceso de integración,² junto con fuentes secundarias.

El artículo se estructura en una introducción y tres apartados. En el primero abordamos “el estado de situación” del MERCOSUR en términos económico-comerciales. Analizamos, específicamente, si la interdependencia entre los socios del MERCOSUR ha cambiado de forma significativa en el período bajo análisis. En la segunda parte, en tanto, nos centramos en los aspectos institucionales, señalando las principales líneas de cambio tanto como las continuidades con el período anterior. En la tercera, por último, reflexionamos en torno a las limitaciones que presenta la estructura institucional actual del MERCOSUR, estableciendo vinculaciones entre los dos apartados anteriores.

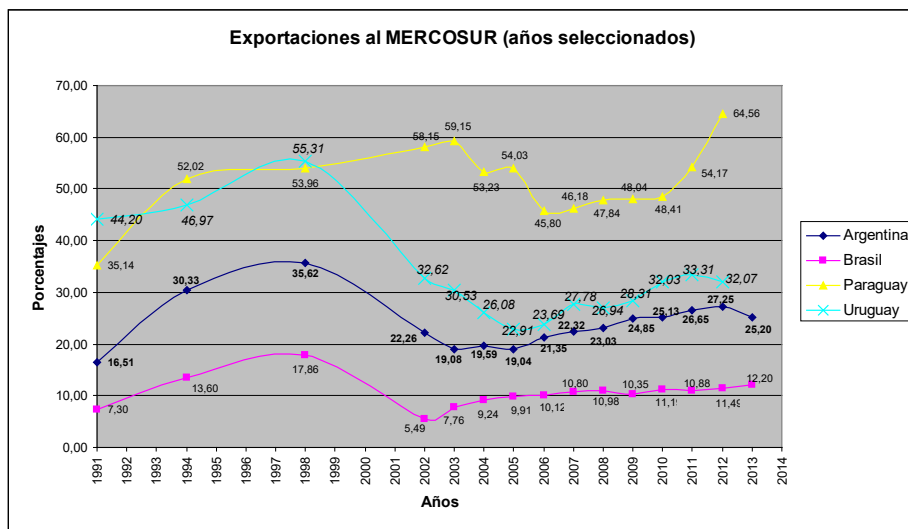
² Las entrevistas fueron realizadas para la elaboración de la tesis doctoral “La dimensión partidaria de la integración regional. Los partidos políticos de Argentina, Paraguay y Uruguay frente al MERCOSUR”, defendida en febrero del año 2013 en la Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de Rosario. En este trabajo sólo retomamos aspectos puntuales de las entrevistas.

El MERCOSUR comercial

La dimensión económica-comercial del MERCOSUR ha sido, sin lugar a dudas, la que ha despertado el mayor interés por parte de los investigadores. Diversas razones han contribuido a producir este verdadero sesgo académico. En primer lugar, el propio proceso de integración ha privilegiado durante gran parte de su historia a los factores económicos como motores de la integración, en estrecha relación con los objetivos originariamente propuestos en el Tratado de Asunción y con el modelo de integración (regionalismo abierto) que le dio sustento. En segundo lugar, las asimetrías estructurales y de políticas -que aún presentan los socios del MERCOSUR- alentaron la realización de estudios que indagasen en torno a los efectos del proceso a nivel tanto macro como microeconómico. En tercer lugar, la estructura institucional del MERCOSUR y los mecanismos de toma de decisiones obstaculizaron sistemáticamente la participación de diversos actores sociales y políticos que podrían haber enriquecido y diversificado la agenda integracionista (SCHVARZER, 2001; BOUZAS, 2003).

En este marco, nuestro interés en la mencionada dimensión se circunscribe en este trabajo a lo que se ha denominado como “interdependencia”. En su sentido económico, se considera que se produce un incremento en los niveles de interdependencia entre dos o más países *cuando se eleva “el grado de influencia de una economía respecto a otra”* (CEI, 2005, las cursivas son nuestras). Ahora bien, ¿como se puede “medir” la interdependencia en un bloque regional? Al respecto, uno de los indicadores más difundidos es el porcentaje de comercio intrazona, es decir, el total de exportaciones/importaciones que los miembros del bloque exportan/importan de los países socios en relación con el resto del mundo (NYE, 1972). En este sentido, y en base a este indicador, el siguiente Cuadro nos permite deducir algunas conclusiones sobre el estado actual del MERCOSUR:

Cuadro 1



Fuente: Elaboración propia en base a datos extraídos del Centro de Economía Internacional. Disponibles en: <<http://www.cei.gov.ar/es/comercio-exterior-por-socios>>. Los datos de Argentina y Brasil se extienden hasta el año 2013.

En primer lugar, es claro que para la mayoría de los socios del MERCOSUR, el bloque presenta hoy menores niveles de interdependencia que los que mantenía hacia finales de la década de los 90. En efecto, se observan dos ciclos claramente identificables: desde 1991 hasta 1998 (o de la firma del Tratado de Asunción hasta la “crisis del MERCOSUR”³) y desde el 2003 hasta la actualidad. En el primer ciclo la interdependencia

³ El impacto de la crisis financiera del sudeste asiático desatada en 1997 abre el período de crisis del proceso de integración, que se inicia con la devaluación de Brasil en 1999 -trastocando las relaciones comerciales internas del MERCOSUR- y se cierra con la devaluación de Argentina de enero de 2002. Durante este período, a nivel regional la principal estrategia fue “ganar tiempo”, esperando la recuperación económica de sus miembros, de manera de evitar la disgregación del MERCOSUR (en particular luego de la profusión de medidas económicas unilaterales por parte de los Estados miembros). En este sentido, la estructura institucional del MERCOSUR no contó con ningún mecanismo capaz de hacer frente primero al impacto de la crisis externa y después a la crisis económica de sus principales socios.

se incrementó a un ritmo rápido, sostenido y para los cuatro países. Así, si en 1991 Argentina destinaba poco más del 16% de sus exportaciones al MERCOSUR, hacia 1998 había logrado alcanzar el 35,62%. También Brasil, Uruguay y Paraguay presentaban tendencias similares, con importantes incrementos en todos los casos. A partir del año 2003, en cambio, si bien se retoma el crecimiento (y en ocasiones desde niveles más bajos que los que presentaba la región antes del MERCOSUR), se hace a un ritmo menor. Así, en el año 2013, Brasil exportó hacia el MERCOSUR 5 puntos porcentuales menos (12,2%) que lo que exportaba en 1998 (17,86%), quince años atrás. De todas formas, entre el año 2003 y el 2013, hubo un incremento de casi 5 puntos porcentuales. En la misma línea, Uruguay hacia el año 2012, exportó *23 puntos porcentuales menos* que lo que exportaba en 1998 (32,07% frente a 55,31%) estancándose el porcentaje de exportaciones destinado a la región entre los años 2002 y 2012 (32,62% vs. 32,07%). Argentina, en tanto, en el año 2013 todavía se encontraba 10 puntos porcentuales menos que los logrados en 1998, aunque desde el año 2003 al año 2012 sus exportaciones se incrementaron en 5,61 puntos porcentuales. La única excepción a este cuadro es Paraguay, que hacia el año 2012 superó los registros históricos. En definitiva, y salvo la “excepcionalidad” paraguaya, el MERCOSUR si bien ha logrado incrementar sus niveles de interdependencia desde el bajísimo registro del año 2002, lo ha hecho de una manera gradual y progresiva y todavía no ha alcanzado el punto máximo de 1998.

En segundo lugar, y en estrecha relación, es claro que la recuperación ha sido diferente según el país que analicemos, y que no ha logrado resolver las disparidades en términos de la importancia relativa del MERCOSUR para cada socio, que ya estaban presentes en la década de los 90. Así, para las exportaciones de Paraguay el MERCOSUR es vital, y esa importancia se refleja a lo largo de toda la serie: ya en 1991 este país dedicaba poco más de un tercio de sus exportaciones al bloque (35,14%), alcanzando el porcentaje de 64,56% en el año 2012. El Uruguay, en cambio, ha recorrido un camino casi inverso y ha *disminuido* sensiblemente la importancia del MERCOSUR como punto de destino de sus exportaciones. Para el caso de Brasil, si bien logró duplicar las exportaciones en relación con el año 2002 (5,49% frente a 12,2% en el año 2013) es claro que el MERCOSUR es un destino relevante

pero no vital. Apenas un décimo de su comercio exterior pasa por la región y la mayoría se concentra en el comercio bilateral con Argentina.⁴ Por último, en el caso de este país, el MERCOSUR representa cerca de un tercio de sus exportaciones desde hace varios años, con variaciones porcentuales menores a lo largo de todo el período 2003-2013. En definitiva, el MERCOSUR *tiene una importancia diferencial de acuerdo al país del que se trate* y presenta diversas expectativas a futuro *de acuerdo a las tendencias de los últimos años*.

Un aspecto positivo de los datos que se presentan en el Cuadro N. 1 es que, a diferencia de la crisis asiática del año 1997, la crisis económica de los años 2008-2009 parece haber tenido una incidencia menor en el comercio intrazona. En efecto, si bien en términos de cantidades las conclusiones pueden ser diferentes,⁵ en términos de porcentajes se ha logrado sostener y posteriormente, incrementar, los niveles de interdependencia regional.

Esta esquemática revisión de la dimensión económica-comercial del MERCOSUR en el período nos permite ahora interiorizarnos en la dimensión institucional desde una nueva perspectiva, anclada en el hecho de la persistencia de ciertas realidades en el comercio intrazona y en las dificultades de “recuperar” el terreno perdido en términos de interdependencia desde el año 1998.

El MERCOSUR institucional

Antes de avanzar en el análisis de las transformaciones operadas a este nivel es importante detenernos en algunas definiciones teóricas vinculadas con la “dimensión institucional” de los procesos de integración. En este sentido, si bien existen diferentes teorías que intentan explicar la conformación de bloques regionales y los mecanismos que intervienen en

⁴ El 67% de las exportaciones de Brasil al MERCOSUR tuvieron como destino a este país en el año 2013 (Centro de Economía Internacional. Disponibles en: <<http://www.cei.gov.ar/es/comercio-exterior-por-socios>>).

⁵ Argentina disminuyó sus exportaciones al bloque de 16.123 millones de dólares en 2008 a 13.833 en 2009. Brasil de 21.737 millones de dólares a 15.829 en los mismos años. Similar tendencia se observa en los otros dos países.

un proceso de estas características, en general su horizonte de análisis se circunscribe al caso europeo, lo que torna difícil su operacionalización para estudiar las experiencias latinoamericanas.

En este marco, la principal disputa entre las distintas teorías se ha establecido en torno a si la integración es un fenómeno motorizado por los Estados y da cuenta de que éstos siguen siendo los actores centrales del sistema internacional o si, por el contrario, la presencia de instituciones supranacionales señala una pérdida de relevancia de los Estados a favor de otro tipo de actores, ya sean éstos las propias instituciones supranacionales, grupos de presión transnacionales u otros. Tanto el intergubernamentalismo,⁶ el regulacionismo⁷ como algunos enfoques institucionalistas⁸ adhieren al primer supuesto mientras que el neofuncionalismo⁹ y sus distintas versiones,

⁶ Uno de sus principales exponentes actuales, Moravcsik (1991, 1993, 1994) plantea que las negociaciones a nivel regional no se efectúan en base a supuestos intereses regionales liderados por instituciones comunitarias supranacionales, sino por el interés de los Estados, basados en sus propias preferencias nacionales. En este sentido, la teoría es especialmente útil para abordar los procesos de negociación interestatales, a nivel de los gobiernos y de las distintas instancias de decisión

⁷ El regulacionismo plantea una interpretación del desarrollo histórico del sistema capitalista vinculándolo con el conjunto de instituciones, normas y procedimientos que aseguran su reproducción (“modo de regulación”). Los procesos de integración (su desarrollo, profundización, retroceso, reorganización) encuentran su explicación de acuerdo al modo de regulación imperante tanto a nivel de los Estados como del sistema internacional.

⁸ Para Malamud y Schmitter (2006, p. 7-8), con quienes coincidimos: “La mayor parte de los aportes teóricos recientes sobre la integración europea, y regional en general, proclaman con orgullo que son institucionalistas... y de inmediato se apresuran a advertir al lector que hay muchas variantes de “eso”. Citando a Schmitter (2002), plantean que “El institucionalismo, como tal, tiene apenas un contenido mínimo (la frase “las instituciones importan” parece resumirlo y agotarlo), pero algunos de sus subtipos tienen al menos el derecho a ser rotulados como “enfoques”.

⁹ En sus diversos desarrollos se parte del supuesto de que la integración es un proceso complejo en el que participan múltiples actores, donde la dinámica misma del proceso termina transformando el “campo de juego” en el que esos actores interactúan. Haas (1958, 1966) con su análisis del proceso de integración europeo, es el principal referente del neofuncionalismo en su versión original. Dentro del esquema conceptual desarrollado por la teoría se encuentra la noción de spillover effect (efecto derrame), que ocupa un lugar central. Originalmente, para esta perspectiva el movimiento de integración entre dos o más Estados debía partir de un sector económico estratégico en expansión, capaz de generar atracción sobre otros sectores. La gestión del sector escogido debía ser confiada a una autoridad tecnocrática con las competencias y la autonomía necesarias para

el federalismo, la mayor parte de los enfoques institucionalistas y el enfoque de la gobernanza multinivel defienden el segundo. Para el primer grupo la integración regional no ha modificado (ni lo hará) la naturaleza del sistema interestatal en tanto que para el segundo la integración es un proceso que necesariamente ha cambiado (y lo seguirá haciendo) las relaciones entre estados, la naturaleza de los mismos estados y el propio sistema interestatal (en el cual los Estados no son los únicos actores relevantes).

Dentro de este cuadro, el lugar que ocupan las instituciones de integración es variable, pero en general se asume que éstas deben ser supranacionales, es decir que los Estados miembros han cedido parte de sus atribuciones soberanas a órganos autónomos con capacidad de imponer sus decisiones sobre los propios Estados. El neofuncionalismo histórico es un clásico ejemplo en este sentido, cuando afirma que la lógica incremental que motoriza la integración es resultado de decisiones técnicas. A su vez, esas “decisiones técnicas [...] deben ser adoptadas por tecnócratas; en realidad, el papel dirigente del tecnócrata es indispensable” (HAAS, 1966 p. 26). Los tecnócratas son los funcionarios de las instituciones supranacionales, al estilo de la Comisión y el actual Tribunal de Justicia de la Unión Europea. Ahora bien, no es esa la realidad del MERCOSUR, ni en sus inicios ni en la actualidad, ya que no posee -con algunas salvedades que explicamos posteriormente- ninguna institución de carácter supranacional.

En esta línea, el intergubernamentalismo liberal, si bien también asume la existencia de instituciones supranacionales, nos ofrece algunas claves para comprender el rol e importancia de las instituciones en los procesos de integración. En este sentido, Moravcsik (1993, p. 517), en base a la teoría de los regímenes internacionales, afirma que las instituciones incrementan la

participar activamente en la dirección del proceso. Si la integración del sector tenía éxito, se produciría un “derrame funcional”, a saber: la necesidad de incorporar nuevos sectores, ligados directa o indirectamente al sector integrado, de manera de maximizar los beneficios obtenidos hasta el momento. Bajo esta lógica, las élites socioeconómicas, en la medida en que percibirían los beneficios derivados de la integración demandarían su incorporación y defenderían su avance (“derrame político”), transformándose así en las principales promotoras o agentes del proceso de integración. En esta versión de la teoría el órgano tecnocrático desempeña también un papel preponderante estimulando la intensificación del proceso de integración y la incorporación de otros sectores.

eficiencia de las negociaciones intergubernamentales, “proporcionando un conjunto de normas pasivas que reducen los costos de transacción”.¹⁰ Esta mirada, complementada con otros aspectos ya específicos del caso europeo y que no consideraremos aquí, rescata entonces el papel de las instituciones como potenciadoras de los beneficios de la cooperación. En similar sentido, Do Amaral Junior (2000, p. 295) plantea que las instituciones:¹¹

1-possibilitam a incorporacão ou a exclusão dos agentes sociais determinando em que condições os atores são considerados habilitados para participar dos procedimentos decisórios; 2-definem a maior ou menor probabilidade de que cortos resultados venham a ocorrer [...]; 3-agregam e estabilizam a organizacão dos agentes que interagem com a instituicão; 4-induzem padrões de representacão que pressupõem o direito de falar em nome de outrem, bem como a capacidade de obter o reconhecimento e a adesão dos representados [...]; 5-permitem a estabilizacão dos agentes, representantes e expectativas [...]; 6-ampliam o horizonte temporal dos atores, já que é possível esperar que as interações institucionalizadas tenham continuidade no futuro ou que sua alteracão se processe de maneira lenta e gradual.

De acuerdo con nuestra perspectiva, en un proceso de integración cada una de estas funciones propias de las instituciones cobran relevancia en relación con el objetivo último del proceso, es decir de aquello que, en definitiva, legitima y explica las razones por las cuales los estados se integran. Así, la evaluación de la estructura institucional del MERCOSUR tiene que analizarse necesariamente en relación con los propósitos que justifican su existencia. El Tratado de Asunción lo explicita claramente

¹⁰ Traducción realizada por Mariano Vaschetto y Constanza Capdevila, miembros del Proyecto CAID “La “nueva izquierda latinoamericana” en el marco del MERCOSUR. Políticas económicas e integración regional en el período 2003-2010”, ámbito desde el cual se están llevando a cabo las investigaciones que posibilitaron la escritura del presente artículo.

¹¹ Cabe destacar que el autor se refiere a la importancia de las instituciones en el conjunto de la vida social, pero lo hace en el marco de un artículo dedicado precisamente a analizar la institucionalidad del MERCOSUR.

en sus considerandos: “la ampliación de las actuales dimensiones de [los] mercados nacionales, a través de la integración, constituye condición fundamental *para acelerar [los] procesos de desarrollo económico con justicia social*” (TRATADO DE ASUNCIÓN, 1991, cursivas nuestras).

La estructura institucional: cambios y continuidades

En el año 2000, el antropólogo brasileño Gabriel Álvarez, en uno de los trabajos más agudos vinculados con el análisis del funcionamiento del MERCOSUR, planteaba que:

la inexistencia de una burocracia propia del Mercosur ha llevado a utilizar la expresión de un ‘Mercosur virtual’, para describir esta estructura que interconecta los aparatos de estado de los diferentes países sin crear una burocracia supranacional [...] Cuando observamos el proceso de institucionalización del Mercosur, vemos que en lugar de crearse instituciones se crearon agendas de reuniones intergubernamentales (ÁLVAREZ, 2000, p. 78).

A casi quince años de esta afirmación: ¿cuánto ha cambiado la institucionalidad mercosureña?

En principio, es útil recordar que la estructura decisoria se ha mantenido incólume: el poder sigue concentrado básicamente en el Consejo del Mercado Común (CMC), el Grupo Mercado Común (GMC) y, subsidiariamente, la Comisión del Comercio del MERCOSUR (CCM), únicos organismos con capacidad decisoria. Como se sabe, la composición de los mismos obedece a un criterio intergubernamental, lo que implica que están conformados por representantes de los Estados, en este caso de forma igualitaria, y que las decisiones deben tomarse por consenso. El hecho de que esos representantes estatales sean en su amplia mayoría a su vez funcionarios dependientes de los Poderes Ejecutivos les ha otorgado

a éstos una centralidad desconocida en otros procesos de integración.¹² En este aspecto el MERCOSUR no se ha transformado, aún cuando el “Consenso de Buenos Aires” establecía, ya en el año 2003, la necesidad de otorgarle mayor participación a la sociedad civil.¹³

Por otro lado, se han creado nuevas instituciones con la capacidad *potencial* de alterar los equilibrios inter-institucionales predominantes hasta el año 2003, y de disputar, *en el futuro*, el poder de decisión hasta ahora concentrado en los Poderes Ejecutivos. En principio, nos referimos a la Comisión de Representantes Permanentes del MERCOSUR (CRPM), el Tribunal Permanente de Revisión (TPR) y el Parlamento del MERCOSUR (PM).¹⁴

La CRPM nació en el año 2003 como órgano *permanente* de representación *de los Estados en el MERCOSUR*. Si bien en un principio se especuló con que era el embrión de la primera institución supranacional, lo cierto es que sus funciones se limitaron *a asistir al CMC* sobre el estado

¹² Al respecto, Malamud plantea que tanto los factores domésticos -ligados principal pero no exclusivamente al diseño presidencialista de los regímenes políticos de los Estados miembros del MERCOSUR- como el formato institucional adoptado a nivel regional, contribuyeron a que “la intervención presidencial en la gestión del MERCOSUR se ha [ya] convertido en un elemento estructural del proceso de integración” (MALAMUD, 2010a, p. 133).

¹³ Sin embargo, desde el año 2010 se han realizado algunos avances, aún cuando éstos no implican resignar capacidades decisorias sino involucrar una participación más activa de otros actores sociales. Así, se creó la Unidad de Apoyo a la participación social, dependiente del Alto Representante General del MERCOSUR (Decisión CMC 65/2010). Posteriormente, mediante la Decisión CMC 56/2012 se institucionalizaron las Cumbres Sociales, que venían realizándose paralelamente a las reuniones del CMC -bajo el amparo del Programa Somos MERCOSUR- desde el año 2006. A partir de esta Decisión luego de cada Cumbre se presentarán los resultados de la misma al GMC. Finalmente, y en lo que constituye toda una novedad, mediante la Decisión CMC 02/2013 se estableció que cada Coordinación Nacional a cargo de la presidencia pro-témpore del MERCOSUR debía convocar a organizaciones y movimientos sociales antes de la finalización de su “mandato” para presentar un informe de avances del proceso.

¹⁴ La complejización y diversificación institucional del MERCOSUR está lejos de detenerse, ofreciendo nuevas oportunidades de participación (en clave de influencia, no de decisión) a actores potencialmente relevantes. Algunos de esos actores han logrado jerarquizar su posición institucional, como es el caso de los gobiernos subnacionales, ahora agrupados en el “Foro Consultivo de Municipios, Estados Federados, Provincias y Departamentos del Mercosur” (Decisión CMC 41/2004).

de desarrollo del proceso de integración y a presentar iniciativas para su fortalecimiento. Sin presupuesto propio (su financiamiento dependió del país de la nacionalidad de su Presidente hasta el año 2009 inclusive) fue perdiendo progresivamente su importancia, disponiéndose, por ejemplo, que los tres únicos cargos *temporales* creados para atender su funcionamiento (recién en el año 2010) fuesen atendidos *con los excedentes* del presupuesto de la Secretaría del MERCOSUR.¹⁵ La experiencia de la Comisión, sin embargo, no parece haber sido desaprovechada: crear instituciones con representantes estatales induce dinámicas intergubernamentales, no regionales. Así, en el año 2010 se decidió crear la figura del “Alto Representante General del MERCOSUR” (ARGM) con la función también de asistir al CMC (Decisión CMC 63/2010) pero ahora *en tanto representante del interés regional*.¹⁶ En esta línea, se lo dotó de amplias funciones de coordinación, representación y propositivas, tiene una sede fija (en Montevideo) y un Gabinete con funcionarios concursados (cuatro Técnicos y tres asistentes), además de presupuesto propio.¹⁷ Lamentablemente, el comienzo de esta experiencia institucional deja serias dudas sobre la proyección del ARGM y del propio MERCOSUR: el primer funcionario nombrado, Samuel Pinheiro Guimarães, renunció apenas un año después. En su carta de renuncia, un documento que lúcidamente menciona las principales dificultades del bloque y los desafíos a futuro, deja entrever que su alejamiento del cargo se debe precisamente a la falta de apoyo a sus propuestas de fortalecimiento de la integración y concluye:

Estou convencido de que se não forem tomadas estas medidas e se não houver um engajamento firme dos Presidentes o MERCOSUL poderá sobreviver mas

¹⁵ En el año 2010 se crearon dos cargos técnicos nuevos, completándose así el total de recursos humanos con lo que cuenta esta Comisión hasta la actualidad.

¹⁶ En la normativa que le da origen se usa una expresión menos comprometida “desempeñará sus funciones tomando en cuenta el interés general del MERCOSUR y la profundización del proceso de integración” (Decisión CMC 63/2010, art. 4).

¹⁷ Solventado en un 50% por Brasil, un 25% por Argentina, un 15% por Uruguay y un 10% por Paraguay. Mediante la Decisión CMC 33/2012 se estableció además el aporte provisorio de Venezuela.

sobrevivirá sempre claudicante e não se transformará em um bloco de países capaz de defender e promover, com êxito, seus interesses neste novo mundo que surgirá das transformações e das crises que vivemos” (RELATÓRIO AO CONSELHO DE MINISTROS, 2012, p. 15).

En lo que respecta al TPR,¹⁸ éste representó sin lugar a dudas un salto cualitativo en el sistema de solución de controversias. Su carácter permanente posibilita la conformación de jurisprudencia en relación con la interpretación de la normativa del MERCOSUR, además de constituirse en un referente ineludible en lo que respecta al cumplimiento de esas normas.¹⁹ La creación del TPR también implicó un avance en la consolidación de instituciones permanentes para el MERCOSUR. En esta línea, mediante la Decisión CMC 26/2004 se designó a los primeros Árbitros, procedimiento que siguió funcionando hasta la actualidad. En el año 2005 se creó además la Secretaría del Tribunal prevista en el Protocolo de Olivos, con una provisión de cuatro cargos permanentes.²⁰ Finalmente, al año siguiente se acordó un sustento presupuestario solventado en partes iguales por los cuatro Estados (Resolución GMC 72/2006), decisión refrendada por el CMC en el año 2010 (Decisión CMC 29/2010). En definitiva, el TPR es una institución en funcionamiento. Sin embargo, desde su creación sólo se han emitido seis laudos arbitrales -cuatro de los cuales estuvieron vinculados con el mismo conflicto-,²¹ tres opiniones consultivas y una Resolución. Cabe destacar que estas cifras no dan

¹⁸ Cabe mencionar que el Protocolo de Olivos que habilitó la creación de este Tribunal se firmó en febrero de 2002, pero recién entró en vigencia en enero de 2004.

¹⁹ Es importante considerar que hay un conjunto de elementos que alejan la posibilidad de que el TPR pueda ser considerado como un Tribunal de Justicia al estilo del de la Unión Europea. En especial que resuelve conflictos sólo entre Estados, que no es un tribunal obligatorio para los países que forman parte del MERCOSUR (“opción de foro”) y que, si bien está contemplada la posibilidad de que los Tribunales Superiores de los Estados miembros soliciten opiniones al TPR en lo referente a la interpretación de la normativa MERCOSUR, esa consulta no es obligatoria.

²⁰ Resolución GMC 66/2005. Mediante la Resolución GMC 58/2008 se creó un quinto cargo.

²¹ La disputa entre Argentina y Uruguay por la prohibición del primer país de importar neumáticos remodelados procedentes del segundo.

cuenta del bajo índice de controversias al interior del MERCOSUR, -cuyos reiterados problemas comerciales pueden seguirse por intermedio de los medios de comunicación- sino que, por el contrario, nos advierten de que las mismas se procesan por intermedio de otros mecanismos, especialmente las negociaciones y encuentros presidenciales. Al respecto, MALAMUD (2010b, p. 122) plantea, en un trabajo que analiza tres conflictos específicos,²² que:

En casi cada episodio, la alternativa favorita fue retrasar el cumplimiento de los tratados y posponer las negociaciones para alcanzar un acuerdo permanente. Igualmente, el curso favorable de la acción se basó siempre en negociaciones informales, bilaterales (por ejemplo Argentina-Brasil) y nunca en la petición de procedimientos formales.

En este sentido, el autor considera a éste como un rasgo estructural del proceso de integración que descansa no sólo en la concentración de poder en los Poderes Ejecutivos Nacionales, sino también en el accionar de los actores domésticos (principalmente los grupos empresariales) que, lejos de preferir una “solución institucional regional” optan por ejercer presión a favor de sus intereses a nivel nacional, ya sea sobre los Congresos, ya sea sobre los Presidentes.

Finalmente, el tercer avance institucional de relevancia fue la transformación de la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR en un Parlamento Regional. El Parlamento fue creado como un “órgano de representación de [los] pueblos, independiente y autónomo, que integrará la estructura institucional del MERCOSUR”. Bajo este criterio, el Protocolo que le dio origen estableció que “El Parlamento estará integrado por representantes electos por sufragio universal, directo y secreto” (PCPM, art. 1).²³ Si bien el Parlamento reemplazó a la CPCM

²² En torno a los sectores del azúcar, del régimen automotriz y de la devaluación de Brasil en enero de 1999.

²³ En este sentido, es innegable su homologación con el Parlamento Europeo. Sin embargo, de la lectura atenta de sus competencias se revela que en su formato actual no es demasiado diferente a la antigua CPC (RAMOS, 2010).

en el año 2006, se estipuló que recién en el período 2011-2014 fueran elegidos los legisladores por medio de este procedimiento, siendo hasta entonces nombrados por los propios Congresos Nacionales en un número de dieciocho (18) por Estado parte. En las elecciones directas debía ponerse en práctica “un criterio de representación ciudadana” acordado por consenso entre las delegaciones parlamentarias nacionales, lo que implicaba romper con el criterio de igualdad en el número de representantes por país. Dicho acuerdo, denominado “Acuerdo Político”, y basado en un criterio de representación atenuada,²⁴ fue alcanzado en abril del año 2009 entre los legisladores del Parlamento, pero aprobado por el CMC recién en octubre de 2010 (mediante la Decisión 28/2010). Mientras tanto, sólo Paraguay pudo cumplir con lo previsto por el Protocolo, eligiendo a los primeros parlamentarios en las elecciones presidenciales del año 2008.²⁵

El vencimiento de plazos obligó al CMC a redefinir las fechas, disponiéndose que el Acuerdo Político “regiría luego de la tercera etapa de transición [2015]”. Así, y aceptando una Recomendación del Parlamento, “se estipuló que en la segunda etapa de transición (2011-2014) Argentina y Brasil [...] contarían con 26 y 37 parlamentarios, respectivamente [frente a los 18 de Paraguay y Uruguay]. Esta reducción no obedece a un criterio matemático, sino a la voluntad política de los parlamentarios de los socios mayores, la cual permitió destrabar la negociación” (PORCELLI, 2013, p. 7).

En el mismo trabajo, el autor citado pone de manifiesto las demoras en aprobar las necesarias reformas en las leyes electorales de Argentina,²⁶ Brasil y Uruguay (todavía no logradas en los dos últimos

²⁴ Según este Acuerdo, a Paraguay y Uruguay le corresponderían dieciocho representantes (11,7% de los escaños a cada uno), a Argentina cuarenta y tres (27,9%) y a Brasil setenta y cinco (48,7%).

²⁵ El Protocolo establecía que las elecciones debían llevarse a cabo antes de diciembre de 2010. La demora en la aprobación del Acuerdo Político hizo imposible cumplir con este compromiso.

²⁶ Cabe destacar que en el año 2014 Argentina logró la aprobación de la Ley 27.120 por la cual elegirá a sus representantes de forma directa en simultaneidad con las próximas elecciones presidenciales.

casos) para cumplir con lo dispuesto en el Protocolo y las dificultades al interior del mismo Parlamento para sancionar disposiciones que permitieran “salvar” el vacío normativo que se generó al no poder cumplir con lo estipulado. En este sentido, durante el primer semestre del año 2011 el Parlamento no funcionó; a posteriori, las coyunturas políticas nacionales bloquearon el accionar de las delegaciones de Argentina²⁷ y de Paraguay²⁸ principalmente.

Por otro lado, un segundo elemento debe ser considerado en relación con el funcionamiento del Parlamento, como lo son sus escasas competencias para incidir en el desarrollo de la integración y la poca disposición de los propios legisladores para hacer uso pleno de las mismas. Así, uno de los Informantes entrevistados para este trabajo afirmaba:

Para mí el Parlamento tiene muchas facultades [...] El problema fundamental es que el Parlamento no [las] puso en funcionamiento y todavía no ha encontrado la manera de hacerlo [...] el Parlamento tiene muchas competencias pero todavía no ha logrado la dinámica de funcionamiento que le posibilite utilizarlas” (Informante A, Entrevista personal, 10/06/2010).

En síntesis, el panorama regional es complejo y disímil según la institución que consideremos. Ahora bien, es importante tener en cuenta que la CPRM y el ARGGM, el TPR y el Parlamento del MERCOSUR no agotan la innovación institucional experimentada por el MERCOSUR. En efecto, un segundo conjunto de instituciones nació en estos años, en estrecha relación con la ampliación de la agenda experimentada a nivel regional.

²⁷ Durante el año 2011 y parte del 2012 la dinámica electoral interna impidió la designación de los miembros de la comitiva argentina.

²⁸ Debido al golpe de estado Parlamentario contra el Presidente Fernando Lugo, que implicó la suspensión de este país de todas las instituciones del MERCOSUR.

La problemática de los Derechos Humanos,²⁹ la democracia,³⁰ derechos sociales,³¹ asimetrías,³² entre otras tantas temáticas novedosas fueron traducidas a nivel regional mediante la creación de nuevas

²⁹ La problemática de los derechos humanos fue impulsada principalmente por el gobierno argentino y alcanzó su primera proyección institucional a nivel regional con la creación de la Reunión de Altas Autoridades sobre Derechos Humanos del MERCOSUR (Decisión CMC 40/2004), una institución que no escapaba a la lógica ya enunciada por Álvarez (2000). Sin embargo, en el año 2009 se decidió también la creación del Instituto de Políticas Públicas de Derechos Humanos (Decisión CMC 14/2009), dependiente de la anterior, pero con presupuesto propio financiado con aportes de los estados y cargos administrativos y técnicos específicos. Tiene sede en la Ciudad de Buenos Aires y es actualmente un organismo regional muy dinámico. Cabe destacar además que en junio de 2005 los Estados parte del MERCOSUR suscribieron el “Protocolo de Asunción sobre compromiso con la promoción y protección de los derechos humanos del MERCOSUR”, que establece que “La plena vigencia de las instituciones democráticas y el respeto de los derechos humanos y de las libertades fundamentales son condiciones esenciales para la vigencia y evolución del proceso de integración entre las Partes” (art. 1).

³⁰ Si bien la preservación del régimen democrático de los Estados miembros ha sido una preocupación desde los orígenes mismos del MERCOSUR, plasmado en la década de los 90 con la firma del Protocolo de Ushuaia (1998), a partir del año 2003 se vuelven a impulsar mecanismos específicos para garantizarla. Nace así el Observatorio de la Democracia del MERCOSUR (Decisión CMC 24/2006 y Decisión CMC 05/2007), organismo destinado a realizar análisis para consolidar la democracia en la región y a organizar misiones de Observadores Electorales. Está asociado al Centro MERCOSUR de Promoción de Estado de Derecho, institución creada en el año 2004 que tiene su sede en el mismo edificio donde funciona el TPR (Decisión CMC 24/2004). En la misma línea, en diciembre de 2011 los Estados parte firmaron el Protocolo de Montevideo sobre compromiso con la democracia en el MERCOSUR (Ushuaia II), que refuerza y actualiza las medidas que pueden adoptar los Estados parte ante la amenaza de quiebre del orden democrático en uno de los Estados miembros.

³¹ Si bien las temáticas vinculadas a los aspectos sociales de la integración son abordadas por distintas instituciones, nos interesa destacar particularmente la creación del Instituto Social del MERCOSUR en el año 2007 (Decisión CMC 03/2007). Mediante Decisión CMC 37/2008 se lo dotó inicialmente de un cuerpo estable de cinco funcionarios (incluyendo al Director) y se estableció el aporte específico de los estados miembros como soporte de su presupuesto.

³² Sin lugar a dudas, uno de los pilares del “nuevo MERCOSUR” que empieza a perfilarse a partir del año 2003 es la preocupación por las asimetrías entre los Estados parte. En esta línea, la aprobación de fondos y programas específicos destinados a atenuarlas es la mayor novedad. El Fondo de Convergencia Estructural del MERCOSUR (FOCEM) es el más relevante y el que alcanzó mayor grado de implementación. Con su creación se reconoció explícitamente la disparidad de desarrollo entre los Estados Miembros, plasmada en la contribución diferencial del Fondo, estableciendo además implícitamente que el desarrollo de los miembros menos favorecidos debía en parte ser responsabilidad de sus socios, reflejando esta posición en el destino de los aportes que conforman el fondo.

instituciones específicas o la firma de Protocolos entre los Estados miembros. En este sentido, si se observa el organigrama institucional actual del MERCOSUR y se lo compara con el que presentaba hacia el año 2002 es notoria la diversificación y complejización que éste ha experimentado. Ahora bien, complejización institucional no se traduce automáticamente en profundización de la integración. Como lo demuestran los casos ya mencionados, el MERCOSUR ha presentado avances relevantes, pero éstos se han enfrentado a obstáculos importantes que han diluido en gran medida su potencial transformador.

El MERCOSUR: ¿estancamiento o avance de la integración?

Tanto las cifras vinculadas a la “dimensión comercial” del MERCOSUR como la breve revisión sobre algunos aspectos del cambio institucional experimentado por el proceso de integración en estos años ofrecen un panorama donde predominan los tonos grises.

En esta línea, hoy se constata que el proceso de integración posee finalmente instituciones permanentes con “funcionarios MERCOSUR”,³³ que desempeñan “sus funciones *a título personal* de acuerdo a la normativa MERCOSUR, *absteniéndose de solicitar o recibir instrucciones de gobierno alguno*” (Decisión CMC 03/2012, las cursivas son nuestras). El núcleo de esta estructura es la Secretaría del MERCOSUR (SM), con un plantel de aproximadamente cuarenta (40) funcionarios,³⁴ a los que cabría sumar

³³ Se considera “funcionarios MERCOSUR”, “a las personas físicas seleccionadas y contratadas de forma regular de acuerdo al procedimiento establecido en la normativa MERCOSUR, para realizar tareas remuneradas en un órgano de la estructura institucional que cuente con un presupuesto conformado por aportes de los Estados parte” (Decisión CMC 03/2012). Mediante la Decisión 04/2012 se estableció además un Régimen de Carrera específico. Cabe recordar por último que en el año 2003 se creó un Tribunal Administrativo-Laboral del MERCOSUR (Resolución GMC 54/2003) como instancia jurisdiccional para resolver las reclamaciones vinculadas con cuestiones administrativas-laborales del personal vinculado de forma permanente o transitoria al MERCOSUR.

³⁴ Según la Decisión CMC 07/2007, que estableció la estructura funcional de la Secretaría, ésta está habilitada a contar con un máximo de 40 funcionarios, pero el GMC puede

el personal vinculado al funcionamiento del Parlamento,³⁵ la Secretaría del TPR y los funcionarios nombrados para los Institutos creados en los últimos años que ya mencionamos. En conjunto, probablemente entre cien y ciento cincuenta “funcionarios MERCOSUR”, técnicos y administrativos. Muy poco, si pensamos que los países del MERCOSUR, incluyendo Venezuela, tienen una población superior a los 275 millones de habitantes; mucho, si pensamos que hace diez años ese número apenas superaba la veintena. Por supuesto, la gestión de un “mercado común” -o aún de una “unión aduanera”- supone un número muchísimo más elevado de personal especializado y aquí encontramos, precisamente, una de las asignaturas pendientes del proceso de integración.³⁶

El lento desarrollo institucional del MERCOSUR, por otro lado, se corresponde con su gradual avance económico-comercial. Sin que se pueda afirmar categóricamente que “las economías más grandes de América Latina no han aumentado su complementariedad” (MALAMUD, 2013: 4), lo cierto es que ésta se ha incrementado de forma acaso demasiado lenta y gradual. Si comparamos el año 1991 con los últimos datos disponibles (Cuadro N. 1) observamos que Argentina pasó de exportar el 16,51% del total de sus exportaciones a sus socios del MERCOSUR, a 25,2% (en el año 2013), es decir, un incremento de 8,69 puntos porcentuales. En el caso de Brasil, se pasó de 7,3% a 12,2% (también en el año 2013), con un incremento de sólo 4,9 puntos porcentuales. Como ya mencionamos, Paraguay es el único país que tuvo un incremento significativo: de 35,4% a 64,56% (año 2012), con una suba de casi 30 puntos porcentuales. Uruguay, por el contrario, disminuyó el porcentaje de exportaciones a la región: de 44,2% a 32,07% (año 2012), con una merma de 12,13 puntos porcentuales.³⁷

autorizar su incremento. De acuerdo a la información disponible en la página de la Secretaría, ese es actualmente el número aproximado de su plantel.

³⁵ No se ha podido localizar información fehaciente sobre la cantidad de funcionarios vinculados al Parlamento del MERCOSUR. Su organigrama indica en todo caso un plantel mínimo de cerca de 40 funcionarios.

³⁶ La creación del Instituto MERCOSUR de Formación (Decisión CMC 04/2007 y Resolución GMC 57/2007), dedicado a la capacitación y formación de funcionarios públicos en materia de integración es un primer e incipiente paso en este sentido.

³⁷ Si consideráramos las cantidades las conclusiones serían opuestas, de ahí la importancia

Estos lentos avances se vinculan con las dificultades estructurales que presentan las economías de la región. Una de ellas es el carácter extrovertido de las mismas; en palabras de VIGEVANI (2013, p. 423):

Todos os países da região, não só o Mercosul, têm relações econômicas centralmente orientadas para os países centrais, ao que se acrescenta a China no século XXI. O Mercosul não conseguiu, ou talvez não tenha se proposto, alterar esse tipo de relação. Do ponto de vista dos interesses empresariais e corporativos essas relações são vantajosas.

La extroversión, la no complementariedad³⁸ y la disparidad en términos de desarrollo económico (en especial de los respectivos sectores industriales) dificultan el logro de acuerdos que impulsen decisivamente la integración.

Aún así, el MERCOSUR ha logrado avances fundamentales, como el acuerdo en torno al Código Aduanero (Decisión CMC 27/2010). Si logra ponerse en práctica, será finalmente un único territorio aduanero y dispondrá de los recursos generados por el arancel externo común, ya sea para elaborar un presupuesto común o para incrementar los montos de mecanismos compensadores de las asimetrías como el FOCEM. Ahora bien, como parece ser la norma, acordar no significa implementar. Aún cuando se establecía que el Código debía entrar en vigencia a más tardar el 1° de enero del año 2012, hasta el momento sólo Argentina lo ha internalizado.³⁹

de pensar la interdependencia como una relación entre las exportaciones intrazona y extrazona. En este sentido, comparando 1991 con 2006 los montos exportados por país son: Argentina 1833 millones de dólares (1991) frente a 20928 millones (2023); Brasil 1320 millones de dólares (1991) frente a 29533 millones (2013); Paraguay: 379 millones de dólares (1991), frente a 3252 millones (2012) y Uruguay: 696 millones de dólares (1991), frente a 2757 millones (2012). Datos disponibles en: <<http://www.cei.gov.ar/es/comercio-exterior-por-socios>>.

³⁸ Al respecto, el mismo autor plantea que “Diferentemente da União Europeia que é centro da reflexão histórica e teórica a respeito dos processos de integração regional, no caso do Mercosul a não complementaridade econômica é óbvia. Mas não há estudos adequados, suficientes sobre isso” (VIGEVANI, 2013, p. 422).

³⁹ Las “normas MERCOSUR” no poseen ni efecto directo ni aplicabilidad inmediata. Íntimamente vinculados, ambos conceptos refieren a la imposibilidad de que los particulares

En resumidas cuentas: ni estancamiento ni avance decisivo; la integración parece avanzar a un ritmo propio, entre las reiteradas muestras de “voluntad política” y las compleja suma de contradicciones que presenta el MERCOSUR a nivel regional y a nivel doméstico de cada estado miembro.

Referencias

- ALVAREZ, Gabriel. *Políticos y diplomáticos en la política de integración del Cono Sur*. Tesis (Doctorado en Antropología Social) - Universidad de Brasilia, Brasilia, 2000.
- BOUZAS, Roberto. El MERCOSUR diez años después. ¿Proceso de aprendizaje o deja vú?. *Desarrollo Económico*, v. 41, n. 162, p. 179-200, jul.-sep. 2001.
- BOUZAS, Roberto. *Mecanismos para compensar los efectos de las asimetrías de la integración regional y la globalización: lecciones para América Latina y el Caribe*. El caso del MERCOSUR. Documento del Seminario “Global y Local: el desafío del desarrollo regional en América Latina y el Caribe”. Milán: BID, 2003b.
- CAETANO, Gerardo (Coord.). *La reforma institucional del MERCOSUR. Del diagnóstico a las propuestas*. Uruguay: CEFIR, 2009a.
- CAETANO, Gerardo. Integración regional y estrategias de reinserción internacional en América del Sur. Razones para la incertidumbre. *Revista Nueva Sociedad*, Caracas, n. 219, p. 157-172, ene.-feb. 2009b.
- CEI. *Cooperación Macroeconómica en el Mercosur: un análisis de la interdependencia y una propuesta de cooperación*. Buenos Aires: Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto - Estudios del Centro de Economía Internacional, 2005.

puedan invocar las normas regionales frente a los Estados Nacionales u otros particulares, ya que para que éstas tengan vigencia deben ser transformadas primero en derecho interno por los procedimientos previstos en los ordenamientos jurídicos de cada Estado. Ambos conceptos, a su vez, remiten a la ausencia de primacía de las normas regionales frente a los ordenamientos jurídicos nacionales.

- DO AMARAL JÚNIOR, Alberto. Mercosul: características e perspectivas. *Revista de Informação Legislativa*, a. 37, n. 146, p. 291-307, abr.-jun. 2000.
- HAAS, Ernst B. *Partidos políticos y grupos de presión en la integración europea*. Buenos Aires: INTAL-BID, 1966.
- HAAS, Ernst B. *The Uniting of Europe*. Stanford: Stanford University Press, 1958.
- KEOHANE, Robert. *Interdependencia, cooperación y globalismo*. CIDE: Mexico, 2005.
- MALAMUD, Andrés. El MERCOSUR: misión cumplida. *Revista de la SAAP*, v. 7, n. 2, p. 265-273, 2013.
- MALAMUD, Andrés. *Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional*. Ponencia presentada en el V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), Buenos Aires, Julio de 2010a.
- MALAMUD, Andrés. La diplomacia presidencial y los pilares institucionales del MERCOSUR: un examen empírico. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, n. 5, Madrid, p. 113-138, oct. 2010b.
- MALAMUD, Andrés; SCHMITTER, Philippe. La experiencia de integración europea y el potencial de integración del MERCOSUR. *Desarrollo Económico*, v. 46, n. 181, p. 3-31, abr.-jun. 2006.
- MORAVCSIK, Andrew. *Why the European Union strengthens the State: Domestic Politics and International Cooperation*. Paper presented at the Annual Meeting of the American Political Science Association, New York, NY, 1994.
- MORAVCSIK, Andrew. Preferences and Power in the European Community: A Liberal Intergovernmentalist Approach. *Journal of Common Market Studies*, v. 31, n. 4, p. 473-524, 1993.
- MORAVCSIK, Andrew. Negotiating the Single European Act: National Interests and Conventional Statecraft in the European Community. *International Organization*, v. 45, n. 1, p. 651-688, 1991.
- NYE, Joseph. Integración regional comparada: concepto y medición. *Revista de la Integración*, n. 5, p. 50-86, 1969. Disponible en: <http://www.iadb.org/intal/intalcdi/Revista_Integracion/documentos/e_REVINTEG_005_1969_Estudios_02.pdf>. Consulta en: 02 de Febrero de 2010.

- PORCELLI, Emanuel. *Parlamento del MERCOSUR: un proceso de instalación en distintas velocidades*. Ponencia presentada en el VI Encuentro del CERPI y IV Jornadas del CENSUD, La Plata, UNLP, 13 de sep. 2013.
- RAMOS, Hugo. Actores e instituciones regionales. La evolución de la institucionalidad del MERCOSUR en el período 1991-2006. En: AA.VV. *La Política Exterior de Cristina Fernández. Apreciaciones promediando su mandato*. Rosario: CERIR, 2010, p. 99-146.
- SCHMITTER, Philippe. Neo-Neofuncionalism. In: WIENER, Antje; DIEZ, Thomas (Ed.). *European Integration Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- SCHVARZER, Jorge. El MERCOSUR, un bloque económico con objetivos a precisar. En: DE SIERRA, Gerónimo (Coord.). *Los rostros del MERCOSUR. El difícil camino de lo comercial a lo societal*. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 21-43.
- VIGEVANI, Tullo. Mercosul e os problemas da integração regional. En: SARTI, Ingrid; PERROTA, Daniela; LEITE LESSA, Mônica; CARDOSO CARVALHO, Glauber (Org.). *Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI*. Rio de Janeiro: PerSe, 2013, p. 421-428.

*¿Hacia una segunda independencia? UNASUR y la construcción del consejo de defensa**

GERSON GALO LEDEZMA MENESES*¹

Universidad Federal de la Integración Latinoamericana

MILTON CARLOS BRAGATTI*²

Universidad Federal de la Integración Latinoamericana

Resumen: La UNASUR (Unión de Naciones Suramericanas) fue creada en 2008 y abrió una disputa por la hegemonía en la resolución de asuntos que hasta entonces se discutían en el ámbito de la OEA (Organización de los Estados Americanos) y siempre con la participación de los EE.UU. El objetivo de este artículo es discutir la Creación del Consejo de Defensa de UNASUR – sin la participación de Estados Unidos de América – como un hecho sin precedentes en la historia de las anteriores relaciones interamericanas desde el establecimiento de la hegemonía estadounidense en el continente a partir de mediados del Siglo XX. Todavía hay muchos retos y problemas para la consolidación de la integración regional de Sudamérica. Sin embargo, la UNASUR puede promover – por medio de su visión intercultural – una acción crítica del modelo existente de sociedad y disminuir las jerarquías que no permiten una verdadera integración.

Palabras-clave: *Colonialidad*; Unasur; Defensa; Integración Regional; Cooperación.

Abstract: The UNASUR – Union of South American Nations – was created in 2008 and opened a dispute for hegemony in resolving issues hitherto discussed in the framework of the OAS – Organization of American States, and always with the participation of the US. The aim of this article is to discuss the creation of UNASUR's Defense Council – without the participation of the United States of America – as unprecedented in the history of previous American relations since the establishment of US hegemony on the continent from the mid 20th Century. Still, there are many challenges and problems for the consolidation of regional integration in South America. However, the UNASUR can promote - through its intercultural vision - a critical action of the existing model of society and reduce hierarchies that prevent true integration.

Keywords: Coloniality; Unasur; Defense; Regional Integration; Cooperation.

* Recebido em 11 de julho de 2015 e aprovado para publicação em 19 de agosto de 2015.

¹ Doutor em História pela Universidade de Brasília (2000). Professor da Universidade Federal da Integração Latino-americana no curso de História e no Mestrado em Integração Contemporânea de América Latina.

² Maestro en Communication Arts en el New York Institute of Technology. Becario Capes en la Maestría en Integración Regional Contemporánea en la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana.

Introducción

Varios sectores gubernamentales en América Latina y Brasil, así como intelectuales, estudiosos de las relaciones exteriores de los países de América Latina, proponen que las naciones de América del Sur son parte de un continente donde la paz reina entre los pueblos de diferentes naciones (DOMÍNGUEZ, 2003, p. 21).¹ La afirmación se respalda en el discurso de que, por más de cien años, la región no presencié una gran guerra, sin señales de que esta situación cambie en un futuro próximo.

Sin embargo, se reconoce que todavía hay disputas fronterizas entre los países de América Latina y peligros internos en algunos otros y riesgo de interferencia de naciones extra regionales y sus intereses. Creemos que la puesta en marcha de proyectos de defensa nacional y regional lleva implícita una preocupación frente a amenazas declaradas y otras no explícitas. Preocupación frente a potencias extra-regionales, como los Estados Unidos que, con su política externa, muchas veces también contribuye para dividir la opinión pública en el continente y avivar rivalidades entre diferentes países, tal como ha pasado recientemente entre Colombia, Venezuela y Ecuador, donde el Plan Colombia ha jugado papel primordial. Guerras provocadas desde los mismos Estados nación que, al defender los intereses de las élites agropecuaria e industrial, sin hablar de los grupos económicos transnacionales, han desatado guerras de diferentes tipos, tal como la guerra civil colombiana que ha victimado millones de campesinos, indígenas, comunidades afrodescendientes y otros sectores, la mayoría de ellos desplazados de forma violenta al interior del país o fuera de él.

Nuestro interés en este artículo es mostrar hasta donde la creación de la UNASUR y del Consejo de Defensa, por ser un proyecto vehiculado por los países sudamericanos, podría envolver la participación efectiva de diferentes poblaciones o comunidades, y de movimientos sociales, entre otros, para adquirir la suficiente fuerza y legitimidad y las bases suficientes para su consolidación y proyección en el tercer milenio.

¹ Esta afirmación fue ampliamente colocada durante la *III Conferencia sobre Relaciones Exteriores*, “O Brasil e as tendências do cenário internacional”. Brasília, UNB, 27/11/2014.

Haremos un recorrido por la historia de América Latina, desde su independencia, y los postulados unionistas de líderes criollos como Simón Bolívar, para mostrar que tales propuestas al estar plasmadas junto a los intereses de los entonces incipientes Estados nación, o mejor de regiones, si entendemos que aquellos se proyectan como tales solo en la segunda mitad del siglo XIX, no pudieron crear raíces profundas que les dieran sustento a lo largo de los siglos siguientes, pues no fueron igualmente legitimados por poblaciones que continuarían siendo vistas como subalternas por estos proyectos regionales y después por el Estado – que heredó del período colonial las mismas armas de dominación basadas en jerarquías de poder y de saber, lo que hoy se denomina de *colonialidades*.²

En ese sentido, reflexionaremos acerca de si la UNASUR y el Consejo de Defensa tienen posibilidad de hacer un llamado a la defensa de la región a diferentes sectores populares, llámese indígenas, negros, movimientos sociales, movimientos feministas, y otras minorías raciales, sexuales e de género; o sea, a los excluidos de la Historia. Los mismos sectores excluidos por el aparato colonial ibérico aquí instaurado cuando la invasión al continente en 1492 y 1500. Consideramos la propuesta de Defensa y de Integración de América del Sur, proyectada desde la UNASUR □ Unión de Naciones Suramericanas – creada en 2000, una disputa por la hegemonía en la resolución de asuntos que hasta entonces se discutían en el ámbito de la OEA □ Organización de los Estados Americanos – siempre con la participación de los EE.UU.

² Entendemos con Anibal Quijano la *Colonialidad* como uno de los elementos constitutivos y específicos del padrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como una piedra angular del referido patrón de poder, y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas de la existencia cotidiana y la escala social. Se origina y se mundializa a partir de América. Con la construcción de América en el mismo momento y en el mismo movimiento histórico, el emergente poder capitalista se vuelve mundial, sus centros hegemónicos se localizan en las zonas situadas en el Atlántico – que después se identificarán como Europa-, y como ejes centrales de su nuevo sistema de dominación se establecen también la colonialidad y la modernidad. Con América Latina, concluye Quijano, el capitalismo se hace mundial, eurocentrado y la colonialidad y la modernidad se instalan, hasta hoy, como los ejes constitutivos de este específico sistema de poder (QUIJANO, 2007, p. 93-94).

Nortea este trabajo la hipótesis de que si bien diferentes formaciones de bloques económicos, a lo largo de dos siglos de Independencia política, no han permitido la incorporación de sectores sociales para una integración válida, la UNASUR y el Consejo de Defensa podrían cumplir un mejor objetivo, al pautarse en el desarrollo social de amplios grupos dejados de lado durante los siglos XIX y XX. La UNASUR, al incorporar preocupaciones frente a la educación, los derechos humanos, el respeto y la armonía con el medio ambiente, puede estarse colocando en el camino de la interculturalidad decolonial³. Una integración entre las poblaciones de América del Sur que deslegitime el viejo aparato estatal basado para gobernar en diferentes jerarquías, o *colonialidades*: del saber, del poder, del ser y de la naturaleza⁴. Al

³ “A interculturalidade somente terá significação, impacto e valor quando assumida de maneira crítica, como ação, projeto e processo que procura intervir na reestruturação e reordenamento dos fundamentos sociais que racializam, inferiorizam e desumanizam, ou seja, na própria matriz da colonialidade do poder, tão presente no mundo atual. Construir criticamente a interculturalidade requer transgredir e desmontar a matriz colonial presente no capitalismo e criar outras condições de poder, saber, ser, estar e viver, que apontem para a possibilidade de conviver numa nova ordem e lógica que partam da complementaridade e das parcialidades sociais. Interculturalidade deve ser assumida como ação deliberada, constante, contínua e até insurgente, entrelaçada e encaminhada com a de decolonializar” (WALSH, 2008, p. 131-152).

⁴ Conforme Catherine Walsh, “la colonialidad del poder se refiere al establecimiento de un sistema de clasificación social basada en una jerarquía racial y sexual, y en la formación y distribución de identidades sociales de superior a inferior: blancos, mestizos, indios, negros. Este es el uso de “raza” como patrón de poder conflictivo y permanente que desde la colonia hasta hoy ha mantenido una escala de indentidades sociales con el blanco masculino en la cima y los indios y negros en los peldaños finales, estas últimas como identidades homogéneas y negativas [...] Colonialidad del saber: el posicionamiento del eurocentrismo como la perspectiva única del conocimiento, la que descarta la existencia y visibilidad de otras racionalidades epistémicas y otros conocimientos que no sean los de los hombres blancos europeos y europeizados [...] Colonialidad del ser, un tercer eje, es la que se ejerce por medio de la inferiorización, subalterización y la deshumanización [...] Es a partir de esta racionalidad que se piensa el Estado nacional, históricamente haciendo que los pueblos y comunidades indígenas aparezcan como los bárbaros, no-modernos y no-civilizados, y los pueblos y comunidades negras - más que todo en la región andina - como no existentes o, en el mejor de los casos, extensión de los indígenas [...] Colonialidad de la madre naturaleza y de la vida misma. La que encuentra su base en la división binaria naturaleza/sociedade, descartando lo mágico-espiritual-social, la relación milenaria entre mundos biofísicos, humanos y espirituales, incluyendo el de los ancestros, la que da sustento a los sistemas integrales de vida y a la humanidad misma” (WALSH, 2008, p. 138-139).

incorporar preocupaciones frente a la igualdad de género, la UNASUR estaría intentando deslegitimar el sistema/mundo que, desde 1492, se estableció en América como siendo, además de capitalista/colonial/moderno, también patriarcal, tal como lo reconoce Ramón Grosfoguel (2010). Esta construcción de América del Sur como una región con sus propias reglas ha mostrado avances constantes y el área de la Defensa es una de las que ha tenido mayor desarrollo dentro de importantes iniciativas de UNASUR. El distanciamiento frente a los Estados Unidos también puede ser un camino en el proceso decolonial, pues durante casi todo el siglo XX varios sectores sociales de los países de América Latina han intentado imitar la cultura del país del Norte, basada en moldes protestantes y utilitarios. Sin hablar del alineamiento automático de varios gobiernos al sistema estadounidense.

Unasur y el Consejo de Defensa

La Creación del Consejo de Defensa de la UNASUR – sin la participación de Estados Unidos de América – es un hecho sin precedentes en la historia de las anteriores relaciones interamericanas desde el establecimiento de la hegemonía estadounidense en el continente a partir de mediados del Siglo XX. Uno de los principales factores que influenciaron la constitución del Consejo de Defensa fue la preocupación de varios gobiernos progresistas – que llegaron al poder en la región desde mediados de 2000 – con la posible deflagración de conflictos entre países vecinos. El ápice de la tensión fue el ataque de las Fuerzas Armadas Colombianas contra el campamento de la guerrilla en territorio ecuatoriano, con la invasión de Angostura en marzo de 2008, que resultó en el asesinato de Raúl Reyes, líder de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC).

Otro motivo fue la reactivación, en 2008, de la Flota IV de EEUU y la instalación de bases militares estadounidenses en territorios sudamericanos, como por ejemplo en Colombia y Perú que motivó una gran preocupación de los gobiernos progresistas y populares, por la amenaza a la autonomía y la preservación de la democracia en la región.

Una mirada histórica sobre las relaciones interamericanas, con una perspectiva genealógica de la historia de América y América del Sur específicamente, ofrece un panorama de arreglos, tensiones y fricciones entre las instituciones del llamado Sistema Interamericano □ por lo general acompañado por ideales “Panamericanos”, en la región que los estadounidenses suelen llamar de “Hemisferio Occidental” (*Western Hemisphere*) – y instituciones, ideas y conceptos con abordaje y objetivos latinoamericanistas, que en general buscan una mayor autonomía para la región en relación con el país del Norte. Este artículo también busca algunos elementos históricos para analizar esta genealogía y los desarrollos actuales en el ámbito de la defensa en América del Sur y, más concretamente, que terminaron en la creación del Consejo de Defensa de UNASUR.

Bolívar, el latinoamericanismo y el “surgimiento” de América del Sur

El proceso de independencia de las colonias de España se dio entre 1810 y 1825. Durante ese período, los varios líderes, desde Hidalgo en México, hasta Artigas en la Banda Oriental, conclamaron por la unidad de las diferentes regiones que componían los dominios hispanos. Bernardo O’Higgins, San Martín y Simón Bolívar apelaron a la unidad, a la confraternidad y a la realización del ideal unionista, tal como ya lo habían proclamado las diferentes Juntas de Gobierno que se establecieron en las capitales virreinales, desde 1810. “Unámonos”, apelaba Hidalgo, “todos los que hemos nacido en este dichoso suelo: veamos desde hoy como extranjeros y enemigos de nuestras prerrogativas, a todos los que no son americanos” (CASAS, 2007, p. 43-44). El cura pensaba que los criollos también eran los enemigos, por eso rápidamente su rebelión será aniquilada por aquellos. Iturbide hace parte de los ejércitos que masacraron a Morelos e Hidalgo. En 1811, José Artigas exaltaba en 1811 la patria continental. En 1813 su conciencia continentalista se manifestaba así: “la libertad de la América forma mi sistema, y plantearlo (es) mi único anhelo” (CASAS, 2007, p. 45).

En su famosa *Carta de Jamaica*, de 1815, Bolívar entiende que frente a costumbres comunes, como religión, lengua y origen, América debería ser

regida por un gobierno que confederase a todos los Estados que estaban surgiendo. Afirmaba: “no somos ni indios ni europeos, sino una especie media entre los legítimos propietarios del país y los usurpadores españoles [...] Yo deseo más que otro alguno ver formar en América la más grande nación del mundo, menos por su extensión y riquezas que por su libertad y gloria”. Así, vemos que, a pesar de las buenas intenciones de Bolívar, desde ya hacía un llamado a los mestizos – no a los indios, ni a los negros – a ocupar sitio preponderante en la configuración identitaria de la futura América Latina. Insistía en una Hispanoamérica, como si todos los rasgos culturales de la antigua colonia española fueran únicamente hispanos. Cree firmemente que la única religión aquí profesada era la católica y la lengua hablada, el español, su religión de criollo y la lengua de su antigua madre patria. Lengua y religión que no era la de todos, desconocía las religiones afrodescendientes y las tradiciones indígenas, las múltiples lenguas originarias que componían las diferentes regiones de la Colombia de entonces, la postrera América Latina.

Bolívar era representante fiel del nuevo proyecto, el Estado nación, que rápida o lentamente se implantaría en América, impulsado después de 1870 en la mayoría del entonces territorio latinoamericano. Bolívar, inclusive, creía en un representante republicano de carácter vitalicio y entre 1823 y 1830, cuando muere, hizo posible la unión de la ex Capitanía de Venezuela, la República de Nueva Granada y la Real Audiencia de Quito, región conocida historiográficamente como la Gran Colombia. Este ensayo se desvanece rápidamente para solamente resurgir casi cien años después, en 1910, cuando Colombia conmemora cien años de Independencia (LEDEZMA, 1999). El Estado nación que, como Bolívar ya lo delineaba, sería homogéneo culturalmente y por eso excluyente de las diferentes identidades latinoamericanas. Al dejar por fuera a indígenas y a negros, estos sectores no fueron incluidos en los posteriores proyectos de integración que, como los del siglo XX, desecharon a la cultura, a las diferentes identidades y a numerosos sectores sociales. Los procesos que intentaron integrar a negros e indígenas fueron rápidamente derrotados y sepultados para siempre.

Los padres Hidalgo y Morelos solo son recordados por su carisma y buena voluntad, pero no se han convertido en ideales de integración.

José Artigas fue enterrado durante el siglo XIX por la historiografía y por la política argentina y uruguaya, solo rescatado por Juan Zorrilla de San Martín en 1910 (*La Epopeya de Artigas*) y nuevamente colocado en el destierro por los gobiernos del Partido Colorado que desde José Batlle y Ordóñez se sucedieron en el Uruguay hasta 1930 (LEDEZMA, 2015). Nuevamente revivido por los militares en el poder, en la segunda mitad del siglo XX, como figura nacionalista que les ayudaría en la lucha contra los comunistas. Este tipo de líderes no fue enaltecido por las elites criollas en poder en la primera mitad del siglo XIX ni por el proyecto mestizo de la segunda mitad de ese siglo y la primera del XX, pues al rescatarlos, había que, por lo menos, mencionar la Reforma Agraria, tan importante para el proyecto artiguista. En ese sentido, era mejor rescatar a Simón Bolívar, pues en su *Carta a Jamaica* y otros documentos, tan importantes a los historiadores y políticos del siglo XX, no propone firmemente solucionar la problemática indígena ni hace alusión a la Reforma Agraria. Los postulados de la independencia fueron utilizados con intensidad por los ideólogos de los partidos políticos colombianos durante todo el siglo XX. “Pensamiento, vida y obra de los próceres sirvieron para legitimar y justificar cada uno de los pasos de liberales, conservadores, comunistas, socialistas y demás corrientes de la política nacional” (AYALA DIAGO, 2012, p. 524).

También de la imagen de Bolívar se apropian las guerrillas colombianas, FARC-EP y M-19. Todos que, de una u otra manera, han negado la participación en sus proyectos de minorías sexuales, raciales y de grandes conglomerados sociales. El Estado nación se realizó a costo de la aniquilación de culturas e identidades expresadas por medio de diferentes regiones que fueron sometidas violentamente. La Monarquía brasileña pudo consolidarse y mantenerse gracias a que continuó esclavizando a millones de negros hasta casi despuntar el siglo XIX. “A defesa da escravidão e, em especial, do tráfico representou o instrumento essencial para o enraizamento do regime monárquico [...] O Estado imperial enraiza-se como leito de unidade da classe senhorial, que se constitui como camada social e se expande na arquitetura institucional provida pela Monarquia” (MAGNOLI, 1997, p. 123). El Estado fue creado en América Latina conforme el modelo europeo y español,

processo em que a unificação territorial foi marcada pela violência não só do território, mas à diversidade étnica implícita a esta fragmentação. A comunidade nacional foi criada a posteriori pautada na opressão às manifestações minoritárias. Portanto, a tradição coletiva dessa comunidade foi gerada num processo de dominação de um povo sobre outro (DOS SANTOS, 1997, p. 75).

Pero, si bien es cierto que varios de los líderes de la Independencia de América, como Simón Bolívar, no estaban dispuestos a pensar en espacio de unidad integrado por segmentos sociales considerados, durante el período colonial, como inferiores a los criollos y españoles, su discurso de integración consiguió crear la idea de la América del Sur, por ejemplo. El Congreso de Panamá propuesto por Bolívar y realizado en 1826, emitió el 10/07/1826 el *Tratado de Unión, Liga y Confederación Perpetua*, por el cual los países firmantes se confederaban para la ayuda y protección mutua, en tiempos de paz como de guerra, “o Congresso, porém, teve uma transcendência mais simbólica do que prática” (VIEL MOREIRA; QUINTEROS; REIS DA SILVA, 2010, p. 48).

El proyecto de Confederación incorporó el asunto de la seguridad nacional, del comercio y la facilidad de tránsito de ejércitos, mas no mencionó otro tipo de objetivo, como abolición de esclavitud, por ejemplo. De todas maneras, desde el Congreso de Panamá, hasta finales del siglo XIX, se fue creando conciencia del ser latinoamericano, en contraposición a los Estados Unidos que presionando a Francia, de Napoleón, y a España, se queda con las áreas de Louisiana y Floridas; en abierta guerra contra México le arrebató mitad de su territorio, Texas, y posteriormente en guerra contra España, en 1889, se apodera de Cuba y Puerto Rico; momento que le permite a los Estados Unidos posicionarse, junto a Inglaterra, como país hegemónico del continente (BOERSNER, 1997; MAGNOLI, 1997; CONNELL-SMITH, 1997). El latinoamericanismo serviría para legitimar las diferentes estrategias contra los Estados Unidos y Europa a ser desarrolladas desde América del Sur y otros lugares de América Latina. A partir del Congreso de Panamá se hicieron otros intentos de integración hasta después de la Segunda

Guerra Mundial cuando, por recomendación de la CEPAL, se construirán diferentes bloques económicos que permitieran superar la dependencia de América Latina frente a Europa y Estados Unidos. Ondas de integración, como prefiere llamarlas el economista Nilson Araújo de Souza, que en la mayoría de los casos no han tenido éxito (DE SOUZA, 2012, p. 87-126).

A medida que crece la influencia de los Estados Unidos sobre los países de América Latina, surge el interés por la unidad y la resistencia. Uno de los representantes de la propuesta de una América Latina unida, pensada desde América Latina y no bajo los esquemas europeos y en contraposición a los Estados Unidos, es José Martí (*Nuestra América*, 1991). También otros escritores se posicionaron contra la política y la hegemonía del país del Norte, tales como Rubén Darío y José Enrique Rodó (*Ariel*, 1900). Mientras Martí renegaba de España, la peor enemiga de los cubanos, y ansiaba terminar con su yugo, Rodó proclamaba la cultura hispánica como herramienta cultural frente a los Estados Unidos. El final del siglo XIX y, especialmente, el inicio del XX, marcaron la unidad de las elites latinoamericanas en torno de la cultura hispánica como forma de contraponerse al enemigo común, los Estados Unidos, que hablaba inglés y era protestante. Elites unidas al calor de lo hispánico como proyecto de integración; la propuesta de Rodó, en armonía con el proyecto de reconquista española y las elites de América Latina, recuerda la propuesta de Bolívar que, una vez más, dejaba por fuera a los negros y a los indígenas (LEDEZMA, 2013; GRANADOS, 2005; FIGUERO SALAMANCA, 2007).

Otros proyectos como las Conferencias Internacionales Americanas, instauradas por los Estados Unidos, 1889/1890, hicieron posible, desde el final del siglo XIX, la unidad de los países latinoamericanos, incluyendo al Brasil. Esto debido a que América Latina ya había puesto en marcha varias conferencias donde se había discutido el destino de América Latina y la preocupación ante los Estados Unidos. “Estas conferencias no auguraron nada bueno para el futuro de la cooperación internacional entre las naciones latinoamericanas, pero sí sentaron cierto precedente para cuando los Estados Unidos pusieran en marcha su concepto, totalmente distinto, del panamericanismo” (CONNEL-SMITH, 1997, p. 135). En la Primera Conferencia Internacional de Estados Americanos, Washington, del 20 de

octubre de 1889 al 19 de abril de 1890, estuvieron representadas todas las repúblicas latinoamericanas, con excepción de la República Dominicana.

Pero si por un lado la integración entre los países de América Latina se hacía posible frente a la amenaza de los Estados Unidos, entre Brasil y el resto de los países de América Latina, y entre estos, existían problemas de litigios que los hacían vulnerables. Durante la primera mitad del siglo XX los Estados Unidos vehicularon las Conferencias Internacionales Americanas, intentando siempre imponer acuerdos de libre comercio, tratando de crear un sistema de seguridad regional bajo su hegemonía y una comunidad económica hemisférica dominada por el capital norteamericano. En todos los intentos fracasó, hasta el estallido de la Segunda Guerra Mundial cuando Estados Unidos convence a varios de los países del continente a alistarse a favor de los aliados. Cambio que ya se venía produciendo desde el gobierno de Franklin D. Roosevelt a principios de la década de 1930 y su *política del buen vecino*. Después de la Guerra, y en plena Guerra Fría, los Estados Unidos crearán otros mecanismos, como la creación de la OEA y el TIAR en 1948.

En su política conservadora y represiva hacia América Latina, Estados Unidos trató de valerse de los instrumentos y mecanismos adoptados por la comunidad interamericana en los años 1947 y 1948: el Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca (TIAR) y la Organización de los Estados Americanos (OEA) [...] Estados Unidos confiaba en su capacidad para ejercer influencia en el seno de la organización (OEA), no solo a través de los medios tradicionales de presión en las relaciones bilaterales, sino también por medio del Consejo y la Unión Panamericana, con sede en Washington (BOERSNER, 1996, p. 186-187).

El período de la Guerra Fría marcó la época de mayor injerencia de los Estados Unidos en las políticas exteriores latinoamericanas. El predominio norteamericano fue particularmente notorio dentro del sistema interamericano, que de un organismo con preocupaciones regionales fue transformado en un órgano auxiliar de la política exterior

norteamericana durante todo el período. Sin embargo, hubo intentos de insubordinación. “Así, países como Argentina, Brasil, Chile y México observaron actitudes independientes de los Estados Unidos mucho antes que se osara hablar de la declinación de la hegemonía norteamericana” (VAN KLAVEREN, 1983, p. 119-141).

En los años de 1960-1970, “la administración Nixon-Kissinger vio en Brasil un aliado regional de indudable importancia, al cual Estados Unidos incluso debía delegar algunas de sus responsabilidades en la región”, de acuerdo con Van Klaveren. El gobierno Carter definió México, Brasil y Venezuela como potencias intermedias dentro del sistema internacional y como países claves para la política norteamericana, “hasta el punto que fueron incluidos en el grupo de países que requería de políticas coordinadas a nivel del Consejo de Seguridad Nacional de Estados Unidos” (VAN KLAVEREN, 1983, p. 119-141). Según el autor, en la visión de Washington no solo era importante mantener relaciones bilaterales positivas con estos países, además había que intentar ganarlos como aliados y al menos neutralizarlos para que Estados Unidos pudiera alcanzar sus objetivos en la región.

Por lo antes anotado, percibimos la imposibilidad de incluir en estos proyectos de integración a sectores de la población que podrían contribuir, al legitimar y apoyar estas iniciativas. Pero, al no permitir esa inserción, los proyectos de integración quedan relegados al ámbito del Estado nación, de los organismos de tipo político y económico que pautan las estrategias y las líneas a seguir sin contar con la posibilidad de otros actores. El problema sigue siendo la falta de visión de una sociedad inserida en el contexto político y económico, pues para eso llevarse a cabo, el Estado nación tendría que cambiar sus intereses y los grupos económicos beneficiar a grandes grupos poblacionales; el Estado podría obligarlos a comportarse de forma inclusiva. Aquí no olvidamos las pocas excepciones venidas de ensayos populistas a lo largo del siglo XX y las experiencias del siglo XXI junto a los gobiernos de los así llamados socialismo del siglo XXI. Creemos entonces que, en la medida que estos gobiernos realicen gobiernos más horizontales y desde un punto de vista decolonial e intercultural crítico, puedan venir a integrar a amplios sectores otrora olvidados por los diferentes ensayos de integración latinoamericana.

Sudamérica: hacia una segunda independencia?

Luego de la caída del Muro de Berlín y el fin de la Guerra Fría, emergen nuevas propuestas de regionalización a nivel global y también en América Latina □ entre ellas, el nacimiento del MERCOSUR, la propuesta de la creación de ALCA y su consecuente fin, el nacimiento del ALBA, entre otras. La crisis económica y social con el fracaso de las políticas del llamado □ Consenso de Washington□ y la ascensión de gobiernos □ populares□ / progresistas y reacomodados de poder en la región□ así como un deslizamiento hacia nuevos polos de poder global; la emergencia de China en el ámbito global y también en sus relaciones con Latinoamérica □ así como, después, la emergencia de los BRICS □ demuestran una geopolítica en cambio. Este contexto, aprovechando el intervalo de relativo □ alejamiento□ de presiones norteamericanas, incidió en el □ redescubrimiento□ de América del Sur como una región □ concepto considerado como fundamental para la política exterior de los gobiernos brasileños, desde FHC (Fernando Henrique Cardoso, en los 1990) hasta los gobiernos petistas (2003-).

Las primeras semillas para la creación de un espacio distinto geopolítico sudamericano surgieron con iniciativas como la Primera Cumbre de Jefes de Estado de América del Sur, realizada en Brasilia, durante el 31 de agosto y 1º de septiembre del 2000, con el objetivo de discutir la integración regional, en particular la infraestructura de energía y de las interconexiones viales, promovida por el entonces presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso. Una de las ideas era entonces impulsar la unión entre el MERCOSUR y la Comunidad Andina de Naciones – CAN – con el fin de lograr mayores beneficios y poder de negociación de la región, en busca de una integración de América en su conjunto, propuesta por los Estados Unidos (con iniciativas como el Alca, por ejemplo). De acuerdo con Moniz Bandeira,

la Cumbre de Brasilia tuvo un carácter estratégico y ha avanzado la posibilidad de integración, no sólo física, económica y comercial, sino también política, como el presidente Fernando Henrique Cardoso insinuó diciendo que era el momento de reafirmación de la

identidad de América del Sur como una región donde la democracia y la paz abren la perspectiva de una integración cada vez más intensa entre los países que viven en la misma zona (MONIZ BANDEIRA, 2003, p. 152, traducción nuestra).

La afirmación de una identidad propia de la región, diferenciada de América del Norte, según el autor, era lo que preocupaba a Washington y a sus representantes como Kissinger, quien hacía una comparación entre el TLCAN y el MERCOSUR y señalaba una preocupación que representaba la tendencia de América Latina para integrar de manera autónoma y quizás hostil a una amplia estructura hemisférica (MONIZ BANDEIRA, 2003, p. 152). Los Estados Unidos vio con preocupación la unión de América del Sur, representada por su “núcleo duro”, el MERCOSUR. También, según Moniz Bandeira,

una declaración del presidente Fernando Henrique Cardoso, de que MERCOSUR es más que un mercado, el MERCOSUR es para Brasil, un destino, mientras que el ALCA era una opción, reverberó en los Estados Unidos y Kissinger advirtió que el Mercosur era propenso a exhibir las mismas tendencias que se manifiestan en la Unión Europea, que buscaba definir no sólo una identidad política europea distinta de los Estados Unidos, pero en oposición manifiesta a los Estados Unidos. Hizo hincapié en que la declaración de que una identidad propia, distinta de la América del Norte, estaba creando un conflicto potencial entre Brasil y los Estados Unidos sobre el futuro del Cono Sur (MONIZ BANDEIRA, 2003, p. 150, traducción nuestra).

En 2004, por iniciativa conjunta impulsada principalmente por los presidentes del Brasil y Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva y Hugo Chávez, fue fundada la Comunidad de Naciones Suramericanas (CASA), que, cuatro años después, en 2008, fue reformulada como UNASUR □ Unión de Naciones Suramericanas –, con importantes iniciativas en diversos campos, con especial énfasis en la resolución de las crisis y el área de la cooperación

en defensa entre los países vecinos. Desde la perspectiva geopolítica, de acuerdo con Regueiro y Barzaga,

la CSN tuvo la peculiaridad de excluir no sólo a los países desarrollados del hemisferio (Estados Unidos y Canadá), sino también a México, quien en la década de los noventa fue uno de los promotores de acuerdos comerciales con otros países de la región en los que se extendía la filosofía del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN), y que de alguna manera en otros períodos históricos ha intentado disputar una suerte de liderazgo regional. Eso hace de este espacio una propuesta netamente suramericana (REGUEIRO; BARZAGA, 2012, p. 9-10).

La Unión de Naciones Suramericanas es una institución regional establecida oficialmente el 23 de mayo de 2008, en Brasilia. Con sede en Quito, Ecuador, la UNASUR, de acuerdo a su Tratado Constitutivo:

[...] tiene como objetivo construir, de manera participativa y consensuada, un espacio de integración y unión en lo cultural, social, económico y político entre sus pueblos, otorgando prioridad al diálogo político, las políticas sociales, la educación, la energía, la infraestructura, el financiamiento y el medio ambiente, entre otros, con miras a eliminar la desigualdad socioeconómica, lograr la inclusión social y la participación ciudadana, fortalecer la democracia y reducir las asimetrías en el marco del fortalecimiento de la soberanía e independencia de los estados (UNASUR, 2008).

La creación de UNASUR fue un hecho inédito en la región por sus características propias y únicas. Bernal-Meza propone que esta entidad tiene o ha desarrollado tres características que la diferencian de los demás proyectos y modelos de regionalismo, pasados y actuales: 1. Pragmatismo ideológico y flexibilidad comercial: (se partió del principio que es la pertenencia regional la condición de pertenencia. Se aceptó desde el principio todo el abanico de políticas arancelarias existentes: CAN,

MERCOSUR, CARICOM y Chile). 2. Incorporó la agenda de Seguridad y Defensa. 3. Ha demostrado una importante capacidad política para resolver, desde la propia región, problemas intrarregionales, bilaterales entre países y también problemas internos o de política nacional que amenazaron con transformarse en factores de alteración del orden político-institucional (BERNAL-MEZA, 2013).

De acuerdo con el artículo 5 del Estatuto para el Consejo de Defensa Suramericano, sus objetivos específicos son:

a) Avanzar gradualmente en el análisis y discusión de los elementos comunes de una visión conjunta en materia de defensa; b) Promover el intercambio de información y análisis sobre la situación regional e internacional, con el propósito de identificar los factores de riesgo y amenaza que puedan afectar la paz regional y mundial; c) Contribuir a la articulación de posiciones conjuntas de la región en foros multilaterales sobre defensa, dentro del marco del artículo 14° del Tratado Constitutivo de UNASUR; d) Avanzar en la construcción de una visión compartida respecto de las tareas de defensa y promover el diálogo y la cooperación preferente con otros países de América Latina y el Caribe; e) Fortalecer la adopción de medidas de fomento de la confianza y difundir las lecciones aprendidas; f) Promover el intercambio y la cooperación en el ámbito de la industria de defensa; g) Fomentar el intercambio en materia de formación y capacitación militar, facilitar procesos de entrenamiento entre las Fuerzas Armadas y promover la cooperación académica de los centros de estudio de defensa; h) Compartir experiencias y apoyar acciones humanitarias tales como desminado, prevención, mitigación y asistencia a las víctimas de los desastres naturales; i) Compartir experiencias en operaciones de mantenimiento de la paz de Naciones Unidas; j) Intercambiar experiencias sobre los procesos de modernización de los Ministerios de Defensa y de las Fuerzas Armadas; k) Promover la incorporación de la perspectiva de género en el ámbito de la defensa (UNASUR, 2008).

La Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR) es un proyecto que integra países como Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Guyana, Paraguay, Perú, Suriname, Uruguay y la República Bolivariana de Venezuela. Este bloque latinoamericano se encuentra encaminado a la construcción de una identidad y ciudadanía suramericana y el desarrollo de un espacio regional integrado en lo político, económico, social, cultural, ambiental, energético, la infraestructura, el transporte, las telecomunicaciones e integración financiera para contribuir al fortalecimiento de la unidad de América Latina y el Caribe. UNASUR propone además buscar un estado de unificación entre los pueblos, sus gobiernos, y la visión integradora en la región sur del continente. Aboga por el multilateralismo, un mundo multipolar, equilibrado y justo en el que prime la igualdad soberana de los estados y una cultura de paz en un mundo libre de armas de destrucciones masivas y nucleares. Para lograr poner en marcha este proyecto de integración fue necesario tomar como base una serie de principios éticos que aparecen contemplados en los documentos legales así como en los objetivos del proyecto entre ellos: la soberanía, la integridad e inviolabilidad territorial de los estados, la responsabilidad, la autodeterminación de los pueblos, la solidaridad, la cooperación, la paz, la democracia, la participación ciudadana, el pluralismo, los derechos humanos universales, indivisibles e interdependientes, la reducción de las asimetrías y la armonía con la naturaleza para un desarrollo sostenible (PÉREZ LANZA & INFANTE AGUILAR, 2011).

Estructuralmente el proyecto UNASUR está conformado por el Consejo de Jefes de Estado, que se reúne anualmente; el Consejo de Ministros de Relaciones Exteriores, con encuentros semestrales; el Consejo de Delegados y una Secretaría General. En el proyecto las decisiones se toman por consenso, lo que equivale a que si existe un aspecto en el que al menos uno de los países no está de acuerdo, la decisión no se toma, ya que todo lo que se realice durante el proceso tiene que estar evaluado, analizado y comprendido por todos los miembros de dicho proyecto. Esto supone el componente ético que legitima la integración basada en la necesidad de cambios sustanciales en el actual modelo económico; lo que implica la voluntariedad, el colectivismo y la solidaridad por parte de

los representantes que conforman dicho proyecto; valores que aparecen contemplados en documentos oficiales de la UNASUR.

Un ejemplo es El Consejo Suramericano de Educación (en adelante el “CSE”) es una instancia de concertación de políticas, consulta, diálogo, reflexión, cooperación intergubernamental y construcción colectiva de programas y proyectos educativos en el marco del Tratado Constitutivo, el Reglamento General y demás fuentes jurídicas de UNASUR, con el objetivo de promover y garantizar el ejercicio del derecho a la educación a lo largo de toda la vida en todos sus niveles y modalidades. Tiene entre sus principios la equidad de género: respeto incondicional a la igualdad de oportunidades y condiciones entre los géneros en los ámbitos educativos; intraculturalidad e interculturalidad: interrelación, diálogo y convivencia entre personas, colectivos, pueblos, identidades, grupos étnicos y nacionalidades, sobre la base de la valoración y el respeto a la diversidad cultural, incorporando sus saberes y conocimientos; conciencia ecológica y sustentabilidad: educación ambiental que promueva la conciencia sobre la conservación y recuperación del medio ambiente, estableciendo una convivencia armónica con la naturaleza (CSE-UNASUR, 2012).

Colonialidad del poder: el águila y el cóndor: convergencias y divergencias de intentos panamericanos y sudamericanos en cuestiones militares y de defensa

Según Boron, “el águila” de los Estados Unidos, lejos de haber dejado de considerar América Latina, y específicamente América del Sur, como área de alta prioridad, cada vez más trata de recuperar su influencia y la fuerza militar en la región. Muestra que Estados Unidos está desarrollando nuevas formas de presencia, con agentes de inteligencia, militares y de seguridad, incluyendo a veces de manera no explícita u oficial, por ejemplo, la contratación de empresas de seguridad privada. Apunta que los “nuevos tipos de bases (militares de EE.UU en Sudamérica) son en realidad FOLS, por su sigla en inglés (*Forward Operating Locations*)”. Las FOLS, son unidades militares que cuentan con una adecuada pista de aviación, suministro

confiable de combustible y vituallas de todo tipo, y un avanzado sistema de comunicaciones todo lo cual permite el rápido desplazamiento de las unidades de combate a los más variados frentes de conflicto. “Las FOLS actúan en conjunción con otras mayores, de tipo clásico, que son las que despachan los contingentes – tropa, equipos, vehículos, armas, etcétera - requeridos por las circunstancias al escenario local del conflicto”. Las principales bases que cumplen esta función en América Latina y el Caribe son Guantánamo en Cuba; Palmerola /Soto Cano en Honduras; Palanquero, en Colombia; Mariscal Estigarribia, en Paraguay; y la base establecida por la RAF (*Royal Air Force*) de Gran Bretaña en Mount Pleasant, Malvinas, que cuenta con numeroso personal y equipamiento de Estados Unidos. “Completa este círculo la base también británica, pero en condominio con los estadounidenses en las Islas Ascensión, en el Atlántico ecuatorial. Entre ambas, Mount Pleasant y Ascensión, se ejerce un total control del Atlántico sudamericano” (BORON, 2013).

A la diplomacia y a los militares brasileños les preocupa, según Moniz Bandeira, “la militarización de Colombia, con la presencia de más de 1000 militares estadounidenses y mercenarios empleados por empresas contratistas de defensa del Pentágono en la región y de otros países vecinos, es un desafío a la seguridad nacional de Brasil, en la medida en que pone en peligro la seguridad de la Amazonía”. Otra fuente de inestabilidad, según el autor, es la guerra civil en Colombia, “debido principalmente a la posibilidad de una intervención militar realizada o articulada por los Estados Unidos. El Plan Colombia, lanzado por el presidente Bill Clinton un día antes de la reunión de Presidentes de América del Sur en Brasilia, preocupaba al gobierno de Brasil [...] con la asignación (por parte de EE.UU) de más de 1,2 mil millones de dólares - alrededor del 80% del \$ 1.3 mil millones prometidos por los EE.UU. – para la compra de equipo militar, incluyendo aviones, 30 helicópteros como el *Black Hawk* y *Huey* tipo 33 para el Ejército de Colombia, y sólo \$ 238,000 para la promoción de los derechos humanos y el fortalecimiento de la democracia y el sistema judicial” (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 88).

La restauración de la IV Flota de los Estados Unidos también no fue vista con naturalidad por los gobiernos de varios países de América del Sur;

según Moniz Bandeira, Estados Unidos “sólo ha oficiado una presencia que en realidad nunca dejó de existir, pero el objetivo de demarcar y reafirmar el Atlántico Sur como una zona bajo su control, especialmente a la luz del descubrimiento de grandes yacimientos de petróleo en el campo de Tupi, en la capa pre-sal de la costa de S. Pablo”. El autor apunta que a los EE.UU preocupa la creciente presencia de China en América del Sur y “quieren controlar recursos energéticos y minerales, tales como los depósitos de hierro Mutum y las reservas de gas natural en Bolivia, la Patagonia en Argentina y el Acuífero Guaraní, la mayor reserva de agua subterránea en el mundo, que se encuentra en los países del Mercosur” (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 72). Al igual que otros autores, Moniz Bandeira cree que una “segunda guerra fría, alrededor de la energía y los recursos naturales, se desencadenó e involucra América del Sur, donde la penetración Estados Unidos siempre ha sido un factor de inestabilidad y disturbios” (MONIZ BANDEIRA, 2003, p. 75; REGUEIRO Y BARZAGA, 2012, p. 88).

Lo anterior nos lleva a pensar en la *colonialidad* del poder ejercida por los imperios desde 1492 sobre Abya-Yala, la futura América Latina, y la forma como las diferentes elites del continente han pactado con la situación. Elites impregnadas de las prácticas de los antiguos colonizadores, con lo cual han impedido cualquier tipo de cambio en las estructuras del Estado nación que continúa siendo colonial/moderno/capitalista y patriarcal. Prácticas de dominación y exclusión avivadas por el proyecto hegemónico de los Estados Unidos que en unión con los Estados nación de Latinoamérica excluyeron los saberes y las culturas de centenas de comunidades y sectores que, desde la *colonialidad* del saber, fueron representados como inferiores frente a las prácticas culturales y los saberes “universales” de tipo eurocéntrico.

El Consejo de Defensa Sudamericano: nuevos vuelos decoloniales en la defensa de América del Sur

La creación del Consejo de Defensa de América del Sur de la UNASUR surge como un instrumento de cooperación multilateral en materia de defensa. La novedad traída por su formación es la expansión

del concierto sudamericano en materia de defensa, ya que, hasta entonces, las iniciativas de integración priorizaban la esfera económica y, en menor medida, eran relacionados con proyectos de infraestructura y, hasta entonces, las iniciativas de coordinación regional en ámbito de la defensa tenían carácter bilateral.

Uno de los fundamentos principales para la constitución del Consejo de Defensa fue la reactivación, en 2008, de la IV Flota de EEUU; según los autores argentinos Nicolás Comini y Alejandro Frenkel: “El hecho de que en los siguientes años Colombia y Perú hayan asumido un papel relevante en el CDS – mientras se instalaban bases norteamericanas en sus territorios – establece, cuanto menos, una incertidumbre sobre el alcance de los objetivos planteados al momento de su creación” (COMINI Y FRENKEL, 2014, p. 70).

El Consejo de Defensa Suramericano se asienta sobre un conjunto de consensos y sobre algunas exclusiones que le permitan hacer efectivo el despliegue de sus capacidades para ser un foro político de diálogo sobre cuestiones de defensa, de acuerdo con Gonzalo García Pino, presidente del Grupo de Trabajo de Constitución del Consejo de Defensa Suramericano y Subsecretario de Guerra del Ministerio de Defensa Nacional de Chile. El mismo manifiesta que,

en este sentido, tiene un conjunto de exclusiones, tales como, la definición de que se trata de un Consejo de Defensa y no de asuntos de seguridad. Asimismo, es un foro de encuentro político y no una alianza militar. Por lo mismo, es un espacio de diálogo que se construye a favor de un nuevo escenario y no va dirigido en contra de ningún país. Particularmente, no nace para oponerse a las políticas de defensa de Estados Unidos en la región” (UNASUR, 2009, p. 29-42).

La defensa de los principios democráticos y la tradición latinoamericana de no-interferencia en asuntos internos de las naciones está asegurada dentro del Consejo. “El CDS ratifica la autodeterminación de los pueblos, la plena vigencia de las instituciones democráticas y la protección de los Estados frente a amenazas o acciones internas o externas”, señala

Bernal-Meza. El autor apunta que el CDS promueve y busca asegurar el respeto de los derechos humanos, la defensa soberana de los recursos naturales y la promoción de medidas de confianza y transparencia en asuntos militares y de Defensa. Se han formado distintos grupos de trabajo, según el autor, tratando desde asuntos metodológicos, asuntos de contabilidad de gastos militares, hasta de producción de insumos destinados a la Defensa. Bernal-Meza señala también proyectos como el de producción regional de aviones militares de entrenamiento y un sistema de aviones no tripulados. El principal objetivo, según el autor, “apunta a la creación de una industria de defensa sudamericana y promover la formación y especialización en la región de cuadros de altos oficiales, restando influencia, es este sentido, al sistema de formación militar del Pentágono destinado a la región” (BERNAL-MEZA, 2012, p. 13).

Para muchos autores, como Héctor Saint-Pierre, el enfoque en temas de defensa estrictamente militar – “defensa dura” – del CDS se justifica. Esto evitaría que las fuerzas armadas de los países de América del Sur fueran utilizadas en asuntos estrictamente relacionados con la seguridad pública y se centran en la defensa (SAINT-PIERRE, 2011).

En el génesis de la creación del Consejo de Seguridad de América del Sur, en el análisis de Fuccille, estaban varias preocupaciones regionales: “Para algunos actores (países), las causas para acelerar la conformación de este acuerdo fueron (1) la posibilidad de desbordamiento de llamadas nuevas amenazas a otros países, como el tráfico de drogas de Colombia a Brasil y los conflictos entre Colombia, Ecuador y Venezuela por la muerte de Raúl Reyes; (2) los conflictos subregionales, tales como las disputas que involucran Perú y Ecuador, Bolivia y Chile, entre otros; (3) los movimientos indígenas difundir el sentimiento separatista, como se ilustra por Bolivia y Paraguay; (4) poner freno a arrebatos Bolivarianos en la región, principalmente de Venezuela a través de aislamiento y / o los países miembros de la Alianza Bolivariana para las Américas (ALBA); (5) evitar una carrera armamentista en la región, que creció con la adopción de medidas de fomento de la confianza (MFC); (6) solidificar el Atlántico Sur como zona de paz, libre de armas nucleares y la proyección del poder de vital importancia para Brasil, que no permite la presencia de potencias extra regionales (como

el Reino Unido y la cuestión de las Malvinas / Falklands); (7) impedir la materialización de una política estratégica de seguridad hemisférica definida a partir de los Estados Unidos para el subcontinente; y, por último pero no menos importante, (8) se dan cuenta de los objetivos estratégicos de la política exterior brasileña consolidar un proceso de integración de América del Sur “ (FUCCILLE, 2014, traducción nuestra).

Varios intereses nacionales de cada país miembro del Consejo de la Defensa de América del Sur parecen estar cubiertos con la adhesión al Consejo de Defensa de UNASUR. Fuccille plantea varios motivos posibles de los países de América del Sur a unirse al CDS. Según el autor, “el CDS podría llegar a cumplir diferentes diseños, todos (los países) con la posibilidad de tener algo que ganar: la perspectiva argentina aglutina nuevos jugadores a su interés y a la afirmación de que las Malvinas son argentinas y todas las ramificaciones que esta cuestión determina; pasando por un Paraguay embrujado por los problemas internos que culminaron en el surgimiento del grupo guerrillero Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP); Venezuela vio como una herramienta importante para prevenir la encapsulación o incluso una acción directa de los EE.UU.; Bolivia y Ecuador buscan garantías contra las acciones desestabilizadoras como lo que sucedió con el episodio de Angostura; para Colombia, aunque reticente al principio y temiendo el aislamiento, la posibilidad de un mayor compromiso y comprensión de los vecinos con el flagelo del conflicto interno vivido por este; Perú y Chile, con los preparativos y capacidades militares muy distintas, pretendían reforzar la resolución de disputas a través de la vía diplomática y, finalmente, a través de los tribunales internacionales; Guyana y Surinam, al norte, veían una oportunidad para la profundización de su “suramericanización” (en contraste con la histórica asociación con el Caribe); y, por último, con el CDS Uruguay podría superar su aún preocupante cooperación militar del Mercosur entre Brasil y Argentina que causó gran malestar en Montevideo” (FUCCILLE, 2014, traducción nuestra).

La UNASUR y el CDS tuvieran logros en la resolución de controversias como, por ejemplo, evitando colapsos democráticos en Bolivia (2008) y Ecuador (2010), y ha reducido la tensión en la frontera entre Colombia y Venezuela (2010). Sin embargo, la consolidación del

Consejo de Defensa de UNASUR enfrenta algunos problemas, sobre todo en la esfera geopolítica regional del continente. Según Pagliari, “la región de América del Sur tiene sus propias dinámicas de seguridad que constituyen así una región de seguridad□. La autora apunta que esta área muestra la formación de dos sub complejos o dos sub áreas cuyo punto de interconexión es la participación brasileña en ambos. Las subregiones de seguridad son el Cono Sur y la sub-región Andina: “esta presenta un patrón de rivalidad; en aquella, las tensiones se calmaron y hubo aumento de la integración y de la confianza mutua. Esto se hizo posible con el cambio en el patrón histórico de la rivalidad entre Brasil y Argentina, cuando de la resolución de las disputas entre los dos países” (PAGLIARI, 2011, traducción nuestra). De acuerdo con la autora, Brasil piensa su inserción internacional teniendo en cuenta la sub-región de América del Sur como su espacio principal de actuación. Pero, hay una diferencia en América del Sur en relación con los procesos y dinámicas conflictivas entre la región del Cono Sur y la región Andina. Según la autora, la construcción del Mercosur como proceso de integración, después de haber actuado como promotor de una mayor confianza en la subregión, provocó una mayor posibilidad de procesos de cooperación. Sin embargo, “la América del Sur, con respecto a las cuestiones de seguridad, presenta varias situaciones: por un lado, la subregión andina está marcada por procesos de militarización y, en el otro lado, el Cono Sur ha establecido enfoque dinámico y reducción de conflictos, con el fortalecimiento las relaciones entre los países” (PAGLIARI, 2011, traducción nuestra).

Según Pagliari, el proceso de acercamiento con los vecinos del Plata dio lugar a relaciones sustantivas de seguridad, lo que permite la profundización del nivel de proximidad subregional. “Esto ocurrió, ya sea por la disminución de los gastos militares, en un principio, como la preocupación por la consolidación de los regímenes democráticos□ (PAGLIARI, 2011). Medidas tales como la relajación de las tensiones, reduciendo las percepciones de amenaza debido a la adopción de medidas para aumentar el control de la confianza se llevaron a cabo con buenos resultados, de acuerdo con Pagliari. Según esta, algunas posibilidades de conflicto interestatal (en Sudamérica) aún permanecen, debido a problemas

de límites que no se resolvieron completamente. Entre ellos: Chile y Bolivia y la salir al mar; Colombia y Nicaragua, en disputa por la soberanía sobre el archipiélago de San Andrés; Colombia y Venezuela y la delimitación del Golfo de Venezuela (o Golfo de Maracaibo) plataforma continental; Venezuela y Guyana sobre la cuenca del río Esequibo (PAGLIARI, 2011).

Consideraciones finales

América Latina, desde los enunciados unionistas de los líderes de la gesta emancipadora, pasando por los postulados de *Nuestra América*, de José Martí, hasta despuntar el siglo XX, ha ensayado diferentes proyectos de integración. La mayoría de ellos fracasados, algunos calcados en moldes foráneos que impiden seguir el consejo de Martí: *América debe pensarse por sí misma*⁵. Los Estados nación, desde su instauración en el siglo XIX, heredaron las formas autoritarias, de explotación y jerárquicas, de trato a los □ otros □. Estos inferiorizados en su raza y cultura, invadidos y violentados en sus imaginarios y en sus cuerpos. El cuerpo de las mujeres, dice Rita Segato, fue el primer territorio en América a ser invadido, violado, profanado. Así, al Estado nación, al heredar estas jerarquías de poder, del saber, del ser, de género y de la naturaleza, le es difícil hacer un llamado a la integración, pues para que esta se lleve a cabo, primero debe hacer el gran esfuerzo por descolonizar sus mecanismos de dominación que heredó del período colonial. La UNASUR se instala también con ese propósito y intención, de integrar en sus objetivos de seguridad y de integración, a los indígenas, a los negros, a las mujeres y al medio ambiente. Medio ambiente relegado al uso desmedido, a la depredación capitalista e irracional del consumo por el consumo. Animales tratados como esclavos productores de carne, de cueros, de pieles y de leche, propios para el uso de la especie que se continúa considerando superior. Racismo y especismo se siguen perpetuando.

⁵ “La interpretación de nuestra realidad con esquemas ajenos sólo contribuye a hacernos cada vez más desconocidos, cada vez menos libres, cada vez más solitarios” (GARCÍA MÁRQUEZ, 1983).

LA UNASUR puede y debe ser un motor propulsor de una nueva visión descolonizadora de la cultura y de las mentalidades encajadas en un sistema/mundo que continúan siendo colonial/moderno/capitalista/patriarcal, en palabras de los estudiosos de la colonialidad/decolonialidad.⁶

Creemos que solo a partir del reconocimiento de la sociedad y de todos los sectores hasta ahora olvidados por el Estado nación, que podrá realizarse una verdadera integración. Esto puede ser posible, a partir de UNASUR, con una propuesta de integración por la vía de la interculturalidad. Pero, por otra parte, al priorizar también la seguridad y la defensa de los países de América del Sur, viene el temor al fracaso o la repetición de visiones subalternas sobre sectores sociales como los indígenas y la falta de comprensión de sus objetivos de vida, como los temores de la presidencia de la República del Ecuador, cuando varios pueblos indígena reclaman el derecho a gerenciar su propia vida, su salud, sus recursos naturales, su educación y su forma exclusiva de lo que ellos consideran un *Buen Vivir* (*Sumak kawsay*).

La UNASUR, al hacer un llamado a la interculturalidad, coloca en juego una estrategia para descolonizar las relaciones entre Estados nación y sus componentes. Pues no son suficientes los enunciados constitucionales de las diferentes Cartas de estos países cuando abogan por el multiculturalismo y la pluriculturalidad, pues esos postulados solo reconocen la diversidad cultural y a partir de allí hacen de todo para incorporar los diferentes sectores socioculturales a la órbita del Estado y de su sociedad eurocentrada; esta continua sintiéndose como ama y señora frente a las otras culturas, a las cuales se les reconoce la existencia pero no se les trata como a iguales. Lo que la UNASUR puede promover por medio de su visión intercultural es una acción crítica del modelo existente de sociedad y hacer lo posible para retirar las jerarquías que no permiten una verdadera integración. América Latina continuará a la expectativa para poder emprender vuelos tan altos como los del cóndor, pero diferentes a los del águila.

⁶ Otros autores que trabajan el tema son: LANDER, 2000; CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007; GROSGOUEL, 2010.

Referencias

- ARAÚJO DE SOUZA, Nilson. América Latina: as ondas da integração. *OIKOS*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2012.
- AYALA DIAGO, César Augusto. Bolívar em la fabricación ideológica del fascismo colombiano. En: Bernardo Tobar Zambrano (Org.). *Independencias. Historia Diversa*. Bogotá: Universidad Nacional, 2012.
- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e America Latina, a construção da hegemonia*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
- BAENA SOARES, José Clemente. A atualidade do sistema interamericano. MENESES, Albene Miriam et al. (Org.). II Simpósio Internacional de Relações Internacionais. *Anais...* Passo Fundo: Ediupf, 1997.
- BERNAL-MEZA, Raúl: *Modelos o esquemas de integración y cooperación en curso en América Latina (UNASUR, Alianza del Pacífico, ALBA, CELAC): una mirada panorámica*. Ibero Online, 2013. Ibero-Amerikanisches Institut Preußischer Kulturbesitz. Disponible en: <<http://www.iai.spk-berlin.de/publikationen/ibero-online.html>>. Consultado por última vez en 20/02/2015.
- BOERSNER, Demetrio: *Relaciones Internacionales de América Latina. Breve Historia*. México: Editorial Nueva Sociedad; Nueva Imagen, 1982.
- BOLÍVAR, Simón. Carta de Jamaica. Editado por Elaleph.com, 1999. Disponible en: <<http://www.educ.ar/sitios/educar/recursos/ver?id=70084>>.
- BORON, Atilio A: *El papel de América Latina y el Caribe en el tablero de la geopolítica mundial*. Ponencia SENPLADES, marzo 2013. Disponible en: <<http://www.planificacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/05/El-papel-de-Am%C3%A9rica-Latina-y-el-Caribe-en-el-tablero-de-la-geopol%C3%ADtica-ABor%C3%B3n.pdf>>. Consultado por última vez en 20/02/2015.
- CASAS, Alejandro. *Pensamiento sobre integración y latinoamericanismo. Orígenes y tendencias hasta 1930*. Bogotá: Antropos, 2007.
- CASTRO GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Ed.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad

- Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007.
- COMINI, Nicolás; FRENKEL, Alejandro. Una Unasur de baja intensidad: Modelos en pugna y desaceleración del proceso de integración en América del Sur. *Nueva Sociedad*, n. 250, marzo-abril de 2014.
- CONNEL–SMITH, Gordon: *Los Estados Unidos y la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- DOS SANTOS, Maris Cristina. América Meridional – Espaço de construção do discurso de identificação regional. MENESES, Albene Miriam et. al. (Org.). II Simpósio Internacional de Relações Internacionais. *Anais...* Passo Fundo: Ediupf, 1997.
- FIGUEROA SALAMANCA, Helwar Hernando. El imperio espiritual español: lengua, raza y religión (1930-1942). *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, n. 34, 2007, p. 165-206. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá.
- FUCCILLE, Alexandre: CDS Balanços e Perspectivas. IX Encontro ABCP. *Anais...* Brasília, 2014.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. La soledad de América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 64, ene.-feb., 1983.
- GRANADOS, Aimer. Hispanismos, nación y proyectos culturales Colombia y México: 1886-1921. Un estudio de historia comparada. *Memoria & Sociedad*, v. 9, n. 19, jul.-dic. 2005.
- GROSGOUEL, Ramón. *La descolonización de la economía política*. Bogotá: Universidad Libre, 2010.
- GUERRA VILABOY, Sergio. *Breve Historia de América Latina*. Editorial de Ciencias Sociales: La Habana, 2006.
- III Conferencia sobre Relaciones Exteriores. “O Brasil e as tendências do cenário internacional”. Brasília, UNB, 27/11/2014.
- LANDER, Edgardo (Ed.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: Unesco; Clacso; Faces UCV, 2000.
- LEDEZMA MENESES, Gerson Galo. Cem anos de solidão na comemoração do Primeiro Centenário da Independência na Colômbia e em Cali. *Textos de História*, Brasília, v. 7, n. 1/2, 1999.

- LEDEZMA MENESES, Gerson Galo. Despertando o monstro: Hispanismo na comemoração do I Centenário da Independência na Colômbia?. *História e Culturas*, v. 1, n. 1, p. 134-158, 2013.
- LEDEZMA MENESES, Gerson Galo. Populismo no Uruguai do Centenário: o caso de José Batlle e Ordóñez. En: JANOTTI; Maria de Lourdes Monaco; ARIAS NETO, José Miguel. *Democracia e autoritarismo: estratégias e táticas políticas*. São Paulo: Horizonte, 2015.
- LUZZANI, Telma. Geoestratégia para um cambio de época. *Linea Sur - Revista de Política Exterior*, n. 4 v. II, 2013.
- MAGNOLI, Demétrio. O Corpo d pátria. imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912. São Paulo: Editora UNESP Fundação, 1997.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz: Brasil. Estados Unidos y los procesos de integración regional. El Futuro de la Integración Regional. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 186, 2003.
- PAGLIARI, Graciela. *Seguranca na America do Sul, Problemas e Atores*. Associação Brasileira de Relações Internacionais ABRI, 2011.
- PÉREZ LANZA, Cintia Beatriz; INFANTE AGUILAR, Ana Maria. Reflexiones éticas a partir del proyecto Unasur. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, noviembre, 2011. Disponible en: <<http://www.eumed.net/rev/cccsc/14/plia.html>>. Consulta el 27/04/2015.
- Proyecto de Estatuto del Consejo Suramericano de Educación (Cse-Unasur). Disponible en: <<http://www.unasursg.org/images/descargas/ESTATUTOS%20CONSEJOS%20MINISTERIALES%20SECTORIALES/ESTATUTO%20CONSEJO%20DE%20EDUCACION.pdf>>. Consulta el 27/04/2015.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificación social. En: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Ed.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Uniuersidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007.

- REGUEIRO, Lourdes; BARZAGA, Mayra. *UNASUR: proceso y propuesta*. Quito: FEDAEPS, 2012.
- SAINT PIERRE, Hector; MONTTOYA, Alberto. As medidas de confiança no Conselho de Defesa Sul-americano (CDS): análise dos gastos em Defesa (2009–2012). *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 57, n. 1, p. 22-39, 2014.
- SAINT-PIERRE, Héctor. *La Defensa en la Política Exterior del Brasil: el Consejo Suramericano y la Estrategia Nacional de Defensa*. Documento de Trabajo, Real Instituto Decano, Madrid, 2009.
- SELSER, Gregorio. *Enciclopedia de las intervenciones extranjeras en América Latina*. Monimbó; Dietzenbach: RFA, 1992.
- SUÁREZ SALAZAR, Luis. *Las relaciones interamericanas: continuidades y cambios*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2008.
- UNASUR. El Consejo de Defensa Suramericano de la Unasur – Crónica de su gestación. Primera Edición, Santiago de Chile, 2009.
- UNASUR. Modernización de Ministerios de Defensa. Cuadernos de Defensa no. 1. Consejo de Defensa Suramericano, Unasur, Quito, 2010.
- UNASUR. Confianza y Seguridad en América del Sur. Cuadernos de Defensa no. 2. Consejo de Defensa Suramericano, Unasur, Quito, 2010.
- UNASUR. Tratado Constitutivo. 2008. Disponível em: <http://www.ceedcds.org.ar/Espanol/09-Downloads/ESTATUTO_CDS.pdf>. Acesso em: 22/05/2015.
- UNASUR. *El Consejo de Defensa Suramericano de la Unasur – Crónica de su gestación*. Primera Edición. Santiago de Chile: publicación propia, 2009.
- VAN KLAVEREN, Alberto. *El Lugar de Estados Unidos en la Política Exterior Latinoamericana: Teoría y Práctica de la política exterior Latinoamericana*. Bogotá: FESCOL, 1983.
- VIEL MOREIRA, Luis Felipe; QUINTEROS, Marcela Cristina; REIS DA SILVA, André Luiz. *As relações internacionais da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2010.

VITALE, Luis. *La larga marcha por la unidad y la identidad latinoamericana. De Bolívar al Che Guevara*. Concepción: Ed. Txalaparta, 2001.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político- epistémicas de refundar el Estado. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 131-152, jul.-dic. 2008.

Artigos

*Comensalidade na 'Regula Isidori' (615-619): mesa comum, hierarquia e relações sociais no mosteiro**

BRUNO UCHOA BORGONGINO**

Universidade Estácio de Sá

Resumo: A *Regula Isidori* consiste numa regra monástica escrita pelo bispo hispânico Isidoro de Sevilha entre os anos 615 e 619. O nono capítulo do documento determinava que os monges se alimentassem apenas por ocasião da mesa comum. Contudo, alguns dos presentes na comunidade eram proibidos de participar da refeição coletiva; a outros, permitia-se que comessem fora do horário prescrito em situações excepcionais. Por fim, a *Regula Isidori* estabelecia a distribuição de funções específicas concernentes ao preparo e realização da mesa comum. O objetivo do presente artigo é analisar o papel da comensalidade no estabelecimento de uma hierarquia e na organização das relações sociais no mosteiro.

Palavras-chave: Comensalidade; Regra monástica; Isidoro de Sevilha.

Abstract: The *Regula Isidori* consists in a monastic rule written by the Hispanic bishop Isidore of Seville between the years of 615 and 619. The ninth chapter of the document stipulated that the monks fed only when the common table was being held. However, some of those in the community were forbidden to participate in the collective meal; the other, were allowed to eat outside the prescribed period of time in exceptional situations. Finally, the *Regula Isidori* established the distribution of specific functions concerning the preparation and accomplishment of the common table. The goal of this article is to analyze the role of commensality in the constitution of a hierarchy and in the organization of social relations at the monastery

Keywords: Commensality; Monastic rule; Isidore of Seville.

* Recebido em 10 de julho de 2015 e aprovado para publicação em 14 de agosto de 2015.

** Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bolsista do Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), professor e pesquisador da Universidade Estácio de Sá – campus Cabo Frio, colaborador do Programa de Estudos Medievais (PEM - UFRJ).

Comer é um ato social relacionado aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações existentes numa determinada época. Por isso, a alimentação consiste numa categoria histórica.¹ No presente artigo, interessa-me uma prática específica concernente ao tema: a comensalidade, ou seja, a ação de comer junto e partilhar a comida. Henrique S. Carneiro apontou que o costume da mesa comum contribui na organização de hierarquias, no estabelecimento de redes de relações e para impor limites e fronteiras sociais, políticas e religiosas.²

No começo do sétimo século, o bispo hispânico Isidoro de Sevilha redigiu a *Regula Isidori*,³ uma regra monástica⁴ com vinte e cinco capítulos para uma comunidade hoje desconhecida.⁵ O prelado dedicou o nono capítulo do documento à alimentação dos monges, permitindo que comessem apenas na mesa comum. Contudo, proibia a participação em tal refeição em algumas circunstâncias, assim como reconhecia situações excepcionais em que seria necessária a ausência e a alimentação em horário diferenciado. Existiam também orientações quanto à participação de não-integrantes da comunidade, mas que por ventura estivessem no mosteiro.

¹ SANTOS, Carlos Roberto A. dos. Alimentação e seu lugar na História: os tempos da memória gustativa. *História: questões & debates*, n. 42, p. 11-31, 2005. p. 12-13.

² CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na História da Alimentação. *História: questões & debates*, n. 42, p. 71-80, 2005. p. 71-73.

³ Nesse artigo, utilizo a versão bilíngue do documento publicada pela BAC, onde constam o texto original em latim e a tradução para o espanhol. Cf.: ISIDORO DE SEVILHA. Regla de San Isidoro. In: RUIZ, J. C.; ISMAEL, R. M. *Reglas monásticas de la España Visigoda. Los tres libros de las "Sentencias"*. Madrid: BAC, 1971, p. 90-125. Esclareço, ainda, que emprego a sigla RI para me referir ao documento.

⁴ Paula Barata Dias caracteriza regra monástica como um código normativo pragmático apresentado numa estrutura esquemática de pequenos capítulos. Cada um desses capítulos é dedicado a um aspecto das vivências dos monges, como as orações, o trabalho, a leitura, dentre outros. Circunscrevem-se a uma comunidade ou sexo em particular, tendo, portanto, uma aplicação imediata como instrumento regulador. Cf.: DIAS, P. B. A *regla* como gênero literário específico da literatura monástica. *Humanitas*, v. 50, p. 311-335, 1998.

⁵ Nos manuscritos da RI disponíveis atualmente, alguns não indicam o destinatário da regra. Entretanto, aqueles que o apresentam, divergem quanto a grafia do nome. Cf.: CAMPOS RUIZ, J.; ROCA MELIA, I. Introducción a la "Regla de San Isidoro". In: *Reglas monásticas de la España Visigoda. Los tres libros de las "Sentencias"*. Madrid: BAC, 1971. p. 79-89.

Por fim, a RI atribuía funções a alguns monges concernentes ao preparo e à realização da refeição conjunta.

Em sua normativa, Isidoro de Sevilha incidia sobre as interações no âmbito da comunidade, inclusive prescrevendo uma cadeia vertical de comando. As diretrizes a respeito da alimentação conjunta estavam em consonância com a configuração que indicava ao convívio cenobítico. Nesse sentido, meu objetivo no presente artigo é analisar o papel da comensalidade no estabelecimento de uma hierarquia e na organização das relações sociais no mosteiro.

Da vergonha em comer acompanhado à mesa comum

O monaquismo cristão surgiu no Egito, no início do século IV.⁶ A documentação da época utilizava duas noções para nortear as práticas monásticas: *metanoia*, o “espírito de arrependimento” que inspirava o cristão à renúncia ascética, e *xeniteia*, a alienação de si mesmo necessária para abdicar dos antigos hábitos e para se dedicar inteiramente a Deus.⁷

A hagiografia dedicada a Antão, escrita pelo bispo Atanásio de Alexandria, constituía uma referência para o movimento monástico em seu princípio. Narrando a ida de Antão para o deserto, enfatizava no protagonista a austeridade pessoal, a renúncia aos bens mundanos e o distanciamento do restante da sociedade.⁸ O documento atribuía ao asceta a prática de um restrito regime alimentar:

Comia só uma vez por dia, depois do pôr-do-sol, e acontecia, por vezes, tomar alimento apenas de dois em dois dias, muitas vezes até de quatro em quatro. Ora seu

⁶ Existem diversas tendências interpretativas no que tange à emergência a vida monacal cristã. Para um breve panorama das propostas de explicação para esse fenômeno histórico, cf.: DUNN, Marilyn. *The emergence of monasticism. From the Desert Fathers to the Early Middle Ages*. Malden: Blackwell, 2003.

⁷ CARNER, Daniel. “Not of this world”: the invention of monasticism. In: ROUSSEAU, Philip. *A companion to Late Antiquity*. Malden: Blackwell, 2009. p. 588-600.

⁸ DUNN, op. cit. p. 2-11

alimento era pão e sal; a bebida, água pura. Da carne e do vinho é supérfluo falar, uma vez que para os outros ascetas zelosos nada disso existe.⁹

De acordo com Daniel Eastman, o documento do prelado alexandrino apresentava Antão como alguém envergonhado pela possibilidade do que os outros poderiam pensar. Ainda segundo o autor, eram as próprias funções corporais que geralmente provocavam o embaraço do personagem.¹⁰ Tal atitude estava presente quando Antão era obrigado a comer acompanhado:

Quando devia comer ou dormir ou cuidar de outras necessidades do corpo, sentia vergonha, pensando na parte espiritual da alma. Muitas vezes, estando para tomar a refeição com os numerosos outros monges, lembrando-se do alimento espiritual, recusava-se e se afastava, considerando vergonhoso que o vissem comendo com os outros, e ia comer retirado, por necessidade. Muitas vezes, também, comia com seus irmãos; sentia vergonha, mas se consolava, aproveitando a ocasião para palavras úteis.¹¹

Portanto, o Antão descrito por Atanásio tentava esconder-se de uma eventual companhia nos raros momentos em que se alimentava. Esse comportamento narrado na hagiografia adequava-se à perspectiva ascética promovida no monaquismo oriental, em que a mortificação severa do corpo cumpria papel destacado.

A despeito da ampla circulação e frequente menção ao documento no Ocidente latino,¹² a modalidade de profissão monacal que exaltava, pautada na ascese rigorosa e no isolamento, não foi a promovida pela elite

⁹ ATANÁSIO. Vida e Conduta de Santo Antão. In: *Santo Atanásio*. São Paulo: Paulus, 2002. p. 301

¹⁰ EASTMAN, Daniel. *Honorable shame, shameful honor*. Conceptualizing shame among early Christian martyrs and ascetics. Helsinki, 2013. Tese (Master) – University of Helsinki, 2013. p. 72-76.

¹¹ ATANÁSIO, op. cit. p. 331.

¹² HARMLESS, William. *Desert Christians: an introduction to the literature of Early Monasticism*. Oxford: Oxford University, 2004. p. 97-100

clerical ocidental. Ao invés disso, a forma cenobítica – fundamentada numa ascese mais branda, na experiência comunitária, na estabilidade física e na autossuficiência – foi a recomendada pelos eclesiásticos proeminentes.¹³

Veronika Grimm apontou que os primeiros documentos dedicados à regulamentação desses agrupamentos de ascetas reconheciam a inviabilidade da rígida austeridade ao comer e beber numa comunidade – afinal, os monges deveriam estar fisicamente aptos a trabalharem conjuntamente. Ainda segundo a autora, a obra agostiniana prescrevia aos monges a renúncia aos prazeres alimentares, mas sem que incorresse numa privação que prejudicasse a saúde corporal.¹⁴

Além de abrandarem as práticas alimentares, os textos ocidentais concernentes à vida monástica prescreviam refeições conjuntas. Stéphane Boulc’h apontou que os autores desses escritos fixavam horários precisos para a alimentação cotidiana, tendo em conta as estações do ano e as festividades religiosas. Os monges eram desencorajados a comer fora do momento indicado ou consumir porções diferentes daquelas servidas ao restante. A ocasião seria acompanhada por uma leitura e pela vigilância constante do abade, a fim de evitar condutas inadequadas. Na avaliação de Boulc’h, tal normativa reforçava a coesão do grupo, uma vez que privilegiava as noções de partilha e de solidariedade, assim como propiciava a instauração da ordem e da disciplina.¹⁵

¹³ O estímulo a modalidade cenobítica de vida monástica estava associado ao interesse da elite clerical em inserir os impulsos ascéticos em quadros institucionalmente organizados. Sobre a defesa da estabilidade e a crítica dos ascetas itinerantes, cf.: DIETZ, M. *Wandering monks, virgins and pilgrims*. Ascetic travel in Mediterranean world 300-800. University Park: The Pennsylvania University, 2005; GOMES, F. J. S. *Peregrinatio e stabilitas*: monaquismo e cristandade ocidental nos séculos VI a VIII. In: III Encontro Internacional de Estudos Medievais da ABREM, 2001, Rio de Janeiro. *Anais do III Encontro Internacional de Estudos Medievais da ABREM*. Rio de Janeiro: ABREM, 1999. v. 1. p. 391-398. DIETZ, GOMES; sobre a defesa de que as comunidades fossem autossuficientes, cf.: CARNER, Daniel. *Wandering, begging monks*. Spiritual authority and the promotion of monasticism in Late Antiquity. Berkeley, Los Angeles, London: University of California, 2002.

¹⁴ GRIMM, Veronika. *From feasting to fasting, the evolution of a sin*. Attitudes to food in Late Antiquity. London, New York: Routledge, 2004. p. 176-177.

¹⁵ A descrição das normas alimentares na *Regra do Mestre* e na *Regra de São Bento* realizada por Linage Conde corroboram o panorama apresentado por Boulc’h. Cf: BOULC’H, S.

A restrição da alimentação à refeição conjunta associava-se com a perspectiva presente nas normativas cenobíticas de submissão do comportamento dos monges à vigilância ininterrupta. De acordo com Gradowicz-Pancer, as regras monásticas previam três instâncias de averiguação constante da conduta: *vertical*, desempenhada pelos superiores hierárquicos, *horizontal*, exercida entre monges de uma mesma posição, e aquela realizada por *Deus*, a única infalível. Qualquer ação do cenobita só poderia ser legítima se produzida dentro do campo visual do outro, sendo os atos realizados na ausência do grupo considerados suspeitos.¹⁶ A imposição da mesa comum permitia que as práticas alimentares fossem objeto de avaliação dos demais e do abade.

No início do monaquismo oriental, quando as principais referências eram o isolamento e a ascese rigorosa, exaltava-se o solitário, dentre outros aspectos, por tentar fugir do olhar do outro no momento da alimentação. O posterior estímulo à profissão cenobítica, pautada na subordinação hierárquica e na vigilância constante, propiciou uma mudança nessa orientação: a refeição deveria ser conjunta, o que implicava comer sob o constante olhar dos companheiros.

A mesa comum e normas alimentares na RI

Isidoro de Sevilha destinou o capítulo IX da sua regra, intitulado *De mensis*, à regulamentação da mesa comum. Ressalto a existência de oito capítulos que, apesar de dedicados a outros tópicos, contêm normas concernentes à alimentação dos monges: III, *De monachis*; V, *De opere monachorum*; X, *De feriis*; XI, *De ieiuniis*; XVII, *De delictis*; XVIII, *De*

Le repas quotidien des moines occidentaux du haut Moyen Âge. *Revue belge de philologie et d'histoire*, n. 75, v. 2, p. 287-328, 1997. p. 308-314; LINAGE CONDE, A. La enfermedad, el alimento y el sueño en algunas reglas monásticas. *Cuadernos de Historia de la Medicina Española*, Salamanca, v. 6, p. 61-86, 1967.

¹⁶ GRADOWICZ-PANCER, N. Le «panoptisme» monastique. Structures de surveillance et de contrôle dans le cénobitisme occidental ancien (Ve – VIe siècles). *Revue de l'Historie des Religions*, v. 216, n. 2, p. 160-192, 1999.

excommunicatis; XXI, *Quid ad quem pertineat*; XXII, *De infirmis fratibus*. Por fim, o capítulo I, *De monasterio*, apresentava orientações quanto à organização espacial do mosteiro, incluindo a localização e a disposição física dos recintos de cultivo, armazenagem, preparo e consumo da comida.

De acordo com o nono capítulo da RI, o monge só poderia comer nos horários indicados. O número de refeições previstas variava de acordo com o calendário: entre o Pentecostes e o início do outono, eram permitidas comidas durante o dia; no restante do ano, apenas a ceia seria servida. Essa alimentação permitida seria coletiva, devendo os monges sentar dez em cada mesa num mesmo refeitório¹⁷ próximo à despensa.¹⁸

Os capítulos X e XI regulamentavam o jejum, outra importante prática alimentar monástica com variações conforme a época do ano. Havia quatro épocas em que jejuar seria obrigatório: a Quaresma, os três dias compreendidos entre o Pentecostes e o equinócio de outono e a época que vai do dia 24 de setembro ao nascimento de Cristo e o dia seguinte à Circuncisão até a Páscoa. Porém, essa abstinência deveria interrompida entre o primeiro dia após a Páscoa e o Pentecostes, entre a natividade de Jesus e a Circuncisão, na Epifania e nos domingos. A recepção de um monge de outra comunidade também justificaria essa interrupção. Nos períodos não contemplados pela normativa, o jejum seria opcional.¹⁹

Além de estabelecer quando a mesa comum ocorreria, a RI restringia as opções de pratos. Durante a semana, estariam disponíveis verduras, legumes secos, frutas e três medidas vinho. Nos dias festivos, seria autorizada a ingestão de um pouco de carne, embora a abstenção completa tanto de carne quanto de vinho fosse recomendada. Na Quaresma, por sua vez, a RI permitia apenas pão e água após o cumprimento do jejum,

¹⁷ RI, IX, p. 104-106.

¹⁸ RI, I, p. 91.

¹⁹ RI, X-XI, p. 107-108. No capítulo IX, havia a indicação de que, durante a Quaresma, os monges se alimentassem apenas com pão e água e que se abstivessem de azeite e vinho após o cumprimento do jejum. Mais adiante, no capítulo XI, era determinado que o jejum quaresmal fosse mais severo, pois incluiria a abstinência de vinho e azeite e não apenas de comida. A RI não determinou se o jejum seria apenas diurno ou se perduraria por toda a jornada. Cf.: RI, IX, XI, p. 107-108.

sendo proibido o vinho e o azeite. Em todo caso, os pratos servidos seriam os mesmos para todos, sendo proibido requerer algo diferenciado. A RI prescrevia uma alimentação que não resultasse em fartura, tendo em vista o risco de incitar a concupiscência; entretanto, não poderia ser austera a ponto de provocar a debilidade física.²⁰

A normativa alimentar presente na RI se conformava às proposições a respeito do corpo e da conduta em voga no período, que atribuía sentido ascético às restrições alimentares e à prática do jejum e associava alimentação e concupiscência da carne.²¹ Nesse sentido, lê-se no documento: “Debe reprimir la pasión de la gula y mortificarse con la virtude de la abstinencia, con el fin de esforzarse en dominar las pasiones”.²²

Isidoro de Sevilha descreveu, por fim, a conduta a ser observada pelos monges por ocasião da mesa comunitária. Enquanto comessem, deveriam permanecer em silêncio, ouvindo a leitura das Escrituras realizada por um companheiro sentado no meio do recinto. A RI orientou aos monges que, ao término da refeição, levantassem-se, orassem e guardassem o que sobrasse para distribuição aos necessitados.²³

Portanto, a normativa alimentar proposta pelo bispo sevilhano determinava pormenorizadamente quando, onde, o que e como os monges comeriam. Mesmo o abade não estava dispensado da observância desses preceitos:

²⁰ RI, IX. p. 105-107.

²¹ Desde a década de 1990, a produção especializada destacou o papel da alimentação na conduta monástica entre os séculos IV e VI. Dentre esses trabalhos, destaco: SILVA, Leila Rodrigues da. A gula nas regras monásticas de Isidoro de Sevilha e Frutuoso de Braga. Encontro In: *Atas do IV Encontro Internacional de Estudos Medievais*. Belo Horizonte: PUC-MG/Associação Brasileira de Estudos Medievais, 2003. p. 649-657; RIERA MELIS, A. Las restricciones alimenticias como recurso expiatório en algunas reglas monásticas de los siglos VI y VII. *Aragón en la Edad Media*, Saragoça, n.14-15, p. 1303-1316, 1999; CRUZ, M. S. da. O jejum e o domínio do corpo nas Cartas de São Jerônimo. In: BASTIAN, V. R. F.; PESSANHA, N. M. (orgs.). *Vinho e Pensamento*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, 1991. p. 255-261; CASTILLO MALDONADO, P. M. Gastrimargia y abstinencia gulosa en la normativa monastica hispano visigótica. *Florentia Iliberritana*, Granada, n. 12, p. 33-52, 2002.

²² RI, III. p. 93.

²³ RI, IX. p. 104-106.

[...] el abad deberá tomar la comida a la vista junto con los monjes. Y ésta no há de ser diferente, ni há de pretender que sea más exquisita que la se prepara para la comunidad, con lo cual resultará que, estando él presente, se servirá todo com diligéncia, y, siendo común el alimento, se tomará saludablemente y con caridade.²⁴

Sublinho, ainda, que as prescrições que limitavam os horários, os pratos e o modo de comer se conformavam à tradição pregressa. O monge marselhês João Cassiano, no quinto livro das suas *Instituições Cenobíticas*, por exemplo, relacionava o desvio a essas normas com o maléfico espírito de gastrimargia.²⁵

Deve-se, por fim, frisar que a orientação sobre a refeição conjunta estava atrelada à perspectiva cenobítica presente na RI. Por um lado, a realização da mesa comum manifestava a adoção de uma profissão ascética comunitária, ideia reforçada pela proibição de pratos e porções diferenciadas até para o abade. Por outro, a proibição de comer furtivamente e a imposição da refeição coletiva possibilitariam a vigilância da conduta alimentar de cada monge.

Não-participação na mesa comum

O monge marselhês João Cassiano, em sua Conferência XVIII, distinguiu os conceitos de mosteiro e cenóbio:

Muitos empregam indiferentemente estas duas designações, mosteiro e cenóbio, muito embora haja sim uma diferença: mosteiro diz respeito somente à habitação, ao local de moradia dos monges, enquanto cenóbio significa ao mesmo tempo a índole da profissão e seu modo de vida. Além disso, pode-se chamar de

²⁴ RI, IX, p. 104-105.

²⁵ JOÃO CASSIANO. *Institutions Cénobitiques*. Paris: Cerf, 1965. p.231

mosteiro ou monastério a morada de um só monge; a outra designação, ao contrário, corresponde apenas às casas onde um grupo de pessoas vive em comum sob o mesmo teto.²⁶

Conforme expresso, o mosteiro consistiria num espaço físico, e o cenóbio, por outro lado, compreenderia a vivência monástica conjunta. Sublinho que, na definição oferecida por João Cassiano, mosteiro e cenóbio não seriam sempre coincidentes: num mosteiro não necessariamente haveria um cenóbio instalado, assim como viver num mosteiro não implicaria no pertencimento a um cenóbio. No *De officiis ecclesiasticis*, Isidoro de Sevilha reproduziu as definições conceituais delimitadas por João Cassiano – inclusive, mencionando sua autoria.²⁷

Acredito que a distinção entre os dois termos decorreria, dentre outros motivos, da existência de sujeitos não pertencentes à comunidade no mosteiro. Conseqüentemente, alguns presentes no espaço habitado pelos monges não poderiam participar da mesa comum, que era restrita aos membros do cenóbio:

En la hora de la comida, en que se satisface una necesidad, deben cerrarse las puertas del monasterio y no debe haber presente ningún extraño, para que no estorbe con su presencia la quietud de los monjes.

A RI previa duas categorias de pessoas que, embora presentes no mosteiro, não integrariam o cenóbio. A primeira corresponderia aos servos.²⁸ Segundo Díaz Martínez, os mosteiros visigodos operavam dentro dos esquemas sociais e econômicos presentes nas propriedades existentes

²⁶ JOÃO CASSIANO. *Conferências 16 a 24*. Juiz de Fora: Subiaco, 2008, 3v. v.3. p. 97-98.

²⁷ ISIDORO DE SEVILHA. *De Los Ofícios Eclesiásticos*. Introdução e tradução por VIÑAYO GONZÁLEZ, Antonio. León: Isidoriana, 2007. p. 136.

²⁸ A expressão *servi* designava todos os camponeses dependentes dos grandes proprietários, indicando uma tendência à homogeneização da condição jurídica dessa camada social num contexto de concentração de terras e de laços de dependência. Cf.: GARCIA MORENO, L. A. Composición y estructura de la fuerza de trabajo humana en la Península Iberica durante la Antigüedad Tardia. *Memorias de Historia Antigua*, n. 1, p. 247-256, 1977.

naquele momento. Na avaliação do historiador, as comunidades na região de jurisdição de Isidoro de Sevilha dispunham de mão-de-obra servil empregada em determinadas tarefas produtivas.²⁹

Cabe distinguir os servos do mosteiro dos monges que outrora foram servos. A RI permitia o ingresso na comunidade de sujeitos de procedência servil, desde que liberados dos seus laços de dependência: “Todo el que está sujeto al yugo da servidumbre ajena, de ningún modo há de ser admitido si el dueño no soltare su atadura [...]”.³⁰

A despeito das diversas origens dos membros do mosteiro, a RI proibia que os monges fossem discriminados por sua posição social prévia. Tendo como referência regras precedentes, Isidoro de Sevilha apresentava o processo de conversão monástica como o abandono dos critérios seculares de distinção social para adotar uma profissão comunitária e igualitária de vida.³¹ Nesse sentido, a RI não previa impedimento para a participação de monges de origem servil na mesa comum, ou que esses recebessem tratamento diferenciado.

Por outro lado, Isidoro de Sevilha explicitou a proibição da participação dos servos na refeição comunitária: “en la mesa de los monjes no intervendrán en manera alguna sirvientes laicos, pues no puede haber una mesa común para aquellos que tienen diverso modo de vida”.³² Dessa forma, o dever ou a interdição de comer na mesa comum consistia num elemento de distinção entre os monges, inclusive os de origem servil, e os servos propriamente ditos.

Os hóspedes consistiam numa outra categoria que, embora presentes no mosteiro, não seriam integrantes da comunidade. O capítulo XXIII da RI, *De hospitibus*, prescrevia que os visitantes fossem bem acolhidos, devendo os monges oferecer-lhes habitação e lavar seus pés.³³ Não identifiquei no documento qualquer referência explícita à participação

²⁹ DÍAZ MARTÍNEZ, Pablo de la Cruz. *Formas económicas y sociales en el monacato visigodo*. Salamanca: Universidad Salamanca, 1987. p. 95-98.

³⁰ RI, VI. p. 95.

³¹ RI, IV. p. 94-97.

³² RI, IX. p. 106

³³ RI, XIII. p. 123-124.

ou não dos hóspedes na mesa comum. O capítulo IX mencionou que nenhum estranho poderia estar presente no refeitório, mas não há clareza se essa restrição seria aplicável aos hóspedes.

No que concerne aos membros do cenóbio, nem todos estavam autorizados a participar da mesa comum – é o caso dos excomungados, monges severamente punidos por suas infrações. A RI apresentava uma listagem com os delitos que poderiam ocorrer no mosteiro e classificava-os como “leves” ou “pesados”. Em caso de desvios leves, o delinquente seria excomungado por três dias se fosse reincidente. Os que cometessem faltas graves receberiam açoites, uma sanção a juízo do abade e excomunhão duradoura.³⁴

O capítulo XVIII, *De excommunicatis*, descrevia a situação do excomungado. Durante a vigência da sanção, o monge assim penalizado deveria ser isolado do restante da comunidade e sofreria restrições quanto à sua circulação no mosteiro, à sua alimentação e ao seu conforto ao dormir. Quando a pena fosse cumprida, o excomungado deveria deitar-se no chão, cercado pelo coro monástico, só podendo levantar-se após o término do ofício e quando ordenasse o abade. Em seguida, o líder do mosteiro oraria, os demais responderiam “amém” e o excomungado entraria no coro e pediria perdão pela falta cometida.³⁵

³⁴ RI, XIV- XVII. p. 112-116. O sistema de penalização de monges infratores instituído pela RI estava em consonância com as normas punitivas presentes regras monásticas anteriores. Nira Pancer apontou que os códigos monásticos dos séculos V e VI hierarquizavam os delitos em graves e leves, sendo cada um sancionado em conformidade com a sua gravidade. Os castigos não tinham caráter apenas coercitivo e expiatório, mas também corretivo e educativo. Por isso, não consistiam no primeiro recurso dos procedimentos penais – antes, o monge deveria receber advertências. Cf.: PANCER, N. “Crimes et châtements” monastiques: aspects du système pénal cénobitique occidental (Ve et VIe siècles). *Le Moyen Age*, v. 59, n. 2, p. 261-275, 2003. p. 262. p. 265-268 ; 270-272.

³⁵ RI, XVIII. p. 116. Segundo Nira Pancer, a excomunhão consistia numa técnica punitiva recorrente nas regras monásticas dos séculos V e VI. O monge que sofresse essa sanção seria apartado da comunidade. Para que evitasse o contato do restante do grupo, era isolado no espaço do mosteiro e afastado das atividades habituais. Quando terminasse o período da pena, o excomungado seria submetido a um processo de reintegração, que compreenderia um ritual permeado de gestos que evocariam a demanda por perdão e a humilhação pela falta. Cf.: PANCER, op. cit., p. 272-274.

Nira Pancer, ao analisar os dispositivos punitivos num amplo *corpus* de regras monásticas, destacou que a pena da excomunhão operava de maneira simbólica e tinha como objeto a percepção que o punido tinha de sua inserção no grupo.³⁶ A privação dos espaços de convívio, como o refeitório, e das atividades comuns habituais, como os ofícios, indicaria o perigo que o punido representaria para a comunidade.³⁷ A interdição da mesa comum e a imposição da refeição solitária constituiriam aspectos do isolamento do excomungado nos documentos de normativa monástica – inclusive, na regra isidoriana.

Além dos excomungados, os que se atrasassem na mesa comum não poderiam participar da refeição, a menos que cumprissem penitência: “Dada la señal, a la hora de la refección acudirán todos a la vez. Y el que llegare tarde a la mesa, o cumpla una penitencia o vuelva em aunas a su trabajo o habitación”.³⁸

Ainda a respeito dos componentes do cenóbio, cabe indicar a situação dos enfermos. No decorrer da RI, os acometidos por problemas de saúde são dispensados do cumprimento de algumas obrigações ascéticas: prática do jejum,³⁹ envolvimento em trabalhos manuais,⁴⁰ participação nos ofícios,⁴¹ descanso em celas conjuntas⁴² e restrição à ingestão de determinados alimentos.⁴³ Havia, ainda, a autorização para comer fora do horário da refeição conjunta: “antes de la hora de la refección, nadia pretenda comer, excepto el que estuviere enfermo”.⁴⁴

Tendo em vista que o objetivo de tais concessões seria possibilitar a recuperação da saúde física, o abrandamento do regime de vida seria temporário.⁴⁵ Nesse sentido, a permissão conferida aos enfermos pela RI

³⁶ Ibidem, p. 272-275.

³⁷ Ibidem, p. 272-275.

³⁸ RI, IX. p. 104.

³⁹ RI, III, IX. p. 94, 108.

⁴⁰ RI, V. p. 98-99.

⁴¹ RI, VI. p. 102.

⁴² RI, XIX. p. 118.

⁴³ RI, XXII. p. 122-123.

⁴⁴ RI, IX. p. 106.

⁴⁵ Andrew Crislip analisou documentos com orientações monásticas dos séculos III e IV,

para que comessem fora da mesa comum comporia, junto a outras medidas, a especificidade do tratamento aos doentes no contexto monástico.

A proibição da participação ou a permissão excepcional de não comparecimento na mesa comum de determinados grupos presentes no mosteiro – servos, hóspedes, excomungados, atrasados no refeitório e enfermos -, estaria relacionada à organização social do mosteiro proposta pela RI. Sendo a alimentação um aspecto importante do cotidiano monástico, comer fora da mesa significaria ou o não pertencimento daquele sujeito ao cenóbio, ou a impossibilidade temporária de um monge de se envolver em algumas atividades habituais.

Tarefas concernentes à mesa comum

O capítulo XXI, *Quid ad quem pertineat*, estabelecia os cargos que deveriam existir no mosteiro e especificava as incumbências de cada um. No que tange à organização e preparação da refeição comum, destaco dois personagens: o despenseiro e o semanário.

A tarefa do despenseiro consistia em administrar o armazém, devendo entregar ao semanário o que fosse necessário à alimentação dos demais e guardar o que sobrasse para os pobres. A distribuição dos pratos na hora da refeição ocorreria sob sua presença. Seria de sua responsabilidade também fiscalizar se os utensílios entregues ao semanário foram manejados com negligência e supervisionar algumas atividades produtivas do mosteiro.⁴⁶ Por sua vez, ao semanário caberia fornecer os pratos, governar as mesas e dar sinal para os ofícios diurnos ou para a conferência do fim do dia.⁴⁷

constatando a existência de concessões no rigor disciplinar para os enfermos já nesse período. Segundo o autor, as regras monásticas não relacionavam a enfermidade ao cometimento de pecados, ao contrário do que ocorria nas hagiografias. O monge estaria isento de culpa pela sua condição adversa de saúde, não sofrendo, por isso, estigmatização. Cf.: CRISLIP, A. T. *From monastery to hospital*. Christian monasticism & the transformation of health care in Late Antiquity. Ann Arbor: University of Michigan, 2008. p. 76.

⁴⁶ RI, XXI. p. 120-121.

⁴⁷ RI, XXI. p. 121.

Acerca da realização da refeição comunitária, o capítulo IX também determinava papéis a serem cumpridos por alguns. Enquanto comiam, um monge deveria, após ser bento, sentar-se no meio do refeitório e ler alguma passagem das Escrituras. O prepósito⁴⁸ era o único permitido a atender as necessidades de quem estivesse comendo. Aos demais, caberia manter o silêncio.⁴⁹

Havia, ainda, os responsáveis por fornecer o alimento aos que comiam fora da mesa comum, seja por concessão ou por proibição. O cuidado em servir os enfermos era incumbência de um monge são e de vida observante designado para atendê-los. A este estaria interditado experimentar a comida destinada aos adoecidos.⁵⁰ O atendimento aos hóspedes seria responsabilidade do prepósito, o que, possivelmente, incluiria a alimentação.⁵¹ Embora a RI prescrevesse que o excomungado poderia comer pão e água pela tarde quando a pena fosse prolongada, não instituiu um responsável por oferecer o alimento, limitando-se a proibir que o servidor acompanhasse o delinquente na refeição.⁵²

Portanto, a realização da refeição comunitária exigia que alguns monges fossem destacados para sua organização. A incumbência relacionada à mesa comum acarretava no exercício de poderes específicos, como o controle dos alimentos ou do serviço da mesa. A existência de pessoas que não participariam da comensalidade monástica resultava na designação de alguém para alimentá-las.

⁴⁸ O prepósito desempenhava funções relacionadas à produção e ao patrimônio monástico. Em casos previstos na regra isidoriana, poderia substituir o abade em algumas tarefas, como a vigilância das camas e a aplicação de punições. Cf.: RI, V, XIII, XVIII-XXI, XXIV. p. 100, 110-111, 116-122, 124.

⁴⁹ RI, IX. p. 104.

⁵⁰ RI, XXII. p. 122.

⁵¹ RI, XXIII. p. 123. Conforme mencionado anteriormente, não é claro se o hóspede estaria autorizado ou não a participar da mesa comum.

⁵² RI, XVIII. p. 117.

Considerações finais

Nas primeiras referências ao movimento monástico, oriunda dos desertos orientais dos séculos III e IV, destacava-se a ascese rigorosa e o isolamento social dos seus adeptos. Nesse sentido, comer diante de outros, apresentando uma concessão às necessidades do corpo, constituía objeto de vergonha por parte do monge na literatura do período, como na hagiografia de Santo Antão escrita por Atanásio de Alexandria. Por isso, o personagem do monge solitário fugia da presença de eventuais visitantes para se alimentar.

Ainda que conferindo prestígio às narrativas ascéticas do Oriente, a elite eclesiástica ocidental promoveria outra modalidade de vida monástica, pautada numa disciplina mais branda e na experiência comunitária. Em tal contexto, a refeição conjunta dos monges constituiria um elemento destacado nesse modelo monacal, contribuindo para a instauração da ordem e da disciplina. O tema oriental da fuga envergonhada do olhar do outro ao comer seria substituído pelo da necessidade de submissão à vigilância constante pelos companheiros e pelo abade inclusive na hora da refeição.

Em sua regra monástica, Isidoro de Sevilha adotaria as perspectivas em voga a respeito do tema. Na RI, havia determinações concernentes ao horário e local de realização da mesa comum, dos pratos que poderiam ser consumidos e a maneira como deveria ser feita a refeição. Tais normas deveriam ser seguidas por todos os monges, incluindo o abade.

Contudo, nem todos no mosteiro estariam aptos a participar da refeição comum. Havia aqueles que, embora presentes no espaço monástico, não seriam membros da comunidade, como os servos e os hóspedes; nesse caso, sua ausência na mesa reforçaria seu não pertencimento ao grupo. Alguns monges seriam proibidos de estarem presentes na mesa como forma de punição a alguma infração cometida, uma vez que a segregação dos espaços de convívio demarcaria a própria condição de delinquente. Por fim, os enfermos teriam o direito de faltarem à refeição e de comerem fora da mesa comum, tendo em vista suas debilidades físicas.

Ao instituir a alimentação conjunta, a RI definia cargos relacionados ao preparo e realização dessas refeições, que deteriam alguns poderes específicos. Para atender aos impedidos de participarem na mesa comum, Isidoro de Sevilha previu que alguns monges fossem responsáveis pela sua alimentação.

Referências

Documentação primária

- ATANÁSIO. Vida e Conduta de Santo Antão. In: *Santo Atanásio*. São Paulo: Paulus, 2002.
- ISIDORO DE SEVILHA. *De Los Oficios Eclesiásticos*. Introdução e tradução por VIÑAYO GONZÁLEZ, Antonio. León: Isidoriana, 2007.
- _____. Regla de San Isidoro. In: RUIZ, J. C.; ISMAEL, R. M. *Reglas monásticas de la España Visigoda. Los tres libros de las "Sentencias"*. Madrid: BAC, 1971, p. 90-125.
- JOÃO CASSIANO. *Conferências 16 a 24*. Juiz de Fora: Subiaco, 2008, 3v. v.3.
- _____. *Institutions Cénobitiques*. Paris: Cerf, 1965.

Obras de apoio

- BOULC'H, S. Le repas quotidien des moines occidentaux du haut Moyen Âge. *Revue belge de philologie et d'histoire*, n. 75, v. 2, p. 287-328, 1997.
- CAMPOS RUIZ, J.; ROCA MELIA, I. Introducción a la "Regla de San Isidoro". In: *Reglas monásticas de la España Visigoda. Los tres libros de las "Sentencias"*. Madrid: BAC, 1971. p. 79-89.
- CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na História da Alimentação. *História: questões & debates*, n. 42, p. 71-80, 2005.
- CARNER, Daniel. "Not of this world": the invention of monasticism. In: ROUSSEAU, Philip. *A companion to Late Antiquity*. Malden: Blackwell, 2009. p. 588-600.

- _____. *Wandering, begging monks*. Spiritual authority and the promotion of monasticism in Late Antiquity. Berkeley, Los Angeles, London: University of California, 2002.
- CASTILO MALDONADO, P. M. Gastrimargia y abstinencia gulosa en la normativa monastica hispano visigótica. *Florentia Iliberritana*, Granada, n. 12, p. 33-52, 2002.
- CRISLIP, A. T. *From monastery to hospital*. Christian monasticism & the transformation of health care in Late Antiquity. Ann Arbor: University of Michigan, 2008.
- CRUZ, M. S. da. O jejum e o domínio do corpo nas Cartas de São Jerônimo. In: BASTIAN, V. R. F.; PESSANHA, N. M. (Org.). *Vinbo e Pensamento*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, 1991. p. 255-261.
- DIAS, P. B. A *regvla* como gênero literário específico da literatura monástica. *Hvmanitas*, v. 50, p. 311-335, 1998.
- DÍAZ MARTÍNEZ, Pablo de la Cruz. *Formas económicas y sociales en el monacato visigodo*. Salamanca: Universidad Salamanca, 1987.
- DIETZ, M. *Wandering monks, virgins and pilgrims*. Ascetic travel in Mediterranean world 300-800. University Park: The Pennsylvania University, 2005.
- DUNN, Marilyn. *The emergence of monasticism*. From the Desert Fathers to the Early Middle Ages. Malden: Blackwell, 2003.
- EASTMAN, Daniel. *Honorable shame, shameful honor*. Conceptualizing shame among early Christian martyrs and ascetics. Helsinki, 2013. Tese (Master) – University of Helsinki, 2013.
- GARCIA MORENO, L. A. Composición y estructura de la fuerza de trabajo humana en la Península Iberica durante la Antigüedad Tardia. *Memorias de Historia Antigua*, n. 1, p. 247-256, 1977.
- GOMES, F. J. S. *Peregrinatio e stabilitas*: monaquismo e cristandade ocidental nos séculos VI a VIII. In: III Encontro Internacional de Estudos Medievais da ABREM, 2001, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ABREM, 1999. v. 1. p. 391-398.
- GRADOWICZ-PANCER, N. Le « panoptisme » monastique. Structures de surveillance et de contrôle dans le cénobitisme occidental

- ancien (V^e-VI^e siècles). *Revue de l'Historie des Religions*, v. 216, n. 2, p. 160-192, 1999.
- GRIMM, Veronika. *From feasting to fasting, the evolution of a sin*. Attitudes to food in Late Antiquity. London, New York: Routledge, 2004.
- HARMLESS, William. *Desert Christians: an introduction to the literature of Early Monasticism*. Oxford: Oxford University, 2004.
- LINAGE CONDE, A. La enfermedad, el alimento y el sueño en algunas reglas monasticas. *Cuadernos de Historia de la Medicina Española*, Salamanca, v. 6, p. 61-86, 1967.
- PANCER, N. “Crimes et châtiments” monastiques: aspects du système pénal cénobitique occidental (V^e et VI^e siècles). *Le Moyen Age*, v. 59, n. 2, p. 261-275, 2003.
- RIERA MELIS, A. Las restricciones alimenticias como recurso expiatório en algunas reglas monásticas de los siglos VI y VII. *Aragón en la Edad Media*, Saragoça, n.14-15, p. 1303-1316, 1999
- SANTOS, Carlos Roberto A. dos. Alimentação e seu lugar na História: os tempos da memória gustativa. *História: questões & debates*, n. 42, p. 11-31, 2005.
- SILVA, Leila Rodrigues da. A gula nas regras monásticas de Isidoro de Sevilha e Frutuoso de Braga. Encontro In: *Atas do IV Encontro Internacional de Estudos Medievais*. Belo Horizonte: PUC-M; Associação Brasileira de Estudos Medievais, 2003, p. 649-657.

*As muitas faces de frei João de São José de Queirós, bispo do Grão-Pará e Maranhão**

SARAH DOS SANTOS ARAÚJO^{*1}

Universidade Federal do Amazonas

VINÍCIUS ALVES DO AMARAL^{*2}

Universidade Federal do Amazonas

Resumo: Desfrutando de enorme prestígio na Corte portuguesa, o frade João de São José de Queirós foi nomeado bispo do Grão-Pará e Maranhão em 1760. Dois anos depois retornava a Lisboa para sofrer a dura penalidade do desterro. Através das reflexões de Foucault sobre redes discursivas e a subjetivação do indivíduo, pretendemos discutir sobre Queirós enquanto autor e alvo de representações que entrelaçam de distintas maneiras seu pensamento e sua trajetória.

Palavras-chave: Memórias; João São José de Queirós; Grão-Pará; Maranhão.

Abstract: Enjoying enormous prestige in the Portuguese Court, Friar João de São José de Queirós was appointed Bishop of Grão-Pará and Maranhão in 1760. Two years later returned to Lisbon to suffer the harsh penalty of banishment. Through Foucault's reflections on discursive networks and individual subjectivity, we intend to discuss Queiroz as the author and target representations that intertwine in various ways his thought and career.

Keywords: Memoirs; João de São José de Queirós; Grão-Pará; Maranhão.

* Recebido em 21 de julho de 2015 e aprovado para publicação em 24 de agosto de 2015.

^{*1} Possui graduação em História pela Universidade Federal do Amazonas (2013) e mestrado em História pela Universidade Federal do Amazonas (2015).

^{*2} Graduado em História pelo Centro Universitário do Norte (UNINORTE/LAUREATE), mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM).

Com uma breve, mas marcante passagem pela diocese do Grão-Pará e Maranhão, o frade beneditino João de São José Queirós (1711-1764) ainda é um personagem pouco conhecido tanto em Portugal quanto no Brasil. O escritor e editor Camilo Castelo Branco tentou mudar isso em 1868 ao publicar seus escritos póstumos, clamando pela reintegração do sacerdote à “constelação intelectual portuguesa”. Do lado de cá do Atlântico, a historiadora Blenda Moura em 2009 reivindicou a sua importância histórica para compreender o Grão-Pará e Maranhão, onde atuou como bispo entre 1760 e 1763.

O que propomos aqui é analisar Queirós enquanto autor, ou melhor, enquanto sujeito histórico exercendo aquilo que Michel Foucault definiu como função-autor. Pretendemos com isso demonstrar o grau de cumplicidade entre a cultura escrita e a sociedade colonial portuguesa no século XVIII. Na medida em que a obra de Queirós chega até nós intermediada por outros discursos (principalmente de Castelo Branco e Moura) também os contemplaremos, ainda que brevemente.

Michel Foucault e o sujeito histórico

A lista de temas analisados por Michel Foucault é extensa. Contudo, o filósofo francês aponta a constituição do sujeito como uma questão não só essencial em sua obra como necessária para o seu tempo:

Há dois ou três séculos, a filosofia ocidental postulava, explícita ou implicitamente, o sujeito como fundamento, como núcleo central de todo conhecimento, como aquilo em que a partir de que a liberdade se revelava e a verdade podia explodir. Ora, parece-me que a psicanálise pôs em questão, de maneira enfática, essa posição absoluta do sujeito. [...] Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história (FOUCAULT, 2005, p. 10).

A Razão, considerada a responsável por erigir um sujeito livre através do esclarecimento, teria o aprisionado em categorias reducionistas validadas por jogos de verdade. O sujeito enquanto unidade autônoma apagaria a diversidade e a real liberdade do homem. Segundo Foucault (1999, p. 19) os discursos, especialmente jurídicos, são fontes privilegiadas por conterem evidências desse processo na forma como estabelecem o que deve ser dito, por quem deve ser dito e se o que é dito é verdadeiro.

Compreender de que maneira os discursos se articulam para transformar pessoas em corpos dóceis foi o objetivo primeiro do filósofo. Porém, o contato com a Antiguidade Clássica num segundo momento da sua pesquisa sobre o reflexo dessas redes discursivas na formação de uma moral sexual proporcionou uma mudança de foco. Como esclarece Alípio Souza Filho (2008, p. 13), o intelectual intrigou-se com o fato de que entre os gregos e os romanos, nas camadas mais aristocráticas de suas sociedades, “[...] não houve a tentativa de imposição de uma moral única a todos, mas a produção de ‘morais’ de grupo, orientadas para éticas e estilizações de vida”. Foucault passou a se interessar pela multiplicidade de práticas morais, chamadas por ele de “artes da existência”, “cuidados de si” ou ainda “tecnologias de si”:

Deve-se entender, com isso, práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer da sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo (FOUCAULT, 2014, p. 16).

Os cuidados de si, para Foucault, foram defendidos primeiramente por Sócrates, mas eles transcendem o filósofo, inspirando o cristianismo primitivo, principalmente em sua fórmula ascética, na qual busca da verdade espiritual requer uma transformação do próprio sujeito que a procura (FOUCAULT, 2006, p. 12-13).

Diante desse breve panorama cabe a pergunta: o que é, afinal, o sujeito para Foucault? Antes de tudo é uma categoria histórica sustentada

por discursos, uma posição a ser assumida e não um significado absoluto e invariável. Assim sendo, a “experiência histórica é a ação de tornar-se sujeito dessa experiência” (NICOLAZZI, 2004, p. 107).

Portanto, Foucault nos oferece um importante referencial para refletirmos sobre o viés de um Queirós fragmentado: por um lado, emaranhado numa rede discursiva ligada à lógica administrativa e intelectual, e por outro, um indivíduo tentando formular uma nova subjetividade para si em suas *Memórias*.

Orientando como Queirós deve ser lembrado, tanto na seara literária quanto historiográfica, o *corpus* documental selecionado (os textos de Queirós, Castelo Branco e Moura) pode ser encarado como um arquivo na acepção foucaultiana, ou seja, “[...] como um jogo de regras que determinam, em uma cultura, o surgimento e o desaparecimento de enunciados” (FOUCAULT, 2004, p. 95). Importante salientar que tal noção não menospreza a instituição arquivística, apenas aponta o critério social e político que preside a classificação das fontes que devem ser preservadas. Tal parâmetro escapa da dimensão material que costumeiramente associamos à palavra “arquivo”.

O objetivo desse “jogo de regras” é validar uma interpretação, atribuir a ela o estatuto de verdade, sendo essencial para tanto selecionar fontes que serviriam como evidências incontestes dessa interpretação. Em vista desse processo, Foucault defendia uma abordagem genealógica ou arqueológica, cuja meta seria desnudar os procedimentos que escolhem discursos e os imputam a aura de verdadeiros (FOUCAULT, 2004, p. 95).

Como buscamos demonstrar no tópico seguinte, até mesmo a escrita de si não está imune às pressões deste “jogo”. Crucial para se compreender esse vínculo é a noção de autor enquanto função delimitadora de discursos. Para Michel Foucault apesar de ser normatizada na virada do século XIX, a função-autor tem raízes mais antigas. Os métodos de autenticação, por exemplo, se inscrevem na tradição hermenêutica católica. Era preciso identificar quais textos pertenciam aos doutrinadores canônicos em meio à massa de manuscritos que se avolumavam nas bibliotecas e nos conventos. Nesse sentido, São Jerônimo propunha que no processo de avaliação se levasse em consideração quatro critérios:

[...] se, entre vários livros atribuídos a um autor, um é inferior aos outros, é preciso retirá-lo da lista de suas obras (o autor é então definido como um certo nível constante de valor); além disso, se certos textos estão em contradição de doutrina com as outras obras de um autor (o autor é então definido como um certo campo de coerência conceitual e teórica); é preciso igualmente excluir as obras que estão escritas em um estilo diferente, com palavras e formas de expressão não encontradas usualmente sob a pena do escritor (e o autor como unidade estilística); devem, enfim, ser considerados interpolados os textos que se referem a acontecimentos ou que citam personagens posteriores a morte do autor (o autor é então momento histórico definido e ponto de encontro de um certo número de acontecimentos) (FOUCAULT, 2009, p. 277-278).

Para nós importa perceber que esse célebre método ajudou a difundir a concepção do autor como unidade coerente e constante seja qualitativa, teórica, semântica ou historicamente. Dito isso, questionamos: como a função-autor e o cuidado de si se entrelaçam na prosa de Queirós?

O “bazulaque em ócio concebido e em ócio guisado”

Apesar do título, o livro não se trata exatamente de memórias. No tempo em que ficou isolado no Convento de São João de Pendurada, no Minho, Queirós dedicou-se a reescrever velhos textos que trazia consigo. Após a sua morte em 1764, seus pertences foram enviados para o Convento de Tybaens onde o superior da ordem classificou os escritos com o vago título de *Memórias de Fr. João de São Joseph de Queiroz, Bispo do Grão Pará* (MEMÓRIAS, 1868, p. 42).

Na primeira parte temos uma coletânea de anedotas sobre casos lidos ou vivenciados que foi batizada como *Miscelâneas*. Na segunda parte encontramos um *Relato de Viagem pela Diocese do Grão Pará* que dá conta da primeira das viagens pastorais do clérigo. A continuação das viagens feitas pelo bispo Queirós foi publicada na Revista do Instituto Histórico

e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1847 com o título *Viagem e Visita do Sertão do Bispado do Gram Pará em 1762 e 1763*.

Portanto, temos em mãos dois textos com estilos e propósitos bem diferentes. As *Miscelâneas* são um trabalho voltado para o entretenimento e que carrega uma linguagem muito mais despojada que o *Relato de Viagem*, peça requerida pela administração eclesiástica como forma de coletar informações e avaliar o desempenho de seus membros. Aliás, o próprio se desculpa pelo relato pouco “atraente”: “Bem vejo que para fazer leitura agradável faltam aqui regras e intrigas galantes; mas se eu não topo d’isso, que remédio?” (MEMÓRIAS, 1868, p. 210).

A pergunta de Queirós deixa de ser banal quando temos em mente que entre o século XVI e XVIII, uma série de compêndios e manuais de escrita proliferou em Portugal, certamente para atender a necessidade de aperfeiçoar a comunicação entre o Reino e suas possessões ultramarinas. Adriana Conceição (2013, p. 118) afirma que embora tais manuais se inspirassem em autores clássicos, o modelo de escrita (principalmente de cartas) era fortemente atrelado à concepção de uma sociedade cortesã, onde a etiqueta sobrepõe as emoções e os afetos.

Mas voltemos ao sacerdote. A primeira parte de seus manuscritos possui uma organização que afronta as regras dos manuais de escrita: uma série de epígrafes seguidas de licenças, dedicatórias, prólogo e mais dedicatórias. A justificativa para tanto é a seguinte:

Uma palavra aqui somente: Licenças antes da dedicatória e prólogo? Sim, senhores. Então que tem? Queriam-nas no rabo do livro, como fazem os francezes? Não estamos de todo à franceza; nem Cícero escrevia sempre *more attico*, isto é, à grega (MEMÓRIAS, 1868, p. 47).

Sua argumentação se fundamenta no princípio da liberdade de composição literária. Se nem um autor clássico seguia os moldes do estilo clássico, porque um lusitano aparentemente anônimo o faria? A cada tentativa de romper com tradições sedimentadas, Queirós se protege com a erudição que em teoria as ergueram. Eis uma atitude que o aproxima dos intelectuais iluministas que também se municiaram dos grandes pensadores da Antiguidade.

Com base em José Pedro Paiva e Fabiano Villaça, Blenda Moura (2009, p. 15) qualifica Queirós como um clérigo ilustrado. Pertencente a uma família que já havia legado outros nomes à Igreja Católica, o frade beneditino também contava com trânsito livre na Corte. Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal, integrava o seu rol de amizades. Ou seja, seus vínculos com o Antigo Regime eram mais que flagrantes. Seu compromisso maior não era derrubar a Coroa, mas garantir que ela se modernizasse o suficiente para que continuasse existindo.

Já na folha de rosto, o autor se recusa a se nomear. Ao invés disso prefere atribuir a autoria do manuscrito a “quem o quiser” (MEMÓRIAS, 1868, p. 44). Mais à frente o assunto retorna à baila quando ele se propõe a auferir a curiosidade do leitor: “Vossês estão mortos por saberem quem eu sou. Aqui em segredo ao ouvido... Sou eu” (MEMÓRIAS, 1868, p. 51).

Michel Foucault defendia que a importância do nome próprio era mais que servir a descrição ou mera designação. O autor funcionaria como elemento essencial de classificação de discursos, situando a posição de cada um deles na sociedade (FOUCAULT, 2009, p. 273). Por trás da preocupação em fazer essa triagem estaria o interesse em demarcar espaços: o anonimato seria então uma característica dos discursos oriundos do mundo profano e cotidiano, enquanto os textos assinados eram recobertos por uma membrana de importância política, religiosa ou intelectual.

Apesar de construir uma linguagem pouco rebuscada e de tentar estabelecer contato com o interlocutor, assemelhando por vezes sua prosa com uma conversa informal, Queirós não está contestando essa cisão entre cotidiano e o mundo religioso, entre sagrado e profano. Isso ficará mais claro quando examinarmos as pretensões do bispo sobre seu manuscrito.

Então por que Queirós não assina seu manuscrito? Ora, mesmo o escritor que se dignifica a escrever uma autobiografia pode manipular conteúdos e enunciados para deixá-los mais atraentes. Ou seja, o autor, mesmo fora do âmbito do que tradicionalmente se entende por ficção, também assume uma *persona*. Esse aspecto performativo da função-autor nos faz perguntar se Queirós está realmente se escondendo. Não há melhores pistas sobre a autoria do texto que as dedicatórias, onde são arrolados os nomes de figuras que sabidamente pertenciam ao seu círculo de amizades.

Quanto ao leitor almejado pelo autor, o clérigo assim se pronuncia:

Não sei se fallo com gente casa, se de fora; se com esta ultima, e é d'aquelles doutores de gassetta e ainda de uns estafermos de café que não são ainda bacharéis: se é cedo para assembléa, leiam [...]. Se fallo com gente de casa, isto é para vossês se divertirem e occuparem algum tempo (MEMÓRIAS, 1868, p. 50-51).

Os “doutores de gassetta” podem ser identificados com a pequena burguesia que frequentava as principais faculdades de Direito da Corte, enquanto a “gente de casa” talvez sejam os membros de ordens regulares, como a Ordem de São Bento. Público distinto, metas diferentes. Aos intelectuais “temporais” a obra pode proporcionar um prazer efêmero, servindo como passatempo antes do trabalho ou da conversa corriqueira. Contudo, para aqueles que optaram pela vida monasterial o texto cumpre outro papel.

O autor que recusa a se nomear confessa que iniciou sua empreitada de colecionar anedotas que enfeixam esse manuscrito quando tinha vinte e quatro anos de idade e possivelmente se encontrava estudando teologia e filosofia no Convento de São Miguel dos Restojos. “Andava melancólico; tomei este divertimento por eutrapellia, que é uma coisa assim chamada no ‘Tractado das virtudes’ de S. Thomaz” (MEMÓRIAS, 1868, p. 51). Apoiando-se na classificação das paixões feita por Aristóteles, São Tomás de Aquino reconhece que existem dez virtudes morais, cada qual correspondendo a uma paixão. A eutrapelia seria a equivalente ao prazer do jogo (AQUINO, 2005, p. 159).

Para São Tomás de Aquino (2005, p. 157), “a virtude tanto realiza o bem quanto impede o mal”. Nesse caso, qual seria o mal afastado pela eutrapelia? A ociosidade. Era um consenso entre pensadores eclesiásticos que o gosto por jogos era ligado a uma necessidade mundana de passar o tempo. Essa era uma das muitas tentações a cercar os conventos, onde ocorria boa parte da vida cotidiana das ordens religiosas como a beneditina. Para contrapor ao divertimento carnal, que alimenta os vícios, passou-se a valorizar práticas que visavam entreter e ensinar a um só tempo.

Assim, Queirós logo esclarece que não está contando causos apenas para rir de seus personagens: “Aqui se ponderam erros, se criticam ditos, da mesma sorte que nos mapas e cartas de marear se mostram os baixos e sortes de que se deve fugir [...]” (MEMÓRIAS, 1868, p. 56). Essa função pedagógica e moral explica a inusitada dedicatória aos ociosos, eclesiásticos ou não, que figura na folha de rosto. Então, a meta das *Miscelâneas* só seria atingida se fornecer ao ocioso um caminho (divertido, mas ainda assim um caminho) para sair de seu status quo: “se n’esse torpor vocês sentirem o sarfar da lanceta, bom signal é [...]” (MEMÓRIAS, 1868, p. 49).

Não encontramos em S. Tomás de Aquino recomendações expressas da escrita como lenitivo espiritual. Por outro lado, Atanásio, também Doutor da Igreja, aconselhava a escrita como exercício de expiação dos pecados, uma vez que estampando as páginas com os pensamentos levianos o noviço estaria atenuando os “perigos da solidão” e evitando eventuais armadilhas do demônio (FOUCAULT, 1992, p. 131). Mas é possível que a escrita tenha significado mais para o jovem Queirós que uma prática da vida ascética.

Interessado em analisar as formas como os sujeitos históricos constituíram suas identidades através de enunciados criados por eles próprios, Foucault chega até a prática da escrita de si cultivada por uma boa parcela dos autores clássicos. Ele consegue divisar duas modalidades de escrita de si: os *hypomnemata* e a correspondência.

Hypomnemata seriam cadernos pessoais que “constituíam uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas; ofereciam-nas assim, qual tesouro acumulado, à releitura e meditação ulterior” (FOUCAULT, 1992, p. 136). Enquanto nas missivas o sujeito procurava estabelecer um diálogo com o outro através da revelação do oculto, de suas experiências e sentimentos, nos *hypomnemata* temos uma apropriação do que foi dito por outrem para que o sujeito constitua um verdadeiro repertório moral e discursivo.

Moral porque as informações ali reunidas poderiam fornecer subsídios para a formulação de uma ética. Discursiva, pois o conjunto de dados heterogêneos possibilitava ao sujeito o contato com um espectro mais rico e diversificado de estilos, permitindo a ele experimentar novos caminhos narrativos. As *Miscelâneas* parecem se filiar à tradição dos *hypomnemata*: há ali um farto material coletado pelo bispo desde a sua juventude e que talvez

tenha o auxiliado não só a suportar a solidão ascética e as “tentações”, mas também a constituir um estilo. Lembremos que o autor estava estudando para ser tornar teólogo.

Após conquistar o título, Queirós foi enviado para o Convento de Lisboa, onde teve uma vida social mais ativa. Suas visitas à Corte se intensificaram, bem como seu ódio pelos jesuítas, sentimento que o aproximou de Sebastião José de Carvalho e Melo. Aos quarenta e oito anos de idade foi nomeado pelo Conde de Oeira como bispo do Grão-Pará e Maranhão e se mudou para a colônia, onde as obrigações diocesanas parecem ter preenchido toda a sua atenção.

Em carta ao amigo, Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), Queirós retrata sua nova morada como um local avesso a qualquer tipo de contemplação: “N’estes sítios tudo são obstruções nos órgãos da melodia, por isso é que não se escutam as musas, vendo-se mal substituídas no bramido das onças...” (MEMÓRIAS, 1868, p. 24). Ainda assim, o prelado pregou vinte sermões num intervalo de três anos, sempre ressaltando o “exotismo” da região (MEMÓRIAS, 1868, p. 14).

O retorno a Portugal e o conseqüente ostracismo parece ter direcionado o olhar do frade beneditino para seus escritos de juventude. Novamente ele precisa “desterrar a ociosidade”, dessa vez no longínquo convento para o qual foi designado. Daí alegar que está ofertando um “bazulaque em ócio concebido e em ócio guisado” (MEMÓRIAS, 1868, p. 57).

Contudo, é possível que o sacerdote não tenha se resignado completamente de seu destino. Diante da interdição dos cargos públicos, Queirós pode ter calculado que o melhor investimento naquela altura seria uma publicação capaz de ao menos salvaguardar a sua reputação intelectual. *Miscelâneas* não se tratava mais de um simples escrito íntimo, mas de uma obra com pretensões públicas.

Mas, ao publicar *Memórias* em 1868, Camilo Castelo Branco procurava atender outras pretensões públicas. Roger Chartier (2002, p. 76) destaca dois movimentos curiosos encetados pelos editores entre os séculos XV e XIX: a demanda por leitura ajuda a constituir uma esfera pública literária, contudo os comerciantes de livros limitam esse espaço ao elencar temas de interesse. A formação dos Estados-nação incidiu sob

o mesmo processo. Em Portugal, não era raro surgirem obras enaltecendo o passado desbravador de seus antepassados (RUSSEL-WOOD, 2014, p. 80). Castelo Branco estava envolvido na construção de uma identidade nacional, seja criando novelas de apelo popular (FEIJÓ; RODRIGUEZ, 1994, p. 107), seja tentando povoar um panteão cívico com os autores lançados por sua editora. Mas se Queirós foi desterrado pela Coroa como poderia ser um exemplo de patriotismo? Talvez sua atuação além-mar ofereça uma pista.

O “desconcerto do mundo”

Procurando secularizar a censura e centralizar o exercício do poder, o Marquês de Pombal fundou a Real Mesa Censória em 1771 em substituição aos tribunais do Santo Ofício. No entanto, muitos religiosos ainda integravam seus quadros, como Frei Manoel do Cenáculo (MAXWELL, 1996, p. 104-105). Com seu livro sobre “uma instrução sobre as virtudes da ordem natural”, o referido frade ajudou a fundamentar o jusnaturalismo que guiou as reformas pombalinas (MELO, 2011, p. 23). Queirós concordava com o amigo sobre a necessidade de que cada funcionário se reconheça como mais uma engrenagem da Coroa, inspirando-se numa disposição natural (como se a origem do poder fosse consequência da própria natureza), mas desponta nos documentos coloniais como um tirano corrupto. O que terá acontecido?

Para um historiador conservador como Arthur César Ferreira Reis, o Grão-Pará e Maranhão representava um desafio às reformas pombalinas por comportar um caldo social e étnico explosivo:

A sociedade colonial na Amazônia [...] viveu em permanente desarmonia: o branco, entre si, guerreando pela supremacia da nobreza; caboclos, tapuias e brancos, pela escravização que este reduzia aqueles; nativos e negros, pelo *desprezo* que aqueles votavam a estes (REIS, 1966, p. 118).

O bispo D. Miguel de Bulhões (1706-1778), antecessor de Queirós, esteve responsável pela diocese e chegou a ser nomeado governador na ausência do titular. Nesse período, Bulhões teve de lidar com a luta entre colonos e religiosos pelo monopólio da mão de obra indígena (SANTOS, 2008, p. 322). Entre 1755 e 1778, a Coroa tentou substituir a escravidão indígena pela africana por meio da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, mas a iniciativa não vingou por conta dos altos custos da mudança na rota do tráfico (MELO, 2011, p. 24-25).

Em 1759, a notícia de um atentado régio planejado pelos jesuítas serve de pretexto para sua expulsão do império português. Além disso, os recursos monetários que os missionários supostamente possuíam, não tendo de pagar tributos ao Rei e por administrarem a “civilização” dos indígenas voltadas para o crescimento da ordem, fez com que eles passassem a ser vistos como um perigo ao desenvolvimento planejado pela Coroa às colônias (AMANTINO; CARVALHO, 2015, p. 83).

Um ano após a expulsão dos jesuítas, Queirós chegou ao Estado para assumir a diocese do Grão-Pará e Maranhão. Dentre os trabalhos que estavam sob a responsabilidade do eclesiástico podemos citar o prosseguimento da nova estruturação visada para dinamizar a região. Assim, sua missão primeira era impedir o enriquecimento indevido, um dos motivos que fizeram os jesuítas serem expulsos. No *Relato* o bispo comenta sobre os procedimentos dos padres:

Chamavam-se missionários neste estado aqueles religiosos que nas fazendas serviam de procurados dos seus conventos e contratadores mais destros; esta que foi a companhia se fez transcendente pelas outras ordens, de sorte que encontrei regulares chamados no Pará missionários, escandalosíssimos com mancebias e homicídios, usuras e tiranias [...] (MEMÓRIAS, 1878, p. 193).

Ou seja, Queirós repudia a intromissão de religiosos em questões temporais, convergindo com o ideário secular das reformas pombalinas. Mas, o prelado descobriria que os jesuítas não eram os únicos a desrespeitar tais fronteiras.

Nas suas Visitas Pastorais no Estado, o novo bispo fez várias devassas, seguindo o que prescrevia as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Nesse sentido, temos um relato de Queirós a respeito de um padre local chamado Nazario Novaes que estaria envolvido nas licenciosidades que desde antes de sua gestão já eram denunciadas:

Não mais o chamarei ao serviço da Igreja, vista a escandalosa incapacidade a que a desordem de beber e de viver tem reduzido em todo este estado a sua pessoa, prostituída a reputação, como, nas estradas de Coimbra, a do mais vil moço de mulas, ou n'este estado a do índio mais perdido... Reputando com mágoa de nosso coração a indecência que resulta de lançar mão ao tremendo cálice de Jesus Cristo, sem receio de que seque o braço que se anima, não digo como [Oza], a sustentar a raça do testamento, porém a tocar em o maná ou hóstia imaculada com as mesmas mãos com que sustenta o copo dos infames sacrifícios do Baco; para que não misture pois o sagrado com o profano... lhe ordenamos se abstenha de dizer missa (MEMÓRIAS, 1878, p. 15).

Criticando de forma eloquente os vícios do padre, Queirós justifica o seu afastamento. Contudo, Nazário Novaes não foi o único a ser atacado pela verve do frade beneditino. Tais ações podem ter contribuído para que o bispo angariasse inimigos no interior da própria estrutura eclesiástica.

Tempo depois, o bispo entraria em choque com a administração local. Na denúncia feita pelo governador Manuel Bernardo de Melo e Castro (1759-1763), como também comenta Blenda Moura, encontramos o relato a respeito dos excessos do clérigo nos valores dos documentos expedidos pela câmara eclesiástica:

Os ofícios de escrivão da Câmara eclesiástica, dos Resíduos, Casamentos, e Judicial, que ao tempo do Bispo Antecessor serviam três homens, todos o serve o dito Padre Bernardo Ferreira com o pacto expresso de sociedade com o dito Prelado de se dividir entre ambos o rendimento, que pelas extorsões, e violências que faz

o dito Escrivão, renderam três mil cruzados, arbitrando-se prudentemente que em um Estado em que as mais das Povoações são de Índios, somente poderiam render o mais até quinhentos mil reis [...] (OFÍCIO DO GOVERNADOR, AHU, [Projeto resgate], Pará, Cx. 53, Doc. 4863; MOURA, 2009, p. 146).

Esses documentos expedidos, dos quais se estava cobrando valores maiores do que na época do antigo bispo, serviam para que os índios adquirissem sua liberdade perante a lei. A aquisição de mão de obra indígena mais uma vez entra em evidência, pois o trabalho indígena continuou sendo a principal fonte de riqueza da região, sendo os nativos responsáveis pela maior parte da produção agrícola, coleta de drogas do sertão, dentre outras atividades. Ainda nesse âmbito, na tentativa de facilitar a prática dos descimentos, a Coroa portuguesa investiu na concessão de privilégios a lideranças “nativas” formando uma pequena nobreza indígena. Como Maria Regina Celestino de Almeida (2006, p. 23) destacou no caso do Rio de Janeiro, esses personagens também se aproveitaram do contexto, acrescentando uma maior complexidade ao quadro político.

A Lei de Liberdade dos Índios é promulgada em 1755 e em 1758, um ano antes da nomeação de Queirós, o Diretório dos Índios começou a ser instituído. Este último pretendia integrar o indígena à sociedade luso-brasileira por meio de uma série de medidas. O aumento dos emolumentos dificultava assim a execução do projeto pombalino. Chegando ao ponto de ser denunciado pelo governador do Estado, Manuel Bernardo de Melo e Castro, no ofício datado de 2 de novembro de 1762:

Os fatos desordenados que tem obrado o nosso Prelado no decurso de dois anos que tem existido neste Estado, são tão públicos, e notórios, que os não tinha representado a V. Ex.^a, por supor que as vozes do Povo comunicadas pelas vias, e pessoas que tem passado para essa Corte, terão chegado a alva presença de V Ex.^a; e porque vivia na esperança, que o dito Prelado vendo, e sabendo c por experiência, e tradição das gentes as sempre Louváveis imaginações de V Ex.^a, e os utilíssimos estabelecimentos que

aqui deixou, se emendaria, sem que fosse preciso eu informar a V Ex.^a das suas desordens [...] (OFÍCIO DO GOVERNADOR, AHU, [Projeto resgate], Pará, Cx. 53, Doc. 4863; MOURA, 2009, p. 144).

Nas palavras de Melo e Castro, o religioso surge como homem ganancioso, ávido por enriquecer e cometer abusos de autoridade, tal como os seus odiados jesuítas. Das providencias tomadas diante das ações do bispo Queirós, a mais efetiva foi sua exoneração do cargo.

Sobre Queirós existem ainda muitas outras acusações, porém as poucas citadas até aqui nos ajudam a perceber o quanto a sua imagem foi comprometida. Em carta a um amigo ele busca se defender do seguinte modo:

Dizem que esfolo os povos. Dizem-no todos quantos d'aqui vão. Os honrados também o dizem?... Dil-o-há o Gayo, acusado ao santo officio por duas testemunhas, de estar casado em Campos e no Pará. [...] Multei oitenta pessoas por andarem nuas de cintura para cima e a nadarem a hora do meio dia debaixo das minhas janelas, homens e mulheres abraçando-se publicamente, collarejas e soldados. Esta multa é do meirinho e carcereiro. Do bispo nada. [...] Devo dar a V.P. a consolação que sou o mesmo, que fui, limpíssimo de mãos, por misericórdia de Deus. Não aceito presentes, excepto ao general uma galanteria, e coisa semelhante a alguns ministros. As religiões não aceito propina (MEMÓRIAS, 1868, p. 26-28).

Queirós inicia sua defesa relativizando a honestidade dos seus acusadores, como Manuel Gayo. Em seguida esclarece o seu intento: manter a ordem natural do poder na região. Adiante confessa que mesmo possuindo uma lisura ética, não escapa aos pequenos agrados, desde que não sejam oriundos do trabalho eclesiástico. A justificativa do clérigo se liga à sua coerência intelectual e moral, como fica patente no fragmento “devo dar a V.P. a consolação de que sou o mesmo”. Queirós se representa enquanto bispo como um seguidor fiel da ordem, uma vez que a Coroa e a Igreja, no seu entendimento, estavam afetadas por desvios de conduta e de

pensamento. Também se representa como uma unidade invariável, muito embora suas *Miscelâneas* indiquem que foi necessário um esforço constante e inacabado para formar uma personalidade livre do ócio.

Compartilhando o humor irônico e a “espiritualidade onipresente” com Queirós (FEIJÓ, 1991, p. 132), Camilo Castelo Branco também nutria uma forte admiração pelo clérigo por enxergar nele um herói injustiçado, uma vítima do “desconcerto do mundo”. Publicá-lo na década de 1860 era apresentar aos leitores um autor divertido e ao mesmo necessário para o contexto político na medida em que desde 1834 sucessivas revoltas liberais eclodiram em Portugal (MELO, 2011, p. 31). Ou seja, o polêmico bispo continuava atual para o literato, pois a nação ainda passava por um período turbulento e a defesa da ordem natural lhe parecia mais urgente que nunca.

Como Castelo Branco, o encanto pelo estilo polêmico e lúdico está na raiz do interesse de Blenda Moura por Queirós. François Dosse assinala que “a biografia supõe em geral a empatia, portanto, uma transposição psicológica mais ou menos regulada e dominada” (DOSSE, 2009, p. 67). Procurando uma alternativa ao modelo tradicional de biografia, que por muito tempo foi desprezado pelos historiadores por considerarem-no contaminado com um alto grau de subjetividade alheia, Moura investe na concepção de trajetória esposada por Pierre Bourdieu, ou seja, ela opta por encarar Queirós como “[...] uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente [...] num espaço que ele é próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 2002, p. 189).

A título de esclarecimento, as posições as quais o autor se refere são sociais e não discursivas. Existem alguns pontos em comum entre o pensamento de Bourdieu e Foucault, sendo o principal deles a crítica à biografia enquanto consagração de uma racionalidade anacrônica (resultando numa “ilusão biográfica” nas palavras do sociólogo). Contudo, se para Foucault era não só possível como válido trabalhar com as múltiplas subjetividades que a experiência histórica comporta, Bourdieu encarava tal feito como temerário por comprometer a objetividade do conhecimento científico (DOSSE, 2009, p. 9).

A imagem de Queirós construída por Moura não é a de uma mera vítima das circunstâncias, mas de um sujeito histórico que, incapaz de

compreender a dinâmica colonial, confrontou forças que contavam com a cumplicidade da própria Coroa. Afinal, por mais que as reformas pombalinas perseguissem a centralização da administração, as reivindicações dos súditos locais foram atendidas com a exoneração do bispo, que se imaginava protegido por concordar com o ideário do Estado. Não por acaso, Bulhões é tomado pela historiadora como perfeito contraponto ao frade beneditino (MOURA, 2009, p. 84). Por subestimar os poderes regionais e pagar por isso com o desterro, Queirós serve à pesquisadora como importante evidência de uma hipótese que vem mobilizando historiadores há um bom tempo.

Tentando apresentar brevemente o atual estágio do debate historiográfico e amparando-se nas considerações de José Roberto do Amaral Lapa (1991, p. 89-91), podemos dizer que o entendimento do sistema colonial entre os historiadores a partir da década de 1980 oscilou entre a ênfase na dependência metropolitana e o foco na dialética entre esse poder ultramarino e as estruturas internas construídas no interior da colônia. Destacam-se como representantes da primeira corrente os nomes de Caio Prado Júnior e Fernando Novais, enquanto Ciro Flamarion Cardoso e posteriormente João Fragoso e Manolo Florentino lideram a segunda. Moura procura se inscrever nesta última.

Devedora principalmente da concepção da sociedade colonial como “sistema feito de uma constelação imensa de relações pactadas, de arranjos e trocas, entre indivíduos, entre instituições, mesmo de diferente hierarquia” (HESPANHA, 2005, p. 7), Moura constrói uma narrativa na qual o elemento desagregador é o próprio Queirós, por tentar reduzir uma relação até então dialética (por mais que a Coroa desejasse o contrário) a uma via de mão única (seguindo as prescrições pombalinas e o jusnaturalismo que a embasava).

De fiel seguidor da ordem a transgressor, as mutações contraditórias da imagem de Queirós demonstram a ação das relações de verdade, tentando inscrevê-lo ora no interior de espaço oficial, ora o empurrando para as franjas dele. Em suma, essa pequena “arqueologia” do bispo Queirós assinala que para Castelo Branco e Moura sua atuação e seu pensamento estavam tão integrados que não poderiam ser analisados separadamente.

Considerações finais

Garantindo a validade de correntes historiográficas ou animando o espírito cívico, as representações de Queirós desempenharam funções variadas no campo intelectual tanto português quanto brasileiro ao longo das décadas e talvez ainda desempenhem outras mais. Importante ressaltar que para os principais nomes aqui analisados o estilo da escrita desse personagem histórico foi essencial no desenvolvimento do interesse por sua figura, justificando nossa atenção para com suas *Memórias*.

As representações de si presentes nas *Memórias* oferecem uma visão não só sobre um sujeito buscando se constituir enquanto tal através da escrita por meio do próprio ato de escrever e da não menos importante prática de ponderar casos. Elas também apresentam o processo de especialização da escrita na rígida sociedade ibérica no século XVIII através das aparentemente banais brincadeiras de Queirós. Borrando as fronteiras entre gêneros que estavam se consolidando (os relatos administrativos e os livros de anedotas) e escondendo-se no anonimato, enfatizando com isso a dimensão performática do autor, o frade beneditino ajudou a constituir uma obra intrigante para se pensar um momento de transição tão emblemático para o império português. Esperamos que apontando nesta obra as tensões entre subjetividade, cultura escrita e a dinâmica administrativa, a fecundidade da pena ferina de João Queirós fique suficientemente clara.

Referências

- ALMEIDA, M. R. C. De Araribóia à Martim Afonso: lideranças indígenas, mestiçagem étnico-culturais e hierarquias sociais na colônia. In: VAINFAS, R.; SANTOS, G.; NEVES, G. (Org.). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 13-28.
- AMANTINO, M.; CARVALHO, M. P. Pombal, a riqueza dos jesuítas e a expulsão. In: FALCON, F.; RORDRIGUES, C. (Org.). *A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 59-90.

- AQUINO, S. T. *Suma Teológica*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p. 182-191.
- CHARTIER, R. *Os desafios da escrita*. Trad. Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- CONCEIÇÃO, A. A. *A prática epistolar moderna e as cartas do vic-rei D. Luís de Almeida, o Marquês de Lavradio: sentir, escrever e governar (1768-1779)*. São Paulo: Alameda, 2013.
- DOSSE, F. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Trad. Gilson C. Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009.
- FEIJÓ, E. T. A justiça poética nas Novelas do Minho: o caso de O Filho Natural. *Actas de las Jornadas Internacionales sobre Camilo*. Universidade de Salamanca, 1991.
- FEIJÓ, E. T.; RODRIGUEZ, J. L. A Galiza e os galegos na prosa de Camilo. *Congresso Internacional de Estudos Camilianos*. Universidade de Coimbra, 1994.
- FILHO, A. S. Foucault: o cuidado de si e a liberdade ou a liberdade é uma agonística. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. et. al. *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte? Ed. Autêntica, 2008.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. Laura F. Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- _____. *A hermenêutica do sujeito*. Trad. Márcio A. Fonseca e Salma T. Muchail. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Machado e Eduardo Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.
- _____. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Baeta Neves. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2004.
- _____. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- _____. O que e um autor? In: MOTTA, Manuel de Barros (Org.). *Ditos e escritos*. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Vol. III. Trad. Inês Autran Dourado. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2009, p. 264-298.

- _____. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992.
- HESPANHA, António Manuel. Porque é que foi ‘portuguesa’ a expansão portuguesa/ ou o revisionismo nos trópicos. *Actas do Congresso Internacional espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedade*. Universidade de Lisboa, 2005.
- MAXWELL, K. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MELO, F. S. O conceito de ordem em Portugal (séculos XVIII-XIX). *Revista Tempo*, n. 31, v. 50, p. 21-34, 2011.
- MELO, P. S. Escravos e escravidão africana na Amazônia. In: _____ (Org.). *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. Belém: Editora Açaí, 2011, p. 13-42.
- MOURA, B. C. *Intrigas coloniais: a trajetória do bispo João de São José de Queirós (1711-1763)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. *Revista Anos 90*, v. 11, n. 19/20, p. 102-131, jan.-dez. 2004.
- REIS, A. C. F. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado, 1966.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.
- SANTOS, F.V. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

*O magistério moral da história: aspectos do processo de declínio e ruína de uma tradição milenar**

MARCOS ANTÔNIO LOPES**

Universidade Estadual de Londrina

Resumo: O texto toma por seu propósito central analisar a natureza da história analógica fundada em modelos de exemplaridade, que marcou presença em importantes textos históricos dos Tempos Modernos, e que se estendeu até o século XIX, quando passou a sofrer o impacto da história científicista que acabou por determinar o rápido declínio de uma das mais duradouras formas de se conceber e de escrever história.

Palavras-chave: Pensamento histórico; Lições para a vida; declínio e crise da exemplaridade.

Abstract: The text takes as its main purpose to analyze the nature of analogical history founded in models of exemplarity which marked presence in important historical texts of Modern Age, and that extended until the 19th century, when it started to suffer the impact of scientific history, that was finally determine the rapid decline of one of the most enduring ways of conceiving and write history.

Keywords: Historical Thought; Lessons for life; decline and the crisis of exemplarity.

* Recebido em 15 de julho de 2015 e aprovado para publicação em 27 de agosto de 2015.

**¹ Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Professor na Universidade Estadual de Londrina. Artigo vinculado ao projeto de pesquisa intitulado Histórias de valores morais e políticos, com financiamento do CNPq. Pesquisador do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq (Bolsista Produtividade em Pesquisa).

Alguns dos autores modernos mais confiantes na vocação de exemplaridade da história conseguiram perceber indícios de alterações e transformações ocorridas no tempo, particularmente quando distinguiam os traços delineadores de uma grande época na história humana, aqueles oásis de incomparável vitalidade, como foram Atenas e Roma no mundo antigo, Florença e França na modernidade. Exemplos excelentes de tal percepção foram historiadores como Maquiavel e Voltaire, que glamourizaram a experiência republicana de Roma e o Século de Luís XIV. Para utilizar um conceito de Montesquieu, a presença de homens célebres numa dessas idades de ouro — Péricles, César, Lorenzo e Luís XIV — atuara como a “mola” do surgimento de uma nova fase na história. Dos elementos de destacada evidência nas narrativas históricas modernas surgia recorrentemente o propósito de transmitir, aos contemporâneos e pósteros, a memória dos feitos passados.

Nessa intenção de perpetuar o conhecimento das atitudes memoráveis dos homens ilustres, e até as conquistas das grandes nações, infiltrava-se nos textos o espírito de rivalidade, pois se tratava comumente de ombrear, ou até ultrapassar em honras e merecimentos, os sucessos precedentes. O desejo de assemelhar-se a modelos notáveis pela imitação dos exemplos que deixaram à posteridade possuía uma evidente natureza competitiva. E não poderia ser distinto disso, pois a leitura da história estava orientada a selecionar ações que se mostrassem elevadas no plano das virtudes, admirando-se os leitores de qualidades quanto à força e justiça, coragem e prudência, generosidade e moderação de seus modelos. O humanista francês Jacques Amyot recomendava os livros de história como fonte de iluminação do juízo e conselho para a ação previdente nas passagens mais complexas da vida, para se julgar ao certo negócios emaranhados e de difícil solução. A leitura da história soava-lhe como escola de prudência, como

[...] advertência, para se moderar em prosperidade; e reconforto, para se repor e sustentar na adversidade. E assim o faz com mais graça, eficácia e destreza que os livros de filosofia moral, visto que os exemplos são mais aptos para comover e ensinar do que os argumentos e as provas arrazoadas [...] (AMYOT, s.d, p. 25).

Os aspectos de grandeza de personagens históricos como reis, generais, oradores, artistas, mártires e outras notoriedades inspiravam a descoberta de similitudes entre vultos passados e presentes, a serem niveladas pelo alto. Em tais confrontos de dignidade, parecer inferior em méritos era sempre difícil de aceitar, mormente por parte daqueles que podiam tirar maior proveito das lições do passado, conforme as demonstrações de sabedoria fundada em textos da Antiguidade. A leitura da história era um dispositivo estratégico para os homens ilustres, e ainda mais para aqueles primazes da política que, por vezes, experimentavam distúrbios melancólicos ou outras perturbações do espírito. Reconhecidamente, a história era terapia autopromotora para mentes régias acabrunhadas pelas intempéries da política. Talvez por isso seja apropriado recuperar o relato do escritor seiscentista Robert Burton, ao considerar que “Fernando e Alfonso, reis de Aragão e da Sicília, foram ambos curados pela leitura da história, um pela de Cúrcio, outro pela de Tito Lívio, quando já nenhuma medicina prescrita lhes surtia efeito” (BURTON, 2012, p. 125).

Confrontados aos infortúnios de seu ofício, os grandes homens encontravam nos livros de história as inspirações que os faziam recobrar o ânimo. Jacques Amyot espichou essa anedota contada posteriormente por Burton, ao lembrar que, desistindo o rei Alfonso de fazer uso de inúteis medicinas, decidiu que seus secretários lessem para ele os feitos de Alexandre (*De rebus gestis Alexandri Magni*). E o prazer gerado nessa atividade recreativa foi de tal monta que Alfonso conseguiu superar a doença. Vendo-se curado, demitiu seus médicos, ralhando-lhes para que não mais fizessem de seu corpo algazarra para a sapiência ineficaz de Hipócrates e de Galeno, no que ainda saudou a Quinto Cúrcio, um real e competente curandeiro (AMYOT, s.d, p. 33). Moral a ser extraída da lição régia: nenhuma medicina é mais soberana que a leitura dos feitos de varões destemidos. Como observou também aquele que ficou consagrado como o fundador do moderno conceito de homem, as vozes do passado confortam na solidão; os bons livros possuem poder curativo e libertam seus leitores de moléstias graves (PETRARCA, 2001, p. 225).

Da propriedade singular da história, a de ser matéria reutilizável para finalidades múltiplas, resultou a ideia da unidade dos tempos históricos.

Assim, não se concebia o tempo histórico por meio da diferenciação de sociedades, mesmo que separadas por lapsos temporais consideráveis. Desde ao menos o século XVI, assentara-se na cultura humanista a percepção de ser o tempo histórico um tecido formado por amarrações e costuras diversas. Naquelas alturas, percebeu-se que a passagem do tempo era um fluxo capaz de promover alterações sensíveis no plano da cultura, das instituições sociais e do aprimoramento técnico. Então, diante da emergência de tantos fenômenos jamais vistos, alguns detentores de notória novidade, como a descoberta do Novo Mundo e o advento da Reforma, o *topos* história mestra da vida já não poderia seguir como uma referência incontestável, apesar de se manter como gênero hegemônico de narrativa histórica. A força destrutiva de ineditismos constantemente replicados na realidade introduziu uma nota destoante no universo até então confortável dos analistas do fluxo da história. Os descobrimentos e a efetiva ocupação territorial da América, já dizia Fueter nos inícios do século XX, forçaram os historiadores modernos a encarar os problemas de uma história geral para os quais a tradição clássica mostrava-se desaparelhada. Segundo o autor, uma compreensão mais dilatada do mundo histórico surgiu com os historiadores espanhóis das Índias:

Les découvertes et les conquêtes en Amérique posèrent à l'historiographie un problème tout nouveau. Elles lui offraient une matière à laquelle ne suffisaient pas les procédés de l'histoire classique antérieure. Les lecteurs eussent été peu satisfaits de voir traiter la découverte du Nouveau Monde d'après le cadre des annales. Ce qui les intéressait, c'était moins les détails de la conquête que les peuples et les pays merveilleux découverts par les Européens. Ils voulaient savoir comment vivaient ces hommes qui paraissaient pour la première fois à l'horizon de l'Europe, quelle était leur organisation politique, leur religion, comment ils se nourrissaient et s'habillaient. Ils souhaitaient, au lieu ou à côté du récit, des descriptions et des peintures. Les historiens durent s'étendre sur des sujets auxquels l'histoire n'avait pas touché jusqu'alors (FUETER, 1914, p. 361).

Como acentuou Eugenio Garin quanto ao mesmo tema, a verdade deixou de ser uma questão a ser procurada nos escritos sapienciais. Não que os livros devessem ser desprezados. Mas, de então em diante, a verdade deveria ser buscada “... na experiência das coisas e na história dos homens” (GARIN, 1991, p. 131). Entretanto, a história lavrada em moldes ciceronianos teve vida singularmente longa. Nem mesmo o desenvolvimento da história científica, a partir dos finais do século XVIII e inícios do XIX, foi capaz de superá-la de uma maneira definitiva. Literariamente falando, e segundo evidências apresentadas por François Hartog, uma marca significativa do término da *Historia magistra vitae* pode ser identificada no *Essai historique*, de Chateaubriand. Mas mesmo Chateaubriand, no texto publicado em 1797, ainda dava mostras evidentes de utilizar a antiga história analógica e seus paralelismos como uma referência central de seus argumentos (HARTOG, 2003, p. 140). Ainda que a perda de espaço fosse perceptível, e tenha sido um tanto mais intensa ao longo do século XIX, alguns resíduos foram preservados e não se pode falar em termos de uma total dissolução ou extinção do antigo gênero (GUSDORF, 1960, p. 190). François Hartog reforça essa constatação ao argumentar que a concepção da história como feixe de exemplaridades permaneceria válida, de um modo geral, até os finais do século XVIII e que, até depois deste século, continuaria a ser invocada, ainda que em circunstâncias especiais (HARTOG, 2003, p. 55).

No Brasil, há registros de diálogos de Fernand Braudel com professores universitários brasileiros, ali pela quadra dos anos 1950, diálogos nos quais o historiador francês divertia-se um pouco ao responder a seus interlocutores que, ao menos na França, a “raça especial” dos grandes homens — anabolizada por Thomas Carlyle nos meados do século XIX (1840), em suas célebres conferências sobre as grandezas e excelências de pessoas extraordinárias — havia entrado em declínio, e que estava cada vez mais difícil insistir nos célebres varões insignes como objeto digno de escrita da história. Em seus ensaios de ego-história, o medievalista francês Georges Duby narrou as preocupações de que foi tomado nos anos 1980, ao escrever sobre a figura de um herói da cavalaria francesa. Mirando os críticos apressados frequentemente à espreita de encontrar novidades para cacarejar a própria argúcia, Duby se divertia, sobretudo pela possibilidade

de ser acusado de traição ao espírito historiográfico firmado por Febvre e Bloch, escrevendo, em 1984, os feitos de um “grande homem”. Mas o retorno ao autêntico gênero carlyliano não passaria de uma ilusão, já que “O verdadeiro tema do livro não é Guilherme, mas a cavalaria, seu ideal, os valores que ela afirmava respeitar” (DUBY, 1993, p. 139). Duas décadas depois (2005), outro medievalista francês também abordaria a temática dos indivíduos extraordinários (Carlos Magno, El Cid, Robin Hood, etc.), mas igualmente sob a perspectiva do imaginário social. Segundo o autor da conhecida biografia do rei Luís IX, canonizado em 1296, o emprego em larga escala da figura do herói, sobretudo na dimensão política de suas intervenções, sempre fora um fenômeno da escrita da história (LE GOFF, 2009, p. 42). Como se percebe, Braudel acertara em cheio ao decretar a morte dos grandes homens tradicionais. No presente caso, Braudel se referia a Afonso de Taunay e os desbravadores do Brasil, no fenômeno das Bandeiras. Em sua perspectiva, é tarefa complexa mensurar a estatura dos grandes homens uma vez que os historiadores se equivocam ao tomar-lhes as medidas. Ora dizia Braudel, os historiadores frequentemente julgam e criam os homens eminentes “[...] pela tendência com que se empresta aos outros a própria estatura” (BRAUDEL, 1955, p. 09).

A ampliação da experiência humana por meio da ocorrência de fenômenos impactantes — entre os quais a expansão europeia e a revelação de outras formas organizacionais de sociedades, o advento da imprensa e o incremento da circulação de informações, a revolução científica e a emergência de saberes desestabilizantes das tradições — concorreu largamente para alterar o panorama geral da reflexão sobre a história e os demais campos dos saberes. A partir das grandes navegações a Terra tornara-se uma imensidão estranha, notaram os humanistas do século XVI, evidência que abalou a cosmovisão fundada nos autores antigos. “Todos os dados tradicionais das ciências da natureza estabelecidas num programa e numa gnoseologia aristotélicas”, acrescenta Marc Fumaroli, “veem-se abalados como por um sismo da inteligência que desde então nunca cessou de se propagar” (FUMAROLI, 2004, p. XLVIII).

O mundo moderno passou a ser uma arena de transformações numerosas e fugazes. As trincas surgidas das descobertas desestabilizaram

a autoridade da tradição. O advento de Estados nacionais, cada vez mais aguerridos em torno do estabelecimento de uma nova geografia política europeia — estruturas econômicas crescentemente mais complexas e detentoras de densas engrenagens burocráticas —, constituiu-se em agente acelerador de mudanças na concepção e no controle do tempo histórico. O tempo histórico-social passou a ser objeto das projeções de uma instituição movida a realismo e a pragmatismo. Aos poucos, todo um universo de valores tradicionais foi saindo de cena, substituído por princípios fundados em experiências inteiramente novas. A cultura clerical, incontestavelmente hegemônica ao menos até os meados do século XVIII, passou a sofrer os efeitos da erosão provocada pelos avanços da onda de dessacralização inaugurada pelo Iluminismo, sobretudo na esfera política depois dos episódios da Revolução Francesa.

O sentido histórico projetado em um futuro fixo organizado pela religião deu lugar a concepções secularizadas de futuro, concepções estas sob a idealização e direção do Estado. O crescente domínio técnico sobre a natureza pressionou os aceleradores do tempo histórico na era da Revolução Industrial. A vertiginosa acumulação de eventos em escala continental e planetária, agora desencadeados aos borbotões e em lapsos mais curtos, ampliou a sensação de uma nova velocidade do mundo. O movimento das ideias filosóficas, as revoluções sociais e as guerras recorrentes entre Estados alteraram o ordenamento do tempo histórico-social típico do Antigo Regime. Essa sensação foi expressa em um ensaio do escritor marxista Plekhânov, ao recordar-se de uma frase de Voltaire acerca da evidência de que a razão sempre termina por ter razão. Segundo o autor russo, os eventos da Revolução Francesa marcaram uma superação dessa bem-intencionada crença voltairiana. Foram tantos os acontecimentos desencadeados pelo referido episódio, e que trilharam tantas desconhecidas e inesperadas direções, que o mundo assistiu ao triunfo das coisas que pareciam impossíveis e, no limite, desprovidas de qualquer sentido. A lógica brutal da imprevisível nova realidade dissolveu os sábios projetos do Iluminismo, induzindo-se “... a pensar que a razão não terminará provavelmente jamais por ter razão” (PLEKHÂNOV, 1980, p. 21). Como afirmou Horst Günther, com a Revolução Francesa,

a história como saber das coisas passadas ficou um tanto inibida em sua feição magistral, mormente em fornecer “máximas para a ação” visando qualquer ordem de planejamento (GÜNTHER, 2013, p. 113). Segundo os depoimentos pósteros reunidos por Reinhart Koselleck, “A Revolução Francesa foi, para o mundo, um fenômeno que parecia zombar de toda a sabedoria histórica, e diariamente foram se desenvolvendo a partir dela novos fenômenos, a respeito dos quais ficou cada vez mais difícil buscar respostas na História”, argumentou Karl Ludwig Woltmann em texto de 1800 (*apud* KOSELLECK, 2013, p. 162).

Então, como prosseguir aprendendo com o passado diante de circunstâncias inteiramente novas e desnorteadoras, algumas potencialmente incontroláveis e destrutivas da ordem social? De que forma encarar fenômenos e eventos jamais vistos numa escala extremamente rápida agora assumida pelo tempo histórico? E, tarefa um pouco mais complexa, como explicar ocorrências sobre as quais os livros antigos (os clássicos com suas instruções salvadoras), calavam-se por completo? Como conciliar a incômoda modernidade com a tranquila estabilidade das concepções consolidadas? As surpreendentes revelações da modernidade dissolveram as fronteiras estáticas do conhecimento, diz Eugenio Garin. A multiplicidade de sistemas explicativos do universo deslocou a própria Terra de sua condição privilegiada. Além do novo esforço de conhecer a si mesmo — como o fizera Montaigne —, tornou-se inadiável a tarefa de “... conhecer os habitantes de terras desde sempre desconhecidas, difíceis de inserir nos quadros teológicos tradicionais (de que Adão vieram os americanos, e que Redentor os redimiu?)” (GARIN, 1991, p. 143). Ao que parece, foi ao longo das alterações acumuladas em um relativamente breve curso de tempo, período este que coincide com a expansão da Revolução Industrial de fins do século XVIII e princípios do seguinte, que se pode distinguir o início mais evidente da crise dos fundamentos clássicos e o princípio do fim da vocação magisterial da história.

O ineditismo de eventos improváveis acumulados em curtos prazos anulou o tradicional conteúdo de exemplaridade dominante na história, o que veio a modificar a qualidade de prognóstico das antigas concepções. Foi assim que se extinguiu, na avaliação de Koselleck, o cumprimento do

tradicional ofício de conselheira prática da existência, “... tão logo não foi mais possível comprovar situações análogas das quais se pudesse tirar conclusões para o próprio comportamento” (KOSELLECK, 2013, p. 160). No alvorecer do mundo contemporâneo, com as fortes marés de instabilidades representadas pelas revoluções burguesas e o advento da economia capitalista com o seu cortejo de tensões nacionais e crises globais, tomou-se consciência de que as experiências emergentes não mais possuíam paralelos significativos com os acontecimentos passados. Constatada tal assimetria, o conteúdo de verdade das experiências passadas perdera o seu valor diante do reconhecimento da diversidade dos tempos históricos. Transformações céleres somadas a seus inúmeros e desconcertantes desdobramentos não mais permitiam apreender similaridades na profusão de eventos. Com o advento do mundo contemporâneo, o ineditismo tornou-se a regra a pautar a dinâmica de processos e à história ficou impossível estabelecer fontes confiáveis de paralelos.

Benedetto Croce explicou a desagregação da *Historia magistra vitae* pela entrada em cena de duas novas correntes no pensamento histórico oitocentista. A então história eloquente, instrutora de virtudes e de máximas prudenciais, cedeu aos princípios analíticos do romantismo e do positivismo, que não admitiam os desígnios individuais como elemento de relevo, agora a lidar com as tradições dos povos (nacionalidades) e as leis do progresso da humanidade. Naquele novo mundo de ideias históricas, a história mestra da vida tornou-se apenas um tênue reflexo nos retrovisores de Clio. Mas uma teoria tão longeva, e que no passado gozara de tanto prestígio, possui tenacidade difícil de desbaratar. Segundo Croce, essa velha história ainda era capaz de reproduzir fósseis residuais, e que em pleno século xx persistiam com ar de seres vivos! (CROCE, 1953, p. 199). O abaixo citado livro de Croce, formado por uma série de conferências e artigos dos anos 1912-13, foi publicado originalmente em alemão, em 1915. Essa obra foi revisada pelo autor em três edições sucessivas até 1941, e não se sabe ao certo a quem Croce dirigia sua mira, ao expor como fantasmagórica a doutrina da repetição do passado e a possibilidade de extrair-lhe lições úteis para as ações no presente. Contra a estupefação dos que diziam que nunca esperavam as coisas que de fato estavam acontecendo, o autor italiano retorquia ser

necessário saber que no mundo contemporâneo ocorriam justamente as coisas inesperadas, como se a história encontrasse um prazer novo em improvisar todo o tempo (CROCE, 1953, p. 282). Em meio a horizontes de imprevisibilidades tão desconcertantes parece mesmo ficar provado, segundo a reflexão de Benedetto Croce, a razoabilidade do argumento de que a experiência passou a ser aquelas espécies de ocorrências que permitiam aos homens reconhecer os seus equívocos, quando tornavam a cometê-los sucessivamente. A equação croceana fica ainda melhor expressa no raciocínio de que a experiência passou a dar lições de que não mais seria uma mestra confiável para instruir, pois a surpresas tornaram-se a regra.

No mundo contemporâneo, as incoerências tornaram-se tão evidentes, tão numerosas e igualmente tão espantosas que poderíamos exemplificá-las à luz de uma paráfrase a Jean Bodin e seus demônios: parecem brotar em cachos por uma suspensão temporária das leis naturais. Por isso mesmo vem a propósito a reflexão de John Tosh ao considerar que, embora alguns eventos históricos possam transmitir a ideia de se repetir, gerando resultados aparentemente familiares no presente vivido, a mudança histórica parece ser uma regra tão ferreamente constante e complexa a ponto de ser extremamente difícil lograr êxito quanto ao resultado de previsões. Segundo o autor norte-americano, isso se deve à multiplicidade de fatores intervenientes no mundo contemporâneo, alguns dos quais sequer podem ser identificados ou visualizados, mas que a todo o momento se acumulam para a composição do futuro (TOSH, 2011, p. 52). De todo modo, alguns dos referidos fósseis aludidos por Croce talvez possam ser rastreados.

A crença apaixonada de Lorde Acton (1834-1902), [disse Geoffrey Barraclough nos anos 1950], de que ‘o conhecimento do passado’ é ‘um instrumento de ação’, ‘eminenteprático’, foi abandonada; o ponto de vista antigo de que a história tem um ‘uso’ prático foi deixado de lado, se não realmente demolido, e ao invés disso os historiadores têm acentuado a *Einmaligkeit* da história, a singularidade de cada acontecimento, as potencialidades inestimáveis de cada situação, a impossibilidade de extrair ‘lições’ ou orientação do passado (BARRACLOUGH, 1964, p. 27).

Arnaldo Momigliano também alertou para a nova percepção em torno das transformações constitucionais dos Estados, que no passado eram vistas como alterações previsíveis e mais ou menos constantes. Essa tradicional forma de sensibilidade diante das mudanças da história alimentou e consolidou a crença de que os eventos futuros seguiriam o padrão de continuidade verificado desde sempre (MOMIGLIANO, 1993, p. 151). Algo análogo e complementar às considerações de Barraclough e de Momigliano afirmou Hans Ulrich Gumbrecht, em fins dos anos 1990, ao lembrar que

Aquilo que chamamos retrospectivamente de ‘aprender com os exemplos’ era a convicção de que existia uma correlação estável entre determinadas ações e seus resultados positivos ou negativos [...] A prática de aprender com exemplos sobreviveu muitos séculos sem ser questionada, porque a crença de que o tempo é um agente natural e inevitável de mudança no mundo cotidiano não estava institucionalizada até o início da era moderna (GUMBRECHT, 1999, p. 460).

Como informa Georges Gusdorf, até fins do século XVIII e um pouco além, a história foi um gênero literário essencialmente fundado sobre a transmissão de uma narrativa de eventos estabelecida de uma vez por todas, e que se contentava por completar-se, de geração em geração, por meio da descrição dos sucessos recentes e por alguns preciosismos de frases ornamentais (GUSDORF, 1960, p. 190). Servia-se um presente e um futuro permanentemente fiéis ao passado, este por sua vez fixo e inalterável no campo de uma interpretação submissa ao cânone greco-romano. No terreno das tradições intelectuais da Época Moderna essa foi uma forma de definir a expectativa pela perenidade dos valores morais. Foi assim que se pôde constituir uma concepção de história de tão largo curso. O historiador inglês Geoffrey Barraclough fala da história ainda ocupando espaço como espécie de divindade, como uma “*magistra vitae* suprema”, como uma “Clio imperiosa e autoconfiante” que, desde a Revolução Francesa até os anos 1930, substituíra a religião e a filosofia (BARRACLOUGH, 1964, p. 10).

No plano filosófico Friedrich Nietzsche teceu alguns apontamentos acerca da completa nulidade de uma história fundada em exemplaridades

passadas, gênero que ele descreveu como deformado por enfeites, a ponto de assemelhar-se à invenção poética (NIETZSCHE, 2005, p. 67). Reinhart Koselleck apontou para o afastamento do “espaço da experiência” (o passado lembrado no presente) e do horizonte de expectativas (os prognósticos do que poderá ocorrer) ao fim da Modernidade, âmbito no qual o futuro deixou de ser visto como reproduzidor de tradições passadas, como uma dimensão temporal que se alimentasse de experiências já vividas. O que de fato permitiu o abandono das aspirações tradicionais, bem como a passagem decisiva a outro regime de historicidade,¹ foi a percepção, tornada cada vez mais nítida e dominante, de que para escrever história da maneira como os antigos a conceberam, seria preciso encontrar no mundo histórico presente as mesmas relações de força, conforme captadas, por exemplo, pelas lentes do arguto Tucídides. Mas não, escreveu Tocqueville em *A democracia na América*, a história não pode ser mais essa escola de exemplos. “Eu percorro os séculos até a mais remota Antiguidade”, afirmou, e “não percebo nada que pareça ao que há sob meus olhos. Se o passado não ilumina o futuro, o espírito marcha nas trevas” (*apud* KOSELLECK, 2006, p. 332). Aqui se encontra um dos pontos mais evidentes de esgarçamento do tradicional *topos*. E se Koselleck fala em termos de dissolução ou de diluição de um lugar-comum literário que teve longevidade milenar, não deixa de considerar a sua presença constante em pleno século XIX, por vezes coexistindo no conjunto da obra de um mesmo personagem, como no caso da figura emblemática de Leopold von Ranke (KOSELLECK, 2006, p. 53). Também para Horst Günther os grandes historiadores oitocentistas sucumbiram em bloco ao culto da exemplaridade, haja vista terem atuado, em alguma fase de suas carreiras como analistas dos fenômenos políticos (GÜNTHER, 2013, p. 114). De qualquer forma, e a despeito das permanências residuais, o mundo havia mudado tanto e acumulado complexidades de tal monta,

¹ Por “regime de historicidade” compreende-se, fundamentalmente, os modos específicos de compreensão e de relação dos historiadores com o tempo histórico. No âmbito da história analógica ou exemplar, conforme praticada ao longo da Época Moderna, a instrumentalização do passado com vistas à sua assimilação no presente é bem o exemplo de um regime de historicidade.

que se tornou prudente e aconselhável desconfiar de aspirações magisteriais longamente cultuadas. Mesmo assim, a miopia das venerações aos homens ilustres pode ser acompanhada ainda em autores como Ernest Lavissee e seus colaboradores no grande empreendimento editorial dos inícios do século xx. Com efeito, o primeiro volume da *História da França, da época galo-romana à Revolução* é de 1903 (Cf. BOURDÉ; MARTIN, 1997). E a presença de uma *histoire à Lavissee* resistiu no ensino secundário francês até a segunda metade do século xx, apesar das várias reformas estimuladas por figuras influentes como Febvre e Braudel (DELACROIX; DOSSE; GARCIA; 2012, p. 315).

Referências

- AMYOT, Jacques. Aos leitores. In: PLUTARCO. *Vidas dos homens ilustres*. São Paulo: Editora das Américas, s.d.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. *Europa, uma revisão histórica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *Les écoles historiques*. Paris: Editions du Seuil, 1997. BRAUDEL, Fernand. Pedagogia da história. *Revista de História*. São Paulo, 11, 23, jul.-set., 1955.
- DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes históricas na França. Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora FGV; Editora Unesp, 2012.
- BURTON, Robert. *A anatomia da melancolia*. Curitiba: Editora UFPR, 2012. v. III.
- CROCE, Benedetto. *Teoría e historia de la historiografía*. Buenos Aires: Ediciones Imán, 1953.
- DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FUETER, Eduard. *Histoire de l'historiographie*. Paris: Alcan, 1914.
- FUMAROLI, Marc. Espírito de geometria, espírito de agudeza. In: PASCAL, Blaise. *A arte de persuadir precedida de A arte da conferência de Montaigne*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- GARIN, Eugenio. O filósofo e o mago. In: _____ (Org.). *O homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926, vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GÜNTHER, Horst. Pensamento histórico no início da Época Moderna. In: KOSELLECK, Reinhart et al. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- GUSDORF, Georges. *Introduction aux sciences humaines*. Paris: CNRS, 1960.
- HARTOG, François. *Os antigos, o passado, o presente*. Brasília: Editora da UnB, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de História. In: _____ et al. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *Heróis e maravilhas da Idade Média*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Ensayos de historiografía antigua e moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva. In: _____. *Escritos sobre História*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora PUC-Rio; Edições Loyola, 2005.
- PETRARCA, Francesco. Ao mesmo Tommaso da Messina, sobre o estudo da eloquência. In: BIGNOTTO, Newton. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- PLEKHÂNOV, Guiorgui. *A concepção materialista da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- TOSH, John. *A busca da história*. Objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna. Petrópolis: Vozes, 2011.
- WHITE, Hayden. *Meta-história*. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 2008.

